FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

EXILADOS PORTUGUESES EM ARGEL
A FPLN das origens à rutura com Humberto Delgado (1960 – 1965)

Susana Maria Santos Martins

Tese de Doutoramento em História Institucional e Política Contemporânea

julho, 2013

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em História Institucional e Política Contemporânea, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Fernando Rosas

Apoio financeiro da FCT e do FSE no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio.

À Laura e ao Duarte, hoje e sempre

Ao meu irmão, com saudade

AGRADECIMENTOS

Este foi um longo caminho marcado por um lastro de solidariedades que guardarei para a vida. Não as conseguirei invocar como mereceriam, certamente, não esquecerei nenhuma delas, garanto.

A primeira palavra vai para o meu orientador, Professor Doutor Fernando Rosas. Foi pela sua mão que encontrei os trilhos da investigação, já em outras ocasiões o lembrei, foi em grande parte mercê da sua sapiência, da sua exigência e do seu sentido crítico que cresci na coisa histórica. O que aqui vos apresento avoluma a dívida que perante ele tenho. Do projeto inicial a esta forma final as suas sugestões, o seu incentivo, o seu vivo e aberto questionamento e os seus comentários foram peças essenciais.

Agradeço também a amizade e o entusiasmo que continuei a encontrar junto do dr. Alfredo Caldeira, responsável pelo Arquivo & Biblioteca da Fundação Mário Soares, onde iniciei a minha vida profissional e com o qual voltei a colaborar em projetos que tanto me enriqueceram. Projetos confluentes mas distintos, que sempre serviram como pretexto para lembrar o meu "dever maior", para me encorajar, para me obrigar.

No Instituto de História Contemporânea forjei cumplicidades profissionais e pessoais que não posso igualmente deixar de salientar. O estímulo do Professor António Reis, da Inácia Rezola, da Ana Catarina Pinto e da Alice Samara, as trocas de impressões com a Ana Sofia Ferreira e a Irene Pimentel, a partilha de experiências com a Judith Manya, a compreensão e generosidade do Luís Farinha e, muito em particular, o debate caloroso e a amizade inexcedível do João Madeira.

Pelo périplo da investigação ou em trilhos similares recordo em especial o interesse e o ânimo transmitidos pela Vanessa Almeida, pela Diana Andringa, pela Cristina Clímaco e pela Heloísa Paulo.

Como não posso esquecer o quanto me marcou a curiosidade, o incitamento e a disponibilidade manifestada pelos colegas das escolas onde lecionei, particularmente por parte do Nuno Ferreira, da Paula Pereira, do Alfredo Dias, da Inês Ribeiros e da Celeste Rosa.

Das estadias mais ou menos prolongadas nos vários arquivos por onde passei guardo uma excelente recordação. Profissionalismo e boa-vontade pautaram a relação, nem sempre fácil, entre arquivista e investigador. Sem desmerecer os restantes, gostaria de sublinhar o excecional acolhimento dado por todo o pessoal do Centro de Documentação 25 de Abril nos longos períodos em que por lá assentei arraiais. Relembro, designadamente, um certo dia em que um susto me levou aos bancos da urgência, onde nunca fiquei sozinha. Senti-me em casa e isso diz muito do que foi o nosso convívio. Entre todos, não posso deixar de nomear a Natércia Coimbra e o José Carlos Patrício. Na Torre do Tombo encontrei em todo o pessoal um apoio assinalável, da portaria, ao serviço de referência e à sala de leitura e, bem assim, aos "bastidores", com a abertura, a eficiência e a simpatia com que a Maria João Lourenço e o Paulo Tremoceiro se prontificaram a deslindar enredos e a agilizar processos. No Arquivo Histórico Social do Instituto de Ciências Sociais lembro outrossim o zelo e a simpatia da Rita Almeida de Carvalho e da Maria Goretti Matias. No Arquivo & Biblioteca da Fundação Mário Soares, de onde parti para esta viagem, fui sempre recebida por todos com reconfortante calor.

Lembro também com carinho a simpatia e hospitalidade da família Torres Bento, que me autorizou a consulta da documentação de Flausino Torres e me acolheu como "pessoa de casa". De igual forma, uma palavra de grande apreço à dra. Carolina Tito de Morais, que se disponibilizou a acolher-se na sua privacidade e a prescindir da liberdade dos seus dias para me permitir a consulta do espólio do seu pai.

A José Pacheco Pereira reconheço a amabilidade de me ter aberto a porta do seu arquivo pessoal. Outra menção é devida ao Professor Doutor Nuno Júdice que, através do meu orientador, me enviou documentação cuja consulta julgou útil.

A história vivida fortalece a História, foi sempre a minha convicção. Não apenas, mas também por isso, foram tão importantes as memórias dos atores destes feitos. O colorido dos testemunhos, com as suas dores, as suas esperanças, as suas hesitações e os seus silêncios, deu um contributo inestimável a este trabalho. Como agradecer ao dr. Manuel Sá Marques, primeiro interlocutor para alguns dos "meus protagonistas" e sempre interessado nos progressos do meu projeto? Ou ao dr. Quintino de Barros, ao dr. Marcelo Fernandes, à Clarinda Veiga Pires e ao Hipólito dos Santos, que me entregaram os seus arquivos particulares numa atitude de total confiança? Como esquecer o constante incentivo do dr. Quintino?

À Clarinda e ao Hipólito, não posso deixar de assinalar, a empatia uniu de forma especial e forjou uma amizade que tanto me tem emocionado e apoiado.

Evoco, igualmente, a memória de Sacuntala de Miranda e de Pedro Ramos de Almeida, entretanto falecidos.

À minha família do coração, o meu maravilhoso punhado de amigos, outro enorme agradecimento. Sem vocês nada disto sairia do ovo e vocês sabem-no bem. A Carla e a Cidália, a Magda, a Graça… À Elsa, à Magui, à Catarina, ao João Luís e à Ana nem sei como exprimir o que a vossa presença, mais próxima ou mais distante, mas sempre certa, significou.

Aos meus pais um obrigada do tamanho do mundo. Pela vossa constante disponibilidade e pelo esforço em compreenderem a minha realidade dos livros, dos estudos e das teses, para lá das vicissitudes da nossa história. À minha mãe, muito em particular, o papel de segunda mãe que assumiu perante os meus filhos e que foi condição elementar para que este novelo se desembaraçasse.

Ao Alberto, agradeço a persistência com que foi procurando gerir uma circunstância que, sendo minha, tanto o atingiu a ele e a toda a família.

Aos meus filhos, nascidos durante esta atribulada jornada, agradeço a força imensa que vem da sua existência e do seu amor. Sem eles a minha vida não estaria completa.

EXILADOS PORTUGUESES EM ARGEL

A FPLN das origens à rutura com Humberto Delgado (1960 – 1965)

PORTUGUESE EXILES IN ALGIERS

The Patriotic National Liberation Front (FPLN) from the origins to the break with Humberto Delgado (1960 - 1965)

Susana Maria Santos Martins

[RESUMO]

[ABSTRACT]

PALAVRAS-CHAVE: História de Portugal; oposição; exílio; Frente Patriótica de Libertação Nacional; Argélia; luta armada; luta anticolonial; delgadismo; esquerda radical

KEYWORDS: History of Portugal; opposition; exile; Patriotic National Liberation Front (FPLN); Algeria; armed struggle; anticolonial struggle; *delgadismo*; radical left

O estudo arranca em 1958, no rescaldo das eleições presidenciais, quando se iniciam as movimentações oposicionistas que visam a criação de uma forte organização unitária capaz de dar continuidade ao enorme entusiasmo popular que pautara toda a campanha presidencial, em especial em torno da candidatura de Humberto Delgado.

A saída para o exílio de um conjunto de quadros democratas diretamente empenhados neste processo, dinamiza a oposição no exterior e dá-lhe um progressivo protagonismo, sobretudo a partir de 1961. A partir de então a diáspora política portuguesa deixa de ser encarada como mero apêndice logístico do interior e reassume-se como um centro próprio de luta política.

É esta renovada frente externa que toma em mãos a iniciativa de realizar uma reunião entre a oposição no interior e no exterior, ponto de partida para constituir um

organismo executivo no estrangeiro, que se dedicasse, essencialmente, à representação dos democratas portugueses e ao trabalho de propaganda.

O encontro tem lugar em Roma, nos últimos dias de 1962, e dele resulta a criação da Frente Patriótica de Libertação Nacional (FPLN), o nome atribuído ao movimento unitário oposicionista existente no interior, que teria a partir de então uma base de trabalho no estrangeiro. Tal secretariado acabará por se fixar na recém-independente Argélia e aí funcionará até ao 25 de abril de 1974. É a história do primeiro ciclo da vida deste secretariado no exterior que, muito em particular, se procura traçar na presente dissertação.

É o ambiente revolucionário de Argel que servirá de palco a uma intensa luta pela hegemonia da unidade antifascista portuguesa. Uma luta travada especialmente entre o Partido Comunista Português, o *delgadismo* e as forças que vão ganhando corpo à esquerda dos comunistas – o Movimento de Acção Revolucionária, primeiro, a Frente de Acção Popular a seguir –, autoexcluídos que estão os sectores mais moderados e conservadores da oposição. O papel a atribuir à frente externa, o enfoque a dar à luta anticolonial no contexto da resistência lusa e as formas de luta que esta deveria privilegiar são os principais temas em debate, tomando a discussão em torno na luta armada grande destaque.

Nos finais de junho de 1964, Humberto Delgado chega a Argel para assumir a liderança do organismo dirigente da FPLN no exterior. Cientes do prestígio interno do general, do seu desejo de ação imediata e do seu voluntarismo, os quadrantes mais radicais olham-no como última cartada do duro ataque que, sobretudo desde os finais de 1963, movem contra os representantes das forças tradicionais da oposição, entre elas o PCP.

Porém, logo Delgado se incompatibiliza irremediavelmente com os seus parceiros de direção e rompe com a FPLN. Estamos em outubro de 1964. Os comunistas ganham o controlo da Frente e impõem a sua linha política. É o fim do projeto unitário tal qual fora concebido em Roma.

This research starts in 1958, in the aftermath of the Portuguese presidential elections. At that time there was an outset of opposition movements aimed at creating a strong unitary organization, designed for giving continuity to the enormous popular enthusiasm registered throughout the presidential campaign, especially around the candidacy of Humberto Delgado.

The departure into exile of some democrats, directly involved in this process, streamlines the opposition abroad and gives it a growing role, especially after 1961. Since then, the political diaspora was no longer regarded only as logistical support of the opposition in Portugal, but starts to be assumed as a centre of the political struggle.

It was this renewed external front that assumed the initiative of holding a meeting between the opposition movements in Portugal and abroad, which was the starting point to create an executive body overseas, primarily devoted to the representation of the Portuguese democrats and propaganda activities.

The meeting took place in Rome, in the end of 1962, and resulted in the creation of the Patriotic National Liberation Front (FPLN). This was the label given to the

existing opposition unitary movement in Portugal, which would, from then, also have a working basis overseas. The governing body of the organisation was settled in the newly independent Algeria and work there until April 25, 1974. This research intends to analyse the first period of activity of the movement's secretariat abroad.

The Algiers' revolutionary atmosphere hosted an intense struggle for the hegemony of the Portuguese antifascist unity. This struggle was undertaken, particularly, between the Portuguese Communist Party, the *delgadismo* and the forces that were taking shape at the left of the Communists – the Revolutionary Action Movement, first, the Popular Action Front, afterwards. The most moderate and conservative opposition movements were self-excluded.

The role to be given to the external front, the importance of the anti-colonial struggle in the framework of the Portuguese resistance and the instruments to be used were the main topics of debate, being the armed struggle a subject of great significance.

In late June 1964, Humberto Delgado arrived in Algiers to assume the leadership of the FPLN's governing body abroad. Aware of the General's prestige in Portugal, its voluntarism and will for an immediate action, the most radical factions of the movement saw him as the last stand of a hard attack, that has been developed against the representatives of the opposition's traditional forces – including the Communist Party – and which was carried since the end of 1963.

However, Delgado soon became hopelessly incompatible with its partners at the movement's governing body and breaks the FPLN. We are in October 1964. The Communists assumed the control of Front and imposed their political line. It was the end of the unitary project as it was conceived in Rome.

ÍNDICE

Agradecimentos

Resumo / Abstrat

Introdução

1. Objeto de estudo, âmbito cronológico e esclarecimento de conceitos 1
2. Metodologia, fontes e bibliografia 9
3. Estrutura do trabalho 20

I Capítulo
(Re)construindo um projeto unitário

O efeito Delgado 25
A renovada diáspora portuguesa 36
Relançar a unidade a partir do exterior 58
"*Mas ninguém arranca deste ponto morto!*" 73
Conferenciar é a palavra de ordem 85
Ventos de África 102
A Conferência das Forças Portuguesas Anti-Fascistas 118

II Capítulo
A instalação do secretariado da FPLN no exterior

O arranque da Comissão Delegada Provisória 135
Argel ou Roma? 138
Reações à Conferência 148
Águas mornas 154
Em Argel 161
Desempatar 173
O "*incidente da circular*" 184
Delgado, o Desejado? 198

"*A atingir o ponto óptimo*" 214

III Capítulo
"A desafinação é tremenda"

A constituição da Junta de Acção Patriótica dos Portugueses da Argélia 231
O Bureau da FPLN em Argel 243
O xadrez político argelino 254
"*Tonalidade pacifista*": uma "*calma negativa*" 264
«Extremistas» versus «moderados» 273
Resistir «*heroicamente*» 281
Jogar o trunfo Delgado 286
Baralhar e dar de novo 297
Organizar o "*volumoso caudal anti-fascista*" 305
"*Para lá da substância, temos a forma*" 313

IV Capítulo
Conciliar o inconciliável

A Conferência de Praga 319
Segurando o fôlego 333
Realinhamentos políticos 343
"*Os campos extremam-se*" 359
A chegada do presidente da Junta Revolucionária Portuguesa 381
Aguentará a JRP "*o impacto do seu Presidente*"? 392
A ferro e fogo 410
Jogar o tudo ou nada 423
Frente Patriótica *versus* Frente Portuguesa 434
Como repor a ordem em Babel? 446
A debandada 454

Conclusões……...…… 461

Fontes……485
Bibliografia……...488

Introdução

1. Objeto de estudo, âmbito cronológico e esclarecimento de conceitos

A Frente Patriótica de Libertação Nacional (FPLN) foi o nome atribuído ao movimento unitário oposicionista existente no interior, que englobava a Junta Central de Acção Patriótica e as Juntas de Acção Patriótica (JAP's), pelos participantes da Conferência das Forças Anti-Fascistas Portuguesas, depois conhecida como I Conferência da Frente, realizada em Roma nos últimos dias de 1962. Aparecia como corolário do processo que decorria desde as eleições presidenciais de 1958 e que pretendia criar um amplo movimento unitário que reeditasse o que havia sido o Movimento de Unidade Democrática antes da sua ilegalização. Ainda em Roma, decidiu-se, de forma inédita, a criação no exterior de uma delegação do movimento, que se fixou entretanto na recém-independente Argélia e aí funcionará até ao 25 de abril de 1974.

Não obstante ter a FPLN uma forte marca na memória da resistência portuguesa, como prova a memorialística referente ao período e as frequentes menções a esta feitas no âmbito de colóquios e conferências em torno da oposição portuguesa, a produção histórica abordou-a somente de forma vaga e pouco consistente. Foi esta lacuna que estimulou a presente dissertação.

Muitas eram as questões às quais pretendíamos dar resposta no arranque da dissertação: Em que circunstâncias surge a FPLN, que objetivos teria e em que circunstâncias se instala na Argélia? Englobaria a organização o conjunto dos exilados nesse país? Efetivamente, que peso teria o exílio luso em terras argelinas? Que meios reúne a Frente e que atividades teria desenvolvido? Quais as verdadeiras razões das divergências que cedo se detetam no seu seio? O que teriam representado o núcleo e a Frente especificamente no contexto da diáspora portuguesa e genericamente no quadro da oposição ao regime?

Destas, definimos como prioritárias a de conhecer as origens da FPLN e as condições em que estabeleceu uma base de trabalho na Argélia, por um lado, e a de descortinar a história desse secretariado no exterior, por outro. Embora com referências ao que se vai passando em Portugal, primeiro para melhor compreender os primórdios do processo, depois para acompanhar as reações "do país" ao que se

desenhava/realizava na diáspora, não se tratam profundamente as dinâmicas intrínsecas da FLPN no interior, não fornecendo mais do que pistas sobre a sua implantação, alguns dos seus protagonistas e a sua atividade, designadamente de propaganda. Em qualquer dos casos sempre sob a perspetiva do exílio, das informações que chegavam aos que residiam no exterior e da análise que estes dela faziam.

O estudo inicia-se em 1958, no rescaldo das eleições presidenciais e nas movimentações oposicionistas que logo começam com intuito de não deixar esmorecer o *elan* da campanha eleitoral e tendentes a formar uma forte organização unitária, e aprofunda-se em meados de 1960, quando o exílio assume a dianteira dos acontecimentos; finalizando em outubro de 1964, aquando da rutura da Frente com Humberto Delgado, altura em que, como explicaremos de seguida, situamos o final da primeira fase da sua história, acompanhando-se depois disso a "degenerescência" do projeto inaugural e o progressivo abandono dos que nele haviam estado empenhados.

No arranque, era nossa intenção acompanhar todo o percurso da Frente Patriótica de Libertação Nacional desde a sua constituição até às suas derradeiras manifestações nas vésperas da Revolução de Abril. Todavia, depressa constatámos a excessiva amplitude de tal objetivo, ao menos para o tratar com a profundidade pretendida. Isto porque, sendo nominalmente a mesma, a Frente compreendeu quatro diferentes e muito distintas fases, com profundas alterações ao nível do projeto político que perfilhava e dos protagonistas nela envolvidos. Façamos a sua caracterização geral.

Como enunciei, o primeiro momento da FPLN situa-se entre a sua criação e a rutura de outubro de 1964. Nesta fase pretendeu-se essencialmente a redinamização do movimento das Juntas de Acção Patriótica no interior e a redimensionamento do papel do exílio, assumindo a função de representação dos oposicionistas no exterior. Assentando numa aliança entre os diversos quadrantes socialistas no exterior e os comunistas, a partir da qual se contava com a adesão dos correligionários socialistas do interior e com a atração de outros sectores da oposição, como os católicos ditos progressistas e a maçonaria.

Na unidade firmada, efetiva somente na frente externa, participam os comunistas, os socialistas de esquerda, que entretanto se viriam a agrupar no Movimento de Acção Revolucionária (MAR), os socialistas moderados da Resistência Republicana (RR) e elementos de tendências políticas várias unidos em torno da figura

de Delgado, apoiante formal do projeto, e do que a sua campanha presidencial significou e que podemos classificar como *delgadistas*.

O debate político travado nesta fase centra-se na antiga questão da primazia da direção da luta (interior ou exterior), no lugar a atribuir ao problema colonial na agenda da oposição (assumidamente anticolonial, com maior ou menos destaque) e nas formas de luta a privilegiar (unidade tradicional ou unidade para a ação), com a discussão em torno da luta armada a tomar particular acuidade.

O projeto político, da iniciativa do exílio, não passa disso mesmo: um projeto. Desde logo pelo distanciamento dos sectores não comunistas da frente interna, seja por expressa recusa, seja por omissão. Para o interior a FPLN deve cingir-se ao exílio, como meio de articulação dos núcleos de exilados e porta-voz junto de governos estrangeiros, organismos e opinião pública internacionais, enjeitando os sectores moderados e conservadores qualquer possibilidade de renascimento do movimento das JAP's, que classificam como moribundo, e de ligação ao PCP, mostrando-se incapaz duma participação efetiva a ala dos socialistas de esquerda. Não obstante as insistentes diligências no sentido de burilar tal posição, uma certa manifestação de abertura dos moderados com a entrada em cena de Humberto Delgado e uma maior proatividade dos socialistas de esquerda esse estado de coisas manter-se-á sem alteração.

Entrementes, a frágil unidade é igualmente posta em causa no exílio, com sucessivos abandonos. Primeiro os elementos em rutura com o PCP alinhados na Frente de Acção Popular (FAP), que arrancam com processo paralelo: uma frente *popular* e *revolucionária* que se opõe à frente *democrática* e *burguesa* da FPLN. Depois Humberto Delgado e os seus partidários, que rompem igualmente com o que descrevem como uma unidade *dos papéis* e pretensamente política, propondo como alternativa uma unidade instrumental cujo único programa político é a preparação duma revolta a breve trecho. Consigo e diretamente em consequência das repercussões assumidas pela violenta luta política travada em Argel sai um conjunto de *desalinhados* que havia chegado atraído pela revolução argelina e pela perspetiva de revolução e deixa o território Argel mergulhado na completa desilusão, muitos recusando voltar a envolver-se em quaisquer atividades políticas. A RR, que desde início se fizera representar formalmente no organismo diretivo da Frente, apesar de se autoexcluir do processo em Portugal, retira o seu mandatário no início de 1966. Na verdade, sempre advogara uma unidade paralela, donde estavam excluídos os comunistas e onde se pretendiam

representados todos os restantes quadrantes, antes no quadro da RR, entretanto no da Acção Socialista Portuguesa (ASP). Finalmente, sai o mandatário do MAR no final de 1967. O movimento estava ele próprio em refluxo desde 1965, processo bem notório em Argel pela desarticulação do núcleo argelino, atuando desde essa altura o seu delegado praticamente *por sua conta e risco*.

A segunda fase da vida da Frente é inteiramente hegemonizada pelo PCP, que se impõe perante a divisão reinante e a incapacidade de ação concertada por parte das figuras que na cúpula da FPLN estão a título individual. Em Argel o partido concentra uma forte célula local, que lhe serve de apoio político e burocrático. Esta inflexão dá-se quando o contexto argelino se torna muito mais simpático, com a chegada ao poder de Boumediène e a clara aproximação da revolução argelina ao modelo socialista soviético.

A questão colonial adquire nesta altura importância fundamental, servindo Argel como palco privilegiado para o aprofundamento das relações com os movimentos nacionalistas das colónias portuguesas. Ao contrário, o papel do exílio é completamente subalternizado ao interior e é praticamente silenciado o intenso debate em torno da luta armada que marcara o ciclo anterior.

Em meados de 1970 um *golpe palaciano* afasta o PCP da Junta Revolucionária Portuguesa (JRP), o órgão máximo da FPLN, e impõe a participação/primazia das Brigadas Revolucionárias (BR), passando para o controlo destas a rádio e todo o património na posse da Frente, dando início à terceira fase da história da organização.

A luta armada é apresentada como bandeira dos novos dirigentes, que justificam a atitude tomada precisamente pelo imobilismo dos comunistas e denunciam a censura que estes imporiam relativamente ao assunto, impedindo a discussão política e o questionamento das suas opções. Luta armada que deveria ter como um dos seus alvos fundamentais as infraestruturas de apoio à guerra colonial, assumindo-se como solidariedade ativa com a luta anticolonial dos nacionalistas africanos, colocando em prática o que antes se ficava pelo discurso.

Em vários círculos do exílio decorrem reuniões procurando explicitar as razões da iniciativa e angariar apoios. Por sua vez, os comunistas dirigem uma violentíssima campanha contra os métodos usados para o seu afastamento e a validade dos argumentos aduzidos pelos novos dirigentes. Seria aliás esta uma das motivações para que a Acção Revolucionária Armada (ARA), braço armado do PCP, levasse a cabo a

primeira operação em Portugal, antecipando-se às BR. As posições dividem-se. Por exemplo em Paris coexistem duas delegações da FPLN, uma dominada pelos atuais dirigentes, outra pelos comunistas. Em Argel, permanece o ex-mandatário comunista e parece manter-se em funcionamento a célula local do partido.

A quarta fase tem início em agosto/setembro de 1973, com a decisão das BR de extinguir a sigla FPLN, dando lugar ao Partido Revolucionário do Proletariado (PRP). Na sequência disso, desaparece igualmente a *Voz da Liberdade*, passando a emissão radiofónica a ser designada *Voz da Revolução*.

No mês anterior, Piteira Santos e Manuel Alegre haviam sido afastados da direção da Frente depois de uma comissão de inquérito às suas atividades ter considerado provadas as queixas de que são alvo. Há muito que ambos são acusados da monopolização dos meios de trabalho existentes e de utilizarem métodos bastante questionáveis para manter esse controle, designadamente usando de coação junto da própria colónia. Vários membros da comunidade haviam procurado afastá-los por 1971/72, sem resultado. Agora são as BR a tomar idêntica atitude. Ambos terão mesmo chegado a ser presos pelas autoridades argelinas durante três dias.

Todavia, ultrapassado o episódio, Alegre e Piteira continuam a trabalhar como podem sob a sigla da FPLN, teimosamente reafirmando a sua existência e representatividade e publicando documentação em seu nome.

Em janeiro de 1974 a rádio é mandada encerrar pelos responsáveis argelinos, mas as instalações cedidas para uso da oposição portuguesa parecem manter-se na posse das BR/PRP. Três meses depois dá-se a revolução em Portugal, com esta findando o exílio argelino.

Nos últimos anos a história da resistência à ditadura salazarista tem merecido um crescente interesse por parte da academia e da sociedade portuguesa. Mercê da abertura de fundos documentais essenciais ao seu estudo e da literatura memorialística que vai sendo publicada, desde logo, mas também do distanciamento temporal suficiente para o esvaziar das fortes paixões alimentadas por quantos nela haviam estado envolvidos. Muitos foram os episódios recuperados ao esquecimento, os detalhes acrescentados a outros tantos, os mitos que caíram por terra, as vítimas anónimas que ganharam

identidade. Em especial uma nova geração de historiadores disso se tem encarregado. Havendo ainda (e sempre) imenso por fazer, um largo caminho foi já percorrido.

Já a atividade dos oposicionistas ao regime ditatorial no exílio tem captado menos a atenção da comunidade historiográfica. Se os núcleos democratas estão razoavelmente identificados, nenhum deles está sistematicamente estudado e muito menos existe uma qualquer obra que enquadre a globalidade da emigração política lusa, avance grandes ciclos e os caracterize[1].

As pesquisas efetuadas incidem sobre alguns episódios, protagonistas ou organizações mais marcantes ou circunscrevem-se a um período restrito. Estão longe de estarem referenciadas as organizações formadas, os jornais editados ou as emissões de rádio asseguradas, nem detalhadas as atividades desenvolvidas ou avaliada a sua repercussão. Dados concretos sobre a dimensão numérica das comunidades democratas e as flutuações que essas vão compreendendo são também quase inexistentes, como escasseiam elementos sobre a representatividade relativa de cada corrente política e a caracterização socioprofissional dos seus membros. Como, ainda, pouco conhecidas são as suas relações com as autoridades do país de acolhimento. Pouco se exploraram igualmente aspetos mais associados às vivências, como as condições de vida e de trabalho dos exilados, os seus espaços de sociabilidade e convívio ou o seu nível de integração nas sociedades de acolhimento.

Este aparente desapreço surpreende, tanto mais se comparado com a dinâmica interpretativa com que se tem observado a diáspora portuguesa. Nas áreas da Sociologia, particularmente, mas também da Antropologia, da Geografia Humana, da Demografia e da História, o tema das migrações surge recorrentemente, seja trabalhado numa perspetiva mais global, seja estudado caso a caso[2]. Estudos, porém, que, usualmente, ignoram ou tratam colateralmente a especificidade do exílio, dos que abandonam o país por motivos políticos e que no estrangeiro procuram dar a continuidade possível à luta contra a ditadura lusa.

[1] Não obstante, algumas pistas foram levantadas por Luís Farinha em "Exílio" in Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, vol. I, p. 323-325 e no capítulo dedicado à "Deportação e Exílio" in João Madeira (coord.), *Vítimas de Salazar*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2007, p. 199-227.

[2] Foram pioneiros, entre outros, os trabalhos de Joel Serrão (*A Emigração Portuguesa: sondagem histórica*, Lisboa, Livros Horizonte, 1971**),** Maria Beatriz Rocha-Trindade (*Immigrés portugais: observation psycho-sociologique d'un groupe de portugais dans la banlieue parisienne: Orsay*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas Ultramarina, 1973 – versão corrigida da sua tese de doutoramento) e de António Barreto e Carlos Almeida (*Capitalismo e Emigração em Portugal*, Lisboa, Prelo, 1976).

Especificidade que não é despicienda. Se o estudo das emigrações económica e política tem pontos em comum, como a imprescindibilidade de as encararmos como fenómenos em constante evolução, no caso do exílio político as trajetórias individuais adquirem uma particular relevância, por serem fortemente esclarecedoras e até indispensáveis para compreender a globalidade do exílio, como sublinha Émile Temime[3].

Porém, é evidente a dificuldade em distinguir com clareza a emigração económica da emigração política. As expetativas partilhadas, como o desejo de voltar à pátria a curto trecho, as contingências económicas que atingem igualmente, e não poucas vezes, os exilados políticos e a própria vontade destes se misturarem com a restante emigração para não serem objeto de vigilância mais apertada por parte das autoridades do país de destino são alguns dos aspetos que explicam tal embaraço.

Sendo a FPLN uma organização criada precisamente no contexto da diáspora política portuguesa, importa esclarecer como encarámos o conceito de exílio[4]. A tipologia dos migrantes e, nesta, o estatuto de exilado têm sido amplamente discutidos pelos cientistas sociais e políticos. Uns tendendo a restringi-lo às motivações de saída do país de origem, que, no caso, seriam geralmente de ordem política[5]. Outros alargando a categoria de exilado à prática migrante, àqueles que no país ou países de destino desenvolvem "*uma atividade política dirigida contra a política do regime do seu país, contra o regime em si mesmo, ou contra o sistema político no seu todo, a fim de criar as circunstâncias favoráveis ao seu regresso*"[6]. O que poderia equivaler a que alguém que abandonasse o seu país por razões políticas fosse nessa altura considerado exilado e, um tempo depois, desinteressando-se da militância, pudesse passar a ser classificado meramente como emigrante.

O engajamento político, à data da saída da pátria ou durante a permanência no estrangeiro, é, pois, o elemento "unificador" do exílio. O que se considera como

[3] Citado por GROPPO, Bruno, «Exilés et réfugiés. L'évolution de la notion de réfugié au XXe siècle». Historia Actual On-Line, 2 (2003), [revista on-line]. Disponível em <http://www.hapress.com/abst.php?a=n02a04> [acedido em 09-03-2005], p. 3 e nota 8 da p. 15.

[4] Referimo-nos apenas ao uso mais corrente do termo, que encara o exílio como "*o fato de se ser obrigado a viver, contra a sua vontade, longe da pátria*" e não ao seu uso metafórico, como o de "exílio interior", ou à deslocação forçada dentro do mesmo país. Cf. GROPPO, Bruno, *op. cit.* [tradução nossa].

[5] São, por exemplo, os casos de Geneviève Dreyfus-Armand (*L'exil des Républicains Espagnols en France*, Paris, Albin Michel, 1999) e de Barry Stein ("The refugee experience: defining the parameters of a field of study" in *International Migration Review*, n.º 15, Primavera-Verão 1981, p. 320-330).

[6] Yossi Shain, *The frontier of loyalty: political exiles in the age of the nation-state*, Middletown, Wesleyan University Press, 1989, p. 15 [tradução nossa].

militância política é que poderá diferir de investigador para investigador e, em resultado, confinar ou ampliar o universo observado. No presente trabalho, a nossa perspetiva sobre o exílio e sobre esta ligação à política foi a mais ampla possível. Não apenas considerámos como exilado aquele que sai de Portugal por ter pendente um mandato de captura emitido pela polícia política, como todos os que, não tendo no país estado envolvidos ativamente na oposição ao regime, saem do território nacional por discordarem de um qualquer aspeto da política salazarista, como a política colonial ou mais especificamente a guerra colonial, ou meramente por se sentirem coartados nos seus direitos fundamentais. Uma ligação política em *lato senso*, portanto, não restrita à militância partidária, mas abrangendo igualmente o envolvimento no associativismo ou no movimento operário, a perseguição ou limitação das expetativas profissionais ou, no limite, a busca duma vida em democracia.

Resta ainda destrinçar outros conceitos associados, como o de emigrante político e o de refugiado político. Relativamente aos termos de exilado e emigrado político, a similitude pareceu-nos manifesta, levando-nos a utilizá-los como sinónimos. O mesmo não se passou, todavia, com o conceito de refugiado. Embora consideremos a atual definição de refugiado muito próxima da nossa aceção de exilado, juridicamente tal estatuto depende do reconhecimento expresso do país de destino[7]. O que, numerosas vezes, demove os exilados de o reclamarem, por recearem a sua referenciação pelas autoridades de acolhimento e eventual vigilância sobre as suas movimentações e por não desejarem ficar (ainda mais) limitados na sua liberdade de ação política[8].

[7] A Resolução 2198 das Nações Unidas, de dezembro de 1966, ratifica e atualiza a Convenção assinada em Genebra em 1951, definindo: "*o termo "refugiado" deve-se aplicar a qualquer pessoa que […] movido por um fundamentado receio de ser perseguido por questões de raça, nacionalidade, pertença a um grupo social particular ou pelas suas opiniões políticas, está fora do seu país e é incapaz ou, devido àquele receio, não pretende valer-se da proteção desse país; ou quem, não tendo nacionalidade e estando fora do país onde habitualmente reside em resultado de tais motivos, está impossibilitado ou, devido a tal receio, não pretende a ele regressar.*". "Convention and protocol relating to the status of refugees [e Resolution 2198 (XXI) adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas]" – adenda à Convenção assinada em Genebra em julho de 1951, 1967, p. 16. Disponível em http://www.unhcr.org/protect/PROTECTION/3b66c2aa10.pdf [consultado em 03-05-2013 [tradução nossa].

[8] Sublinhe-se que tal restrição, como veremos adiante, por vezes não se aplica apenas aos refugiados políticos, mas em geral a todos os emigrantes estabelecidos no país. Como acontece no caso francês. António Jorge dos Santos e Silva, *Le cas des réfugiés politique portugais en France: vers une étude statistique du fichier de l'OFPRA – approches juridiques du statut de réfugié*, dissertação do DEA de História, Université Paris IV, 1998 e Victor Pereira, *Les exilés politiques portugais en France de 1958 à 1974*, dissertação de mestrado em História Contemporânea apresentada à Universidade de Rouen, 2000, texto dactil.

2. Metodologia, fontes e bibliografia

Em 1979 é dado à estampa o livro *O Bando de Argel*, da autoria de Patrícia McGowan Pinheiro, uma anglo-portuguesa interessada há muito pela questão portuguesa e que viveu na Argélia entre os finais de 1962 e 1966[9]. O *bando* a que se referia era, evidentemente, o grupo de dirigentes da Frente Patriótica de Libertação Nacional. O tom jornalístico e a publicação de um conjunto de fontes documentais que apoiavam o relato não omitiam, porém, a intenção de ajustar contas com os principais responsáveis pela organização, numa evidente legitimação das atitudes assumidas por quem contra estes se haviam posicionado, com particular enfoque para Humberto Delgado. Surgia, aliás, no contexto do julgamento do caso Delgado, que muita tinta fez correr na imprensa portuguesa e motivou a publicação de uma sucessão de declarações contraditórias por parte de alguns dos incondicionais do general em Argel e dos ex-dirigentes da Frente Patriótica.

Para lá do estilo algo ressabiado, a autora avançava, todavia, um importante conjunto de pistas para o estudo da organização unitária, designadamente ao evidenciar o apoio dos *réseaux de soutien* franceses e da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP) à instalação da sua base de trabalho na Argélia e ao introduzir o contexto argelino e as condições de vida dos portugueses estabelecidos nesse país. A sua consulta permitiu ainda esboçar uma cronologia preliminar das atividades da Frente durante o período visado, bem como identificar um significativo grupo de portugueses que pelo território haviam passado.

O livro acabava por corroborar a versões dadas por Adolfo Ayala e José Augusto Seabra em obra que reuniu vários depoimentos de próximos colaboradores de Delgado, editada no calor da Revolução, onde a posição do general relativamente à Frente surgiu reabilitada e mesmo enaltecida[10].

Secundou, também, as acusações que Henrique Cerqueira havia dirigido aos mesmos responsáveis em dois volumes publicados em 1976 e 1977[11]. O antigo dirigente

[9] Patrícia McGowan Pinheiro, *Misérias do Exílio. Os últimos meses de Humberto Delgado*, Lisboa, Contra-Regra, 1998. [reedição revista de livro editado em 1979 com o título *O Bando de Argel*]. A primeira edição de *O Bando de Argel* surgiu no seguimento de artigo da mesma autora intitulado "História do «Bando de Argel». Revolta contra o Piteira" in *O Diabo*, 30 de Janeiro de 1979, p. 14-15.
[10] Manuel Beça Múrias (coord.), *Obviamente Demito-o*, Lisboa, Intervoz, s.d. [1974?], p. 155-159 e 184-186.
[11] Henrique Cerqueira, *Acuso!: Soares, Cunhal, Emídio Guerreiro, Lopes Cardoso na morte de Humberto Delgado*, Lisboa, Intervenção, 1976-1977, 2 vols.

da Frente Portuguesa de Libertação Nacional, criada por Humberto Delgado na sequência do corte com a FPLN, vinha assim defender-se dos que haviam duvidado da sua idoneidade e delatado como cúmplice do assassinato do general, patenteando a falha de solidariedade manifestada pelos *patrióticos* ao ignorarem a denúncia do desaparecimento do ex-presidente do órgão máximo da FPLN por si feita, que veem como manobra propagandística, e defendendo as suas credenciais enquanto colaborador do general.

Completava ainda significativamente as breves referências aos primeiros anos da FPLN feita pelo jornalista Cândido Azevedo nos artigos incluídos nos números de 20 e 21 de abril de 1978 do *Diário de Notícias*, dedicados particularmente a historiar o afastamento do PCP da direção da FPLN em 1970[12].

Contradizendo, por outro lado, as declarações de Piteira Santos reproduzidas num outro artigo assinado pelo mesmo Cândido Azevedo uns meses mais tarde, assim como as entrelinhas do opúsculo de Pedro Ramos de Almeida sobre o assassinato de general[13].

Em 1988, Dawn Linda Raby fez publicar um primeiro enquadramento geral da oposição portuguesa entre 1941 e 1974[14]. Aqui pela primeira vez era referido o papel fundamental das movimentações no exílio brasileiro e europeu na base da criação da FPLN e associava-se a iniciativa à saída do país de algumas figuras ligadas às JAP's. Afirmava-se, porém, pertencer ao PCP o empurrão decisivo no aparecimento do movimento unitário, o que nos suscita, como veremos, objeções e apreciava-se muito estritamente a atividade desenvolvida, sublinhando apenas nunca ter chegado a organização a concretizar qualquer ação efetiva.

Subsequentemente, o mesmo autor publicou dois artigos especificamente dedicados à Frente nos quais desenvolveu de forma bastante mais completa as circunstâncias em que surgiu e evoluiu o projeto unitário no exílio, bem como as tensões que caracterizaram a história do secretariado estabelecido pela FPLN em Argel,

[12] J. Cândido Azevedo, "FPLN e PCP: história e razões de uma ruptura" in *Diário de Notícias*, 20 e 21 de Abril de 1978.
[13] Respetivamente, J. Cândido Azevedo, "Quem tem medo do testamento de Humberto Delgado? Piteira Santos esclarece e denuncia" in *A Luta*, 25 de Novembro de 1978 e Pedro Ramos de Almeida, *O Assassínio do General Humberto Delgado. A Armadilha Política*, Lisboa, Editorial Caminho, 1978.
[14] Dawn Linda Raby, *Resistência Antifascista em Portugal. 1941/74*, Lisboa, Edições Salamandra, 1988.

sobretudo até ao corte com o general Delgado[15]. Fazia igualmente uma reavaliação da ação da Frente, evidenciando agora o importante papel por esta assumido, em especial no quadro do exílio português. *Grosso modo,* as duas peças levantaram algumas das questões essenciais que no presente trabalho procuro analisar com maior detalhe.

Um pouco antes dos artigos atrás mencionados foi editado o volume de correspondência trocada entre Manuel Sertório e Humberto Delgado entre os finais de 1959 e meados de 1964. Antecedia a transcrição das fontes um texto de Sertório, datado de maio de 1978, onde este acompanhava a evolução do seu relacionamento com o general. Para lá de interessantes e desconhecidas referências ao exílio brasileiro, o autor seguia igualmente o percurso da FPLN, das suas origens às vésperas do rompimento formal do então presidente da Junta Revolucionária Portuguesa com os restantes membros do organismo, altura em que o advogado se deslocou à capital argelina a pedido do general.

Outras menções mais circunscritas foram surgindo nas obras de carácter geral que, sobretudo na década de noventa do século XX, se publicaram. Algumas vezes reproduzindo incorreções, mas contribuindo para a sinalização da relevância da organização no contexto oposicionista[16]. O mesmo aconteceu com um punhado de estudos entretanto editados que, não explorando diretamente a temática, acrescentaram detalhes ou avançaram interessantes interpretações em torno de aspetos parcelares da FPLN[17]. Refiramos em especial a tese de doutoramento de Judith Manya, que salientou a importância que vai adquirindo Argel e a base de trabalho da FPLN aí fixada para o PCP, como ponto de ligação aos movimentos nacionalistas das colónias portuguesas[18].

---

[15] David Raby, "O PCP e a oposição no exílio (1958-65)" in *Vértice*, n.º 50, Setembro-Outubro de 1992, p. 29-36 e "Portuguese Exile Politics: The "Frente Patriótica de Libertação Nacional", 1962-1973" in *Luso-Brazilian Review*, vol. 31 (1), 1994, p. 77-89.

[16] De assinalar, todavia, o facto de não ter merecido uma entrada em nome próprio na obra dirigida por Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, *Dicionário de História do Estado Novo*, s.l., Círculo de Leitores, 1996.

[17] Refira-se: Paulo Torres Bento, *Flausino Torres (1906-1974). Documentos e fragmentos de um intelectual antifascista*, Porto, Edições Afrontamento, 2006; João Madeira, *O Partido Comunista Português e a Guerra Fria: "sectarismo", "desvio de direita", "Rumo à vitória" (1949-1965)*, dissertação de doutoramento em História Institucional e Política Contemporânea apresentada à Universidade Nova de Lisboa, 2011, dactil.; e Judith Manya, *Le Parti Communiste Portugais et la Question Coloniale (1921 - 1974)*, dissertação de doutoramento em Ciência Política apresentada ao IEP de Bordéus, 2004, dactil.

[18] Que a autora defende ser feita numa perspetiva paternalista, o que em parte explicaria um certo distanciamento por parte dos africanos. Judith Manya, *Le Parti Communiste Portugais et la Question Coloniale (1921 - 1974)*, dissertação de doutoramento em Ciência Política apresentada ao IEP de Bordéus, 2004, dactil. Foi aliás um dos aspetos que quis averiguar quando definiu como projeto de pós-doutoramento o estudo de Argel como placa giratória revolucionária e lugar de encontro entre

Nos últimos anos, também na literatura de cariz biográfico e memorialístico surgiram uns quantos títulos dedicados a alguns dos intervenientes na FPLN ou por estes assinados[19]. De registar, no primeiro caso, a extensa biografia sobre Humberto Delgado da autoria do seu neto, Frederico Delgado Rosa; no segundo os testemunhos recolhidos por Maria Antónia Fiadeiro sobre Piteira Santos, a introdução à edição das intervenções parlamentares de Lopes Cardoso elaborada pela sua viúva, Fernanda Lopes Cardoso, ou as memórias de Sacuntala de Miranda[20].

Embora não coincidentes com o âmbito cronológico contemplado, outra bibliografia enquadrada nestas categorias foi trabalhada, fosse para recolher dados suplementares para a definição do percurso político dos intervenientes, fosse para levantar informações sobre as atividades dos núcleos de exilados. Salientem-se no primeiro item, por exemplo, as memórias de José Augusto Seabra e a biografia de Emídio Guerreiro; e no segundo as memórias de Camilo Mortágua e de Miguel Urbano Rodrigues[21].

Ainda para fazer a contextualização da diáspora portuguesa nos inícios da década de sessenta, recorreu-se também a um conjunto de investigações dispersas disponíveis em fundos bibliográficos como o da Biblioteca Nacional de Portugal ou do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, acessíveis à

movimentos anticolonialistas europeus e movimentos de libertação nacional africanos. Investigação que chegou a iniciar e onde se enquadra a apresentação da comunicação "Les Portugais d'Alger 1962-1974" ao colóquio *Nouvelles perspectives de la recherche française sur la culture portugaise (5-6 février 2007)*, mas que entretanto abandonou. Disponível em http://www.msh-clermont.fr/IMG/pdf/06-MANYA_51-58_.pdf [consultado em 22-03-2010].

[19] Lamentavelmente, nenhum dos dirigentes da Frente em Argel deixou memórias.

[20] Respetivamente, Frederico Delgado Rosa, *Humberto Delgado. Biografia do General sem Medo*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2008; Maria Antónia Fiadeiro (org. e coord.), *Fernando Piteira Santos. Português. Cidadão do Século XX***,** Porto, Campo das Letras, 2003; Fernanda Lopes Cardoso, *Lopes Cardoso. Intervenções Parlamentares. Testemunho Sobre a Coerência de um Percurso*, Lisboa, Assembleia da República, 2003; Sacuntala de Miranda, *Memórias de um peão nos combates pela liberdade*, Lisboa, Salamandra, 2003. De registar que a biografia de Humberto Delgado, não obstante avançar um admirável conjunto de informações sobre a figura do general, resvala, de quando em vez, para um tom quase hagiográfico, defendendo sistematicamente as posições de Delgado como justas e ponderadas e enjeitando a de todos quantos não as acataram ou se lhes opuseram.

[21] Respetivamente, José Augusto Seabra, *De Exílio em Exílio I - Resistências e Errâncias (1953-1963)*, Porto, Folio Edições, 2004; A. Encarnação Viegas, *Emídio Guerreiro. Uma vida pela liberdade*, Lisboa, Editorial Notícias, 1998; Camilo Mortágua, *Andanças para a Liberdade. 1934/1961***,** Lisboa, Esfera do Caos, 2009, vol. I; e Miguel Urbano Rodrigues, *O tempo e o espaço em que vivi*, Porto, Campo das Letras, 2002-2004, 2 vols.

consulta pública através dos repositórios digitais de diferentes universidades ou cedidas pelos seus autores[22].

Finalmente, a necessidade de enquadrar o contexto argelino e o trabalho dos *réseaux de soutien* franceses e internacionalistas, motivou também a consulta de bibliografia específica, tanto memorialista e biográfica, como académica. Inserem-se neste ponto a obra de Benjamin Stora, a biografia de Henri Curiel elaborada por Gilles Perrault ou as memórias de Didar Fawzy-Rossano e de Henri Alleg[23].

No que toca às fontes documentais, uma das principais valências do presente trabalho será, porventura, a de dar a conhecer a fecundidade de um conjunto de arquivos particulares até à data pouco ou nada explorados, dos quais se salientam o de Fernando Piteira Santos, de Manuel Sertório, de António Lopes Cardoso, de Francisco Ramos da Costa, de José Hipólito dos Santos e de Manuel Tito de Morais. Pertencendo quase todos a exilados, portanto fora da alçada de atuação da PIDE ou da censura postal, nestes se encontra profusa correspondência, relatórios detalhados das atividades desenvolvidas e atas de reuniões realizadas, além dos mais usuais panfletos e todo o tipo de imprensa clandestina.

Uma menção especial é devida à correspondência. A dispersão dos núcleos e, com esta, a inevitável distância entre as pessoas, fazia da correspondência, tantas vezes, a única forma de manter o debate político e de ir fazendo o ponto de situação das atividades desenvolvidas, fora e dentro do país, e das movimentações dos companheiros ou respeitantes aos interlocutores diretos. Sobretudo se for de caracter pessoal e trocada entre amigos pessoais, como muitas vezes acontece, encontramos um discurso espontâneo e em tempo real, que permite acompanhar a forma apaixonada ou desapaixonada como se desenharam projetos, se inflamaram debates, se ajustaram soluções de compromisso, se entenderam desaires e vitórias. Um manancial de informação riquíssimo, enfim, a tratar com cuidados específicos, como todas as fontes. Um deles é o do direito à privacidade dos seus emissores, que obrigada a uma constante

[22] As indicações sobre a bibliografia disponível para a caracterização do exílio português serão indicadas no primeiro capítulo, a par do retrato que deste procuraremos traçar entre os finais da década de cinquenta e os inícios de sessenta do século XX.

[23] Respetivamente, Benjamin Stora, *Histoire de l'Algérie depuis l'indépendance : Tome 1, 1962-1988*, s.l., La Découverte, 2004 (4ª ed.); Gilles Perrault, *Un Homme a Part*, Paris, Fayard, 2006 (1ª ed 1984) ; Didar Fawzy-Rossano, *Mémoires d'une militante communiste (1942-1990). Du Caire à Alger, Paris et Genève*, Paris, L'Harmattan, 1997 e Henri Alleg, *Mémoire algérienne*, s.l., Éditions Stock, 2005.

e difícil demarcação entre o que é luta política e o que se enquadra no foro íntimo e pessoal. Outro é o da perspetiva espacial a partir da qual os seus autores observam a realidade, sobredimensionando os contextos locais em que atuam.

Na salvaguarda e disponibilização dos arquivos particulares é de elementar justiça destacar o papel do Arquivo & Biblioteca da Fundação Mário Soares (A&B FMS) e do Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra (CD 25A). De facto, nos últimos anos ambas as instituições compensaram a notória incapacidade material e humana dos arquivos nacionais e assumiram-se como locais de pesquisa incontornáveis para quem se dedica ao estudo da oposição portuguesa.

No arranque da investigação sabíamos da disponibilização do espólio de Francisco Ramos da Costa, exclusivamente constituído por correspondência, depositado no A&B FMS. Por termos colaborado na sua classificação e o termos consultado no âmbito da pesquisa para a dissertação de mestrado, conhecíamos bem a sua riqueza e as abundantes alusões à FPLN. Tínhamos igualmente registado, por idênticos motivos, a existência uma quantidade apreciável de documentação emanada ou referente à Frente, de tipologia diversa, espalhada por vários acervos particulares, incluindo do seu patrono Mário Soares, também à guarda do mesmo Arquivo.

Outrossim no contexto do mestrado procurámos consultar o espólio de Fernando Piteira Santos, cuja parte documental se encontrava já no CD 25A. Não tendo sido possível por estar em processo de classificação, ficámos com uma ideia geral da sua composição em resultado da conversa com o responsável pelo seu tratamento. Ainda nessa altura tomámos contacto com o significativo conjunto de brochuras e demais imprensa clandestina depositados no Centro, em que calculávamos estar contemplada a FPLN, e, bem assim, soubemos da entrada no arquivo do espólio de Manuel Sertório, cuja dimensão, disseram-nos então, seria assinalável.

Foi nesta base que a pesquisa se iniciou. Ainda assim, o manuseamento dos fundos foi surpreendente. A extensão e substância dos acervos de Sertório e de Piteira iam bem além do esperado. Além da documentação de cariz eminentemente pessoal – correspondência, apontamentos vários, atas, relatórios, originais de artigos… –, deles faz parte um volume considerável de documentação pública – comunicados, circulares, panfletos, recortes de imprensa…. No acervo de Sertório, e apenas mencionando o que respeita à FPLN, foi inclusivamente possível encontrar as atas das Conferências da FPLN, assim como as notas de todas as reuniões da direção da Frente em que

participou[24]. Menos rico em documentação manuscrita é o fundo de Piteira Santos, o que, atendendo à quantidade de correspondência guardada, de forma absolutamente sistemática, logo levou a suspeitar ficar a falha a dever-se a uma seleção preliminar por parte da família, hipótese mais tarde confirmada[25]. Estes foram dois dos fundos absolutamente centrais para a presente análise.

O acervo de Lopes Cardoso foi outro dos consultados. Acabado de entrar no CD 25A à data da pesquisa, aguardava classificação para posterior disponibilização. Uma dificuldade ultrapassada mercê de uma autorização expressa por parte da viúva, que possuía um inventário bastante detalhado do conjunto, e da boa vontade dos responsáveis do Centro. De menor dimensão do que os dois atrás referidos, também este se revelou importantíssimo para o presente estudo. Não somente o engenheiro agrónomo mantinha correspondência com elementos bastante diferenciados dos dois primeiros (mantendo também com estes contacto estreito e regular), como possuía um conjunto admirável de relatórios do MAR cujo conteúdo permite seguir a par e passo a criação e evolução da organização. Além disso, como membro da Comissão Delegada Provisória durante 1963, ano durante o qual reside em Paris e aqui faz o interface com o outro elemento da direção na capital francesa, o mandatário comunista Joaquim Gomes, e depois em Rabat, a sua correspondência e outra documentação a esta associada detalham as atividades da Frente nos primeiros anos e trazem uma nova luz a um período da história do núcleo democrata luso em Marrocos.

Outro dos arquivos particulares cuja consulta foi essencial foi o de José Hipólito dos Santos. Figura cimeira da Junta de Acção Patriótica dos Portugueses na Argélia (JAPPA) e um dos principais dinamizadores do núcleo argelino do MAR, o acervo é constituído por um vasto conjunto de apontamentos/atas de reuniões de um e outro organismo, para além de um significativo manancial de correspondência, imprensa e outra documentação copiografada e, ainda, agendas pessoais, que permitiu descortinar o teor das relações da comunidade portuguesa na Argélia em geral e da JAPPA em particular com a direção da Frente e construir uma cronologia detalhada das atividades daquele organismo de base. Além disso, complementou as informações sobre o MAR já

[24] Além desta, é de frisar o volume apreciável de documentação sobre a comunidade democrata portuguesa no Brasil, suas tentativas de estruturação e divergências, bem como dos contactos entre Sertório e elementos de outros núcleos de exilados, desde o Uruguai ao Canadá, passando por Marrocos, Inglaterra, Venezuela...

[25] A confirmação foi dada pela sua enteada, Maria António Fiadeiro, e pela própria viúva, Stela Piteira Santos, então ainda viva. Falava-se de "um baú" de dimensão razoável onde essa documentação estaria guardada e cujo paradeiro não foi possível conhecer com rigor.

encontradas no espólio de Lopes Cardoso, deixando, por exemplo, antever uma inesperada ligação entre o núcleo argelino *marista* e os *fapistas* fixados em Argel e em Paris. O acervo encontrava-se ainda com o próprio, que o disponibilizou na íntegra para a autora[26].

Finalmente, terminando o conjunto de arquivos particulares de maior dimensão e relevância, temos o espólio de Manuel Tito de Morais. À guarda da família, em casa de uma das filhas do engenheiro, Maria Carolina Tito de Morais, também ela fixada na capital argelina no arranque da FPLN, o seu acesso foi por esta gentilmente cedido sem qualquer restrição. Porém, embora tivesse beneficiado de uma intervenção preliminar promovida pelo seu detentor e pela sua mulher Maria Emília Tito de Morais, as numerosas caixas e *dossiers* não tinham por norma qualquer identificação exterior, estando distribuídas por diferentes divisões da habitação, o que impediu a sua consulta sistemática. Ainda assim, sendo Tito de Morais um dos dirigentes da Frente e participante nas três primeiras Conferências da FPLN, nele foi possível encontrar, entre outra documentação, as atas/apontamentos das mesmas, as notas de várias reuniões da direção, um manancial apreciável de correspondência e documentação da tesouraria da Frente (cargo que Tito de Morais a certa altura exerceu).

Embora de volume substancialmente menor, a consulta do acervo de Ramos da Costa correspondeu igualmente às expetativas, acabando ainda por se constatar que incluía não somente correspondência pessoal, mas também circulares, comunicados e outra documentação copiografada, permitindo completar séries de documentação e até encontrar documentos "únicos". À semelhança da de Tito de Morais, a sua correspondência é particularmente importante para acompanhar o debate que entre os sectores socialistas moderado e de esquerda se vai dando, bem como para seguir a ligação entre os socialistas da RR do interior e do exterior. Também relevante é o volume de correspondência trocada com Humberto Delgado, de que o economista foi representante em Paris durante alguns anos.[27]

Além disso, no CD 25A, localizaram-se outros arquivos particulares, de menor amplitude, que "tocavam" a Frente. Foram os casos dos fundos de António de Figueiredo, composto por correspondência, o de Humberto Lucas, sobretudo incidente

[26] Atualmente, está depositado e em fase de classificação no CD 25A.
[27] O acervo permite ainda acompanhar as relações internacionais que a RR/ASP/PS vão desenvolvendo junto dos seus congéneres europeus e de que é um dos principais responsáveis.

no pós-rutura com o PCP em 1970, e de Fernando António Almeida, composto essencialmente por documentação publicada, impressa ou copiografada (comunicados, circulares, brochuras e imprensa clandestina).

Ainda no A&B FMS foi igualmente consultada documentação de outros acervos, como os de Alfredo Ribeiro Santos, de Francisco Lyon de Castro, de Jorge Campinos, de Mário Soares, de Souto Teixeira ou de Victor Cabrita Neto. Nestes se encontrou sobretudo imprensa clandestina e outras edições do movimento das Juntas de Acção Patriótica, da FPLN no interior e do secretariado do exterior, bem como correspondência trocada entre alguns dos exilados mais intervenientes no movimento unitário.

Consultámos também o "Núcleo sobre a oposição ao Estado Novo" no Arquivo de História Social do Instituto de Ciências Sociais. Relativamente à FPLN, a maioria da documentação foi cedida por José Barreto e José Laranjo e é constituída por imprensa, brochuras, comunicados e outra documentação impressa ou copiografada posterior a 1965.

Na Biblioteca-Museu República e Resistência acedemos aos fundos "FPLN" e "Francisco Oliveira Pio". O primeiro composto por um pequeno conjunto de documentação dos últimos anos da Frente, o segundo por documentos referentes ao Movimento Nacional Independente (MNI) no Brasil[28].

Tivemos ainda acesso a parte ou à totalidade dos arquivos particulares de Flausino Torres, Quintino de Barros, Marcelo Fernandes e Hélder/Clarinda Veiga Pires, todos na posse dos próprios ou suas famílias e disponibilizados para este estudo[29].

Outro esteio da presente investigação foi a realização de um conjunto de dezassete entrevistas a intervenientes no primeiro ciclo da FPLN ou a este estreitamente ligados.

[28] A consulta do acervo de Oliveira Pio partiu de indicação dada por Heloísa Paulo à autora. Sem qualquer referência a este por parte da instituição e manifestando os funcionários total desconhecimento do espólio, foi possível encontrá-lo numa espécie de arrecadação onde se encontrava por classificar devidamente e em condições de preservação duvidosas. Assim, a sua consulta foi apenas ocasional e pouco proveitosa. De registar outrossim que foram várias as tentativas de aceder ao fundo audiovisual da Biblioteca-Museu, resultante da gravação de uma série de encontros "testemunhais" e de conferências de que a instituição foi palco, muito em particular durante a década de noventa, todas infrutíferas. Na transferência para as novas instalações ao Campo Grande ter-se-ia perdido o inventário de tal acervo, informaram-nos, pelo que a identificação das fitas era, ao tempo, impossível.

[29] O de Flausino Torres foi entretanto depositado pela família no CD 25A.

A partir da segunda metade da década de noventa do século passado, a "história oral" tem vindo a adquirir na prática historiográfica portuguesa um papel de assinalável destaque[30]. Se até então a produção histórica tendia a ignorá-la ou a tratá-la com enorme desconfiança, sublinhando insistentemente os perigos inerentes à construção da memória e a sua "excessiva subjetividade", nos últimos anos a recolha de testemunhos, entendida como uma metodologia da investigação contemporânea, tem vindo a ser reabilitada pela comunidade historiográfica e, até, a ganhar foros de *prima donna*.

Na esteira do que defendem nomes como o do investigador italiano Alessandro Portelli, o recurso à "história oral" é, não somente fundamental para preencher lacunas deixadas por outras fontes, como, sobretudo, para descortinar o sentido dos acontecimentos e fornecer um instantâneo sobre o ambiente vivido. Aspetos que se transmitem pelas palavras ditas, mas também pelos silêncios, pelas hesitações, pelos sentimentos de alegria ou tristeza que perpassam o momento.

Mais do que pistas, pretendemos com as entrevistas completar dados, por exemplo dos percursos pessoais e políticos, compreender o contexto, fazer o contraditório com a documentação escrita já consultada e percecionar o modo como cada um dos interlocutores vivera a "experiência argelina". Por isso as remetemos para uma fase adiantada da investigação. A preocupação central foi, igualmente, ouvir "delegados" dos diferentes sectores políticos envolvidos no exílio argelino, consolidando os pontos de maior divergência, já sinalizadas pela pesquisa documental anterior, mas, bem assim, procurando as convergências.

A algumas entrevistas, sempre orais, embora nem todas registadas, seguiram-se por vezes depoimentos escritos enviados por iniciativa dos interlocutores e outras conversas mais parcelares para esclarecimento de uma ou outra informação. A todos foi esclarecido o âmbito da investigação em curso, entendendo-se dispensável a ratificação da sua transcrição pelos entrevistados, que, aliás, por nenhum nos foi solicitada.

Alguns contactos acabaram por não resultar em entrevistas ou depoimentos escritos. Manuel Alegre, Joaquim Gomes ou José Moura Pimenta foram alguns dos elementos interpelados que se mostraram indisponíveis, fosse por sistemático adiamento, como no caso de Alegre, fosse por recusa expressa, nos dois restantes. Ao contrário, é de salientar a riqueza informativa dos depoimentos de Quintino de Barros,

[30] Luísa Tiago de Oliveira, "A História Oral em Portugal" in *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 63, 2010, p. 139- 156.

José Hipólito dos Santos, Clarinda Veiga Pires, Luísa Tito de Morais, Joaquim Branquinho, Helena Rato e Rui d'Espiney.

Ao invés do que é mais comum nas investigações sobre a oposição, as fontes policiais ou produzidas pelo regime têm, por comparação, um peso extremamente reduzido no presente trabalho. Não obstante, foram consultados os fundos da PIDE/DGS, o Arquivo Oliveira Salazar, o fundo da Legião Portuguesa, na Torre do Tombo, e o Arquivo Histórico-Diplomático, no Ministério dos Negócios Estrangeiros.

No fundo da PIDE/DGS foram consultados alguns processos coletivos – em nome da FPLN e o das JAP's do Norte – e um conjunto razoável de processos individuais, cingindo-se esta, normalmente, aos processos do Gabinete Técnico e do Centro de Informação 2, os que acompanham o percurso individual referenciado pela polícia política[31]. A intenção era precisamente a de conhecer o que saberia a PIDE sobre a Frente, os receios que acerca dela teria e o acompanhamento que fazia dos seus ativistas, designadamente para averiguar as motivações da saída do país e o informação/interesse da polícia política após a fixação daqueles no exílio. No Arquivo Oliveira Salazar consultaram-se essencialmente as notas informativas da polícia política a Oliveira Salazar, especificamente sobre a Frente ou alguns dos seus protagonistas. No arquivo da Legião Portuguesa foram consultadas atas dispersas das reuniões da direção e algumas escutas da rádio *Voz da Liberdade*[32].

No Arquivo Histórico-Diplomático procurou-se sobretudo esclarecer o contexto em que são cortadas as relações bilaterais com a Argélia e observar como o regime, através do pessoal do corpo diplomático no estrangeiro, vigia e interfere ou tenta interferir nas movimentações dos exilados. Sobre este último aspeto é de sublinhar a ativa colaboração entre a polícia política e o Ministério dos Negócios Estrangeiros no controlo das comunidades emigradas lusas e, em especial, dos núcleos democratas. As informações referentes às deslocações destes e às suas movimentações "diplomáticas" são de imediato reencaminhadas para os postos diplomáticos e consulares e estão na base de grande parte das diligências feitas juntos das autoridades dos países por onde

[31] Alfredo Caldeira, "O regime democrático e a extinção da PIDE" in *História*, Ano XVII (Nova Série), n.º 4, Janeiro 1995, p. 38-51

[32] O fundo da Legião Portuguesa terá sofrido uma intervenção algo nefasta no pós-Revolução de Abril, pautada pelo desaparecimento de processos e pela retirada da documentação do seu contexto original. Este facto obstaculizou o trabalho de organização arquivística e apenas recentemente o ANTT disponibilizou um inventário do fundo na área de referências do arquivo. Mas também este é extremamente generalista, o que limita em muito a consulta sistemática do acervo.

transitam os oposicionistas portugueses ou onde estão fixados. Seja no sentido de impedir/embaraçar a sua passagem/fixação nalguns locais, seja procurando a todo o custo evitar a visibilidade da sua ação junto da opinião pública internacional, designadamente pressionando para que membros mais destacados das classes políticas desses países se inibam de contactar com os democratas lusos.

Finalmente, resta lamentar o grande ausente: o arquivo do PCP. Na fase inicial da pesquisa dirigimos pedido ao Comité Central do partido introduzindo a investigação em curso e solicitando autorização para aceder a documentação referente à FPLN. Até à data, nenhuma resposta. Limitada à consulta da imprensa periódica do partido, a declarações públicas dos dirigentes do partido e a documentação bastante parcelar incluída em processos-crime ou nos acervos particulares consultados, como alguma correspondência trocada com os restantes envolvidos, o presente trabalho denota a falta da visão interna do partido, de como concebe este o projeto unitário, sobre ele reflete e sob que premissas decide nele atuar. Assim, a análise é maioritariamente exterior, seguindo normalmente o discurso dos seus parceiros políticos, que a par e passo procuram decifrar o que está para além da posição oficial comunista, e muito pouco feita em discurso direto, como acontece com os restantes sectores envolvidos. Resultando, porventura, numa imagem desfocada sobre o que foi efetivamente a intenção e o papel dos comunistas.

3. Estrutura do trabalho

A partir de meados de 1960 e em consequência da fixação no exílio de um conjunto de figuras do campo não comunista antes envolvidas em tais esforços, começou repetidamente a falar-se da necessidade de dinamizar a unidade e de alargar a sua ação ao exterior. O PCP resistiu num primeiro momento a essas intenções, temendo eventuais perspetivas de transferir para o exílio a direção da luta oposicionista, que sempre enjeitara. Porém, a saída do país de alguns dos seus mais credenciados dirigentes, designadamente o seu secretário-geral, redimensionaram a questão, tanto mais que não era certo conseguir travar o processo que ia fazendo caminho apenas com a sua autoexclusão, sendo aconselhável integrar-se no fluxo e assim garantir que o influenciaria. Situar detalhadamente as origens da FPLN, tanto em Portugal como no exílio, identificar os seus principais impulsionadores e traçar as linhas gerais do projeto

unitário que se vai concebendo e do que é acordado em Roma constitui o primeiro capítulo deste trabalho.

No dealbar de 1963, a Frente começou-se a estruturar, desenvolvendo o duplo esforço de reanimar as hostes no interior e de lançar o secretariado no exterior, então designado Comissão Delegada Provisória da FPLN. Na I Conferência ficara acordado que os membros da comissão interina fixados em Paris coordenariam esses esforços, encarregando-se dos contactos com Portugal e com a diáspora, da divulgação dos resultados do encontro junto da opinião pública internacional, da angariação de fundos e da escolha da base de trabalho onde se instalaria o organismo Este último ponto fora um dos mais controversos na Conferência e sobre ele não se conseguiu chegar a um entendimento. A decisão aguardaria diligências que se efetuariam em Roma e em Argel, os dois locais considerados. São essas démarches e, muito em particular, a forma como se resolveu este diferendo quanto ao local da sede no exterior que se descrevem e analisam no segundo capítulo desta dissertação.

Começou entretanto a fixar-se um núcleo de democratas portugueses na Argélia, a larga maioria atraída pelas esperanças depositadas na recém-constituída FPLN e nas propostas de ação que esta difundiu. Uma comunidade numericamente restrita, mas significativamente politizada e predisposta a uma grande participação na luta oposicionista, que a direção da Frente pretendia enquadrar e controlar o mais possível, alegadamente para não correr o risco de serem postos em causa os meios ao dispor da organização em território argelino, tanto mais que a si cabia a creditação dos portugueses aí se instalavam. Entre os desejos de aprofundar a participação política de uns e os limites impostos por outros, logo se criou e cresceu uma grande tensão entre os dois polos. Uma tensão que se estendia ao organismo dirigente, onde o debate político era intenso, retrato dos realinhamentos a que se assistia no seio da oposição lusa não comunista, dentro e fora do país, e da disputa política entre esta e os comunistas. É o historial de tudo isto que se procura apresentar no terceiro capítulo.

Entre o final de 1963 e os primeiros dias de 1964 decorreu uma II Conferência da FPLN em Praga, que redefiniu o projeto unitário assente em Roma. Sobretudo, atribuiu-se um papel de destaque à luta armada contra o regime e à sua rápida preparação e redimensionou-se o protagonismo a dar ao exílio, considerando-se poder partir deste a iniciativa da ação. Como principal responsável por tal inflexão surgia Humberto Delgado, agora entre os participantes no encontro. As notícias foram muito

bem recebidas pela globalidade da oposição e pelo núcleo argelino em particular. Todavia, graves contingências de saúde por parte do general atrasaram a sua investidura na liderança da Frente e do seu novo organismo dirigente, a Junta Revolucionária Portuguesa. O compasso de espera esvaziou parte do entusiasmo inicial e deu margem ao endurecimento da luta política que tinha como principal palco Argel, entre os que defendiam a prioridade da ação armada e desejavam uma maior intervenção no debate político e a direção da Frente, que aconselhava contenção e entendia caber-lhe exclusivamente a orientação do movimento. Humberto Delgado chegou à capital argelina precisamente neste contexto e levou pouco mais de um mês a incompatibilizar-se com os restantes membros da JRP, usando das prerrogativas de chefia que entendia pertencerem-lhe por direito próprio. Procurou-se, *in extremis*, sanear a situação pela intervenção de figuras exteriores ao conflito e acabou-se por convocar uma nova Conferência, que terminou nos primeiros dias de outubro de 1964. Sem resultado prático, já que nesta se confirmou a rutura. Com esta, findava a primeira fase da história da Frente Patriótica de Libertação Nacional. Tudo isto é o que se desenvolve no quarto capítulo do presente trabalho.

A nossa abordagem segue um método à beira da cronologia, procurando sentir o pulsar dos acontecimentos ao ritmo que os protagonistas o sentiram. A riqueza da documentação disponível e o desejo de lhe "dar voz" motivou também que o discurso fosse feito, tanto quanto possível, a partir delas, como se todos os intervenientes estivessem ao redor da mesma mesa em pleno debate. De quando em vez procurou-se apenas clarificar a narrativa, fazendo-se um "ponto de ordem", intercalando na descrição dois ou três parágrafos de análise.

Disto resultou, porventura, uma excessiva densidade em algumas partes do texto, um abuso de citações e de detalhes eventualmente não determinantes para a compreensão global do que foi a FPLN. Reconhecemo-lo e em nossa defesa apenas diremos que o fizemos por entender ser a academia o local apropriado para a valorização do trabalho de arquivo.

Não quisemos escrever um ensaio interpretativo ou um livro para o grande público, pretendemos antes divulgar junto da comunidade historiográfica as potencialidades deste tipo de acervos e a possibilidade de fazer a história da oposição a partir do seu enfoque próprio e não através do olhar do regime. Nem sempre o

manancial de informação disponível tem dimensão que o permita, evidentemente, mas sendo este o caso pareceu-nos elementar que assim fosse. Se um dia a tese chegar à estampa, será então tempo de lhe ajustar a linguagem e de suprimir alguns detalhes, mantendo embora o espírito deste estudo e, não sendo já a comunidade científica a principal interlocutora, dando nota a tantos que guardam em casa os seus arquivos particulares de que a sua salvaguarda e a sua disponibilização à consulta é condição essencial à preservação das suas memórias pessoais e, mais, à preservação da nossa memória coletiva. Para que não seja possível esquecer.

Não tivemos também a pretensão de aqui apresentar "A" história da Frente Patriótica de Libertação Nacional. Além de cronologicamente não a termos tratado na globalidade, ignorámos elementos fundamentais como a Frente do interior ou o conteúdo da rádio *Voz da Liberdade*. Sem essa observação global é difícil fazer o balanço do que foi realmente a FPLN e do impacto que teve, por exemplo, a ação diplomática por si desenvolvida. Em História não há versões definitivas, é um processo em constante construção, em constante questionamento, pleno de democracia. É nesta História que acreditamos, é para ela que quisemos contribuir.

I Capítulo

(Re)construindo um projeto unitário

O efeito Delgado

As eleições presidenciais de 1958 põem termo à aparente quietude que se abatera sobre a oposição ao Estado Novo nos anos anteriores. O término da II Guerra Mundial e o triunfo dos Aliados não significaram o fim da ditadura portuguesa, como tantos esperavam. Ao contrário, as vitoriosas democracias ocidentais sancionaram o regime salazarista e permitiram-lhe recompor forças e equilíbrios. O clima de *guerra fria*, que entretanto se iniciou, fez o resto. O frenesim oposicionista da década de 40 foi violentamente reprimido, sendo a campanha presidencial de 1949 a última grande manifestação da esperança acalentada nesses anos. À forçada retração juntou-se o sectarismo, também este reflexo da política de blocos. Será a surpreendente mobilização popular em torno da campanha de Humberto Delgado à Presidência da República a dar novo alento às oposições e a inaugurar um novo ciclo.

Humberto Delgado fora, até então, elemento da confiança política do regime. Dirigente da Legião e da Mocidade Portuguesas nos anos 30, diretor do Secretariado da Aeronáutica Civil na década seguinte, adido militar na Embaixada de Portugal em Washington e delegado na Comissão de Representantes Militares da NATO entre outubro de 1952 e setembro de 1957, ocupa, desde o seu regresso ao país, o cargo de diretor-geral da Aeronáutica Civil. Sondado por Henrique Galvão e António Sérgio no sentido de se candidatar à Presidência da República, mostrara-se disponível e fora colhendo apoios. A sua figura corresponde ao protótipo de candidato de Sérgio e de outros oposicionistas moderados: um militar, para mais no ativo, capaz de polarizar o descontentamento latente nas Forças Armadas contra o ministro da Defesa Santos Costa, e um dissidente, potenciando adesões do interior do regime. A ideia de Galvão vem ao encontro de tal estratégia[33].

Todos estavam, porém, longe de imaginar a onda de entusiasmo que Delgado conseguiria gerar. Carismático, com uma atitude e um discurso audaciosos, protagoniza

[33] Sobre a escolha do candidato presidencial, ver David L. Raby, "O problema da unidade antifascista: o PCP e a candidatura do general Humberto Delgado, em 1958" in *Análise Social*, vol. XVIII (72-73-74), 1982, 3º 4º 5º, 869-883; sobre a vida de Humberto Delgado, ver Frederico Delgado Rosa, *op. cit*.

uma campanha atípica para a época. Aparece fardado nas primeiras manifestações públicas, dá ordens às autoridades policiais valendo-se da sua qualidade de oficial graduado, invetiva os agentes da PIDE que acompanham as suas movimentações, recorre a palavras de ordem que depressa se transformam em fortes slogans propagandísticos, é duro nos ataques à situação, como é frontal nas críticas às tradicionais formas oposicionistas de fazer política. O estilo do candidato fica patente na sua primeira conferência de imprensa no Café Chave de Ouro em Lisboa, com a resposta de Delgado quanto ao que pretendia fazer com Salazar caso fosse eleito: "*Obviamente demito-o*". A frase funciona como motor de arranque. Na deslocação ao Porto, a 14 de maio, é recebido por largos milhares de pessoas, facto que se repetirá dois dias depois no regresso à capital. Aclamações que, à escala, se vão sucedendo pelos locais onde vai passando. Muita desta gente não tem passado de luta política, nem formação ou filiação política, estão simplesmente descontentes com o regime e a falta de liberdade, e veem em Humberto Delgado e na sua ousadia uma esperança real[34].

Perante a adesão conseguida, o PCP faz desistir o seu candidato, Arlindo Vicente, a favor do general. A oposição estava agora formalmente unida. Mas ninguém previra ou sabe aproveitar a mobilização popular conseguida. Mesmo o PCP mostra-se incapaz de enquadrar e dirigir as greves e manifestações espontâneas, espartilhado na sua política de transição pacífica e na decorrente expectativa benevolente com que encara as intentonas militares em preparação.

A 8 de junho realizam-se as eleições. Segundo os números oficiais divulgados cinco dias depois, Américo Tomás ganha por larga margem, reunindo Humberto Delgado apenas 25% dos votos. Os resultados não surpreendem. Um pouco por todo o lado a fraude fora uma evidência, situação que Delgado começara a denunciar no dia seguinte ao ato eleitoral. A par do agravamento da repressão sobre os partidários das candidaturas oposicionistas, que se tornara bem visível a partir dos últimos dias de campanha.

A incapacidade da oposição aproveitar o momento mantém-se. Os protestos pela burla eleitoral não seguem um plano conjunto que lhes desse maior projeção e eficácia. São necessárias quase três semanas sobre as eleições para que o PCP lance a Jornada Nacional de Protesto para os dias 1, 2 e 3 de julho, altura em que o movimento é já de

[34] Sobre a campanha eleitoral e seu impacto ver, entre outros, Iva Delgado, Carlos Pacheco e Telmo Faria (coord.), *Humberto Delgado e as eleições de 58*, Lisboa, Vega, 1998.

refluxo[35]. Dias antes, a 18 de junho, tivera lugar na casa de António Sérgio uma ampla reunião com vista a analisar a melhor forma de dar continuidade às estruturas eleitorais. Presentes estão o núcleo duro da candidatura de Humberto Delgado e alguns dos mais próximos apoiantes de Arlindo Vicente, que acordam na formação do Movimento Nacional Independente (MNI). Organismo representante dos votantes em Delgado, perfilhando o seu programa de candidatura e, nessa base, reclamando-se legal. É este o teor da carta que Humberto Delgado dirige ao ministro do Interior, acrescentando ainda os fins imediatos do MNI: impugnar os resultados eleitorais, auxiliar as vítimas da repressão, exigir a libertação dos presos políticos, protestar pela restauração das liberdades democráticas e proceder à sua estruturação[36].

Os pressupostos do MNI não agradam sobremaneira aos comunistas. A regra de uma participação individual, a rejeição de "*todas as concepções totalitárias*" patenteada no documento definidor e o papel fulcral atribuído a Humberto Delgado são elementos que lhes desagradam[37]. Assim, procuram lançar um outro organismo unitário, este de cariz interpartidário e de funcionamento clandestino – a Junta Nacional de Libertação. No fundo, retomando a ideia de complementaridade que estivera na base da coexistência do MUD e do MUNAF na década de 40. A decisão é tomada na reunião da Comissão Política do Comité Central, a 1 de julho, e lançada na Comissão Cívica Eleitoral de Lisboa, que se mantinha, desde as eleições para a Assembleia Nacional de 1957, como local de encontro entre quadros comunistas legais e oposicionistas dispostos ao diálogo com aqueles[38].

A Junta Nacional de Libertação apresenta-se como "*um organismo aberto a todos os partidos, correntes ou individualidades que se encontram em oposição com o regime do Estado Novo*", cujo objetivo imediato "*é a coordenação da acção legal e ilegal"* de todos eles e o objetivo mediato *"a substituição do governo do Estado Novo por um governo provisório de coligação nacional, que, […] garantindo as liberdades essenciais e inerentes à pessoa humana, encontre a solução adequada ao problema moral, político, social e económico criado na vigência do sistema ditatorial*". Para tal, propõe-se, designadamente, "*manter um persistente trabalho de agitação e propaganda*", "*mobilizar, organizar e orientar as mais largas camadas da população*

[35] João Madeira, *O Partido Comunista Português…*, p. 345-349.
[36] Iva Delgado e António de Figueiredo (coord.), *Memórias de Humberto Delgado*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1991, p. 135-137.
[37] Citado in Iva Delgado e António de Figueiredo (coord.), *op. cit.*, p. 136.
[38] João Madeira, *op. cit.*, p. 352-353.

para pequenas e grandes lutas políticas, sociais e económicas, contra as forças da ditadura" e "*estabelecer ligações com os exilados políticos e com os núcleos de portugueses residentes no Ultramar e no estrangeiro*" também na oposição ao regime[39].

Ainda no mês de julho, a "Comissão Organizadora" da Junta dirige-se "Ao Povo Português" fazendo a denúncia das irregularidades eleitorais e apelando ao luto nacional no dia 9 de agosto, dia da tomada de posse do novo presidente da República, Américo Tomás[40]. Iniciativa que pouca expressão terá. Na realidade, a JNL tem uma representatividade bastante restrita, congregando somente os comunistas, alguns socialistas de esquerda da Acção Socialista, constituída por essa altura em torno de Manuel Sertório e agrupando vários elementos da redação da *Seara Nova*, e alguns católicos e monárquicos. Os restantes sectores da oposição recusam colaborar ou adiam uma tomada de posição, mantendo as desconfianças perante as tendências hegemónicas do PCP.

Idêntico problema ao que se vive no MNI, onde se vão evidenciando as fricções entre o grupo que desde o início apoiara Delgado e os ex-partidários de Vicente. O que, aliado à atuação policial e às dificuldades de entendimento de certos sectores da organização com o próprio general, entrava a implantação do Movimento. Apenas em novembro é constituída uma Comissão Permanente provisória, agendando-se para o mês seguinte o término da estruturação do MNI[41]. Perante isso, e reeditando o que tradicionalmente ocorria durante e após o período eleitoral, Delgado conspira. Ao seu redor, um grupo de oficiais de patente intermédia procura enquadrar organicamente o descontentamento que grassa nas Forças Armadas e constitui o Movimento Militar Independente, pouco depois do MNI. Vertente militar, como a própria designação indica, e clandestina do mesmo, que ativamente procura garantir apoios junto de altas chefias militares e engendrar o golpe militar capaz de derrubar o regime[42]. Mas um golpe de tipo diferente, com uma substancial participação civil, recrutada maioritariamente nos sectores recém-chegados às lides oposicionistas – católicos

[39] "Conceito, objectivos e programa de acção dos partidos, correntes de opinião ou individualidades representados na Junta Nacional de Libertação", s/d. CD 25A, MS – Oposição / Outros / Portugal / Vários / Docs diversos 48.
[40] CD 25A, MS – Oposição / Outros / Portugal / Vários / Docs diversos 49.
[41] Movimento Nacional Independente – Organização (Confidencial), Lisboa, 27 de novembro de 1958. Citado in José Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal. Uma biografia política*, Lisboa, Temas e Debates, 2001, vol. 3, p. 674 e 675.
[42] "Movimento Militar Independente", s/d in Arquivo do 1º Tribunal Militar Territorial de Lisboa, Processo 129/1959, vol. VI, fls. 850-853.

"progressistas" e monárquicos – e nos quadrantes da esquerda não comunista. 2 de junho, nas vésperas das eleições presidenciais, 9 de agosto, dia da tomada de posse do presidente formalmente eleito, 18 de dezembro e, por último, a noite de 11 para 12 de março são as datas consecutivamente marcadas para a ação, que falham uma após outra. A primeira porque o próprio chefe dela se terá desinteressado, empenhado em disputar as urnas, as seguintes porque os apoios supostamente certos recuam, a última porque a PIDE a desmantela mal arranca[43].

Humberto Delgado sente-se a cada dia mais isolado. Ao mesmo tempo, a pressão do regime sobre si é crescente. Afastado do cargo de diretor-geral de Aeronáutica, proibido de voar, pressionado a sair de Portugal e a deixar a vida política ativa, ostensivamente perseguido pela PIDE, é-lhe finalmente instaurado um processo disciplinar em novembro de 1958. É o próprio presidente do Conselho a determiná-lo, considerando existirem provas suficientes dos "*numerosos*" e "*graves*" atos praticados por Delgado. A 7 de janeiro de 1959, uma nota oficiosa informa da sua passagem à situação de "separado do serviço", uma punição entre a reforma compulsiva e a demissão, ficando ainda sujeito às eventuais responsabilidades criminais que lhe pudessem ser atribuídas. O núcleo mais próximo do general receia a sua prisão. Convencido dessa possibilidade iminente, Humberto Delgado pede asilo político na Embaixada do Brasil em Lisboa a 12 de janeiro de 1959[44].

O furor da campanha está irremediavelmente perdido. Conseguira-se avançar com um líder carismático, estabelecera-se a unidade possível, conseguira-se a adesão da população e, em resultado disso, criara-se um clima pré-insurrecional. Tudo isto, e pela primeira vez, sob o olhar atento da imprensa internacional. Sem que ninguém soubesse o que fazer. Se da chamada oposição tradicional pouco se poderia esperar além da "guerra dos papéis", a oposição comunista não se mostrara mais eficiente. Apostada em garantir a realização e continuação da ampla unidade oposicionista capaz de levar por si ao derrube de Salazar e a um processo de transição democrática, a direção de Júlio Fogaça relega para segundo plano o movimento de massas a que se assiste. Quase que um estorvo para a concretização da sua política de transição pacífica[45]. O desalento sucede ao entusiasmo.

[43] Susana Martins, "O «golpe da Sé» é desarticulado" in António Paço (coord.), *Os Anos de Salazar*, s.l., Planeta DeAgostini, 2008, vol. 16, p. 30-43.
[44] Frederico Delgado Rosa, *op. cit.*
[45] David L. Raby, *op. cit.*

O regime vai-se reequilibrando. Terminada a abertura legal propiciada pelas eleições presidenciais, procura garantir a impossibilidade de repetição legal de episódios semelhantes. Daí adiar as eleições para as Juntas de Freguesia para o ano seguinte, proibir as comemorações do 5 de outubro e, finalmente, por termo à realização de eleições presidenciais diretas, com a revisão constitucional promulgada em agosto de 1959.

Paralelamente, continua a vaga de prisões que iniciara nas vésperas do ato eleitoral. Primeiro incidindo nos mais ativos elementos das candidaturas oposicionistas, para numa segunda fase atingir o PCP nas suas mais altas instâncias. O último semestre de 1958 e o ano de 1959 são de razia para o partido. Pela exposição dos seus militantes durante e no imediato seguimento da campanha eleitoral, mas sobretudo pela "traição" de importantes quadros.

Com o refúgio de Humberto Delgado na Embaixada do Brasil e a sua partida para esse país em abril, o MNI definha. A JNL não conhece melhor sorte, com o falhanço das tentativas de alargar a sua influência política e as constantes dificuldades de entendimento entre os que nela haviam aceitado participar. Situação que se mantém em abril de 1960, como relata Mário Ruivo, então elemento da Acção Socialista, um pequeno grupo socialista constituído ao redor da revista *Seara Nova* e de um dos seus responsáveis, Manuel Sertório, há pouco exilado no Brasil, a quem Ruivo se dirige:

> *"Temos continuado a participar [Acção Socialista], através de um delegado, nas reuniões da J.L.N.. Arrasta-se o debate sobre os estatutos… Melhoria do Comité de Redacção do Boletim [Boletim de Informação Política, publicado desde Março de 1959] de que faz parte um amigo nosso. […]*
>
> *Por outro lado não é de excluir (mas isto de momento é ainda muito vago) que possamos contribuir para reforçar a posição da JLN dando-lhe uma maior representatividade política.*
>
> *Estamos a tentar, através do nosso "Grupo de Coordenação" fazer evoluir a posição de certos sectores, em especial dos que andam à volta do M.S. [Mário Soares]."*[46]

Ou seja, a Junta continuava a ser carregada em ombros pelos comunistas, não conseguindo tornar-se uma verdadeira frente. Parte da oposição moderada mantém as desconfianças quanto à cooperação com o PCP. O que se manifesta nas tentativas de

[46] Carta de Mário Ruivo a Manuel Sertório, 23 de abril de 1960. Sublinhado no original. CD 25A, MS – Corresp 2928.

António Sérgio e seus próximos em formar uma Frente Republicana, ou no trabalho desenvolvido por elementos do Directório Democrato-Social e da Resistência Republicana no sentido de delinear um programa próprio, que se consubstancia no *Programa para a Democratização da República*, com a data simbólica de 31 de janeiro de 1961[47]. Sendo certo que entre estes últimos vários são os que aceitam colaborar com o PC, não menos certo é este desejo de se afirmarem como corrente autónoma e assim melhor escapar às tendências hegemónicas dos comunistas.

Nos finais de 1959, começam a ser criadas Juntas de Acção Patriótica (JAP's). A ideia de constituir comités de base clandestinos havia já sido defendida na Junta Nacional de Libertação, designadamente por Manuel Sertório, mas surgirá de forma independente, pela iniciativa de elementos ligados à Resistência Republicana, à Maçonaria e a outros grupos[48]. Fazer a revolução é genericamente a palavra de ordem e sob esse lema o movimento desenvolve-se ao longo de 1960 e 1961. Só mais tarde o PCP será convidado a aderir e, ainda mais tarde, no pós-eleições de novembro de 1961, dará verdadeira atenção ao processo[49]. A ideia é abranger todo o território nacional, formando juntas de base em cada localidade ou bairro, além de juntas sectoriais de juventude e de intelectuais. Em cada capital de distrito haveria uma junta de coordenação e em Lisboa uma Junta Central que dirigiria e articularia todo o movimento. É a possibilidade de criar este órgão de coordenação unitário ilegal, mas capaz de dirigir as comissões legais que restavam das eleições, que interessa particularmente ao PC. Por razões de segurança, os organismos de base não deveriam ultrapassar os seis elementos, estando apenas um destes em contacto direto com um dos membros da junta de coordenação da sua área. Esclarecer, angariar informação correta e detalhada, programar ações de resistência como manifestações de rua ou greves, e reclamar junto das autoridades vigentes são algumas das metas das JAP's. Com isso, alimentar-se-ia um clima pré-insurrecional com vista ao derrube do regime e à

[47] Criada em 1956, a ADS engloba então grande parte da oposição liberal e conservadora. Formada pela mesma altura, a RR é constituída maioritariamente por elementos em rutura mais ou menos recente com o PCP, como Mário Soares, Piteira Santos ou Ramos da Costa, procurando um espaço alternativo entre o que apelidavam de "dogmatismo comunista" e a oposição conservadora. Dela falaremos mais detalhadamente ao longo do trabalho. Sobre o tema ver Susana Martins, *Socialistas na Oposição ao Estado Novo. Um estudo sobre o Movimento Socialista Português de 1926 a 1974*, Cruz Quebrada, Casa das Letras, 2005.

[48] Manuel Sertório, *Humberto Delgado – 70 Cartas Inéditas*, Lisboa, Publicações Alfa, 1990, p. 22 e Dawn Linda Raby, *op. cit.*, p.226.

[49] João Madeira, *op. cit.*, p. 418.

implantação da democracia[50]. Na teoria, porque, na realidade, tão grande pulverização dificultava muito o controlo político.

O empenho comunista na unidade não é novo, mas parece renovada a crença na radicalização do combate social e político entre as suas hostes. É o início da discussão em torno da luta armada, para a qual contribui o exemplo da vitória dos guerrilheiros de Fidel Castro sobre a ditadura de Batista em Cuba, no dealbar de 1959. Defesa de uma corrente que vinha tomando fôlego no partido e que mais se alimenta na espetacular fuga de importantes quadros partidários da Fortaleza de Peniche, em janeiro de 1960. A direção de 1956/59 é posta em causa, tanto na estratégia como nas práticas. Critica-se o denominado "desvio de direita", como se criticam as falhas conspirativas e a consequente onda de prisões de quadros partidários. E na estratégia comunista agora preconizada, a revitalização do frentismo oposicionista de base é uma das metas a atingir.

O ano de 1961 é o *annus horribilis* para o Estado Novo. A 21 de janeiro, dá-se a tomada do paquete *Santa Maria* pelo Directório Revolucionário Ibérico de Libertação. O comando político da operação está a cargo de Henrique Galvão, com o conhecimento e aprovação de Humberto Delgado. A operação atrai a atenção da imprensa internacional e o governo português não sai bem na fotografia, apesar dos seus esforços por classificar o ato como pirataria e por tratar os seus autores como delinquentes[51].

Nos primeiros meses do ano complica-se a situação em Angola. Primeiro, a revolta na Baixa do Cassange e a violenta repressão que a ela se segue, causadora de milhares de mortos e refugiados. Depois, as tentativas de assalto à Casa da Reclusão Militar, à Cadeia da Administração de S. Paulo, às instalações da então 7.ª Esquadra, ao Pavilhão Prisional da PIDE e à Companhia Indígena nos dias a 4 e 11 de fevereiro, visando essencialmente a libertação de presos políticos, que provocam algumas vítimas entre as forças policiais e algumas dezenas de mortos entre os atacantes. Em represália, nos dias seguintes, a polícia política prende cerca de duas centenas de pessoas e milícias brancas atacam os musseques ao redor da capital angolana, com numerosas mortes entre

[50] ANTT, PIDE/DGS – Virgínia Moura, António Lobão Vital e outros, Del P PC 298/62 - NT 5415 e *O que é uma Junta de Acção Patriótica (Elementos para a sua organização)*, Ed. Comissão Executiva da Junta Central de Acção Patriótica da FPLN, novembro de 1964 in A&B FMS, 2595.023.002 a 017.

[51] Sobre o assunto ver, entre outros, Henrique Galvão, *O assalto ao «Santa Maria»*, Lisboa, Delfos, 1974; J. Sotomayor, *Yo robe el Santa María*, Madrid, Akal Editor, 1978; Francisco Teixeira da Mota, *Henrique Galvão. Um Herói Português*, Lisboa, Oficina do Livro, 2011 e Pedro Jorge Castro, *O inimigo n.º 1 de Salazar*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2010.

a população negra. Ambos os acontecimentos levam a Libéria a solicitar uma reunião do Conselho de Segurança da ONU para debater o assunto, que ocorrerá a 11 de março, apesar dos protestos apresentados pelas autoridades portuguesas. A moção da Libéria acaba por ser rejeitada pela abstenção da maioria dos países presentes. A 15 de março, a União dos Povos de Angola (UPA) lança um ataque contra as populações brancas no Norte de Angola, do qual resulta vários milhares de mortos e a destruição de bens. Seguem-se os contra-ataques pelas milícias brancas de idêntica violência. Tem início a guerra colonial em Angola[52].

Aparentemente em relação direta com a situação angolana e com pressões norte-americanas para a mudança da política colonial portuguesa, o ministro da Defesa Nacional chefia um golpe palaciano cujo objetivo é afastar Salazar. Botelho Moniz tenta pressionar o presidente da República a substituir o presidente do Conselho, contando com o apoio do ministro do Exército e de outras altas patentes militares, além de ligações com sectores delgadistas e, por intermédio destes, com o Directório Democrato-Social. Instâncias que apenas levam à demissão e substituição de ambos os titulares das pastas ministeriais, em reação concertada entre Américo Tomás e Salazar, a 13 de abril[53].

Nos últimos dias de janeiro é entregue na Presidência da República o *Programa para a Democratização da República*, cujos subscritores decidem divulgar à imprensa em maio. Todos os seus 62 subscritores são chamados a prestar declarações à PIDE, alguns libertados ao fim de poucas horas, outros detidos por vários meses.

Entretanto, estava formada a Junta Central de Acção Patriótica em Lisboa, onde estão representados desde elementos mais conservadores aos comunistas, passando pelos católicos, maçons ou socialistas de vários matizes. Mário Soares, Francisco Salgado Zenha, Luís Dias Amado, Francisco Lino Neto, Fernando de Oliveira Rodrigues ou Areosa Feio são alguns dos nomes a ela ligados[54]. Entre os finais de 1961 e o início de 1962, idênticas estruturas constituem-se em Coimbra e no Porto. Carlos de Almeida, Alberto Vilaça, Orlando de Carvalho, Fernando Vale, João Pereira Ribeiro ou Louzã Henriques são alguns dos membros da primeira, Virgínia Moura, António Lobão

[52] Ver, entre outros, Dalila Cabrita Mateus e Álvaro Mateus, *Angola 61. Guerra Colonial: Causas e Consequências. O 4 de Fevereiro e o 15 de Março*, Alfragide, Texto Editores, 2011.
[53] Luís Nuno Rodrigues, "A tentativa de golpe de Botelho Moniz" in António Paço (coord.), *Os Anos de Salazar*, s.l., Planeta DeAgostini, 2008, vol. 18, p. 36-47.
[54] ANTT, PIDE/DGS – Francisco Lino Neto, SC E/GT 184 - NT 1437.

Vital, Armando Bacelar, Manuel Guedes Pinheiro, Alfredo de Magalhães ou Fernando Ferreira da Costa da segunda[55].

Ano de eleições para a Assembleia Nacional e da forçada abertura no período de campanha. A impossibilidade de acordo entre a Frente Republicana Independente e o PCP com vista à apresentação de listas únicas, aponta como certo o fracionamento das forças oposicionistas. Mas embaraços de última hora por parte da Frente acabam por resultar na união formal e a oposição apresenta listas conjuntas em oito distritos no continente, no Funchal e em Moçambique. Em Braga, a oposição candidata-se dividida[56]. A propósito da campanha eleitoral, um comando chefiado por Hermínio da Palma Inácio desvia um avião da TAP da linha Casablanca-Lisboa, que sobrevoa a capital, o Barreiro, Beja e Faro e sobre estas localidades lança panfletos de denúncia da "burla eleitoral". A ação é idealizada por Henrique Galvão, que não participa pessoalmente, e é feita em nome da Frente Antitotalitária dos Portugueses Livres no Estrangeiro[57].

A 4 de dezembro, nova fuga de um grupo de militantes comunistas, agora do Depósito de Presos de Caxias. Depois da fuga de Peniche, é mais um engulho para o regime. Todavia, poucos dias mais tarde, dá-se a prisão de membros do Secretariado do Comité Central do partido, como Pires Jorge, Octávio Pato ou Carlos Costa, e José Dias Coelho é assassinado nas ruas de Lisboa por uma brigada da PIDE.

A 18 de dezembro, a União Indiana ocupa os territórios de Goa, Damão e Diu e põe fim ao Estado Português da Índia. Cai, assim, um importante pilar, embora mais simbólico do que real, do império colonial português[58]. Isto quando a situação em Angola está longe de estar controlada e as pressões internacionais para a alteração da postura das autoridades lusas não param de aumentar. A estes se juntam outros sinais preocupantes, como a reunião da Conferência das Organizações Nacionais das Colónias Portuguesas em Casablanca, em abril desse ano, ou a divulgação de uma carta aberta de Amílcar Cabral, dirigente do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo

[55] ANTT, PIDE/DGS – Fernando Vale, SC PC 1128/62 - NT 5452 e Virgínia Moura, António Lobão Vital e outros, Del P PC 298/62 - NT 5415.
[56] Ver, entre outros, José Tengarrinha, "Os caminhos da unidade democrática contra o Estado Novo" in *Revista da História das Ideias*, vol 16, 1994, p. 387-431 e Manuel Braga da Cruz, "A oposição eleitoral ao salazarismo" in *Revista de História das Ideias*, 5, 1983, p. 701-781.
[57] Sobre o assunto, ver Francisco Teixeira da Mota, *op. cit.* e Pedro Jorge Castro, *op. cit.*
[58] Sobre o assunto, ver Maria Manuel Stocker, *Xeque-mate a Goa*, Lisboa, Temas e Debates, 2005.

Verde (PAIGC), ao Governo português reclamando a independência da Guiné e de Cabo Verde, em outubro.

Finalmente, na noite de passagem de ano, iniciam-se as movimentações com vista à revolta de Beja, como ficará conhecida. Na sua preparação empenharam-se a Junta Central e vários elementos das JAP's. Na esteira da fracassada conspiração da Sé, esta é uma revolta distinta dos velhos *putschs* militares, contando com a participação de grupos de civis armados a quem cabia missões de relevo. Certamente uma das razões que assegura a colaboração de muitos militantes comunistas. Também à semelhança do 11 de março de 1959, Manuel Serra é um dos principais aliciadores do sector civil, agora cumprindo mandato de Humberto Delgado, em colaboração estreita com Edmundo Pedro e Fernando Piteira Santos, este último membro da Junta Patriótica Central e da Resistência Republicana. Para surpresa de quase todos, Delgado entra clandestino em Portugal para assumir a chefia das operações uma vez garantida a vitória. Mas as intenções frustram-se à partida, resultado da falta de coordenação e de meios por parte dos revoltosos, a que acresce a reação de elementos da unidade militar, que tem como consequência o ferimento grave do comandante militar dos insurretos, capitão Varela Gomes, e a morte do subsecretário de Estado do Exército e de dois civis participantes no assalto[59].

Na primeira metade de 1962, continua a agitação política e social. Ganha amplitude o movimento estudantil que se vinha a desenhar desde o ano anterior[60]. O Dia do Trabalhador é assinalado por manifestações de rua em diversos locais. No dia 8 de maio, a propósito da comemoração da vitória dos Aliados na II Grande Guerra, novas manifestações. Na margem Sul do Tejo, os trabalhadores rurais estão em luta pela jornada de 8h de trabalho diárias.

Aumentam os contingentes enviados para as colónias, cresce o esforço de vigilância e reforça-se o quadro de pessoal da PIDE, engrossa o número de presos políticos. Assim reage o regime às movimentações oposicionistas. A contenção no tratamento dos participantes na conspiração da Sé, com muitos dos diretamente envolvidos e sobre os quais existiam provas suficientes a nem sequer serem perturbados, não é aplicada aos participantes na revolta de Beja. Prende-se às dezenas,

[59] Sobre o assunto, ver Edmundo Pedro, *Memórias. Um combate pela liberdade*, Lisboa, Âncora, 2011, vol. II, p. 311-363 e José Hipólito dos Santos, *A Revolta de Beja*, Lisboa, Âncora Editora, 2012.
[60] Entre outros, Nuno Caiado, *Movimentos estudantis em Portugal: 1945-1980*, Lisboa, IED, 1990 e Álvaro Garrido, *Movimento estudantil e crise do Estado Novo: Coimbra 1962*, Coimbra, Minerva, 1996.

em vários pontos do país, demite-se sumariamente os militares envolvidos, aplicam-se pesadas penas aos julgados. Também com os estudantes a violência não é poupada, com a polícia de choque a entrar na universidade e detenções numerosas entre os dirigentes académicos. Receita idêntica é ainda aplicada aos manifestantes e grevistas. E aos membros das JAP's, com o desmantelamento criterioso de algumas das redes distritais onde a implantação do movimento era maior, como o centro e Norte do país.

A renovada diáspora portuguesa

Em fuga duma prisão certa, escapando do combate na guerra colonial ou simplesmente em busca das oportunidades que o empenho na luta social e política ameaçava penhorar, engrossam os números do exílio. No início da década de sessenta, Brasil e França, destinos tradicionais da emigração política lusa, mantêm-se no topo das preferências. Já o fluxo que se dirige à restante América Latina e se concentra particularmente no Uruguai e na Venezuela diminui, substituído por destinos como Marrocos ou a Argélia. Estados recentes, geograficamente próximos de Portugal e onde parece possível dar continuidade ao trabalho político iniciado no país. A par, formam-se ainda núcleos de emigração política de menor dimensão em vários países europeus ocidentais – como a Bélgica, a Inglaterra, a República Federal da Alemanha ou a Suíça –, na Europa de Leste – na Checoslováquia, na Roménia e na URSS – e na América do Norte – nos Estados Unidos da América e no Canadá. Façamos uma breve panorâmica da atividade desenvolvida por alguns destes círculos de exilados nas vésperas da criação da Frente Patriótica de Libertação Nacional.

Desde o século XIX até cerca de 1963 o maior fluxo da emigração portuguesa dirige-se ao Brasil, radicando-se aqui a mais significativa comunidade lusa, que ascende a cerca de 1 milhão de pessoas. O grosso da colónia é constituído pela emigração económica, embora a esta se vão juntando ocasionalmente levas de exilados políticos durante as lutas liberais de oitocentos ou na sequência da implantação da República em Portugal, em 1910. A terras brasileiras acorrem igualmente alguns dos perseguidos pelo regime ditatorial imposto em 28 de maio de 1926, formando com alguns elementos radicados anteriormente um núcleo de democratas. Grupo restrito se comparado com a dimensão da comunidade portuguesa no Brasil, mas significativo no contexto da diáspora oposicionista portuguesa.

O núcleo de exilados portugueses começa a formar-se logo nos finais dos anos vinte, quando chega João Sarmento Pimentel, antigo seareiro envolvido na revolta de fevereiro de 1927 e na sequência desta obrigado a fugir do país, englobando pouco mais tarde nomes emblemáticos do *reviralho* como Jaime de Morais, Moura Pinto ou Jaime Cortesão. A Liga dos Republicanos Portugueses, o Centro Republicano Dr. Afonso Costa, o Centro Republicano de São Paulo e o Grémio Republicano Português do Rio de Janeiro são exemplos de agremiações de cariz oposicionista deste período inicial. A subida ao poder de Getúlio Vargas e a política migratória nacionalista por este protagonizada, designadamente com a adoção de várias medidas no sentido de reduzir ou mesmo eliminar a iniciativa política das colónias estrangeiras, ditam entretanto o desaparecimento ou a inércia de parte destas associações e periódicos a elas ligados[61]. As autoridades brasileiras mantêm certa vigilância sobre os democratas portugueses e são permeáveis às pressões dos sempre atentos representantes diplomáticos do Governo de Lisboa, demais entidades consulares e estruturas associativas conotadas com o salazarismo, como é o caso da Federação das Associações Portuguesas do Brasil. São estes que verdadeiramente exercem controlo sistemático sobre os "desafetos", como aliás sobre o conjunto da colónia, e trabalham no sentido da segregação dos democratas. Seja pela denúncia às entidades brasileiras, seja ao procurar impedir que cheguem à direção das agremiações portuguesas, seja colaborando na infiltração de agentes da polícia política portuguesa na comunidade lusa e nos próprios círculos oposicionistas[62].

Em 1942, com a entrada do Brasil no segundo conflito mundial e a contestação ao regime ditatorial de Vargas, abre-se novamente espaço ao discurso antifascista. A oposição portuguesa disso beneficia, o que é visível pela colaboração de alguns dos seus membros em periódicos cariocas, onde denunciam a ditadura portuguesa e os seus responsáveis, e pelo retomar da iniciativa política, ainda que, inicialmente, "à porta fechada"[63]. As comemorações da implantação da República reaparecem, surgindo também organizações como a União dos Democratas Portugueses (1943) ou o Comité

[61] O decreto-lei n.º 383, datado de 18 de abril de 1938, interdita expressamente qualquer intervenção na vida política, quer no âmbito da política brasileira, quer junto das comunidades migrantes. Heloísa Paulo, *Aqui também é Portugal. A Colónia Portuguesa do Brasil e o Salazarismo*, Coimbra, Quarteto, 2000, em especial p. 127-152 e 523.

[62] Heloísa Paulo, *op. cit.* e Heloísa Paulo, "Os «insubmissos da colónia»: a recusa da imagem oficial do regime pela oposição no Brasil (1928-45)" in *Penélope*, nº 16, Edições Cosmo, 1995, p. 9-24.

[63] Heloísa Paulo, "O exílio português no Brasil: Os "Budas" e a oposição antisalazarista" in *Portuguese Studies Review*, n.º 14 (2), 2006/7, p. 125-142.

Anti-Fascista no Rio de Janeiro (abril de 1945), a primeira protagonizada pelo sector republicano e a segunda de cariz unitário[64].

Mas apenas em meados da década de cinquenta se inicia um novo ciclo para os oposicionistas lusos em Terras de Vera Cruz. Por esta altura, o núcleo de exilados, até então predominantemente republicano, começa a renovar-se com o afluxo ao Brasil de uma nova vaga de exilados, que introduz uma enorme heterogeneidade política. Adolfo Casais Monteiro, Maria Archer, Vítor Ramos, Manuel Ferreira de Moura, Francisco de Oliveira Pio, Miguel Urbano Rodrigues, Victor da Cunha Rego, João Alves dos Reis, Álvaro Veiga de Oliveira, Augusto Aragão, Humberto Delgado, Jorge de Sena, Manuel Sertório, José Morgado, Henrique Galvão, Manuel Tito de Morais, Rui Luís Gomes ou Joaquim Barradas de Carvalho são alguns dos que vão chegando entre 1954 e 1964, por vezes sem carácter definitivo. O grupo nunca terá ultrapassado a centena, a larga maioria instalada na cidade de S. Paulo, seguida a certa distância pelo Rio de Janeiro e com elementos dispersos por Araraquara, pelo Recife, por Belo Horizonte ou por Fortaleza. Professores em busca de possibilidades de emprego depois de afastados das universidades portuguesas, jornalistas impedidos de exercer a sua profissão no interior, escritores cujas obras são interditas em território nacional e eles próprios perseguidos pelo regime e gente de diferente formação cuja militância política torna iminente a prisão[65].

A nova dinâmica da oposição portuguesa no Brasil arranca com o lançamento do jornal *Portugal Democrático*, em julho de 1956. A iniciativa parte de Vítor Ramos e Manuel Ferreira de Moura, dois comunistas estabelecidos em S. Paulo desde o ano anterior. Concebido como projeto unitário, a ele se associam alguns dos mais prestigiados membros da comunidade democrática portuguesa, desde republicanos e elementos de esquerda não-alinhados, aos comunistas, entre eles os promotores do

[64] Estão associados à União dos Democratas Portuguesas os nomes de Jaime de Morais, Jaime Cortesão, Alberto Moura Pinto ou João Sarmento Pimentel; o Comité Anti-Fascista no Rio de Janeiro aparece ligado a oposicionistas como o matemático Aniceto Monteiro, recém-instalado como professor da Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro), o jornalista e editor anarquista Roberto das Neves, o monárquico Tomás Ribeiro Colaço, o jornalista comunista Joaquim Novais Teixeira ou o republicano João Sarmento Pimentel. Heloísa Paulo, *op. cit.* e Fábio Ruela Oliveira, *Trajetórias Intelectuais no Exílio: Adolfo Casais Monteiro, Jorge de Sena e Vítor Ramos (1954 - 1974)*, tese de doutoramento apresentada à Universidade Federal Fluminense, Niterói/Rio de Janeiro, 2010, p.78 e 79 [disponível em http://www.historia.uff.br/stricto/td/1181.pdf].

[65] Para seguir o percurso do núcleo oposicionista português no Brasil, entre outros, Miguel Urbano Rodrigues, *O tempo e o espaço em que vivi*, Porto, Campo das Letras, 2002-2004, 2 vols.; Manuel Sertório, *op. cit.*; e Heloísa Paulo, "Um olhar sobre a oposição e o exílio no Portugal de Salazar: 1949-1969" in Heloísa Paulo (coord.), *Memória das Oposições (1927 – 1969)*, Coimbra, Edições Minerva, 2010, p. 177-186.

mensário. Com um interregno entre agosto de 1957 e maio de 1958, o periódico assegura publicação até depois do 25 de abril de 1974, afirmando-se como espaço incontornável de circulação e debate político e cultural entre a oposição portuguesa no exílio e desta com os oposicionistas no interior, além de desempenhar um importante papel de ligação com vários quadrantes da sociedade brasileira. A sua distribuição vai-se estendendo, começando pelos vários pequenos núcleos de oposicionistas espalhados pelo Brasil e chegando à Europa de Leste e à África, passando pela América Latina, pela Europa Ocidental e pela América do Norte. Sobretudo a partir de 1961, vai sendo crescentemente influenciado pela célula brasileira do PCP, até se tornar hegemónica a presença comunista pelo início de 1963. Nessa altura, afastam-se do Conselho de Redação vários dos que tinham estado no seu arranque, como Casais Monteiro ou Jorge de Sena, substituídos por uma representação cada vez maior de comunistas ou seus simpatizantes, como Augusto Aragão ou Miguel Urbano Rodrigues, embora mantenha sempre a participação de alguns "independentes"[66].

Para a conquista da supremacia dentro do *Portugal Democrático* e para a própria consolidação do projeto muito contribui a chegada de dois importantes quadros comunistas por 1958: Augusto Aragão e Álvaro Veiga de Oliveira. Vinham encarregues de dar uma maior estruturação e dinamismo à célula comunista local, numa altura em que o exílio brasileiro recebia, como vimos, um significativo contingente. Até então, a responsabilidade pertencia a Vítor Ramos, passando agora a ser assegurada por estes dois quadros, um deles, Veiga de Oliveira, dedicado em exclusivo ao trabalho político.

No mesmo ano de 1958, reabre o Centro Republicano Português de S. Paulo, após catorze anos de encerramento. Na sua presidência, João Sarmento Pimentel. Este é essencialmente um espaço de convívio dos democratas portugueses, funcionando igualmente nas suas instalações a sede do *Portugal Democrático*. A sua atividade resume-se em grande medida às comemorações do 5 de outubro.

Ainda em 1958 e em S. Paulo é criado o Comité dos Intelectuais e Artistas Portugueses Pró-Liberdade de Expressão. Organismo animado por elementos como Miguel Urbano Rodrigues, Fernando Lemos, Carlos Maria de Araújo ou Santana Mota,

[66] Douglas Mansur da Silva, *A Oposição ao Estado Novo no exílio brasileiro 1956-1974*, Lisboa, ICS, 2006.

tem sempre uma fraca expressão, embora mantenha atividade durante alguns anos, atividade esta que se cinge à elaboração e divulgação de documentos.

Também nos finais de 1958 ou nos primeiros meses de 1959 surge a Frente Cívica Revolucionária, iniciativa de Fernando Queiroga. Envolvido na Revolta da Mealhada, em outubro de 1946, este saíra do país pouco depois da sua libertação, estabelecendo-se no Brasil em maio de 1950. Terá sido em nome da Frente Cívica Revolucionária, mas mandatado por Humberto Delgado, que Queiroga se desloca a Cuba e ao México, em abril/maio de 1959, solicitando apoio logístico e financeiro aos dois governos e iniciando uma série de contactos com os espanhóis no exílio[67].

A 21 de abril de 1959, Humberto Delgado chega ao Brasil. Em outubro de 1958, constituíra-se no Rio de Janeiro uma Associação com o seu nome, com uma filial em S. Paulo, formalmente uma agremiação com fins culturais e de beneficência. São os membros desta a assegurar o aluguer de um apartamento para o general e a dar-lhe apoio financeiro nos primeiros tempos da sua estadia em território brasileiro. Recebido com grande entusiasmo pela comunidade democrata estabelecida no Brasil e pela própria sociedade brasileira, depressa lhe estranham as atitudes e a falta de tato político e se geram os primeiros anticorpos. O general sente-se o chefe da oposição, como candidato presidencial havia feito o que ninguém conseguira: levantar o país. As eleições fraudulentas impediram-lhe a vitória, mas sente-se o verdadeiro presidente da República portuguesa e, em consequência, o líder incontestado da oposição. Uma oposição que considera tão inerte no exílio como no interior, dedicada à *guerra dos papéis* em vez de fazer a revolução, e que por isso de algum modo desconsidera. Isto, aliado à formação militar que recebera e à dificuldade de ajuste à despromoção social que o afastamento das Forças Armadas ocasionaram, e as contingências financeiras daí decorrentes, tornam o convívio bastante tenso. Quer comandar e não concertar, quer súbditos e não companheiros, quer obediência e não conselhos. Quando para sobreviver depende da boa vontade alheia e encontra gente com longo passado oposicionista e longo exílio político, inclusivamente que com ele se tinha diretamente confrontado nas

[67] Delgado e Queiroga logo se desentendem, aparentemente por o general considerar ter o segundo feito má utilização do dinheiro recebido e o ter desautorizado. Depois de breve passagem pela Venezuela, a acção política de Fernando Queiroga continua em França, Marrocos e na Suiça, sempre muito ligada aos exilados espanhóis mas aparentemente desligada dos círculos oposicionistas portugueses. Luís Farinha, "Fernando Queiroga: um revolucionário no exílio" in *Penélope*, n.º 16, Edições Cosmo, 1995, p. 87-105 e David Raby, "O DRIL (1959-61). Experiência única de oposição ao Estado Novo" in *Penélope*, n.º 16, Edições Cosmo, 1995, p. 63-86.

duras batalhas de fevereiro de 1927 e seguintes. A fragilidade de tal relação é manifesta[68].

Em menos de quatro meses a aparente unanimidade em torno de Humberto Delgado esboroa-se. A sua "Directiva Geral n.º 6" de 21 de julho de 1959 pretende, formalmente, estruturar o MNI no Brasil, distribuindo responsabilidades diretivas por seus correligionários, especificando tarefas a realizar e chegando ao detalhe de estipular a forma como deveria ser tratado e qual o "grito das massas" por que deveriam aclamá-lo. Na prática, exclui da unidade de que se quer chefe incontestado e incontestável uma parte do núcleo oposicionista[69]. Em 24 de agosto, um grupo de 39 democratas portugueses dirigem carta ao general comunicando a sua discordância à diretiva, recusando serem seus "súbditos", afirmando o longo passado de luta antissalazarista de muitos deles e sublinhando estar em Portugal o centro dessa luta. Delgado encarrega Henrique Galvão e Tomás Ribeiro Colaço da elaboração de um relatório apurando a real autoria de tal desfaçatez. Datado de setembro, este relatório, largamente difundido no Brasil e em Portugal, identifica os comunistas e os que com estes aceitavam colaborar como promotores da guerra desencadeada. Está consumada a rutura entre *delgadistas* e *antidelgadistas*.

Na sequência deste corte, Humberto Delgado e um pequeno núcleo de partidários lança o jornal *Portugal Livre* como órgão do MNI brasileiro, em novembro de 1959, e hasteia a bandeira do anticomunismo[70]. Porém, ao fim de poucos meses as relações esfriam, a sigla MNI deixa de encimar o cabeçalho, o general escusa-se a colaborar no periódico, em outubro de 1960 dá-se o corte com o grupo editorial e o projeto termina.

Nas comemorações do 50.º aniversário da República realizadas no mês anterior, não obstante as divergências reinantes, cabe ao general a presidência do jantar que assinala a data. Presentes cerca de uma centena de pessoas, muitas delas brasileiras e, entre estas, bastantes militares. Tudo decorre em ambiente relativamente cordial até que Humberto Delgado faz o discurso de encerramento e nele comete duas gafes de peso. Primeiro, afirmando falar como representante do conjunto da oposição, divulga um

[68] Sobre esta primeira fase do exílio brasileiro de Humberto Delgado e seguindo o que poderia ser o olhar do general, ver Frederico Delgado Rosa, *op. cit.*, p. 793-849 e Arajaryr Campos, *Uma Brasileira contra Salazar. A secretária do general Humberto Delgado no exílio*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006, p. 39-51.
[69] Manuel Sertório, *op. cit.*, p. 34.
[70] Fazem parte do corpo editorial do jornal nomes como os de Miguel Urbano Rodrigues, Santana da Mota, Pedroso de Lima ou Victor da Cunha Rego.

"Plano Ultramarino da Oposição Portuguesa", documento que propõe a constituição de uma espécie de Commonwealth à portuguesa – a República Federal dos Estados Unidos de Portugal – como caminho para a resolução da questão colonial. Solução neocolonialista que indispõe uma pequena parte dos participantes. Depois, quando pede aos presentes uma contribuição para a luta da oposição portuguesa e concretamente para a compra de armas acaba por ofender e provocar a saída dos militares brasileiros presentes ao afirmar a sua condição como que mais superior e idónea de "*oficial general europeu*", bem distinta da de um mero "*militar latino-americano*"[71].

Esta vontade de ação direta é, aliás, outra das opções polémicas do ex-candidato presidencial, por si uma crítica ao imobilismo da oposição em geral e dos exilados no Brasil em particular. Ainda em 1960 ou já em 1961, o MNI brasileiro teria enviado operacionais para o interior do país com intuito de iniciar ações de sabotagem em infraestruturas ferroviárias e rodoviárias e em organismos diretamente ligados ao regime, iniciativas simultâneas aos preparativos do que seria a "Operação Dulcineia" por Henrique Galvão na Venezuela, que o general seguiria[72]. Como se sabe, também em 1961 Delgado envida todos os esforços para a concretização do que será o assalto ao quartel de Beja. Mas desilude-se perante a inoperância, as delongas, a permanente falta de fundos e as dificuldades em os angariar.

Nos primeiros dias de fevereiro de 1961, os membros do Directório Revolucionário Ibérico de Libertação (o DRIL) que haviam tomado o paquete *Santa Maria* recebem asilo em território brasileiro. Logo se dirigem maioritariamente a S. Paulo e daí se estabelecem em quinta arrendada pelo chefe político da operação, Henrique Galvão, nos arredores de Campinas, onde fariam treino militar. Mas o DRIL subsiste por pouco tempo, tolhido pelas diferenças entre o sector espanhol e o português, designadamente entre os comandos de cada um, pelas dificuldades

[71] Miguel Urbano Rodrigues, *op. cit.*, vol. I, p. 196-197.

[72] Nos primeiros meses de 1961, o brasileiro Sérgio Baptista é apanhado à chegada ao aeroporto de Lisboa na posse de explosivos. Nos interrogatórios, declara à PIDE ser sua intenção a realização de atentados, ação concertada com Humberto Delgado, Henrique Galvão e Luís Carvalhal (presidente da Associação General Humberto Delgado). No processo de Beja, Edmundo Pedro refere também a entrada em Portugal de um operacional na posse de explosivos com idênticas intenções, em 1960. Teria inclusivamente tentado rebentar uma via-férrea próxima a Vila Franca de Xira, mas a sua inaptidão inviabilizara a concretização de qualquer ação. Cf., respetivamente, David Raby, "O DRIL (1959-61)... e ANTT, PIDE/DGS, PC 683/62 - 1ª Div., 1º vol, Auto de Declarações de Edmundo Pedro em 3 de janeiro de 1962, fls 156-159. Raby associa antes a entrada do cidadão brasileiro ao DRIL.

financeiras, pela infiltração policial… Não obstante o esboço de planos grandiosos e os contactos internacionais que intenta fazer, tudo morre na casca[73].

Henrique Galvão estava enfim no Brasil, como era seu desejo desde que se exilara, e podia agora trabalhar junto do seu próximo companheiro Humberto Delgado. Afinal, a coexistência entre os dois homens depressa se revela impossível e por setembro/outubro de 1961 o corte teria já ocorrido. Violento e insanável, com acusações de traição à causa, numa disputa feroz que extravasa os círculos oposicionistas portugueses e chega às páginas da imprensa brasileira e até aos bancos dos tribunais. No que toca a Henrique Galvão, o divórcio não abrange apenas Delgado mas também a quase totalidade dos seus patrícios oposicionistas no Brasil, perante quem se vai desacreditando mercê do seu anticomunismo visceral e da intransigente defesa do colonialismo. De 1963 a 1970, quando falece em S. Paulo, o velho dissidente vive praticamente isolado. A posição de Humberto Delgado no exílio brasileiro é idêntica. Afastando-o num primeiro momento das figuras tutelares da ala republicana e dos comunistas e seus simpatizantes, logo a seguir dos anticolonialistas e dos "desenquadrados" que dele se aproximam atraídos pela sua coragem física e pelo seu desejo de ação imediata, depois de Galvão e do seu grupo de operacionais, finalmente dos responsáveis pela Associação que o tinha como patrono e que lhe assegurara a subsistência numa fase inicial. "Reinventa-se", todavia. A sua entrada clandestina em Portugal aquando da revolta de Beja, o abandono das teses colonialistas ou a aceitação dos comunistas como parceiros na luta contra a ditadura são alguns dos exemplos dessa mudança substantiva. Isto e a audiência que mantém em Portugal motivarão a sua saída do Brasil, a ligação à FPLN e a ida para a Argélia, como adiante veremos.

Também noutros países da América Latina, como a Argentina, o Uruguai ou a Venezuela, está radicada uma considerável colónia portuguesa.

Embora a uma distância considerável relativamente ao Brasil, a Argentina e o Uruguai são igualmente dois destinos da migração de massas de finais de oitocentos e primeiras décadas do século XX. Os elevados salários reais nos dois países são poderosos atrativos para gentes em busca de uma melhoria das suas condições de vida, embora o Uruguai seja sobretudo uma escolha transitória. Depois de um abrandamento na década de trinta, em consequências da grave crise económica mundial, uma nova

[73] Sobre a história do DRIL, ver também Juan Carlos Jiménez Redondo, *El caso Humberto Delgado*, Mérida, Junta de Extremadura, 2004, p. 43-53.

vaga se inicia a partir de meados da década de quarenta, que se prolongará até aos primeiros anos de sessenta. No final da década de cinquenta, o Uruguai entra num período de estagnação económica agregada a um aumento da instabilidade social e política, situação que faz recuar o fluxo emigratório em direção a este país. Em ambos os países, os portugueses concentram-se particularmente nas respetivas capitais (Buenos Aires e Montevideu) e seus arredores, apesar de se encontrarem também importantes colónias lusas na cidade uruguaia de Salto, na costa do rio Uruguai, e, na Argentina, quando começa a exploração massiva de jazidas de petróleo, na região patagónia de Comodoro Rivadavia[74].

Não obstante a amplitude da comunidade portuguesa na Argentina, parece ser residual a representatividade da oposição à ditadura salazarista e, logo, a ação política por si desempenhada[75]. Apenas registamos a existência de um Comité de Portugueses Democratas do Mar del Plata, mas nada sabemos sobre a data da sua constituição, da sua dimensão ou da atividade desenvolvida[76]. De mencionar ainda o facto de, em 1949, se ter fixado neste país o matemático António Aniceto Monteiro, vindo do Brasil. Na Argentina permanecerá até 1977, como professor na Universidad Nacional de Cuyo (San Juan, até 1957) e del Sur (Bahía Blanca, a partir da mesma data)[77]. Por um breve período, a este se junta outro eminente matemático, Ruy Luís Gomes, em 1958, bem como o jornalista e crítico de cinema Novais Teixeira, em trânsito do Brasil para França.

[74] Beatriz Padilla; Helena Carreiras; Maria Xavier; Diego Bussolae Andrés Malamud, "Portugueses Gaúchos: socio-political transnationalism, integration and identities in the River Plate Region" in Beatriz Padilla e Maria Xavier (orgs.), *Migrações - Migrações entre Portugal e América Latina*, Lisboa, ACIDI, nº 5 (número temático), 2009, p. 187-201 e Maria Joannis B. Baganha, "As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional" in *Análise Social,* vol. XXIX (128), 1994 (4.°), p. 959-980.

[75] Carta da direção da Agrupação de Portugueses Democratas do Uruguai dirigida ao presidente e delegados da Reunião de Oposicionistas Portugueses de S. Paulo, Montevideu, 26 de fevereiro de 1961. CD 25A, MS – Corresp 1947. A inexistência de um estudo aprofundado sobre o exílio português nos países da América *Espanhola* não nos permite fazer mais do que um levantamento das organizações existentes e seus órgãos de imprensa e, mesmo este, certamente parcial. De fora ficam questões tão fundamentais como os debates internos, a correlação de forças políticas em presença, as atividades desenvolvidas ou o seu impacto na sociedade de acolhimento.

[76] O organismo é um dos subscritores de um comunicado conjunto com a *Agrupação* dos Portugueses Democratas do Uruguai, a Junta Patriótica Portuguesa da Venezuela e a União Democrática Portuguesa (Brasil) em abril de 1962. Porém, como seu mandatário surge Joaquim Lopes Mendes, em simultâneo representante do núcleo uruguaio, país onde efetivamente residia. ANTT, PIDE/DGS – Manuel Alfredo Tito de Morais, SC CI(2) 3085 - NT 7249, fl 471. O organismo é novamente referenciado como signatário do documento "Portugueses das Américas pedem à ONU o fim da Guerra Colonialista", que foi enviado à XXI Sessão da Assembleia Geral da ONU em 1966 e foi editado em folheto pela FPLN. AHS-ICS, Fundo José Barreto, FPLN/ Cx.02.

[77] Jorge Rezende; Luíz Monteiro; Elza Amaral (coords.), *António Aniceto Monteiro. Uma fotobiografia a várias vozes*, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Matemática, 2007.

Apesar de restrito, uma maior dinâmica apresenta o núcleo oposicionista português no Uruguai, em torno da Agrupación de Portugueses Democratas e da União das Mulheres Portuguesas do Uruguai. Por 1961, dinamizam o primeiro grupo Maria Luísa Silva Neves, Joaquim Lopes Mendes e Aurélio Branco Martins, o segundo a mesma Maria Luísa Silva Neves. Ainda esta e Joaquim Lopes Mendes estão também ligados ao jornal *Portugal Livre*, editado a partir de agosto de 1961[78]. Outro periódico da responsabilidade dos democratas lusos é o jornal *Oposição Portuguesa*, que terá iniciado publicação em 1960 e sai pelo menos até 1963[79]. O grupo ligado à Agrupación de Portugueses Democratas do Uruguai é um dos que mais se empenha na concretização da I Conferência das Forças Anti-Fascistas Portuguesas, na qual é convidado a fazer-se representar, o que não fará por dificuldades financeiras[80]. Mantém então um contacto próximo com a comunidade democrata no Brasil, designadamente com Manuel Sertório e Manuel Tito de Morais. A este e aos responsáveis pelo jornal *Portugal Livre* se deve igualmente a organização do "Acto de Solidariedade com o Povo Português em Luta e pela Amnistia dos Presos e Exilados Políticos" realizado em Montevideu em junho de 1962, iniciativa que conta com a presença de parlamentares, de sindicalistas e de outras figuras notáveis do país, além de representante da oposição espanhola exilada no Uruguai. No início de 1963, os membros da *Agrupação* e outros pequenos grupos existentes no Uruguai formam a Junta Patriótica Portuguesa, a que aparecem associados os nomes já citados e os de Marques do Vale e de Panasco, organismo politicamente heterogéneo, mas onde parece ter supremacia o sector comunista[81]. Pela mesma altura, Maria Luísa Silva Neves dá início a um programa de rádio intitulado "Portugal en Sud America – Hora Radial Portuguesa para América" na Rádio Nacional, que seria

[78] Periódico com o mesmo título do jornal *delgadista* editado no Brasil, referido atrás, mas que obviamente surge de forma independente. Dificuldades financeiras ditam a suspensão do jornal do grupo uruguaio em julho de 1962, voltando mais tarde a reaparecer.

[79] Também este com título idêntico ao de publicação da Associação General Humberto Delgado, no Brasil.

[80] Chega inclusivamente a procurar realizar um "congresso de anti-salazaristas" no exílio. Carta de Manuel Sertório para José Veiga Pires, S. Paulo, 10 de março de 1962. CD 25A, MS – Corresp 2512.

[81] Carta de Joaquim Lopes Mendes a Manuel Sertório, Montevideu, 24 de fevereiro de 1963 e de Maria Luísa Silva Neves para Manuel Tito de Morais, Fernando Piteira Santos, Rui Cabeçadas, Montevideu, 19 de setembro de 1963. Respetivamente, CD 25A, MS – Corresp 1962 e APTM. Pelo menos até fevereiro de 1971 a Junta mantém-se ativa. Lopes Mendes seria o responsável comunista na Junta, Marques do Vale seria militante do PC Uruguaio, Panasco reclamava-se igualmente comunista, Aurélio Martins alinharia com os restantes. Maria Luísa Silva Neves estaria mais próxima ao quadrante socialista, ponderando aderir à Resistência Republicana por setembro de 1963, quando recebe Declaração de Princípios da organização. Carta de Maria Luísa Silva Neves para Manuel Tito de Morais, Fernando Piteira Santos e Rui Cabeçadas, Montevideu, 19 de setembro de 1963. APTM.

essencialmente direcionado para a comunidade lusa na Argentina[82]. Igualmente em 1963, a União das Mulheres Portuguesas do Uruguai faz-se representar por Maria Luísa Silva Neves no V Congresso da Federação Democrática Internacional das Mulheres, realizado em Moscovo, em junho[83].

A Venezuela é outro dos países sul-americanos com uma forte presença portuguesa. O curso migratório inicia-se no dealbar do século XX, mercê da industrialização que se vive nesse país, mas é a partir da década de cinquenta que os índices da emigração portuguesa aí fixada mais crescem, em resultado do desenvolvimento da economia petrolífera, fluxo que se mantém relativamente constante até à década de setenta[84]. Pelos primeiros anos dos anos sessenta, a comunidade lusa ascendia já a 50.000 pessoas, a maioria estabelecida na zona de Caracas. O dinamismo associativo da colónia é bastante grande, com a constituição de uma multiplicidade de agremiações e clubes desportivos[85].

Também aqui se fixa um significativo núcleo oposicionista. O derrube da ditadura de Pérez Jiménez, em janeiro de 1958, o movimento unitário oposicionista venezuelano que lhe esteve na origem e a vitória de Fidel Castro no primeiro do ano de 1959 animam a estruturação dos círculos democráticos de diferentes nacionalidades, entre eles os portugueses. A Junta Patriótica Portuguesa da Venezuela é criada em janeiro/fevereiro de 1959, em torno de nomes como José da Costa Lopes, Sérgio Alves Moreira, Joaquim Lisboa ou Rui de Carvalho. A denúncia da ditadura *estadonovista* junto da opinião pública venezuelana em geral e da colónia lusa em particular é a sua principal preocupação, objetivo que procura atingir através de campanhas para a amnistia aos presos políticos portugueses e da publicação do jornal *O Imigrante Democrático*, a partir de 1961[86]. Terá igualmente atraído o patrocínio de vários políticos

[82] Cartas de Maria Luísa Silva Neves para Manuel Tito de Morais, Montevideu, 13 de fevereiro e 3 de maio de 1963. APTM.
[83] Carta de Joaquim Lopes Mendes dirigida a Manuel Sertório, 12 de maio de 1963. CD 25A, MS – Corresp 1965. A União das Mulheres Portuguesas do Uruguai é o único organismo que manteve a sua autonomia depois da criação da Junta Patriótica Portuguesa.
[84] Nancy Gomes, "Os portugueses nas Américas: Venezuela, Canadá e EUA", *Janus 2001* in www.janusonline.pt [consultado em 12-05-2011] e Maria Luís Rovisco, "Panorama histórico da emigração portuguesa**",** *Janus 2001* in www.janusonline.pt [consultado em 12-05-2011].
[85] De que são exemplos o Centro Português de Caracas (fundado em 1958), o Desportivo Português ou o Sport Clube Marítimo de Venezuela (criado em 1957). http://lusotopia.no.sapo.pt/indexOP04Venezuela.html
[86] O periódico sai pelo menos até 1966. Em 1961, Victor da Cunha Rego congratula-se pela sua qualidade de impressão e pela boa distribuição dos conteúdos. Carta de Victor da Cunha Rego a Manuel Sertório, 24 de agosto de 1961 - CD 25A, MS – Corresp 2592. A Junta Patriótica existe pelo menos até outubro de

venezuelanos, que criam o Comité Venezolano Pro-Democracia y Libertad en Portugal y Colonias, e conseguido a promessa de expatriação dos agentes da PIDE infiltrados na colónia lusa[87].

A 1 de novembro de 1959, Henrique Galvão chega a Caracas. Depois da sua fuga da prisão em janeiro, seguira para Buenos Aires em maio, de onde desenvolvera diligências no sentido de obter a necessária autorização do governo brasileiro para se transferir para este país. Gorados os intentos, acede ao convite de dois dos membros da Junta Patriótica Portuguesa da Venezuela, país onde conta ter mais apoio para prosseguir a luta contra o regime português. Visitava então o território Humberto Delgado, com quem se encontra e por quem é nomeado secretário-geral do MNI no estrangeiro. O bom convívio entre Galvão e o núcleo oposicionista português em Caracas é efémero. Como acontecera no Brasil a Delgado, desagrada-o a inércia da Junta, quer assumir o comando da mesma e com isso insuflar-lhe nova energia, pensar numa ação a ser levada a curto prazo. Plano de que estavam arredados os comunistas, com quem se recusa a trabalhar. A isto se junta a desilusão por não beneficiar afinal de apoio financeiro do governo venezuelano, nem ter acesso a um lugar de docente na Universidade de Caracas, como lhe teria sido prometido pelos elementos da Junta[88].

Já afastado da Junta, Galvão forma o seu próprio grupo. Gente jovem, como ele disposta e desejosa de mais ação e menos "papéis". Em janeiro de 1960, é enquanto líder deste grupo e como representante do MNI o subscritor de um acordo com representantes da oposição espanhola no exílio que definia as bases de um movimento luso-espanhol contra as ditaduras de Salazar e Franco – o DRIL. Tal pacto dava sequência aos contactos estabelecidos por Fernando Queiroga em Cuba, acima mencionados, e pelo próprio general Delgado durante a sua deslocação à Venezuela. Pouco rigor ideológico, entre o marxismo e anti-imperialismo da maioria dos seus militantes e o anticomunismo e colonialismo do responsável português, vontade de ação imediata e uma constante tensão entre espanhóis e lusos caracterizam genericamente o DRIL. Em fevereiro de 1960, a organização reivindica uma série de atentados bombistas em Madrid, em janeiro do ano seguinte concretiza a *Operação Dulcineia* – a tomada do paquete Santa Maria, ponto de partida para a maior campanha de propaganda

1970, estando nesta altura a ela associados nomes como António Gomes da Silva, João Lopes, Fernando Natividade, Martinho da Silva e Ruben de Sousa.

[87] Cf. D. L. Raby, "O DRIL.

[88] *Idem*.

internacional que a oposição portuguesa conhecera – e fixa os seus comandos em solo brasileiro, no final de 1961 está praticamente extinta.

Mas o núcleo chefiado por Henrique Galvão mantém atividade fora do âmbito do DRIL. Designadamente, cria uma rádio – a Emissora Livre de Portugal –, que funcionava num barco no Mar das Caraíbas, ao largo da Venezuela. As emissões iniciam-se a 2 de maio de 1960 e podiam ser ouvidas em Lisboa entre as 22 e as 23h todos os dias úteis, sendo a locução assegurada por Camilo Mortágua[89].

Outros programas de rádio se farão a partir da comunidade lusa exilada na Venezuela, sem que conheçamos detalhes sobre a sua periodicidade, o seu funcionamento ou o período temporal em que terão estado ativos[90].

Ainda na Venezuela, surge o Movimento Democrático de Libertação de Portugal e suas Colónias, em torno de Mário Mendez Fonseca, elemento que Humberto Delgado nomeia seu representante em Caracas. Tal organismo chega a publicar o boletim *Oposição Portuguesa*[91].

Também na América do Norte encontramos comunidades lusas de dimensão considerável. Para os Estados Unidos da América se dirigia o segundo maior fluxo durante as chamadas migrações de massa do último quartel de oitocentos e primeira trintena de novecentos[92]. A Grande Depressão faz recuar enormemente os índices migratórios, retomando-se apenas na década de sessenta e setenta um fluxo mais ou menos ao mesmo nível anterior, agora igualmente dirigido ao Canadá, embora sempre em menor escala[93]. Açores e Madeira são os principais locais de origem desta emigração, ao contrário da do Brasil, maioritariamente continental. Nos Estados Unidos

[89] "No Ar a "Emissora Livre de Portugal"" in *Portugal Democrático*, junho de 1960. Teria estado para arrancar algum tempo antes, mas contingências financeiras atrasam o projeto. Terá também chegado a ser audível em Angola, embora tenha tido curta duração. D. L. Raby, "O DRIL (1959-61)…

[90] Nos inícios de 1961, haveria um programa no ar de que garantiam a retransmissão para Portugal a partir de uma emissora no Norte de África, mercê do apoio de exilados espanhóis. D. L. Raby, "O DRIL (1959-61)… Registámos ainda o funcionamento de uma emissão radiofónica em junho de 1963. Carta de José da Costa Lopes a Fernando Piteira Santos, Caracas, 1 de junho de 1963. CD 25A, PS, Corresp – 65.

[91] Como referimos, o mesmo título de periódico da Associação General Humberto Delgado e de jornal publicado pelo núcleo português de Montevideu.

92 Embora a grande distância do que rumava ao Brasil. Maria Joannis B. Baganha, *op. cit.*

93 De assinalar a fixação de cerca de 4000 portugueses no Canadá entre 1954 e 1957, mercê de um acordo entre os governos de ambos os países e que visava essencialmente colmatar a falta de trabalhadores na agricultura e na construção de caminhos-de-ferro. Maria Laurentina Fagulha Vaz, *Ecos da Cultura de Raíz Portuguesa em Terras do Canadá em My Darling Dead Ones de Erika de Vasconcelos e A Casa das Rugas de Eduardo Bettencourt Pinto*, dissertação de mestrado em Estudos Americanos apresentada à Universidade Aberta de Lisboa, 2005 [disponível em http://repositorioaberto.univ-ab.pt/bitstream/10400.2/545/1/LC187.pdf – consultada em 17-05-2011].

da América, Massachusetts, Califórnia, Rhode Island, New Jersey, Connecticut e o Hawai são as regiões de maior concentração de portugueses, no Canadá as cidades de Toronto, Otawa, Montreal, Hamilton, Kitchener e Winnipeg[94].

Em 1960, constitui-se o Committee Pro-Democracy in Portugal em Newark (New Jersey), a primeira associação de democratas portugueses constituída nos EUA. Abílio de Oliveira Águas, antigo cônsul português em Providence nos finais da década de vinte e figura tutelar na comunidade portuguesa norte-americana, é o seu principal mentor. O comité mantém ligação com diversos núcleos de exilados portugueses, nomeadamente os radicados no Brasil, em França e na Argélia, a si cabendo a responsabilidade da deslocação de Henrique Galvão a Nova Iorque para ser ouvido na sede das Nações Unidas sobre o problema colonial português. Sem que se conheçam detalhes quanto à sua atuação, o organismo mantém-se ativo em 1970, altura em que fazem parte dos seus órgãos diretivos nomes como Eduardo Covas, António José de Almeida, António Dias e Virgílio Varela, além do já referido Abílio Águas[95].

No Canadá, a primeira agremiação da oposição portuguesa aí radicada data do final da década de cinquenta: a Portuguese Canadian Democratic Association, sediada em Toronto. Fernando Círiaco da Cunha era então um dos seus principais impulsionadores. A partir de 1964, a associação publica o boletim *A Verdade*, tendo mais tarde editado *O Boletim*[96]. Também em 1964, mas em Montreal, é criado o Movimento Democrático Português de Montreal, ao qual estão ligados, entre outros, Rui Cunha Viana, Domingos da Costa Gomes, José das Neves Rodrigues, Jaime Monteiro e Eugénio Vargas[97]. Da responsabilidade deste organismo é o boletim *Movimento,* publicado pelo menos entre 1965 e 1966[98]. Ainda em Montreal publica-se o mensário *Luso-Canadiano*, pelo menos desde 1960 até 1971. Henrique Tavares Belo, estabelecido no Canadá desde 1955, é o seu fundador. Embora dirigido à colónia lusa em geral, este é um jornal de clara influência oposicionista, onde nomes como Cunha Viana e Domingos da Costa Gomes asseguram em 1968 a direção e a subdireção,

94 Maria Luís Rovisco, *op. cit.*
95 A&B FMS, 0525.001, im. 27. O acervo deste comité encontra-se no CD 25A e a sua pesquisa preencheria certamente grande parte destas lacunas. http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=Espolio195
96 Não foi possível apurar a duração e periodicidade de qualquer um dos títulos, sabendo-se apenas que o segundo era editado em 1970.
97 Carta de Domingos Costa Gomes para Fernando Piteira Santos, Montreal, 3 de julho de 1967. CD 25A, PS – Corresp 525.
98 CD 25A, MS – inventário disponível em http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=Espolio178.

respetivamente. Ligado a Tavares Belo e a Firmino Rita, regista-se igualmente a existência do Canada Movement for Freedom in Portugal and Colonies no início dos anos sessenta.

A partir da década de sessenta, o fluxo migratório transcontinental que se dirigia preferencialmente "às Américas" vai sendo substituído pelo fluxo intraeuropeu, já preponderante após 1963. França, em primeiro e destacado lugar, e a República Federal Alemã constituem os principais destinos. Em 1962 o número de portugueses recenseados em território francês situa-se nos 50.000, em 1967 este total ascende já a 296.000, em 1975 fixa-se em 758.000 pessoas. Um crescimento exponencial, portanto, radicando-se neste país a maior colónia emigrada portuguesa na Europa[99].

Na esteira do que acontecera no século XIX, logo após a imposição da Ditadura Militar vários ex-responsáveis da I República escolhem a França como local de exílio, destino que, para a diáspora política lusa, nesta altura ombreia com a republicana e amiga Espanha e o longínquo Brasil. Uma elite intelectual e política, pouco numerosa mas muito significativa, que escolhe um destino geográfica e culturalmente próximo de Portugal[100]. As movimentações sociais e políticas inauguradas com a campanha delgadista engrossam o número dos que se veem forçados a sair do país, número que a guerra colonial, entretanto iniciada, faz crescer ainda mais. Refratários e desertores, muitos de camadas sociais modestas, que vão alterando paulatinamente o aspeto elitista da comunidade portuguesa aí estabelecida. Além disso, Paris continua a ser um importante ponto de passagem, quer para os que se dirigem ao Leste, como para os que

[99] Jorge Portugal Branco, "A comunidade portuguesa em França (I)", *Janus 2001* in www.janusonline.pt [consultado em 12-05-2011] e Marie Christine Volovitch-Tavares, *Portugais à Champigny: Le Temps des Baraques*, Paris, Autrement, 1995.

[100] A tese de doutoramento de Cristina Clímaco é peça essencial para entendermos os meandros da oposição portuguesa no exílio francês até à invasão nazi da França em 1940. Em complemento com estudos parcelares realizados, designadamente por Luís Farinha, permitem-nos compor um quadro relativamente detalhado. O mesmo não acontece para o período seguinte, em relação ao qual subsistem muitas lacunas, apenas parcialmente colmatadas por trabalhos como os de Victor Pereira, dedicado ao período de 1958 a 1974 mas que desenvolve em particular a última década, ou da já referida Cristina Clímaco sobre o jornal oposicionista *O Salto* de 1970 a 1974. Para a primeira fase do exílio português em França, ver Ana Cristina Clímaco Pereira, *L' exil politique portugais en France et en Espagne: 1927-1940*, dissertação de doutoramento em Sociedades Ocidentais, apresentada à Universidade de Paris 7 (Denis Diderot), Paris, 1998, texto dactil., 5 vols, Luís Farinha, "Os reviralhistas e a Frente Popular" in *História,* Nova Serie, 28, Janeiro/Fevereiro de 1997, p.6; para a segunda fase, ver Ana Cristina Climaco Pereira, *La presse de l'émigration politique portugaise en France – analyse du journal O Salto 1970-1974*, dissertação de mestrado em História apresentado à Universidade de Paris VII, 1992, texto dactil. e Victor Pereira, *Les exilés politiques portugais en France de 1958 à 1974*, dissertação de mestrado em História Contemporânea apresentada à Universidade de Rouen, 2000, texto dactil.

seguem para o Norte de África, ou de visita para a minoria de portugueses com possibilidade de viajar para fora do país.

A organização dos emigrados políticos portugueses em França faz-se dificilmente. Até meados da década de setenta, os portugueses são bem recebidos no país como trabalhadores, mas as autoridades francesas resistem a qualquer atividade política desenvolvida no seu território. Mantêm com Portugal uma excelente relação diplomática assente na solidariedade entre duas nações colonialistas e nos interesses económicos associados à venda de armamento. Por isso, não hesitam em impedir a instalação ou mesmo a visita de alguns líderes e de elementos oposicionistas politicamente mais empenhados, ao mesmo tempo que consentem a presença e ação de numerosos agentes da PIDE. As histórias são várias e adquirem, por vezes, contornos de autêntico policial, designadamente com referências a conspirações para assassinar oposicionistas portugueses, como a que se terá urdido em 1963 e que teria como alvo, entre outros, Castro Soromenho e Piteira Santos[101]. Ilustrativo das restrições à entrada ou permanência de democratas portugueses podemos apontar o caso de Victor Cunha Rego que, em Novembro de 1961, é expulso do território francês na sequência de decisão do Ministério do Interior francês de 13 desse mês. Na origem de tal ordem de expulsão os reiterados pedidos da polícia política lusa, que o acusa de se ter deslocado a França a mando de Delgado para organizar "*uma vaga de terrorismo na Península*"[102]. Outro exemplo da cooperação entre as autoridades francesas e portuguesas é o que se passa com os membros da direção da FPLN, todos impedidos de entrar em França por ordem do Ministério do Interior emitida em 17 de Setembro de 1964, ordem essa que se manterá até ao 25 de Abril de 1974[103]. Apenas lentamente se observa uma postura mais crítica e mais conhecedora da imprensa francesa relativamente ao regime português e se consegue sensibilizar intelectuais e políticos franceses para a causa oposicionista[104].

Neste contexto, a atividade política da oposição portuguesa faz-se normalmente a coberto de organizações políticas e sindicais francesas ou de associações portuguesas cujos objetivos se pareçam restringir a aspetos culturais ou ao apoio à emigração económica. Ou seja, aparentando alinhar nas regras impostas pelos franceses. No

[101] Carta de Tomás Rato a Piteira Santos, Paris, 23 de setembro de 1963 e de Carlos Veiga Pereira a Piteira Santos, Paris, 13 de outubro de 1963. CD 25A, PS – Corresp 111 e 1239, respetivamente.
[102] Carta de Victor da Cunha Rego a Manuel Sertório, Paris, 11 de junho de 1961. CD 25A, MS – Corresp 2581. Outra correspondência posterior esclarece o desenlace do processo.
[103] Correspondência trocada entre Manuel Sertório e Rui Cabeçadas em 1970. CD 25A, MS – Corresp 360 a 363.
[104] Victor Pereira, *op. cit.*, especialmente p. 53-58.

primeiro caso, refira-se a militância no Partido Comunista Francês e, mais tarde, em organizações de extrema-esquerda, bem como em sindicatos como a Confédération Générale du Travail, a Confédération Française Démocratique du Travail e a Force Ouvrière. A partir de meados de 1961, igualmente de apontar é o trabalho desenvolvido conjuntamente com uma Comissão Francesa no sentido de preparar um "*Congresso Europeu Pró-Amnistia em Portugal*"[105]. No segundo, assinale-se a criação de organizações como a União dos Estudantes Portugueses em França (em maio de 1960), a Associação de Originários de Portugal (em 1962) e a Liga Portuguesa do Ensino e da Cultura Popular (em dezembro de 1967). Apenas episodicamente se tenta "furar" o esquema francês, mencionando abertamente (ao menos na nomenclatura) as intenções políticas que estão na base da iniciativa. Como acontece com o Comité para a Defesa das Liberdades em Portugal, criado em abril de 1960 por nomes como Manuel Valadares, Tomás Rato e Emídio Guerreiro.

No âmbito clandestino, atentando aos primeiros anos da década de 1960, regista-se também a constituição da Junta de Acção Patriótica de Paris em meados de 1961, organização aglutinadora das diversas correntes políticas representadas no exílio, reproduzindo os comités formados no interior desde inícios de 1959. Como veremos, a esta se entregará mais tarde a preparação da conferência da oposição que estará na origem da Frente Patriótica de Libertação Nacional.

Trabalho de propaganda da causa oposicionista e de denúncia da real situação portuguesa resumem *grosso modo*, nesta altura, a ação política da comunidade portuguesa exilada em França. A muitos interessa manter em aberto a possibilidade de regresso a Portugal e, como tal, atuam com cuidados similares aos que teriam no interior[106].

Noutros países da Europa Ocidental, como a Áustria, a Bélgica, a Holanda, a Inglaterra, a Itália, a República Federal Alemã, a Suécia e a Suiça, temos igualmente referências a elementos democratas aí radicados ou à constituição de pequenos núcleos

[105] Empenho que irá resultar na Conferência para a Amnistia dos Presos e Exilados Políticos Portugueses realizada em Paris, em dezembro de 1962. Carta de Silas Cerqueira a Manuel Sertório, Paris, agosto de 1961. CD 25A, MS – Corresp 576.
[106] Carta de Silas Cerqueira a Manuel Sertório, Paris, agosto de 1961. CD 25A, MS – Corresp 576.

mais ou menos informais, que mantêm contactos com a oposição no interior ou com outros núcleos no exílio[107].

Dado o protagonismo do grupo oposicionista português na Grã-Bretanha nos acontecimentos em análise, este merece-nos uma especial atenção. No ciclo migratório intraeuropeu, a Inglaterra nunca foi um dos locais preferenciais para a emigração lusa, antes atraída pelo maior dinamismo económico da França e da RFA, acima referidos, da Suíça ou dos países do Benelux. Todavia, nas ilhas britânicas acaba por se fixar uma expressiva comunidade democrata, reduzida em número, mas importante pelo relativo impacto da atividade desenvolvida, sobretudo no contexto da diáspora oposicionista portuguesa e do enfoque dado ao que se constituirá como uma questão essencial na luta contra o regime – a questão colonial.

Em novembro de 1959, Humberto Delgado visita Londres. A deslocação é seguida com grande atenção pela imprensa nacional e causa vivo impacto na sociedade inglesa, como que marcando o início da desmistificação da suposta benevolência do regime salazarista. Para os emigrados políticos portugueses dá um sinal evidente da importância de se organizarem, meio para adquirirem maior visibilidade e, logo, maior eficácia. Terá sido este o principal motor da criação do Grupo de Portugueses Democratas em Inglaterra (GPDI), entre os finais de 1959 e o início do ano seguinte. Inicialmente, dele fazem parte figuras como o médico radiologista José Veiga Pires, o físico Pedro Martins, o jornalista e tradutor António Nogueira Santos, o também médico e representante do PCP em Londres Carlos Plácido de Sousa e o professor Lúcio de Miranda, aos quais se juntam ao longo da década, alguns por curto período, designadamente, Hélder Veiga Pires, João Monjardino, Leonor Matos, Luís de Sousa Rebelo, Natália Dias Coelho, Sacuntala de Miranda e Vasco Valdez[108].

[107] No que se refere à Grã-Bretanha, ver Pedro Aires Oliveira, "Generosa Albion? Oposicionistas portugueses no Reino Unido, c. 1960-1974" in Julio Hernández Borge e Domingo L. González Lopo, *Exilios en la Europa Mediterránea. Actas del Coloquio Internacional. Cátedra UNESCO 226 sobre Migracions. Santiago de Compostela, 12-13 de noviembre de 2009*, Santiago de Compostela, USC Publicacións, 2010, p. 211-249 e Sacuntala de Miranda, *Memórias de um peão nos combates pela liberdade*, Lisboa, Salamandra, 2003. Relativamente à Suíça, entre outros, Victor Pereira, "O exílio português na Suíça, 1962-1974" in Pedro Aires Oliveira e Maria Inácia Rezola (coord.), *O Longo Curso. Estudos em Homenagem a José Medeiros Ferreira*, Lisboa, Tinta da China, 2010, p. 305-330; António Barreto, *Sem Emenda*, Lisboa, Relógio d'Água, 1996; e AAVV, *Pátria Utópica – O Grupo de Genebra Revisitado*, Lisboa, Bizâncio, 2011. Ainda para a caracterização da emigração portuguesa na Suíça, ver José Carlos Laranjo Marques, *Os Portugueses na Suíça. Migrantes europeus*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2008.

[108] Sacuntala de Miranda, *op. cit.* e Carta de Lúcio de Miranda a Manuel Sertório, Barking, s/d [maio de 1961] in CD 25A, MS – Corresp 2036.

Apesar da sua informalidade e das dificuldades impostas pela dispersão do grupo na vasta capital britânica, o grupo mantém-se bastante ativo até 1962/63. Impulsionar uma maior estruturação dos exilados portugueses espalhados pelo mundo, como veremos em detalhe mais à frente, aprofundar uma estreita ligação aos movimentos nacionalistas das colónias portuguesas, denunciar a ditadura *estadonovista* e a sua política colonial perante a opinião pública inglesa ou garantir a publicação do *Portuguese and Colonial Bulletim*, em parceria com a Goa League, a partir de fevereiro de 1961, são algumas das atividades desenvolvidas. Tal esforço vai colhendo frutos. A constituição do Committee for Freedom in Portugal and Colonies por um grupo de deputados dos partidos Trabalhista e Liberal, nos finais de 1960, ou a atenção dedicada pela Amnistia Internacional ao caso português são disso evidências[109].

Entretanto, o pequeno núcleo unitário dispersa-se. Para o facto terá certamente contribuído a morte inesperada de Lúcio de Miranda, um dos seus principais mentores, no início de 1962, bem como os reflexos das divergências políticas que se vinham acentuando no seio da oposição, designadamente em torno dos métodos de luta a adotar. A que se juntam as questiúnculas pessoais em que tantas vezes, no exílio, se transformam as diferenças políticas. A partir de então, cada membro tenderá a atuar de forma relativamente independente ou ligado à organização política em que se sente inserido.

Na Europa de Leste assinala-se também a existência de pequenos grupos oposicionistas lusos. Militantes de base ou, sobretudo, quadros diretivos do PCP distribuem-se pela União Soviética, a Checoslováquia ou a Roménia. Assegurando a necessária representação junto das estruturas dos partidos comunistas nacionais e do movimento comunista internacional, garantindo as secções portuguesas nas rádios Praga, Bucareste ou Moscovo e as emissões da rádio Portugal Livre, convalescendo de alguma doença grave ou simplesmente trabalhando num dos países socialistas para assim se manterem a salvo da repressão da polícia política[110].

[109] Sacuntala de Miranda, *op. cit.* e Pedro Aires Oliveira, *op. cit.*

[110] Sobre o assunto, ver, entre muitos outros, Linda Kundrátová, *Os contactos da oposição portuguesa antisalazarista com a Checoslováquia entre 1933–1974. Contribuição para o estudo das relações luso-checas*, Praga, Faculdade de Letras da Universidade Carolina de Praga, 2003 [disponível in http://www.premioibam.cz/pt/trabalhos03.htm - acesso em 04-04-2007]; Rui Perdigão, *O PCP visto por dentro e por fora*, Lisboa, Editorial Fragmentos, [1988]; Paulo Torres Bento, *Flausino Torres (1906-1974). Documentos e fragmentos de um intelectual antifascista*, Porto, Edições Afrontamento, 2006 e José Augusto Seabra, *De Exílio em Exílio I - Resistências e Errâncias (1953-1963)*, Porto, Folio Edições, 2004.

Resta ainda referir o núcleo democrata de Marrocos. Nesta ex-colónia francesa residem há largos anos alguns elementos oposicionistas fugidos de Portugal na sequência das várias tentativas reviralhistas de finais de vinte/inícios de trinta ou da participação ao lado dos republicanos na guerra civil espanhola, que se juntam a uma restrita colónia de emigrados por razões económicas. Em número reduzido e dispersos por várias cidades marroquinas como Agadir, Casablanca, Meknés, Safim e Rabat, os democratas lusos tentam empreender uma atividade mais concertada e eficaz constituindo organismos cívico-políticos, sem grandes resultados. Na década de quarenta, correspondendo à animação oposicionista a que se assistia no interior do país, surgem o Socorro Popular Português, a União dos Republicanos Portugueses e a União Democrática Portuguesa[111]. Organizações politicamente heterogéneas, cuja existência parece ser mais formal do que efetiva e consequente.

Nos finais da década de cinquenta e sobretudo a partir dos anos sessenta, uma renovada leva de emigrantes políticos lusos chega ao território. Em 1956, Marrocos tornara-se independente. Tal facto, associado à sua posição geográfica – junto das ditaduras ibéricas e da Argélia, ainda colónia francesa em guerra pela independência desde 1954 – e ao patrocínio oficioso que as novas autoridades entendem prestar à luta anticolonialista, nomeadamente das colónias portuguesas, atraem ao território uma verdadeira plataforma revolucionária. Militantes da Frente de Libertação Nacional argelina e de outros movimentos nacionalistas africanos, gente das redes *internacionalistas* de apoio aos argelinos em particular e ao anticolonialismo em geral, ou oposicionistas ao franquismo e ao salazarismo. Com estes, numerosos agentes secretos e informadores de polícias e serviços de várias nacionalidades a quem interessa seguir a potencial ação revolucionária dos anteriores, anulando-a ou preparando-se para os seus efeitos.

Nos últimos meses de 1959, Fernando Queiroga e a "sua" Frente Cívica Revolucionária para aí transferem a sua base, trabalhando agora em estreita colaboração com os antifranquistas espanhóis sob a alçada de um Comité do Movimento da Frente de Libertação, cuja sede se estabelece num hotel em Tânger. Seguem-se quatro ou cinco meses de intensa atividade, acompanhados a par e passo pela polícia política

[111] Paulo Jorge Pires e Maria João Raminhos Duarte, *O Testamento Político de João Rosa Beatriz*, Lisboa – S. Brás de Alportel, Edições Colibri – Câmara Municipal, 2003 e "Aos Democratas Portugueses", declaração da União Democrática Portuguesa, Casablanca, 10 de fevereiro de 1963 in CD 25A, LC.

portuguesa, que terminam abruptamente com a expulsão de Queiroga de Marrocos, em abril de 1960[112].

No início do Verão de 1961, um grupo de sete jovens deixa clandestinamente o Porto numa bateira aberta com um pequeno motor dirigindo-se a Marrocos, em fuga duma mobilização certa para a guerra colonial entretanto iniciada em Angola e da perseguição policial de que haviam já tido mostras. Presos à chegada pelas autoridades marroquinas, desconfiadas das motivações do grupo, são ajudados por exilados espanhóis num primeiro momento, para logo se aproximarem do secretariado permanente da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP).

A criação deste organismo permanente fora decidida na primeira conferência dos movimentos de libertação das colónias portuguesas realizada em Casablanca entre 18 e 20 de abril de 1961[113]. Entre outras matérias e tomadas de posição, no encontro fora também aprovada uma resolução referente à oposição portuguesa, onde se sublinhava o apoio à luta pela libertação do regime salazarista protagonizada pelo povo português e a predisposição para "*um diálogo construtivo*" e "*uma cooperação eficaz com os representantes autênticos do movimento democrático português na base do reconhecimento solene do direito dos povos das colónias portuguesas à autodeterminação e à independência nacional*"[114]. Integram o secretariado da CONCP a funcionar em Rabat Marcelino dos Santos, como secretário-geral, Mário de Andrade, como presidente do Conselho Consultivo, Aquino de Bragança como secretário, João Cabral como secretário administrativo e Aristides Pereira como secretário para a Tesouraria.

Neste contexto, são os responsáveis da CONCP os principais pontos de apoio dos recém-chegados, que continuam a ser olhados com grande suspeição pela comunidade democrata portuguesa estabelecida no território. Depois de tão inusitada viagem, não manifestam vontade de se enquadrar nos esquemas tradicionais da

[112] Luís Farinha, "Fernando Queiroga… Os relatórios do informador encarregue de o vigiar referem emissões de rádio, publicação de jornais, a existência de armas e o treino de operacionais para atuar na Península.

[113] Neste encontro participam delegados de organizações angolanas (do MPLA e da União Nacional dos Trabalhadores Angolanos), cabo-verdianas e guineenses (PAIGC e Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde), moçambicanas (União Democrática Nacional de Moçambique), goesas (Partido do Povo de Goa, Congresso Nacional de Goa e Liga de Goa) e são-tomenses (Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe). Lúcio Lara, *Itinerário do MPLA através de documentos de Lúcio Lara. Um amplo movimento…* (1961-1962), s.l., ed. Lúcio Lara, 2006, vol II, p. 7, 63-81.

[114] Lúcio Lara, *op. cit.*, p. 72.

oposição, trabalhando antes de forma relativamente independente e elegendo como prioritários objetivos diferentes dos, até então, mais consensuais: a "ação imediata" e a luta anticolonial. Nessa perspetiva se inserem a formação de um Comité de Apoio aos Desertores e Refractários Portugueses ou o assalto protagonizado à Embaixada de Portugal em Rabat para roubo de passaportes[115].

Pela mesma altura, entram em território marroquino emissários de Humberto Delgado e Henrique Galvão, vindos do Brasil. Ainda em conjunto, aí tinham começado a desenhar um novo plano revolucionário para derrubar o regime em Portugal. Entretanto, haviam rompido publicamente, como atrás vimos. Mas os operacionais que trabalhavam junto de cada um deles tinham, secretamente, mantido o acordo e o andamento dos preparativos feito em Marrocos, aparentemente distinto, continuaria afinal a fazer parte de um único plano. Várias peripécias, porém acabarão por anular tal projeto conjunto e dariam lugar a duas ações distintas e descoordenadas: o desvio do avião da TAP da rota Casablanca-Lisboa, a 10 de novembro de 1961, e o assalto ao Quartel de Beja, na noite de passagem do ano de 1961 para 1962[116]. No regresso a Marrocos, os envolvidos na primeira ação são detidos e permanecem semanas em prisão domiciliária sob perigo de extradição, pedida pelo governo português e que os marroquinos consideravam. Terá sido a intervenção do pequeno grupo atrás mencionado e da CONCP a lograr evitá-lo, embora não impedisse a expulsão dos operacionais do país.

A CONCP teria também aproveitado a presença de ambos os dissidentes do regime em Marrocos para avaliar a possibilidade de contribuir para a unidade do movimento democrático português.

Galvão terá sido a primeira hipótese considerada, excluída uma vez constatados o seu anticomunismo e colonialismo[117]. De imediato, Delgado perfila-se como a escolha mais acertada. Recusando inicialmente qualquer contacto com os dirigentes africanos, o

[115] Testemunho de Cláudio Torres no colóquio *Exílios contra a Ditadura*, promovido pelo IHC – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 7 e 8 de maio de 2010; "Crónicas de um revolucionário" – entrevista de Cláudio Torres e Duarte Mexia in *Grande Reportagem*, n.º 235, 9 de julho de 2005 e David Raby, "Transatlantic Intrigues: Humberto Delgado, Henrique Galvão and the Portuguese Exiles in Brazil and Morocco, 1961-62" in *Portuguese Journal of Social Science*, volume 3, n.º 3, 2004, p. 143-156.
[116] Sobre o assunto, David Raby, *Idem*; testemunhos de Camilo Mortágua e Amândio Silva no colóquio *1961: O ano de todas as crises*, promovido pelo CEISXX – Universidade de Coimbra, Coimbra, 3 e 4 de março de 2011 e testemunho de João Paulo Silva Graça no colóquio internacional *1961. O Ano Terrível de Salazar*, promovido pelo IHC – Universidade Nova de Lisboa com colaboração do CEISXX – Universidade de Coimbra e da Fundação Mário Soares, Lisboa, 29 e 30 de abril de 2011.
[117] Patrícia McGowan Pinheiro, *op. cit*., p. 33-34.

general manifesta-se mais permeável aos argumentos do pequeno grupo de jovens acima referido. Procurara-os no sentido de averiguar a possibilidade de utilizar a embarcação em que haviam viajado para Marrocos para idêntico fim, agora introduzindo-o clandestinamente no país, é agora apresentado por estes aos nacionalistas africanos, ponto de partida para o abandono das suas posições colonialistas[118]. Ao encontro particular com Mário Pinto de Andrade, Aquino de Bragança e Eduardo Santos em Casablanca, em novembro, segue-se um almoço igualmente privado com os responsáveis africanos na capital marroquina, a seguir ao qual o general assiste à conferência de imprensa de Mário de Andrade na mesma cidade manifestando, assim, publicamente esse reacerto político[119]. Apesar de tais contactos não terem sequência, os responsáveis da CONCP terão averiguado junto do secretário-geral do PCP a aceitação do nome de Delgado como líder duma frente unitária portuguesa, acabando por dar continuidade ao projeto através de Fernando Piteira Santos, como adiante se verá.

Pouco depois dos núcleos de Galvão e Delgado terem começado a dirigir-se a Marrocos, chega o médico António José Santos Dores. Cumpria o serviço militar no 1º grupo de Companhias da Saúde como alferes-médico quando fora mobilizado para Angola. Decide desertar. No início de julho de 1961, invocando razões profissionais, pede licença para se deslocar a Londres, solicitação que é atendida. Mas o seu destino é afinal o exílio e Rabat o local escolhido para se fixar, no mês seguinte. O primeiro de um conjunto de médicos em idêntica situação que procura o território por ser aí bastante fácil encontrar colocação profissional na sua área. Nos finais de 1962 aí estão estabelecidos Quintino de Barros, Victor Blanc e Mário Leão Ramos, entre outros, alguns destes transitoriamente, conforme veremos.

Relançar a unidade a partir do exterior

Em abril de 1960, surge pela primeira vez a ideia de realizar um encontro entre os oposicionistas emigrados e os que continuam a luta no interior do país. O apelo parte

[118] David Raby, "Transatlantic Intrigues…
[119] Frederico Delgado Rosa, *op. cit.*, p. 906-909 e Humberto Delgado, *Tufão sobre Portugal*, S. Paulo, Editora "O Malhete", 1962, p. 112-114.

do Grupo de Portugueses Democratas em Inglaterra e é transmitido a Manuel Sertório pelo médico José Veiga Pires, há algum tempo a residir em Londres[120].

O advogado Manuel Sertório chegara ao exílio no início de Dezembro de 1959, fixando-se no Brasil após brevíssima passagem pelo Uruguai. A sua militância política data da década de quarenta, altura em que se envolvera nas lutas estudantis contra o aumento de propinas e, um pouco depois, nas tentativas de reorganização do quadrante socialista. Chamado à redação da revista *Seara Nova* em 1956/57, tornara-se diretor-adjunto da mesma em 1958, sendo um dos responsáveis por um novo ciclo da publicação, com a renovação do pessoal da redação, do aspeto gráfico e dos conteúdos. Em simultâneo, mantivera-se empenhado na luta política. Em 1957, envolvera-se a fundo na preparação das eleições para Assembleia Nacional, integrando a Comissão Cívica Eleitoral de Lisboa, e promovera a formação da Acção Socialista, pequeno núcleo socialista de esquerda a que já aludimos. Gorada a tentativa de lançar a candidatura de Cunha Leal à Presidência da República, intento em que participara, empenhara-se na campanha de Humberto Delgado. Na sequência das eleições, associa-se ao MNI e à Junta Nacional de Libertação. Avisado de estar iminente a sua prisão, procura pôr-se a salvo fora do país. Assim que se estabelece no exterior, analisa as novas circunstâncias em que terá de continuar a sua luta política contra o salazarismo, as suas possibilidades e debilidades, e vai concebendo um plano de ação cujo eixo central seria a constituição de um organismo unitário sediado no exterior[121].

Neste contexto, a iniciativa do núcleo de exilados em Londres merece o aplauso do advogado, que depressa a amplia e a toma como "causa pessoal", encarregando-se de a difundir como pode pelos seus contactos políticos no país e nos diferentes núcleos de exilados com quem mantém ligação.

Poucos dias depois, assim explicita o seu projeto a elemento do interior:

---

[120] Carta de José Veiga Pires para Manuel Sertório, Londres, 21 de abril de 1960. CD 25A, MS – Corresp 2503. Filho de um prestigiado republicano portuense, o médico Arnaldo Veiga Pires, José Veiga Pires cedo se envolvera na luta política oposicionista. Estudante de Medicina na Universidade do Porto, integrara o Movimento Académico de Unidade Democrática e, logo depois, o MUD Juvenil, sendo desde essa altura referenciado pela polícia política. Participara ainda na candidatura presidencial de Norton de Matos, partindo entretanto para Londres, onde concluiu a sua formação e iniciou a sua vida profissional. Sem deixar de se interessar pela luta contra o salazarismo, terá sido um dos responsáveis pela ligação entre Humberto Delgado e a imprensa inglesa durante a campanha presidencial de 1958 e, no ano seguinte, pelo êxito da visita de Delgado à capital inglesa. ANTT, PIDE/DGS – José Arnaldo Veiga Pires, SC CI(2) 1575 (NT 7117) e SC E/GT 6630 (NT 1535).

[121] Em particular, ANTT, PIDE/DGS – Manuel Sertório, SC E/GT 73 (NT 1433); Manuel Sertório, *op. cit.* e "Manuel Sertório" in ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, s.l., Círculo de Leitores, 1996, vol. II, p. 910-911.

"O meu ponto de vista neste momento é que se tornou inútil lutar por uma unidade orgânica impossível, e que, assim, o que se torna desejável e possível é alcançar uma cooperação de esforços entre as várias entidades políticas (Gen.[eral], Port.[ugal] Demº[ocrático], Port.[ugal] Livre e Associação H.[umberto] D.[elgado] e seus amigos) para acções concretas que, enfim, comecem aqui a ser planejadas. Penso num Conselho Anti-Fascista no Estrangeiro, sob a presidência do Gen.[eral] e com representantes dos grupos, que se formaria mediante um convénio escrito […] e que trataria da planificação das iniciativas a desenvolver, as quais seriam prosseguidas por comissões funcionais, que desapareceriam conforme fossem realizando as suas missões. Ao mesmo tempo, tentar-se-ia a articulação dos oposicionistas imigrados em outros países no Conselho […]."[122]

Tendo o grupo de Londres avançado a ideia de um "*encontro ali entre diversas personalidades de dentro e de fora*" e sendo tal reunião ponto de partida imprescindível para "*planificar devidamente toda a nossa acção política, no país (eleitoral e clandestinamente) e no estrangeiro*", recomenda urgência na sua realização[123]. Nesse sentido, solicita a intervenção do seu interlocutor junto do Directório e do PCP para que enviassem mensagens aos seus representantes no Brasil pressionando-os a aceitar a referida "*cooperação de esforços*". Só ela permitiria recuperar a preparação do "*projectado e praticamente abandonado Congresso de Democratas*"[124]. E, já pensando no rol dos futuros convocados, propõe: Humberto Delgado, Henrique Galvão, mandatário do PCP, representante dos exilados do Brasil, de Paris e de Londres, além do destinatário da missiva.

Seguidamente, o advogado dirige-se às suas ligações no Uruguai e na Venezuela e ao grupo de Paris. O físico António Brotas é o seu interlocutor na capital francesa[125]. Deste, concordância absoluta com o encontro e com a globalidade do plano apresentado, que reputa "*da mais alta importância*": é necessário "*estudar*" e "*orientar*" as ações

[122] Carta de Manuel Sertório a destinatário não identificado [Mário Ruivo?], Rio de Janeiro, 13 de maio de 1960. Sublinhado no original. A&B FMS, 2600.011, ims. 2 a 4.
[123] *Idem*. Sublinhado no original.
[124] *Ibidem*. A iniciativa é mencionada na correspondência de diferentes intervenientes, sem que consigamos esclarecer o momento em que tal ideia surge nem o formato que se pretenderia para tal congresso.
[125] Parceiro de Sertório na Comissão Cívica Eleitoral de Lisboa e nos trabalhos preparatórios da campanha eleitoral de 1957 de que aquela se encarregara, Brotas vira-se forçado a sair do país e a fixar-se na capital francesa em Novembro de 1957, quando a reabertura de um processo judicial no qual tinha sido absolvido, mas que já o mantivera preso por sete meses, entre Maio e Dezembro de 1956, ameaçava novamente a sua liberdade. A medida preventiva revelar-se-ia acertada, uma vez que será alvo de medidas de segurança, sendo emitido um mandato de captura em seu nome. Depoimento escrito de António Brotas à autora, Agosto de 2007 e ANTT, PIDE/DGS – António Brotas - SC E/GT 18 (NT 1432).

legais e semi-legais como trampolim para atividades clandestinas capazes de desencadear a ação das massas, elemento fulcral na luta contra o regime, diz[126]. À assembleia dará a comunidade oposicionista em Paris uma contribuição "*sólida e representativa*", assevera Brotas, assim seja definida e conhecida com razoável antecedência a ordem de trabalhos. Perspectivas reais para a sua concretização e data prevista são as informações imprescindíveis, sublinha[127].

Entretanto, parecia agora ser possível lançar a ideia no Brasil, onde o ambiente entre Delgado e "os outros" havia serenado um pouco. Sertório procura o general e tenta sensibilizá-lo para a indispensabilidade de união como base de uma maior eficácia da luta contra a ditadura, proposta a que Delgado dá o seu acordo de princípio, ficando o advogado encarregue de redigir documento consubstanciando-a.

Em meados de maio de 1960, Sertório entregara já o "Projecto de Convénio para a Constituição do Conselho Anti-Fascista no Exterior" aos diferentes "destinatários" – "*anti-fascistas portugueses imigrados no Brasil*" – e aguardava a apreciação destes[128]. Propondo-se "*promover a articulação organizativa dos anti-fascistas imigrados no Brasil e em outros países e das entidades políticas por eles aí criadas*" e atuando "*em íntima ligação com os democratas da Pátria, por forma a que o Portugal livre de amanhã adquira desde já a sua chancelaria responsável, conquanto fora das fronteiras nacionais*", formava-se um Conselho Anti-Fascista no Exterior[129]. Uma frente "*funcional*", alicerçada no programa da candidatura presidencial de Humberto Delgado, que unira toda a oposição ou, mais resumidamente, nos objetivos de restabelecer as liberdades fundamentais e estruturar uma democracia social e política, onde teria assento o conjunto dos organismos políticos existentes e as "*comissões representativas*" de todos os núcleos de democratas exilados. Isto por ser urgente um planeamento conjunto da ação oposicionista, seja na "*principal frente de batalha*" – Portugal –, seja nas diversas comunidades de democratas radicadas no estrangeiro[130].

[126] Carta de António Brotas a Manuel Sertório, [Paris], 25 de maio de 1960. CD 25A, MS – Corresp 289.
[127] António Brotas afirma ainda concordar com os participantes elencados por Sertório, além dos indicados para o interior, um representante do comité de coordenação (responsável pela ligação entre a Junta Nacional de Libertação e outros elementos), os membros da JNL e militares ligados ao comité. Apenas ressalva a necessidade de chamar outro delegado da oposição na Venezuela além de Galvão, dada a difícil relação deste com a restante comunidade. *Ibidem* e carta de Manuel Sertório a António Brotas, Rio de Janeiro, 17 de maio de 1960. CD 25A, MS – Corresp 288.
[128] CD 25A, MS – Oposição / Outros / Brasil / Documentos Diversos 1959-64, doc. 12.
[129] *Idem*.
[130] *Ibidem*.

Ou seja, uma espécie de Ministério dos Negócios Estrangeiros da Oposição encarregue dos contactos diplomáticos e da publicação de documentos cujo teor pudesse lesar gravemente os que residem em Portugal. Tal organismo dirigiria uma mensagem ao povo português sobre a questão colonial e comprometer-se-ia ainda a preparar o primeiro "*Congresso Anti-Fascista Português*"[131].

Destes desenvolvimentos Sertório dá conta à comunidade democrata de Londres e a correligionários do interior, a quem renova o apelo à formação em Portugal de "*um quartel-general clandestino […], representando todas as forças oposicionistas válidas, eleitorais e subterrâneas, com a responsabilidade de propor publicamente o caminho concreto do derrubamento do fascismo e de o prosseguir*"[132]. Só isso daria sentido à atividade do Conselho Anti-Fascista a constituir e de cujo projeto envia cópia, anexando-lhe ainda a "Mensagem ao Povo Português" nele referida, texto de análise ao processo de descolonização mundial e à política colonial portuguesa, que contesta, declarando frontal apoio aos princípios da autodeterminação e independência[133].

Todavia, o propósito morre à nascença. Nem Humberto Delgado dará seguimento à iniciativa, nem os imprescindíveis fundos que permitissem o encontro das oposições serão angariados. Além de ter chegado ao conhecimento da polícia o que se andava a arquitetar, com a interceção de uma missiva e respetiva documentação anexa enviadas para o interior. O Conselho Anti-Fascista e uma tomada de posição em matéria colonial continuam em banho-maria.

Meses mais tarde, nas comemorações do 50.º aniversário da Revolução Republicana, Manuel Sertório insiste. Como atrás referimos, Delgado e as principais figuras do núcleo democrata brasileiro estão presentes no jantar evocativo, um momento de trégua em que o advogado aproveita para reafirmar a necessidade de união. Logo de seguida, o general toma a palavra e expõe a sua proposta federalista para as colónias portuguesas. Sertório expressa de imediato o seu desacordo, o que causa grande desagrado ao ex-candidato presidencial e quebra, por ora, a ténue ponte entre os dois homens[134].

---

[131] *Ibidem*.
[132] Cartas de Manuel Sertório a José Veiga Pires, Rio de Janeiro, 21 de maio de 1960 e a N. e M., Rio de Janeiro, 29 de maio de 1960. CD 25A, MS – Corresp 2505 e ANTT, PIDE/DGS – Manuel Sertório, SC CI(2) 225, 1º vol., fls 341-347, respetivamente.
[133] Tal documento fora enviado de Londres para exame, eventual reformulação e posterior divulgação. *Idem*.
[134] Manuel Sertório, *op. cit.*, p. 37.

Terceira tentativa é feita no derradeiro mês de 1960. "*Depois de muitas dificuldades e de morosas diligências*", Manuel Sertório convoca os "*republicanos e democratas*" emigrados no Brasil para uma "*reunião magna*" a realizar no Centro Republicano Português de São Paulo no dia 4 de fevereiro seguinte[135]. A justificação da necessidade desta é em tudo idêntica à que fora por si apresentada no "Projecto de Convénio para a Constituição do Conselho Anti-Fascista no Exterior" e continuadamente repetida aos destinatários da sua correspondência: a indispensabilidade de uma "*mais ampla e eficiente formulação e articulação de iniciativas no sentido do rápido derrubamento do Fascismo e consequente instauração da II República em Portugal*" e dado ser "*de incontestável proveito proceder a amplo debate sobre todas as nossas possibilidades de luta e quais as iniciativas ao nosso alcance*"[136]. O convite dirige-se particularmente aos patrícios em território brasileiro, mas estende-se igualmente aos "*Anti-Fascistas Portugueses*" de "*todos os núcleos de imigração espalhados pelo mundo*" e de Portugal que, na impossibilidade de estarem presentes, deveriam fazer chegar todas as sugestões que entendessem[137].

A convocatória aguardava apenas o aval do núcleo do Rio de Janeiro e de João Sarmento Pimentel, então presidente do Centro Republicano Português e figura tutelar da oposição no Brasil, que deveria acontecer antes da sua publicação no jornal *Portugal Democrático* e da sua divulgação junto dos diferentes núcleos de exilados[138]. Porém, sem demoras, Sertório começa a enviá-la aos seus contactos, esclarecendo-lhes os objetivos que a redação propositadamente vaga do documento não deixava vislumbrar. É o que faz a António Brotas, como vimos uma das suas ligações em Paris:

> *"É m/[inha] ideia tentar fazer sair desta reunião um organismo especificamente político, encarregado de estabelecer a necessária interligação dos diversos núcleos anti-salazaristas das emigrações e de promover, possivelmente aqui, um I Congresso de Anti-Fascistas Portugueses, o qual seria gizado em ulterior assembleia, a realizar sob melhor e mais antecipada preparação dos núcleos consultados e a Oposição da frente interna. Modificar o "Port.[ugal] Dem°[ocrático]" p.[or] forma a ele deixar de ser a manta de retalhos q.[ue] é (aliás p.[or] expressa resolução nesse mesmo sentido, de*

[135] Carta de Manuel Sertório a António Brotas, S. Paulo, 8 de janeiro de 1961 e proposta subscrita por Manuel Sertório, dirigida aos Anti-Fascistas Portugueses, s/d [dezembro de 1960]. CD 25A, MS – Corresp 291 e Oposição / Outros / Brasil / Documentos Diversos 1959-64, Doc. 21.
[136] Proposta… *idem*.
[137] *Ibidem*.
[138] Segundo indicação manuscrita do próprio Manuel Sertório, foi entregue a Sarmento Pimentel a 21 de dezembro de 1960. Deveria também ser divulgada no *Portugal Livre*, o que acaba por não acontecer por ter o mesmo sido extinto nesta altura. *Ibidem*.

q.[ue] participaram também elementos responsáveis do P.C.) e passar a ser um órgão de toda a emigração e eventualmente também da Oposição de Port.[ugal] […] seria (ou, melhor: é) outro dos objectivos q.[ue] tenho em vista […]."[139]

Intenções semelhantes às que o guiavam seis meses atrás, portanto.

Londres é outro dos núcleos interpelados, tanto através de José Veiga Pires, como de Lúcio de Miranda e de Sacuntala de Miranda[140]. A reação à iniciativa de Sertório é transmitida por Lúcio de Miranda e é dirigida ao chefe de redação do *Portugal Democrático*, com informação para o advogado. Reputando a unidade de "*essencial*", sublinha ao mesmo tempo a necessidade de "*sermos práticos*" e deixar de lado a busca de uma unidade utópica, partindo-se antes para a formação de "*um <u>núcleo</u> de pessoas capazes, pertencentes a várias correntes de opinião – e que tenham chegado a acordo sobre um <u>programa mínimo</u>*", o "*mais limitado e menos detalhado*" possível para que possa facilitar as adesões[141]. Unidade que terá de aceitar "*de alma e coração*" um chefe: "*É sempre à volta de um <u>homem</u> – e não de uma <u>ideia</u> que se galvanizam as massas*"[142]. Humberto Delgado parece-lhe o mais óbvio, mas sugere outras possibilidades, como Arlindo Vicente, Manuel João da Palma Carlos ou o próprio Manuel Sertório[143]. Unidade que terá finalmente de encontrar uma designação. Aponta ainda vários pontos a introduzir no programa unitário, desenvolvendo à parte, pela importância que lhe atribui, a postura inequivocamente anticolonial a adotar.

---

[139] Carta de Manuel Sertório a António Brotas, S. Paulo, 8 de janeiro de 1961. CD 25A, MS – Corresp 291.

[140] Goês de origem há muito radicado nos Açores, Lúcio de Miranda rumara a Londres em 1954, altura em que se multiplicavam em Portugal as manifestações "patrióticas" a favor da manutenção do Estado Português da Índia. Na capital inglesa o professor de Matemática elegera a luta anticolonial como a sua principal prioridade, trabalhando ativamente na Goa League, por via da qual se vai aproximando de alguns dos mais emblemáticos líderes nacionalistas das colónias portuguesas. Com ele a mulher e um dos filhos, a quem se junta, em 1960, Sacuntala de Miranda, a filha mais velha que permanecera em Lisboa. A par dos estudos universitários na Faculdade de Letras, Sacuntala desenvolvera intensa atividade política, como membro do Movimento Nacional da Paz, do MUD Juvenil e, após uma passagem pela prisão nos finais de 1953, do PCP. Em 1957, envolvera-se na preparação da candidatura oposicionista às eleições para a Assembleia Nacional e, no ano seguinte, integrara a Comissão da Juventude da candidatura de Humberto Delgado. Distanciara-se entretanto da militância comunista e seguira com atenção as movimentações conspirativas que desembocaram na revolta da Sé. Terminada a licenciatura, decidira também ela dirigir-se a Londres. Sacuntala de Miranda, *op. cit.*; ANTT, PIDE/DGS – Sacuntala de Miranda, SC GT 243 (NT 1399) e SC CI(2) 2539 (NT 7216); Entrevista com Sacuntala de Miranda, S. João do Estoril, 9 de julho de 2007.

[141] Carta de Lúcio de Miranda a destinatário não identificado, Barking, 14 de janeiro de 1961. Sublinhado no original. CD 25A, MS – Corresp 2028

[142] *Idem*.

[143] Nem todos os nomes indicados têm a anuência da generalidade dos elementos do GPDI. Como fica claro em carta de Sacuntala Miranda a Manuel Sertório de 21 de janeiro seguinte. CD 25A, MS – Corresp 2053.

Na volta do correio, a indispensabilidade da eleição de um chefe ou da definição de medidas programáticas é contestada por Sertório:

> *"Penso, com efeito, que para estabelecer um planeamento de acção contra o fascismo que a todos encorpore basta proclamar o propósito de restabelecimento dos direitos fundamentais […]; programa propriamente dito, poderá e deverá ser apresentado num congresso como plataforma de futura governação por parte das forças coligadas e obtida já essa coligação, sendo então um programa concreto e não as generalidades vazias estampadas no "Port.[ugal] Livre"."*[144]

De Paris, a resposta chega apenas em meados de fevereiro. A entrega da sua carta fora tardia, juntando-se à notícia da tomada do Santa Maria e, em consequência desta, segundo António Brotas, inaugurara-se uma "*situação <u>totalmente nova</u>*"[145]. Dela decorrera:

> *"1) A oposição portuguesa no exterior deve-se preparar para uma luta ofensiva contra o Salazarismo.*
> *2) Na fase mais avançada da luta que temos na frente a escolha de chefes é necessária.*
> *3) Neste momento os chefes principais só podem ser o Gen. Delgado e por delegação dele o Cap. Galvão. Isto por direito e por competência.*
> *Nota: A posição dos elementos da oposição perante o Gen. Delgado aceite como chefe e reciprocamente, deve ser a de cidadãos perante um Presidente da República legalmente eleito.*
> *4) Deve ser preparado um exército de libertação nacional, a partir do núcleo de homens do Santa Maria e a acção principal da emigração portuguesa no exterior deve ser a de concentrar-se num impulso único contra o salazarismo, em luta armada eventualmente.*
> *A incapacidade da Oposição Portuguesa no exterior se concentrar neste impulso único atrás do General Delgado, caso se venha a verificar, entendê-la-ei eu como uma incapacidade de estar à altura da nova fase da luta que se nos apresenta na frente."*[146]

Tal tomada de posição não é pessoal, esclarece Brotas, espelha também o pensamento de António José Saraiva e de "*um número muito grande e representativo de estudantes e bolseiros*" radicados em Paris[147]. Ou seja, à semelhança do defendido pelo

[144] Carta de Manuel Sertório a Lúcio de Miranda, S. Paulo, 3 de fevereiro de 1961. CD 25A, MS – Corresp 2030.
[145] Carta de António Brotas a Manuel Sertório, [Paris], 7 de fevereiro de 1961. Sublinhado no original. CD 25A, MS – Corresp 292.
[146] *Idem*.
[147] *Ibidem*.

núcleo de Londres, acento na necessidade da escolha de um líder para a oposição[148]. A que acresce a ponderação da vantagem de uma profunda alteração nos métodos de luta preconizados para a oposição no exílio, levantando-se a hipótese da luta armada. O desacordo de Sertório será total, como a seguir se verá.

Finalmente, nos últimos dias de fevereiro de 1961, chega ainda o contributo do Agrupamento de Portugueses Democratas do Uruguai para a reunião magna dos compatriotas oposicionistas radicados no Brasil, decalque aproximado do documento elaborado por Manuel Sertório em maio do ano anterior [149].

A 5 de março, um mês após o previsto, realiza-se a assembleia magna da comunidade oposicionista portuguesa no Brasil. Nela se constitui a Comissão de Inter-Ligação (CIL), organismo não executivo a quem competiria delinear uma estratégia de "*penetração democrática na colectividade portuguesa no Brasil*" e definir uma plataforma de entendimento da oposição local, por um lado, e, por outro, estabelecer contacto com os diferentes núcleos da emigração política portuguesa e estudar a forma de os articular e de garantir a sua ligação segura e regular com Portugal[150]. Integram-na António Fonseca, António Ricca Gonçalves, Augusto Aragão, João Alves das Neves, João Sarmento Pimentel, Joaquim Duarte Baptista, Manuel Myre Dores, Manuel Sertório, Pedro Rocha e delegados dos núcleos de Assis e do Rio de Janeiro[151]. No sábado, dia 11 de março, reúne-se pela primeira vez a Comissão, no Centro Republicano Português, altura em que são eleitos Sarmento Pimentel para a presidência e Sertório para a secretaria-geral.

A conquista de uma maior audiência junto da colónia portuguesa no Brasil é uma das preocupações centrais da Comissão e nesse sentido se propõem diversas iniciativas. De entre elas, salientam-se a constituição de uma cooperativa de consumo ligada ao Centro Republicano Português, a fundação de uma sociedade luso-brasileira

[148] Cerca de um ano e meio mais tarde a opinião do físico relativamente à designação de Delgado como chefe da oposição portuguesa alterar-se-á. O tom ofendido e a resposta seca que uma sua carta expondo "*lealmente*" alguns factos merece por parte do general estão na base dessa inflexão, pelo que revelam sobre a personalidade do ex-candidato. Carta de António Brotas a Manuel Sertório, Paris, 2 de Setembro de 1962. CD 25A, MS – Corresp 308.

[149] Carta subscrita por Maria Luísa Silva Neves, Joaquim Lopes Mendes e Aurélio Martins em nome da Agrupação de Portugueses Democratas do Uruguai, dirigida ao Presidente e Delegados da Reunião de Oposicionistas Portugueses de S. Paulo, Montevideo, 26 de fevereiro de 1961. CD 25A, MS – Corresp 1947.

[150] Relatório da Comissão de Inter-Ligação, S. Paulo, 9 de setembro de 1961. CD 25A, MS – Oposição / Outros / Brasil / UDP/CIL / Diversos 4.

[151] A partir de maio, conta igualmente com a participação de António Gil, António Louro e Manuel Serra. Acta nº 9, 6 de maio de 1961. CD 25A, MS – Oposição / Outros / Brasil / UDP/CIL / Actas 9.

designada União Cultural Brasil-Portugal, a formação de uma Liga dos Amigos da Democracia Portuguesa, a criação de um novo jornal, o lançamento de um programa de rádio num dos emissores particulares de S. Paulo, a organização de uma biblioteca ou a abertura de um escritório para assistência legal e contabilística aos imigrados e aos turistas[152].

Simultaneamente, a CIL dirige uma comunicação aos organismos existentes na emigração e a indivíduos considerados representativos da frente interna ou externa, dando a conhecer a sua existência e os seus propósitos. Acompanha-a um inquérito onde se solicita a leitura da situação política portuguesa do momento, a indicação dos meios de luta considerados mais adequados, a posição acerca da questão colonial, a opinião sobre os objetivos da Comissão e esclarecimentos quanto à situação política dos locais onde se encontram.

A Paris, Sertório faz questão de antecipar ao informe os seus comentários à análise feita a propósito do assalto ao Santa Maria. O desacordo perante o júbilo de António Brotas e dos restantes companheiros "parisienses" é total. Uma ação isolada e não inserida num plano mais vasto, conduzida por um "directório" na realidade inexistente, não passa de "*aventureirismo*", obedecendo a pressupostos anarquistas e de luta anticomunista, cuja discriminação política que lhe esteve na base bem comprova[153]. A estas questões se juntam os potenciais efeitos nocivos sobre a oposição do interior que alimentaria a expectativa de uma libertação vinda do exterior. Rematando:

> *"É necessário estabelecer um plano de conjunto que compreenda todas as acções possíveis quer na frente interna quer no exterior e criar um organismo de cúpula democraticamente representativo que possa assegurar-lhe a execução em todos os teatros de operações. Claro que o quartel general tem de estar em Portugal e, nas emigrações, não é com homenzinhos como o Delgado e o Galvão, pelo menos os homenzinhos ensismesmados que eles continuam sendo, que se poderá contar. Sucede, simplesmente, que eles detêm, infelizmente sem dúvida, no momento presente, a representatividade aparente que nós não possuímos, sendo consequentemente preciso que à nossa representatividade real saibamos juntar também a aparente para que as nossas iniciativas não possam ser exautoradas. É, pois, um longo trabalho de*

[152] Relatório…
[153] Cartas de Manuel Sertório a António Brotas, S. Paulo, 15 de março e 12 de Maio de 1961. Respetivamente, CD 25A, MS – Corresp 293 e 298.

organização que temos na frente, na perseguição do qual se impõem o mais realista senso político e a maior paciência e perseverança."[154]

Trabalho a que lançava mãos a Comissão de Inter-Ligação recém-criada e que terminaria

"com uma magna reunião, possivelmente numa capital europeia, de representantes da frente interna (do PC aos católicos), das emigrações e dos partidos africanos independentistas, a tempo de planear devidamente a disposição de todas as nossas forças".[155]

Com o propósito de os chamar ao diálogo, alguns movimentos nacionalistas são também informados da constituição da CIL, solicitando-se a difusão da notícia nos emissores de língua portuguesa ao seu dispor[156]. Ao MPLA e à recém-formada CONCP ausculta-se ainda sobre a veracidade das informações que falam da oferta à oposição portuguesa de um programa na rádio que estariam a montar ou que utilizariam em Marrocos[157].

De New Jersey, de Paris, de Londres, de Montevideu, de Caracas, de Ontário e Montreal as respostas aparecem e dão francos sinais positivos. Embora com algumas recomendações, como as que chegam pela "voz" de Lúcio de Miranda:

"Concordamos com a orientação indicada na sua carta e desejamos o melhor êxito para as suas iniciativas de carácter positivo. Congresso, programa, reunião numa capital europeia, tudo é excelente, contando que se leve a efeito. Na medida das nossas possibilidades, prestaremos o melhor apoio para a criação de um "organismo de coordenação" de todos os grupos da emigração. Como é óbvio, porém, não deve esse organismo ter funções rígidas mas simplesmente função orientadora, que respeitará a

[154] Carta de Manuel Sertório a António Brotas, S. Paulo, 15 de março de 1961. CD 25A, MS – Corresp 293.
[155] *Idem*.
[156] Informam-se a UPA (União das Populações de Angola), o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) e a FRAIN (Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional das Colónias Portuguesas). A FRAIN fora criada na Conferência dos Povos Africanos, realizada em Tunis entre 25 e 30 de janeiro de 1960. Agrupava militantes do PAIGC de Amílcar Cabral e do MPLA de Mário de Andrade. CD 25A, MS – Oposição / Outros / Brasil / UDP/CIL / Corresp 3, 4 e 2, respetivamente.
[157] Informações prestadas por Lúcio de Miranda a partir de Londres, 2 de maio de 1961. CD 25A, MS – Corresp 2035 Cartas ao secretário-geral do MPLA, S. Paulo, 13 de maio de 1961; ao secretário-geral da CONCP, 10 de junho de 1961, CD 25A, MS – Oposição /Outros /Brasil/ UDP/CIL /Corresp. 11 e 17, respetivamente.

liberdade de acção de cada grupo. Em uma palavra, não dará ordens, mas sugestões, que serão certamente bem recebidas."[158]

Preocupações idênticas às manifestadas por Paris uns tempos depois e que Manuel Sertório serenará[159].

Entretanto, novas convulsões assaltam o núcleo oposicionista brasileiro. Humberto Delgado rompe com Henrique Galvão e remete-se ao isolamento, Galvão e o pequeno grupo do DRIL que com ele se estabelece no Brasil manifesta completa desorganização e falta de meios, mas não desiste de procurar adeptos para futuras ações "*bombásticas*" em terras de Vera Cruz, os comunistas continuam a dar mostras de grande sectarismo e a rejeitar a ideia de formação de um organismo político de direção da emigração.

Sertório pressente o falhanço das diligências desenvolvidas pela CIL ou de quaisquer outras que partissem de tal "*saco de gatos*". Pelo que chama novamente à liça o grupo de Londres – "*de todos os existentes na emigração, o que mais coesão interna e eficiência nos oferece*"[160] –, a quem competiria realizar a urgente assembleia magna da oposição de onde sairia o almejado organismo coordenador no exterior[161].

O advogado dirige-se igualmente aos companheiros da Acção Socialista, que deveriam diligenciar no sentido de conseguir o envio de mensagens em nome da Frente Republicana, da "*Frente de Acção Patriótica*" e de "*organismos de direcção nacional ou de carácter unitário*" para Londres e para diversas figuras oposicionistas em S. Paulo sublinhando a necessidade de constituir uma estrutura capaz de articular os vários círculos da emigração e estes com a frente interna, servindo como "*representante diplomático*" da oposição no exterior. Um organismo capaz de desenvolver tarefas como a elaboração de um boletim de toda a imprensa estrangeira sobre Portugal, a ser introduzido no país, a transmissão à imprensa internacional e a diferentes entidades e governos estrangeiros de relatórios regulares sobre Portugal emitidos do interior ou a

[158] Carta de Lúcio de Miranda a Manuel Sertório, Barking, 12 de março 1961. Sublinhado no original. CD 25A, MS – Corresp 2031.
[159] Carta de António Brotas a Manuel Sertório, s/d [maio de 1961]. CD 25A, MS – Corresp 297.
[160] Carta de Manuel Sertório à Acção Socialista (dirigida a Vasco Martins), S. Paulo, 25 de julho de 1961. CD 25A, MS – Corresp 3026.
[161] Carta de Manuel Sertório a Sacuntala de Miranda, S. Paulo, 12 de maio de 1961. CD 25A, MS – Corresp 2055.

manutenção de um rádio emissor[162]. O apoio do interior ao projeto político que vinha defendendo é fundamental para desbloquear a situação, Manuel Sertório está bem ciente disso. Ora, a reunião de encerramento dos trabalhos da CIL decorreria entretanto e nela pensava apresentar moção para a sua transformação nesse organismo de direção. Se a proposta fosse fortalecida pelas diretivas enviadas de Portugal e pela adesão dos grupos de Londres e de Paris, seria meio caminho andado para a sua aprovação.

Da capital inglesa, concordância absoluta:

> *"O grupo concorda com a ideia e insiste que devem vir pessoas de dentro de Portugal, representando todos os grupos da oposição. É também essa a minha [Sacuntala de Miranda] opinião. Creio que a função fundamental da conferência seria estabelecer uma coordenação entre o interior e o exterior (com organização de um serviço de informações recíprocas verdadeiramente eficiente, estudo da possibilidade de montagem de uma emissora para Portugal envio de documentos, etc), uma tomada de posição sobre o problema colonial e a apresentação ao público de uma oposição organizada e com um programa geral estabelecido."*[163]

Propõem a primeira quinzena de novembro de 1961 para o encontro e solicitam a sugestão de Sertório sobre pessoas ou grupos a convidar no Brasil e na América Latina em geral.

Boas notícias, acompanhadas de um desafio: meditam sobre a vantagem de constituir um movimento de esquerda que abrisse "*maiores possibilidades de movimentação e de apoio, tanto interno como externo*"[164]. Um movimento bem estruturado, com estatutos e programa definidos, cuja criação fosse antecedida de conversações com o interior e com o PCP, de quem esperavam o acordo, com um programa de cariz socialista, passível de ir colhendo apoios humanos e financeiros. Poucos dias depois, a partir de Paris, Victor da Cunha Rego informa o advogado de que subscreve tal projeto e volta a interpelá-lo[165].

---

[162] Cartas de Manuel Sertório à Acção Socialista (dirigida a Vasco Martins), S. Paulo, 25 de julho de 1961 e a Sacuntala de Miranda, S. Paulo, 27 de julho de 1961. CD 25A, MS – Corresp 3026 e 2060, respetivamente.

[163] Carta de Sacuntala de Miranda para Manuel Sertório, Barking, 18 de junho de 1961. CD 25A, MS – Corresp 2056.

[164] Carta de Sacuntala de Miranda a Manuel Sertório, 4 de julho de 1961. CD 25A, MS – Corresp 2057.

[165] Carta de Victor da Cunha Rego a Manuel Sertório, Paris, 12 de julho de 1961. CD 25A, MS – Corresp 2587. O jornalista Victor da Cunha Rego fixara-se no Brasil em 1958, onde passara a exercer a sua profissão. Aqui se iniciara nas lides políticas, logo se integrando no núcleo de democratas lusos. Com a rutura entre a maioria do núcleo e Humberto Delgado, em meados de 1959, decidira manter-se próximo do general e fora um dos redatores do *Portugal Livre* até ao final do ano seguinte. No início de 1961,

A Sacuntala de Miranda e a Cunha Rego, Sertório repete a recusa em alinhar na "aventura partidária": a sua aposta continua a ser "*estruturar uma frente mais vasta programaticamente*", por isso com maior representatividade nacional, esclarece[166]. Com esse fim, solicita a deslocação de um dos membros do grupo de Londres a Portugal, viagem que o núcleo brasileiro tinha possibilidade de custear. Levaria a missão de contactar pessoalmente elementos-chave da oposição do interior em Lisboa e no Porto, auscultando a sensibilidade à constituição de um organismo diretivo no exterior com as características por si definidas e à apresentação por este de um programa mínimo assente "*no neutralismo internacional e na aceitação da auto-determinação dos povos coloniais e negociação nas bases oferecidas em Casablanca*", bem como o assentimento a "*que se inicie esse caminho sem Delgado e Galvão*"[167]. No regresso, deveria apresentar relatório completo sobre a situação da oposição no interior.

Continua igualmente os trabalhos na CIL. No início de agosto, a Comissão julga estabelecido o acordo da generalidade da emigração antissalazarista em torno de um conjunto de princípios:

> *"1º reconhecimento da necessidade de franca cooperação entre todas as forças políticas anti-fascistas portuguesas para o derrubamento [do] salazarismo pelas massas populares da nossa Pátria, sem quaisquer discriminações ou segregações;*
> *2º reconhecimento de que a direcção nacional da luta pela democratização do nosso país tem de residir em Portugal, daí devendo emanar, inclusive, as directivas principais para a luta na frente exterior;*
> *3º reconhecimento, não obstante, de que a oposição do exterior tem diante de si amplas possibilidades de acção de incontestável importância política, complementando, fora das fronteiras, a actuação dos organismos unitários da frente interna, especialmente*

integrara o pequeno grupo que, a partir do Brasil, secundara o assalto ao Santa Maria. Partira em Abril rumo à Europa e, após brevíssima passagem por Londres, encontrava-se em Paris desde Maio. Carta de Victor da Cunha Rego a Manuel Sertório, 11 de junho de 1961. CD 25A, MS – Corresp 2581 e Miguel Urbano Rodrigues, *op. cit.*, vol. I.

[166] Cartas de Manuel Sertório a Victor da Cunha Rego, 31 de julho de 1961 e a Sacuntala de Miranda, 27 de julho de 1961. CD 25A, MS – Corresp 2589 e 2060, respetivamente.

[167] Carta de Manuel Sertório a Sacuntala de Miranda, 27 de julho de 1961. CD 25A, MS – Corresp 2060. Indica como contactos imprescindíveis em Lisboa, Azevedo Gomes, Arlindo Vicente, Rui Cabeçadas (da Acção Socialista), engenheiro António Abreu, engenheiro Sá Cardoso (da Frente Socialista), Carvalhão Duarte (do Partido Republicano), Lino Neto, Francisco Sousa Tavares (do Partido Monárquico Popular), Piteira Santos e Ramos da Costa; no Porto, Artur Andrade, António Macedo e Fernando Ferreira da Costa; em Famalicão, Lino Lima.

em todas as iniciativas que obviamente não possam ser desenvolvidas por aqueles organismos."[168]

Considerando igualmente definidas as futuras bases do "*trabalho prático de inter-ligação das emigrações*":

"A) criação de organismos políticos representativos dos diversos núcleos de emigrados democratas onde eles ainda não existem e o seu incessante fortalecimento orgânico mediante a maior penetração possível na colectividade portuguesa local;

B) ininterrupto contacto com a imprensa, o rádio e as entidades políticas (partidárias, sindicais, parlamentares e governamentais) do país da imigração, para toda a espécie de comunicações e reclamações apresentadas pelos organismos da frente interna, pelos outros núcleos da emigração e pelo próprio organismo oposicionista local;

C) íntima ligação com o movimento nacional, acaso existente, em prol da amnistia aos nossos presos e exilados políticos, dando-lhe todo o apoio e colaboração nos seus trabalhos;

D) envio mensal a todos os outros organismos da nossa emigração de uma colectânea, já sumariada e traduzida, da imprensa e dos actos da vida política local que se refiram a Portugal, assim como notícias das actividades do organismo local dos portugueses democratas e das suas iniciativas de interesse comum ou que devam ser objecto de ampla publicidade;

E) criação de jornais ou boletins oposicionistas onde ainda não existam e de uma secção em todos eles para permuta das diversas experiências políticas;

F) recolha regular de fundos para auxílio à luta em Portugal (nomeadamente à desenvolvida pelas Juntas de Acção Patriótica, que preparam a insurreição popular no nosso país) e às actividades de interesse comum dos organismos de emigração, sugerindo-se desde já entre estas: 1 – a criação de um boletim para introdução em Portugal divulgando largamente as actividades da alínea D; 2 – a criação de outro boletim (em francês e inglês) para dar ampla divulgação internacional às notícias e comunicações provenientes de Portugal e do exterior e 3 – a inclusão das mesmas matérias nos programas de língua portuguesa destinados a Portugal por diversos rádios, para o que deverão efectuar-se in loco as necessárias diligências."[169]

Da proposta de plataforma informa toda a comunidade exilada, remetendo para uma nova assembleia-geral outras sugestões e comentários à mesma.

---

[168] Circular da CIL, subscrita por Manuel Sertório, dirigida a todos os democratas na emigração, S. Paulo, 1 de agosto de 1961. A ortografia foi corrigida pelas normas portuguesas. CD 25A, MS – Oposição / Outros / Brasil / UDP/CIL / Corresp 24.

[169] *Idem*.

"*Mas ninguém arranca deste ponto morto!*"

Em meados de agosto, Sertório recebe carta do engenheiro Manuel Tito de Morais, com quem trabalhara na comissão central da candidatura de Norton de Matos à Presidência da República e que sabia próximo do PCP. Impedido de arranjar emprego em Portugal em consequência do seu envolvimento político no MUD e na campanha presidencial de 1949, Tito de Morais estabelecera-se em Angola em fevereiro de 1952. Nesta colónia portuguesa continuara a desenvolver o trabalho político possível, particularmente no âmbito da Sociedade Cultural de Angola, em Luanda. Preso pela PIDE, fora expulso do território a 17 de abril de 1961 e trazido para Portugal. Sabendo-se perseguido pela polícia política, conseguira sair do país com a família, dirigindo-se a França, onde se encontrava[170]. Os dois homens nunca mais haviam tido contacto estreito. Tito de Morais procura agora Sertório para lhe dar conta dos seus esforços para criar uma estrutura representativa da luta oposicionista portuguesa no estrangeiro, ou seja, para levar à prática projeto similar ao do advogado.

A ideia germinara mais de um ano nas conversas tidas com o seu grupo político em Luanda, antes da sua expulsão de Angola. Na sua breve passagem por Portugal, antes de rumar ao exílio, verificara que "*a necessidade de uma voz da resistência interior no estrangeiro, era considerada como indispensável*" por vários elementos da oposição no interior, sem que o tema fosse debatido em pormenor[171]. Chegado a Paris, discute essa possibilidade em encontro com vários portugueses aí radicados, que maioritariamente aprovam a ideia. Os reticentes temem apenas a atuação futura desse organismo. Em deslocação relâmpago a Londres, coloca a questão a um dos democratas portugueses aí residentes e obtém novo acordo. É ainda procurado por "*amigos das forças políticas angolanas*" que insistem sobre a vantagem dessa solução. Via aproximar-se a discussão do caso de Angola na Assembleia Geral da ONU, com começo agendado para setembro, na qual considera indispensável a presença de uma delegação de democratas portugueses. "*Mas ninguém arranca deste ponto morto!*",

[170] Comissão Executiva das Comemorações de Tito de Morais, *Manuel Tito de Morais. Fotobiografia*, Lisboa, Guerra e Paz, 2010; Susana Martins, *A Reorganização do II Movimento Socialista na Oposição ao Estado Novo (1953 - 1974)*, dissertação de mestrado em História Contemporânea, apresentada à Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Setembro de 2001, texto dactil., vol. II; ANTT, PIDE/DGS – Tito de Morais, SC E/GT 3943 (NT 1498), SC DPI 95-422/61 e SC CI(2) 3085 (NT 7249).

[171] Carta de Manuel Tito de Morais a Manuel Sertório, Paris, 1 de agosto de 1961. CD 25A, MS – Corresp 2120.

desespera Tito de Morais[172]. Na capital inglesa, ouvira falar do empenho de Manuel Sertório no mesmo sentido, pelo que decidira contactá-lo diretamente e apresentar-lhe o projeto de organismo que fora por si esboçado.

Junto à missiva segue o projeto de estatutos e o programa do Movimento Democrático de Libertação, designação proposta pelo engenheiro para o organismo a constituir. Visando o fim último de derrubar o fascismo em Portugal, tem como objetivos imediatos a denúncia junto de governos estrangeiros, da imprensa internacional e, em geral, de toda a opinião pública mundial do carácter ditatorial do regime salazarista e do perigo que representa para a paz mundial, além de apoiar e promover manifestações pela amnistia a presos e emigrados políticos e toda a ação desenvolvida pelas forças oposicionistas portuguesas. Aglutinador de todos os democratas portugueses residentes no estrangeiro, onde funcionará, "*manterá as mais íntimas relações com os organismos de luta anti-fascista em Portugal e propõe-se ser no Estrangeiro, o PORTA-VOZ desses organismos, em especial das Juntas de Acção Patriótica, organização que considera como a mais representativa da Oposição Democrática em Portugal*", sem, todavia, pretender quaisquer funções de governo assim que seja instaurada a democracia[173]. Como "*base da sua política interna*", adota o *Programa para a Democratização da República*, considerando-o plataforma de entendimento de toda a Oposição Democrática, embora sublinhe a necessidade de esclarecimento da política colonial preconizada. Tema ao qual se dedica particular atenção no documento programático, afirmando-se inequivocamente o direito à autodeterminação e independência completa das colónias.

Quanto ao funcionamento do Movimento Tito de Morais propõe uma estrutura tradicional, com a direção dividida em órgãos consultivos e executivos, participando nos primeiros as figuras emblemáticas da oposição como tutelares do movimento e cabendo aos segundos a condução efetiva das atividades. À cabeça, um congresso nacional a quem competiria designar os membros de cada um dos órgãos hierárquicos e estabelecer as linhas gerais da ação política do organismo. Na base, as comissões, encarregues do recrutamento de novos membros, da cotização, da elaboração do cadastro e das missões que lhe fossem sendo atribuídas pela direção, a quem poderia dar sugestões.

[172] *Idem*.
[173] "Movimento Democrático de Libertação – MDL. Projecto de Estatutos e Programa", 1 de agosto de 1961. CD 25A, MS – Corresp 2120, anexo.

Idêntica documentação segue igualmente para Portugal, Itália, Canadá, Inglaterra, Venezuela, Argentina e é entregue em França, informa Tito de Morais. Acompanha-a proposta para reunir um congresso no Rio de Janeiro antes de 10 de setembro, ocasião onde seria eleita a Comissão Diretiva do Movimento e onde seriam discutidos/alterados os textos definidores agora enviados para apreciação[174]. Encargo de que se poderia ocupar Sertório e os correligionários no Brasil, a quem competiria também buscar a concertação com Humberto Delgado "*para dar ao Movimento o carácter unitário que ele precisa ter*"[175].

Poucos dias depois, Tito de Morais receciona a circular da CIL subscrita por Manuel Sertório. Certifica-se então da coincidência de pontos de vista: todos os princípios nela enunciados e dados como aceites por todos os emigrados oposicionistas estão contemplados no seu projeto de MDL, indo este um pouco mais longe no desenvolvimento da ação diplomática a levar a cabo ou na identificação das bases políticas. A disparidade essencial é a forma de estruturação de cada um dos movimentos, o seu, mais próximo de uma organização partidária, com "*cabeça, tronco e membros*", por o julgar mais eficiente, e o de Sertório assente em organismos políticos independentes[176]. Posto isso, reafirma a vontade de apresentar o seu projeto na assembleia de 9 de setembro, em S. Paulo.

Na verdade, a diferença de pontos de vista quanto à base da unidade – interpartidária ou individual – é bastante significativa no contexto da tradição oposicionista portuguesa. Esta era uma das questões que normalmente separava o projeto unitário dos comunistas do dos sectores mais moderados ou conservadores, com os primeiros a defender a representação partidária e os segundos a individual. Sendo o PCP a única força partidária digna de tal nome, os restantes viam nessa representação organizacional o meio usado pelos comunistas para impor a sua hegemonia. Tito de Morais está disso ciente, como evidencia numa outra versão anterior e incompleta do projeto, onde aponta a recusa da unidade interpartidária como uma das razões do seu afastamento do PC[177]. Manuel Sertório não está menos. Todavia, pragmático, sabe da

[174] Circular subscrita por Manuel Tito de Morais, 1 de agosto de 1961. CD 25A, MS – Corresp 2121, anexo à carta 2120.
[175] Carta de Manuel Tito de Morais a Manuel Sertório, 1 de agosto de 1961. CD 25A, MS – Corresp 2120.
[176] Carta de Manuel Tito de Morais a Manuel Sertório, 4 de agosto de 1961. APTM.
[177] No mesmo documento afirma ainda a luta popular e a revolução armada como formas de luta eleitas pelo povo. APTM.

indispensabilidade de reunir todos os apoios possíveis e declara concordância com a generalidade do projeto apresentado.

O advogado obsta apenas quanto à possibilidade de cumprir os prazos desejados pelo engenheiro. Justificando-o, pinta-lhe com maior pormenor o quadro da oposição portuguesa no Brasil, as diligências, resistências, sublinhando particularmente a dos elementos comunistas, e conquistas por si feitas. Pela análise da realidade com que lida e do que se vai inteirando nos diferentes núcleos, está prestes a encetar a segunda fase do seu plano: a de constituir "*um único organismo directivo no Brasil*"[178]. Numa terceira e última fase, no encontro que Londres preparava e onde estariam presentes mandatários das forças do interior e dos movimentos nacionalistas das colónias portuguesas, se conceberia a forma de "*articulação completa das emigrações numa cúpula única para toda a luta no exterior*"[179]. Para o êxito de tal plano e aproveitando a estadia de Tito de Morais na capital francesa, muito interessava a criação de organismo semelhante nessa cidade. Outra garantia para o sucesso seria um pronunciamento do interior apontando idêntico caminho, passível de servir de credencial e fazer recuar os entraves postos por alguns elementos de destaque no exílio. Considerava Tito de Morais ter margem de apoio que lhe assegurasse a aprovação da proposta porque de iniludível representatividade interna e externa? De ambas as variáveis dependeria também o desenlace das conversações a ter futuramente com Delgado.

Na volta do correio, o engenheiro esclarece que as suas informações sobre a posição do interior refletem apenas "um ponto de vista pessoal", ainda que "de elementos responsáveis", reconhecendo a imprescindibilidade do "*apoio oficial*" de Portugal. Assim, apoio à "*acção escalonada*" proposta por Sertório. Até porque, na verdade, criar um organismo representativo do núcleo brasileiro seria já "*um grande passo em frente*"…[180]

Pela mesma altura Manuel Sertório recebe as primeiras notícias de Silas Cerqueira desde que se encontrava exilado[181]. Extensíssima missiva de mais de 20

[178] Carta de Manuel Sertório a Manuel Tito de Morais, S. Paulo, 14 de agosto de 1961. CD 25A, MS – Corresp 2122. Em carta dirigida a Victor da Cunha Rego, acrescenta também a referência à desconfiança dos irmãos João e Francisco Sarmento Pimentel. Carta de Manuel Sertório a Victor da Cunha Rego, 17 de agosto de 1961. CD 25A, MS – Corresp 2591.
[179] Carta de Manuel Sertório a Manuel Tito de Morais, S. Paulo, 14 de agosto de 1961. *Idem*.
[180] Carta de Manuel Tito de Morais a Manuel Sertório, Paris, 3 de setembro de 1961. CD 25A, MS – Corresp 2123.
[181] Silas Cerqueira assumira desde cedo um intenso trabalho político na órbita do PCP, que por várias vezes o levara aos calabouços da polícia política e lhe atrasara consideravelmente a licenciatura em

páginas, traçando quadro bastante pessimista e desmoralizador – para Sertório – do núcleo português em Paris, cuja maioria dos elementos procura atuar politicamente com a máxima prudência, dada a necessidade ou o desejo de regressarem a Portugal[182]. Na volta do correio, o desalento do advogado é notório:

> *"As coisas estão caminhando num sentido que poderá vir a permitir a constituição de um movimento como o Tito de Morais propõe mas estruturado em termos quase partidários, solução que eu só aceitarei em desespero de causa mas que será porventura melhor do que aguardar indefinidamente o milagre de pôr os paralíticos a andar."*[183]

Estranhando ainda o silêncio sobre as diligências do engenheiro na capital francesa e a contradição entre as informações de Silas Cerqueira e o tom otimista que o engenheiro imprimira ao seu discurso, pede a Cunha Rego a sua versão dos acontecimentos[184]. Esta chega nos últimos dias de agosto: Silas Cerqueira estivera na reunião com Tito de Morais, sendo aliás "*o único, ao que sei, a discordar de uma cúpula invocando o "perigo" de a partir dela se formar um ministério ou um governo… Creio que o Cilas [sic] Cerqueira está muito "enquadrado" pelas desconfianças do partido*"[185]. Da oposição em Paris, pouco sabe, não está integrado, é "*brasileiro do Portugal Livre*", de que muitos fogem. Apenas pode afirmar que Emídio Guerreiro é figura central, embora nada saiba do seu trabalho concreto, além dele não vê ninguém verdadeiramente "ativo". Rematando:

> *"Quer a minha opinião? Paris tem demasiado conforto para que os oposicionistas pensem em Portugal…"*[186]

A divergência essencial de Silas Cerqueira relativamente ao projeto de Tito de Morais é significativa. Porque eco de um dos maiores receios do PCP, como Cunha Rego bem compreende. Mas mais, porque expressa por um dos quadros comunistas de

---

Histórico-Filosóficas. Depois de um profundo envolvimento no Movimento Nacional para a Defesa da Paz na primeira metade da década de cinquenta, participara na preparação das eleições para a Assembleia Nacional de 1957 e apoiara a candidatura presidencial de Arlindo Vicente no ano seguinte. Em Março de 1959 fixa-se em Paris, tornando-se, a partir de 1961, bolseiro da Fundação Calouste Gulbenkian. Será na capital francesa peça fundamental do aparelho comunista aí sediado. ANTT, PIDE/DGS – Silas Cerqueira, SC GT 309 - NT 1403 e SC CI(2) 2760 - NT 7231.

[182] Carta de Silas Cerqueira a Manuel Sertório, Paris, agosto de 1961. CD 25A, MS – Corresp 576.

[183] Carta de Manuel Sertório a Silas Cerqueira, S. Paulo, 15 de agosto de 1961. CD 25A, MS – Corresp 577.

[184] Carta de Manuel Sertório a Victor da Cunha Rego, S. Paulo, 17 de agosto de 1961. CD 25A, MS – Corresp 2591

[185] Carta de Victor da Cunha Rego a Manuel Sertório, Paris, 24 de agosto de 1961. CD 25A, MS – Corresp 2592.

[186] *Idem*.

maior peso na capital francesa. Esse é porventura o importante "detalhe" que escapa ao ex-exilado brasileiro.

Em resposta às dúvidas e objeções que lhe vão sendo transmitidas, sobretudo na reunião de Paris, Tito de Morais esclarece vários pormenores sobre o seu projeto e contrapõe argumentos. Pela sua leitura completamos o retrato do que está sobre a mesa: a suspeita de poder este organismo no exterior querer disputar a direção da luta contra o regime, arrogando-se funções executivas e não apenas de coordenação da ação no exílio. Tito de Morais procura serenar temores, emitindo uma declaração política onde sublinha que o "*MDL só poderá ter existência legítima, depois de reconhecido como representante das Juntas Patrióticas*", reforça o carácter unitário do movimento e o afirma tão-somente como um órgão coordenador das atividades políticas no exterior[187]. Referenciando finalmente outros benefícios da formação de uma Comissão Diretiva no estrangeiro, como a melhoria da comunicação com o país, a maior facilidade na atuação junto da emigração económica ou a maior confiança que a sua representatividade granjearia na opinião pública mundial.

A 9 de setembro de 1961 deveria realizar-se a assembleia da CIL em S. Paulo, mas esta acaba por ser adiada para 23 do mesmo mês. Não obstante, aproveitando a presença de uma dúzia de democratas, tem lugar uma longa discussão preparatória da reunião magna em que se equacionam os caminhos a trilhar findos os trabalhos da Comissão. Nela "*assentou-se numa larga comissão central de uma «Frente de Acção Democrática dos Portugueses do Brasil» e numa comissão executiva de 9 membros*", a quem competiria levar a cabo as tarefas elencadas pela CIL no seu relatório final, proposta desenhada por Manuel Sertório[188]. Dão o seu acordo de princípio Henrique Galvão, João Sarmento Pimentel e os "*homens do PC*" – "*como eu [Sertório] esperava, aguardavam apenas, como em tantas outras vezes, que o comboio apitasse*"[189].

Tudo encaminhado para a concretização da segunda fase do "programa" de Sertório quando vem a público um documento lavrado por Galvão e assinado por 60 pessoas que se reclamam membros de uma "*Frente Anti-Totalitária*". Entre elas várias

[187] Circular subscrita por Tito de Morais, Paris, 23 de agosto de 1961 e "Declaração", Tito de Morais, Paris, 25 de agosto de 1961. CD 25A, MS – Corresp 2123.
[188] Carta de Manuel Sertório a Victor da Cunha Rego, S. Paulo, 17 de setembro de 1961 e "Proposta apresentada na Assembleia Anti-Salazarista de S. Paulo realizada em 23 de Setembro de 1961", S. Paulo, 9 de setembro de 1961. CD 25A, MS – Corresp 2595 e Oposição / Outros / Brasil/ UDP/CIL / Diversos 6 e 6-1, respetivamente.
[189] Referir-se-á a Veiga de Oliveira e a Augusto Aragão. Carta de Manuel Sertório a Lúcio de Miranda, S. Paulo, 15 de setembro de 1961. CD 25A, MS – Corresp 2049.

das que tinham concordado com a proposta de Sertório, alguns nomes bem conhecidos como João Sarmento Pimentel, João dos Santos Baleizão ou Carlos Cruz. Ao documento é dada ampla difusão, com a publicação no *Estado de S. Paulo*.

A confusão aumenta. O advogado desalenta – "*durante anos não aparece aqui nenhuma organização e numa semana surgem duas! Veja se não é de se dar em doido, com Frente pela frente e Frente por detrás*" –, mas põe esperança na meia dúzia de entrevistas que terá antes da reunião da CIL e no próprio encontro[190].

As notícias chegadas de Londres também não são animadoras. Sacuntala de Miranda dá-lhe conta das resistências à concretização da conferência de novembro:

> *"Infelizmente, vejo que vamos lutar com grandes dificuldades para a reunião de Novembro, principalmente por parte do PC, cujos elementos, embora sem se oporem a ela claramente, têm feito todos os esforços para boicotar a iniciativa. Aflige-os a ideia de que pretendemos formar um organismo de cúpula da emigração, suponho que por recearem perder o controle dos acontecimentos. Temos discutido largamente o problema e procurado explicar as vantagens que isso terá, mas encontramos sempre uma obstinação permanente e sem argumentos, que vai ser muito difícil de vencer."*[191]

Nada que obrigue ao seu cancelamento, mesmo que os comunistas se recusem a estar presentes, defende Sacuntala. Precisam de trocar impressões, assegurar contactos permanentes e eficazes com o interior, etc. Arreda sim a possibilidade de criar um organismo unitário da emigração, quando dessa unidade e dessa ideia se afasta o PCP.

Fala-lhe ainda da dispersão do núcleo londrino e dos consequentes embaraços ao seu funcionamento, bem como do facto do emissário do grupo a Portugal para a missão ao interior determinada por Sertório ser comunista, o único de entre todos a poder deslocar-se ao país. Termina renovando o interesse em saber os resultados da assembleia da CIL, até porque "*um dos argumentos fundamentais apresentados pelos nossos amigos [comunistas] é o facto de continuarem a existir grandes divisões no Brasil*"[192].

No Brasil, a 23 de setembro de 1961, decorre a reunião magna de encerramento dos trabalhos da Comissão de Inter-Ligação no Centro Republicano Português, com a

[190] Carta de Manuel Sertório a Victor da Cunha Rego, 17 de setembro de 1961. CD 25A, MS – Corresp 2595.
[191] Carta de Sacuntala de Miranda para Manuel Sertório, Barking, 11 de setembro de 1961. CD 25A, MS – Corresp 2062.
[192] *Idem*.

presença de "*muitas dezenas de democratas*"[193]. Aqui apresenta a Comissão o relatório do trabalho desenvolvido, que é discutido e aprovado pelos participantes. Considerando a sua missão terminada, trata-se agora de saber

> *"qual a orgânica necessária como suporte, por um lado, da divisão de funções implicada pelas diversas iniciativas propostas e, por outro lado, como garantia da eficiente coordenação de todas essas tarefas e ainda da necessidade de expressa representatividade exigida por algumas delas."*[194]

O ambiente está encrespado e Sertório opta por deixar cair o pré-acordo existente e não apresentar a sua proposta de formação da "*Frente de Acção Democrática dos Portugueses do Brasil*"[195]. É sim colocada à apreciação dos presentes a criação de uma "*comissão de bons ofícios*" com o objetivo de conseguir a unidade dos vários núcleos da oposição portuguesa no Brasil, de que fariam parte Paulo de Castro, Carneiro Franco, Adolfo Casais Monteiro, Manuel Sertório, João Sarmento Pimentel, Jorge de Sena, Augusto Aragão e Ricca Gonçalves[196]. Moção com trinta subscritores e que é aprovada "*por larga maioria*"[197]. Até à concretização do acordo e ao consequente agendamento de nova assembleia, a CIL deveria continuar a sua atividade.

Outro "*compasso de espera*" para o desanuviamento do ambiente e até "*que desinche a esperança despertada nos golpistas cá do sítio pela partida simultânea do Galvão e do Delgado*", como dirá Sertório uns dias mais tarde ao transmitir os resultados do encontro a Paris, Londres e Montevideu[198]. A chegada de Tito de Morais e umas tantas conversas particulares ajudarão, confia o advogado. Como contribuirão as boas notícias que espera receber de Portugal por intermédio do delegado enviado pelo núcleo de Londres ao país. Embora "*ache muito alarmante*" o facto de este não ter

[193] "Assembleia Oposicionista de 23 de setembro de 1961" in *Portugal Democrático*, outubro de 1961. CD 25A, MS – Oposição / Outros / Brasil / UDP/CIL / Diversos 7.
[194] Relatório... CD 25A, MS – Oposição / Outros / Brasil / UDP/CIL / Diversos 4.
[195] Os três rascunhos da "Proposta apresentada na Assembleia Anti-Salazarista de S. Paulo…" existentes no arquivo de Manuel Sertório têm a menção de terem sido substituídos. CD 25A, MS – Oposição / Outros / Brasil / UDP/CIL / Diversos 6 e 6-1.
[196] CD 25A, MS – Oposição / Outros / Brasil / UDP/CIL / Diversos 3.
[197] "Assembleia Oposicionista...
[198] Galvão e Delgado haviam partido com destino a Marrocos, como atrás se viu. Cartas de Manuel Sertório a Victor da Cunha Rego, S. Paulo, 29 de setembro de 1961; a Lúcio de Miranda, 29 de setembro de 1961; e aos responsáveis do jornal *Portugal Livre* [de Montevideu], 27 de setembro de 1961. CD 25A, MS – Corresp 2596; 2063; e 1952, respetivamente.

abordado ainda o grupo da revista *Seara Nova* nem a Acção Socialista, "*tratando-se de alguém que ia a Portugal para contactar <u>todos</u> os grupos da Oposição*"[199].

O engenheiro Tito de Morais chega ao Brasil a 30 de setembro de 1961. Consigo traz o resultado das negociações realizadas em Paris: acordo "*com o estabelecimento de um Movimento que agrupe as Oposições no Estrangeiro, e que constitua um órgão executivo das mesmas, desde que esse Movimento seja uma extensão da direcção interna, nos moldes da Unidade política alcançada hoje em Portugal*"[200]. O pacto tivera por base o seu projeto unitário e fora estabelecido na véspera da sua partida em reunião efetuada em casa de Emídio Guerreiro. O período é ainda de férias e presentes tinham estado apenas o dono da casa, Tito de Morais, Manuel Valadares, António José Saraiva, Castro Soromenho, Pedroso de Lima, Tomás Rato, Victor da Cunha Rego, uma das filhas de Tito de Morais e um jovem operário. Pouco para classificar como "*a Oposição de Paris*", como faz Cunha Rego em carta dirigida a Sertório, mas com a presença de algumas das figuras mais emblemáticas do núcleo francês, designadamente três quadros comunistas de peso: Valadares, Saraiva e Rato[201].

Unanimidade perante a ideia de formar órgão executivo capaz de articular as oposições no exílio, divergência quanto ao "nível" de subordinação que deveria ter relativamente à frente interna. Valadares pugnara por um organismo "*ligado à frente interna, à qual deveria prestar todo o apoio e servir de porta-voz aos seus anseios, mas guardar uma independência que o levasse a poder pronunciar-se sobre determinados assuntos à luz de uma mentalidade que só o acesso à informação livre pode conseguir*"[202]. Saraiva acentuara antes o "*perigo de uma duplicação de Executivos*", pelo que via utilidade nesse Movimento a constituir apenas "*se subordinado inteiramente às directivas de Portugal*"[203]. Cunha Rego assumira a defesa da tese de Tito de Morais, procurando o consenso: é mais perigoso dar margem a todo o tipo de intervenientes e de declarações do que delegar poderes de porta-voz a um executivo; é necessário diminuir o espaço aos grupos que "*agem por sua conta e risco*"; é urgente

[199] Carta de Manuel Sertório a Lúcio de Miranda, S. Paulo, 29 de setembro de 1961. Sublinhado no original. CD 25A, MS – Corresp 2063. A Acção Socialista não engloba todos os membros da redação da *Seara Nova*. Por exemplo Augusto Abelaira e Alberto Ferreira, ambos colaboradores da publicação, não integram o grupo. José Hipólito dos Santos, *op. cit.*, p. 32.
[200] Carta de Victor da Cunha Rego a Manuel Sertório, Paris, 12 de setembro de 1961. CD 25A, MS – Corresp 2594.
[201] *Idem*.
[202] *Ibidem*.
[203] *Ibidem*.

cessar a luta pelo poder no exílio; é preciso adequar o esforço humano e financeiro de certos projetos aos resultados obtidos; é importante criar um grande jornal da oposição no estrangeiro; é tempo de falar a uma só voz ao menos nas questões nacionais[204].

A 6 de novembro de 1961, a Comissão dos Bons Ofícios criada em 23 de setembro dá por concluídos os seus trabalhos e convoca uma nova assembleia magna da oposição portuguesa no Brasil para o dia 18 desse mês, no Centro Republicano Português. Ordem de trabalhos: "*1º Discussão e aprovação do Estatuto do Movimento "Unidade Democrática Portuguesa"; 2º Eleição dos Corpos Directivos*"[205].

A preparação da assembleia ter-se-ia iniciado por ocasião da Semana de Solidariedade aos Presos e Exilados Políticos de Espanha e Portugal, que decorrera em S. Paulo até 23 de outubro. Encontro realizado na véspera do encerramento dos trabalhos resulta na subscrição de uma "Declaração" onde se afirma a concordância com a criação no Brasil de um movimento unitário e anticolonialista, sob a direção da frente interna, que pretende coadjuvar desmascarando internacionalmente a ditadura e coordenando o apoio político e financeiro à luta interna[206]. Como signatários Adolfo Casais Monteiro, Augusto Aragão, Jorge de Sena, Carlos Cruz, Ricca Gonçalves, João Manuel Tito de Morais, Fernando Lemos, João Sarmento Pimentel, Joaquim Duarte Baptista, Francisco Sarmento Pimentel e Manuel Tito de Morais. A urgência na constituição nominal do movimento decorria da necessidade de intervir junto da ONU por ocasião do debate da questão angolana. A seguir, era preciso aguardar o pronunciamento de todos os pequenos núcleos brasileiros e, então sim, dar-lhe existência efetiva.

Todavia, os acontecimentos precipitam-se. Na assembleia de 18 de novembro aprova-se a existência da Unidade Democrática Portuguesa (UDP) e o seu regulamento e designam-se os seus responsáveis. A declaração política de 22 de outubro encima o seu regulamento[207]. Nos seus órgãos diretivos estão os mais emblemáticos membros da comunidade portuguesa oposicionista radicada no Brasil, à exceção de Henrique Galvão e Humberto Delgado. O primeiro por recusar a unidade aos comunistas, o segundo por

[204] *Ibidem*.
[205] Circular subscrita por João Sarmento Pimentel em nome da Comissão dos Bons Ofícios, S. Paulo, 6 de novembro de 1961. CD 25A, MS – Oposição / Outros / Brasil-UDP / Corresp 2.
[206] CD 25A – MS, Oposição / Outros / Brasil – UDP / Diversos 2.
[207] "Unidade Democrática Portuguesa. Regulamento", folheto, s/d [novembro de 1961]. CD 25A, MS – Oposição / Outros / Brasil-UDP / Diversos 5. Versão provisória do documento, referindo-se a "estatutos" datada de 31 de outubro de 1961 encontra-se no A&B FMS, 2611.007, ims. 5-8.

estar ausente do país. Do órgão representativo e executivo fazem parte João Sarmento Pimentel (presidente), Adolfo Casais Ribeiro, Jorge de Sena e Paulo de Castro (vice-presidentes), Manuel Tito de Morais, Manuel Sertório e Augusto Aragão (secretários), Carlos Cruz e Joaquim Duarte Baptista (tesoureiros), António Ricca Gonçalves, Fernando Lemos, Henrique Pereira Santo, João Manuel Tito de Morais e Manuel Myre Dores (vogais). As instalações do Centro Republicano Português passam igualmente a ser a sua sede. De imediato, para os diferentes núcleos de democratas portugueses espalhados pelo mundo são enviadas circulares informando da criação da organização, cujos objetivos e forma de funcionamento se esclarecem pela anexação do seu regulamento.

Para lá da celeridade com que seria preciso agir na perspetiva de participar de alguma forma no debate na ONU, não deixa de ser notório o facto de todo este processo decorrer na ausência de Manuel Sertório. Este encontrava-se em Nova Deli, representando os oposicionistas portugueses em Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas a decorrer nessa cidade, entre 20 e 23 de outubro[208]. Tanto mais que o organismo constituído corresponde integralmente à proposta de Tito de Morais: uma organização unitária assente na representação individual, com uma estrutura de tipo partidário. Desagrada a Sertório o tipo de movimento, como desagrada, sobretudo, o expediente do engenheiro para o constituir. Não obstante, perante o facto consumado, o advogado logo se integra e procura usá-lo em proveito da materialização do que vinha defendendo.

A 25 de novembro de 1961, a Comissão Executiva reúne-se pela primeira vez. Manuel Sertório apresenta aí os objetivos que espera ver cumpridos pela UDP: "*esforços para a urgente realização de uma conferência de delegados das organizações mais representativas da Frente Interna (nomeadamente das Juntas de Acção Patriótica) e dos diversos núcleos da Frente Externa*"; definição nessa conferência do trabalho diplomático a desenvolver, devendo este incluir o estabelecimento de relações oficiais com os movimentos nacionalistas das colónias portuguesas e de relações oficiosas com

[208] O convite chegara através de Lúcio de Miranda no início de setembro e dirigia-se a si e a Ruy Luís Gomes. Esgotadas que ficaram as possibilidades deste se deslocar, acabara por ir apenas o advogado. Na Conferência representa a corrente de opinião que se revê no documento em tempos elaborado pelo grupo de Londres e que Sertório enviara para o interior e fizera circular pelos núcleos de exilados em recolha de assinaturas. Tinha conseguido umas dezenas de assinaturas, pensara imprimi-lo e distribuí-lo após a abertura da assembleia-geral da ONU, levava-o afinal para a Índia como sua "credencial". CD 25A, MS – Corresp com de Lúcio de Miranda, Sacuntala de Miranda e Ruy Luís Gomes, 1961. Sobre a conferência e seu significado Maria Manuel Stocker, *op. cit.*, p. 210-213 e Manuel Sertório, *op. cit.*, p. 40-41.

todos os países democráticos em busca de ajuda moral e material e a abertura de um *Bureau* de Informação Política junto da ONU; e ajuste de plano para a ação a desenvolver no Brasil, decorrente do relatório da CIL de 9 de setembro passado, sendo a responsabilidade de cada sector de atividade definido entregue a "*comissões funcionais*" a constituir[209]. Em consequência do acolhimento da proposta pela Comissão Executiva, um extenso "programa de ação" começa a ser delineado. O documento identifica as seis metas da UDP e, para cada uma delas, concretiza o caminho para as atingir, sem esquecer de sublinhar a base unitária e de "*comunicabilidade democrática*" que guiará o seu exercício[210]. As metas são:

> *"1 - Maior penetração democrática na colectividade portuguesa no Brasil.*
> *2 – Mobilização da opinião pública brasileira para apoio à luta anti-salazarista.*
> *3 – Ajuda à Frente Interna e nossa coordenação com ela.*
> *4 – Coordenação com os outros núcleos democráticos da emigração.*
> *5 – Cooperação com os nacionalistas das colónias portuguesas.*
> *6 – Acção junto de entidades internacionais."*[211]

Quanto às ações concretas, quer junto da comunidade portuguesa no Brasil, quer de âmbito mais alargado, a maioria é decalque do relatório final da CIL e vai desde a recolha de fundos e sua canalização para o interior e a constituição de gabinetes de assistência aos emigrados portugueses, até atividades de índole cultural como exposições, promoção de espetáculos ou constituição de biblioteca para uso da comunidade portuguesa radicada no Brasil, passando por programas de rádio, publicações periódicas, contactos com a imprensa internacional, comunicação com a frente interna ou intercâmbio de visitas de dirigentes da oposição portuguesa e dos movimentos nacionalistas. Para as levar a cabo, distribuem-se as tarefas por comissões sectoriais, pelos serviços centrais do movimento (secretaria e comissão de finanças) e pela Comissão Executiva[212].

Simultaneamente, inicia-se uma copiosa produção documental e desenvolve-se um sem número de contactos. As diligências efetuadas junto da Organização das Nações Unidas merecem particular destaque: tomam posição favorável à solução do

[209] Proposta da autoria de Manuel Sertório, S. Paulo, 24 de novembro de 1961. CD 25A, MS – Oposição / Outros / Brasil-UDP / Diversos 3.
[210] "UDP. Programa de Acção", Manuel Sertório, 30 de janeiro de 1962. Esta é uma versão provisória, com inúmeras notas manuscritas. CD 25A, MS – Oposição / Outros/ Brasil-UDP / Diversos 7.
[211] *Idem*.
[212] Comissões: de Organização, de Amnistia, Artística, de Biblioteca, de Imprensa e de Relações Públicas. *Ibidem*.

problema goês; pronunciam-se pela independência das colónias e pela ameaça à paz mundial que representava a continuação da política colonial do governo português aquando do debate da questão angolana; preparam deslocação de um delegado dos núcleos de exilados portugueses à Assembleia-Geral da ONU[213]. Assinalam-se também os contactos com os restantes núcleos da emigração política portuguesa e com a frente interna. Data de 20 de janeiro de 1962 a circular que a Comissão Executiva da UDP lhes dirige com o principal fim de concretizar a I Conferência dos Anti-salazaristas Portugueses.

Conferenciar é a palavra de ordem

Acentuando o aumento dos números da emigração política e o acréscimo de importância da ação por ela desenvolvida, a atenção da comunidade internacional para a política portuguesa em consequência do agravamento dos conflitos coloniais na Índia e em Angola e os inconvenientes ou mesmo prejuízos que advêm das falhas de comunicação entre as frentes interna e externa, a UDP volta a lançar o objetivo de realizar o encontro entre exílio e interior. Um encontro que tantos democratas em Portugal e no estrangeiro haviam diversas vezes requerido, onde se encontrariam meios de ligação permanente entre interior e exterior e seria definido um plano comum de ação a curto e a longo prazo.

Convidados a participar deveriam ser todos os partidos e forças políticas do interior, as organizações democráticas no estrangeiro e individualidades representativas, cabendo ao interior a convocatória. Antecipadamente, deveria ser estabelecida uma ordem de trabalhos provisória, ser definido o local da reunião – a Itália ou outro país com as condições de segurança necessárias – e agendada uma data – antes do final de março[214].

A proposta é enviada ao interior, por várias vias, em janeiro de 1962. Mário Ruivo é o portador das circulares dirigidas à Junta de Acção Patriótica, à Acção

[213] Carta de Manuel Sertório a Lúcio de Miranda, S. Paulo, 11 de janeiro de 1961; cópia do telegrama enviado ao presidente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, 18 de dezembro de 1961; e cópia de telegrama enviado à Assembleia Geral da ONU, 16 de janeiro de 1962. CD 25A, MS – Corresp 2027 e Oposição / Outros / Brasil-UDP / Corresp 3; e Oposição / Outros / Brasil-UDP / Corresp 5, respetivamente.

[214] A&B FMS, 2611.007, ims. 15 a 17. O documento tem por base uma proposta de Manuel Sertório, s/d. Como diferenças essenciais apontam-se os locais sugeridos para o encontro, com Sertório a designar a Inglaterra ou a Suíça, e a ordem de trabalhos que o advogado desde logo avança. CD 25A, MS – Oposição / Outros / Brasil / D. Div. 1959-64, 23.

Socialista e ao grupo do Porto. Dirigente do MUD Juvenil em 1946/47, envolvido na campanha presidencial de Norton de Matos em 1948/49, membro da direção da *Seara Nova* no tempo de Manuel Sertório e então ligado à Acção Socialista é unanimemente considerado elemento de grande confiança política. Assumindo em 1961 o lugar de diretor da Divisão de Recursos Aquáticos e Ambiente da Organização para a Agricultura e Alimentação da ONU (FAO), adotara como residência principal a capital italiana, mas continuava a ter autorização de entrada em Portugal e como tal é procurado como via de comunicação entre exterior e interior. Sertório perdera o contacto com ele, recuperando-o agora por via de Tito de Morais.

Com a documentação que deveria ser entregue ao interior seguem cartas pessoais de Tito de Morais e Sertório dirigidas a Ruivo. Cada um à sua maneira demonstra-lhe a importância do assunto. Sem rodeios, Sertório coloca a questão nos seguintes termos:

> *"Penso que uma razão, que sem dúvida não é a menor, tem obstado à regularidade dos referidos contactos [entre o exterior e o interior]: a vossa minimização das possibilidades de actuação política que hoje se põem no exterior e para os do exterior. (Não falo de aventureirismos do estilo Galvão ou Delgado) E é essa mesma questão (correcta ou incorrecta aquilatação das possibilidades dos emigrados, desde que escudados numa representação orgânica vinda do interior) que está na base da realização ou não da conferência projectada."*[215]

Interessava que Ruivo concedesse ao assunto "*toda a importância*", usando de toda "*a eficiência, tacto e compreensão de que sabemos é capaz*"[216]. Tanto para defender a importância da realização da conferência, como para diligenciar no sentido de conseguir o envio de mandatários de todos os organismos unitários e forças de cariz partidário existentes em Portugal. Porque, o advogado está ciente, "*só conseguiremos fazer sair de Portugal estas pessoas se as pressionarmos directamente e as metermos quase no comboio*"[217].

"*Por impossibilidade do óptimo*", seria razoável a presença da Acção Socialista, do PCP, do núcleo do Porto, dos "católicos progressistas" e do Directório (dos sectores de esquerda e de direita e, deste, concretamente a maçonaria), ainda que considere

[215] Carta de Manuel Sertório a Mário Ruivo, S. Paulo, 22 de janeiro de 1962. Sublinhado no original. CD 25A, MS – Corresp 2931.
[216] *Idem*.
[217] *Ibidem*.

também "*muito necessária*" a presença do Partido Monárquico Popular, do Partido Republicano Português, dos estudantes de Coimbra, dos oficiais antissalazaristas e, como figura emblemática, de Arlindo Vicente[218]. Seguem igualmente circulares para a Frente Socialista e para a Junta de Acção Patriótica[219].

Talvez Ruivo até pudesse trazer a convocatória quando saísse do país… Marrocos parece-lhes agora o local mais indicado para a iniciativa, por se poder entrar "*sem vistos de passaportes, sem complicações e sob o maior sigilo*"[220].

A 20 de janeiro, dois dias antes de se terem dirigido a Ruivo, Tito de Morais e Manuel Sertório recebem pela mão de Álvaro Veiga de Oliveira, como vimos responsável do PCP no Brasil, missiva de Álvaro Cunhal, datada de outubro de 1961. A carta-circular tem o intuito de conhecer a opinião dos destinatários "*sobre a realização, o mais breve possível, duma reunião de dirigentes da Oposição a Salazar que se encontram exilados no estrangeiro, a fim de estudarem formas práticas de acção comum*" e "*a publicação dum documento assinado por dirigentes da Oposição que se encontram no estrangeiro exigindo a amnistia dos presos e exilados políticos portugueses*"[221].

Reputando o encontro de exilados "*de grande utilidade*", propõe como participantes Humberto Delgado, Rui Luís Gomes, Sarmento Pimentel, Henrique Galvão, Sertório, Tito de Morais e o autor da proposta[222]. Para local de encontro Marrocos, Cuba ou Checoslováquia. Quanto ao documento, seriam signatários, além dos apontados para participar na reunião, Manuel Valadares, Aniceto Monteiro, Casais Monteiro, Castro Soromenho e Emídio Guerreiro. E termina, manifestando-se disposto a futuros contactos.

---

[218] O núcleo do Porto é mencionado como "*oposição clássica*". *Ibidem*.
[219] Deverão querer referir-se à Junta Central de Acção Patriótica. Carta de Manuel Tito de Morais a Mário Ruivo, S. Paulo, 22 de janeiro de 1962, APTM.
[220] Carta de Manuel Sertório a Mário Ruivo, S. Paulo, 22 de janeiro de 1962. *Ibidem*.
[221] APTM e CD 25A, MS – Corresp 709.
[222] Dos referidos, importa situar o Rui Luís Gomes. Na década de quarenta, o conceituado matemático assume uma ação cívica e política mais visível, enquanto dirigente do MUD e do MUNAF e como apoiante da candidatura de Norton de Matos à Presidência da República. Diversas vezes preso durante esse período, é também uma das vítimas da depuração política da universidade levada a cabo pelo Estado Novo, com a sua demissão da cátedra em 1948. Figura de proa do Movimento Nacional Democrático (MND), criado em 1949 na orla do PCP, é escolhido como seu candidato presidencial em 1951, vendo a sua candidatura ser recusada pelo Conselho de Estado. A sistemática pressão do regime sobre si, ilustrada pelas contínuas detenções e pela impossibilidade de retomar a sua vida profissional, forçam-no ao exílio em 1958. Sem ter sido militante comunista, mantém-se sempre como um dos seus mais leais *compagnons de route*.

A abertura ao diálogo não surpreende, vindo na linha das declarações que Cunhal fizera pela mesma altura no XXII Congresso do Partido Comunista da União Soviética:

> *"O PCP redobrará os seus esforços para unir as forças democráticas e patrióticas e mobilizar a classe operária e as massas populares na luta pela Paz, pela independência nacional, pelo reconhecimento do direito à auto-determinação dos povos das colónias portuguesas e pela instauração da democracia em Portugal"*[223]

A tais declarações tinha Sertório atribuído a mudança de atitude dos elementos comunistas em S. Paulo, a partir de setembro de 1961.

Mas a mudança é anterior e decorre da correção na linha política do PCP a que desde fevereiro de 1960 se assistia. O que o advogado temera como sinais de maior crispação e sectarismo, não passavam do tempo necessário para o reajuste das práticas locais. No que à unidade diz respeito, a publicação de comunicado da Comissão Política no *Avante!* de maio de 1960 marca uma alteração substancial, quando à afirmação da necessidade de unir forças, que vinha de trás, junta a do papel preponderante que nessa unidade deveria assumir a luta de massas. Deixando de aceitar que o derrube da ditadura se possa fazer arredado do movimento de massas, deixa de aceitar que a unidade inclua os sectores descontentes com o regime. Exige, além disso, que seja o levantamento popular a conduzir o processo, recusando, consequentemente, a sua submissão a um qualquer pronunciamento militar[224].

É essa a linha política que orienta a atuação comunista na preparação das eleições de 1961 e a que procurará dar sequência pelo reforço das JAP's e no redobrado empenho em constituir a Junta Central como órgão de direção da luta antifascista no interior.

Esforço que era já notório antes da campanha eleitoral, quando à Junta Central o partido dirige extensa carta onde esclarece a sua posição relativamente ao organismo e ao que dele espera: que seja "*o <u>embrião duma Frente Patriótica Nacional</u>*"[225]. Uma

[223] "Discurso de Álvaro Cunhal no XXII.º Congresso", *Avante!*, série VI, n.º 309, 1ª quinzena de novembro de 1961, p. 1 e 4. Disponível em http://www.ges.pcp.pt/bibliopac/imgs/AVT6309.pdf [consultado em 08-08-2010].

[224] "A tarefa inadiável da hora presente – a unidade. Um documento da Comissão Política" in *Avante!*, VI Série, n.º 289, maio de 1960, p. 1 e 2. Disponível em http://www.ges.pcp.pt/bibliopac/imgs/AVT6289.pdf [consultado em 08-08-2010].

[225] Julho de 1961. Sublinhado no original. Arquivo Distrital de Lisboa, Processo 97/64 do 4º Juízo Criminal de Lisboa – Joaquim Augusto dos Santos, Amélia Maria Estêvão e Maria Lourenço Calção Cabecinha, 5º vol., fl. 286.

Frente onde caberiam todas as correntes de opinião e individualidades "*de reconhecida idoneidade cívica e anti-salazarista*", mantendo cada um a sua independência política. Frente que deveria estabelecer a sua linha de orientação o quanto antes: o levantamento de massas como forma de derrube do regime; a instauração de um regime "*essencialmente democrático*" como objetivo último; a designação de um "*governo provisório de Unidade Nacional*" que restaure as liberdades democráticas e prepare eleições para uma Assembleia Constituinte no prazo de 6 meses a 1 ano, no imediato[226]. Ou seja, que abraçasse a linha do PCP, sem embarcar nos vários "desvios" que cuida em enumerar.

Entre os transviados encontram-se os crentes na "*viabilidade duma acção vinda do exterior, mais ou menos apoiada por certos círculos imperialistas, e acha aceitável e boa uma iniciativa exclusiva e dirigente dos círculos políticos da emigração portuguesa, sem representação nem mandato das forças do interior, para levar a cabo a tarefa de libertar o país da ditadura fascista*", numa clara referência ao assalto ao Santa Maria[227].

A luta deve ser feita no interior e a partir do interior, fora sempre a palavra de ordem comunista. Porém, por força das circunstâncias, também esta questão é reequacionada. Em 1960 e nos primeiros meses de 1961 são presos vários membros do Secretariado e do Comité Central. Temem-se as nefastas consequências que outras detenções poderiam acarretar, designadamente a de Cunhal, reeleito secretário-geral do partido em março de 1961. Quebrando a longa tradição de manter todos os dirigentes em liberdade no interior do país, o PC decide por a salvo no exterior alguns deles. Saem Sérgio Vilarigues e Pedro Soares, Francisco Miguel estava igualmente para sair quando é preso na fronteira[228]. Em setembro, é o próprio Álvaro Cunhal que ruma ao exílio[229]. Inevitavelmente, a oposição no exterior ganha outro protagonismo.

A iniciativa de Cunhal junto dos exilados portugueses no Brasil decorre de toda esta conjuntura. Está certamente a par das diligências desenvolvidas no Brasil, em Londres e em Paris: um dos elementos comunistas responsáveis no Brasil, Augusto Aragão, faz parte da Comissão Executiva da UDP; de Londres, o delegado do PC no local, o médico Carlos Plácido de Sousa, fora o emissário do grupo ao interior; em

[226] *Idem*.
[227] *Ibidem*.
[228] No caso de Vilarigues pesam sobretudo questões de saúde.
[229] João Madeira, *op. cit.*, p. 420.

Paris, os comunistas Silas Cerqueira ou Manuel Valadares conheciam a fundo as propostas de Sertório e o projeto de Tito de Morais. Como saberia da preparação do contacto *formal* com o interior, em nome dum organismo e não apenas de indivíduos mais ou menos credenciados.

Ciente igualmente das resistências internas à unidade com o partido, das movimentações para reorganizar as forças da esquerda não comunista e das pretensões de hegemonia por parte doutros grupos da oposição, não poderia correr o risco de ficar de fora. O debate decorria há algum tempo, as pressões cresciam, era tempo de marcar o ritmo e as condições do processo.

O recém-eleito secretário-geral dirige-se então a um pequeno conjunto de oposicionistas portugueses no Brasil[230]. De onde tinham partido as propostas iniciais de constituir um organismo de coordenação da oposição no exterior, núcleo numeroso, onde estão radicadas eminentes figuras da oposição. Mas onde também são públicas as fundas divergências entre correntes políticas, os despiques pelo protagonismo, os embates entre personalidades, numa palavra, a difícil vivência do exílio.

Chamados à mesa são Rui Luís Gomes, Manuel Tito de Morais e Manuel Sertório, promotores principais das propostas que circulam, o capitão João Sarmento Pimentel, figura com ascendente na comunidade portuguesa no Brasil, durante anos presidente do Centro Republicano Português, e os incontornáveis Delgado e Galvão, que mantinham ainda grande audiência em Portugal e em vários círculos da emigração. É quase certa uma recusa do último, reserva-se alguma expetativa quanto à reação do primeiro, que manifesta atitude menos anticomunista desde que regressara ao Brasil após a estadia em Marrocos e a entrada clandestina em Portugal.

Tito de Morais responde à proposta do dirigente comunista parcos dias depois de a ter recebido. A conferência merece o seu acordo, no pressuposto que "*as formas práticas de acção comum*" referidas por Cunhal implicassem a "*existência de uma organização e de um plano de acção*", ou seja, acreditando ser "*um primeiro passo para uma mais ampla estruturação de toda a Oposição*"[231].

Aliás, a sugestão não é nova para si, fora "*ventilada*" em Paris antes da sua transferência para o Brasil "*e só circunstâncias ocasionais não permitiram que*

[230] À data Rui Luís Gomes não reside ainda no Brasil, mas conhece-se a sua próxima instalação no país, que se concretizará no início de março.
[231] Carta de 26 de janeiro de 1962. APTM

abordasse aqui as pessoas que refere e com o mesmo objectivo"[232]. Resultado dos contactos estabelecidos em Paris, Tito de Morais guarda documento esclarecedor da posição do PCP relativamente a uma "*Conferência dos mais qualificados dirigentes da Oposição exilados no estrangeiro, se possível com a participação de delegados idos do interior*": "*teria uma grande importância, talvez decisiva, para o desenvolvimento do movimento democrático nacional*", relembra[233]. A ela o partido encararia mesmo enviar como seu representante Cunhal.

Voltando à proposta do secretário-geral e na sequência desse acordo, propõe que seja alargada a participação aos núcleos da França, Inglaterra, Itália e Uruguai, bem como a delegados do interior. Neste caso, "*permitiria executar um trabalho muito mais concreto*" e "*as suas deliberações seriam sem dúvida revestidas de uma importância muito maior que lhe era imposta pela natureza dos comparticipantes*"[234]. Fora a sua posição em Paris, continuava a ser no momento, tendo a UDP avançado com proposta nesse sentido. As perspetivas de ação da oposição no estrangeiro são "*enormes*", sublinha, "*desde que se mantenha integrada no conjunto oposicionista português*", daí ser fundamental o encontro interior/exterior[235].

Mas está consciente dos obstáculos à sua concretização, são estes que o fazem aceder à proposta agora apresentada, como reconhece ser o "*apoio directo*" do dirigente comunista "*decisivo*"[236]. Com a presença deste, julga suficiente a presença de mandatários do Directório Democrato-Social (Frente Republicana), da Acção Socialista, dos católicos progressistas e do grupo do Porto. Quanto à subscrição de documento pedindo a amnistia, nenhuma objeção[237].

Uns dias mais tarde, a 4 de fevereiro de 1962, segue resposta de Manuel Sertório. Uma circunstanciada epístola, onde meticulosa e cordialmente explica as razões da sua discórdia com ambas as propostas do secretário-geral comunista, correlacionando-as com a sua perspetiva política sobre a luta no país e fora dele. Em resumo, quanto à conferência, não vê vantagem "*no campo nacional de luta*" o modelo proposto:

---

[232] *Idem*.
[233] "Para a realização de uma conferência conjunta dos mais [qualificados] dirigentes da Oposição exilados no estrangeiro", setembro de 1961. A manuscrito, os nomes de R. Gomes, Delgado, Galvão e Sertório. APTM.
[234] Carta de Manuel Tito de Morais a Álvaro Cunhal, 26 de janeiro de 1962. APTM.
[235] *Idem*.
[236] *Ibidem*.
[237] *Ibidem*.

"Não estando representados na conferência por si proposta outros núcleos de emigração além do do Brasil nem os outros sectores internos da Oposição além do P.C., o encontro do secretário-geral deste com alguns dos exilados portugueses no Brasil a mais não poderia levar, em meu entender, do que a uma troca de impressões de carácter pessoal (no que nos tocaria) e de interesse partidário (no que lhe respeitaria).''[238]

É pouco para tão grande esforço material e humano. Embora pessoalmente não se poupasse a sacrifícios para ter um encontro com Cunhal, ressalva.

Em alternativa, e sempre pensando na "*política nacional da Oposição*", insiste na defesa do tipo de conferência de que vinha falando desde dezembro de 1959, quando chegara ao exílio, *grosso modo* correspondente à proposta de Tito de Morais: uma reunião entre dirigentes da oposição no interior e no exterior, destinada "*à articulação orgânica da Frente Interna com a Frente Externa e à aprovação de um plano de acção política a curto e a longo prazo, em todos os possíveis teatros de operações anti-salazaristas*"[239]. Porque, sustenta, não se devem subestimar as possibilidades de ação política da emigração "*como reacção ao aventureirismo de alguns emigrados*", mas antes reconhecer os "*factos importantíssimos*" que representam a presença de Delgado no exterior e "*o engrossamento constante da emigração democrática, especialmente por jovens politizados que a guerra colonial continua fazendo expatriarem-se*", além das oportunidades que a atenção da comunidade internacional "*em face da luta pela emancipação dos povos das colónias portuguesas*" poderia trazer, assim soubessem "*corresponder a essa receptividade com uma íntima cooperação com as organizações nacionalistas o que, mais uma vez, só do exterior e no exterior se poderá efectuar*"[240].

Ora, todas estas potencialidades seriam aproveitáveis se articuladas organicamente as frentes interna e externa, cuja direção nacional estaria em Portugal, funcionando o exterior como "*um autêntico ministério dos negócios exteriores da Oposição*", capaz também de recolher todo o auxílio material possível[241].

Esclarece ainda quem deveriam ser os participantes da conferência, qual considerava ser o local mais indicado para a sua realização e a ordem de trabalhos

[238] CD 25A, MS – Corresp 710.
[239] *Idem*.
[240] *Ibidem*.
[241] *Ibidem*.

genérica por si sugerida, em idênticos moldes ao que advogara aquando do envio da comunicação para o interior do país havia 15 dias.

Finalmente, sobre o documento pedindo a amnistia, esse não é congruente com os pressupostos que sempre tinham justificado a sua ação nesse contexto: "*a mobilização de grandes massas em torno de objectivos imediatos de natureza a-política e meramente humanitária mas que em si próprios implicam a denúncia dos crimes e atropelos policiais-judiciários do fascismo português*"[242]. Não visando o documento a mobilização popular, com ele não pode concordar. Além de que:

> *"Se se pretende demonstrar, com o emparelhamento da dúzia de emigrados cujos nomes foram sugeridos ou de quaisquer outros pertencentes também a vários quadrantes políticos, a unidade de vistas de todos eles, poder-se-ia, penso que com mais proveito, alcançar o mesmo resultado mediante a subscrição de um documento concitando o povo português e os dirigentes da Frente Interna a uma indestrutível cooperação ou unidade de acção, como única via que os emigrados-signatários consideram válida para o derrubamento do salazarismo, e bem assim à criação de um comando único para toda a luta."*[243]

As suas propostas ficam na mesa e sobre elas aguardará reação.

Na perspetiva de concretizarem a "sua" conferência, Sertório e Tito de Morais continuam a pressionar por todas as vias possíveis.

O advogado dirige-se aos seus companheiros da Acção Socialista e a elemento da Frente Republicana, dois dos grupos do interior cuja representação no encontro reputa de imprescindível, a José Veiga Pires, para Londres, a Mário Ruivo, para Roma, a Emídio Guerreiro e a Silas Cerqueira, para Paris[244]. Simultaneamente, trabalha a ideia com Humberto Delgado, que regressara ao Brasil disposto a uma próxima colaboração extra-organizativa e a solicitara a Sertório[245].

---

[242] *Ibidem*.
[243] *Ibidem*.
[244] Cartas de Manuel Sertório para a Acção Socialista, 5 de fevereiro de 1962; sem destinatário expresso (Mário Soares?), 5 de fevereiro de 1962; a Veiga Pires, 10 de março de 1962; a Mário Ruivo, 19 de março de 1962; a Emídio Guerreiro, 29 de março de 1962; e a Silas Cerqueira, 30 de março de 1962. CD 25A, MS – Corresp 1827; A&B FMS, 2600.011, ims. 6-7; CD 25A, MS – Corresp 2512; 2934; 1409; e 578, respetivamente. A inesperada morte de Lúcio de Miranda, em fevereiro de 1962, deixara-o sem o seu interlocutor preferencial em Londres.
[245] Cartas de Manuel Sertório para a Acção Socialista, 5 de fevereiro de 1962 e a Emídio Guerreiro, 29 de março de 1962. CD 25A, MS – Corresp 1827 e 1409, respetivamente.

Por seu turno, Tito de Morais dirige-se a Francisco Ramos da Costa e insiste junto de Ruivo. A reação de Ramos da Costa é, a um tempo, promissora e preocupante:

> *"A vossa sugestão veio ao encontro duma ideia que já estava em elaboração, simplesmente somos de opinião que é essencial a presença de delegados do interior e as últimas prisões e agravamento da luta e correspondente perseguição poderão ter concorrido para dificultar este objectivo. Na próxima semana o assunto vai ser discutido para que se lhe dê viabilidade prática."*[246]

Refere-se à violenta repressão sobre os participantes na revolta de Beja, que toca em profundidade o que resta das JAP's e atinge pessoas até aí insuspeitas para o regime[247]. A saída de Ramos da Costa do país é, aliás, consequência direta desta razia policial. O seu envolvimento na ação de Beja e o seu estatuto de membro fundador da Junta Central fazem-no acreditar na iminência da sua prisão, pelo que decide partir para o exílio no início de 1962[248]. Está, pois, há muito pouco tempo em Paris, tendo atualizado conhecimento sobre a situação no país.

De Portugal, traz ainda diretivas para que sejam constituídas Juntas de Acção Patriótica nos diferentes núcleos da emigração, à semelhança do que procuravam fazer em Paris, Roma e Londres: "*Será por intermédio da representação destes organismos colectivos que será estabelecida a rede para a actuação prática*"[249]. Ou seja, o órgão máximo do movimento unitário no interior – a Junta Central – dá mostras de querer avançar com a estruturação de organismos de base no exterior. Certamente preparando caminho para a breve formação de organismo de coordenação no exílio, entendem Sertório e Tito de Morais.

Todavia, o silêncio de Portugal e de Ruivo impacienta-os. Procuram contorná-lo com o envio de delegado ao interior, mas este acaba por regressar ao Brasil sem qualquer documento[250]. As notícias da Junta Central de Acção Patriótica chegam apenas

---

[246] Carta de Francisco Ramos da Costa a Manuel Tito de Morais, Paris, 22 de fevereiro de 1962. A&B FMS, 4280.001, ims. 10-11.

[247] Sobre a revolta e a repressão subsequente, José Hipólito dos Santos, *op. cit.*, p. 98 - 152 e Fernando Rosas (coord.), *Tribunais Políticos. Tribunais Militares Especiais e Tribunais Plenários durante a Ditadura e o Estado Novo*, s.l., Temas e Debates, 2009, p. 174-191.

[248] Comunista desde os anos trinta, desenvolvera intensa atividade como elemento de ligação aos meios militares e cooperativistas durante essa década e a seguinte, altura em que participara igualmente no MUNAF e no MUD. Expulso das fileiras comunistas em 1951, é entretanto cofundador da Resistência Republicana, através da qual se vai aproximando dos sectores da esquerda não comunista. Em 1958, integrara os serviços da candidatura presidencial de Humberto Delgado e, dois anos mais tarde, a comissão de redação do *Programa para a Democratização da República*.

[249] *Idem*.

[250] Carta de Manuel Sertório a Veiga Pires, 10 de março de 1962. CD 25A, MS – Corresp 2512.

por via indireta: António Ricca Gonçalves, dirigente da UDP, deslocara-se a Roma, onde se encontrara com Mário Ruivo e por ele soubera da existência de uma mensagem dirigida ao exterior. Estranhamente, a mensagem não chega ao Brasil, quando podia aí resolver as questiúnculas sempre presentes na comunidade portuguesa exilada, lamentam Sertório e Tito de Morais[251]. Pelo mesmo interlocutor voltam também a ouvir o eco da forte repressão que se abatera sobre a oposição em Portugal e do consequente acréscimo de obstáculos à saída de mandatários do interior, igualmente transmitido por Ruivo.

Perante tais informações Tito de Morais propõe uma declaração pública da UDP decidindo-se pela conferência só de emigrados. Ou seja, alinhando com a sugestão de Cunhal. Sertório opõe-se. A solução de compromisso resulta na elaboração de documento vincando uma vez mais a necessidade da presença de delegados do interior na conferência[252]. Inoportuna, classifica o advogado, decorrente da posição algo subserviente que Tito de Morais assumia perante os comunistas, entende, como desabafa com Ruivo:

> *"o nosso amigo, se não é daqueles que quando o P.C. lhe diz que uma formiga é um elefante concorda com o Partido, aguarda normalmente, todavia, que o P.[artido] chame formiga à formiga para também ele dizer o mesmo. No caso da conferência penso que ele deseja prestigiar o P.[artido] e o Cunhal pela aceitação desde já da conferência proposta por este."*[253]

Não obstante, e apesar das muitas divergências, mantém com ele as melhores e mais sinceras relações, sublinha[254]. Reconhece-lhe o "*precioso dinamismo*", bem como do filho João Manuel, também radicado no Brasil, com quem funciona "*como uma verdadeira equipe*"[255]. Isto numa altura em que se avoluma o mal-estar no núcleo democrata brasileiro, com a UDP no centro da discórdia. Vários dos seus membros, inclusive dos seus responsáveis, criticam a precipitação na hora do arranque, os métodos de trabalho, o conteúdo dos documentos, as intenções de controlo sobre o *Portugal Democrático*. Os visados são, sobretudo, Sertório e Tito de Morais, como seus

[251] Cartas de Manuel Sertório para Mário Ruivo, 19 de março de 1962 e de Manuel Tito de Morais para Mário Ruivo, 25 de março de 1962. CD 25A, MS – Corresp 2934 e APTM.
[252] *Idem*.
[253] Carta de Manuel Sertório a Mário Ruivo, 19 de março de 1962. CD 25A, MS – Corresp 2934.
[254] *Idem*.
[255] Carta de Manuel Sertório para Vasco Martins, 15 de janeiro de 1961. CD 25A, MS – Corresp 1823.

principais animadores. Casais Monteiro é um dos críticos e explica as suas razões ao advogado:

> *"vocês fizeram aí uma fantasmagórica assembleia geral que não representava essa totalidade [de todos os núcleos oposicionistas do Brasil]. E organizaram à pressa, e levianamente, uns "corpos gerentes" que só podiam levar ao resultado que se viu. [...] Seguidamente, conforme já sabe, pelo que eu disse na reunião de S. Paulo, vários dos "eleitos" discordaram da maneira como eram pensados e escritos os documentos que o secretariado começou a produzir a grande velocidade. Etc."*[256]

Depressa as críticas internas vão transpirando e alargando o âmbito. Em meados de junho, altura em que é já notória a aproximação do organismo a Humberto Delgado, juntam-se as acusações de "*comunismo ou filo-comunismo*" por parte da ala mais conservadora e dá-se o consequente afastamento de alguns dos seus elementos[257].

A dispersão de esforços não para de crescer: agora é o núcleo do Uruguai a propor-se realizar um congresso de antissalazaristas emigrados, aberto a todos os interessados[258]. A ideia é difundida para diversos círculos de exilados e acolhida por alguns. Investe-se também no moroso trabalho de negociação com vista ao acordo programático mínimo que do congresso poderia sair. Aqui se inseriria a declaração conjunta do Agrupamento dos Portugueses Democratas do Uruguai, da Junta Patriótica da Venezuela e do Comité de Portugueses do Mar del Plata (Argentina) sublinhando a obrigação de ajuda financeira e moral dos exilados portugueses à luta antifascista protagonizada pelas JAP's e reconhecendo o direito à autodeterminação e independência de Angola, reclamando o fim da guerra no território[259]. Porém, pela mão de Maria Luísa Silva Neves, queixam-se da aparente falta de recetividade dos companheiros radicados no Brasil:

> *"Temos tudo organizado, apoio e adesão de todas as partes, gastámos já um dinheiral em propaganda, em viagens e outras coisas mais, e daí, desde que saímos, esperando,*

[256] Carta de Adolfo Casais Monteiro a Manuel Sertório, Araraquara, 20 de abril de 1962. CD 25A, MS – Corresp 2109.
[257] Por exemplo, carta de A. Toga Machado ao presidente da Assembleia Geral da UDP, S. Paulo, 18 de junho de 1962. CD 25A, MS – Oposição / Outros / Brasil-UDP / Corresp 9.
[258] *Idem* e carta de Manuel Sertório a Mário Ruivo, 19 de março de 1962. CD 25A, MS – Corresp 2934.
[259] S. Paulo, 20 de abril de 1962. ANTT, PIDE/DGS – Manuel Alfredo Tito de Morais, SC CI(2) 3085 - NT 7249, fl 471.

ou melhor, dando tempo a uma célebre reunião "fantasma", não recebemos ainda sequer uma letra!"[260]

Certo é que também na Europa tal iniciativa é vista com reticências, por se apresentar bem mais solene e complexa a sua organização comparativamente a uma conferência entre emigrados políticos representativos[261]. Problema a que acrescem outros, como o elevado montante financeiro que seria necessário reunir para fazer deslocar e alojar a dezena ou vintena de pessoas vindas da Europa para a América do Sul ou vice-versa. Porque, se restringido o número de participantes ficaria comprometida a importância da assembleia, da mesma forma que seria questionável o significado das decisões tomadas se nela apenas participassem exilados na América do Sul. Para não falar do facto de que

"Certos exilados políticos nunca se conformarão com a ideia de serem representados ou dirigidos politicamente por qualquer organismo criado só por força das correntes existentes no estrangeiro. Só eventualmente, o admitiriam se essa força viesse de Portugal."[262]

Assim, seria tal esforço compensatório? Não seria preferível optar por contactos parciais? Tito de Morais julga que sim.

A "*reunião fantasma*" referida por Maria Luísa Neves é o encontro de Álvaro Cunhal com vários membros da comunidade oposicionista brasileira. Calendarizado para o final de junho, sofria adiamentos consecutivos por parte de Cunhal, transmitidos semana a semana. Em meados de julho, Tito de Morais duvidava já da sua concretização, mas tal certeza apenas chegaria no final desse mês. A notícia espalhara-se e estavam comprometidos os índices mínimos de segurança. Entretanto, a expectativa de que outras resoluções pudessem beneficiar com o encontro adiara-as, adiamento que vai instalando uma certeza: "*o que se receia é a criação no estrangeiro de qualquer organismo político dirigente da Oposição*"[263]. "*Precisamente o que se devia desejar*", lamenta Tito de Morais[264].

[260] Carta de Maria Luísa Silva Neves (não assinada) a Manuel Tito de Morais, Montevideu, 1 de junho de 1962. APTM.
[261] Carta de Francisco Ramos da Costa a Manuel Tito de Morais, Paris, 6 de abril de 1962. A&B FMS, 4280.001, ims. 18-21.
[262] Carta de Manuel Tito de Morais a Maria Luísa Silva Neves, S. Paulo, 17 de julho de 1962. Sublinhado no original. APTM.
[263] *Idem*.
[264] *Ibidem*.

Seis meses volvidos sobre o envio da circular da UDP para o interior, Manuel Sertório esgota as esperanças de novos desenvolvimentos e, uma vez mais, socorre-se dos seus contactos para tentar desbloquear a situação. Por um lado, dirige-se aos seus correligionários políticos do interior e a um dos mais proeminentes membros dos católicos *progressistas*, Francisco Lino Neto. Por outro, aos diferentes núcleos da emigração a que está ligado: Montevideu, Paris, Londres, agora também Rabat.

Com todos insiste na urgência da conferência – recebera a indicação do agendamento da Conferência dos Países da Europa Ocidental para a Amnistia dos Presos e Exilados Políticos Portugueses, a ter lugar em Paris, para o dia 3 de novembro, sugerindo esse como o momento ótimo para o outro encontro –, esclarecendo mais um pouco quais, na sua ótica, são os objetivos a atingir por ela: a constituição de uma "*secretaria da Oposição*" num país do Norte de África, integrada por Humberto Delgado, um delegado da corrente socialista marxista, um representante "*muito qualificado*" do PCP e um católico *progressista* de prestígio, além dos assessores e funcionários necessários[265]. Na carta enviada a Francisco Lino Neto vai aliás mais longe, afirmando que a secretaria se formaria "*em breve, com ou sem conferência*" e sugerindo-lhe a sua saída do país de forma a dela fazer parte[266].

Para outro interlocutor não identificado, igualmente do interior (Mário Soares?), aprofunda as explicações[267]. Além da citada secretaria no exterior, pretende: que seja lançada a organização de grupos insurrecionais civis e militares, com base em manifesto ao povo português a redigir na ocasião; que seja elaborado outro manifesto dirigido aos chefes das missões diplomáticas junto da ONU e ao secretário-geral da organização denunciando o perigo que representa a continuidade do Estado Novo para a paz mundial, a entregar pessoalmente em Nova Iorque, depois de périplo pelas capitais dos países neutrais em busca de apoio material e moral, com o objetivo imediato de que desse lugar à nomeação de uma "*Comissão Especial das Nações Unidas para Estudo e Informação do Problema Português*"; que se faça a permuta de delegados oficiais com o Secretariado Permanente da CONCP, conforme mensagem a enviar ao mesmo e a

[265] Carta de Manuel Sertório a Francisco Lino Neto, S. Paulo, 5 de agosto de 1962. CD 25A, MS – Corresp 2171.
[266] *Idem*.
[267] A carta integra o acervo particular de Mário Soares, estando classificada como correspondência de e para Mário Soares.

organizações filiadas; e que sejam lavradas exortações a dirigir aos emigrados portugueses espalhados pelo mundo e à opinião pública mundial[268].

Um conjunto de propostas bastante mais concretas do que tudo o que apresentara até então. Pela primeira vez avança indicações quanto ao local onde se deveria sedear o organismo a constituir, refere a participação de Humberto Delgado ou substancia outras ações a desenvolver além da sensibilização da comunidade de emigrantes lusos e da opinião pública mundial. Destas, destaque para a referência à formação de grupos insurrecionais civis e militares, ao trabalho diplomático junto dos Países Não-Alinhados no sentido de conseguir fundos e apoio nos contactos com a ONU e ao aprofundamento da ligação à CONCP.

A par de todas estas diligências, outras preocupações se vão adensando, agora nos sectores não-comunistas: na perspetiva de ser concretizada a unidade, que qualidade teria esta quando a única estrutura partidária digna desse nome é o PCP? É o velho receio da tendência hegemónica dos comunistas, da unidade não servir ao debate e à busca de consensos mas apenas para ser eco da estratégia política do Partido, secundando-o, dando-lhe mais força. Um dos que bem expressa tais hesitações é António Brotas:

> *"Nesta psicologia insensivelmente os democratas não comunistas aparecem como opositores de 2º plano e as organizações de unidade como tropas de cobertura do P.C. A unidade será sempre fraca enquanto nos organismos houver um só partido organizado. A unidade será mais laboriosa mas mais forte quando ela for encontro de várias tendências organizadas. […] a Junta [Central de Acção Patriótica] fundada há um ano, com o objectivo que parecia ser claramente o de preparar uma insurreição contra Salazar, ficou um pouco em vazio quando o P.C. definiu melhor e insistiu na sua política de "levantamento nacional" […]. Em resumo o que marcha mal no movimento de unidade em Portugal não é por culpa do P.C. mas por falta de outros partidos que oponham a sua política à do P.C. buscando uma unidade de concordância e não de aceitação perante situações mais ou menos impostas."*[269]

Portanto, em vez de apostar na formação de uma estrutura assente numa unidade deficiente, é de avançar na constituição de outros partidos. Retoma-se, assim, embora em diferentes moldes, a ideia antes lançada por elementos do grupo de Londres com o

[268] Carta de Manuel Sertório sem destinatário expresso, S. Paulo, 24 de agosto de 1962. A&B FMS, 2600.011, ims. 11-15.
[269] Carta de António Brotas para Manuel Sertório, Paris, 19 de abril de 1962. CD 25A, MS – Corresp 302.

aplauso de Victor da Cunha Rego, então em Paris. Idêntico objetivo é defendido por Tito de Morais, com a anuência de Ramos da Costa, já na capital francesa. Como o próprio Manuel Sertório o vai considerando seriamente, atendendo às informações que vai colhendo[270].

Uma organização socialista, vincadamente marxista para uns, algo vaga programaticamente para outros, de cariz partidário e militante, capaz de ser a interlocutora no necessário diálogo com o PCP. Um projeto semelhante ao que no interior vai fazendo caminho, seja em torno dos grupos da *Seara Nova* e da Acção Socialista, seja em torno da Resistência Republicana e da ala "esquerda" da Acção Democrato-Social.

Terá sido no contexto destas movimentações que Manuel Tito de Morais se desloca a Paris em junho de 1962. Aproveitando visita de Mário Soares à cidade, quer auscultar a abertura deste a uma possível reformulação da Resistência Republicana, encaminhando-a para um futuro "*Partido Socialista Unificado*"[271]. Apoia-o Ramos da Costa, pretendem agora conhecer a sensibilidade de Soares e, por seu intermédio, do interior, para que possam tomar decisões concretas.

Na carteira, o engenheiro leva igualmente a argumentação capaz de provar a necessidade da conferência interior/exterior e as possibilidades da atividade da oposição no exterior. Resumindo-as: porque só assim o exílio conheceria a exata situação organizativa das forças democráticas em Portugal e ajustaria com o interior a melhor forma de conduzir aquelas que seriam as suas tarefas – a angariação de apoio financeiro, a propaganda para o "*desmascaramento do fascismo*" e o trabalho diplomático, incluindo junto dos nacionalistas das colónias portuguesas[272]. Funções somente desempenháveis por uma organização de democratas no estrangeiro a ser constituída do seguinte modo:

> *"a) Seria criado um Comité Coordenador no estrangeiro, formado por delegados das J.A.P. e nomeados pelas principais correntes políticas democráticas em Portugal.*

[270] Veja-se, a título de exemplo, as cartas de Manuel Tito de Morais a Francisco Ramos da Costa, S. Paulo, 8 de junho de 1962; e de Manuel Sertório a Prazeres Ferreira e Vasco Martins, S. Paulo, 25 de junho de 1962. Respectivamente, A&B FMS, 4280.001, ims. 28-30 e CD 25A, MS – Corresp 1828.
[271] Carta de Manuel Tito de Morais a Francisco Ramos da Costa, S. Paulo, 22 de junho de 1962. A&B FMS, 4280.001, ims. 34 e 35 e notas memorialistas de Tito de Morais, s/d. APTM.
[272] "Assuntos a serem focados no encontro de Junho 1962", s/d. APTM.

b) O Comité coordenador designaria por sua vez representantes nos outros países estrangeiros."[273]

Passando depois a detalhar algumas vertentes da sua estrutura, a origem da sua representatividade, a forma de decisão e as suas competências.

As conversações dão frutos, num e noutro sentido. A Resistência Republicana dá continuidade ao processo de definição programático-ideológico, a JAP de Paris assume o compromisso de convocar e organizar o encontro da oposição portuguesa por ocasião da Conferência Pró-Amnistia de novembro[274]. Convidados seriam os principais núcleos de democratas no estrangeiro, que indicariam os seus delegados e outras pessoas cuja comparência julgassem necessária[275]. A orientação resulta de contactos com representantes comunistas e outros elementos oposicionistas na capital francesa, serenando inquietações que alguns destes vêm alimentando quanto à necessidade de criar o tal organismo no exterior. Como acontece com Brotas:

"É inviável procurar estabelecer no exterior um organismo unitário de toda a imigração para conduzir no exterior a política portuguesa, representando ele no exterior a JAP. Há uma certa incursão. A JAP é que se fez representar a ela própria no exterior. Não há que lançar um nome diferente com representatividade. Se as colónias sulafricanas [correcção: sul americanas] o procurarem fazer estão só a insistir em ideias inviáveis."[276]

Como se responderia a tais interrogações ver-se-ia na assembleia magna, cuja pertinência é agora reconhecida por um responsável da Junta Central.

Estamos no final de junho, ainda em tempo de tudo tratar.

Manuel Sertório congratula-se com as boas notícias, embora não deixe de ressalvar:

"Claro que tudo depende do estágio organizativo das forças do interior e do seu entendimento ou desentendimento, pois se após o encontro cada um regressar à procedência sem condições de assegurar a exequibilidade às decisões que forem tomadas... Mais valerá que continuemos a escrever-nos uns aos outros."[277]

---

[273] *Idem*.
[274] Notas memorialistas de Tito de Morais, s/d. APTM
[275] Carta de Manuel Tito de Morais a Maria Luísa Neves, S. Paulo, 21 de setembro de 1962. APTM.
[276] Carta de António Brotas para Manuel Sertório, Paris, 19 de abril de 1962. CD 25A, MS – Corresp 302.
[277] Carta de Manuel Sertório a António Brotas, S. Paulo, 13 de agosto de 1962. CD 25A, MS – Corresp 307.

Ventos de África

A 6 de julho de 1962, Fernando Piteira Santos chega a Tânger, contando daí partir para Paris. Logo após o fracasso da revolta de Beja e em consequência do seu decisivo envolvimento na arquitetura da insurreição, enquanto membro da Junta Central de Acção Patriótica, remetera-se à clandestinidade. Até que decidira arriscar-se a sair de barco rumo a Marrocos, aventura partilhada com Adolfo Ayala e o médico Germano Ferreira da Costa[278]. Dois dias depois de aportar, segue para Rabat, contando daí partir para Paris. O apoio na entrada e na estadia no território é dado pela CONCP, que procura resolver-lhe a falta de documentos.

É longo o currículo de luta de Piteira Santos. Militante comunista e ativo líder estudantil desde a década de trinta, clandestino a partir do início de 1943, fora eleito membro suplente do Comité Central do partido, funções que mantera até 1946. É na qualidade de dirigente comunista que integra os movimentos unitários dos anos quarenta e que colabora na candidatura presidencial de Norton de Matos em 1948/49. Sofrera uma primeira prisão com apenas 20 anos, corria o ano de 1938, sendo novamente preso em Julho de 1945, apanhado pela polícia ao entrar na casa clandestina onde residia. Sob a acusação de *revisionismo* fora afastado do PCP no início da década de cinquenta, iniciando uma aproximação a sectores da esquerda não comunista. Percurso similar, e a um tempo muito distinto, ao que percorriam Francisco Ramos da Costa e Mário Soares, como ele saídos das fileiras comunistas pela mesma altura. Com estes formara a Resistência Republicana, por 1953/54, apoiara a candidatura presidencial de Humberto Delgado e integrara a comissão de redação do *Programa para a Democratização da República*, que levara a uma nova detenção. Seguira-se a preparação da revolta de Beja, com os resultados acima descritos[279].

Em Marrocos, a resolução do seu caso arrasta-se. Entrementes, Piteira Santos inteira-se do panorama da comunidade portuguesa no país, verifica as possibilidades de

[278] Joaquim Vieira e Celestino Amaral, "Ayala, o resistente" in *Expresso. Revista*, 21 de julho de 1990, p. 20-27.

[279] Ver, entre outros, Maria Antónia Fiadeiro (org. e coord.), *Fernando Piteira Santos. Português. Cidadão do Século XX*, Porto, Campo das Letras, 2003; Maria Antónia Fiadeiro (coord.), *Fernando Piteira Santos. Mestres, Amigos e Companheiros*, Lisboa, Campo da Comunicação, 2010; Susana Martins, *Socialistas na Oposição ao Estado Novo…*; Carlos Alberto Cunha, "Fernando Piteira Santos" in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Figueirinhas, 2000, vol. IX, p. 398.

trabalho político e preocupa-se em restabelecer os contactos possíveis com os companheiros de luta. Para Paris, ao companheiro e amigo Ramos da Costa apressa-se a transmitir a sua localização, embora sublinhando a reserva da informação por se encontrar clandestino[280]. Para o Brasil, escreve a Tito de Morais querendo pormenores sobre o exílio nesse país, de que tem negativa imagem, e colocando-lhe uma questão: como é encarada a criação de um "*organismo unitário representativo, no exterior, da oposição portuguesa […] responsável (mas modesto), coordenador, funcional*"[281].

Na volta do correio, a 1 de setembro de 1962, o engenheiro traça-lhe o quadro pretendido: a rutura Galvão/Delgado, a nova predisposição do general perante a luta, o controle do PCP sobre o *Portugal Democrático*, a Frente Anti-Totalitária dos Portugueses Livres Exilados, o MNI, a UDP, as "*reais qualidades*" de Sertório a par das suas "*ideias mirabolantes, duma ambição desmedida, impraticáveis*"[282]. A propósito da presença de Piteira Santos no Norte de África, rejubila:

> *"Marrocos é por várias razões o local mais indicado para o desenvolvimento de todo um plano de acção que tenho na cabeça. Aí teremos compreensão das autoridades locais, estaremos a dois passos de Portugal, além disso a aproximação com os africanos, bem orientada, alarga-nos os horizontes e as possibilidades de luta e a proximidade dos centros europeus facilitar-nos-ia os entendimentos com os respectivos governos e forças políticas, indispensáveis à nossa luta, etc., etc."*[283]

Aliás, procura transferir-se para Rabat, tendo-se candidatado a um lugar de diretor dos Serviços Técnicos dos Hospitais e solicitado a Aquino de Bragança, secretário da CONCP, que se interessasse pela sua pretensão.

Como exulta com a questão final do correligionário:

> *"Um organismo unitário no estrangeiro? Mas, meu caro Piteira, há um ano que trabalho por isso! Há um ano que brado que é um crime não estarmos organizados e não aproveitarmos as condições favoráveis à nossa luta, que se verificam por esse*

[280] Carta de Fernando Piteira Santos a Francisco Ramos da Costa, Tânger, 8 de julho de 1962. A&B FMS, 4279.005, ims. 148-149.
[281] Carta de Fernando Piteira Santos a Manuel Tito de Morais, 23 de agosto de 1962. Sublinhado no original. CD 25A, PS –Corresp 5.
[282] Carta de Manuel Tito de Morais a Fernando Piteira Santos, S. Paulo, 2 de setembro de 1962. Tito de Morais e Manuel Sertório mantinham o trabalho político conjunto no âmbito da UDP e reconhecem mutuamente as qualidades de ambos nesta matéria, embora defendam na generalidade posições divergentes. Por exemplo, Sertório deixara de acreditar nas possibilidades de desenvolver um trabalho sério com o núcleo democrata no Brasil, incluindo no seio da UDP, o que muito desagradava Tito de Morais. Ao nível pessoal, em junho de 1962 o advogado cortara relações. Carta de Manuel Sertório para Humberto Delgado, 18 de setembro de 1962 in Manuel Sertório, *op. cit.*, p. 112-116.
[283] *Idem*.

mundo fora! É esta aliás uma posição geral, não só aqui como no Uruguai, na Venezuela, no Canadá, na França, na Itália, etc. Só existe uma excepção, da parte do PC. Este até parece apoiar a ideia, mas na realidade atrasa a sua concretização."[284]

Para o criar, organizava-se uma conferência entre oposicionistas de Portugal e do estrangeiro, onde deveriam participar 4 ou 5 pessoas "*bem escolhidas*" em representação do interior, dando-lhe assim o significado desejado, e para a qual se obtivera já o acordo de Mário Soares. Havia estado na forja um encontro com Cunhal, a pedido deste, mas acabara por ser cancelado. Visando o avanço de tudo isto, Piteira poderia aproveitar a sua condição de membro da Junta Central e a autoridade que daí advinha, sugere.

Quanto à situação de Piteira Santos, inteirado na sua passagem por Paris, Tito de Morais contactara Mário de Andrade e Marcelino dos Santos intercedendo pela solução do problema. Pensara entretanto noutras formas de pressão: a intervenção do então embaixador do Brasil em Marrocos, Rubem Braga – escritor e jornalista de esquerda, resistente e por isso perseguido durante o Estado Novo brasileiro –, e do ministro das Relações Exteriores brasileiro, Afonso Arinos – professor, diplomata e político, associado ao lançamento de uma política externa mais independente dos EUA e de aproximação aos países do bloco socialista[285]. Está disponível para diligenciar junto de ambos, chamando igualmente Delgado a fazê-lo se necessário for.

A 11 de setembro de 1962 Manuel Sertório recebe carta de António dos Santos Dores, médico radicado em Marrocos desde agosto de 1961, altura em que fugira de uma previsível mobilização para a guerra colonial, como atrás referimos. Em Portugal, fizera parte do Ateneu Cooperativo e fora aí recrutado para o corpo redatorial da *Seara Nova*, era Sertório diretor-adjunto da revista. Daí a ligação entre os dois homens.

O advogado dirigira missiva a Dores pedindo-lhe o retrato da comunidade de democratas lusos em Marrocos e o seu parecer quanto às possibilidades de aí estabelecer "*secretaria da Oposição*" portuguesa. As indicações que vinha recebendo, muito provavelmente via Humberto Delgado, de quem se reaproximara, fazem-no

[284] *Ibidem*.
[285] Urbano Tavares Rodrigues recomenda Piteira Santos a Rubem Braga e acabará por ser por seu intermédio que o político português obtém a documentação necessária para sair de Marrocos. Maria Antónia Fiadeiro (org. e coord.), *Fernando Piteira Santos. Português. Cidadão do Século XX*, Porto, Campo das Letras, 2003, p. 223-226 (depoimento de Urbano Tavares Rodrigues) e 259-262 (depoimento de José Carlos de Vasconcelos).

classificar o país como um dos locais mais bem colocados para tal, sítio seguro e privilegiado para desenvolver trabalho político, quer agora averiguá-lo cabalmente.

As informações de Dores desmistificam em grande medida essa imagem algo idílica:

> *"temos forçosamente que viver um pouco à sombra da influência e conhecimentos que a CONCP goza aqui em Marrocos […]. Tal como em todos os restantes países de África - só os Africanos podem ter facilidades (quaisquer que sejam) de manobra política, com a ajuda por vezes aberta, outras vezes velada, dos respectivos governos."*.[286]

São "*reduzidas*" as facilidades oficiais para o desenvolvimento de um trabalho político amplo e com visibilidade. Para a instalação de um "*pequeno e discreto "bureau""*" teria de diligenciar junto de altas entidades marroquinas na posse de nomes, fins e garantias concretas[287]. Subsistem, ainda assim, vantagens assinaláveis, como a localização geográfica, as possibilidades de entrada e saída de pessoas sem vistos ou passaportes, a garantia de autorização de residência a oposicionistas portugueses, mesmo a Delgado, a oportunidade de contactos diplomáticos muito extensos, sobretudo com países africanos e asiáticos ou o acesso à publicação na imprensa marroquina.

A colónia portuguesa no país também não ajuda. Constituída maioritariamente por emigrantes económicos, alguns estabelecidos há longo tempo, entre eles apenas uns vinte oposicionistas, a quem se tinham juntado há cerca de um ano alguns refugiados que "*têm causado grandes dissabores – na sua totalidade chegam sem qualquer referência, muitos não querem trabalhar, a totalidade tem uma pequeníssima consciência política*"[288]. Aliás, a dificuldade de encontrar emprego é outra dificuldade em Marrocos, exceção feita aos técnicos, mas "*mesmo esses, possivelmente, só muito para longe de Rabat*" [289]. Há dois meses haviam chegado Fernando Piteira Santos e um amigo, que se empenhavam na formação de um grupo oposicionista em Marrocos, objetivo que igualmente perseguira e abandonara "*por não julgar útil, talvez até prejudicial, dadas as características das pessoas*"[290].

[286] Carta de António Santos Dores a Manuel Sertório, Rabat, 1 de setembro de 1962. CD 25A, MS – Corresp 743.
[287] *Idem*.
[288] *Ibidem*. Parece referir-se aos desertores e sobretudo refratários fugidos clandestinamente de Portugal, a maioria levada tão-somente pelo desejo de escapar à guerra.
[289] *Ibidem*.
[290] *Ibidem*.

Há sim uma outra oportunidade a "*explorar a fundo*", sublinha: a Argélia.

> *"Obtive inicialmente dos dirigentes Argelinos promessas de facilidades absolutamente espantosas! Ciente do peso que elas poderiam ter no fim que pretendemos atingir, para Portugal, fiz tudo que me foi possível para que os indivíduos e organizações responsáveis portuguesas tomassem medidas concretas. Infelizmente e com grande mágoa o digo, até hoje nada de concreto foi resolvido […]! A Argélia, que tudo parece indicar estar a evoluir num bom sentido para nós, começa a estar de tal modo submergida pelas pressões do Ocidente que não sei se estará interessada, dentro de algum tempo, dados os riscos que isso lhe pode acarretar, a ajudar ainda os portugueses!"*[291]

Havia ainda a possibilidade de brevemente seguirem para o país "*alguns amigos exilados*" técnicos, que minorariam as enormes necessidades argelinas e que poderiam entabular conversações diretas com os dirigentes nacionais[292].

Uma conjuntura positiva, mas inútil caso não conseguisse captar a atenção dos responsáveis pela oposição portuguesa, lamenta Dores:

> *"Um dos grandes males com que nos debatemos é a falta de um interlocutor - de Portugal! – verdadeiramente capaz e realizador, que peça – e que se comprometa pela efectivação do que pedir!"*[293]

Envidara esforços para a vinda dessa pessoa, sem resultados.

Manuel Sertório é rápido na resposta ao médico, centrando-a na questão que mais o preocupa: "*saber se seria permitida a permanência no território nacional de um bureau político de anti-salazaristas, com o General à frente, que funcionasse como Secretaria Exterior da Oposição Portuguesa*"[294]. Nesse sentido, orienta, junto de marroquinos e de argelinos deveriam ser feitas diligências oficiosas para o confirmar. Às quais se deveria adicionar a inquirição das possibilidades de ajuda financeira ao mesmo, bem como a informação, sob sigilo, da próxima realização da conferência interior/exterior. Além disso, dever-se-ia auscultar a sensibilidade da CONCP sobre o

[291] *Ibidem*.
[292] *Ibidem*.
[293] *Ibidem*. Sublinhado no original.
[294] Carta de Manuel Sertório a António Santos Dores, S. Paulo, 13 de setembro de 1962. CD 25A, MS – Corresp 744.

assunto, pedindo-lhe o "*aval político para as diligências a fazer*". A par do que se fosse apurando deveria ficar Piteira Santos[295].

O panorama do núcleo de democratas portugueses em Marrocos não o assusta: "*é, no fundo, igual ao dos outros núcleos de emigração*", desde que haja um "*grupo operativo*" é quanto basta[296]. Quanto à falta de interlocutor válido de Portugal é preocupação que partilha, simplesmente onde Dores vê um "*interlocutor-pessoa*", Sertório vê um "*interlocutor-organismo unitário*", que poderia ser a Junta Central de Acção Patriótica, se realmente existe e funciona[297].

No final de setembro de 1962, Piteira Santos corrobora e completa a maioria das informações avançadas por Dores na resposta a Tito de Morais.

Primeiro, confirmando as vantagens da opção Magreb – "*Com excepção de Itália, ou da Inglaterra, não vejo zona da Europa que ofereça condições comparáveis*" –, mas sublinhando as limitações ao trabalho político em Marrocos[298]. Devido ao acordo tácito entre o governo marroquino e o de Salazar segundo o qual aquele ajuda os nacionalistas das colónias mas não consente a atividade "*ofensiva*" da oposição portuguesa, aqui apenas seria possível uma ação discreta, porventura em melhores condições do que em França, mas certamente bem aquém das suas expectativas[299].

Segundo, atestando e detalhando as "*perspectivas importantíssimas*" que na Argélia se abrem à causa portuguesa:

> *"A Argélia, cujo estatuto interno está em vias de definir-se, sendo como foi, a primeira independência africana conquistada numa luta de libertação nacional e social, oferece-nos perspectivas que devemos explorar discretamente mas audaciosamente. Ao contrário da esquerda francesa que não soube ler Frantz Fanon, cuja obra é, para a África, uma verdadeira chave […], e que, por conseguinte, não soube distinguir entre Boudiaf e Boumedienne, entre os sindicalistas da U.G.T.A. e os militantes da A.L.N., devemos acompanhar com a maior atenção e interesse a revolução argelina segundo a sua linha de desenvolvimento F.L.N. - A.L.N. - Ben Bella - Khider - Boumedienne."*[300]

[295] *Idem*.
[296] *Ibidem*.
[297] *Ibidem*.
[298] Carta de Fernando Piteira Santos a Manuel Tito de Morais, Rabat, 20 de setembro de 1962. CD 25A, PS – Corresp 9.
[299] *Idem*.
[300] Sublinhado no original. *Ibidem*.

Os nacionalistas da CONCP exploram igualmente essa possibilidade. As reservas iniciais perante o islamismo dos argelinos e da sua política, alimentadas pelo compromisso que, aparentemente, haviam estabelecido com a UPA de Holden Roberto, depressa são ultrapassadas pelos contactos com Ben Bella[301]. Com este se entrevistam os dirigentes da CONCP em Rabat, no seu regresso do cativeiro francês, e, em agosto, já em Argel, Marcelino dos Santos e Mário de Andrade são recebidos pelo Bureau Político que se constituíra ao redor de Ben Bella. Na sequência do encontro, o líder argelino faz declaração oficial onde apoia claramente os angolanos e reconhece o MPLA.

Atendendo aos bons auspícios e apesar da instável situação argelina, Piteira sonda "*por intermédio de amigos*", vendo designadamente a possibilidade de empregar no país os professores universitários que dominam o francês e "*amolecem na América do Sul*", além de técnicos e médicos dispostos à atividade política[302]. Para já, pensa concretamente em Humberto Delgado, Rui Luís Gomes e no próprio Manuel Tito de Morais, que têm sido mencionados. Dentro dessa estratégia de aproximação, a UDP e o próprio general deveriam felicitar o presidente da Assembleia Nacional argelina e o primeiro governo democraticamente constituído na jovem República.

Na base dos seus contactos, o argumento "*de que o movimento anti-colonialista e o movimento anti-fascista são conexos, e que os problemas de libertação nacional são idênticos, quanto ao adversário a abater, em Angola e Portugal, em Marrocos e Espanha, na Argélia e em França*"[303]. Isto porque, está convicto:

> *"O que dá vulto ao problema do pequeno Portugal é a questão colonial: sem a perspectiva anti-colonialista a nossa questão doméstica não tem significado mundial. É triste para os nossos brios, mas há que reconhecê-lo corajosamente. Ninguém se interessa pela triste sorte de um General bem intencionado a quem roubaram os votos numa eleição, mas a opinião mundial poderá escutar atentamente uma declaração anti-colonialista. Temos que singrar na corrente, e com tanta maior facilidade, quanto isso é politicamente justo e representa o nosso interesse nacional."*[304]

Quanto ao "*organismo <u>coordenador</u>, <u>responsável</u> e <u>representativo</u>*" que seria necessário criar pela oposição portuguesa, detalha: deve estar ligado à Junta Central,

[301] Patrícia McGowan Pinheiro, *op. cit.*, p. 30-31.
[302] Carta de Fernando Piteira Santos a Manuel Tito de Morais, Rabat, 20 de setembro de 1962. CD 25A, PS – Corresp 9.
[303] *Idem*.
[304] *Ibidem*.

dando-lhe apoio logístico e representando politicamente no exterior a unidade política e de ação da frente interna, sem "*ambicionar ser, o que seria ambicioso e poderia descambar no grotesco, um "governo no exílio"*", nem pretender substituir exteriormente a Junta, mas antes procurando "*suprir as suas limitações, realizar uma tarefa complementar mas básica*", não se limitando a ser "*um decorativo "ministério das relações exteriores da Oposição"*"[305].

Para materializar tal projeto e, assim, aproveitar tais oportunidades precisa de apoios. E o de Humberto Delgado seria de grande valia. Pensando nisso, Piteira dirige-se-lhe por intermédio de Tito de Morais, apelando ao seu contributo em momento de "*espinhosos problemas políticos, de organização e logísticos*":

> *"Importa aproveitar a lição de Beja e apontar o exemplo de Beja. A unidade caldeada no fogo do combate - unidade de pensamento, unidade de acção e unidade de comando - deverá ter a sua correspondência orgânica, representativa e responsável no exterior. É esse o primeiro, o mais urgente dos problemas para que se solicita, neste momento, a atenção e o interesse construtivo de todos os "irmãos responsáveis" - para usar a expressão dos revolucionários argelinos - e, em primeiro lugar, evidentemente, a atenção, o interesse, a decisão de V. Exª."*[306]

Só assim se encetaria um "*novo ciclo de lutas*".

Após a entrada clandestina em Portugal e a estadia em Marrocos, o general voltara ao Brasil mudado. Deixara cair o anticomunismo e o colonialismo da primeira fase do exílio, procurara Manuel Sertório e propusera-lhe uma colaboração estreita, fizera as pazes com Paulo de Castro, estabelecera relações cordiais com Tito de Morais. Para a nova atitude muito contribuíram os já mencionados contactos que em Marrocos estabelecera com os responsáveis da CONCP, assim como a visível solidariedade internacional perante as aspirações nacionalistas. Além da própria participação na revolta de Beja, altura em que constatara o envolvimento de militantes comunistas e abandonara consequentemente o sectarismo relativamente a estes. Embora ainda permeável à influência de elementos conservadores ou mesmo anticomunistas e de provocadores, aceita uma espécie de parceria com o núcleo duro da UDP – Manuel Tito

[305] Sublinhado no original; citação adaptada. *Ibidem*.
[306] Carta de Fernando Piteira Santos a Humberto Delgado, 18 de setembro de 1962. Anexada a carta de Piteira Santos dirigida a Manuel Tito de Morais, Rabat, 20 de setembro de 1962. CD 25A, PS – Corresp 9.

de Morais e seu filho João Manuel, Sertório e Augusto Aragão, o representante comunista no organismo –, ainda que nela se não queira integrar[307].

De entre todos, considera Manuel Sertório seu adjunto, cultivando com este uma relação de grande confiança política e pessoal[308]. Desde que se haviam voltado a encontrar no exílio brasileiro, o relacionamento entre os dois homens havia sido distante. Cordial nos primeiros meses, após as reservas do advogado relativamente ao projeto colonial apresentado pelo general no jantar comemorativo do 5 de outubro em 1960 e a brusca reação de Delgado as relações entre ambos tinham cessado por completo. A ponto de, no início de 1961, Sertório o considerar perdido para a luta, "*pois que, como bom afilhado do fascismo, se vem mostrando realmente como é: vaidoso, ignorante e prepotente, estando aqui completamente e <u>irreversivelmente</u> isolado de todos.*"[309]. A nova postura do general, aliada ao reconhecimento da audiência que ainda mantém em Portugal, motivam, um ano mais tarde, Manuel Sertório a aceitar essa aproximação, apoiando-o no que toca ao intrincado exílio brasileiro e dando-lhe conta dos projetos de âmbito mais vasto já em curso – a realização de uma conferência interior/exterior e a instalação de um organismo representativo da oposição no exterior –, conforme solicitavam há tempos e repetidamente a partir de Londres e de Paris.

Tal aproximação é secundada por Tito de Morais:

> *"Hoje é possível e considero conveniente, apertar estas relações, subtrair o Delgado a certas influências e voltar a dar ao general, no estrangeiro, a posição de liderança e de responsabilidade que precisamos dar a <u>uma</u> pessoa."*[310]

Como é, a partir de Marrocos, por Piteira Santos:

> *"Considero importante a vinda do General […]. Mas o General deve vir (ou ficar) acompanhado, apoiado, enquadrado. Um porta-voz político – e sem a superstição dos chefes, e do "grande chefe", um porta-voz político é necessário […]."*[311]

[307] Os contactos com o informador da PIDE Mário de Carvalho tinham-se iniciado há cerca de um ano, por altura do assalto ao Santa Maria. Frederico Delgado Rosa, *op. cit.*, p. 896-897.
[308] Data de 18 de Janeiro de 1962 a diretiva de Humberto Delgado nomeando Manuel Sertório conselheiro do MNI e seu adjunto para "*missões especiais*". A atitude de Delgado estará a partir de então em consonância com tal documento, embora o advogado apenas um ano depois tenha aceite a designação. Manuel Sertório, *op. cit.*, p. 41-44, 166-167 e 169.
[309] Carta de Manuel Sertório a José Veiga Pires, S. Paulo, 11 de Janeiro de 1961. Sublinhado no original. CD 25A, MS – Corresp 2507.
[310] Carta de Manuel Tito de Morais a Fernando Piteira Santos, 2 de setembro de 1962. Sublinhado no original. CD 25A, PS – Corresp 6.
[311] Carta de Fernando Piteira Santos a Manuel Tito de Morais, 20 de setembro de 1962. CD 25A, PS – Corresp 9.

Delgado patrocina tais planos. Concordara com a participação no encontro entre exilados brasileiros e Cunhal que estivera agendado, deixara-se convencer da importância de realizar uma conferência interior/exterior e envidava esforços para nela participar, estando também disposto e, mais, interessado em transferir-se para Marrocos e aí presidir à *secretaria da oposição* no estrangeiro.

Os preparativos para a realização da conferência interior/exterior andam lentamente. No final de agosto de 1962, chega a Paris a ratificação do assentimento dado por Mário Soares na sua deslocação à cidade em junho: a oposição em Portugal tem "*muito interesse*" na iniciativa, onde pensa mandar representação de peso[312]. 15 de novembro é a data sugerida para a conferência, em local ainda por designar.

Mas, parcos dias passados, surgem os "primeiros" entraves: a calendarização de eleições em França para novembro obriga a adiamento da Conferência Pró-Amnistia, programada para 3 ou 4 de novembro, e, consequentemente, do outro encontro; a impossibilidade de Humberto Delgado sair do Brasil; a falta de resposta do PCP a carta que lhe fora dirigida pela Junta de Paris.

Segundo António Brotas, a situação é caricata: o delegado do partido no organismo unitário de Paris, Pedro Ramos de Almeida («Raimundo»), alega estar o PC à espera da decisão da entidade que convida em última instância, a Junta Central do Interior; contra-argumentam os restantes membros da JAP Paris ter a iniciativa o aval de todos elementos da Junta Central à exceção do PCP; responde o mandatário comunista que a deliberação tem de ser tomada conjuntamente[313]. O partido apega-se a formalismos para adiar quanto possível a conferência, convencem-se os seus parceiros. Nas palavras de Brotas:

> *"Tirámos conclusões: o PC não está provavelmente interessado na reunião dos dirigentes da oposição para procura de uma via real que leve ao fim do salazarismo. Porquê? Porque o PC não está interessado em nenhuma tarefa que não domine ou controle inteiramente. Então porque propôs ele a conferência? Primeiro alínea a) pela sua tradicional política de fazer propaganda pela unidade com o que faz crer que são os outros sectores da oposição que são os responsáveis pelo não desenvolvimento da unidade e como tal responsáveis pela continuação do salazarismo. Segundo. Porque*

[312] Carta de António Brotas a Manuel Sertório, Paris, 2 de setembro de 1962. CD 25A, PS – Corresp 308.
[313] Identificação do delegado comunista in Manuel Sertório, *op. cit.*, nota 9 da p. 116; referenciado o pseudónimo em carta de Joaquim Barradas de Carvalho (*Alves*) dirigida a Mário Soares (*Carlos*), 16 de setembro de 1962 – carta cifrada. CD 25A, PS – Corresp 7.

propôs uma conferência dos elementos do exterior, com o que aparecendo como força dispondo de meios mais poderosos, e fazendo vir delegados seus de vários sítios, e contando com as divergências dos outros sectores, a reunião acabava por ser dominada e orientada pelo PC. Em particular na reunião do exterior o PC aparecia como a única entidade com elementos no interior. Seria o PC a única entidade capaz de dar seguimento a propostas concretas. A proposta de estender a reunião ao interior, deslocou politicamente a conferência. As correntes da oposição portuguesa que no 1º caso estariam só representadas eventualmente por elementos do exterior vivendo no exílio e sem contactos íntimos com o país aparecem representadas pelos elementos chaves e centrais, se não digo de organismos, pelo menos de correntes de opinião e correntes reais da vida portuguesa. Na Conferência do exterior e interior o PC não dominaria nem controlaria mas seria uma parte só. Desde que a coisa passou a ser assim o PC passou a não estar interessado e como não pode dizer que não, age com manobras diletatérias."[314]

Juntando-se à abstenção comunista a previsível ausência do general a conferência inviabilizar-se-ia, dado não ter sentido que saíssem os delegados do interior para encontrarem poucos, de "*relativa pouca importância*" e, mais, desunidos[315]. Para contornar o problema do general, alguns sugerem a hipótese de reunir no Brasil. Solução inexequível, quer pelas dificuldades financeiras decorrentes, quer pelo aumento das dificuldades em garantir a presença de delegação significativa do interior.

Os embaraços monetários são aliás uma realidade, mesmo pensando em Paris ou Roma como locais do encontro. O interior solicitara esse auxílio, pedido comentado por Joaquim Barradas de Carvalho, um dos elementos do núcleo democrata parisiense, em tom desalentado: "*considero vergonhoso que aí não se consiga arranjar um mínimo necessário, tocando aqueles que têm muito, que os há*"[316].

Procurando também resolver a questão da falta de fundos, Humberto Delgado e Manuel Sertório dirigem pedido de ajuda financeira à Índia. A iniciativa parece já enquadrada na anterior proposta de aproximação aos Países Não-Alinhados, a promover pela "secretaria da oposição" no exterior, e pretenderia aproveitar, a um tempo, o

[314] Carta de António Brotas a Manuel Sertório, Paris, 9 de setembro de 1962. Sublinhado no original. CD 25A, MS – Corresp 310.
[315] *Idem*.
[316] Carta de Joaquim Barradas de Carvalho (*Alves*) a Mário Soares (*Carlos*), 16 de setembro de 1962 – carta cifrada. CD 25A, PS – Corresp 7. Do quadro de funcionários do PCP na segunda metade da década de quarenta, afastara-se do partido por 1951/52. Em 1959, exilara-se em França, onde se doutorara em Estudos Ibéricos dois anos depois.

recente conflito entre o regime português e a Índia a propósito do Estado Português da Índia e o acesso privilegiado de Sertório ao então encarregado de Negócios indiano no Brasil, Vicent Coelho, na casa de quem estivera alojado aquando da sua estadia em Nova Deli em outubro de 1961[317]. Reforçada por Tito de Morais, Barradas de Carvalho e Ramos da Costa junto do embaixador indiano em Paris, nenhuma das diligências acaba por obter resultados[318].

No final de outubro de 1962, fixa-se a altura do Natal como nova data para a *assembleia magna*, na sequência da marcação da Conferência da Amnistia para meados de dezembro, havendo agora boas perspetiva relativamente à possibilidade de Delgado participar[319]. Isto porque, na capital francesa, têm indicações que o general teria pedido visto para França e outro país da Europa, o que pensam significar a resolução parcial da falta de documentação para saída do Brasil[320].

Porém, nem mais um passo andado no que toca ao PCP. Perante a postura comunista, vão-se manifestando sinais de tensão. Ainda em setembro, nas primeiras reuniões da JAP Paris após as longas férias, Emídio Guerreiro "*acalorou-se na discussão*" com o delegado do PCP "*a quem acusou de imobilismo por procuração*"[321]. A Montevideu ainda não chegara convocatória oficial, mas a comunicação oficiosa de Tito de Morais antecipa a resposta negativa que esta teria. A razão: falta de verbas[322].

Em Marrocos, Fernando Piteira Santos continua numa roda-viva. À medida que as perspetivas se vão confirmando, aumenta o voluntarismo e alarga os contactos. Secunda-o Adolfo Ayala, companheiro na façanha rumo ao Norte de África, conforme atrás se mencionou, também ele em perigo na sequência do profundo envolvimento nos preparativos da Revolta de Beja. Na noite da ação coubera-lhe ainda a missão de conduzir Humberto Delgado e Arajaryr Campos a Beja e de os por a salvo uma vez abortada a insurreição, momentos dramáticos vividos em comum, que forjam uma relação muito particular com o general.

---

[317] Manuel Sertório, *op. cit.*, nota 1 da p. 170.
[318] Humberto Delgado critica a diligência feita em França por esta colocar em causa o encarregado de negócios da Índia no Brasil e por discordar, reputando de exagerado, do valor que teriam solicitado em Paris (10 milhões de dólares em vez dos 2 milhões pedidos pelo general). Carta de Humberto Delgado a Manuel Tito de Morais, 28 de setembro de 1962. CD 25A, PS – Corresp 11. A recusa já é conhecida em 12 de outubro de 1962. Tais movimentações serão mais tarde continuadas, como veremos.
[319] Carta de António Brotas a Manuel Sertório, 26 de outubro de 1962. CD 25A, MS – Corresp 311.
[320] *Idem*.
[321] Carta de Francisco Ramos da Costa a Mário Soares, Paris, 30 de setembro de 1962, carta cifrada. A&B FMS, 4281.002, ims. 20-23.
[322] Carta de J. Lopes Mendes a Manuel Tito de Morais, Montevideu, 30 de setembro de 1962. APTM.

A Piteira e a Ayala interessa reatar a ligação a Delgado. O primeiro já lhe dirigira carta através de Tito de Morais, o segundo escreve-lhe diretamente. No seguimento de resposta do general, os dois homens dirigem-lhe nova carta, onde lhe expõem o plano que iam desenhando:

> *"A UNIDADE POLÍTICA (e de acção) no interior do país deve ser apoiada do exterior: quer politicamente, quer em meios materiais. Para tal deve estabelecer-se o mais próximo possível de Portugal um organismo coordenador da actividade política da emigração portuguesa combatente, ou mobilizável, e um centro de apoio logístico. O litoral do Reino de Marrocos e da República da Argélia é geográfica e politicamente a zona indicada para a instalação do organismo político e do centro de apoio logístico. Entidades diferentes, separadas por razões de defesa e de necessidade conspirativa, estes dois organismos deverão funcionar com a colaboração de pessoas que se desloquem para Marrocos, ou para a Argélia, legalmente, com a justificação de exercerem actividades profissionais."*[323]

Portanto e com esse fim em vista, dever-se-iam aproximar de Portugal quadros políticos de maior capacidade e responsabilidade, disponíveis a trabalhar num contexto unitário. Como se deveria procurar toda a aproximação aos movimentos nacionalistas, condição para o apoio de países africanos e da esquerda europeia. Para tanto, a criação de organismo coordenador da oposição no estrangeiro é essencial. Mas, esclarecem, um "*organismo composto de gente válida e capaz de actuar. Não estamos interessados na constituição de uma caricatura de "governo no exílio" nem em dar margem ao exibicionismo de "ministros potenciais"*"[324].

Logo depois, Piteira dirige-se a Mário Ruivo insistindo na necessidade de "*reunir, a um nível responsável*", debatendo formas de apoio político e logístico à luta do interior, na certeza de que "*a unidade alcançada não é <u>um fim</u>, é <u>um meio</u>, não é <u>uma meta</u>, é <u>um caminho</u> da luta nacional libertadora*"[325].

A 15 de outubro, informa Tito de Morais das diligências efetuadas no sentido de concretizar a sua transferência para Marrocos, concluindo por o instar a seguir sem demora:

---

[323] Carta de Fernando Piteira Santos e Adolfo Ayala a Humberto Delgado, Rabat, 1 de outubro de 1962. CD 25A, PS – Corresp 14.
[324] *Idem*.
[325] Carta de Fernando Piteira Santos a Mário Ruivo, 4 de outubro de 1962. Sublinhado no original. CD 25A, PS – Corresp 15.

"Venha Já porque.. . A) Se aqui houver dificuldade burocrática, o Tito de Morais terá colocação na Argélia. B) Frére Ahmed Ben Bella (sim, meu caro Tito de Morais, o Presidente do Governo da República Democrática e Popular da Argélia) mandou-me dizer, por um representante oficial em Rabat, que «os Irmãos Portugueses serão bem vindos»"[326]

Passando a dar-lhe alguns detalhes das suas movimentações pelo Norte de África e especificamente na Argélia: tem indicações de que irá ser recebido por Ben Bella assim que este regresse de visita à ONU e a Cuba, contando partir no prazo máximo de uma semana. Nessa deslocação julga poder chegar igualmente a outros dirigentes argelinos, como Boumedienne. Conduzi-lo-á "*homem da confiança*" do presidente argelino que se encontra em Rabat[327].

O elemento de ligação seria Michel Raptis, mais conhecido por *Pablo*, dirigente da IV Internacional Trotskista, antes apoiante da FLN argelina e agora interessado na ajuda aos movimentos de libertação das colónias e de resistência à ditadura. Nessa linha, teria patrocinado a aproximação dos responsáveis da CONCP ao recém-empossado presidente argelino. Por intermédio daqueles, Piteira Santos ter-lhe-ia sido apresentado e acedera também às novas autoridades argelinas[328].

Sem poder expor detalhadamente o que tem ocorrido para Paris, dada a censura postal francesa, partilha com Tito de Morais o lamento pelo alheamento dos que por lá se encontram quanto ao "*fenómeno argelino*":

"Tenho uma porta aberta para o nosso movimento. Somente, digo-o sem falsa modéstia, com plena e pungente consciência das minhas limitações, eu não tenho as condições necessárias para explorar esta vitória política. Nem "charme", nem fato, nem dinheiro, nem domino bem o francês…"[329]

Do estado da questão se devem por a par o general e Rui Luís Gomes, recomenda Piteira, mas sem fazer "*ondas*", nomeadamente junto a Sertório, que sabia ter sondado, por sua iniciativa ou por indicação de Delgado, as possibilidades no Magreb.

[326] Carta de Fernando Piteira Santos a Manuel Tito de Morais, Rabat, 15 de outubro de 1962. Sublinhado no original. APTM.
[327] *Idem*.
[328] Patrícia McGowan Pinheiro, *op. cit.*, p 31-34.
[329] Carta de Fernando Piteira Santos a Manuel Tito de Morais, Rabat, 15 de outubro de 1962. APTM.

As movimentações de Piteira Santos alimentam naturais expectativas em Tito de Morais, ao mesmo tempo que geram as primeiras desconfianças entre os correligionários radicados em Marrocos. Entre estes Dores, que desabafa as suas apreensões com Manuel Sertório:

> *"tem sido das pessoas com quem mais dificil me tem sido entender! Dá-me a ideia de uma pessoa que quer concentrar tudo nele, sem nada dar em troca, que transforma qualquer diálogo num simples monólogo, que fala como se tivesse ele - e muito principalmente ele!! - a solução e a verdade dos problemas portugueses dentro da mão, que diz nós, mas que me dá sempre a impressão de pensar <u>eu</u>!"*[330]

Piteira arrogara-se o "*papel de interlocutor único*" em matérias políticas centrais para a luta oposicionista portuguesa, ao que se juntara o interessa da CONCP em "*lhe ser prestável, pessoalmente, quando pensa que ele pode ter um lugar importante num futuro governo*"[331]. António Dores, embora lhe reconheça a autoridade de ter sido membro fundador da Junta Central e de ter ultimamente agido pela unidade, receia as "*atitudes de força*" que toma, ciente "*das verdadeiras forças ou pessoas com que ele pode contar*", como receia que um dia jogue "*um pouco a seu bel-prazer*" os contactos fundamentais que estabeleceu[332]. Saber se Piteira Santos trabalharia em prol de um projeto pessoal ou do interesse da causa oposicionista, se esse era um problema de atitude ou uma questão de conveniência, assim se resumem todas as dúvidas.

Datada de 18 de outubro de 1962, chega a missiva de Humberto Delgado em resposta às cartas de Piteira de 18 de setembro e deste e de Ayala de 1 de outubro. Acordo quanto ao essencial, sem deixar de sublinhar estar a unidade política concretizada no MNI desde 1958. Aliás, esclarece, estavam em curso indagações no sentido de constituir uma delegação sob essa sigla em Marrocos. Mas uma eventual ida para a Argélia não é afastada: "*estou pronto a deslocar-me para qualquer parte do Mundo desde que me paguem a viagem e garantam vida vegetativa*"[333]. Havia já enviado felicitações ao recém-conduzido presidente argelino em seu nome pessoal e de toda a oposição portuguesa, a quem manifestara desejo de se deslocar ao país, coisa que

[330] Carta de António Santos Dores a Manuel Sertório, Rabat, 4 de outubro de 1962. Sublinhado no original. CD 25A, MS – Corresp 745.
[331] *Idem*.
[332] *Ibidem*.
[333] Carta de Humberto Delgado a Fernando Piteira Santos e Adolfo Ayala (*A. Martins*), Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1962. CD 25A, PS – Corresp 25.

pretendera fazer mal a guerra terminara, sem o conseguir pela interdição de entrada em França[334].

Fernando Piteira Santos segue para a Argélia, onde se entrevista separadamente com Ben Bella e Boumedienne, de quem obtém pessoalmente a confirmação das promessas antes feitas por interposta pessoa, entre elas: proveriam alojamento para os exilados lusos; acolheriam Humberto Delgado e Rui Luís Gomes, ainda que sem os convidar formalmente; Boumedienne providenciaria ocupação para o general como conselheiro militar ou de aviação civil[335]. Mantinham-se os bons augúrios, portanto, embora algo ensombrados pela constatação de que, para ambos os líderes argelinos, a oposição portuguesa se resumia a Humberto Delgado e ao PCP…[336]

Por indicação de Ben Bella, fala seguidamente com o francês Jacques Vergès. Militante do PCF desde 1945, Vergès fora dirigente da União Internacional de Estudantes, com sede em Praga, terminando a sua formação em advocacia em 1956. Apoiante da causa dos nacionalistas argelinos, defende na barra do tribunal vários partidários da FLN, entre eles Djamila Bouhired, presa e condenada à morte pela participação em atentados à bomba em Argel. Em 1957, abandonara o PCF e, depois da independência argelina, fixa-se no jovem país e torna-se chefe do Gabinete do ministro dos Negócios Estrangeiros e conselheiro de Ben Bella a partir de novembro de 1962. Granjeia, à época, bastante influência nos círculos argelinos e em certos meios intelectuais franceses[337].

Na conversa com Piteira Santos, Vergès diz-lhe esperar provas iniciais dos portugueses, que se deveriam manter na casa a eles cedida e nos empregos que para eles conseguissem, além de que o general e Rui Luís Gomes deveriam dar parte dos seus salários[338]. Nada que refreie o entusiasmo de Piteira.

Os avanços são telegraficamente transmitidos para Paris por Piteira Santos. Aqui, aguardam ansiosamente a sua chegada, que se dá a 8 de novembro de 1962[339].

---

[334] Cópia de carta de Humberto Delgado a Ben Bella, Rio de Janeiro, 11 de outubro de 1962. CD 25A, António de Figueiredo – Corresp 54.
[335] "I Conferência da FPLN. Roma, 28 - 30 de dezembro de 1962". CD 25A, MS – FPLN/I Conferência 1962/Apontamentos, Doc 1.
[336] *Idem*.
[337] Cf. *L'avocat de terreur* – documentário de Barbet Schroeder, 2007.
[338] "I Conferência da FPLN... CD 25A, MS – FPLN/I Conferência 1962/Apontamentos, Doc 1.
[339] Telegrama de Fernando Piteira Santos a Joaquim Barradas de Carvalho, Argel, 8 de novembro de 1962. CD 25A, PS – Corresp 28.

A Conferência das Forças Portuguesas Anti-Fascistas

A partir do Brasil, Manuel Sertório e Manuel Tito de Morais continuam empenhadíssimos na concretização do encontro. Sertório insiste com os seus correligionários da Acção Socialista e com o seu interlocutor junto do sector católico, Francisco Lino Neto, para que se façam representar na conferência, dando um incentivo suplementar – a presença de Delgado. A uns e outro, a renovação do pedido de contacto assíduo, o desalento pela falta de notícias atualizadas.

Tito de Morais apressa-se a dar resposta às considerações e dúvidas de Piteira Santos: julga possível contornar os problemas existentes em Marrocos pela insistência junto das autoridades do país, embora nada tenha contra a opção pela Argélia; Rui Luís Gomes, ao contrário da sua expectativa, mostra-se disposto a seguir para esse país, atendendo às vantagens para a luta portuguesa e indica nomes de outros matemáticos eventualmente disponíveis para fazer o mesmo[340]; Sertório desenvolve esforços por sua iniciativa própria, mas julga ser possível o entendimento com ele; informara vagamente Humberto Delgado das diligências levadas a cabo por Piteira, mostrando-se aquele na disposição de se radicar na Argélia desde que assegurados os meios de subsistência e na condição de se preparar a ação direta, concordando ainda em enviar saudação para os recém-empossados dirigentes nacionais[341]. Todavia, sobre o general, tem observações a fazer:

> *"O D.[elgado] tem uma única preocupação, ser considerado o "Chefe" o "líder" o representante exclusivo da Oposição. […] O trato com D.[elgado] é das coisas mais dificeis que tenho encontrado pela frente. Irrita pela vaidade incomensurável. Em tudo vê preocupação em afastar o seu nome. Quando lhe não chamam "chefe", dá pulos – mas mesmo pulos! […] Tem tido realmente a habilidade de se indispor com toda a gente. Mas nada disto teria muita importância se não tomasse atitudes públicas desgraçadas que o desprestigiam nos meios oficiais e desprestigiam toda a Oposição.*

[340] São eles Pedro Martins (em Londres), Laureano Barros (Porto), Luís Neves Real (Porto), José Gaspar Teixeira (Lisboa), António Aniceto Monteiro (Argentina) e José Morgado (Recife - Brasil). Do Brasil, Tito de Morais acrescenta como elementos politicamente válidos os nomes de Manuel Sertório, Victor Ramos (professor na Faculdade de Letras de Assis) e Casais Monteiro (professor na Faculdade de Letras de Araraquara). Carta de Tito de Morais a Piteira Santos, 15 de outubro de 1962. CD 25A, PS – Corresp 24.

[341] *Idem* e Carta de Tito de Morais a Piteira Santos, 11 de Outubro de 1962. CD 25A, PS – Corresp 21. Ambas as missivas são enviadas para Paris e o destinatário apenas as recebe ao chegar à cidade.

[…] Positivo só tem uma coisa: a popularidade de que disfruta em Portugal, parece ser um facto."[342]

Por tudo isto, o apoio ao ex-candidato presidencial pelo organismo a criar no exterior deveria ser antecedido de conversações e do esclarecimento claro de posições, decorrendo aí a sua integração ou desde já a sua exclusão. Esta seria aliás advogada por elementos influentes da comunidade de democratas do Brasil, como Sarmento Pimentel, Casais Monteiro, Jorge de Sena, Ricca Gonçalves, Pedroso de Lima ou Cunha Rego, que preparavam um memorando elucidativo da nefasta ação de Delgado nesse país, a enviar a Portugal. E, na hipótese da inclusão, "*caso ele se não emende nem queira aceitar a chefia colectiva, desautorizá-lo então publicamente e acabou-se a história*"[343].

Para Paris, a Ramos da Costa, Tito de Morais faz saber da sua impaciência quanto à realização da conferência. Recebera notícias que davam conta da sua convocatória pelo PCP, mas a organização ficara a cargo da Junta de Paris e não entende a alteração. Vinte e duas pessoas são todas quantas seriam indispensáveis: cinco de Portugal, cinco de França, duas do Norte de África, uma de Itália, uma de Inglaterra, quatro do Brasil, uma do Uruguai, uma dos EUA, uma da Venezuela e uma do Canadá. Talvez os "*nossos irmãos africanos*" pudessem ceder o montante necessário ao pagamento de viagens e estadias, caso contrário teria cada um que se prover a si. A convocatória é urgente: para Argel, 30 de dezembro[344].

Ainda Tito de Morais, dirige-se novamente a Piteira Santos no 1.º de dezembro. Desespera com a falta de informações. Como lastima continuar sem indicações sobre o emprego em Marrocos, embora Ramos da Costa o tenha informado estar o assunto "*resolvido de Argel*"[345]. Tanto mais que ouve rumores, observa movimentações e reposicionamentos:

"Gostaria muito de saber o que se passou na sua entrevista com B.[en] B.[ella] De acordo com o que por aqui se diz - sem mencionarem o encontro que isso parece não ser ainda do domínio público - assentou-se na formação dum Bureau Político, o que está de acordo com o nosso pensamento.

[342] Carta de 11 de outubro de 1962. Sublinhado no original. CD 25A, PS – Corresp 21.
[343] *Idem*.
[344] Carta de Tito de Morais a Francisco Ramos da Costa, S. Paulo, 15 de novembro de 1962. A&B FMS, 4280.001, ims. 52-53.
[345] Carta de Francisco Ramos da Costa a Manuel Tito de Morais, Paris, 7 de novembro de 1962. A&B FMS 4280.001, ims. 49-51.

Este "boato" desencadeou, claro, diversas reacções. Oposição velada e grande movimentação de determinado sector.''[346]

O comunista, obviamente. O responsável máximo do PC no Brasil, Veiga de Oliveira, partira repentinamente, calcula rumo a Paris. O que o substitui, Augusto Aragão, tem demorada entrevista com Delgado. Não sabe que se terá passado, mas suspeita que possa ter "*ido "tirar nabos da púcara" e acenar-lhe com a hipótese de formação duma JAP central no estrangeiro. Esta é a alternativa que estão lançando, para estabelecer a confusão. O processo seria o mesmo que adoptaram com a projectada conferência. Propor muitas para se não fazer nenhuma*"[347]. Teme outrossim que se tenham deslocado ao Recife para demover Rui Luís Gomes da ideia de aceitar a transferência para a Argélia.

Também o general e Sertório "*encontram-se em segredo*". Tito de Morais receia "*perder o comboio*"[348]. Todavia, sem notícias atualizadas nada pode fazer. Apreensivo com os efeitos nocivos desta agitação, frisa apenas:

"Em face do que eu <u>suponho</u> que se está a passar queria dizer-lhe que se V.[ocê] criou condições para que uma dúzia de pessoas possam aguentar-se em Argel, que <u>deve tocar a reunir quanto antes</u>.''[349]

Na capital francesa, Piteira Santos desdobra-se, sem lhe sobrar tempo para dedicar à correspondência. Ultimam-se os preparativos da Conferência para a Amnistia dos Presos e Exilados Políticos Portugueses, agendada para 15 e 16 de dezembro, debatem-se pormenores do projeto unitário ou, mais especificamente, do organismo a constituir no exterior, trabalha-se na reformulação programática e ideológica da esquerda não comunista, ainda sob a sigla da Resistência Republicana.

Inteirado dos contactos encetados por António Brotas com o *réseau de soutien* de Henri Curiel, Piteira dá-lhes continuidade[350]. Vira em Rabat e depois em Argel a influência das redes de solidariedade internacionalistas e sabia da importância dessa ligação. Formados durante a guerra de libertação argelina por franceses e gente de diferentes nacionalidades dispostos a prestar o auxílio possível aos argelinos, continuam

[346] Carta de Manuel Tito de Morais a Fernando Piteira Santos, S. Paulo, 1 de dezembro de 1962. APTM.
[347] *Idem*.
[348] *Ibidem*.
[349] *Ibidem*. Sublinhado no original.
[350] Depoimento escrito de António Brotas entregue à autora, agosto de 2007.

a funcionar terminado o conflito, estendendo agora o apoio a outros movimentos de libertação nacional e aos opositores às ditaduras europeias e do Terceiro Mundo[351].

Henri Curiel é uma das figuras preponderantes dessas redes. Egípcio de nascimento, fora forçado ao exílio em França em 1950 e, a partir daí, um dos principais responsáveis pelo rejuvenescimento do PC Egípcio e pela fundação do PC Sudanês. Nos finais de 1957, juntara-se ao *réseau* de Francis Jeanson, acabando por o dirigir na sequência da prisão deste no início de 1960, ano em que impulsionara a criação do Movimento Anticolonialista Francês. Atividade intensa que determina a sua prisão e de outros elementos do seu grupo, que sempre funcionara com relativa autonomia relativamente ao *reséau* de Jeanson, em meados de outubro. Libertado dezoito meses mais tarde, Curiel retoma a ação, ora enquadrada num organismo que intitula de *Solidarité*. É neste contexto que procura a emigração portuguesa em França oferecendo-lhe auxílio[352].

Piteira continua ainda as ligações aos movimentos nacionalistas, estabelecendo agora contacto com os angolanos da Frente Unida Angolana (FUA)[353], que desejariam uma declaração conjunta com a oposição portuguesa.

Para dar seguimento a tudo isto, é essencial realizar a conferência exterior/interior. Quando de Portugal chegam mais notícias que referem o total desmantelamento das JAP's acompanhado de numerosas prisões, teme-se estar em risco a iniciativa. Não obstante, do interior reafirmam o apoio à reunião, ao menos os quadrantes não comunistas. Posição que reforçam ao entregar a Mário Ruivo a "*execução técnica*" da mesma. Visa tal medida acabar com os "*atrasos enormes, confusões várias e algumas inconfidências*", que sempre haviam suscitado grandes

[351] Hervé Hamon, Patrick Rotman, *Les porteurs de valises. La résistance française à la guerre d'Algérie*, s.l., Éditions Albin Michel, 1979 [data de reimpressão: 2001].
[352] O teor de tal auxílio não foi possível apurar. Gilles Perrault, *Un Homme a Part*, Paris, Fayard, 2006 [1ª edição de 1984] e Didar Fawzy-Rossano, *Mémoires d'une militante communiste (1942-1990). Du Caire à Alger, Paris et Genève*, Paris, L'Harmattan, 1997. Entrevista com António Brotas, Lisboa, 19 de setembro de 2007 e Depoimento escrito por António Brotas, agosto de 2007.
[353] Organização formada em 1961 por um pequeno grupo onde pontuam nomes como Sócrates Dáskalos, Fernando Falcão, Luís Portocarrero ou Carlos Costa. Neutralizada rapidamente em Angola, os seus membros mais conhecidos são presos ou exilados. Vários juntam-se em França, onde fazem reviver o movimento a partir de meados de 1962. Próximos do MPLA, para ele terão querido convergir, sem que isso fosse aceite. Durante o ano seguinte desenvolvem grande atividade, após o que praticamente "desaparecem". Sócrates Dáskalos, *Um Testemunho para a História de Angola*, Lisboa, Veja, 2000 [download de e-book em http://www.box.net/shared/k9bujragok - acedido em 08-2011]. Segundo informação de Dáskalos, a iniciativa parte dos portugueses, segundo a documentação consultada fica a ideia contrária.

receios e mesmo críticas do PCP[354]. A decisão fora da Junta Central, em particular de Mário Soares, com quem Ruivo mantém contacto direto.

As coordenadas são determinadas por Ruivo e transmitidas por este nos finais de novembro de 1962: Roma é o local escolhido para a reunião, dia 28 de dezembro de 1962 a data de arranque. Asseguradas do interior estão as presenças de Soares, de Lino Neto ou outro elemento do sector católico e de Cal Brandão, bem como de outros representantes da JAP do Porto[355]. Dos exilados, o *seareiro* Lopes Cardoso, ex-membro da Junta Central de Acção Patriótica, é presença mais ou menos confirmada. A Manuel Tito de Morais, no caso do Brasil, e ao trio Joaquim Barradas de Carvalho/ Piteira Santos/ Ramos da Costa, no que toca a Paris, cabe a mediação com os potenciais participantes de cada um dos locais. Quanto a ajudas financeiras para deslocações, nada é possível. Tais informações deveriam ser comunicadas a Manuel Sertório, Humberto Delgado e Rui Luís Gomes – "*os* compradores *[elementos] daí cujas* ofertas *[presenças] nos interessam*"[356]. Resolver os entraves à saída de Delgado é uma das questões centrais. Nesse sentido, questionam sobre a disposição do general não regressar mais ao Brasil, fixando-se na Argélia.

No próprio dia que recebe a missiva, a 4 de dezembro, Tito de Morais põe-se em contacto com Sertório e com Delgado e dá resposta para Roma. Quanto à garantia da deslocação de Humberto Delgado o assunto continuava complicado. O general procurara primeiro arranjar passaporte falso, concentrando depois em tratar de passaporte brasileiro para estrangeiros, ou seja, sem possibilidade de retorno. Sem conseguir, mesmo assim, resolver o assunto[357]. A carta que Ruivo referira terem enviado ao general por intermédio do advogado e que, supostamente, ajudaria a desbloquear os obstáculos à sua saída do Brasil também ainda não tinha chegado. Estes mantinham-se, apesar da disposição do visado de se transferir para onde lhe garantissem a subsistência. Já a presença de Luís Gomes apenas dali a uma semana teria notícias,

[354] Carta de Mário Ruivo a Manuel Tito de Morais, Roma, 25 de novembro de 1962 – carta cifrada. APTM.
[355] Cal Brandão era um dos mais ativos e membros do círculo oposicionista do Porto. Membro do Directório Democrato-Social desde a sua formação, foi, em 1961, um dos subscritores do *Programa para a Democratização da República*, estando agora próximo do grupo informal que Mário Soares liderava.
[356] *Idem*.
[357] Cartas de Humberto Delgado para Manuel Sertório, 25 de outubro de 1962 e 6 de dezembro de 1962. Manuel Sertório, *op. cit.*, p. 140-141 e 148-151.

mas supunha estar garantida, a menos que o PCP interferisse. O próprio Tito de Morais apenas poderia comparecer se o emprego prometido em Marrocos se concretizasse[358].

Relativamente ao dinheiro para as viagens teriam dificuldades em reunir o necessário à deslocação, mas envidariam todos os esforços[359]. Esforços que dão resultados a tempo da Conferência de Paris, logo informarão[360].

Porém, ninguém se conseguirá deslocar atempadamente: Humberto Delgado vê recusado o passaporte depois da promessa de o ter; Manuel Sertório é designado representante do grupo, decisão rebatida pelos responsáveis do PCP, que impõem Rui Luís Gomes; este, que não fora consultado, está afinal impossibilitado de se ausentar por compromissos profissionais; é já tarde demais para conseguir bilhete para Sertório[361].

Estas ausências não são o único contratempo da organização da Conferência para a Amnistia dos Presos e Exilados Políticos Portugueses, que tem, na realidade, projeção bastante limitada[362]. Sem que isso abata os ânimos dos mais empenhados na realização da Conferência da Oposição.

Para lá das dificuldades em assegurar as ditas participações *mínimas*. Do Brasil, se a 12 de dezembro Sertório dava como certa a comparência de Luís Gomes e Delgado, somente três dias mais tarde Tito de Morais reputa a última de praticamente impossível[363]. Confirmam-se sim as presenças do advogado e do engenheiro[364]. De Portugal, "*a notícia da fraqueza de ânimo*" quanto à viabilidade da deslocação faz temer o pior. Numa derradeira pressão junto de Soares, reitera-se a imprescindibilidade da presença do interior: têm como certas as participações do próprio Soares, de Lino Neto e de Cal Brandão; gostariam da presença de outro elemento do Porto; junto de Azevedo Gomes e, especialmente, de Dias Amado novas diligências se deveriam fazer[365].

---

[358] Carta de Manuel Tito de Morais a Mário Ruivo, S. Paulo, 4 de dezembro de 1962. APTM.
[359] *Idem*.
[360] Carta de Manuel Sertório a António Brotas, S. Paulo, 12 de dezembro de 1962. CD 25A, MS – Corresp 312.
[361] *Idem*.
[362] Depoimento escrito de António Brotas entregue à autora, agosto de 2007.
[363] Carta de Manuel Tito de Morais a Mário Ruivo, S. Paulo, 15 de dezembro de 1962. APTM.
[364] Partem a 26 de dezembro diretamente para Roma. *Idem*.
[365] Cartas de Francisco Ramos da Costa [Teixeira] a Mário Soares [Carlos], Paris, 20 de dezembro de 1962 e de Mário Ruivo [Fernandes] sem destinatário expresso [a Mário Soares], s/d [dezembro de 1962] - cartas cifradas. A&B FMS, 4281.002, ims. 27-28 e 2600.029, im. 5 - cifra in A&B FMS, 2600.029, ims. 7-8.

Paralelamente, contam-se espingardas. Em Paris, debate-se o formato do organismo a constituir e os moldes em que esta criação se deve inserir. Discute-se até a designação que deveria assumir estando, nas vésperas do encontro, reunido o consenso ao redor de "*Junta Nacional Independente de Libertação*". Os mais diretamente envolvidos auscultam os seus companheiros políticos sobre o que se vai desenhando, averiguando sensibilidades e procurando acautelar eventuais divergências.

Como já se referiu, os comunistas tentam congregar apoios para a ideia de formar uma Junta Central de Acção Patriótica no estrangeiro, organismo que deveria obedecer ao mandato estrito do seu congénere do interior, pondo de lado qualquer laivo de independência ou de direção[366].

Os sectores não comunistas preferem igualmente a criação de uma estrutura – um *Bureau* Político – de âmbito unitário, ainda que desejem uma estrutura menos dependente e, logo, mais operativa. Mas estão dispostos a avançar com ou sem o PCP, seja "*em nome da JAP (de uma frente unida portanto) se nesse sentido houver acordo na reunião do exterior, ou em nome da R.[esistência] R.[epublicana] ou das forças de oposição que nisso concordem caso contrário*", como esclarece Lopes Cardoso ao seu companheiro da Acção Socialista Carlos Veiga Pereira, nas vésperas da Conferência[367].

A Resistência Republicana encontrava-se então em pleno processo de reformulação programática, condição para o alargamento de influência pretendido pelo seu núcleo inicial. Desde que fora criado o grupo funcionava como uma tertúlia restrita e informal, na qual participavam, maioritariamente, elementos recém-saídos das fileiras comunistas e outros envolvidos na tentativa gorada de reorganizar o quadrante socialista na década de quarenta. Sentindo necessidade de alargar a sua audiência, aproximara-se da oposição republicana liberal reunida na Acção Democrato-Social, querendo, num segundo momento, aglutinar também os socialistas de esquerda da *Seara Nova*/Acção Socialista. Essa aproximação arrancara durante o debate do *Programa para a Democratização da República*, em 1960/61, quando a comissão de redação do documento, formada por membros da RR, procurara conseguir a subscrição do mesmo pelos socialistas de esquerda. Vários dos envolvidos nessa dinâmica vêem-se entretanto

[366] Carta de Manuel Tito de Morais a Fernando Piteira Santos, 1 de dezembro de 1962. APTM.
[367] Carta de Lopes Cardoso a Carlos Veiga Pereira, 23 de dezembro de 1962. CD 25A, LC.

forçados ao exílio e os que se concentram em Paris continuam a partir daí o diálogo, que se alarga a outros emigrados políticos[368].

Por sua vez, Humberto Delgado determina a formação de "*um governo provisório no exílio*" como objetivo último[369].

Finalmente, às 10.30h da manhã de 28 de dezembro de 1962, em Roma, tem início a Conferência das Forças Antifascistas Portuguesas. Presentes estão Álvaro Cunhal, António Lopes Cardoso, Fernando Piteira Santos, Francisco Ramos da Costa, Manuel Sertório, Manuel Tito de Morais e Mário Ruivo[370]. Na presidência, Tito de Morais saúda os participantes:

> *"A realização deste encontro constitui, no meu entender, um passo decisivo na luta que travamos contra o fascismo salazarista. É o resultado de esforços desenvolvidos desde há muito tempo por combatentes da democracia em diversas partes do mundo. Nele deposito, nele depositam milhares de democratas, as suas melhores esperanças. Oxalá possamos tirar dele, como sinceramente o espero, todas as consequências válidas que nos pode proporcionar. […] As resoluções que aqui tomarmos terão uma importância fundamental para o desenrolar futuro da nossa luta. Esta realidade me parece, amigos, tem de estar sempre presente durante as nossas discussões para que as possamos levar a bom termo."*[371]

Segue-se a definição da ordem de trabalhos, equacionando-se duas propostas, uma da autoria de Piteira Santos, Ramos da Costa e Lopes Cardoso e outra de Sertório, sendo aprovada a primeira[372].

Começa-se pela análise da própria reunião. Interessa sobretudo conhecer as razões da ausência dos elementos do interior, avaliar a representatividade da conferência e as responsabilidades que poderá assumir. De facto, à exceção de Mário Ruivo, todos os restantes participantes são exilados. Nem um dos delegados internos, mesmo os

---

[368] Nas reuniões RR em Paris participam, pelo menos, Lopes Cardoso, Rui Cabeçadas (ambos do grupo Seara Nova/Acção Socialista), Piteira (do núcleo fundador da RR), António José Saraiva (em rutura com o PCP) e José Carlos Ferreira de Almeida (cuja filiação política não foi possível apurar). Fernanda Lopes Cardoso, *Lopes Cardoso. Intervenções Parlamentares. Testemunho Sobre a Coerência de um Percurso*, Lisboa, Assembleia da República, 2003. Sobre a reorganização do campo socialista moderado, Susana Martins, *Socialistas na Oposição* ...

[369] Directiva n.º 10/62, dirigida por Delgado a Sertório, Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1962. CD 25A, MS – Humberto Delgado 1 – 1962, Diversos 9.

[370] Em todos os documentos públicos, a data apontada é a de 19 a 21 de dezembro de 1962, incorreção que pretenderia salvaguardar os participantes do encontro.

[371] "Intervenção para o encontro de 28 de Dezembro de 1962", s/d [12-1962]. APTM.

[372] CD 25A, MS – FPLN, I Conferência, Textos Diversos 9 (ordem de trabalhos aprovada); Apontamentos 5 (ordem de trabalhos rejeitada).

"confirmados", se tinha afinal deslocado. Quando o aval e o derradeiro incentivo tinham daí partido. A denúncia de alguns destes – Mário Soares, Francisco Lino Neto e Luís Dias Amado – como membros da Junta Central de Acção Patriótica e a intensificação da vigilância policial daí decorrente, para não falar da real ameaça de prisão, explicam a ausência[373]. Ao menos de parte deles.

Também ausentes duas das personagens mais emblemáticas no exílio – Delgado e Luís Gomes. A 4 de dezembro, o general recebera nota do Ministério do Interior brasileiro informando da concessão de "passaporte para estrangeiro", ou seja, sem possibilidade de regresso. No entanto, a 12 seguinte, uma nova nota cancelara a autorização. O professor vira-se impedido por contingências profissionais inadiáveis.

Incomparência que ambos procuram compensar, Delgado creditando Manuel Sertório como seu delegado e fazendo-o porta-voz das suas expectativas quanto aos resultados do encontro:

> *"Prevejo que da conferência resulte: […] O plano da minha deslocação, do Dr. Manuel Sertório e de, inicialmente, pelo menos mais dois elementos, com a finalidade de nos instalarmos na Europa ou em África, como embrião da prevista J.N.I.L. (Junta Nacional Independente de Libertação) por sua vez embrião de um governo provisório no exílio. Conhece o Dr. M.S. [Manuel Sertório] certas promessas – por agora teóricas – que vieram do Porto, no que respeita a ajuda financeira para deslocações e manutenção."*[374].

Ruy Luís Gomes enviando telegrama de apoio à "*necessária*" unidade "*na base [das] liberdades democráticas e [da] libertação [dos] povos coloniais*"[375].

Os mandatários do núcleo brasileiro são ainda portadores do manifesto "*Delgadus Deledum Est*" [Delgado está morto], subscrito, entre outros, por Cunha Rego, Casais Monteiro, Pedroso de Lima, Jorge de Sena ou os irmãos Sarmento

[373] "I Conferência da FPLN... CD 25A, MS – FPLN/I Conferência 1962/Apontamentos, Doc 1. O representante da RR e dos católicos, saberão mais tarde, é impedido de abandonar o país por intervenção da PIDE, sendo impossível designar substituto capaz em tempo útil. Carta cifrada da Resistência Republicana do interior (não assinada) dirigida a Piteira Santos, Ramos da Costa e Tito de Morais, 28 de janeiro de 1963. A&B FMS, 4281.003, ims. 3-6.

[374] Credencial de Humberto Delgado, Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1962 e Directiva n.º 10/62, dirigida por Delgado a Sertório, Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1962. CD 25A, MS – Humberto Delgado 1 – 1962, Diversos 7 e 9.

[375] O telegrama é também assinado por José Morgado e dirigido a Manuel Sertório. Recife, 24 de dezembro de 1962. CD 25A, MS – FPLN / I Conferência Roma 1962 / Corresp 1.

Pimentel, libelo acusatório a Humberto Delgado justificativo de indicação complementar à unidade: que da sua direção deveria ser excluído o general[376].

Porém, se as várias correntes do exílio brasileiro estão direta ou indiretamente representadas, o mesmo não se pode afirmar da oposição em Portugal ou de outros grupos de democratas no estrangeiro. Na verdade, o silêncio do interior é o decisivo e mais preocupante. Temos, pois, um grupo restrito de emigrados políticos "*de extrema-esquerda, dos 30 aos 50 anos*", como classifica Sertório. Não obstante, o mesmo Manuel Sertório considera poder este avançar "*conclusões, recomendações e resoluções*", dado corresponder isso às necessidades de todo o povo português[377]. Na linha da declaração inicial de Tito de Morais, corroboradas logo depois por Piteira: a reunião não é representativa, mas pode "*contrair responsabilidades*"[378].

Retomando os trabalhos da assembleia, a sessão da tarde do primeiro dia, dirigida por Álvaro Cunhal, é dedicada a declarações de carácter geral por cada um dos participantes, às quais se segue a avaliação da situação da ditadura portuguesa no contexto mundial e da "*unidade da luta anti-fascista e anti-imperialista*", durante a tarde e noite desse dia e a manhã do seguinte[379].

No que respeita à questão colonial, unanimidade no lamento da posição tímida e pouco corajosa de parte da oposição portuguesa, sublinhando Sertório a necessidade de promover contactos com os nacionalistas e a falta de solidariedade com estes em ações concretas que, acrescenta Piteira, deveriam ir "*até à sabotagem*". Ainda Piteira informa do encontro com a FUA no mês anterior e do desejo por esta expresso de assinar declaração conjunta com a oposição, intenção de que Cunhal duvida por considerar não passar de um jogo comum a todos os nacionalistas com único intuito de pressionar o governo a negociar com eles.

A criação de um organismo coordenador e representativo da Frente no exterior começa a ser discutida na sessão da tarde do dia 29, sob a presidência de Francisco

[376] O teor do documento apenas é possível apurar pelas referências que lhe vão sendo feitas, pressupondo-se incidir no comportamento de Delgado no exílio brasileiro, ilustrativo de como atuaria à frente do futuro organismo. Uma das referências é feita em carta de Victor da Cunha Rego a José Ervedosa, Belgrado, 21 de janeiro de 1965 – anexada a carta de Cunha Rego para Francisco Ramos da Costa, 26 de janeiro de 1965. A&B FMS, 4279.001, ims. 90-92 e 89.
[377] "I Conferência da FPLN... CD 25A, MS – FPLN/I Conferência 1962/Apontamentos, Doc 1.
[378] *Idem*.
[379] Ordem de trabalhos. CD 25A, MS – FPLN, I Conferência, Textos Diversos 9.

Ramos da Costa, e prolonga-se pela noite desse dia, agora com a direção dos trabalhos entregue a Lopes Cardoso.

A instalação de *bureau* é o primeiro subponto, tomando desde logo a palavra Piteira Santos para transmitir os resultados dos seus contactos na Argélia e frisar a necessidade de vitalizar a luta exterior, fora da alçada da repressão, estando embora a direção da luta em Portugal.

Mas que forma deveria tomar esse organismo em nome do qual se criaria o *bureau*? Sertório defende a constituição de um comando insurrecional, que se transformasse na direção nacional da luta. Por seu turno, Cunhal propõe antes a atribuição de um nome ao movimento das JAP's e a formação de um conselho consultivo desse movimento composto por oposicionistas no país e no estrangeiro. Alvitre de imediato contestado por Manuel Sertório: o que é essencial é um Secretariado Exterior executivo para desenvolver a diplomacia do movimento e cuja "*única representatividade real […] será a <u>acção</u> desenvolvida no interior*"[380]. Na sua intervenção, o secretário-geral comunista aproveita também para responder pela primeira vez às várias críticas dirigidas ao PCP e para informar da disposição do Comité Central do PCP em ceder meia hora de emissão da rádio *Portugal Livre* ao movimento unitário.

Passa-se a equacionar o local onde se instalaria a base de trabalho, as suas atribuições e a sua composição. França, Itália e Argélia são as opções, avança Cunhal. Sublinhando a insegurança pessoal ainda vivida na Argélia e as potenciais pressões a que aí poderiam ficar sujeitos, advoga o funcionamento secreto em França ou na Itália, pensado ser possível assegurar a manutenção financeira neste último país junto do PCI, à semelhança do que faziam os africanos. Piteira detalha um pouco mais das condições oferecidas na Argélia. Procurando resolver o impasse, Álvaro Cunhal sugere que se desenvolvam novas diligências nos dois locais preferenciais, se constitua no imediato uma comissão provisória em Paris direcionada para a recolha de fundos e a averiguação de possibilidades de colocação profissional e se consulte o interior, conforme tinha já sido proposto por Mário Ruivo e aceite por todos. Porque, salienta Cunhal, é imprescindível resolver primeiro o problema interno, para que o organismo no exterior não seja ou não se arrogue o papel diretivo.

[380] "I Conferência da FPLN... Sublinhado no original. CD 25A, MS – FPLN/I Conferência 1962/Apontamentos, Doc 1.

Quanto às funções a exercer pelo novo organismo, Sertório resume-as ao trabalho diplomático antes referido, acrescentando o dever de manter alguma imprensa e uma rádio a funcionar. Ramos da Costa lembra a necessidade de centralizar as informações chegadas de Portugal. Piteira especifica, em jeito de súmula: coordenar as oposições no exterior, controlar o *bureau*, desenvolver relações internacionais com Estados e relações políticas com entidades partidárias e outras organizações de teor similar, assegurar boletim informativo e emissões de uma rádio.

Parte do serão do dia 29 e as sessões da manhã e da tarde do dia 30 são ocupadas com a análise do momento político português[381]. Começando pelo ponto de situação do movimento das JAP's: existência da JAP de Lisboa e de JAP's de base; funcionamento irregular da Junta Central (sem se reunir desde o falhanço de Beja a julho de 1962, novamente sem reunir há dois meses); desmantelamento das JAP's de Aveiro e do Porto.

Ensaia-se depois a identificação das razões para a permanência da ditadura e para a incapacidade organizativa da oposição, passando, por fim e mais demoradamente, ao debate das formas de luta a adotar.

Piteira Santos é o primeiro a falar de "*acções de sabotagem*" a propósito do auxílio aos movimentos de libertação das colónias portuguesas. Retoma agora o assunto, esclarecendo: "*devem criar-se grupos armados, precariamente ou não. […] Não é justo o princípio de que "as armas estão nos quartéis"*". Fala concretamente da destruição de carregamentos de armas para Angola como uma das "*acções militares especiais*" que se poderiam levar a cabo.

O derrube do regime não se fará senão por um "*choque violento*", é também essa a convicção de Álvaro Cunhal. Seja ele protagonizado por militares, seja ele um movimento de massas, seja, finalmente, um movimento militar com apoio de grupos civis armados. Importante é "*amadurecer uma situação que ponha na ordem do dia o choque violento*", importante é "*que as forças democráticas estejam preparadas para aproveitar a situação*". Há, pois, que definir um plano tático, o momento da "*passagem de formas mais elementares de luta para outras superiores*". O PCP concorda com um braço armado da oposição, esclarece o secretário-geral, há que preparar pessoas em diferentes áreas técnicas que possam avançar quando se der o urgente "*assalto ao*

[381] Piteira Santos preside à mesa da manhã e Tito de Morais à da tarde.

poder". Sem que isso signifique menosprezar o exército regular, pelo contrário, defende que se invista no recrutamento no seu interior, que se conduzam milicianos oposicionistas para postos de importância estratégica, que se preservem os oficiais demitidos em lugar de os queimar em conspirações e trabalho político.

Manuel Sertório acentua a necessidade de associar luta legal ou semilegal com luta ilegal, de criar os "*grupos especializados*" dentro dos "*movimentos legais espontâneos*", evitando a criação redundante de outro movimento paralelo. Nesse sentido, defende a alteração da definição da JAP, que deveria passar a ser a de "*organismos de direcção e execução política nos diversos tipos de acção clandestinas adequadas ao derrubamento do fascismo em Portugal, que devem estabelecer a articulação desses tipos de acção com as acções pacíficas e de tipo legal ou semi-legal e criar dentro de si próprias os quadros técnicos necessários (civis e militares) para a realização das tarefas especializadas*", proposta que é aceite[382].

Com Cunhal na presidência, a última sessão dos trabalhos é dedicada à redação e discussão da ata da conferência, do comunicado a divulgar e de missiva a enviar a Humberto Delgado[383].

O problema da organização do movimento nacional antifascista ocupa parte substancial das "*conclusões, recomendações e resoluções*" emanadas do encontro. Considera-se, antes de mais, ser o conjunto das Juntas de Acção Patriótica e a Junta Patriótica Central – "*organismo superior de coordenação da actividade dos diversos sectores da Oposição*" – a base do movimento oposicionista, "*pela sua importância para a unidade das forças democráticas no interior e pelo prestígio que conquistaram nos meios democráticos no estrangeiro*", que deveriam estruturar-se à escala nacional, as primeiras, e tornar-se mais representativa e funcionar de forma permanente, a segunda[384]. Movimento que passaria a designar-se de "*Frente Patriótica de Libertação Nacional*" e junto do qual seria criado um Conselho "*bastante mais amplo que a Junta*

[382] "I Conferência da FPLN... CD 25A, MS – FPLN/I Conferência 1962/Apontamentos 1.
[383] Manuel Sertório havia preparado anteriormente um conjunto de documentação para por à disposição dos presentes, uma espécie de versões provisórias dos documentos que entendia deverem sair da conferência. Entre esta, manifestos a dirigir aos portugueses, "aos democratas portugueses expatriados", às organizações nacionalistas das colónias portuguesas, à opinião pública mundial e ao secretário-geral e chefes de todas as missões diplomáticas na ONU. Todos entregues a Cunhal, Piteira e Ramos da Costa no dia 30 de dezembro, segundo inscrição manuscrita nos mesmos. CD 25A, MS – FPLN / I Conferência / Apontamentos, 6-1 e 6-2 e Textos Diversos 8, 7 e 6. Levava ainda uma proposta de comunicado do encontro, que será substituída. CD 25A, MS – FPLN / I Conferência / Apontamentos 6. À carta dirigida a Delgado referir-nos-emos no capítulo seguinte.
[384] "Conferência das Forças Anti-Fascistas Portuguesas", s/d. CD 25A, LC.

Patriótica Central, constituído por democratas que lutam no interior e por outros que actuam no estrangeiro, Conselho que, sem necessariamente realizar reuniões plenárias, possa agir como organismo consultivo em relação às grandes linhas de acção política do movimento unitário"[385].

Às JAP´s cabe a "*direcção geral do movimento anti-fascista em todas as suas formas de actuação*" – legais, semilegais e ilegais –, devendo tomar a iniciativa de criar organismos que as dirijam ou cooperar com os que se criem sem sua intervenção[386]. Para todas estas formas de luta é fundamental a mobilização popular de massas, sendo "*de encarar, em conjugação […], ao serviço deste e com o objectivo de o estimular, acções de tipo especial de agitação, defesa e auto-defesa, e mesmo acções ofensivas contra o aparelho de repressão e propaganda fascista, para o que a FPLN deverá promover a criação de organismos adequados submetidos à direcção política das JAP*"[387]. Em paralelo, e por se reconhecer a sua "*decisiva importância*", todos os esforços se devem empreender para a "*formação de uma forte organização nas forças armadas enquadrada na FPLN*", embora "*com relativa autonomia*"[388].

Finalmente, sublinhar a indispensabilidade de garantir recursos técnicos, financeiros e humanos para o eficaz funcionamento do movimento unitário. Movimento que se deseja sempre mais forte, meta para a qual contribui "*o reforço de cada um dos partidos, agrupamentos e sectores aderentes*", como não esquecem de salientar, individualizando a declaração em ponto aparte.

Ainda relativamente à organização, propõe-se "*constituir no estrangeiro uma Comissão Delegada da FPLN ligada ao movimento do interior e sob direcção da Junta Patriótica Central*", que se encarregaria de promover "*contactos, ligações e diligências no interesse geral do movimento*", "*formas práticas de ajuda à luta do povo Português*" e "*a edição no estrangeiro de publicações informativas da FPLN e a instalação de uma emissora da FPLN*"[389]. Ressalvando, todavia, que aos diferentes núcleos de democratas continuaria a caber "*no fundamental*" o esclarecimento e a mobilização da opinião pública do país onde estão radicados. Para arrancar com "*os trabalhos preparatórios*",

[385] *Idem*.
[386] *Ibidem*.
[387] *Ibidem*.
[388] *Ibidem*.
[389] *Ibidem*.

tal comissão é formada de imediato "*a título provisório*", aguardando nessa condição a aprovação da Junta Patriótica Central[390].

Os dois últimos pontos do documento são dedicados a questões programáticas: o problema colonial e o Mercado Comum Europeu.

Sobre o primeiro "*consideram que o movimento unitário da Oposição deve reafirmar o reconhecimento do direito dos povos das colónias portuguesas à autodeterminação e à independência*", intensificando a sua ação contra a política colonial do regime, seja na defesa da "*cessação imediata das operações militares em Angola*" e da "*necessidade de abertura de negociações com as organizações nacionalistas africanas*", seja pugnando pelo "*estabelecimento das liberdades democráticas nas colónias portuguesas*" e pela "*libertação imediata de todos os presos políticos*" delas oriundos[391]. E, porque é comum a luta contra a "*ditadura fascista e colonialista de Salazar*", advogam a manutenção de contactos regulares da FPLN com as organizações nacionalistas, bem como a cooperação e a negociação com estas[392].

Quanto ao Mercado Comum, recusam a entrada da ditadura portuguesa no organismo, embora deixem uma posição definitiva sobre a matéria entregue ao escrutínio popular no futuro Portugal democrático.

Finalmente, em documento reservado os participantes dão nota de mais dois pontos. No primeiro reconhece-se a ausência de alguns sectores oposicionistas no encontro e a limitação de âmbito daí decorrente, mas sublinha-se ser a Conferência "*suficientemente representativa para chegar a conclusões capazes de influírem favoravelmente na consolidação e desenvolvimento do movimento democrático no interior e nos meios democráticos no estrangeiro*", razão pela qual deram continuidade aos trabalhos "*procurando chegar a opiniões comuns de que resultassem conclusões, recomendações e resoluções, de carácter executório sempre que possível*"[393].

No segundo e último item esclarecem-se as medidas preparatórias imediatas para "*a criação da Comissão Delegada no estrangeiro da FPLN*": constituição de uma Comissão provisória em local não identificado, que deveria levar a cabo diligências noutros dois locais apurando condições de instalação e outras formas de ajuda, angariar

[390] *Ibidem*.
[391] *Ibidem*.
[392] *Ibidem*.
[393] "Conferência das Forças Anti-Fascistas Portuguesas. Reservado", s/d. APHS.

recursos financeiros e iniciar o planeamento do futuro trabalho da Comissão. Da Comissão Delegada Provisória fariam parte António Lopes Cardoso, Fernando Piteira Santos, Rui Cabeçadas e um representante do PCP. Para o apuramento das condições de trabalho "*em Y e Z*" são designados Mário Ruivo e Manuel Tito de Morais.

Os trabalhos encerram pelas 4.30h do último dia de 1962.

II Capítulo

A instalação do secretariado da FPLN no exterior

O arranque da Comissão Delegada Provisória

Realizada a I Conferência, a tarefa imediata dos participantes é informar em detalhe a oposição no interior, os meios de comunicação estrangeiros e os núcleos de exilados lusos dos seus resultados.

Manuel Sertório dirige-se a Inglaterra. A 7 de janeiro encontra-se com elementos da oposição portuguesa residente em Londres, a quem transmite os resultados da assembleia magna. Dois dias depois, dá uma conferência de imprensa sob o patrocínio do Council for Freedom of Portugal and Colonies. Presentes estão cerca de 30 jornalistas, da imprensa britânica, de alguns jornais estrangeiros e de agências internacionais. É entregue uma declaração divulgando a realização de uma Conferência das Forças da Oposição portuguesa, onde se decidira manter a unidade oposicionista numa Frente Patriótica de Libertação Nacional. Essa Frente teria como objetivos centrais o derrube da ditadura e a instauração de uma democracia em Portugal, sendo a sua direção entregue à Junta Patriótica Central, fixada no interior, que criaria no estrangeiro uma delegação cuja composição e localização seriam oportunamente anunciadas. O documento pronuncia-se ainda sobre o conflito em território angolano, reconhecendo a urgência em restabelecer a paz e o direito à autodeterminação e independência das várias colónias portuguesas.

Logo depois, Sertório regressa ao Brasil. À chegada, a 11 de janeiro, dá nova conferência de imprensa. O encontro fora convocado por Humberto Delgado, embora a notícia da criação da FPLN tivesse já merecido "*suficiente relevo*" na imprensa local e na América Latina em geral[394]. Na verdade, o intuito principal da paragem no Rio de Janeiro é o de comunicar pessoalmente as resoluções de Roma ao general e entregar-lhe missiva dos participantes na mesma[395]. Na carta é saudado "*o valoroso dirigente da Oposição*", lamentavelmente ausente do encontro e assim impedido de dar a sua

[394] Carta de Manuel Sertório a Piteira Santos, S. Paulo, 13 de fevereiro de 1963. CD 25A, PS – Corresp 37.
[395] O apanhado da informação transmitida é feito por Humberto Delgado em documento datado de 11 de janeiro de 1963, com a chancela do MNI. CD 25A, MS – H. Delgado 1 – 1963 / Diversos 2.

"*importante contribuição*", a quem solicitam as "*indispensáveis*" apreciações ao decidido[396].

António Lopes Cardoso, Fernando Piteira Santos e Francisco Ramos da Costa regressam a Paris, os dois primeiros na qualidade de membros da Comissão Delegada Provisória.

O engenheiro agrónomo Lopes Cardoso iniciara uma atividade política mais sistemática por 1957/58, altura em que ingressara no corpo redatorial da revista *Seara Nova* e dera a sua adesão à sua "vertente política", a Acção Socialista. É já nesta qualidade que apoiara a candidatura de Humberto Delgado em 1958 e que, a partir de 1960, integrara a Junta Patriótica Central, cabendo-lhe a responsabilidade dos contactos com os militares. Pela mesma altura em que se desenrolava o intenso debate em torno do *Programa para a Democratização da República*, que, à semelhança da esmagadora maioria dos membros da sua corrente política, acabou por recusar subscrever. Ainda em 1961, empenhara-se a fundo na constituição das listas oposicionistas às eleições para a Assembleia Nacional desse ano e participara nos preparativos da revolta de Beja, sendo preso na repressão que se lhe seguiu. Libertado sob caução por razões de saúde e sem se sentir a salvo de uma nova prisão, partira para o exílio em setembro de 1962, fixando-se inicialmente em Paris.

Na capital francesa estão outros dois membros do organismo interino: Rui Cabeçadas, enquanto delegado *oficioso* da Acção Socialista/Resistência Republicana e «Monteiro», pseudónimo de Joaquim Gomes, designado representante do PCP na mesma Comissão.

Rui Cabeçadas iniciara-se nas lides oposicionistas como dirigente estudantil em meados da década de cinquenta, altura em que também fora membro do executivo universitário do MUD Juvenil. Em 1957/58, já advogado, fora um dos elementos da nova geração recrutada por Manuel Sertório para a redação da revista *Seara Nova*, que se vinha afirmando no panorama da esquerda socialista, aglutinada sob a sigla da Acção Socialista. Nesse contexto, envolvera-se profundamente nas negociações conducentes à constituição das listas de candidatos oposicionistas às eleições para a Assembleia Nacional de 1957, de que fizera parte. No ano seguinte, aparecera como membro da comissão de juventude da candidatura de Humberto Delgado, em consequência do que

[396] Manuel Sertório, *Humberto Delgado – 70 Cartas Inéditas*, Lisboa, Publicações Alfa, 1990, p. 163.

fora preso nas vésperas das eleições e durante pouco mais de um mês. Envolvera-se entretanto na gorada conspiração da Sé, integrara o movimento das JAP's e representara o núcleo *Seara Nova*/Acção Socialista na discussão do *Programa para a Democratização da República*, que não subscreveu seguindo a indicação da sua corrente política. Terá sido precisamente a perseguição aos envolvidos na elaboração do documento a empurrá-lo para o exílio, em setembro de 1961, primeiro em Londres e, a partir de março de 1962, em Paris. Aqui participara nos preparativos e debates que haviam antecedido a realização da Conferência e nas movimentações que visavam a reformulação da Resistência Republicana.

Militante do PCP desde 1934 e seu funcionário desde 1952, Joaquim Gomes fora cooptado para o Comité Central em meados de 1955, tornando-se membro efetivo do organismo no V congresso do PCP, em setembro de 1957. Nas eleições presidenciais de 1958 tivera importante papel na decisão do partido retirar a candidatura de Arlindo Vicente e apoiar a de Humberto Delgado, então já como elemento da Comissão Política do Comité Central e, nessa qualidade, responsável pela organização partidária no Norte do país. Preso no final de 1958, fora transferido para a cadeia do Forte de Peniche a 28 de janeiro de 1959 e daí se evadira nos primeiros dias do ano seguinte, numa das fugas mais famosas das prisões políticas portuguesas. Reintegrado na Comissão Política e no Secretariado do Comité Central em fevereiro de 1960, permanecera no país até meados de 1962, quando fora decidido pô-lo a salvo no exterior. Instalara-se em Paris, onde ainda se encontrava. Era, pois, um dos mais importantes quadros do partido[397].

Nos primeiros dias de janeiro a Comissão Provisória começa a funcionar. Angariar dinheiro é um dos assuntos prementes. Os comunistas põem desde logo à disposição uma quantia "*relativamente elevada*", contudo insuficiente atendendo às enormes despesas esperadas[398]. Cabe aos restantes intercederem junto de companheiros próximos. E sensibilizá-los para o ascendente político que poderia advir dessa ajuda monetária. Como sublinha Lopes Cardoso a Carlos Veiga Pereira:

> *"Seria ainda interessante que as contribuições obtidas embora destinadas ao movimento unitário fossem canalizadas por nós [Grupo Seara Nova] - é essa uma*

[397] Nota biográfica com base em João Madeira, *op. cit.*
[398] Carta de Lopes Cardoso a Carlos Veiga Pereira, Paris, 6 de janeiro de 1963. CD 25A, LC.

forma de nos prestigiarmos dentro desse movimento e nele consolidarmos a nossa audiência."[399]

Entre os exilados na capital francesa recolhem "*milhares de francos antigos*"[400], mas a falta de recursos financeiros continua a ser um problema.

No campo da propaganda, procede-se à tiragem do comunicado emanado da Conferência em português e em francês. Começar a planear o trabalho da Comissão Delegada definitiva é ainda outra das tarefas que haviam sido destinadas à Comissão Delegada Provisória, para o que é essencial instalar a sua sede e, evidentemente, escolher o local.

Argel ou Roma?

Em meados de janeiro, Manuel Tito de Morais segue para a Argélia. Como vimos no capítulo anterior, pelo menos desde junho de 1962, Tito de Morais equacionava a possibilidade de encontrar colocação profissional em Paris, passando depois a explorar a hipótese de Marrocos e por fim da Argélia. Pretende fugir do intrincado exílio brasileiro, quer aproximar-se de Portugal, procura uma maior intervenção política. Quando vem para a Conferência de Roma, já não pensa regressar ao Brasil e tem a Argélia como destino. É, pois, o homem indicado para se encarregar da missão de avaliar as reais condições oferecidas pelas autoridades argelinas à oposição portuguesa, embora não tenha sido designado membro da Comissão Delegada Provisória.

A viagem de Tito de Morais é paga pelo governo argelino, no bolso leva os fundos arrecadados entre a comunidade portuguesa exilada em Paris, na bagagem as informações e contactos transmitidos por Piteira Santos e uma carta deste dirigida ao presidente Ben Bella. À chegada a Argel, é recebido pelo casal Carlos e Patrícia Lança e pelo médico Quintino de Barros.

Os primeiros tinham-se estabelecido em Rabat pelo Verão de 1962, vindos de Inglaterra. Militante do PCP na juventude, Carlos Lança vivera uns anos em Moçambique e aí se envolvera na luta nacionalista e formara o Movimento Democrático de Moçambique, um incipiente e reduzido grupo que reúne brancos anticolonialistas e

[399] *Idem*.
[400] Carta de Piteira Santos a Manuel Sertório, Paris, 2 de fevereiro de 1963. CD 25A, PS – Corresp 34.

que se desagrega em pouco tempo. Com a ida para Marrocos pretende aproximar-se de Marcelino dos Santos e com ele colaborar no seio da CONCP, para logo se afastar e passar a atuar como franco-atirador[401].

Patrícia McGowan Pinheiro ou Patrícia Lança militara igualmente no Partido Comunista Britânico na década de quarenta, entrando em rutura em meados da década seguinte. Interessada pela questão portuguesa, começa a colaborar com o núcleo oposicionista londrino, contribuindo por exemplo para a formação do Council for Freedom in Portugal and Colonies, no final de 1960, grupo informal de parlamentares, juristas e jornalistas que se reúnem com certa regularidade para discutir a situação portuguesa, ou para a edição do *Portuguese and Colonial Bulletin*, cujo primeiro número sai em fevereiro de 1961, sendo ainda coautora do livro *Oldest Ally: A Portrait of Salazar's Portugal*, também publicado nesse ano[402]. Entretanto, centra a sua atenção no problema colonial, mantendo contacto com alguns dirigentes dos movimentos nacionalistas das colónias portuguesas e com outros elementos interessados no movimento anticolonial, entre eles gente ligada aos *réseaux de soutien* à luta argelina, que a desafiam a fixar-se em Marrocos.

É aí que o casal é apresentado a Jacques Vergès, recentemente nomeado diretor do *Révolution Africaine*, publicação financiada pela FLN que seria brevemente lançada, por quem é convidado a integrar o quadro redatorial do semanário. Aceite o convite, rumam a Argel nos finais de outubro de 1962 em Argel[403].

Por seu turno, Quintino de Barros e a sua família fixam-se na Argélia nos inícios de dezembro de 1962. A saída de Portugal dera-se na sequência dos rumores de que iria haver uma reinspecção aos médicos, antes considerados isentos de serviço militar, no primeiro semestre de 1963. Participar na guerra colonial é hipótese terminantemente recusada, pelo que abandona o território nacional no início do Verão de 1962. Passa 2 ou 3 meses em Paris e, por setembro, segue para Marrocos, onde residia o seu colega e amigo António Santos Dores. A evolução política na recém-independente Argélia e a falta de quadros técnicos com que se debatia o novo Estado após a retirada súbita e maciça dos franceses aí residentes, fá-lo entretanto ponderar a mudança para esse país.

[401] Patrícia McGowan Pinheiro, *op. cit.*, p. 26 e 132.
[402] Pedro Aires Oliveira, *op. cit.*
[403] Patrícia McGowan Pinheiro, *op. cit.* e Patrícia McGowan Pinheiro, "O Viriato que eu conheci" in Edmundo Rocha, Francisco Soares e Moisés Fernandes (orgs.), *Viriato da Cruz: O homem e o mito*, Lisboa, Prefácio, 2008, p. 207-218.

Equacionam seguir idêntico destino o grupo de médicos portugueses que como ele se havia concentrado em Marrocos, mas todos se retraem e Quintino de Barros acaba por partir só[404]. Quando chega Tito de Morais, é a única família portuguesa aí estabelecida[405].

De Paris, poucos dias depois da partida do companheiro, Piteira apressa-se a repetir ou acrescentar recomendações e dados que tomava como relevantes: que em hipótese alguma tomasse partido no diferendo angolano[406]; que não devia esquecer o contacto com Didar Fawzy-Rossano; que utilizasse as cartas de Robert Barrat para conseguir "*outras aberturas*"; que lhe relatasse os contactos com o *Révolution Africaine*; que desse entrevista ao *Al Chaab*, "*prudente em matéria africana, diplomática em matéria argelina, afirmativa quanto à nossa determinação anti-colonialista*"[407]; que procurasse rapidamente a confirmação das promessas feitas[408]. Por outras palavras: retomar as ligações aos *reseaux de soutien* franceses; retomar os contactos com os "conselheiros técnicos" de Ben Bella; dar a conhecer as ideias da Frente nos meios políticos argelinos[409].

Como atrás referimos, com a conquista da independência argelina as redes de solidariedade internacionalistas alargam o seu apoio aos movimentos anticolonialistas e de luta contra as ditaduras europeias e do Terceiro Mundo. O *trotskista* Michel Raptis e o ex-comunista Henri Curiel são dois homens ligados a estas redes e cruciais para a entrada dos portugueses na Argélia. É ao segundo e ao movimento internacionalista por si fundado – o *Solidarité* – que está ligada Didar Fawzy-Rossano, uma comunista egípcia forçada, à semelhança de Curiel, ao exílio em França, onde se empenha na ajuda à luta de libertação argelina. Detida pelas autoridades francesas em resultado das suas atividades, em outubro de 1960, evade-se da prisão no verão do ano seguinte e transfere residência para Marrocos. Aqui estabelece contactos com a CONCP, mais

[404] Cf. ANTT, PIDE/DGS, Quintino de Barros – SC E/GT 3924 (NT 1498) e SC CI(2) 259 (NT 6984) (o segundo cedido pelo próprio); Entrevistas com Quintino de Barros, Lisboa, 26 de janeiro de 2007 e 1 de novembro de 2008.

[405] Utiliza-se aqui a classificação de portugueses apenas para os naturais da metrópole ou envolvidos na luta oposicionista portuguesa. Já nesta altura, e sobretudo mais tarde, muitos outros portugueses das colónias residem ou passam por Argel, sendo aqui identificados como naturais das suas colónias de origem.

[406] O MPLA, a UPA e a FUA disputavam a boa vontade argelina. Sobretudo os dois primeiros pretendiam tornar-se os únicos representantes do povo angolano na Argélia.

[407] Piteira escreve antes *Alchaab*. Jornal argelino fundado a 11 de dezembro de 1962, sob a alçada da Algérie Presse Service.

[408] Carta de Piteira Santos a Tito de Morais, Paris, 23 de janeiro de 1963. APTM.

[409] O título "conselheiro técnico" é utilizado por todos os estrangeiros integrados nos gabinetes ministeriais ou na presidência argelina.

concretamente com Marcelino dos Santos e Aquino de Bragança, encarregando-se da ligação ao Solidarité e a Curiel. Em julho de 1962, segue para a jovem nação argelina, continuando a desempenhar tal papel.

Dentro do princípio de solidariedade com os movimentos de libertação nacional, a Argélia assume particular importância. Ben Bella está igualmente empenhado nessa luta, como amplamente demonstra pela constituição ao nível da presidência de um gabinete destinado às relações com esses movimentos ou pelo auxílio financeiro por si prestado a essa causa por intermédio dos *réseaux*. Além de ter com Fawzy-Rossano um relacionamento fraternal, que o leva por exemplo a envidar todos os esforços para conseguir a libertação do companheiro daquela do cárcere no Egipto. No final de 1962, Didar Fawzy-Rossano integra a equipa de Abdelaziz Bouteflika, responsável pelo que seria o Ministério da Juventude. Encarregue do estudo e organização da ação de voluntariado da juventude, o seu gabinete serve paralelamente de esteio aos movimentos nacionalistas africanos, sendo base de trabalho amplamente utilizada por Henri Curiel nas suas estadias[410].

Robert Barrat é outro importante elemento dos *réseaux*. Secretário-geral do Centre Catholique des Intellectuels Français entre 1950 e 1955, tomara posição pública favorável à independência da Argélia neste último ano. No período da guerra, uma das suas casas serve de refúgio aos militantes da FLN e do *réseau* de Francis Jeanson, de quem é amigo. É ele a apresentar Jeanson a Curiel nos finais de 1957, sendo um dos criadores do Movimento Anticolonialista Francês com o último em 1960. Duas vezes preso pela sua "colaboração com o inimigo", acaba por ser um negociador do fim da guerra, na sua fase não oficial, sendo muito próximo de Ben Bella[411]. Uma das cartas de Robert Barrat é dirigida a Hervé Bourges, seu ex-colega no *Témoignage Chrétien*, igualmente solidário com a luta de libertação argelina e depois da independência consultor técnico da presidência e diretor da Juventude e da Educação Popular.

Uma semana é quanto basta para Tito de Morais atestar as questões mais urgentes: a nível político, com as autorizações para abrir o *bureau* e para o funcionamento de um posto de rádio e o agendamento de audiência com Ben Bella; a

[410] Piteira Santos refere-a como Fawzy Didar. Cf. Didar Fawzy-Rossano, *Mémoires d'une militante communiste (1942-1990). Du Caire à Alger, Paris et Genève*, Paris, L'Harmattan, 1997; Gilles Perrault, *Un Homme a Part*, Paris, Fayard, 2006 (1ª ed 1984).

[411] Cf. Robert Barrat, *Un Journaliste au cœur de la guerre d'Algérie (1954-1962)*, La Tour d'Aigues, Éditions de l'Aube, 2001 e Abdenour Dzanouni, "Denise et Robert Barrat, l'amour du juste" em http://kikuyu.club.fr/archiv/portrai/barrat.html [consultado em 21-10-2008].

nível pessoal, com a sua colocação profissional. As notícias são de imediato transmitidas aos companheiros da Comissão Provisória em Paris e com elas segue uma proposta de orçamento para a atividade do *bureau*, que lhe fora solicitada pelos argelinos.

Da capital francesa, o ponto de situação é feito por Piteira Santos, que se congratula com as novidades, pede outros esclarecimentos e dá novas orientações[412]. O orçamento elaborado por Tito de Morais é aprovado pelos companheiros "parisienses", embora deva ser aumentada a verba para deslocações por ser este um *bureau* da FPLN e não a sede da Comissão Delegada. Quando se refere a "*emissora própria*", questiona se isso significaria montar uma de raiz ou utilizar instalações existentes.

Quer saber que declarações públicas fizera Tito de Morais. As ligações à imprensa argelina são agora uma prioridade. Deveria dar a conhecer o comunicado da Conferência de Roma ao *Al Chaab* e ao *Alger Republicaine*, relembra. Deveria também contactar a equipa do *El Moudjhid*, tentar penetrar no *Ouvrier Algérien*, conseguir publicar notícias "*úteis ao movimento*" através do Algérie Presse Service. O jornalista catalão Eduardo Tell poderia ajudar, tanto no serviço noticioso argelino, onde trabalhava, como no *Ouvrier Algérien*.

Lembrando, mais uma vez, a necessidade de controlar as movimentações e de enquadrar os exilados que acorressem à Argélia: os médicos estabelecidos em Orão, por intermédio de Zulmiro de Almeida; o médico desertor Mário Pádua, empenhado em desenvolver "*trabalho anti-colonialista em enquadramento português*", segundo informações do representante do MPLA em Argel[413]; um jovem estudante de Medicina – Joaquim Branquinho – igualmente desertor que seguira para Argel[414]. Confirmar a atribuição de bolsas de estudo e os cursos a que se destinariam, é prioritário, insiste igualmente Piteira[415]. Como urgente é a entrevista com o presidente argelino, de que solicita pormenores[416].

Uma longa e circunstanciada carta de Tito de Morais datada de 2 de fevereiro de 1963, classificada de confidencial, procura dar todas as explicações. Com ela seguem o

[412] Carta de Piteira Santos a Tito de Morais, Paris, 28 de janeiro de 1963. APTM.
[413] José Eduardo dos Santos, representante do movimento nacionalista angolano desde novembro de 1962 a maio de 1963.
[414] Carta de Piteira Santos a Tito de Morais, Paris, 28 de janeiro de 1963. APTM.
[415] Carta de Piteira Santos a Tito de Morais, Paris, 29 de janeiro de 1963. APTM.
[416] Carta de Piteira Santos a Tito de Morais, Paris, 4 de fevereiro de 1963. APTM.

orçamento entregue, relatório para a Comissão Delegada e memorando da conversa com Ben Bella[417].

Quanto à emissora: serão poucos os problemas técnicos e nenhumas as necessidades logísticas, funcionarão como uma espécie de "*emissora clandestina*". A única necessidade refere-se aos conteúdos para a alimentar, julgando necessário organizar um serviço de informação do interior.

Sobre os contactos com a imprensa argelina, transmitira o comunicado da Conferência à imprensa sem que algum jornal o publicasse. Aguarda eventual entrevista com o *El Moudjhid*, prometida por Michel Raptis[418].

Procurara também iniciar entabular ligação com os líderes nacionalistas das colónias portuguesas. Tivera "*conversa de amigos*" com Amílcar Cabral, tencionando fazer o mesmo com Agostinho Neto.

Relativamente aos contactos com os portugueses dirigira-se a Adolfo Ayala, para Marrocos, inteirando-se da má situação financeira em que se encontrava e do seu desejo de ir para Argel. Soubera igualmente manterem-se as hesitações dos médicos portugueses quanto à transferência para a Argélia, dúvidas supostamente alimentadas por Dores, de quem corria boato de ter entrevistas com o embaixador português e sobre quem solicita elementos. Apenas um dos médicos e a sua mulher – Marcelo Fernandes e a enfermeira Joaquina Fernandes – tomara a decisão de partir, não tendo ainda chegado[419]. Segundo indicações do casal Lança, em trânsito para a Argélia está também outro casal de médicos e os seus filhos, Amílcar e Maria Fernanda Castanhinha[420]. Tratara da "*questão de Ruy Luís Gomes*" – fala do convite para lecionar na Universidade Argelina, enviado pelo Ministério da Educação –, devendo agora Piteira enviar-lhe telegrama a insistir que aceitasse[421]. Ainda a propósito da ida de portugueses para terras argelinas, critica a forma como chegara Joaquim Branquinho, sem qualquer elemento de identificação ou de apresentação. Sobre as bolsas de estudo, pede lista de universitários interessados para tentar.

A audiência com Ben Bella tivera lugar. Presentes estão Tito de Morais, Quintino de Barros e Raptis, intermediário do encontro. Feitas as saudações ao

[417] Nenhum dos documentos se encontra junto. APTM.
[418] Referenciado apenas como "MR".
[419] Carta de Adolfo Ayala para Tito de Morais, Rabat, 1 de fevereiro de 1963. APTM.
[420] Chegam a 9 de fevereiro de 1963.
[421] Carta de António Brotas a Piteira Santos, Recife, 15 de setembro de 1963. CD 25A, PS – Corresp 103.

presidente, Tito de Morais entrega-lhe a carta de Piteira Santos a ele dirigida e expõe-lhe o que o traz: concretizar as facilidades que o governo argelino daria à oposição portuguesa. Da parte desta, Tito de Morais está em condições de garantir a cooperação com quadros técnicos como uma possibilidade imediata, conforme Quintino de Barros poderia testemunhar[422]. Quando instalado o *bureau*, este poderia apresentar periodicamente um relato atualizado sobre Portugal. Pensara ainda aludir à eventual ida do general Delgado para a Argélia, mas acaba por não o fazer por falta de oportunidade. Ben Bella agradece, ouve e lê tudo com atenção. Fala do interesse que tem no problema português, aborda "*ao de leve*" a importância que atribui a um possível entendimento do Norte de África com Portugal e Espanha na luta contra o fascismo, mostra-se disposto a ajudar: "*é nosso interesse acabar com o fascismo, digam o que precisam porque se estiver dentro das nossas possibilidades será dado*"[423]. Oferece chá, é acessível, simpático, positivo.

A questão portuguesa estaria entregue a Jacques Vergès, segundo informação do próprio a Tito de Morais, pelo que é a ele que o orçamento do funcionamento do *bureau* é entregue. Mas, perante a falta de andamento do assunto, Tito de Morais acaba por recorrer a Raptis e obtém por essa via a desejada entrevista com Ben Bella. No próprio dia avisa Vergès do sucedido e, no dia seguinte, procura-o na redação do *Révolution Africaine*:

> *"Perguntou-me como tinha corrido: "o melhor possível". Agarrou em mim, chamou um repórter e disse-lhe: Toma nota das informações. Um grande "flash" sobre a Oposição Port[uguesa]. Aproveita as 3/4 pág. que nos restam. Vi depois o artigo onde ele mandou acrescentar que... houve conversações com o governo... é de conta dele. Convidei-o para jantar um dia destes. Tem sido sempre simpático, mas pouco eficiente, provavelmente por causa do jornal. [...] Hoje saiu o jornal. Com alguma surpresa minha não sai uma linha sobre os nossos problemas. Vou ver se descubro a razão."*[424]

Tito de Morais aproximara-se entretanto de Michel Raptis – "*temos conversado*" –, reputando-o de "*mais eficiente*" e esforçado, assinalando a amizade com que tratara Ben Bella durante a audiência. A seu pedido, participara em reunião preparatória de conferência da Europa Ocidental para apoio e ajuda à Argélia, a realizar provavelmente

[422] A presença de Quintino de Barros é solicitada por Tito de Morais e visaria precisamente evidenciar essa disponibilidade de cooperação. Entrevista de Quintino de Barros, Lisboa, 1 de novembro de 2008.
[423] Carta de Tito de Morais a Piteira Santos, 2 de fevereiro…
[424] Carta de Tito de Morais a Piteira Santos, Argel, 2 de fevereiro de 1963. APTM.

em abril. Com a aceitação prévia do governo argelino, pretendem interessar individualidades e obter o patrocínio dos Partidos Comunistas europeus. Formara-se comité organizativo, para o qual delegara "*o estudante*" (Joaquim Branquinho). Ainda por insistência de Raptis, desistira do emprego que tinha e começara noutro, onde não tinha "*nada que fazer*", por tudo ser uma "*desorientação completa*", desorientação que se estendia ao ordenado, a baixar "*todos os dias*". O que o preocupa, por continuar sem dinheiro para mandar vir a família do Brasil.

Tito de Morais fala ainda da situação pouco esclarecida na Argélia, com alguns a duvidar "*da sinceridade no que se refere ao «caminho para o socialismo»*" e outros tantos da "*sinceridade dos propósitos*". Na sua ótica, isto explicava as reticências do PCP quanto à abertura do *bureau* no país, de que Piteira o pusera a par.

De facto, com a chegada das primeiras notícias de Argel começara a evidenciar-se a pouca disposição dos comunistas em rever o ponto de vista defendido na Conferência. Na carta de 28 de janeiro, Piteira Santos chamara a atenção para a necessidade de Tito de Morais falar de "*um* bureau" e não "*do* bureau". O PC continuava a preferir Roma e, no caso de prevalecer a sua posição, não seria em Argel a sede oficial da Comissão Delegada. Embora, sublinhava, nada disso anulasse a indispensabilidade de uma base na capital argelina, quer pela necessidade de ligação permanente com os movimentos nacionalistas das colónias, quer como apoio ao trabalho da rádio[425]. Na missiva de 29 de janeiro, classificada como "particular e confidencial", Piteira vai mais longe nas explicações:

> *"O P.C. fixa-se em Roma, porque tem medo de sentir-se isolado, porque não sente a "revolução africana", porque deseja a sombra de uma árvore frondosa e conhecida e porque não se apercebe de que a localização em Algel (da sede oficial) cortaria margem a especulações do género clássico: sermos dirigidos pelo P.C.. A própria ilegalização do P.C.A. dava-nos segurança, neutralidade política.*
>
> *Depois – e eu não estou disposto a esquecê-lo – uma das resoluções da Conferência é a da ligação com os movimentos nacionalistas africanos, o que só em Alger se pode conduzir eficientemente."*[426]

[425] APTM.

[426] Sublinhados no original. APTM. O Partido Comunista Argelino fora ilegalizado em 29 de novembro de 1962. O PCP solidariza-se com os comunistas argelinos e acusa o governo de Ben Bella de "recear o desenvolvimento impetuoso das forças democráticas na Argélia", recorrendo a meios ilegais e decretando a existência de um só partido. Cf. *Avante!*, Ano 32 – Série VI, Nº 325, janeiro de 1963, p. 5. Disponível em http://www.ges.pcp.pt/bibliopac/imgs/AVT6325.pdf [consultado em 24-03-2009].

Posto isto, pretende jogar duro. E pede o auxílio de Tito de Morais para o fazer: o envio de uma exposição pormenorizada de todas as condições oferecidas; a sua intervenção junto de Manuel Sertório convencendo-o do acerto da opção argelina; a pressão do seu próprio voto na qualidade de participante na Conferência de Roma; e o empenho na ida de Rui Luís Gomes para a Argélia, colocando o PC "*perante um facto consumado*".

Sem perder tempo e ainda sem resposta do companheiro, Piteira Santos intervém diretamente junto de Sertório. Pondo-o primeiro a par das boas notícias da Argélia, transmitidas por Tito de Morais, passa ao que verdadeiramente lhe interesse: inteirá-lo das "manobras" comunistas. Refere-lhe a ausência do delegado do PC de Paris e a consequente limitação nos trabalhos da Comissão Provisória, queixa-se da demora das decisões dos comunistas e da falta de informações de Mário Ruivo. Para então "atacar" o assunto fulcral:

> *"Nesta opção R.[oma] - Alg.[érie] e considerando que é essencial a liberdade de movimentos, a publicidade da existência e funcionamento, a ligação com os movimentos nacionalistas africanos, diga-me na volta do correio, qual a sua opinião definitiva. Eu mantenho uma opinião pró-africana porque anti-NATO."*[427]

E a disposição de Sertório em abandonar o Brasil, mantinha-se? Com que prazos para o concretizar? Rui Cabeçadas e ele próprio precisam de soluções urgentes: "*ou somos enquadrados numa luta organizada e nos são atribuídas actividades remuneradas, ou temos que ir tratar da vidinha*"[428].

A Comissão Provisória procura ultrapassar rapidamente a indecisão quanto ao local onde se estabeleceria em definitivo. Nesse sentido, ao mesmo tempo que mantém aberto o canal de ligação à Argélia, pressiona Mário Ruivo a acelerar as diligências em Itália, onde ficara encarregue de apurar as condições existentes, convocando-o para uma primeira reunião na última semana de janeiro de 1963. Pensa a Comissão dispor nessa altura de suficientes dados sobre a "*solução argelina*", devendo Ruivo vir "*munido do máximo de elementos*" relativamente à outra hipótese considerada[429].

Porém, este pouco ou nada tem de palpável. A 9 de fevereiro, transmite a Lopes Cardoso que "*as reacções são favoráveis*", julgando haver condições para concretizar

[427] Carta de Piteira Santos a Manuel Sertório, 2 de fevereiro de 1963. CD 25A, PS – Corresp 34. Na citação, manteve-se a grafia francesa da palavra Argélia utilizada pelo autor.
[428] *Idem*.
[429] Convocatória assinada por Lopes Cardoso, 14 de janeiro de 1963. CD 25A, LC.

"*o nosso projecto, sobretudo se o pusermos em prática escalonadamente*", embora aguarde resposta a vários dos contactos efetuados. E adianta:

> *"Dependendo de uma análise mais pormenorizada, com base nas informações de que vocês disponham, eu inclinar-me-ia para o estabelecimento da casa editora principal [sede oficial da FPLN] no local onde existissem maiores facilidades técnicas, funcionando as instalações daqui como uma instalação particularmente adaptada para obtenção dos manuscritos [correspondência com o interior], contactos com os autores [oposição no interior], venda e difusão das obras nos mercados europeus [trabalho diplomático]."*[430]

Na Argélia, Tito de Morais continua as diligências. Nos primeiros dias de fevereiro, marca presença na inauguração do *bureau* do MPLA. O acontecimento é assinalado com certa pompa: comparecem os embaixadores da URSS, China, Checoslováquia e Bulgária; intervêm o conselheiro Jacques Vergés e o próprio presidente Ben Bella, que reforça a importância da luta contra o salazarismo:

> *"O colonialismo não é o único problema. Para nós coloca-se um outro aspecto muito importante para a nossa revolução: o fascismo. […] Combater o regime fascista de Salazar é atingir o calcanhar de Aquiles do fascismo na Europa"*[431]

No seguimento da audiência com o presidente argelino, Tito de Morais concentra também atenções em apurar quais dos vários médicos portugueses estabelecidos em Marrocos estão na disposição de se mudar para a Argélia. A necessidade de profissionais de saúde no país é profunda e urgente. A afluência de pessoal médico português significaria uma colaboração efetiva com a revolução argelina, sendo, por isso, uma cartada política importante. Restava saber se aceitariam um enquadramento político na Frente.

De Rabat, Ayala dá-lhe informações detalhadas: o casal Marcelo e Joaquina Fernandes está de partida; o moçambicano Marinha de Campos partiria no final do mês; o casal Hélder e Helena Martins, ele moçambicano e ela portuguesa, no final de março. Todos eles "*anti-salazaristas e anti-colonialistas convictos, homens honestos, que em Marrocos demonstraram possuir uma sólida formação política e grande firmeza revolucionária, como elementos capazes e seguros, para formarem o núcleo dirigente*

[430] Itálicos nossos. CD 25A, LC.
[431] Citação do discurso de Ben Bella na cerimónia de abertura do *bureau* do MPLA em Argel a 4 de fevereiro passado. "Intervenção da Delegação da Juventude da Frente Patriótica de Libertação Nacional no Seminário Internacional da Juventude", Argel, 26 de abril de 1963. CD 25A – LC.

dos médicos portugueses em Alger, agindo em estreita colaboração e sob a direcção da Delegação no estrangeiro da Frente Patriótica de Libertação Nacional"[432]. Apreciação extensível a Quintino de Barros, já estabelecido na capital argelina. Chegados no final de janeiro e de imediato inscritos na Embaixada Argelina estão igualmente Amílcar e Maria Fernanda Castanhinha, Modesto Iglesias e Maria Emília Silvestre. Sem interesse em transferir residência ou em desenvolver trabalho político: o casal António e Maria Madalena Dores; o casal Victor e Maria Zita Blanc; o casal Garcia e Silva; Mário Leão e Mendo[433].

Em Orão, está o psiquiatra Zulmiro de Almeida, de quem Tito de Morais procura conhecer também o posicionamento político[434].

De Paris insistem na urgência. Francisco Ramos da Costa diz ser imprescindível dar andamento às resoluções da Conferência e assim "*impor o passo*" aos comunistas[435]. Piteira Santos fala uma vez mais na oposição do PCP à "*decisão africana*", refere aguardarem a deslocação de Ruivo a Paris e envia artigos de Castro Soromenho dirigidos a Jacques Vergés, "*para o nosso Amigo não perder a posição*". Castro Soromenho deveria seguir para Argel por esses dias, onde integraria a redação do *Révolution Africaine*[436]. Adoecera, porém, fora hospitalizado, estava impossibilitado de momento[437].

Reações à Conferência

Pela mesma altura, começam a ser conhecidas as reações à Conferência de Roma.

Henrique Galvão é dos que primeiro se pronuncia, recusando categoricamente a nova Frente. Com ele estariam "*os verdadeiros democratas da oposição salazarista, cristãos, ocidentais e antitotalitários, que constituem a maioria esmagadora do*

[432] Carta de Adolfo Ayala para Tito de Morais, Rabat, 1 de fevereiro de 1963. APTM. Não seria exatamente assim: Marinha de Campos e Hélder Martins estão já nessa altura empenhados na luta nacionalista moçambicana.
[433] *Idem*.
[434] Joaquim Branquinho faz ainda referência a Mário Barros, outro psiquiatra também estabelecido em Orão, informação não corroborada por mais nenhum dos entrevistados. Entrevista a Joaquim Branquinho, Santarém, 28 de fevereiro de 2008. Carta de Tito de Morais a Zulmiro de Almeida, 6 de fevereiro de 1963. APTM.
[435] Carta a Tito de Morais, Paris, 11 de fevereiro de 1963. A&B FMS, 4280.002, ims. 8 e 9.
[436] Carta de Lopes Cardoso para Carlos Veiga Pereira, Paris, 14 de janeiro de 1963. CD 25A, LC.
[437] Carta a Tito de Morais, Paris, 11 de fevereiro de 1963. APTM. Castro Soromenho nunca se fixará na Argélia.

movimento português de oposição"[438]. O tom é acintoso. Põe em causa a representatividade do encontro, onde apenas estaria presente "*a corrente liderada pelo Partido Comunista e movida pelos elementos filocomunistas seus aderentes – agindo por tentativas de infiltração e dolo ideológico*"; duvida da realização da própria Conferência; identifica a nova fase da luta anunciada com a Plataforma para a II República Portuguesa, que nada mais seria do que um "*programa de cubanização de Portugal*"[439].

A postura não surpreende os envolvidos, cientes há muito do anticomunismo e do colonialismo de Galvão, bem como da incompatibilidade com Humberto Delgado, publicamente ligado ao projeto. Até porque a larga maioria das reações vêm em sinal contrário.

Na Venezuela, a 24 de janeiro, o jornal *El Nacional* de Caracas noticia o apoio do Movimento Democrático de Libertação de Portugal e Colónias às declarações da Conferência[440]. No Uruguai, no seguimento das diretrizes da Conferência, a Agrupação de Portugueses Democratas do Uruguai forma uma Junta Patriótica Portuguesa no país, a que já se aludiu no capítulo anterior. Em Londres, Paris e Rabat aguarda-se com expectativa a concretização dos objetivos definidos, embora alguns, como Emídio Guerreiro, mantenham grandes reservas sobre o que se passará[441]. Em terras brasileiras, a generalidade da comunidade portuguesa oposicionista congratula-se com o projeto acordado. Vários dos mais destacados membros da comunidade, como os irmãos Sarmento Pimentel, Miguel Urbano Rodrigues ou Augusto Aragão, subscrevem mesmo um comunicado a dar disso público conhecimento[442]. Também o general Delgado está entre os apoiantes às Declarações da Conferência.

Conforme lhe fora solicitado, Delgado analisa a documentação entregue por Sertório em carta de 26 de janeiro dirigida aos "*Participantes da reunião político-*

[438] "Galvão esclarece o sentido de uma reunião" in *O Estado de São Paulo*, 13 de janeiro de 1963. AHD do MNE, PEA, M. 547 – "Asilo Político de Manuel Sertório, 1959/60 e 1962/64"
[439] Refere-se a folheto da autoria de Manuel Sertório, datado de 1 de junho de 1962. O documento é uma proposta de programa a por em prática logo após o derrube do regime. A&B FMS, 2600.011, ims. 21-26. Sobre a posição de Galvão: *idem* e carta de Manuel Sertório a Piteira Santos, S. Paulo, 13 de fevereiro de 1963 in CD 25A, PS – Corresp 37.
[440] AHD do MNE, PEA, M. 547 – "Asilo Político de Manuel Sertório, 1959/60 e 1962/64".
[441] Carta de Ramos da Costa a Tito de Morais, Paris, 11 de fevereiro de 1963. A&B FMS, 4280.002, ims. 8 e 9.
[442] O documento sai de reunião realizada na sede da UDP em S. Paulo em 26 de janeiro de 1963. CD 25A, MS – Oposição / Outros / Brasil – UDP / Diversos 21.

revolucionária havida algures na Europa"[443]. Nela dá o seu aval a todas as conclusões, recomendações e decisões da Conferência. Confirmado o apoio público à chegada de Manuel Sertório ao Brasil, quando convoca o encontro com a imprensa, esclarece agora com detalhe o seu pensamento. As suas objeções de substância não são de natureza política, dizem antes respeito ao desenho organizacional. Antes de mais duvida da eficiência das JAP's e descrê do real funcionamento e prestígio da Junta Central e, consequentemente, da sua possibilidade de dirigir o projeto unitário:

> *"por estar no interior de um país de território pequeníssimo e fortemente policiado, terá grande dificuldade em reunir-se, até em autonomear-se e fazer aceitar essa auto-nomeação (a história repete-se) quando se trata de dar ordens para acções em que a vida corre risco. Notar que se trata de um corpo cujos nomes nem podem ser divulgados. Para acções fora do país pior ainda, pois se juntarão às dificuldades internas a de transmissão das decisões."*[444]

Além disso, julga inexequível o esquema proposto para o Conselho Consultivo da Frente, embora

> *"por uma questão de esquematização, e até para maior repercussão incidental de uma ou outra comunicação, pode ser útil considerar-se a sua existência. Penso, com base na experiência bem dura, que se acabará, na prática, por suprir as dificuldades tomando-se resoluções baseadas na consulta a uns tantos activistas disponíveis, tipo homens de acção, e habituados a arcar com responsabilidades, Ou então este conselho acaba por ter a sede no estrangeiro, com o título ou com as funções de governo provisório."*[445]

Na mesma linha, e apesar de concordar com a criação da Comissão Delegada da Frente, por se inserir num "*esquema lógico, pois é no país que está a massa revolucionária*", questiona o seu papel: para representar oficiosamente a oposição e desenvolver trabalho diplomático? Se é o caso, apenas poderá ser o embrião de outro "*órgão de projecção que trate, digamos, de "potência para potência"*". Apesar de não considerar decisiva a pressão internacional para o derrube do regime, sabe

> *"que pode em certas circunstâncias, essa pressão oferecer algum peso, até muito importante: mas, para isso é necessário que o órgão representativo da oposição no estrangeiro, não tenha um qualquer ar de ridículo ou de miséria, muito saliente. É preciso que possa mover-se, possa falar, que possa viver, que possa negociar. Portanto*

[443] CD 25A, LC.
[444] *Idem*.
[445] *Ibidem*.

tem que aparecer com umas vestes simbólicas de elevado grau. Não se vai para a ópera de maiô de banho, nem para o mar de casaca."[446]

Em suma, teria preferido a criação imediata de um governo provisório no exílio, como transmitira através do seu mandatário à Conferência. Todavia, reconhece, o problema não é urgente, "*quando nem os próximos sequer estão com andamento substancial*". Fundamental é a instalação da Comissão e, sublinha, fora do Brasil.

Quanto à forma de atuação, total anuência com a necessidade de incentivar a mobilização popular no campo da luta legal e ilegal e de a conjugar com "*acções de tipo especial*". Também ele o tem impulsionado, estando a preparar "*um folheto com regras elementares para utilização de explosivos rudimentares ou de emergência*". Como concorda com a importância da organização dos militares, embora saliente rejeitar em absoluto um golpe palaciano.

No interior, o *Avante!* de janeiro de 1963 noticiara a realização de uma "*reunião da maior importância política*" onde os representantes da oposição antifascista portuguesa se haviam declarado unidos na Frente Patriótica de Libertação Nacional. Esclarecem depois os pressupostos políticos de tal Frente e algumas decisões tomadas no sentido de reforçar a sua organização. Entre estas está a instalação no exterior de "*uma comissão delegada da Junta Patriótica Central, organismo representativo de apoio à frente interna cuja constituição e localização definitivas serão oportunamente anunciadas*". E terminam com a divulgação do apelo à intensificação da luta contra o regime[447].

Nos primeiros dias de fevereiro, a Resistência Republicana no interior dirige carta a três dos seus membros no exílio, Piteira Santos, Ramos da Costa e Tito de Morais. Os autores da missiva começam por lamentar a ausência do representante da RR e dos católicos na Conferência de Roma porque, julgam, a sua presença teria alterado o rumo da Conferência:

"todo o negócio [comunicação] da conferência está inquinado por um erro de base, fundamental: não há que reforçar ou sequer manter uma coisa inexistente [rede das JAP's]! E, assim, todas as alíneas de e) a j) do nº 1 estão prejudicadas: só o

[446] *Ibidem*.
[447] Ano 32, Série VI, Nº 325, janeiro 1963. Disponível em http://www.ges.pcp.pt/bibliopac/imgs/AVT6325.pdf [consultado em 26-02-2009]

desconhecimento absoluto (ou falseado) das condições verdadeiras as pode ter inspirado.

[…] Não quer isto dizer que percamos de vista, na nossa acção, uma perspectiva de mercado de divisas [unidade]; quer apenas dizer que, de momento – e principalmente por razões de defesa por causa da família [polícia] – pensamos que a coordenação entre os diversos agrupamentos, etc., se deve fazer muito pelo alto e, sobretudo, no exterior."[448]

A ação da PIDE tocara as JAP's do Porto, de Coimbra, de Aveiro e de Lisboa com diversas prisões. Os que não haviam sido incomodados retraíram-se, para o que também contribui a identificação do movimento com o PCP. A Junta Central não reunia desde as eleições de novembro de 1961 e os seus membros consideravam-se dela desligados. Por outras palavras: a frente interna não existe e seria inviável num futuro próximo. E alertam:

"todas as sugestões dadas no sentido da sua criação ou do seu restabelecimento [das JAP's] serão consideradas suspeitas pela generalidade dos que não são afectos ao Manuel Maria [PCP] e por isso não serão seguidas. Se se insistir, teremos no plano do bem estar [clandestino], o que aconteceu no plano semi-legal, com os defuntos movimentos afins dos últimos quinze anos! Convençam-se disto!"[449]

Apenas a frente exterior é possível e desejável. Nela sentem-se representados pelos destinatários da missiva, a quem, por tudo o que expõem, aconselham:

"a comissão exterior deve agir com a maior autonomia em relação ao interior (o que não exclui contacto permanente e estreito). Não temam pois ficar no ar ou serem desapoiados pelo interior: nós apoia-los-emos sempre e diligenciaremos no sentido que as vossas iniciativas sejam respeitadas e compreendidas no interior."[450]

Quanto à tomada de posição em matéria colonial a concordância é total. Quer na afirmação do anticolonialismo, quer na vontade de procurar o diálogo e a cooperação com os movimentos de libertação. Como é felicitado o próximo aparecimento da emissora. Ainda que recomendem:

"colocando-se numa perspectiva de mercado de divisas *[unidade], não deve falar no* negócio do Pedro *[rede de JAP's] nem se deve colocar muito ao nível dos* arquitectos

[448] Carta de 28 de janeiro, cifrada. Os destinatários são designados pelos pseudónimos «Lúcio» – Piteira Santos, «Teixeira» – Ramos da Costa e «Vicente» – Tito de Morais. Sublinhados no original, destaques nossos. A&B FMS, 4281.003, ims. 3-6. Cifra em A&B FMS, 2600.029, ims. 7-8.
[449] *Idem*.
[450] *Ibidem*.

[oposição de extrema-esquerda]. Quanto ao problema anti-colonial, toda a latitude de acção. Máxima prudência no que se refere a posições anti-ocidentais – consideramos mesmo inoportuno vincar posições neutralistas. […] Interessam charlas que ridicularizem os homens da Tia Joana *[Governo] (*Lúcio *[Piteira Santos]) e a denúncia sistemática dos escândalos e negociatas (*Teixeira *[Ramos da Costa]). Falem, sobretudo, do* Mónaco *[Portugal] e para* Mónaco *[Portugal]. Se a coisa for bem encaminhada abrem-se aqui perspectivas de trabalho formidáveis."*[451]

"*Da "nossa gente" temos notícias tristes*" – assim se refere Piteira à longa epístola[452]. Por terra fica a expectativa de que a Conferência desencadeasse um novo alento no movimento unitário interno. Por terra o trabalho de reformulação programática da Resistência Republicana desenvolvido em Paris, a que no capítulo anterior se aludiu, com a versão mais *esquerdista* da "Declaração de Princípios" elaborada na capital francesa a ser recusada pelo interior. Ao mesmo tempo que se cuida em acompanhar os boatos sobre a preparação de um *putsch* militar, nota Piteira. Em suma, um bloco importante da oposição moderada demarca-se de um qualquer projeto unitário interno e deixa "órfãos" vários dos participantes na Conferência, que até então com ela tinham alinhado.

Um deles é Ramos da Costa, que se encarrega de replicar para os companheiros no país:

"independentemente da falência ou mau estado dos negócios do Pedro *[rede de JAP's] no interior, não podemos pautar a nossa acção e sobretudo deixar de realizar projectos ambiciosos que temos programados (entre outros uma emissora […]). Ora esta acção não pode deixar de ser conduzida dentro do prisma unitário que se estabeleceu no* projecto de Russel *[Frente Externa]."*[453]

E não há unidade sem o interior. Aceitar a inviabilidade da FPLN dentro de Portugal é deitar por terra os planos a tanto custo esboçados e comprometer oportunidades raras. Ao contrário, sublinha, "*estamos mesmo convencidos que, quando pusermos em acção os projectos programados, tanto no exterior como no interior ela se tornará um facto indiscutível*". Quanto à eficácia dessa unidade, faz um aviso à navegação: seria impossível gerir a "*morosidade de processos*" do PCP e os "*cuidados e*

[451] *Ibidem*.
[452] Carta de Piteira a Tito de Morais, 14 de fevereiro de 1963. APTM.
[453] Carta cifrada, assinada com o pseudónimo «Teixeira» – Ramos da Costa. Paris, 14 de fevereiro de 1963. Destaques nossos. A&B FMS, 4281.003, ims 7-8. Cifra, *idem*.

esclarecimentos justificativos dum trabalho unitário junto dos nossos melhores amigos das Máquinas *[RR]*"[454].

Águas mornas

Piteira é um dos que se sente sem base pessoal ou política. Desde a fuga para o exílio, dedicara-se exclusivamente a arquitetar formas de luta no exterior e havia nisso passado mais de 7 meses. Sem mais delongas, necessita de conclusões e transmite-o a Tito de Morais:

> *"Se as coisas aí não marcham: bureau, rádio, cria-se uma situação muito delicada e que obrigará a uma revisão total. Por isso lhe peço que esclareça a questão com urgência. Será inútil eu deslocar-me para obter decisões de princípio, ou confirmações de promessas. É necessário saber como e quando."*[455]

Piteira procura igualmente certificar-se que o companheiro utilizara em Argel todos os trunfos: a carta de Barrat a Hervé Bourgues fora inútil? avistara-se com Didar Rossano? Aquino de Bragança seria pessoa capaz de desbloquear alguma questão com os movimentos de libertação – "*é nosso amigo e vê as questões com audácia*"[456]. Sobre a análise dos "patronos" da causa portuguesa feita por Tito de Morais, comenta:

> *"J.V. [Jacques Vergés] é um homem inteligente mas não quererá ser o «advogado» dos Portugueses. Executará gentilmente o que lhe indicarem. O M.R. [Michel Raptis] tem outra visão, mais europeia, e até peninsular do ritmo e ordem da acção necessária."*[457]

Tito de Morais responde-lhe a 24 de fevereiro. Está inquieto e desanimado: excluindo a sua situação pessoal, nenhuma das outras promessas tivera concretização. Quase dois meses passados sobre a Conferência, a censura perante a inatividade da Comissão havia começado. Mas não vê como pode esforçar-se mais. O chefe do gabinete da Presidência aconselhara-o a aguardar o final do Ramadão para voltar a tentar e comprometera-se a custear-lhe deslocação a Paris para participar na reunião da Comissão Provisória agendada para o dia em que escrevia. Não o encontrara quando

[454] *Idem*.
[455] Carta de 14 de fevereiro de 1963. APTM.
[456] *Idem*.
[457] *Ibidem*.

fora pelo bilhete, o Ramadão terminava nesse mesmo dia. Por tudo isso, insiste: "*julgo <u>indispensável</u> que venha se quiserem andar com isto para a frente.*"[458].

O encontro da Comissão no qual considerava útil comparecer, decorre efetivamente. Em ambiente carregado, como descreve Rui Cabeçadas a Sertório uns dias mais tarde:

> *"Depois da Conferência e durante os trabalhos da Comissão provisória verificaram-se desde logo duas diferenças fundamentais (entre o P. [PCP] e os outros): no ritmo de trabalho e rapidez das decisões e na concepção da própria organização e acção no exterior. Reuniões espaçadas e esperas de decisões. Discussões à volta do dilema Alger-Roma, Interior-Exterior (direcção), formas principais de acção no exterior. Chegou a haver uma certa batalha campal a todos os níveis. [...] Instalação do Bureau da Comissão Delegada - Nós aqui [Argel], eles Roma. Nós fazendo prevalecer as condições de legalidade, publicidade e mais perfeita integração dentro da onda histórica do anti-colonialismo. Eles, facilidades de comunicação com o interior, grandes movimentações da opinião pública, impossibilidade de disporem de um quadro que só (sic) trabalhasse para a Comissão da Frente (o que acontecia em Argel mas não em Roma). Interior-Exterior - O problema da direcção política. De tal forma a coisa era posta que ficaríamos cá fora à espera e subordinados às directivas do interior. A comissão provisória não poderia dar um passo sem que tivéssemos o amem dos amigos do interior. Comissão Provisória - Tão provisória que não poderia decidir nada e que apenas lhe ficaria a missão de se debruçar com o olho inteligente sobre os problemas. Conferência - Foi o alinhamento das outras forças pelas teses do P. [PCP]. As conclusões são interpretadas como textos sagrados. E sempre interpretação restritiva. Posição anti-colonialista - Perigosa nas suas formas práticas e agudas. Ainda há muitos colonialistas em Portugal que é preciso não desiludir. Caso grave a emissora funcionar sob um rótulo declaradamente anti colonialista. Mais grave ainda se for uma condição do seu funcionamento. A Portugal Livre foi instalada sem condição alguma (sic). O tempo arrastava-se e as pessoas enervavam-se. Tinha havido um recuo e tudo ameaçava cair na paralisia do costume."*[459]

As divergências são profundas. De um lado o representante do PCP, do outro os restantes – Piteira, Cabeçadas e Lopes Cardoso. Ruivo procura manter-se neutro, mas alinha com Joaquim Gomes na maioria dos assuntos. Gomes e Mário Ruivo dizem

[458] Sublinhado no original. APTM.
[459] Carta enviada de Argel, s/d [fins de fevereiro ou início de março de 1963]. Sublinhados no original. CD 25A, MS – Corresp 347.

reconhecer a necessidade de se avançar rapidamente na concretização dos projetos aprovados, mas querem fazê-lo "*com segurança, evitando as tentações fáceis*", acusando os outros de "*demasiada emotividade*"[460]. Estes acusam os comunistas de pretenderem apenas uma unidade protocolar, que não os forçasse à ação, que não lhes fechasse a porta do diálogo com os sectores conservadores da oposição. Por isso, arrastavam decisões, barravam cada pequeno passo, prendiam-se a formalidades sem sentido e assim esperavam que se fosse apagando o entusiasmo criado.

O sentimento do trio Piteira, Cabeçadas e Lopes Cardoso é comum à generalidade do núcleo oposicionista em Paris. Clama-se pela instalação do *bureau* como forma de "validar" a Conferência e de aproveitar oportunidades irrepetíveis. O tom é dramático[461].

Após quase dois meses "*de ausência táctica e de um discretíssimo silêncio*", as esperadas notícias de Roma desiludem: admite-se a presença de três ou quatro pessoas a tempo inteiro, que atuariam, por exemplo, a coberto de serem jornalistas, dado a existência do secretariado não poder ser pública. É este o resultado das diligências junto do Partido Comunista Italiano e do Partido Radical de Lambertini. As conversações com os deputados democratas cristãos haviam aberto a possibilidade de acordo com quatro deles, de um total de 240. Solicitaram-se entrevistas com os dirigentes socialistas de Nenni e com o grupo do Expresso, cuja realização se aguardava. Promessas difusas e para efetivação demorada, consideram Cabeçadas, Piteira e Lopes Cardoso. Até porque:

> *"traduzidas em português de lei significam: ficávamos prisioneiros do P.C. italiano. Porque sem concretizações, M.[ário] R.[uivo] falou também do apoio de antigos organismos da Resistência, fórmula vaga, nuancé"*[462].

E Argel ali ao lado, reunindo as condições que julgam elementares para o funcionamento e êxito da Comissão Delegada:

> *"1) o seu funcionamento não simplesmente ignorado ou consentido, mas legal e público;*
>
> *2) o seu funcionamento em local que permitisse o contacto público com governos, meios diplomáticos, partidos, centrais sindicais, organismos e associações de vário carácter;*

[460] Carta de Mário Ruivo a Manuel Sertório, 17 de março de 1963. CD 25A, MS – Corresp 2938.
[461] Carta de António Brotas a Manuel Sertório, Recife, 25 de março de 1963. CD 25A, MS – Corresp 313.
[462] Carta de Rui Cabeçadas e Piteira Santos (cópia não assinada) a Manuel Sertório, 14 de maio de 1963. Sublinhado no original. CD 25A, PS – Corresp 56.

3) a sua localização numa cidade, e num país onde fosse possível assegurar contactos, do tipo e extensão indicados nas Resoluções com os movimentos nacionalistas africanos;

4) localização em área de difícil acesso à polícia portuguesa;

5) localização neutra quanto à conjuntura internacional, ou, pelo menos, em relação ao antagonismo espectacular URSS-USA;

6) localização favorável a uma situação neutra da C.D. no contexto político interno do país escolhido;

7) localização que atribuísse, quase automaticamente, importância política internacional à solução adoptada."[463]

"*Era o que em nenhuma parte do mundo se prometia a uma Frente portuguesa*"[464]. Promessas não "*suficientemente pormenorizadas e concretas*", nem "*tão globais como se tinha pensado inicialmente*", insistem Joaquim Gomes e Mário Ruivo[465].

Se a direção pertence ou não ao interior é "*questão algo bizantina*", rotulam os não comunistas[466]. Obviamente todos concordam que é lá que deve estar. Contudo, estes entendem dever alimentar-se certa autonomia perante uma frente interna letárgica e em risco de desagregação, tendo em conta o enriquecimento significativo da emigração com quadros políticos responsáveis e as possibilidades abertas pela conjuntura internacional. Os comunistas, porém, batem-se por uma submissão total[467].

Com a discussão ao rubro e quando parecem esgotadas as possibilidades de entendimento, é dada a conhecer a carta da Resistência Republicana. O clima muda. A manifesta apatia inquieta «Monteiro» e Ruivo, que a desconheciam, para mais quando provém de elementos que sempre se haviam mostrado combativos, como Mário Soares e Salgado Zenha. Embora entendam a necessidade de proteger as pessoas e as organizações, justificar a paralisia com a repressão sobre as JAP's e a sua conotação ao PCP soa-lhes a falácia. Porque é precisamente a ação e a eficácia na luta contra a ditadura que tornam qualquer estrutura alvo do ataque da máquina repressiva, sendo já velha a intenção do regime reduzir a oposição aos comunistas. "*Conservar a espécie*",

[463] *Idem*.
[464] *Ibidem*.
[465] Carta de Ruivo a Sertório, 17 de março de 1963. CD 25A, MS – Corresp 2938.
[466] Carta de Lopes Cardoso a Sertório, 9 de março de 1963. CD 25A, LC.
[467] *Idem*.

na expressão de Piteira Santos, dir-se-ia ser a preocupação central, pelo que levantam todas as dificuldades e dúvidas às questões organizativas internas[468].

Sem quórum interno a unidade fica seriamente comprometida, todos reconhecem. O que seria então a FPLN: Uma frente participada somente por comunistas e gente dos exílios? Mais uma estrutura da oposição tradicional, dedicada à produção de documentos e sem ação real? Meramente uma sigla? Uma frente com uma cúpula apenas simbólica e bases desarticuladas e incapazes de uma atividade coerente? Mas, dessa operacionalidade dependiam os apoios! Além de que, obviamente, é no interior que a decisiva batalha se travava! Trata-se, pois, de chamar os homens às responsabilidades e nesse sentido é redigida missiva a enviar aos membros da Junta Patriótica Central:

> *"Não excluímos evidentemente a actividade que do exterior se poderá desenvolver, mas estas simples observações e as realidades, as lutas significativas do último ano, os milhares de portuguesas e de portugueses mobilizados sob a bandeira da Frente Patriótica, colocam os membros da Junta Patriótica Central perante as suas responsabilidades políticas e morais: por um lado reconstituir a Junta Patriótica Central e dotá-la de meios de actuação e de segurança, por outro lado não deixar sem direcção e estímulo o movimento unitário"*[469].

No exterior, os exilados portugueses dão mostras de estar com a Frente. Frente que só existe realmente se nela se enquadrar o interior. Só a unidade poderia garantir o cabal aproveitamento da conjuntura internacional favorável:

> *"É a perspectiva unitária, a existência de uma Frente, o entendimento para a luta anti-fascista das várias correntes, grupos e partidos, que nos abriu muitas portas e proporcionou apreciáveis condições de trabalho, condições de trabalho com que alguns anos atrás seria impossível sonhar. Desfeita ou paralisada a unidade, essas condições não se nos oferecerão e perderemos mesmo as actuais possibilidades"*[470].

Ou seja, poria em risco a abertura do *bureau* e o arranque da rádio.

Por tudo isto, é fulcral a reconstituição da Junta Central e o apoio dos seus membros. Como é essencial a concretização de tarefas que só ela pode desenvolver: os contactos no sentido de obter a adesão de outras individualidades e dos representantes dos grupos, correntes e partidos às conclusões da Conferência; o incentivo à

[468] Carta de Ruivo a Sertório, 17 de março. CD 25A, MS – Corresp 2938.
[469] Carta datada de 23 de fevereiro de 1963. A&B FMS, 2609.006, ims. 2-5.
[470] *Idem*.

constituição de organismos unitários regionais e juntas locais e de base; a promoção de consultas e diligências para a criação do Conselho Consultivo da Frente Patriótica; a aprovação das funções e composição definitiva da Comissão Delegada.

É ainda a vontade de dar mostras de entendimento e de avanços concretos a abrir caminho ao compromisso entre os elementos da CDP reunidos em Paris: estabelecer-se-iam dois *bureaux* da Frente, sem que a Comissão Delegada tivesse uma base geográfica, decisão a rever caso as circunstâncias o aconselhassem. Os seus membros distribuir-se-iam entre Argel e Roma, agrupando-se e deslocando-se segundo as necessidades. Da Comissão Delegada fariam parte Lopes Cardoso, Manuel Sertório, Mário Ruivo, Piteira, Tito de Morais e um representante do PCP. Cabeçadas permanece como suplente de Sertório até que este transfira residência para a Europa ou Norte de África. Aos católicos fica reservado um lugar, aguardando indicação destes. A proposta considerar-se-ia definitiva quando ratificada pela Junta Central[471].

À Argélia seria enviada uma missão constituída por Piteira Santos e Ruivo para completar as informações entretanto recolhidas e debater circunstanciadamente o projeto com elementos responsáveis do Governo. Sobretudo, necessitam de dados precisos acerca da rádio: se o programa fará parte de uma emissão oficial, se será exclusivamente da responsabilidade da FPLN, que tempo de transmissão terá, etc. Os seus resultados ditariam as características que aí poderia e deveria ter o *bureau*, o tipo de trabalho que poderia desenvolver e o número de pessoas a destacar além dos membros da CD. Cada um dos presentes levaria ainda a cabo diligências pessoais junto de grupos e personalidades ligadas à Junta ou seus apoiantes para esclarecimento de qualquer dúvida e meditaria na composição do Conselho Consultivo[472].

No dia seguinte ao encontro, a 25 de fevereiro de 1963, Rui Cabeçadas segue para Argel, com o objetivo de auxiliar Tito de Morais a ultimar detalhes que permitissem a abertura do *bureau*. Na semana seguinte iriam Piteira e Ruivo. Contam que em 15 dias o *bureau* abriria portas, logo depois a rádio. Por ora, o impasse parece ultrapassado.

[471] Na carta à Junta Central a lista de membros da Comissão Delegada está em branco, mas ela deve ter sido enviada segundo indicações da correspondência. *Ibidem* e carta de Lopes Cardoso a Sertório, 9 de março de 1963, CD 25A, LC.
[472] Carta de Cabeçadas para Sertório, s/d [fins…, CD 25A, MS – Corresp 347; carta de Ruivo a Sertório, 17 de março de 1963, CD 25A, MS – Corresp 2938; carta de Lopes Cardoso a Sertório, 9 de março de 1963, CD 25A, LC.

Se dúvidas persistiam, o encontro confirma a falta de interesse do PCP em arrancar com o projeto unitário e os seus receios em avançar para terreno desconhecido, como é a Argélia. Rui Cabeçadas sublinha-o a Sertório em jeito de conclusão da longa carta onde resume o *estado da arte*:

> *"A minha opinião sobre perspectivas é a seguinte: o P. [PCP] só dá um passo empurrado. Só andou para a frente quando ameaçámos ir sem eles. Aliás ele deve ter concebido esta movimentação no exterior numa tentativa de compor a unidade que neste momento lhe é vital. Uma mudança de situação apanhando-o isolado seria uma boa maçada. Julgo que está tão putchista como os nossos amigos da direita. Por isso defendendo a unidade mais larga (leia o lamentável documento que saiu há pouco tempo) aceita qualquer uma. Para actuar e aqui estamos dispostos a isso é preciso não cair no imobilismo da unidade formal que interessa ao P. [PCP] e ao mesmo tempo trazê-lo pelo engodo da unidade possível. Quer dizer que se alguns passos se deram depois de vencidas dificuldades, estas virão forçosamente a repetir-se noutros estágios. Para o que é bom estarmos precavidos e não termos ilusões"*[473].

Referir-se-ia Cabeçadas ao documento "Perspectivas de desenvolvimento da luta nacional contra a ditadura fascista", aprovado pelo Comité Central do PC na sua reunião de dezembro de 1962 e cujo resumo é publicado no *Avante!* de fevereiro de 1963. Nele se enfatiza a importância da unidade do movimento antifascista e se aplaudem as resoluções da Conferência de Roma, sublinhando-se a indispensabilidade de ultrapassar os acordos de princípio e de passar à ação, embora ainda não uma "*luta popular armada*", por falta de condições "*maduras*". Unidade onde poderiam participar os dissidentes do regime que "*sinceramente aderem aos ideais democráticos*"[474]. O sistemático adiamento do momento ideal para passar à luta armada, a igualmente constante atenção em incluir na unidade, não apenas os quadrantes mais conservadores e liberais da oposição como os recém-saídos das fileiras do regime.

Quanto ao seu afastamento da Comissão Delegada definitiva, Rui Cabeçadas analisa-o com certo humor: "*Portei-me pessimamente e não mereci a confiança do Secretário [Álvaro Cunhal]. Açoites no rabo, portanto*"[475]. A proposta de elenco da CD fora apresentada pelo representante comunista e dela se excluía pura e simplesmente o nome de Cabeçadas. Este deveria ter já partido para Argel e apenas em consequência de

[473] CD 25A, MS – Corresp 347.
[474] Ano 32, Série VI, Nº 326, fevereiro de 1963, p. 1 e 4. Disponível em http://www.ges.pcp.pt/bibliopac/imgs/AVT6326.pdf [consultado em 10-03-2009].
[475] Carta de Cabeçadas para Sertório, s/d [fins… CD 25A, MS – Corresp 347.

atraso na viagem participara na reunião. Joaquim Gomes julgava-o ausente e não contava com a sua oposição:

> *"Porque percebi que a medida visava evitar que se concentrassem membros da Comissão em Argel resolvi lutar pelo lugar, não porque me considerasse indispensável na comissão mas por considerar que o interesse geral aconselhava a manutenção na Argélia da minha qualidade dado que tinha mesmo decidido vir para aqui."*[476]

«Monteiro» mostrara relutância. Mas perante a argumentação do visado e o apoio dos restantes, acabara por se ver obrigado a aceitar a solução de meio-termo – a de suplente. Quando se redige a indicação a enviar para o interior, procurara uma vez mais fazer valer a sua ideia inicial e omitir o nome de Cabeçadas. Nova discórdia, nova transigência.

Também a operacionalidade do ajuste encontrado para contornar a recusa do PCP em estabelecer base de trabalho na Argélia – a instalação de dois *bureaux* e a inexistência de sede da Frente – suscita dúvidas. Apenas dissimulando a continuação do braço de ferro entre os defensores de ambas as hipóteses.

Fernando Piteira Santos parte para Argel a 14 de março. Ao contrário do previsto, Mário Ruivo não o acompanha por compromissos profissionais inadiáveis. Dias antes, Piteira esclarecera Tito de Morais do que pretendia:

> *"não devemos esperar por nada, nem por ninguém, para iniciarmos o ataque, as diligências, as negociações. Claro que não devemos precipitar entrevistas sem o Mário (romano) [Mário Ruivo] estar, mas, por outro lado, não devemos perder oportunidades. Sexta-feira e sábado, serão dias de estudo e depois iniciaremos as operações."*[477]

Em Argel

A situação argelina é difícil. A população europeia – os *pieds noirs* – continua a abandonar massivamente o território. Um movimento que tivera início ainda em 1961, mas que agora se avoluma: até 1964 são cerca de 900.000 pessoas a deixar a Argélia, 300.000 destas ativos que garantiam o funcionamento administrativo e económico. Fluxo que propicia igualmente a fuga de capitais. Em 1962, a Argélia continua a ser

[476] Carta de Rui Cabeçadas a Manuel Sertório, Argel, 10 de maio de 1963. CD 25A, MS – Corresp 350.
[477] Carta de 10 de março de 1963. APTM.

uma economia agrária onde, a par de um moderno sector de grandes explorações propriedade dos colonos, se encontra um sector tradicional de fraca produtividade. São estes que acorrem aos centros urbanos em grande número, fazendo multiplicar os bairros de lata. São igualmente estes que continuam a procurar a emigração para a ex-metrópole como única alternativa de sobrevivência. Porque a desarticulação do aparelho produtivo e administrativo é total e mais de 40% dos 10 milhões de habitantes vivem em absoluta miséria[478].

Os consecutivos ataques terroristas perpetrados pela OAS – Organisation de l'Armée Secrète – são uma das causas do agravamento dos problemas económicos e sociais. Ativa desde 1961 sob o lema "Argélia Francesa", a organização fora alimentando um clima de medo tanto em França como na Argélia. Os assassinatos e as explosões são prática corrente, chegando também a envolver-se na preparação de golpes de Estado e até de atentados contra o então presidente francês De Gaulle. Com a iminência do fim da guerra e da consequente derrota das suas pretensões, em março de 1962, toma como objetivo primordial a destruição das infraestruturas na Argélia. Em meados de junho de 1962, uns dias antes da independência formal, um representante do Governo Provisório assina uma convenção com o então chefe da organização, Jean-Jacques Susini, e a OAS põe fim à sua atividade na Argélia[479].

Para o arranque da resolução da crise nada contribuem os novos protagonistas políticos, que, pelo contrário, põem o país à beira duma guerra civil. O Governo Provisório da República Argelina (GPRA), a quem coubera dirigir politicamente a luta contra o domínio francês e que com estes negociara as condições do final da guerra fixadas nos acordos de Evian a 18 de março de 1962, começa a ser contestado. Deveria ser escolhida uma nova direção que se encarregasse da preparação das eleições para o parlamento argelino e da aplicação dos acordos em geral, defendem alguns. Neste ambiente decorre o congresso do Conselho Nacional da Revolução Argelina entre 27 de maio e 7 de junho de 1962, em Tripoli (Líbia).

Os trabalhos do congresso decorrem relativamente bem, sendo aprovado um novo programa partidário de inspiração marxista. A Argélia deveria ser uma democracia fundada na socialização dos meios de produção, no respeito pela dimensão religiosa da

[478] Para todo o contexto argelino, cf. Benjamin Stora, *Histoire de l'Algérie depuis l'indépendance : Tome 1, 1962-1988*, s.l., La Découverte, 2004.
[479] Paul-Marie de la Gorce, *História da O.A.S. na Argélia*, Lisboa, Seara Nova, 1964.

personalidade muçulmana, onde teriam lugar todos os europeus que o desejassem. A nível económico, fala-se de revolução agrária, de nacionalização da banca e do comércio externo, de industrialização; no campo social, de alfabetização, do desenvolvimento de uma cultura nacional e da emancipação da mulher; no plano da política externa do princípio do não-alinhamento. Até que está em causa a direção da FLN, ou seja, a composição do seu Gabinete Político. Ben Bella é o porta-voz dos ataques ao GPRA. Dirigente histórico da FLN envolvido nos preparativos da insurreição de 1954, que deu início à luta armada argelina, fora preso em outubro de 1956 e apenas libertado na sequência dos acordos de cessar-fogo. Após a sua libertação, aproxima-se de Houari Boumediène, chefe do Estado-Maior do ALN (Exército de Libertação Nacional argelino) e um dos principais críticos do GPRA. Ben Bella encabeça uma lista que engloba os dirigentes que consigo haviam estado presos desde 1956 – Mohamed Boudiaf, Mohamed Khider, Hocine Aït Ahmed e Rabah Bitat –, o antigo comandante Mohamed Saïd e Hadj Ben Alla, antigo adjunto de Larbi M'hidi e igualmente vítima de uma longa prisão, que obtém dois terços dos votos[480]. No seguimento disso, o presidente do GPRA, Ben Khedda, abandona o congresso rumo a Argel para aí afirmar a presença do seu governo. O acordo do GPRA com a OAS e o afastamento de Boumediène do comando do ALN precipitam o conflito.

Dum lado Boumediène e Ben Bella suportados pelas regiões militares de Aurès, Oran e do Sahara e pelos exércitos "de fronteira" (estacionados durante a guerra em Marrocos e na Tunísia); do outro, o GPRA sustentado pelas regiões militares de Constantine, da Cabília e de Argel e pela Federação Francesa da FLN[481]. Em 22 de julho, Ben Bella constitui em Tlemcen um *Bureau* Político cuja intenção é "*tomar nas mãos o destino da Argélia*"[482]. Ferhat Abbas, primeiro presidente do GPRA em 1958, Tewfik el-Madani, ministro dos Assuntos Culturais do GPRA de 1958 e dirigente da Associação de Oulémas (os doutores da lei) ou Yacef Saadi, antigo responsável pela zona autónoma da FLN de Argel, colocam-se ao lado do grupo de Tlemcen. Segue-se o golpe de força: a 25 de julho, Constantine, a capital do Este argelino, é ocupada. Vinte e cinco mortos, trinta feridos e as prisões do chefe da wilaya e do ministro do Interior do

[480] Larbi M'hidi é uma figura de referência na luta de libertação argelina, tendo sido preso e morto pelos franceses em fevereiro de 1957. Ben Bella e os restantes responsáveis argelinos haviam sido presos em conjunto, quando o exército francês desvia o avião civil marroquino em que viajavam. Cf. também Ania Francos e Jean-Pierre Séréni, *Um Argelino chamado Boumediène*, Lisboa, Edições Rolim, 1977.
[481] Durante a guerra a FLN divide o território em seis regiões militares designadas por wilayas.
[482] Tradução da citação in Benjamin Stora, *Histoire de l'Algérie*...

GPRA são o saldo da operação. A apreensão sucede ao júbilo vivido a 5 de julho, quando a independência fora comemorada nas ruas da capital. Mas o *Bureau* Político vai colhendo apoios, sendo paulatinamente reconhecido por vários dirigentes nacionalistas. A 6 de agosto, é a vez da Federação Francesa da FLN a ele se aliar. Porém, as wilayas da Cabília e de Argel continuam a resistir. A 29 de agosto, Yacef Saadi e as suas forças atacam a wilaya IV (Argel). Contam-se numerosos mortos. "7 anos, basta!" – é o grito de revolta da população da cidade, que desce à rua. As manifestações de nada servem. A 30 de agosto, o *Bureau* Político dá ordem para marchar sobre Argel. Os combates em Boghari e El-Asnam provocam mais de mil baixas. A 9 de setembro, Boumediène entra na capital à frente das suas tropas. E o grupo de Tlemcen distribui entre os seus elementos os lugares de poder.

Em simultâneo, o desgoverno dá margem à "justiça popular" e assiste-se à execução de vários milhares de argelinos ex-membros do exército francês ou simplesmente pró-franceses e ao rapto de largas centenas de *pieds-noirs*[483]. A paralisia económica e administrativa é total. A fuga de europeus continua, assim como a emigração argelina.

A 25 de setembro de 1962, a Assembleia Nacional Constituinte eleita cinco dias antes proclama o nascimento da República Democrática e Popular Argelina. Ahmed Ben Bella é designado presidente do Conselho de Ministros. Cinco importantes lugares no executivo são ocupados por militares. Mohamed Khider assume o lugar de secretário-geral do *Bureau* Político. Ferhat Abbas é o presidente da Assembleia Constituinte. Atinge-se finalmente uma relativa estabilidade. Sem que a contestação desapareça, assim como uma certa incapacidade de com ela lidar. O exército mantém-se no centro do poder e, a pouco e pouco, impõe-se uma visão de partido único: o Partido Comunista Argelino é interdito logo a 29 de novembro; o Partido da Revolução Socialista, criado nos finais de setembro por Boudiaf, sê-lo-á em agosto do ano seguinte.

Num contexto de emergência dos países do Terceiro Mundo na cena internacional e de afirmação do nacionalismo árabe, a independência argelina assume importância particular. Tanto mais quanto se recusa a alinhar nos velhos enquadramentos políticos mundiais, procurando uma via socialista alternativa, afastada do modelo soviético. Próxima da Cuba de Fidel Castro, que Ben Bella visita logo em

[483] Mil e oitocentos desaparecidos, segundo números oficiais.

outubro de 1962, e da experiência autogestionária da Jugoslávia de Tito e recetiva às influências da IV Internacional Trotskista. Numa palavra: aberta aos ventos socialistas de todos os matizes. Uma plataforma revolucionária, animada pelas palavras de ordem de Ben Bella: socialismo, anticolonialismo, antifascismo. Aí se reúnem muitos dos que antes tomaram como sua a luta nacional argelina: franceses, gregos, egípcios, jugoslavos…[484] Além doutros, que aí pretendem estabelecer uma base para a sua própria luta. Como os membros dos vários movimentos de libertação das colónias portuguesas: da FUA, do MPLA, do GRAE (Angola), do PAIGC (Guiné e Cabo Verde), da UDENAMO, do Movimento Democrático de Moçambique, da FRELIMO (Moçambique). Ou como os portugueses.

No mês de março de 1963, na capital argelina estão cerca de trinta portugueses, entre os quais várias crianças. No mês anterior tinham-se instalado as famílias Marcelo Fernandes e Castanhinha, Fernanda Filipe, Maria Emília Silvestre, Modesto Iglesias e Hélder Veiga Pires[485]. Os primeiros vindos de Rabat e já esperados, o último proveniente de Londres onde estava exilado desde abril de 1961. Além de Cabeçadas. Nos primeiros dias de março, chegam Maria Emília Tito de Morais e os filhos. Com Piteira, seguem a filha mais velha de Tito de Morais, Maria Carolina, e o marido, Augusto Pereira de Oliveira. Stella Piteira Santos faz a viagem de barco e chega logo depois. No final de março, transfere-se de Rabat Helena Teixeira, mulher do médico moçambicano Hélder Martins, como atrás se mencionou. A família Quintino de Barros, Tito de Morais e Joaquim Branquinho por lá estavam há algum tempo. Em Orão continuam os psiquiatras Zulmiro de Almeida, a mulher Mercês Marta Ferreira e Hermano Neves[486]. Em Tlemcen, o psiquiatra Barros Ferreira[487].

Todos estão empregados ou em vias disso e a maioria aufere de ordenados razoáveis, ainda que as colocações com remuneração acima dos 1000NF sejam difíceis de encontrar [488]. Complicada é a sobrevivência nos dois meses inaugurais, tempo médio

[484] Cf. Didar Fawzy-Rossano, *op. cit.*
[485] Fernanda Filipe é mulher do médico moçambicano Artur Marinha de Campos, militante da UDENAMO e depois da FRELIMO, já atrás referido. Entrevistas com Marcelo Fernandes, Lisboa, 28 de maio de 2007 e Fernanda Filipe/Artur Marinha de Campos, Lisboa, 8 de janeiro de 2008.
[486] Este último é filho de Mário Neves, na altura redator-chefe do *Diário de Lisboa*.
[487] Carta de Hélder Veiga Pires a Manuel Sertório, 14 de março de 1963. CD 25A, MS – Corresp 2454.
[488] 1NF correspondia a 5 escudos. Em média, os médicos recebem 3000NF, os médicos especialistas 3800NF e os engenheiros 2000NF, excepcionais remunerações para os padrões da época. Em Portugal, o ordenado de um empregado de escritório rondava normalmente os 700 escudos, o de um economista andava pelos 4000/5000 escudos, sendo este um valor bem acima da média nacional e difícil de encontrar.

para receber o pagamento do primeiro salário, consequência da desorganização administrativa que se vive no país. Se o custo de vida é idêntico ao de Paris, a habitação é muito mais acessível. Com a debandada dos franceses, são numerosas as casas vazias em ótimas condições de habitabilidade. São os chamados *biens vacants*, distribuídos pelo Ministério das Finanças argelino à população que deles necessitasse e aos cooperantes que se vão fixando. O processo é relativamente célere. Quem chega com família é alojado de imediato, os restantes aguardam um pouco mais. Apenas no centro é difícil arranjar casa, mas da periferia a deslocação é rápida se feita em transporte próprio. Já a aquisição de mobiliário e de outros utensílios domésticos é problema grave. As casas disponíveis estão completamente desprovidas de recheio e a compra do mínimo essencial é bastante dispendiosa[489].

Por agora, a residência de Tito de Morais serve de albergue a uns recém-chegados – Cabeçadas, Veiga Pires e Piteira Santos –, a de Quintino de Barros a outros – família Augusto Pereira de Oliveira e Maria Carolina Tito de Morais. O ambiente é sadio, apesar dos embaraços ao labor político. Porque as reuniões têm um ar demasiado familiar, porque ninguém pode dispor de dinheiro para obter os "*tarecos mínimos: cadeiras, secretária e estante*" a um lugar de trabalho[490]. A solidariedade e o otimismo mantêm-se, sentimentos bem patentes nas palavras de Cabeçadas para Lopes Cardoso a 25 de março de 1963: "*Todo o grupo de pessoas que aqui está é francamente bom e julgo que encontraremos sempre apoio de toda a ordem*"[491].

Aguarda-se a deslocação de Mário Ruivo. A morosidade das decisões de Paris impedem a materialização das promessas que os responsáveis argelinos reafirmam, queixam-se os elementos da Comissão em Argel[492]. Falta de dinheiro é o problema fulcral. Repetem-se apelos para conseguir suprir as necessidades básicas. Finalmente, Lopes Cardoso é o portador das boas notícias: será enviado subsídio de 500NF destinado a equipar o *bureau*. São os "*amigos das* máquinas", ou seja, da Resistência Republicana, a adiantá-lo[493].

[489] Cartas de Rui Cabeçadas a Lopes Cardoso, 15 de março de 1963; de Hélder Veiga Pires a Manuel Sertório, 23 de abril de 1963 e de Rui Cabeçadas a Hipólito dos Santos, 24 de julho de 1963. Respetivamente, CD 25A, LC; CD 25A, MS – Corresp 2456 e APHS. Entrevista com Clarinda Veiga Pires, Lisboa, 29 de novembro de 2007.
[490] Carta de Rui Cabeçadas a Lopes Cardoso, 15 de março de 1963. CD 25A, LC.
[491] CD 25A, LC.
[492] Carta de Cabeçadas a Sertório, s/d [fins... CD 25A, MS – Corresp 347.
[493] O equivalente a 2500 escudos. Carta de Lopes Cardoso a Rui Cabeçadas, 19 de março de 1963. Carta cifrada. CD 25A, LC.

Na sexta-feira dia 22 de março, Ruivo segue para a Argélia. Informara trazer novidades de Itália, mas na verdade pouco mais pode adiantar das diligências feitas. No início do mês, havia transmitido a Piteira Santos a possibilidade de arranjar um lugar de jornalista na revista *Révolution Africaine*, assegurando dessa forma a manutenção de um elemento em Roma. Piteira poderia ser esse elemento, se o desejasse[494]. Começa entretanto a campanha eleitoral italiana e a atenção dos parceiros políticos desvia-se, atrasando por mais um tempo as respostas às boas perspetivas que, continua a garantir, existem[495].

Aproveitando a presença de Mário Ruivo, reúnem-se os membros da Comissão em Argel a 24 de março. A ordem de trabalhos é extensa: analisam-se a situação atual da Frente e a evolução da oposição no interior; examinam-se as diferenças entre a visão portuguesa do problema colonial e a dos nacionalistas africanos; pondera-se a estratégia a adotar nas relações internacionais em geral e com os movimentos nacionalistas em particular; avaliam-se os problemas de direção e coordenação dos organismos de emigração; revê-se o trabalho da Comissão Provisória e discute-se a composição, funcionamento, localização e responsabilidades da Comissão Delegada e dos *bureaux*; delineia-se o projeto do boletim da Comissão e do jornal da Frente; pensa-se a composição do Conselho Consultivo; debatem-se as possibilidades de realização de um encontro com dirigentes do interior e a ideia, transmitida por Ruivo, de uma reunião de elementos destacados da oposição portuguesa dos vários países; imaginam-se formas de angariar meios financeiros; aborda-se a necessidade de contacto direto com Álvaro Cunhal; fala-se do caso do general Delgado e do núcleo oposicionista brasileiro[496].

Uma vez mais, as relações entre oposição no exterior e no interior merecem particular atenção. Os presentes sublinham não se dever retardar nenhuma iniciativa unitária enquadrada no espírito da Conferência por não estar reconstituída a Junta Patriótica Central. Essa reconstituição passara aliás, na última reunião da CD em Paris, a ser considerada uma das tarefas da Comissão, que se deveria esforçar por estabelecer contacto regular com o país.

O apoio à luta de libertação nacional das colónias portuguesas é também reafirmado pelos participantes na reunião como um dos aspetos privilegiados da ação a

[494] Carta de 4 de março de 1963. CD 25A, PS – Corresp 39.
[495] Carta de Mário Ruivo a Lopes Cardoso, 13 de março de 1963. CD 25A, LC.
[496] "Comissão Delegada. Ordem de Trabalhos", Argel, 24 de março de 1963. CD 25A, LC.

desenvolver. À Comissão caberá planear atividades e coordenar a sua execução. Ainda neste âmbito, discute-se o rascunho de documento a enviar pela FPLN à Conferência dos Chefes de Estado Africanos a realizar em Adis Abeba, em maio seguinte.

No campo organizativo, os presentes sugerem o estudo da nomeação de representantes da Frente nos países onde existam condições favoráveis ao trabalho político. Sobre o funcionamento da CD, entendem que os seus membros devem assumir desde já as suas responsabilidades, embora "*cingindo-se à orientação geral e às decisões precisas da Conferência e estabelecendo entre si um sistemático contacto de informação e consulta*"[497]. Define-se também a apresentação do carimbo e da gravura a utilizar pelo *bureau* argelino, que Ruivo fica incumbido de mandar fazer[498]. Finalmente, avança-se na preparação do boletim da Frente.

É "*previsto um nome e uma apresentação formal, além de edição bilingue (português e francês), sendo o conteúdo com fundo comum mas adaptável ao público a que se dirige*"[499]. Portugal Livre - Boletim de informação da FPLN, é o título aprovado. Contorna-se assim o problema da omissão de proveniência na denominação da Frente – "*o nome da Frente não indica que se trata de Portugal - Frente Patriótica de Libertação Nacional. [...] De onde? De que gentes?*" – e elucida-se de imediato quanto ao conteúdo da publicação[500]. A existência da rádio Portugal Livre não lhes parece poder suscitar objeções, por serem evidentemente coisas distintas. Esse foi também o cabeçalho de um jornal do Movimento Nacional Independente, no Brasil, não tendo no entender dos presentes qualquer carácter político-partidário[501]. Pensa-se que a impressão poderia ser feita na capital argelina, embora fosse impossível recolher aqui o necessário financiamento. Para estudo mais aprofundado fica uma outra proposta contemplando um jornal dirigido aos portugueses. Mário Ruivo fica encarregue de mandar executar a maqueta da capa do boletim em Itália e de a enviar seguidamente.

A viagem tem apenas resultado turístico, assim a desvaloriza Ruivo a Ramos da Costa na sua passagem por Paris, onde se dirige de seguida[502]. Das audiências com os

[497] "Conclusões e Sugestões. Texto de trabalho. Reunião de membros da Comissão Delegada", Argel, 24 de março de 1963. CD 25A, LC.
[498] Carta de Mário Ruivo a Tito de Morais, Roma, 22 de maio de 1963. APTM.
[499] Carta de Rui Cabeçadas a Lopes Cardoso, Argel, 25 de março de 1963. CD 25A, LC.
[500] Carta-relatório dos membros da CD em Argel aos membros da CD em Paris, 10 de abril de 1963. CD 25A, LC.
[501] *Idem*.
[502] Carta de Ramos da Costa a Piteira Santos, Paris, 6 de abril de 1963. A&B FMS, 4279.005, ims. 124-125.

dirigentes argelinos capazes de esclarecer as facilidades que dariam à oposição portuguesa, praticamente nenhum resultado.

A realidade não fora bem essa. Mário Ruivo é na altura informado, por exemplo, do acordo de princípio de que a residência onde está alojada a família Tito de Morais – rua Charles Vallin, n.º 17 – transitaria para o *bureau*[503]. Um tanto ou quanto estragada e com pequenos defeitos, mas central, com telefone e relativamente grande (quatro boas divisões, cozinha, casa de banho, pequeno compartimento, grande corredor e varanda)[504]. Além de saber da possibilidade de se aproveitar um canal de comunicação semanal com Paris através do Movimento Anticolonialista Francês, que estaria ainda disposto a permitir o uso da sua agência em França e a aumentar os apoios aos oposicionistas portugueses[505]. Novidades provavelmente anunciadas por Henri Curiel ou pelos seus mais próximos colaboradores, que atrás referimos.

Na capital francesa, no final de março, Ruivo encontra-se com os membros da Comissão aí residentes – Lopes Cardoso e Joaquim Gomes. Traz ordem de trabalhos e algumas conclusões escritas. Sobre essas fazem-se ajustes e tomam-se decisões finais. Cabe a Paris comunicar a Argel o deliberado.

Os elementos "argelinos" concentram-se em deslindar de uma vez como se concretizariam o *bureau* e a emissora. Todos assentem na importância de os pôr em marcha, sobretudo a rádio. Porque poderia ser o principal móbil para a deslocação do PC para o local, como defende Mário Ruivo, e, ao mesmo tempo, vencer a inércia da oposição moderada no interior, como sublinha Ramos da Costa[506]. Para tanto, esperam impacientes a audiência com Ben Bella. Esperam e desesperam. Como transmite Piteira Santos ao amigo Ramos da Costa:

> *"Tudo nos corre mal independentemente da nossa vontade e diligência. A Revolução argelina vive uma viragem decisiva, não podemos impor aos actores de uma acção nacional de importância histórica, as pequenas dificuldades do nosso velho drama. Se esperámos trinta anos, por que razão não aguardar mais seis meses? O argumento fere-nos, mas é o que toda a gente pensa. A nossa luta não tem relevância; não*

[503] Carta de Cabeçadas a Sertório, s/d [fins... CD 25A, MS – Corresp 347.
[504] Cartas de Piteira Santos a Ramos da Costa, 3 de abril de 1963 e a Humberto Delgado, 3 de julho de 1963. Respetivamente, A&B FMS, 4279.005, ims. 126-130 e CD 25A, PS – Corresp 77.
[505] As informações são transmitidas com carácter de novidade a Lopes Cardoso por Rui Cabeçadas a 25 de março (carta cifrada). Na carta anterior, de 15 desse mês, Cabeçadas nada havia referido. CD 25A, LC.
[506] Cartas de Cabeçadas a Lopes Cardoso, 25 de março de 1963 e de Ramos da Costa a Piteira Santos, Paris, 31 de março de 1963. Respetivamente, CD 25A, LC e A&B FMS, 4279.005, ims. 133-135.

demonstramos ao mundo eficiência; as nossas "pequenas" dificuldades materiais são de uma dimensão ridícula.

Efectivamente, temos autorização para abrir um bureau, praticamente temos uma casa […] e não temos dinheiro para mandar por os vidros e comprar o mínimo de móveis que nos permita funcionar, receber gente, etc.

Quem pode acreditar numa Frente, assim frágil, assim carecida de apoio?

Claro que, como tu compreendes, do bureau salta-se para muitas coisas. E claro que, como tu compreendes, é preciso ter a cabeça na lua para pensar que podemos exigir a quem nos dá casa, que nos dê móveis... e…dinheiro. A que título? Os outros países não nos autorizam uma vida legal, e estes que nos autorizam o funcionamento devem ser as vítimas das nossas dificuldades incríveis?

Somos bem vistos. Considerados. Mas não podemos pedir de mão estendida…"[507]

Nos primeiros dias de abril, a audiência não acontecera, os prometidos fundos de França não haviam chegado, a solicitação para o envio de materiais do interior utilizáveis pela rádio e pelo *bureau* não obtivera resposta nem daí viera qualquer notícia, de Paris idêntica atitude. Uma guerra de nervos.

Na capital argelina, o ritmo de vida coletivo imposto pelo convívio no mesmo espaço, espaço esse partilhado com crianças, sem mínimas condições para desenvolver um trabalho político mais profundo, começa a embaraçar as relações e a agravar a tensão decorrente da incerteza reinante. Só nesta altura Piteira Santos e a mulher se estabelecem em casa própria, Cabeçadas e Veiga Pires estão igualmente na iminência de o fazer. Ao forçado convívio aliam-se as distintas conceções do projeto unitário e os diferentes feitios, idades e métodos de trabalho, obstáculos sérios a que a Comissão Delegada funcione como um conjunto. Além da circunstância de Tito de Morais se encontrar há mais tempo na cidade, facto nada benéfico para o esclarecimento das posições de cada um, conforme sublinha Rui Cabeçadas[508].

"*Até Maio pouco se poderá adiantar*", afirmara Mário Ruivo a Ramos da Costa quando ainda corria março[509]. O mesmo declarava o PC, avançando simultaneamente proposta de realização de uma nova conferência. Sem que nenhuma das resoluções tomadas na primeira se tivesse materializado. Piteira Santos insiste com Paris: enviem

[507] Argel, 3 de abril de 1963. Sublinhados no original. A&B FMS, 4279.005, ims. 126-130.
[508] Cartas de Piteira Santos a Ramos da Costa e de Rui Cabeçadas a Lopes Cardoso, ambas de 8 de abril de 1963. Respetivamente, A&B FMS, 4279.005, ims. 118-123 e CD 25A, LC.
[509] Carta de Ramos da Costa a Piteira Santos, 6 de abril de 1963. A&B FMS, 4279.005, ims. 124-125.

materiais; digam de vossa justiça quanto à elaboração do boletim; mantenham o contacto. Porque, salienta:

> *"Nem aqui, nem em Roma, nem mesmo em Paris, se farão milagres. É preciso trabalhar e trabalhar numa colaboração muito estreita. Se não formos apoiados, informados, documentados, não criaremos as condições de trabalho desejáveis, nem mesmo poderemos explorar as condições locais que são muito favoráveis. Não se esqueçam disso."*[510]

Oito dias depois das notícias terem seguido mantinha-se o silêncio. O desânimo ronda. E eis que é posta à disposição da oposição portuguesa uma tipografia anteriormente utilizada pela OAS. Cinco máquinas, duas delas automáticas e em bom estado, capazes de imprimir quatro a cinco mil exemplares por hora, outra com possibilidade de tipografar um jornal de pequeno formato após reparação do motor e arranjo de peça em falta. Ensaios feitos, quatro estão prontas a trabalhar. Uma guilhotina, várias máquinas de cozer, vincar, furar e agrafar, bastante tipo francês, quantidade apreciável de papel. Embora algo antiquada e mal instalada, uma verdadeira tipografia. Para a por a funcionar, é necessário comprar tipo português e contratar um compositor, já que a composição é manual. Entre a comunidade portuguesa encontrar-se-iam voluntários a serventes e gráficos. Estimam que o valor total do material e maquinaria ascenda a uns 500 a 600 contos portugueses. Em falta apenas a formalização legal da cedência[511].

Uma espécie de compensação à falta de progresso dos assuntos pendentes. Uma prova da boa vontade dos anfitriões. Boa vontade traduzida outrossim na rápida colocação profissional de todos os portugueses. Estes compensam da forma que podem: com os préstimos do pessoal médico aí concentrado. Ajuda nada despicienda para os argelinos, profundamente carecidos dessa assistência. Um exemplo dessa cooperação passa-se na noite de 2 de abril, quando o Ministério da Saúde mobiliza médicos para efetuarem uma triagem e relação de mendigos e vagabundos. Comparecem seis médicos lusos, um francês e dois argelinos[512].

---

[510] Carta de Piteira Santos a Lopes Cardoso e «Monteiro» [Joaquim Gomes]. Com esta segue o rascunho do documento a enviar à Conferência de Addis Abeba, para apreciação em Paris.CD 25A, LC.
[511] Carta de Piteira Santos a Ramos da Costa, 8 de abril de 1963 e carta-relatório dos membros da CD em Argel aos de Paris, 10 de abril de 1963. Respetivamente, A&B FMS, 4279.005, ims. 118-123 e CD 25A, LC.
[512] Carta de Piteira Santos a Ramos da Costa, 3 de abril de 1963. A&B FMS, 4279.005, ims. 126-130.

Porventura animados pelo "empurrão", a equipa "argelina" escreve para Paris repetindo e acrescentando dados ao relatório de março enviado por intermédio de Ruivo. O verdadeiro destinatário é «Monteiro» ou, mais concretamente, o PC. O tom é conciliador, o objetivo é desbloquear. O constante argumento da direção do movimento pertencer ao interior e disso justificar o atraso é o primeiro a ser abordado. Novamente para assentir no seu acerto, novamente para discordar da sua aplicação *ao pé da letra*, da insistência em fazer depender da prévia aprovação do interior iniciativas e atividades enquadradas no espírito da Conferência de Roma, da obstinação em ignorar a inexistência da Junta Central de Acção Patriótica e a consequente impossibilidade de obter um acordo de conjunto. A edição do boletim é o próximo ponto: relembram o debate com Ruivo e os seus resultados, sublinham a urgência da questão, avançam estar em condições de o publicar impresso, têm ao seu dispor uma tipografia onde o podem fazer. Para a instalação do *bureau*, esperam somente os necessários recursos financeiros, que, sublinham uma vez mais, não serão conseguidos junto dos argelinos. Quanto à rádio, nada de novo, aguardam a evolução da conjuntura política interna. Até porque "*é preciso ter paciência. Não estragar as possibilidades com uma diligência infeliz*". Passam subsequentemente a dois itens "apadrinhados" pelos comunistas: a constituição do Conselho Consultivo e a realização de assembleia dos oposicionistas no exílio. Sobre a formação do organismo de cúpula da Frente, reafirmam:

> *"O problema fundamental reside em que não há processo para corrigir o "esquerdismo" da reunião de Dezembro: A.C. [Álvaro Cunhal], R.L.G. [Rui Luís Gomes] e H.C. [Humberto Delgado, sigla errada no original] são indiscutíveis e também Manuel Valadares e Maria Lamas, Emídio Guerreiro e Casais Monteiro, António José Saraiva e Castro Soromenho, Paulo de Castro e Jorge de Sena. E onde se encontram pesos para por no outro prato da balança? Só no Brasil: João Sarmento Pimentel, Francisco Sarmento Pimentel, Francisco de Oliveira Pio, Ricardo Seabra, Rica Gonçalves. O CONSELHO CONSULTIVO é útil, pode trazer apoios, ajudar a ganhar influência, interessar pessoas, etc. etc. mas dar uma cor política diferente não dá. E a carga de elementos do Brasil é esmagadora. A eleição, é um processo que corresponde, para eliminar dificuldades, à sugestão de P.S. [Piteira Santos] de serem considerados membros do Conselho, os Presidentes das Associações ou Comissões.*

Parece-nos à primeira vista bem. Mas corresponde ao problema do Uruguai ou da Venezuela. Não resolve os problemas do Brasil, da Inglaterra, da França."[513]

O encontro de quadros destacados no exílio merece "*todo o interesse*", reiteram os dirigentes na capital magrebina. Embora considerem, como também haviam transmitido por intermédio de Ruivo, mais importante uma reunião da Comissão Delegada com quadros jovens do interior. Por fim, assuntos práticos. É premente a apreciação do documento a enviar à Conferência de Adis Abeba. Inscreveram três pessoas na reunião de estudo da Federação Mundial da Juventude a ter lugar em Argel, quererão inscrever outros elementos de Portugal, Paris ou Roma? Conviria conseguir a adesão de intelectuais portugueses à Conferência Europeia de Ajuda à Argélia, a decorrer na capital argelina em finais de maio. Bertrand Russel, Frank Consins, Claude Bourdet ou Alfred Sauvy são alguns dos nomes que já apoiaram a iniciativa. Nos trabalhos preparatórios haviam participado três portugueses, pensam aproveitar a deslocação das numerosas personalidades ao país para chamar a atenção para os casos de Portugal, Espanha e Grécia. Junto segue ainda exemplar de circular do *bureau* de Argel com referência a bolsas de estudo, condições de cooperação técnica e telegrama enviado a Ben Bella [514].

Desempatar

Enquanto os defensores de Argel se debatem por impor essa opção ao criar uma situação *de facto*, os partidários de Roma mantêm a relutância. Insistem nas melhores condições existentes na capital italiana, querem esperar os resultados das diligências aí efetuadas, teimam na desconfiança perante a incerteza argelina. E procuram convencer Manuel Sertório da razão que lhes assiste. Ainda no Brasil e por isso arredado do centro da disputa, o voto deste poderia ultrapassar o impasse ou, ao contrário, gerar um empate técnico entre ambas as opções consideradas. Os dois lados do duelo estão cientes disso e empenham-se numa autêntica "campanha" junto dele.

De início, Sertório prefere Roma, alinhando com os comunistas. Instado por Piteira Santos a tomar uma posição definitiva na matéria, o advogado responde:

[513] Carta-relatório dos membros da CD em Argel aos de Paris, 10 de abril de 1963. Maiúsculas no original. CD 25A, LC.
[514] *Idem*.

"A minha opinião, que coincide com a do Cunhal, é que é muito pouco aquilo que nos é oferecido. […] Claro que a minha cartada é, como a de toda a gente, a cartada argelina, por causa dos nacionalistas e da sua proximidade. Mas não lhe concedo uma prioridade absoluta, até pelas reticências "aristocráticas" dos nossos companheiros que tiveram a felicidade de nascerem negros, reticências que se traduzem ou incidem em aceitar expressamente a ideia de colaboração connosco em acções concretas. Ora, sucede que, desde que tenhamos dinheiro, outros governos nos darão acolhida, inclusive S.M. Hailé Selassié. E depois das nossas primeiras provas de força… diplomática, o problema da colaboração com os nacionalistas seria certamente por eles revisto com o realismo que têm e que é bem maior do que o nosso. Dizerem-nos, como o governo argelino diz, "montem o emissor, a casa é vossa" chega a ser demonstração de humorismo negro - desde que nos não dêem os meios materiais de o instalarmos."[515]

A preocupação central do advogado é o suporte monetário: "*Nós precisamos de dinheiro e só de dinheiro*"[516]. Garantidos os recursos imprescindíveis à sobrevivência e atividade da oposição portuguesa junto de alguns países, considera resolvido o problema de fundo. Sugerira anteriormente "*a ideia de uma "tournée" por várias capitais e de diligências junto de organizações internacionais sindicais e até estudantis*" nesse sentido, voltando agora a fazê-lo[517]. Não sendo possível conseguir ajuda financeira na Argélia, como todas as informações indicam, não reconhece o primado dessa escolha. Convicção transmitida aos seus interlocutores preferenciais – Lopes Cardoso, Rui Cabeçadas, Mário Ruivo –, a quem se dirige a 25 de fevereiro[518]. E também a Álvaro Cunhal:

"A vantagem assinalada no primeiro local [Argélia] é, em meu entender, mais ilusória do que real, pois a desconfiança e desinteresse dos nacionalistas perante nós são maiores do que supomos e a forma de os quebrar é justamente darmos os primeiros passos no campo da actuação diplomática que por acções concretas venha a directamente beneficiá-los, seja qual for o local de que parta essa nossa actuação"[519].

Daí insistir na precisão de explorar cabalmente a hipótese de Roma, em particular a promessa de garantir a manutenção de 4 ou 5 pessoas da Frente, avançada

[515] Carta de 13 de fevereiro de 1963. CD 25A, PS – Corresp 37.
[516] *Idem*.
[517] *Ibidem*.
[518] Respetivamente, CD 25A, LC e CD 25A, MS – Corresp 346 e 2937.
[519] Carta de 25 de fevereiro de 1963. CD 25A, MS – Corresp 713.

pelo secretário-geral comunista na Conferência. Ruivo ficara encarregue das sondagens em Itália, o que apurara? Celeridade, é o que pede.

Enquanto aguarda pela instalação da Comissão Delegada, ponto de partida para poder tratar da sua mudança de residência, Sertório retoma o trabalho político a partir da sua base.

Impulsionar a constituição de Comités locais de apoio à Frente é uma das suas preocupações. Comités a criar em terras brasileiras e nos vários núcleos de portugueses exilados, "*para o patrocínio das actividades dos democratas emigrados e para a obtenção de dinheiro, e de muito dinheiro, que não é pouco o que se necessita para a instalação e funcionamento da Comissão Delegada*", como esclarece a Hélder Veiga Pires em meados de fevereiro[520]. A ideia é por si canalizada para a Argentina, Canadá, Inglaterra, Marrocos, Uruguai e Venezuela[521].

O advogado está bem ciente que "*nenhum problema político, fosse ele qual fosse, encontrou até ao presente a solução definitiva numa mesa de conferências*", pelo que importava "*ver até que ponto o desenvolver da luta realiza as decisões da Conferência*"[522]. É preciso não deixar passar o momento e recorrer a todos os contactos que possui.

Neste contexto, interpela José Veiga Pires sobre as possibilidades de servir de observador ou mesmo interventor em certos movimentos de natureza colonial, aproveitando o facto de ter transferido residência para a capital da Nigéria[523]. Sabendo do peso político de Rui Luís Gomes, como ele partilha algumas impressões do encontro de Roma, questionando-o acerca da possibilidade de criar no Recife um comité de apoio à Frente[524]. Mantém a proximidade ao general. Escutando-lhe dúvidas, cooperando em iniciativas da sua autoria, transmitindo-lhe as suas opiniões e as novas que vai

[520] Carta de 16 de fevereiro de 1963. É rececionada mais de um mês depois, dada a mudança de Veiga Pires para Argel e a missiva ter sido dirigida a Londres. CD 25A, MS – Corresp 2451. Sendo informado por um amigo de que o seu nome constaria da lista de mobilizados para a Índia, decidiu sair do país e juntar-se ao seu irmão, José Veiga Pires, há uns anos radicado em Londres. Era então finalista de Ciências Económicas na Faculdade de Economia do Porto. Desde 1951 estava referenciado pela PIDE como membro do MUD Juvenil, tendo estado preso por um breve período em 1955. Chega à Inglaterra em abril de 1961. É efetivamente mobilizado três meses depois, sendo a partir daí classificado pela polícia política como "desertor".

[521] Cf., além da citada na nota anterior, cartas de Sertório a Piteira Santos, 13 de fevereiro de 1963; a Santos Dores, 16 de fevereiro; a Álvaro Cunhal (dirigida ao pseudónimo «A. Sousa»), 25 de fevereiro; e a Mário Ruivo, 3 de abril. Respetivamente, CD 25A, PS – Corresp 37; CD 25A, MS – Corresp 747, 713 e 2939.

[522] Carta de Sertório a José Veiga Pires, 16 de fevereiro de 1963. CD 25A, MS – Corresp 2516.

[523] Fá-lo em finais de 1962, ocupando aí o lugar de professor no Hospital Universitário de Lagos.

[524] Carta de 25 de fevereiro de 1963. CD 25A, MS – Corresp 1380.

recebendo dos companheiros mais diretamente envolvidos na instalação do secretariado da FPLN no exterior. Informações de que vai dando nota aos mesmos companheiros.

Inteirado de alguns boatos e desconfianças que circulam, Sertório procura dirimi-los. Desde logo, os motivados pela adulteração de declarações suas na conferência de imprensa de Londres, que esclarece junto de Piteira, de Cunhal e de Ruivo[525]. Toma idêntica atitude quando os visados são os seus parceiros políticos. Por exemplo, perante as reticências de Santos Dores relativamente a Piteira Santos, Sertório assevera-lhe:

> *"que se encontra, como nós, empenhado num esquema activista das JAP sem preconceitos, comuns ainda […] quanto a acções de tipo violento. A acção do P.S.[Piteira Santos] na recente Conferência foi uma das mais meritórias e lúcidas"*[526].

Piteira passa, aliás, a ser outro dos seus interlocutores de eleição. Reconhece-lhe qualidades políticas, encontra certa similitude na forma de encarar o mundo, com ele troca impressões sobre a necessidade de criar em Portugal uma organização partidária socialista marxista[527]. Por tudo isso, apressa-se em transmitir-lhe a inquietação perante o que soubera da posição comunista:

> *"Acho que, infelizmente, está agora claro que o P.C. fugirá da instalação da Comissão como o Diabo da cruz. A criatura a que acima me referi [o representante do PCP em S. Paulo, Augusto Aragão] fala-me, em nome do partido, nas razões impeditivas da instalação da Comissão em Alger, que seriam a falta de segurança pessoal, o inconveniente das camadas mais conservadoras da Oposição ficarem desconfiadas com a proximidade e patronage do sr. Ben Bella e, para cúmulo, o facto da Comissão poder tornar-se um pólo de atracção prejudicial à luta interna (sic)!"*[528]

Ainda sem resposta de Piteira Santos à sua carta de 13 de fevereiro, reformula de certa forma o que lhe declarara antes. A sua insistência em sondar a opção de Roma tivera como pressuposto o sério empenho comunista. Verificara estar errado, o PC quer sim rever as resoluções da Conferência "*lançando mão de argumentos que foram tácita ou mesmo expressamente afastados*" na ocasião. Percebe hoje a causa real das críticas

[525] Respetivamente, cartas de 13 e de 25 de fevereiro. CD 25A, PS – Corresp 37 e CD 25A, MS – Corresp 713 e 2937.
[526] Carta de 16 de fevereiro de 1963. CD 25A, MS – Corresp 747.
[527] Após a recusa do interior em aceitar as alterações propostas aos documentos programáticos da RR, entre os exilados em Paris começa a pensar-se uma nova organização que será o Movimento de Acção Revolucionária (MAR), de que falaremos adiante.
[528] Carta de 5 de março de 1963. Sublinhados no original. CD 25A, PS – Corresp 40.

dirigidas a Piteira Santos, cujos rumores lhe haviam chegado, acusando-o de querer sobrepor-se ao decidido em Roma "*mandando toda a gente para Alger*". Agora não pede celeridade, fala de urgência:

> *"há que considerar se sim ou não há a possibilidade da imediata instalação da Comissão no local em que com maiores facilidades deparemos, com ou sem anuência do P.C., pois temos a nosso favor, depois da Conferência, a legalidade das resoluções tomadas."*[529]
>
> *E, "para que a legalidade de que dispomos e a que acima me refiro não pareça estar do outro lado", o advogado sugere ainda uma declaração dirigida ao PCP e subscrita pelos participantes na assembleia magna, exceto Álvaro Cunhal, "repondo as coisas no seu devido pé"*[530].

O recuo comunista convence-o dos benefícios de criar um verdadeiro Partido Socialista, solução antes por si recusada. Seria o contraponto à posição comunista e seguiria a linha aprovada na Conferência, que afirmava ser a constituição de partidos políticos elemento fortificador do movimento unitário. Um partido socialista marxista de quadros, atuando em íntima ligação à Frente ou a outro movimento unitário que viesse a ser constituído e capaz de dinamizar a ação insurrecional em conjunto com o PCP. De tal projeto vai pondo a par os que considera politicamente mais próximos, como Cabeçadas, Lopes Cardoso, Piteira, os irmãos Veiga Pires e Santos Dores[531].

Preparando caminho à materialização desse plano, é na qualidade de socialistas que deveriam atuar. A Hélder Veiga Pires, o primeiro dos referidos a estabelecer-se em Argel, transmite instruções mais precisas sobre a forma de aí atuar: "*Mantenha-se numa posição claramente independente e <u>expressamente socialista</u>, sem subordinação ao Tito de Morais e aja de acordo, acima de todos, com o Rui Cabeçadas*", mantendo igualmente contacto estreito com Piteira[532]. Tito de Morais é homem honesto, esclarece Sertório, mas algo "*ingénuo*" e "*estático*" na relação com o PC, alinhado com este nos últimos vinte anos e iludido pelas boas intenções manifestadas pelo partido em Roma.

Corre março quando o advogado recebe as notícias dos resultados da reunião da Comissão Provisória em Paris: o acordo de abertura de dois *bureaux* e a nomeação da

[529] *Idem*.
[530] *Ibidem*.
[531] Cf, entre outras, cartas de Sertório a Piteira Santos, 13 de fevereiro e 5 de março; a José Arnaldo Veiga Pires, 9 de março; e a Cabeçadas, 4 de maio; e a Santos Dores, 4 de maio e 29 de junho de 1963. Respetivamente, CD 25A, PS – Corresp 37 e 40 e CD 25A, MS – Corresp 2518, 348, 749 e 751.
[532] Carta Manuel Sertório a Hélder Veiga Pires, 8 de março de 1963. Sublinhados no original. CD 25A, MS – Corresp 2453.

Comissão Delegada definitiva. Em Argel, o *bureau* deveria inaugurar dentro de duas semanas, a rádio arrancaria logo depois[533].

Poucos dias mais tarde, Hélder Veiga Pires comenta a atitude do PC: não o surpreende, seria "*ingénuo pensar que a Conferência só por si alterava os métodos ou programa de qualquer partido, é necessário algo mais*"[534]. Dá então um breve panorama da capital argelina, identificando os portugueses aí residentes, os movimentos nacionalistas aí representados – FUA, MPLA e PAIGC – e indivíduos mais ou menos independentes, como Aquino Bragança e Carlos Lança[535].

De Roma, chega a carta-resposta de Mário Ruivo. Longa explanação da situação oposicionista no interior e das reações à Conferência daí provenientes, detalhado relato da reunião da Comissão Provisória em finais de fevereiro e da acesa discussão entre os adeptos da solução argelina e da romana. A reunião terminara com o acordo na existência de dois *bureaux* da Frente, cujos benefícios salienta:

> *"quer por razões de política interna nossa, quer mesmo por razões de acção política no exterior, considero desejável dispormos de uma certa flexibilidade de movimentos, tanto físicos como tácticos, o que não se coaduna muito com a existência de um só bureau […]. Tal flexibilidade de movimentos pode ser assegurada desde que se estabeleça uma distinção entre a composição da Comissão Delegada, como organismo responsável, e a localização geográfica dos seus membros que deverá ser ditada, tanto no tempo como no espaço, pelas tarefas e pelos meios à nossa disposição. Quer dizer, os membros da Comissão Delegada podem, em certos casos e em certas circunstâncias, estarem temporariamente todos juntos, ou distribuídos por dois bureaux, ou uns sedentários e outros migratórios."*[536]

Todavia, o seu real propósito parece ser o de frisar as vantagens da escolha de Roma. Pelo que evoca, por um lado, as reticências à alternativa argelina: facilidades mais restritas do que pensavam inicialmente; falta de pormenor nas informações; instabilidade política do país; demasiada dependência da evolução dos problemas africanos; impossibilidade ou enorme dificuldade de ligações diretas com Portugal. Por outro, os argumentos favoráveis à solução romana:

[533] Carta de Lopes Cardoso a Manuel Sertório, 9 de março de 1963. CD 25A, LC.
[534] Carta de Hélder Veiga Pires a Manuel Sertório, 14 de março de 1963. CD 25A, MS – Corresp 2454.
[535] *Idem*.
[536] Carta de 17 de março de 1963. CD 25A, MS – Corresp 2938.

"A existência de um bureau em R.[oma] além de nos oferecer a possibilidade de uma regular acção política na Europa, é de fundamental importância como um ponto de apoio para os contactos com o interior, indispensáveis quer para assegurar a corrente de informações e contactos necessários às nossas actividades no estrangeiro (por exemplo para que se possam assegurar materiais para a rádio) e para que nós possamos dar ao interior o apoio que desejamos intensificar [...]."[537]

Logo, é indispensável esperar pelos resultados das diligências efetuadas na capital italiana, afirma Ruivo. O destaque dado pela imprensa italiana ao comunicado da Conferência criara novas perspetivas de trabalho, mas as eleições locais tudo atrasam e remetem para maio outros desenvolvimentos. Teriam de aguardar. De momento, existiria a hipótese de instalar uma pessoa. Um início, para mais tarde atingir "*o nível previsto*". Estaria Sertório interessado?

O advogado dispõe-se a aceitar a instalação em Roma desde que asseguradas aí as condições descritas por Cunhal na Conferência. Prefere aliás fixar-se nessa cidade e não em Argel, mas aceita qualquer solução, desde que breve. E a possibilidade de profissionalização, está por ora afastada? À semelhança da sua, urge resolver a situação de Humberto Delgado. No final de abril, o general sai do Brasil, devendo ser pensada imediatamente a sua fixação no local definido para sede da Comissão Delegada. Caso contrário, dar-se-ia azo a dúvidas quanto à boa vontade da Comissão e da Frente para com ele, avisa Sertório[538].

A partir do Brasil, o advogado procura continuar a influenciar o rumo dos acontecimentos e a ganhar espaço de manobra. Sugerindo a Hélder Veiga Pires que assuma a qualidade de representante do Serviço Informativo e do jornal *Portugal Democrático* em Argel, uma espécie de encarregado da imprensa no exterior. Controlaria desse modo as ligações inerentes à sua distribuição, assegurando uma "*posição importante*" e evitando "*surpresas por esse lado*"[539]. Pede-lhe ainda ajuda para encontrar colocação na capital argelina e instalar-se na cidade. "*Temo que nem todos estejam muito interessados nisso*", justifica[540].

A Rui Cabeçadas, Sertório esclarece com pormenor o que pensa dos últimos desenvolvimentos. Continua a julgar insuficientes as condições obtidas em Argel, mas a

[537] *Idem*.
[538] Carta de Manuel Sertório a Mário Ruivo, 3 de abril de 1963. CD 25A, MS – Corresp 2939.
[539] Carta de Manuel Sertório a Hélder Veiga Pires, 1 de abril de 1963. CD 25A, MS – Corresp 2455.
[540] *Idem*.

falta de informações da parte de Ruivo fá-lo crer que em Roma ainda fossem mais limitadas. A inexistência de sede da Comissão Delegada soa-lhe estranha e mais ainda a instalação de dois *bureaux* "*quando tudo leva a crer que não estão reunidas as condições materiais e humanas (estas dependentes na maior parte das primeiras) para o normal funcionamento de um único*"[541]. A dispersão dos membros da Comissão dificultaria inevitavelmente a tomada de decisões, mesmo contando com a profissionalização das pessoas. Admiração causa-lhe também Cabeçadas ter ficado com o estatuto de seu suplente. Como, refere-o uma vez mais, o adiamento da solução da sua situação e da de Delgado.

Quanto às reações do interior, considera prescindíveis as "credenciais" de Mário Soares ou de Azevedo Gomes. Preocupa-o antes o desinteresse dos comunistas em preparar uma ação revolucionária:

> *"para mal dos nossos pecados, o P. [PCP] continua apegado à tese da desagregação irreversível do salazarismo, que mascara sob a pseudo crítica do pseudo desviacionismo de direita (insurreição contra solução pacífica), quando a verdade é que não se substituiu ainda a tese da desagregação (comum ao seu corolário da solução pacífica como à tese da insurreição sem acções insurreccionais, que é aquela que se pratica) pela organização da acção insurreccional, que é a tarefa que neste momento a todos se deve impôr"*[542].

Por último, informa-o de "*uma iniciativa de altíssimo valor, a que a Comissão poderia e deveria desde já lançar-se*": uma conferência entre a oposição portuguesa e dirigentes de todos os movimentos nacionalistas[543]. Seria a ocasião de tomarem compromissos comuns sobre o cessar-fogo e a futura autodeterminação ou de elaborar uma exposição conjunta à ONU. A ideia fora-lhe alvitrada por António de Figueiredo, a quem felicitara e incitara a abalançar-se de imediato na sua preparação[544].

Do que lhe vai sendo transmitido, continua a informar os seus contactos. Recém-chegado ao Brasil, António Brotas falara-lhe do dramatismo sentido pela oposição portuguesa em Paris perante o arrastar da instalação da Comissão Delegada[545]. Agora, conhecedor dos últimos factos, Sertório sossega-o: estava constituída a Comissão e o dilema Argel/Roma fora ultrapassado "*com um rasgo de génio*", passando a Frente a ter

[541] Carta de Manuel Sertório a Rui Cabeçadas, S. Paulo, 2 de abril de 1963. CD 25A, MS – Corresp 349.
[542] *Idem*.
[543] *Ibidem*.
[544] Carta de Manuel Sertório a António de Figueiredo, 1 de abril de 1963. CD 25A, AF, Corresp 75.
[545] Carta de 25 de março de 1963. CD 25A, MS – Corresp 313.

um *bureau* em cada uma das cidades[546]. Embora ciente da fragilidade das decisões e cheio de reservas, interessa acalmar as hostes.

Debilidades confirmadas pela resposta de Cunhal à sua carta de 25 de fevereiro de 1963, que finalmente chega a 25 de abril:

> *"Quanto à Comissão Delegada. Parece ter havido acordo que deveria ser de facto "delegada" e não tentar chamar a si um papel de direcção acima do movimento no interior. Há porém quem diga já publicamente o contrário e quem actue em sentido contrário sem o dizer. […] Parece ainda que havia acordo no carácter provisório da actual composição, mas não estou certo de que todos assim o entendem. […]*
>
> *A eventual instalação em A.[rgel] causa-me certas preocupações. Muitas coisas têm vindo a confirmar que as facilidades não eram tão risonhas como se pretendia. O meu maior receio é porém outro: que os portugueses ficassem instalados como "primo pobre em casa de tia rica", pressionados para aceitar condições políticas exigidas pela dona da casa. Creio ser completamente inaceitável uma tal situação. Precisamos de autoridade, fundada na força real do nosso movimento e na independência da nossa acção política. Mesmo a existir a possibilidade de uma acção aberta em A.[rgel], não está assegurado que a dona da casa não viesse a fazer exigências e a pretender ter interferências, que em geral se sentem no direito de fazer e ter as pessoas "que pagam". E então, ou a conformação indesejável, ou um convívio acidentado, ou um rompimento com reflexos negativos. [...] No "segundo local sugerido" [Roma] não haveria certamente a sede oficial, nem grande estardalhaço de fachada. Mas talvez houvesse um meio político mais diversificado, uma maior facilidade de acção diplomática de bastidores, uma maior pluralidade de auxílios e interesses."*[547]

Em suma, o secretário-geral comunista critica os parceiros de unidade e martela as reticências quanto à instalação do movimento em Argel. Reafirmando a vantagem "*para todos nós*" da mudança de Sertório para Roma na qualidade de membro da Comissão Delegada definitiva[548].

A réplica do advogado ao líder do PCP segue a 3 de maio. Cordata, mas crítica:

> *"Acho que, depois do acordo conseguido em Dezembro, não devem existir razões impeditivas para que no exterior se proceda ao trabalho que foi assinalado à Comissão*

[546] Carta de 3 de abril de 1963. CD 25A, MS – Corresp 314.
[547] Carta não assinada, dirigida a "Manuel de Carvalho", s/d [indicação manusc. de Sertório data-a de 17 de abril]. A data da receção é inscrita por Sertório. CD 25A, MS – Corresp 714.
[548] *Idem*.

Delegada. É, por isso, com pesar que verifico avolumarem-se os mal-entendidos, e quasi diria as fricções, em torno da Comissão."[549]

Sublinha depois a sua discordância perante a fuga para a frente que representara a decisão de abrir dois *bureaux*, sem estarem sequer asseguradas condições materiais ou humanas para um único. Na sua ótica, é imprescindível dar carácter definitivo à Comissão como mandatária da organização interna, ter esta uma sede onde estejam todos os seus membros, ser dado público conhecimento da sua existência e esta ser aceite, reunir todas as condições humanas e técnicas para um eficaz funcionamento. Continuando:

"Se problemas existem ainda, ou existem já, para que isto se consiga, que estabeleçamos então, de novo, os contactos e as negociações necessárias para tudo ficar devidamente esclarecido. Acima de tudo, aquilo a que sou frontalmente contrário é à substituição do debate exaustivo quando ele é preciso por soluções empíricas e de simples rodeio dos problemas, que nunca deixam de existir por nós os ignorarmos."[550]

E, remata:

"Ainda neste momento julgo não estarem reunidas as necessárias condições e garantias materiais para o funcionamento da Comissão em A.[rgel]. Pois se assim é e se mais favoráveis condições existem em R.[oma], que a Comissão aí se instale é a minha proposta."[551]

A suspeita de Sertório de que o PC alinhara no encontro de Roma por pensar ter Piteira Santos obtido facilidades excecionais na Argélia parece agora atestada. Ora, as condições extraordinárias não se confirmaram no imediato e daí o retraimento comunista, julga o advogado. Talvez o entusiasmo da maioria pudesse fazer a diferença e pôr o projeto unitário em marcha, pensara. Mas as declarações do delegado comunista no Brasil confirmam-lhe as suspeitas e desfazem-lhe as expectativas. Agora, a sua esperança residia apenas em Humberto Delgado, o homem capaz de dar autoridade ao *bureau* com a sua instalação definitiva em Argel[552].

Da Argélia pouco se adianta quanto a este assunto. Veiga Pires fala-lhe da melhoria da relação política com o governo e, em sinal contrário, confirma as

[549] Carta não assinada, dirigida a "A. Sousa", s/d [indicação manusc. de Sertório na carta anterior data-a de 3 de maio]. CD 25A, MS – Corresp 715.
[550] *Idem*.
[551] *Ibidem*.
[552] Carta de Manuel Sertório a Santos Dores, 4 de maio de 1963. CD 25A, MS – Corresp 749.

dificuldades da instalação do advogado no país, atendendo as cinco pessoas que tem a seu cargo, a raridade dos empregos com bons ordenados e os dois meses iniciais sem pagamento[553]. Mas, garante, está a dedicar ao caso a maior atenção.

As verdadeiras novidades vêm de Paris e respeitam à criação do Movimento de Acção Revolucionária (MAR). Recusado o sentido da proposta programática que se desenhara no exterior por Mário Soares e pelo grupo da RR no interior, o núcleo RR/Acção Socialista no exílio em Paris decide trilhar um rumo distinto e abalança-se à constituição de uma nova organização. Envolvidos nomes como os de António José Saraiva, Lopes Cardoso, Rui Cabeçadas, Piteira Santos, Carlos Veiga Pereira e Sacuntala de Miranda. Ou seja, conforme se tem observado, vários dos mais próximos companheiros políticos de Manuel Sertório.

Em março, o documento "O Tempo da Acção" divulga publicamente as linhas gerais do novo projeto, assente em dois pilares fundamentais: a luta armada imediata e a luta anticolonial[554]. Logo, como longamente se explana, claramente distinto da conceção comunista que, reconhecendo a força como única forma de derrubar o fascismo, rejeita-a na prática refugiando-se na falta de preparação do povo português, ignorando "*os ventos da história, que sopram do lado dos povos recentemente libertos e dos que lutam pela liberdade*" e perfilhando a unidade como "*uma soma de personalidades e grupos da extrema direita à extrema esquerda reunidas para conciliábulos intermináveis*"[555]. Proposta igualmente diversa da solução "*putchista*" dos ex-companheiros da RR que, centrando-se na urgência de afastar Salazar e os seus mais próximos, ignoram a imprescindibilidade de um forte movimento popular para impor a revolução à reforma e efetivamente destruir a oligarquia político-económica *estadonovista*.

Apresentado aos correligionários da *Seara Nova*/Acção Socialista que permaneciam no interior e a alguns dos responsáveis do movimento cooperativo igualmente no país e difundido pelos círculos da emigração política, o manifesto reúne apoios mínimos. Uma organização para-socialista, para-marxista e preconizadora da via castrista, assim resume Piteira Santos os objetivos e a base ideológica do movimento a

[553] Carta de 23 de abril de 1963. CD 25A, MS – Corresp 2456.
[554] "O Tempo da Acção", Lisboa, março de 1963 in *Boletim do Movimento de Acção Revolucionária*, n.º 2, s/d. CD 25A, LC.
[555] *Idem*.

Sertório, cujos documentos definidores são enviados por Lopes Cardoso[556]. O advogado recusara anteriormente a fórmula da Resistência Republicana, tanto pela confusão desta com um movimento unitário, pelo que competia com a FPLN, como pela sua vulnerabilidade a acusações de segregacionismo, afastando o PC dessa unidade. Agora, autonomizados relativamente à RR e assumidamente à esquerda desta, os parceiros políticos do advogado julgam corresponder aos seus anseios. A ponto de o integrarem desde a primeira hora na Comissão Central de Organização do MAR[557]. Estão enganados. Manuel Sertório analisa os documentos e pede outros esclarecimentos, acabando por decidir não embarcar no projeto.

O "*incidente da circular*"

"*De harmonia com as resoluções da Conferência das Forças Anti-Fascistas Portuguesas (Dezembro de 1962) foi instalado em Alger um Bureau da Comissão Delegada*" – assim começa a circular subscrita pela Comissão e emanada do Bureau de Argel, com data de 15 de abril de 1963[558]. Tal secretaria, continua o documento, "*assegurará as relações entre os vários organismos externos e internos da F.P.L.N., e procurará efectuar uma actividade de esclarecimento do problema político português*", representando a FPLN no exterior mas também executando "*tarefas concretas e práticas*". A funcionar "*ao abrigo da bandeira de uma Nação livre e amiga*", assegura ter condições de segurança para "*centralizar uma actividade de inter-ligação de há muito reclamada pelos democratas portugueses*", pelo que apela ao contacto de todos os portugueses exilados, a título individual ou em nome do grupo ao qual pertençam, dispostos a colaborar na "*luta nacional libertadora*"[559]. Para ela deveriam ser enviadas todas as informações que pudessem facilitar essa coordenação, bem como as publicações portuguesas ou referentes a Portugal editadas nos vários países.

Dá-se ainda conta da possibilidade de acesso a bolsas de estudo do Governo argelino por parte dos estudantes portugueses desertores e do desejável aumento da cooperação técnica e científica com a Argélia, não apenas com quadros de nível universitário, mas igualmente de nível médio e operários especializados.

[556] Rascunho de carta de Piteira Santos para Manuel Sertório, s/d [anterior a 4 de maio de 1963]. CD 25A, PS – Corresp 29 e carta de Lopes Cardoso a Manuel Sertório, 9 de março de 1963. CD 25A, LC.
[557] Rascunho de carta, s/d [anterior a 4 de maio de 1963]. CD 25A, PS – Corresp 29.
[558] APHS.
[559] *Idem*.

"*A constituição de Juntas de Acção Patriótica é uma tarefa fundamental para o alargamento e consolidação da F.P.L.N.*", na qual podem contribuir os emigrados portugueses com o necessário trabalho de incentivo junto de todos os seus contactos residentes no interior, sublinha a mesma circular.

O documento termina informando do envio de telegrama de apoio às medidas de cariz socializante anunciadas há pouco pelo presidente Ben Bella e condenando a reabertura do Campo de Concentração do Tarrafal nos termos usados por Ruy Luís Gomes e Humberto Delgado[560].

Está formal e publicamente aberta a base de trabalho na Argélia. A "comunicação" é amplamente difundida pelos vários núcleos de exilados portugueses.

Entre 24 e 29 de abril, decorre em Argel a Jornada Mundial da Juventude, organizada pela Federação Mundial da Juventude Democrática e pela Juventude da Frente de Libertação Nacional Argelina. Presentes estão numerosos organismos nacionais de 37 países de África, Ásia, América Latina e Europa e 7 organismos internacionais. Em debate está o papel da Juventude na luta contra o colonialismo e o neocolonialismo, pela independência e a reconstrução nacionais. A FPLN envia delegação composta por Rui Cabeçadas, Hélder Veiga Pires e Joaquim Branquinho, respetivamente apresentados como antigo dirigente associativo e elemento do Bureau da FPLN em Argel, estudante em Ciências Económicas e desertor do Exército e estudante de Medicina e desertor do Exército[561]. De Paris, nenhum elemento fora indicado em resposta à carta-relatório de 10 de abril.

Na saudação distribuída aos participantes a tónica é posta no apoio da oposição portuguesa à luta anticolonial e na impossibilidade de a dissociar da luta antifascista. O que justifica o pedido a todos os jovens do mundo para que auxiliem a juventude portuguesa nesta dupla batalha[562]. Comprovando a dureza do combate travado em Portugal, junta-se uma cronologia assinalando várias manifestações oposicionistas nos anos de 1961 e 1962[563]. A 26 de abril, os representantes portugueses intervêm no

[560] *Ibidem*.
[561] "Seminário da Juventude. Argel – abril, 1963", conjunto de documentação enviada a Lopes Cardoso, que inclui a saudação aos participantes, breve cronologia da ação oposicionista em 1961/62, intervenção de Rui Cabeçadas e excerto da resolução final do encontro. CD 25A, LC.
[562] "Saudação", A Juventude da FPLN, Argel, 25 de abril de 1963. CD 25A, LC. No mesmo acervo, idêntico documento redigido em francês.
[563] "Portugal – 1962/1963", A Juventude da FPLN, Argel, 25 de abril de 1963. O documento é claramente propagandístico, com evidente inflação dos números de participantes em manifestações ou de desertores.

seminário pela voz de Cabeçadas, chefe da delegação. Uma vez mais, é a "*interdependência*" e a "*interacção*" entre luta antifascista e luta anticolonialista o foco da exposição:

> *"O fascismo gera o colonialismo, assim como o colonialismo gera o fascismo. Seria imprudente, perigoso mesmo, se ignorássemos que, em dado momento, colonialismo e fascismo são apenas as duas faces do mesmo fenómeno."*[564]

Para esse dúplice combate propõem-se várias medidas concretas, que começam desde logo pela admissão dessa interligação fascismo/colonialismo e pelo apoio aos nacionalistas das colónias portuguesas e aos oposicionistas portugueses, passando pela denúncia dos suportes financeiros e políticos do Governo de Salazar e pelo seu isolamento internacional. Medidas que acabarão por ser incluídas na resolução final do encontro, a cuja Comissão de Redacção pertence um dos mandatários da Frente[565].

"*No seminário da Juventude marcámos alguns pontos*" – é o balanço feito por Cabeçadas a Lopes Cardoso poucos dias depois, quando lhe solicita a indicação de alguém em condições de participar em reunião internacional de estudantes, organizada pela União Internacional de Estudantes e pela União Geral dos Estudantes Muçulmanos Argelinos, sobre anticolonialismo[566].

De Lopes Cardoso recebera resposta à sua carta de 8 de abril. Este começara por relativizar os embaraços ao trabalho em equipa de que se queixara Cabeçadas, embora admitindo as diferenças nas conceções táticas e estratégicas e os problemas daí decorrentes. Para, logo a seguir, incitar à preparação da ação direta, sem a qual "*não conseguiremos ir além - quando muito melhor executado do que tem sido a actividade tradicional da oposição no estrangeiro*"[567]. Apelo descabido, dir-se-ia, quando essa era precisamente uma das fundas divergências entre os participantes da Frente, como bem sabia o autor da missiva.

---

[564] "Intervenção da Delegação da Juventude da Frente Patriótica de Libertação Nacional no Seminário Internacional da Juventude", Argel, 26 de abril de 1963. CD 25A – FLC. Documento idêntico redigido em francês no acervo de Manuel Sertório: CD 25A, MS – FPLN/Vários/Juventude 2.

[565] "Da Resolução Final do Seminário Panafricano da Juventude. Argel – Abril 1963". CD 25A, LC.

[566] Carta de 30 de abril de 1963. CD 25A, LC. Outra atividade dos membros da CD em Argel terá sido a participação de Piteira em conferência sobre a situação portuguesa realizada em Paris a 23 de abril, mencionada por este a Humberto Delgado em carta de 8 de abril de 1963. CD 25A, PS – Corresp 48. A informação não foi confirmada por nenhuma outra fonte, nem foi possível esclarecer de que iniciativa se trata.

[567] Carta de 14 de abril de 1963. CD 25A, LC.

No início de maio, esperar continua a ser a palavra de ordem. A queda política de Jacques Vergès, o responsável pelo caso português, entrava o processo e obriga a recomeçar quase do zero[568]. Embora perdure a disposição da ajuda, acreditam os elementos em Argel, tanto mais que as contrariedades não afetam apenas os portugueses e que se mantém a facilidade de acesso aos gabinetes ministeriais e à própria Presidência. Aguarda-se a cedência formal de instalações para a sede e o arranque das emissões em língua portuguesa.

Ben Bella dera já o acordo de princípio quanto à cedência da rádio, segundo confirmara o advogado Jacques Vergés, mas o bloqueio mantivera-se. No sentido de dar andamento ao assunto a Comissão Delegada entrega detalhado documento com as justificações políticas e as condições técnicas desejadas pelos portugueses, no início de maio[569].

A exposição começa por acentuar a importância desse meio de comunicação como forma de penetrar a rigorosa censura imposta à imprensa portuguesa. Um meio de contrapropaganda de muito maior repercussão do que a imprensa clandestina ou as próprias emissões radiofónicas dos países socialistas, difíceis de rececionar em certas regiões do país. Dificuldades também enfrentadas pela rádio *Portugal Livre*, posto a emitir a partir da Europa de Leste e controlado pelo PCP. Através do seu programa de rádio, a Frente poderia divulgar a sua orientação política e, mais relevante, oferecer informação atualizada e séria dos acontecimentos mundiais e das atividades dos movimentos nacionalistas. Tendo sempre presente a estreita interdependência entre movimento anticolonialista e movimento antifascista, a revolução antifascista e anticolonialista portuguesa seria decisiva para a libertação de Angola, objetivo prioritário na política de solidariedade africana definida pelo governo argelino. Além disso, no imediato, a rádio influenciaria mesmo o moral das tropas portuguesas, servindo como arma psicológica.

No que toca à generalidade das questões práticas, pensam dever resultar de reuniões de trabalho com os técnicos de radiodifusão argelinos, responsáveis pela assistência técnica futura. Adiantam apenas quatro pressupostos: que a emissora fosse

[568] Tendo aderido às teses maoístas, é destituído das suas funções no governo argelino e regressa a França, onde cria uma revista maoísta intitulada *Révolution*. Com a saída de Ben Bella do poder em 1965, retorna à Argélia e casa com Djamila Bouhired. Cf. *L'avocat de terreur* – documentário de Barbet Schroeder, 2007.

[569] "*Sur le probleme d'une emission de rádio-diffusion en langue portugaise*", Argel, 6 de maio de 1963. CD 25A, LC.

apresentada como clandestina sem indicação de localização geográfica; que se dirigisse a Portugal numa primeira fase e mais tarde se estudasse a possibilidade de emitir para Angola e Moçambique; que pudesse utilizar ondas curtas e médias; e que o horário permitisse boa receção e larga audição em Portugal. À FPLN caberia a direção política da rádio e o dever de manter ao corrente o governo e o Bureau Político argelinos, além de se encarregar das equipas redatorial e de locução. Finalmente, pedem a entrega de uma subvenção mensal destinada a manter a equipa de trabalho da emissora, no valor que considerassem comportável no momento. Mas sublinham: ainda que bastante necessária, a recusa dessa ajuda não impediria o pronto início dos trabalhos[570].

Aguarda-se também a transferência formal da tipografia para os portugueses. Tipografia que está a funcionar, sendo nela impresso papel com o timbre do "*Bureau de Alger da Comissão Delegada da Frente Patriótica de Libertação Nacional (Portugal)*"[571]. Deficientes são ainda as instalações de trabalho e de alojamento, persistindo por isso as dificuldades de rendimento e entendimento. Como são insuficientes os meios materiais disponíveis. Procurando resolver esta questão, recorre-se à comunidade portuguesa aí residente, da qual se obtém a disposição de auxílio e colaboração:

> *"Houve de início uma certa dificuldade em convencê-los de que não se pretendia criar mais um grupo clássico de exilados e que o funcionamento do Bureau e da Comissão Delegada situava-se num plano diferente do regional e, consequentemente, sem subordinação ao elemento local preponderante."*[572]

E eis que chega a reação do delegado do PCP na Comissão Delegada à circular de abril. Por correio normal, sem menção do local ou da data de expedição, podendo apenas ler-se no cabeçalho "*Para a Comissão Delegada (Provisória) – Senhores*", com assinatura de traço gráfico desconhecido aos dirigentes da Frente em Argel, conjunto de elementos que faz duvidar da autenticidade da missiva, entretanto confirmada junto de Lopes Cardoso.

> *"Lamentamos ter de o dizer, mas não é a primeira vez que somos postos perante factos consumados, o que na nossa opinião não é susceptível de facilitar a tarefa da C.D.*

[570] *Idem*.
[571] Carta de Piteira Santos a Ramos da Costa, Argel, 5 de maio de 1963. A&B FMS, 4279.005, ims. 111-112.
[572] Carta de Rui Cabeçadas a Manuel Sertório, 10 de maio de 1963. CD 25A, MS – Corresp 350.

(Provisória). Sucede, porém, que agora o problema assume certa gravidade de cujas consequências assumireis inteira responsabilidade."[573]

Zanga, é o sentimento dominante que transcorre a carta. Pela audácia manifestada e pela incapacidade de corrigir tão grave erro. Um protesto por não ter tido conhecimento antecipado do documento e pela forma de colocar a maioria dos assuntos, alguns de maneira contrária ao espírito da Conferência de Roma, salienta Joaquim Gomes. Impõe-se uma reunião urgente da Comissão Delegada. Como inadiável é auscultar as opiniões dos democratas mais representativos vivendo no estrangeiro ou no interior sobre a composição definitiva da Comissão. Ou ainda a constituição do Conselho no exterior, sob a presidência conjunta de Álvaro Cunhal, Ruy Luís Gomes e Humberto Delgado.

Os dirigentes "argelinos" defendem-se perante a Junta de Paris. Lamentam, antes de mais, o desrespeito por regras de camaradagem e colaboração que consideram elementares, o estilo impertinente, o tom de ameaça adotado pelo mandatário comunista. Apesar disso, aceitam a realização de reunião da Comissão Delegada Provisória. Mas alargam os seus participantes a mais de quatro elementos, designadamente a Mário Ruivo, considerando mesmo vantajoso que esta se alargasse aos participantes da I Conferência e aos convidados que nela não participaram, pelo menos Humberto Delgado, com o intuito de avançar finalmente com a estruturação da Frente[574].

A circular pretendera fazer prova da existência legal, livre e pública da base de trabalho em Argel e acabara por revelar à evidência as intenções dos comunistas relativamente à Frente. É a Manuel Sertório que o trio fixado na capital argelina manifesta a indignação sentida:

"Em nosso entender, dentro do espírito da Conferência, temos de ir além da letra das Resoluções. […] Criado um clima de confiança, de colaboração, devemos tirar do espírito da Conferência todas as consequências práticas. Não podemos repetir Conferências. Não podemos repetir aos Portugueses e à opinião mundial, declarações de intenção. É preciso dar vida à Frente. Não se discute, evidentemente, o papel primacial da luta interior, mas conhecendo nós as suas dificuldades, condicionamento e limites, devemos criar uma infraestrutura orgânica coesa, coerente, complementar e, se necessário, supletiva. Ou a Conferência limpou o terreno e cimentou a base de

[573] 13 de maio de 1963. CD 25A, LC.
[574] CD 25A, LC.

colaboração efectiva e sincera para que a Frente seja realmente uma organização actuante - quer no interior, quer no exterior - ou a Conferência se destinava a proclamar coincidências formais. […] Não estamos dispostos a perder o nosso rico tempo e o tempo do Povo Português, a discutir pequenas questões burocráticas como as que em Paris, levantadas sucessivamente pelo representante do P. [PCP], arrastaram as decisões, comprometeram situações, adiaram consequências dos trabalhos da Conferência. Há aspectos de formalismo, usam-se truques, evidentemente, reservas, existem desconfianças permanentes, desenvolvem-se manobras, que mostram a necessidade de uma atitude muito firme e solidária por parte de os que querem ir para a frente."[575]

Da réplica do delegado comunista à circular, depreendem: a Comissão Delegada mantém-se provisória – "*não sabemos bem se lhe cabe a designação de definitivamente provisória ou de provisoriamente inexistente*", comentam com ironia[576]; a formação do Conselho Consultivo é indispensável à existência da própria Frente; enfraquecer a Comissão Delegada é um objetivo, patenteado na sugestão duma presidência coletiva do Conselho, mesmo que apenas circunscrita ao exterior. Ora, sublinham:

"Aceitou-se a designação Comissão Delegada por consideração para com a Junta Central, para evitar melindres em relação às pessoas não presentes na Conferência e concretamente da parte do General, e para afirmar, também por este modo, no plano teórico, a supremacia do interior. Mas pensámos que se não tinha a intenção de criar um organismo burocrático, moroso, hesitante, arrependido ou envergonhado da própria existência. Com os mais variados pretextos o P.C. tem manobrado no sentido de limitar a irradiação actuante da Comissão Delegada."[577]

Quatro meses e meio passados da Conferência, nos círculos oposicionistas começam a questionar se alguma coisa acontecera. Como bem sabe o PC. Seria esse o verdadeiro intento dos comunistas? Teria o PC pensado em constituir uma unidade de fachada, com o fim único de não se isolar das outras forças oposicionistas, mantendo uma porta de contacto com os sectores à sua direita? Quereria uma unidade nos moldes tradicionais, que nada alterasse à sua linha anterior de "*expectativa organizada*"[578]? Se fora assim, o acordo firmado estava prestes a ser quebrado. Após todos os esforços para

[575] Cópia não assinada. O conteúdo da carta indica ter sido esta redigida a 13 de maio, embora emitida no dia seguinte. Sublinhados no original. CD 25A, PS – Corresp 56.
[576] Ilação confirmada por carta de Lopes Cardoso em nome da "secção de Paris" da Comissão: elenco de 4 membros, com Cabeçadas reintegrado nos seus plenos direitos e Sertório, Tito de Morais e Ruivo como suplentes. *Ibidem*.
[577] *Ibidem*.
[578] Carta de Cabeçadas a Sertório, 10 de maio de 1963. CD 25A, MS – Corresp 350.

condescender perante as exigências feitas, sentem-se defraudados. São demasiados expedientes e jogos dúbios com vista à conquista de posições e à imposição de pessoas. De que os debates sobre as responsabilidades de direção da Frente ou a localização da sede foram um exemplo, como o é o encontro entre Cunhal e Delgado ocorrido por esses dias em Praga:

> *"Claro que o PC tem o direito de convidar quem queira para colóquios particulares, mas... digamo-lo francamente: estamos perante uma pura manobra táctica. Se outros tivessem atraído o General a um encontro particular e secreto, não faltariam insinuações, rumores, clamores, protestos."*[579]

Cabeçadas e Piteira lamentam também a postura assumida por Mário Ruivo. Cujos silêncios em janeiro e fevereiro haviam comprometido ou dificultado a rápida concretização das promessas feitas. Depois, adiando sucessivamente a decisão de dar por concluídas as diligências em Itália, insiste na existência de "*possibilidades largas*". Oportunidades inexistentes, estão convictos, como prova a recente incapacidade de obter visto de entrada para o general na sua passagem por Roma. Atitude equívoca, é o mínimo que podem dizer:

> *"Escreve-se <u>equívoca</u> tendo em atenção o recente passado, os compromissos tomados com a Junta Central, a militância seareira. Já a participação de MR. [Mário Ruivo] na Conferência foi mais do que equívoca, foi abusiva. Ela explica as subtilezas da tentativa de evitar a presença de L.C. [Lopes Cardoso] na Conferência. O M.R. [Mário Ruivo] queria ter a possibilidade de poder afirmar que representava a Seara. Em Paris, e aqui em Alger, as suas opiniões não nos deixam dúvidas e tivémos ocasião de verificar os seus contactos íntimos com o PC. Português, as suas deslocações a Moscovo e a Praga. Na realidade o M.R. [Mário Ruivo] actua como um <u>segundo representante do P.C.</u> na <u>Comissão Delegada</u>. Pensamos que devemos fingir que não demos por isso, mas na nossa <u>aritmética política</u> é indispensável tê-lo em conta."*[580]

No caso e precisamente atendendo à militância seareira, Sertório podia ter uma palavra a dizer: repisando "a necessidade do P.C. não sabotar o trabalho e eficiência da Comissão Delegada". Porque, Ruivo "é sensível à opinião dos outros e deseja ser um <u>mediador</u>. Está-lhe na alma ser diplomata, vai-lhe mal a máscara de bolchevique dogmático, fechado, austero"[581].

[579] Carta de Cabeçadas e Piteira a Sertório, 14 de maio de 1963. CD 25A, PS – Corresp 56.
[580] Sublinhado no original. *Idem*.
[581] *Ibidem*.

Deploram ainda o facto da Frente ter perdido a oportunidade de tomar uma posição pública em matéria colonial na Conferência de Adis Abeba, quando um projeto de documento fora definido atempadamente e estava apenas pendente da aprovação dos dirigentes em Paris. O texto proposto centrara-se na identificação entre colonialismo e fascismo e, em consequência, no paralelismo das lutas contra ambos. A aprovação ou as eventuais revisões não chegam, apenas a indicação de que deveria ser assinada "*Comissão Delegada (Provisória) da FPLN*"[582]. "*É triste. Revela indiferença política, cegueira política*", constatam Piteira e Cabeçadas[583].

"*Constituir uma equipe sólida*" em Argel – esse é o alvo imediato, rematam[584]. O general Delgado e Sertório, antes de mais. Porventura também Lopes Cardoso[585].

Por seu turno, o terceiro elemento da equipa "argelina", Tito de Morais, dirige-se a Álvaro Cunhal. Porque resolvera o PCP suspender as resoluções da Conferência de Roma – é a sua principal interpelação. Os entraves à constituição da Comissão Delegada, a decisão de "*espalhar os seus membros pelos quatro cantos do mundo*" e assim prejudicar a sua atuação são disso prova[586]. Ao invés de "*dar vida às resoluções tomadas e publicadas, passaram às conversas de bastidor, em discussões estéreis, em congeminações complicadas*"[587]. E quando em Argel, "*em face dessa situação que se tornava evidente, resolvemos distribuir uma circular em substituição dum Boletim que se pensara fazer, por ser mais fácil e mais rápida a sua execução. Não sei francamente a causa do alarme, mas o que sei é que um camarada nosso reage a essa circular – da qual só não teve aliás prévio conhecimento pelas dificuldades existentes nas comunicações – duma forma absolutamente inconcebível*"[588]. Espera poder a reunião encerrar o incidente e iniciar o real funcionamento da CD. Espera igualmente que seja designado representante permanente do PC para a capital argelina, onde "*não haverá processo de recuar, concretamente na abertura oficial dos nossos escritórios – em casa*

[582] Servirá de base ao documento intitulado "A Oposição Portuguesa e a Conferência de Addis Abeba", subscrito por Piteira Santos, Tito de Morais e Rui Cabeçadas em nome do Bureau de Argel da FPLN, com data de 15 de junho de 1963 (publicado no jornal *Révolution Africaine* e editado avulso pela Frente). CD 25A, MS – FPLN/Relações Internacionais/Colonialismo/Organizações internacionais 2 e FPLN/ Vários/Política Internacional 1, respetivamente projeto e versão divulgada.
[583] Carta de Cabeçadas e Piteira a Sertório, 14 de maio de 1963. CD 25A, PS – Corresp 56.
[584] *Idem*.
[585] A instalação de Delgado e Sertório será analisada adiante. Desde finais de abril Lopes Cardoso diligencia com vista a obter colocação em Marrocos ou na Argélia, informação por enquanto reservada. Cartas de Lopes Cardoso a Rui Cabeçadas, 27 de abril e 2 de maio de 1963. CD 25A, LC.
[586] Carta de 14 de maio de 1963. Será entregue por intermédio de Mário Ruivo. APTM.
[587] *Idem*.
[588] *Ibidem*.

própria – na inauguração das emissões de rádio-difusão, no contacto oficial com os organismos oficiais e as representações diplomáticas"[589]. Inconvenientes em Argel reconhece-os, mas sublinha:

> *"quando o P.C.A. pela boca do seu representante qualificado, quando o Povo Argelino em peso, se manifesta apoiando a política do regime existente, não é lícito ter dúvidas sobre a validade deste regime, que no campo da política internacional nos favorece permitindo-nos uma posição sem compromissos, nem quaisquer outras implicações, que eventualmente prejudicassem o entendimento entre as forças políticas portuguesas integradas na F.P.L.N."*[590]

Nos círculos da emigração política fala-se de "*abuso de confiança*" por parte dos autores da circular. Em Londres, em Paris, em Montevideu ou no Brasil as críticas são semelhantes[591]. Na capital inglesa o ataque decorre a par da ampla difusão dada ao documento por António de Figueiredo, que o traduz e entrega ao Council for Freedom in Portugal and Colonies, organização que se mostrara disponível a uma cooperação política e mesmo material com a Frente[592]. No Brasil, os responsáveis pelo *Portugal Democrático*, onde a influência comunista é notória, recusam publicar a circular e até o telegrama enviado a Ben Bella. Somente em resultado dos esforços de Manuel Sertório acaba este por ser divulgado no jornal brasileiro *Última Hora*[593].

Do país continuam a falhar os indispensáveis apoios. O portador das más notícias é Francisco Mendes, um dos elementos da RR:

> *"Estão [os membros da RR] numa posição inamovível quanto à renovação da actividade das Juntas, não se colocam numa posição anti-partido mas dizem que tanto eles como os católicos, os maçons e até a Seara Nova (ao contrário do que nos diz o Lopes Cardoso) não querem materializar a unidade, quer na acção dentro das juntas, quer sob qualquer outra forma, porque o não consideram estanque à penetração policial."*[594]

---

[589] *Ibidem*.
[590] *Ibidem*.
[591] Sobre Montevideu: cartas de Maria Luísa Silva Neves a Tito de Morais, Montevideu, 3 de maio de 1963 e resposta deste, Argel, 17 de maio de 1963. APTM. Do que se passa em Paris a documentação vai sendo referenciada a par da análise.
[592] Carta de António de Figueiredo à CD da FPLN, 9 de maio de 1963. CD 25A, AF – 1963, 80.
[593] Carta de Manuel Sertório a Rui Cabeçadas, 4 de maio de 1963. CD 25A, MS – Corresp 348.
[594] Carta de Francisco Ramos da Costa a Piteira Santos, 11 de maio de 1963. A&B FMS, 4279.005, 108-110. Francisco Mendes é irmão do escritor Manuel Mendes, a residir em Clermont, França, onde era professor universitário. Está associado aos quadrantes socialistas desde a década de quarenta (Núcleo de Doutrinação e Acção Socialista e Acção Socialista).

O que circunscreve a base em Portugal às hostes comunistas. Embaraços para um projeto que se pretende unitário, complicações acrescidas para os exilados não comunistas atendendo ao braço de ferro a que se assiste. Como sublinha Piteira a Ramos da Costa na volta do correio, seria fundamental que apoiassem a Frente e lhe dessem "*confiança*, *autoridade*, *poderes*"[595].

A 25 de maio, reunião com a presença de Lopes Cardoso, Mário Ruivo e «Monteiro» em Paris. Sobre a mesa a carta enviada de Argel a 13 de maio. Conclusão principal: subscrevem a urgência de encontro da CD, que deveria decorrer em Paris entre 10 e 16 de junho. Primeiro "*com os elementos que a constituem na sua forma provisória*", seguindo-se outro com Tito de Morais e Ruivo. Na capital francesa, dada a impossibilidade de Joaquim Gomes se deslocar à Argélia. A sugerida reunião com os participantes da Conferência de dezembro não é posta de parte, mas a inviabilidade de a realizar a curto prazo confirma a precisão do encontro mais restrito. Falam por último do projeto de documento à Conferência de Adis Abeba, que fora aprovado e reencaminhado por Lopes Cardoso, tendo-se provavelmente extraviado e "*feito perder uma boa oportunidade*"[596].

Novo encontro com parte dos membros da Comissão acaba por ocorrer em Argel, entre 2 e 6 de junho de 1963. Participam Piteira, Cabeçadas, Tito de Morais e Lopes Cardoso. Abordam-se a situação da Comissão Delegada, o problema da circular, as conversações entre Cunhal e Delgado, a publicação do boletim da FPLN, a formação do Conselho Consultivo e a programada reunião plenária do organismo dirigente. Afirmar o fim da interinidade da Comissão Delegada e a sua atividade normal é uma das preocupações:

> *"a) que se considere de uma vez para sempre, inequivocamente, que findou a fase dos trabalhos preparatórios;*
>
> *b) que igualmente se considere que a decisão de instalação dos Bureaux em Alger e Roma implica que esses Bureaux funcionem normalmente […];*

[595] Sublinhados no original. Carta a Ramos da Costa, 19 de maio de 1963. A&B FMS, 4279.005, 103-106.

[596] "Resumo da reunião de 25.5.1963", assinado por Lopes Cardoso em nome dos participantes. CD 25A, LC. Realmente, consta do arquivo de Lopes Cardoso uma carta datada de 24 de abril em que se refere seguir o documento em anexo. Na mesma dava-se igualmente conta que o Gabinete de Informação e Imprensa se ocupava da elaboração do boletim de informação da CD redigido em francês, a editar quinzenalmente e cujo título seria *Portugal Libre – boletim da CD da FPLN*, e pedia-se opinião sobre a formação do Conselho Consultivo da Frente. A carta é assinada por «Correia», pseudónimo de Lopes Cardoso no âmbito da FPLN. Nenhum dos seus potenciais destinatários a refere, pelo que parece confirmado o seu extravio. CD 25A, LC.

c) que os bureaux de Alger e Roma podem e devem, tomar iniciativas práticas (no plano político, no plano das comunicações e ligações, no plano da propaganda e informação) dentro do quadro das actividades atribuídas à C.D. […];

d) que a composição da C.D. proposta à Junta Central seja considerada como definitiva […];

e) que se não deve confundir o carácter definitivo da C.D. com o carácter definitivo da sua actual composição […];

f) que com o objectivo de intensificar a actividade da F.P.L.N., sem prejuízo do estipulado nas Resoluções nº 2 que a C.D. deve constituir estruturas orgânicas e recrutar quadros próprios da FPLN"[597]

Ainda nesse contexto e para otimizar o rendimento do órgão, acordam na vantagem da deslocação para o *bureau* de Argel de um representante do Comité Central do PCP.

"Um documento corrente, um texto de expediente de secretaria", assim qualificam a circular os responsáveis em Argel, cujo único mérito foi o de servir como "teste do funcionamento legal e político do Bureau". Por isso, lamentam a reacção e a forma como esta lhes foi comunicada, bem como as diligências, intrigas e comentários provocados nalguns meios de emigração […] e as actividades divisionistas que imprudentemente minam a unidade da FPLN"[598].

Do encontro de Cunhal e Delgado estranham não terem até à data comunicação oficial. Aguardam-na, convictos que essas conversações "*contribuíram para facilitar uma mais directa participação do General Humberto Delgado na actividade directiva da FPLN*", acentuam[599].

O boletim "*dirigido à imprensa, agências noticiosas, individualidades e organizações*" não deveria ser adiado. Na reunião dos elementos da CD em Paris com Mário Ruivo, em finais de março, decidira-se pela sua elaboração na capital francesa por aí existirem melhores condições imediatas. No entanto, nada havia sido feito até à data[600]. Desse trabalho se poderia encarregar o *bureau* argelino, insistem.

Sobre a constituição de um Conselho Consultivo da FPLN avançam: concordam com ela tanto no exterior como no interior, desde que sirva para "*reafirmar e reforçar a*

[597] "Reunião dos membros da C.D. (P.S., R.C., L.C. e T.M.). Conclusões relativas aos problemas debatidos". Sublinhados no original. CD 25A, LC.
[598] *Idem*.
[599] *Ibidem*.
[600] *Ibidem*. Apenas em carta de Mário Ruivo a Tito de Morais de 22 de maio de 1963 se explica ter sido essa a resolução, sendo por isso para Lopes Cardoso que Ruivo envia a maqueta da capa. APTM.

FPLN, quer quanto ao seu carácter unitário, quer pelo que respeita à intensificação da acção". Assentem também que a parte exterior seja de imediato formada, embora julguem "*inconveniente constituir uma presidência no exterior, da FPLN, designadamente se essa presidência tomasse a forma de um "presidium colectivo", porque tal iniciativa poderá ser considerada como uma tentativa de impor, do exterior, uma direcção à frente interna*". Acresce que "*nada impede que os membros da C.D. cooptem duas ou três pessoas que, pelo seu prestígio, influência e representatividade, possam dar uma contribuição útil à representação política da Frente e às tarefas de coordenação geral*". E o organismo seria sempre passível de comportar alterações nas funções, responsabilidades e designação, respeitando o âmbito das resoluções de Roma ou de uma nova assembleia magna[601].

Posição especial no quadro da atividade da FPLN é a do general Delgado, ressalvam, "*por ele ser portador de um mandato público que legitimamente os democratas portugueses não podem ignorar ou menosprezar*". Já a proposta de consultar "*"os democratas mais representativos" ou simplesmente os "europeus" sobre assuntos debatidos na Conferência*" é liminarmente rejeitada por contrária às determinações dessa mesma assembleia[602].

Quanto ao encontro plenário da Comissão Delegada contrapropõem o início de julho como data preferível para a sua realização. Seria assim possível obter informações mais atualizadas de Roma e estar presente em Argel durante a Conferência Europeia Não-Governamental de Ajuda à Argélia, a decorrer entre 15 e 19 de junho. Adiantam ainda uma ordem de trabalhos para a reunião.

O posicionamento comunista não se altera um milímetro. Como elucida a apreciação das conclusões da reunião em Argel enviada a Lopes Cardoso por «Monteiro»: a Comissão Delegada continua interina e não tem sido essa qualidade a impedi-la de trabalhar melhor; as suas atribuições devem ser estritamente as indicadas pela Junta Central ou por conferências representativas das forças coligadas; os *bureaux* são locais e não organismos autónomos. Ou seja, o *bureau* de Argel extrapolou as suas competências:

> *"Antes mesmo que fosse assente em definitivo o funcionamento do bureau de Alger (lembramos que PS [Piteira Santos] foi a A.[Argel] em missão da Comissão Delegada*

[601] *Ibidem*.
[602] *Ibidem*.

provisória estudar as condições e facilidades com vista à possível instalação ali da Comissão Delegada) redigiu-se, publicou-se e distribuiu-se largamente uma circular em que se colocaram problemas não discutidos nem abordados colectivamente na C.D. e outros mesmo que antes se havia discutido e se tinha assente uma orientação oposta. Por outro lado, enviou-se, em nome da FPLN, um telegrama ao chefe do governo local assinado por dois membros da Comissão Delegada e por um outro democrata (sr. Engenheiro TM [Tito de Morais]) sem que nada tivesse sido visto antes sobre isso. Falar-se em nome da FPLN, mesmo sobre coisas relativamente simples, requer, na nossa opinião, muita prudência."[603]

Como possa a CD evoluir nas suas funções, responsabilidade ou designação no quadro das resoluções da Conferência, não entende. Como não percebe que pudesse cooptar personalidades para a integrar, o que significaria na sua ótica uma "*inversão das coisas*". Lastima sim as condições em que se encontra a Comissão, óbice a "*qualquer contribuição válida*" da sua parte desde os finais de março.

E, referindo-se ao encontro entre o secretário-geral do PCP e Humberto Delgado, insiste na utilidade e correção da consulta e informação a outros democratas:

"tanto mais justo e útil quanto todos conhecemos o carácter restrito da Conferência de Dezembro de 1962 e quando um tão longo caminho há ainda a percorrer para unir todos os democratas no mesmo combate […].As conversações bilaterais não são apenas legítimas, na nossa opinião elas são de desejar e mesmo indispensáveis para facilitar o alargamento e fortalecimento da unidade e da acção entre as forças e individualidades da oposição à ditadura fascista."[604].

Conversações feitas "no sentido do fortalecimento e alargamento da unidade anti-fascista", obviamente. Nunca o partido atuaria "em nome da FPLN, da Oposição Portuguesa, ou de qualquer dos seus organismos, a não ser que para isso tenha recebido mandato"[605]. Por outras palavras: não teria atuação idêntica à dos dirigentes residentes em Argel.

[603] "Sobre as conclusões da reunião de três membros da Comissão Delegada provisória, P.S., L.C. e R.C. e do democrata T.M., realizada em Alger de 2 a 6 de Junho de 1963", cópia não assinada, s/d. CD 25A, LC.
[604] *Idem*.
[605] *Ibidem*.

Delgado, o Desejado?

A 4 de maio de 1963, Humberto Delgado desembarca na Checoslováquia. Encontrar-se com Álvaro Cunhal é o objetivo da viagem. Finalmente, e pela primeira vez, estão frente a frente. A conferência bilateral fora proposta em março pelo secretário-geral comunista e deveria realizar-se na Europa dada a dificuldade de Cunhal se deslocar ao Brasil, obtendo desde logo a concordância do ex-candidato presidencial[606]. Posta de parte a possibilidade de Roma pela recusa de visto ao general, este propusera a capital jugoslava para local do encontro, Cunhal preferira Praga. Cansado do asilo brasileiro e de esperar pela solução prometida pelos dirigentes da Frente estabelecidos em Argel, Delgado vê o encontro como uma oportunidade de resolver a sua situação. Na batalha entre os partidários de Roma e de Argel, contam-se espingardas. E este general vale por um exército.

A partir do momento em que Humberto Delgado altera a sua posição colonialista e segregacionista relativamente ao PCP, os obreiros da unidade integram-no no seu projeto. A audiência que ainda mantém em Portugal e a mediatização da sua figura a nível internacional exigem-no. Por isso, procuram por todos os meios levá-lo à mesa das conversações em Roma, envidam esforços no sentido de demover os autores do manifesto "*Delgadus Deledum Est*" [Delgado está morto] de o tornar público e empenham-se na sua transferência para a Argélia. Goradas que foram as tentativas de o ter como participante na *assembleia magna*, concentram-se no objetivo de o tirar do Brasil, proporcionando-lhe novas oportunidades de desenvolver trabalho político. No exílio brasileiro está demasiado longe, para mais incompatibilizado com grande parte da comunidade oposicionista aí fixada, conflito que é profusamente divulgado nos jornais e chegara até à barra dos tribunais[607]. Os envolvidos na novel organização preocupam-se com o desprestígio que daí adviria e tentam quanto podem acalmar o antidelgadismo em terras brasileiras:

[606] Carta de Manuel Sertório a Humberto Delgado, 30 de março de 1963. Cf. Manuel Sertório, *Humberto Delgado – 70 Cartas…*, p. 186 e 187.
[607] A rutura entre Henrique Galvão e Humberto Delgado e a guerra de palavras que travam a partir de então tem larga audiência nas páginas da imprensa brasileira. Em meados de 1962, Galvão acaba mesmo por mover um processo de difamação contra Delgado.

"quaisquer que sejam as justificações subjectivas, é objectivamente contrária aos interesses gerais e autênticos do movimento unitário"[608].

Embora temam também, e muito, o ímpeto do general e a sua reiterada afirmação de liderança da oposição, esperam contar com o seu aval à recém-criada Frente, como esperam, sobretudo, que este nela se enquadre sincera e incondicionalmente. "*Será possível controlá-lo? Será possível obter para ele uma ocupação? Tenho francamente receio de criar as condições que destruam o que andamos a construir.*" – assim expressa Piteira Santos os seus receios a Tito de Morais nos finais de janeiro[609]. Ao mesmo tempo que se mostra impaciente por saber a reação do ex-candidato presidencial à Conferência e seus resultados, bem como à ida de Tito de Morais para a Argélia. "*Convém possuir informações seguras*", só depois avançar. Porque, é evidente, "*a aproximação do General - desde que politicamente enquadrado - é em relação ao interior, um elemento de esperança e de entusiasmo*". Assim ele aceitasse "*um contrato leal mas apertado, rigoroso, muito sério. Se ele quisesse acompanhar-nos em vez de dirigir-nos...*"[610].

O patrocínio público do general alcançara-se de imediato com a conferência de imprensa por si promovida à chegada de Sertório. Mas este é tão-somente o aplauso à *assembleia magna* onde pensara poder participar e ver reconhecido o seu projeto unitário. Como acima referimos, quanto ao que foi nela decidido Delgado tem várias objeções relativamente à orgânica. Nos bastidores vai continuar a defender o seu projeto pessoal: a formação do Governo no Exílio, ou, dito de outro modo, a instalação de um órgão com prestígio e poderes no exterior[611]. É o que sobressai da sua carta aos participantes do encontro de Roma, é o que não cessará de repetir na correspondência trocada, seja com os diretamente envolvidos, seja com os seus mais próximos correligionários.

Todavia, parcos dias depois, em carta dirigida a Tito de Morais, muda o tom cordial utilizado na reação "oficial" e refere-se à Comissão Delegada a constituir como

[608] A frase é proferida a propósito do manifesto "Delgadus Deledum Est", logo após a informação de que os seus redactores haviam desistido da sua divulgação. Carta de Piteira Santos a Manuel Sertório, 2 de fevereiro de 1963. CD 25A, PS – Corresp 34.
[609] Carta de 29 de janeiro de 1963. APTM.
[610] *Idem*.
[611] Carta de Humberto Delgado a Tito de Morais, 6 de fevereiro de 1963 – cópia manuscrita por Tito de Morais. CD 25A, PS – Corresp 36.

"*uma "Comissãozinha delegada da delegação do delegado"*"[612]. Tom depreciativo que, obviamente, preocupa os "companheiros" unitários.

Manietados pela demora das reações vindas de Portugal e pelo consequente deficit de autoridade, em suspenso pelo adiamento na concretização das promessas feitas, essenciais para a decisão sobre o local de fixação da Frente, paralisados pela total falta de liquidez, procuram não mais do que manter vivo o otimismo num desfecho favorável. Do Brasil, a cada dia o general torce mais o nariz a essa dependência do interior, como transmite a Piteira Santos nos finais de fevereiro:

> *"Admira-me que se admirasse que de lá não venha nada. A quem o diz! Por isso eu achei imensa graça à preocupação na conferência em fazerem da "comissãozinha" no estrangeiro uma criadinha da grande Junta. É de morrer a rir a ingenuidade! Claro que vamos ser nós de fora que temos de mexer e pegar fogo aos de dentro."*[613]

De Argel, de Paris e de Portugal, Humberto Delgado vai recebendo notícias. Sertório completa-as, fala-lhe de algumas questiúnculas entre os dirigentes da FPLN no exterior, põe-no a par dos pequenos progressos que se vão dando. O general mostra-se apreensivo:

> "Algéria*: Preocupado com a* corrida *que me conta e já tinha adivinhado. Espero que todos entendam que há hierarquia em tudo e que o chefe do departamento de vendas tem alguns direitos, entre eles o de escolher o principal* vendedor *– Sertório."*[614]

O aparente desejo de protagonismo por parte de todos os envolvidos e a antevisão de certa resistência à sua autoridade e dos efeitos prejudiciais que daí decorreriam para um eficaz trabalho político, cismam-no. Agravando a apreensão sentida quando pela primeira vez lhe fora ventilada a hipótese de estabelecer base para a oposição portuguesa na Argélia. A informação chegara-lhe um tempo antes da assembleia de Roma através de elementos de Marrocos, sob "*grande segredo*". Até aqui nada de estranho, decisões políticas de tal envergadura não se discutiam na praça pública, sob pena de se perderem oportunidades únicas. Estranho fora quando, pela mesma altura e por outra via, chegara idêntica comunicação a S. Paulo, agora sem qualquer pedido de sigilo, resultando na divulgação dessa possibilidade, primeiro nos

[612] *Idem*.
[613] Carta de 24 de fevereiro de 1963. Sublinhados no original. CD 25A, PS – Corresp 38.
[614] Carta de Delgado a Sertório, 20 de fevereiro de 1963. Destaques em cifra no original. Cf. Manuel Sertório, *Humberto Delgado – 70 Cartas…*, p. 175 e 176.

meios portugueses e posteriormente até na imprensa brasileira[615]. Manifestava certa imaturidade política, para não falar de irresponsabilidade, como evidenciava um certo atropelo entre os envolvidos. E agora esta excessiva, dir-se-ia mesmo inexplicável, demora.

A situação no Brasil é a cada dia mais insustentável para si. Até na redação do *Portugal Democrático* se gerara conflito profundo em torno da sua pessoa, que levara à saída do grupo Casais Monteiro, Jorge de Sena e Paulo de Castro do jornal[616].

Sertório procura apressar quanto pode a ida do ex-candidato presidencial para a Europa ou o Norte de África. Acredita na sua capacidade para pôr em andamento a Frente, o que apenas aconteceria se se aproximasse "*do touro*", usando expressão tão cara ao general. Como se referiu acima, mal sabe da próxima viagem para encontro com Cunhal, e ainda sem esclarecer os motivos da mesma, insiste para Argel na necessidade de resolver o assunto. Como vai lembrando a urgência de "*acção concreta*" para que aquele estivesse com a FPLN "*150%*"[617].

A pressão no sentido de resolver brevemente o "assunto Delgado" vem também de outros intervenientes. Desde logo, da generalidade da comunidade exilada que nele continua a ver uma esperança para Portugal. Rabat, Paris e Argel são três dos núcleos mais empenhados. Como dos círculos *delgadistas* do interior, que continuam a sublinhar o benefício de constituir um Governo Provisório no Exílio. A informação chega ao conhecimento de Piteira por intermédio de Ramos da Costa, representante do general em Paris desde fevereiro de 1963 e um dos que constantemente recorda a urgência de o "*agarrar*" [618]. O amigo responde-lhe nos seguintes termos:

> *"Nem eu, nem o Tito, nos esquecemos do General. Mas, Amigo, precisamos para o receber de uma instalação decente e de um mínimo de finanças. Só aqui se pode pensar em arranjar-lhe uma situação. Todavia o ideal era que não termos (sic) [tivessemos] necessidade de solicitar um emprego para <u>um chefe político</u>."*[619]

[615] Na revista *Visão*, em meados de janeiro de 1963. Cf. carta de Humberto Delgado a Manuel Sertório, 27 de janeiro de 1963. Cf Manuel Sertório, *Humberto Delgado – 70 Cartas…*, p. 168.
[616] Cartas de Manuel Sertório a Rui Cabeçadas, 2 de abril de 1963; a Humberto Delgado, 30 de março de 1963. Respetivamente, CD 25A, MS – Corresp 349 e Manuel Sertório, *Humberto Delgado – 70 Cartas…*, p. 186 e 187.
[617] Carta de Manuel Sertório a Piteira Santos, 13 de fevereiro de 1963. CD 25A, PS – Corresp 37.
[618] Carta de Ramos da Costa a Piteira Santos, 31 de março de 1963. A&B FMS, 4279.005, ims. 133-135.
[619] Carta de 3 de abril de 1963. Sublinhados no original. A&B FMS, 4279.005, 126-130.

Sobre o Governo Provisório, conhecia o propósito de Delgado pelo menos desde a Conferência de Roma, mas pede pormenores. O documento que relança tal ideia é um longo relatório intitulado "*Governo Provisório da República Portuguesa (Subsídio para a sua formação em forma de apontamentos)* ", dedicado na íntegra à prova da vantagem dessa opção, esclarece Ramos da Costa. Dele lhe envia exemplar, para melhor o esclarecer[620]. Dias mais tarde, chega o comentário de Piteira:

> *"observou o Tito de Morais que no caprichoso plano se não diz uma palavra sobre o financiamento da vida desse governo provisório. Inventar mitos é fácil, descobrir soluções não é extraordinariamente difícil. Mas encontrar dinheiro é que é o ponto delicado. E sem dinheiro, nós sentimo-lo aqui bem, nada de válido se faz. Fantasia portuense, por enquanto."*[621]

Missiva onde expõe novamente a sua posição sobre Humberto Delgado: não tem dúvidas acerca da necessidade de conseguir transferir a sua residência para a Europa ou para o Norte de África. Dinheiro e uma colocação apropriada, na impossibilidade de o manter somente dedicado ao trabalho político, como seria desejável, são os elementos em falta[622]. Disso dera já conta ao interessado em carta de 8 de abril passado, mostrando-se, todavia, confiante no despacho da situação. Ele e Tito de Morais não desistiriam[623].

No meio do impasse, Sertório informa os correligionários em Argel do próximo encontro de Delgado e Cunhal. O convite partira do secretário-geral comunista, mas decorria de pedido feito pelo general, havia meses, para que o partido o introduzisse clandestinamente em Portugal e aí garantisse a sua segurança por dois ou três meses enquanto preparava a decisiva revolta. Na verdade, o intento do PCP seria outro, assegura Manuel Sertório a Rui Cabeçadas:

> *"Posso também acrescentar que o fim da entrevista é o desejo do p.c. de pôr de pé… no papel o Conselho da FPLN (contra o qual eu fui o único, em Dezembro, a aduzir argumentos). A mim, parece-me evidente que este Conselho só poderá funcionar (embora apenas com dois papéis por ano, pois mais não deve estar previsto) contra a Comissão Delegada e o bureau de Argel. Combinei com o general opormo-nos a esta*

[620] Carta de Ramos da Costa a Piteira Santos, 6 de abril de 1963. A&B FMS, 4279.005, 124-125. O documento não se encontra junto nem foi possível localizar.
[621] Carta de Piteira Santos a Ramos da Costa, 25 de abril de 1963. Sublinhados no original. A&B FMS, 4279.005, 113-114.
[622] *Idem*.
[623] CD 25A, PS – Corresp 48.

ideia e lutar pela autorização da Comissão Delegada, transaccionando com o p.c. a sua deslocação para outro local diverso de Argel se o p.c. não estiver por forma nenhuma de acordo com a localização dela aí."[624]

Realmente, assim que tivera conhecimento do encontro entre os dois líderes oposicionistas, o advogado insistira na vantagem de conversar com Delgado sobre o assunto. Em carta de 26 de abril, Sertório aflorara já o essencial da sua análise: o interesse comunista em formar o Conselho Consultivo como forma de desautorizar a Comissão Delegada ainda por constituir[625]. Análise que terá repetido e circunstanciado na reunião que se dá dois dias mais tarde, apoiado na circular emitida pelo *bureau* de Argel, ainda ignorada por Delgado, e na carta de Cunhal rececionada há pouco, conversa avaliada pelo general como "*preciosa*"[626]. E, ainda antes do ex-candidato presidencial partir, um acrescento à conversa de viva voz:

"Em lugar da ideia do Conselho, que não oferece nenhumas vantagens, o que me pareceria interessante era o Senhor General, numa conferência de imprensa, porventura em Londres, anunciar a constituição de uma direcção da luta no exterior, fosse qual fosse o nome, anunciando já o das pessoas que ficariam integradas nesse organismo: o Snr General como presidente e além de outros (?) o Piteira, eu e o Cabeçadas."[627]

Sugestão respondida por Humberto Delgado na sua passagem por Roma, a 3 de maio, em trânsito para Praga:

"Achei interessante a sua ideia. A minha é mais radical: Basta de mais nomes e mais comissõesinhas. A que previram para o exterior chega e sobra desde que funcione. O nome é muito comprido, não vai corresponder à verdade, pode até receber mais ou menos o que agora lembrou para mais outra, mas dentro do esquema é difícil pôr mais coisas. Verei. Agradeço muito o seu pensamento e velocidade…"[628]

"*Na continuidade da Conferência da Oposição de Dezembro de 1962*", reúnem-se "*representantes de sectores ponderáveis da Oposição*" para analisar a situação política portuguesa e o desenvolvimento da luta oposicionista, deste modo abre o

[624] Carta de 4 de maio de 1963. CD 25A, MS – Corresp 348.
[625] Cf. Manuel Sertório, *Humberto Delgado – 70 Cartas…*, p. 191 e 192.
[626] Carta de Humberto Delgado a Manuel Sertório, 29 de abril de 1963. Manuel Sertório, *Humberto Delgado – 70 Cartas…*, p. 193 e 194.
[627] Partes da carta cifradas. Carta de Manuel Sertório a Humberto Delgado, 29 de abril de 1963. Manuel Sertório, *Humberto Delgado – 70 Cartas…*, p. 195.
[628] Partes da carta cifradas. Manuel Sertório, *Humberto Delgado – 70 Cartas…*, p. 197.

comunicado saído de dois dias de conversações[629]. Dessa troca de pontos de vista, resulta sumariamente: o reconhecimento "*como real êxito*" da unidade conseguida em Roma, para a qual se impõe "*a criação a breve prazo de organização adequada à direcção eficiente da luta nacional*", que possa organizar "*no mais curto espaço de tempo*" a "*acção revolucionária*" decisiva. Um documento sem subscritores, apenas com a referência de ter sido elaborado "*Algures na Europa*" no mês de maio de 1963, assim são publicitadas as conversações entre os dois políticos[630].

Para consumo interno, outro documento agora devidamente assinado pelos dois conferencistas avança mais pormenores. Além dos pontos abordados no comunicado público, reafirma-se o desejo de cooperação na luta comum, a necessidade de instalar Delgado "*mais perto de Portugal*", para o que Cunhal diligenciaria, a conveniência de "*criar um órgão exterior de direcção da luta, com um número restrito de membros, de que os dois signatários fariam parte*" e que levaria naturalmente a "*reconsiderar as funções da Comissão Delegada definidas nas Resoluções da Conferência da Oposição de Dezembro de 1962*" e o compromisso de consultar "*quanto possível*" o conjunto da oposição no que à unidade dizia respeito[631]. Fora o acordo possível perante as "*consideráveis diferenças nos seus pontos de vista acerca das formas e momento de desencadear a actuação revolucionária*", divergências que se estendem à "*prioridade da criação ou grau de impulsão dos órgãos das forças democráticas portuguesas e das formas da sua actividade*", esclarece-se no início do documento.

Nota reservada de Humberto Delgado detalha o teor de tais discordâncias[632]. O secretário-geral comunista recusara colaborar na introdução clandestina e permanência relativamente demorada do general em Portugal proposta por este, como enjeitara o

[629] Transcrito em documento do MNI destinado a ser enviado para Portugal e divulgado junto da imprensa francesa, por intermédio de Francisco Ramos da Costa. Brasil, 15 de maio de 1963. A&B FMS, 4282.002, im. 32.

[630] Mas cuja autoria é conhecida de todos, divulgado que fora ainda em Roma o destino de Delgado por telegrama das agências noticiosas, informação logo corroborada por Álvaro Cunhal em entrevista concedida à correspondente do jornal comunista italiano *L'Unità* em Praga e por Humberto Delgado à chegada ao Brasil. Carta de Manuel Sertório a Fernando Piteira Santos e Rui Cabeçadas, S. Paulo, 27 de maio de 1963. CD 25A, PS – Corresp 63. Frederico Delgado Rosa, *op. cit.*, p. 980-981 e 1288.

[631] "Reservado", Humberto Delgado e Álvaro Cunhal, Praga [local a manusc. após rasura], maio de 1963. Com indicação manusc.: Exemplar do Dr. Manuel Sertório a) Humberto Delgado. CD 25A, MS – H. Delgado 1- 1963 / Diversos 8.

[632] "Reservado", Humberto Delgado, Rio de Janeiro, 14 de maio de 1963. Com indicação manusc.: Exemplar do Dr. Manuel Sertório. Com a chancela do MNI. CD 25A, MS – H. Delgado 1- 1963 / Diversos 8-1.

recurso a ações violentas ou a utilização de explosivos defendido por Delgado[633]. Quanto à "*acção revolucionária*" a levar a cabo, Humberto Delgado julga-a possível assente em meios modestos que pudessem suscitar uma reação em cadeia e atrair amplas forças militares e populares, ao contrário de Álvaro Cunhal, que sublinha a imprescindibilidade de uma "*aperfeiçoada organização civil*" *a priori*.

Outra discrepância diz respeito à "*organização adequada à direcção eficiente da luta nacional*" a criar urgentemente, que para o general deveria ter a forma de um Governo Provisório, insistentemente reclamado pelo interior, como demonstra através de documentação daí recebida, modelo que Cunhal rejeita, argumentando recear tender este "*a transformar-se num corpo que pensa na legislação post-revolução em vez de pensar nesta*". Contrapõe o seu interlocutor que tal seria resguardado pelo cuidado na seleção dos seus membros, entre eles os dois presentes, e pela sua dimensão reduzida. Sem convencer o líder comunista, que insiste antes na premência de criar o Conselho Consultivo da FPLN. Mas o ex-candidato presidencial não vê neste qualquer benefício, considerando mesmo que voltar ao Brasil com o anúncio da constituição desse organismo seria "*cair no ridículo*", e insiste na formação "*de um órgão de direcção de luta, instalado no exterior*".

Por último, não há consenso sobre quem deveria subscrever o comunicado a divulgar, com Cunhal a sugerir o nome de Ruy Luís Gomes a juntar ao dos dois efetivos participantes e Delgado a recusá-lo e a avançar como "*indispensáveis*" os nomes de Francisco Oliveira Pio e de Manuel Sertório, acabando o documento por sair sem qualquer assinatura.

Entre os últimos dias de maio e os últimos de junho, Manuel Sertório presta aos seus correligionários em Argel pormenorizadas informações sobre o encontro de Praga[634]. Basicamente reproduzindo o teor da documentação que lhe é dada a conhecer pelo general, ao qual acrescenta a explicação possível ao facto de Delgado não se ter encontrado com nenhum dos representantes do "outro lado da moeda": não ter obtido vistos de entrada em qualquer outro país além da Checoslováquia e, acredita o

[633] Objetivo que pusera já em marcha, com a elaboração e divulgação de pequeno panfleto intitulado *Normas de Acção Directa*, espécie de manual a seguir. Referência ao documento em carta de Francisco Ramos da Costa dirigida a Fernando Piteira Santos, Paris, 11 de maio de 1963. A&B FMS, 4279.005, ims. 108-110.

[634] Cartas de Manuel Sertório a Fernando Piteira Santos e Rui Cabeçadas, S. Paulo, 27 de maio de 1963; e a Fernando Piteira Santos, 1 e 29 de junho de 1963. Respetivamente, CD 25A, PS – Corresp 63 e 64 e MS – Corresp 3001.

advogado, promessa feita a Cunhal. Sobre a generalidade das informações o general pede reserva, sublinha.

Inconformados ficam os responsáveis da FPLN sediados em Argel e os seus mais próximos companheiros políticos não comunistas. "*Que manobras andam no ar entre o P.[PCP] e o General?*", assim expressa Piteira a Ramos da Costa as dúvidas que são por todos partilhadas[635]. Se as intenções dos comunistas são relativamente percetíveis – "*Quiseram entender-se com General para não virem a ter surpresas*" –, as de Delgado são bem mais difíceis de perscrutar – "*E o General que carta jogará?*"[636].

A 8 de maio, ainda em Praga, Humberto Delgado envia telegrama a Piteira Santos dando conta do seu regresso ao Brasil, das dificuldades de obtenção de vistos e da sua passagem por Rabat dali a dois dias[637]. Uma confusão na interpretação do telegrama e a falta de um prazo mínimo para preparar uma deslocação à capital marroquina inviabilizam, porém, o encontro. De cuja importância procuram convencê-lo através de Adolfo Ayala, tentando que fique mais uns dias por Rabat[638]. Tudo em vão.

Sem perder tempo, Piteira Santos e Tito de Morais dirigem-se ao general. Antes de mais, lamentando a impossibilidade de uma conversa pessoal, tão necessária esta seria para lhe dar outra perspetiva da situação e do futuro do projeto unitário e para o debate de "*problemas sérios, decisivos, que não podem ser indefinidamente adiados ou condicionados às especulações dos políticos/teóricos e dos "teólogos políticos""*"[639]. As palavras são de Piteira, que lança de imediato um cáustico ataque a Álvaro Cunhal:

> *"Porque há também uma teologia política, Senhor General. Há pessoas que têm certo o céu político, que sabem que a sua consagração na eternidade histórica é fatal, e não têm pressa de lançar a campanha de libertação nacional dentro de um prazo curto que a conjuntura histórica condiciona e o imperativo do interesse nacional impõe"*[640].

É ainda Piteira a explanar, uma vez mais, o que considera como metas prioritárias da unidade: ultrapassar as debilidades da frente interna pela existência de organismo exterior responsável e dinâmico – fosse dando carácter definitivo à Comissão

[635] Rabat, 19 de maio de 1963. A&B FMS, 4279.005, ims. 103-106.
[636] *Idem*.
[637] CD 25A, PS – Corresp 54.
[638] Carta de Rui Cabeçadas a Manuel Sertório, Argel, 10 de maio de 1963. CD 25A, MS – Corresp 350.
[639] Carta de Fernando Piteira Santos a Humberto Delgado, 11 de maio de 1963. CD 25A, PS – Corresp 55.
[640] Sublinhado no original. *Idem*.

Delegada, fosse criando outro órgão similar –, constituir um "bureau *principal*" em local onde pudesse desenvolver abertamente atividade – numa clara referência a Argel – e aproximar os quadros responsáveis de território nacional – começando pelo próprio Delgado[641]. O *nó górdio* na guerra surda com o PCP, que tinha recuado na sua predisposição para a luta armada, acrescenta Tito de Morais[642]. Evidência disso eram os termos propostos pelos comunistas para a formação do Conselho Consultivo, que julgam, como vimos, ter sido o mote principal da conferência bilateral em Praga:

> *"a criação de um Conselho Consultivo da Frente não deve ter como simples consequência a designação de um conjunto de chefes, de veneráveis, mais ou menos polarizados, mais ou menos telecomandados; que a Frente não precisa de presidências decorativas"*[643].

Rebatida a argumentação comunista, segue-se o cortejo a Humberto Delgado. Comunicando-lhe a instalação do *bureau* da FPLN em Argel, informando-o estarem reunidas as "*condições mínimas*" à sua instalação no local, mostrando alguma recetividade ao Governo no Exílio almejado por Delgado, "*embora sob uma designação modesta*", classificando-o como o único português a ter a legitimidade para assumir a presidência da Frente, caso isso fosse politicamente útil. Porque, "*sem nenhuma lisonja, a presença de um homem como o Senhor General, enquadrado numa direcção colegial que corresponda a certa dosagem política, mas que na dosagem necessária não perca a combatividade, o poder de rápida decisão, a eficiência imprescindíveis*", seria um decisivo passo para a FPLN[644].

A Manuel Sertório, Rui Cabeçadas e Fernando Piteira Santos completam a análise feita a Delgado. Novamente deplorando o desinteresse do general em obter versão diversa da dos comunistas, novamente classificando o encontro de Praga como "*jogo estéril de conquista de posições ou de imposição de pessoas*", novamente acentuando significar a proposta de presidência conjunta do Conselho Consultivo uma "*manobra no sentido de diminuir as atribuições da Comissão Delegada*", além de ser "*contraditória com o referenciado "esquerdismo" da reunião de Dezembro*"

[641] Sublinhado no original. *Ibidem*.
[642] Carta de Manuel Tito de Morais a Humberto Delgado, Argel, 14 de maio de 1963. APTM.
[643] Carta de Fernando Piteira Santos a Humberto Delgado, 11 de maio de 1963. Sublinhado no original. CD 25A, PS – Corresp 55.
[644] Sublinhado no original. *Idem*.

denunciado pelo PCP[645]. Com uma nota positiva para a postura assumida por Delgado, que se soubera colocar "*na crista da onda*", confirmando estar "*sinceramente interessado numa solução de carácter veridicamente antifascista*" no âmbito da Frente, em cuja direção seria "*vantajoso*" que participasse, sendo apenas "*necessário enquadrá-lo politicamente e libertá-lo de certas companhias do Rio*"[646].

> *"Estou farto dessa porcaria de as pessoas de longe falarem das minhas companhias políticas. […] – que me IRRITAM estas afirmações vagas, acabando por me zangar. Ou concretas ou nada. […] O que é essa história de me «enquadrar politicamente»? Há MESTRES?"*[647]

É o comentário do general a um dos excertos da longa epístola de Cabeçadas e Piteira dirigida a Sertório, de que este lhe entrega exemplar. Como acima se viu, a carta faz o *estado da arte* do projeto unitário, abordando detalhadamente as várias questiúnculas com o PCP, o resultado das diligências com vista à instalação da sede da Comissão Delegada e o posicionamento de Ruivo e Delgado no jogo político em presença. A tónica do ex-candidato presidencial oscila entre a crítica e o enfado, concórdia total apenas na recusa do "*burocratismo*" e dos "*truques*" e na "*justiça*" a si feita[648]. Desaprova a menção à incapacidade do MNI coordenar os vários núcleos e organismos portugueses, recusa as responsabilidades na divulgação da viagem na véspera da sua partida, aliás principal embaraço à sua entrada em Itália, contratempo que o impede de estabelecer "*os planos de encontros com pessoal de Lisboa e Argel*" como pretendia, não sendo Marrocos alternativa por também para esse país não ter visto de entrada, salienta ter esclarecido Cunhal que iria "*para o primeiro país*" que o "*recebesse em condições*", a Argélia se fosse o caso, e, por fim, relativiza o incidente da circular, história que lhe parece "*peça de Artilharia para matar mosca*"[649].

Poucos dias antes, havia respondido às missivas de Piteira e Tito de Morais, fazendo ver ao primeiro as dificuldades na sua movimentação – impedido de entrar em França e na Itália, com embaraços em Dakar no regresso –, reafirmando ao segundo a recusa do Conselho Consultivo da FPLN – "*De <u>Bonzos</u> e coisas teóricas estou eu farto*

[645] Carta de Fernando Piteira Santos e Rui Cabeçadas a Manuel Sertório, Argel, 14 de maio de 1963. CD 25A, PS – Corresp 56.
[646] *Idem*.
[647] "Apontamentos sintéticos para o Dr. M. Sertório (Referentes à carta de 14/V/63 de P.S. para M.S.)", S. Paulo, 30 de maio de 1963. Maiúsculas no original. Cf. Manuel Sertório, *Humberto Delgado – 70 Cartas…*, p. 202-204.
[648] *Idem*.
[649] *Ibidem*.

[…] O que é preciso sim é <u>UM ÓRGÃO DE ACÇÃO</u>, não um conselho de Bonzos. <u>Tratar-se-á disso</u>. <u>E pensou-se nisso</u>. Eu pus o caso."[650]. Passando depois ao esclarecimento das condições mínimas que ambos haviam declarado estarem reunidas na Argélia para a sua transferência para o país, porque, na verdade, "*importa é eu deslocar-me daqui – o pior país do mundo para eu estar*" [651].

Na carta anterior Tito de Morais falara-lhe da instalação "*com certa modéstia, mas com dignidade inerente à sua posição*", tendo "*casa onde se instalar*", embora fosse necessário "*trazer os seus móveis, porque aqui são extraordinariamente caros*", estando "*assegurado o seu alojamento num hotel*" enquanto não chegassem. As contribuições dos antifascistas em Argel deveriam chegar "*para se lhe assegurar a estadia, o que seria facilitado com uma pequena ajuda que eventualmente pudesse trazer do Brasil e ainda de outros pontos*"[652].

Na volta do correu, Delgado pede esclarecimentos: afinal, em que isto se consubstanciava? É que,

> *"Miséria, aqui vá, estou aguentando; mas não vou aguentar para mais lado nenhum, a não ser – se necessário - à frente das tropas. Acabou-se. Que cada qual tenha o que merece; e se a oposição nem serve para garantir a subsistência do seu chefe é melhor deixar ao "general TEMPO" resolver."*[653]

Além das disponibilidades financeiras – que deveriam ser conseguidas na Argélia e em Portugal, frisa –, quer maiores detalhes sobre o alojamento, a assistência médica – encontra-se a recuperar de intervenção cirúrgica realizada no Brasil –, a facilidade em encontrar e a remuneração de "*pessoal servente*"[654]. Irá pedir orçamento para o transporte dos móveis do Rio para Argel, tratará de passaporte mal acalme o *sururu* ao redor da sua viagem a Praga.

Desde o início, a penúria financeira sobressai como um dos maiores óbices ao avanço do projeto unitário. Impedira a presença de vários exilados na Conferência de Roma, ia atrasando a instalação da comunidade portuguesa em Argel e a possibilidade de desenvolver trabalho político sério, como vinha impedindo a própria transferência de

[650] Carta de Humberto Delgado a Tito de Morais, Rio de Janeiro, 26 de maio de 1963. Maiúsculas e sublinhados no original. APTM.
[651] *Idem*.
[652] Carta de Tito de Morais a Humberto Delgado, Argel, 14 de maio de 1963. APTM.
[653] Carta de Humberto Delgado a Piteira Santos, Rio de Janeiro, 25 de maio de 1963. Maiúsculas no original. CD 25A, PS – Corresp 59.
[654] Carta de Humberto Delgado a Tito de Morais, Rio de Janeiro, 26 de maio de 1963.

Delgado para a capital africana. Entre os mais endinheirados oposicionistas, emigrados ou em Portugal, é difícil obter fundos suficientes, normalmente dependentes de planos concretos de atuação, como acontecera no caso de Beja. Subvenções de organizações ou governos estrangeiros, apenas os comunistas delas beneficiavam. As coletas à restante comunidade democrata resultam em montantes bem abaixo dos necessários.

A situação é bem conhecida pelo general. Que a enfrenta no seu dia-a-dia no Brasil, como a tem como principal obstáculo à corporalização do seu desejo de formar um Governo no Exílio. Mantendo a convicção de que o recurso ao auxílio financeiro de alguns Países Não-Alinhados pode ser uma via para a ultrapassar, insiste:

> *"Calcule o que seria 30 países a darem a miséria de 500 dólares mensais. Era nada for them. Extraordinary for ourselves."*[655]

Assim remata Humberto Delgado a explanação da ideia a Sertório, nos primeiros dias de fevereiro. De início, a investida diplomática considera a Índia, o Gana, o Ceilão (atual Sri Lanka) e a Argélia, além do Comité de Descolonização da ONU[656]. Já em setembro, segue ainda pedido para o Senegal, após a receção de telegrama de Léopold Senghor a retratar-se pela forma como Delgado fora tratado à passagem pelo país no regresso de Praga[657].

O conselheiro e adjunto do general incentiva-o e acalenta idêntica expectativa, mas, nos finais de julho, sem qualquer resposta, desalenta: "*governos estrangeiros […], ao que parece, continuam apenas interessados no «auxílio» das palavras piedosas a que o Ben Bella por mais de uma vez se tem desprezivelmente referido*"[658].

A 23 de junho, Delgado informa Piteira das diligências em curso, nomeando-o seu "*delegado para as questões políticas na Argélia*". Junto à carta-comunicação seguem as cópias das missivas dirigidas ao Embaixador da Índia na Argélia, que

[655] Carta de Humberto Delgado a Manuel Sertório, 8 de fevereiro de 1963. Itálicos em cifra no original. Tradução: "para eles. Extraordinário para nós". Cf. Manuel Sertório, *Humberto Delgado – 70 Cartas…*, p. 170 e 171.
[656] Cartas de Humberto Delgado a Manuel Sertório, s/d (recebida a 2 de março), 4 de março, 8 de março, 2 de junho e 23 de junho de 1963, Respetivamente, cf. Manuel Sertório, *Humberto Delgado – 70 Cartas…*, p. 177, 179-180, 183-184, 205-206 e 208.
[657] Telegrama de 8 de julho, com resposta do general a 19 de julho. Respetivamente, Manuel Sertório, *op. cit.*, p. 229; CD 25A, PS – Corresp 78 e 80.
[658] Carta de Manuel Sertório a Humberto Delgado, S. Paulo, 24 de julho de 1963. Manuel Sertório, *op. cit.*, p. 214-216.

secunda movimentações anteriormente feitas na representação diplomática da Índia no Brasil, e ao presidente argelino no dia precedente[659].

Piteira Santos e os restantes companheiros de unidade apelidam tal ideia de fantasiosa e até, no que concerne à Argélia, de inconveniente: "*A Argélia dá-nos muito, dá-nos liberdade de movimento, dinheiro não tem*"[660]. Instam antes na necessidade de recorrer aos mais abonados no Brasil, portugueses ou brasileiros próximos da oposição, inclusive lembrando eventuais hipóteses.

Na verdade, frustra-os as exigências monetárias de Delgado, como confidencia Piteira para Ramos da Costa:

> *"Ora nós não temos dinheiro e não podemos mendigar um emprego para o Chefe da Oposição. Podíamos instalá-lo modestamente."*[661]

Como os inquieta a reiterada afirmação de Delgado como chefe da oposição:

> *"Concluo que as conversações de Praga não foram um êxito para o A.C. [Álvaro Cunhal]. O General não deseja ver partilhada a sua posição de Chefe da Oposição. É um bem, porque a troika era ridícula e prejudicial; é um mal, porque não é exemplarmente democrático."*[662]

As dúvidas do general sobre as razões da criação do "*organismo centralizador no exterior*" e o aviso de que, findos seis meses sobre a Conferência de Roma, "*sairá com um papel*", de que têm conhecimento através de Sertório, mais do que inquietá-los, agasta-os[663]. Enquadrar e coordenar a emigração dispersa por vários países, compensando a inépcia do próprio Delgado e do seu MNI em fazê-lo, aproveitar as possibilidades políticas, ser instrumento de atuação e diálogo, eis os objetivos de tal órgão. Todos bem conhecidos do ex-candidato presidencial e que o deveriam ter feito "*jogar a fundo a carta*" da Comissão Delegada junto de Cunhal, replicam[664]. Análises

[659] CD 25A, PS – Corresp 75, 73 e 74, respetivamente.
[660] Sobre o que é oferecido pela Argélia: carta de Piteira Santos a Ramos da Costa, Argel, 23 de junho de 1963. A&B FMS, 4279.005, ims. 89-90. Sobre a inconveniência da diligência: carta de Piteira Santos a Manuel Sertório, Argel, 17 de junho de 1963. A missiva não terá sido rececionada "em tempo útil" pelo seu destinatário. CD 25A, PS – Corresp 69. Será porém apenas a diligência na Argélia a obter resultado satisfatório, como adiante veremos. Anos mais tarde, também Sertório admitirá ter sido uma ideia utópica. Cf. Manuel Sertório, *Humberto Delgado – 70 Cartas…*, nota de rodapé p. 171.
[661] Carta de Fernando Piteira Santos a Francisco Ramos da Costa, Argel, 14 de junho de 1963. A&B FMS, 4279.005, ims. 94-99.
[662] *Idem*.
[663] Carta de Manuel Sertório a Fernando Piteira Santos, Argel, 1 de junho de 1963. CD 25A, PS – Corresp 64.
[664] Carta de Piteira Santos a Manuel Sertório, Argel, 17 de junho de 1963. CD 25A, PS – Corresp 69.

reservadas, que importa "*segurar o homem*" e há, por isso, que usar com ele da maior diplomacia[665].

Cuidado tido por Piteira quando se dirige ao general a 3 de julho. Começa por referir-se brevemente ao crescimento da corrente favorável à luta armada e à intensificação da atividade oposicionista, tão desejada por Delgado. Sublinha depois o imperativo de direcionar esforços no sentido de implantar e valorizar as estruturas da FPLN. Dada a impossibilidade de repetir conferências "*em cascata*", justifica, procurando antecipar-se, ou responder, na eventualidade da proposta ter já chegado ao Brasil, à ideia comunista de organizar segunda conferência, que lhe fora ventilada por Ramos da Costa nos inícios de abril[666]. Para logo se centrar no propósito de sanar as dúvidas de Humberto Delgado quanto às condições argelinas. O *bureau* da FPLN estava em pleno funcionamento, avança:

> *"pequeno, modesto, mas está equipado para o trabalho que é necessário efectuar. O bureau está instalado num dos maiores edifícios da cidade, num boulevard que liga a parte central e baixa, com as zonas residenciais exteriores, a meio caminho (10 minutos) entre o "Palácio do Governo" (administração central) e o "Palácio do Povo" (teoricamente residência do Chefe de Estado), e Vila Joly (sede do Bureau Político) (7 minutos), a Rádio Televisão (12 minutos), Ministério da Defesa Nacional (10 minutos), Ministério da Informação (6 minutos). Os minutos calculados para marcha a pé normal. O bureau tem telefone, uma boa máquina de escrever com carreto grande; um ronéo eléctrico; secretárias e armários metálicos. Pela disposição da casa, embora pequena, temos quatro divisões, duas entradas, numa das salas cabem 20 pessoas sentadas à volta da grande mesa de trabalho que se pode armar (temos a mesa)."*[667]

Para seu funcionário permanente acabavam de convidar Adolfo Ayala, até então fixado em Rabat. Instalados em casa situada na zona mais nobre de Argel estão Hélder Veiga Pires, Rui Cabeçadas e Modesto Iglesias, com casa mobilada e conjunto sala de estar e de jantar onde se poderiam receber pessoas que se entendesse não deverem ir ao *bureau*[668]. Tito de Morais está prestes a mudar de residência, deixando vaga casa até agora por si ocupada na rua Charles Vallin 17, que fazem tenção de manter e fazer os

[665] Adaptação de expressão usada por Piteira Santos em carta a Ramos da Costa: "*Tirávamo-lo do pântano brasileiro e segurávamos o homem*". Argel, 23 de junho de 1963. A&B FMS, 4279.005, ims. 89-90.
[666] Carta de Ramos da Costa a Piteira Santos, 6 de abril de 1963. A&B FMS, 4279.005, ims. 124-125.
[667] Endereço: Boulevard du Telemly (a seguir designada Salah Bouakouir), n.º 118, 5º andar. Ronéo refere-se a uma marca de copiógrafo. CD 25A, PS – Corresp 77.
[668] Deverá corresponder à nova morada transmitida por Cabeçadas a Sertório em carta de 10 de maio de 1963: rua Larbi Ben Mhidi n.º 53. CD 25A, MS – Corresp 350.

necessários reparos, aproveitando o facto de ser relativamente ampla (4 quartos, cozinha, casa de banho, pequeno compartimento, varanda e extenso corredor), central e ter telefone, podendo servir de ponto de apoio inicial para as pessoas que se transferissem para Argel[669].

Já quanto ao financiamento da instalação de Delgado e Sertório em Argel, Piteira tem más notícias: nem de Portugal nem do governo argelino se conseguirá reunir o suficiente – pelas suas contas, uns 200 a 250 contos por ano. Repisa, pois, na hipótese "brasileira".

Terminando com uma novidade bombástica: a rádio *Voz da Liberdade* teria uma emissão semanal aos sábados, da meia-noite à 1h, em ondas médias na gama dos 300/350 metros, a partir da segunda quinzena de julho. Precisa de ser "alimentada", seria bem-vinda a colaboração do general com mensagens gravadas de 4/8 minutos ou com o envio da coleção dos discursos da campanha eleitoral.

Não é a missiva a travar o avolumar da inquietação de Delgado. Que vem de trás e é maior do que, quer em Argel quer em Paris, poderiam suspeitar. Apenas em privado e com os seus mais próximos correligionários, como o jornalista radicado em Inglaterra António Figueiredo, o general demonstra sem pejo o seu desdém pela FPLN – um "*fantasma que não existe*" –, pelos oposicionistas que não dão o corpo à luta – "*Ninguém quer ser nomeado ninguém quer correr tal risco, dentro do país excepto o P.C.*" –, ou pela direção colegial de que todos falam – "*E deixe correr se alguém perguntar diz que fui eu que nomeei*"[670]. Isto quando o investe como delegado da Frente em Londres, unilateralmente e sem disso informar quem quer que seja. Instam-no à luta, delineiam-lhe táticas de combate, mas nada passa do papel ou se materializa em ajuda efetiva. Desespera o ex-candidato presidencial.

Seis meses volvidos da Conferência de Roma é hora de marcar posição, julga Delgado: em declarações publicadas no jornal brasileiro *Última Hora* divulga amplamente a intenção de formar um Governo Provisório no Exílio[671]. Tónica também presente na primeira alocução por si gravada para passar na rádio *Voz da Liberdade*:

[669] Carta de Piteira Santos a Humberto Delgado, 3 de julho de 1963. CD 25A, PS – Corresp 77.
[670] Carta de Humberto Delgado a António de Figueiredo, 25 de maio de 1963. CD 25A, AF – Corresp 83.
[671] Entre os seus companheiros de unidade e, particularmente, entre as hostes comunistas é grande a celeuma suscitada por tais declarações. Cartas de Humberto Delgado a Manuel Sertório, Rio de Janeiro, 10 e 19 de julho de 1963; carta de Sertório a Delgado, S. Paulo, 12 de julho de 1963. Manuel Sertório, *Humberto Delgado – 70 Cartas…*, p. 210, 212-214 e 210-211.

"É possível conceber que de Portugal me enviem relatórios bem feitos, inteligentes, assizados [sic] a apontarem-me como única saída a criação urgente de um governo provisório, em África ou na Europa, e ao mesmo tempo, desprezivelmente, nem sequer haja a coragem para juntar os quinhentos mil escudos necessários para instalar e fazer viver, ainda que modestamente, esse organismo durante, digamos, um ano? Ora, seria este o tempo suficiente para impulsionar a revolta ou, pelo menos ganhar o prestígio internacional bastante para se fazer reconhecer aquele órgão, como o verdadeiro representante de uma Pátria vilmente ocupada por um ditador".[672]

A par dos movimentos e reações *delgadistas*, Manuel Sertório continua a apostar tudo nele, vendo-o como o único com legitimidade para assumir uma "*incontestável direcção*", ou seja, capaz de obrigar os comunistas à ação[673]. Levá-lo para onde o pudesse fazer é, de há meses largos, a sua meta. Assim, persiste na pressão aos companheiros "argelinos", desesperando com a falta de notícias destes, como insiste com o secretário-geral do PCP, que à data da Conferência de Roma tinha deixado escapar as reticências do seu partido à transferência do general para a Europa[674].

Está a situação neste pé, quando chega ao Brasil a proposta do PCP para nova Conferência. A Checoslováquia é o local onde se realizaria, setembro a data prevista.

"*A atingir o ponto óptimo*"

A partir de meados de maio, o impasse argelino parece ultrapassado. Nas palavras de Tito de Morais para Ramos da Costa: "*As coisas aqui, no que se refere às relações oficiais, estão a atingir o ponto óptimo. Depois dum empurrão em grande estilo as portas abriram-se sem restrições.*"[675].

[672] "Alocução do líder da Oposição Portuguesa, General Humberto Delgado a difundir pela rádio clandestina, algures em África", Humberto Delgado, Rio de Janeiro, 31 de julho de 1963. CD 25A, PS – Corresp, Anexos 22.
[673] Carta de Manuel Sertório a Piteira Santos e Rui Cabeçadas, S. Paulo, 27 de maio de 1963. CD 25A, PS – Corresp 63.
[674] Entre junho e setembro de 1963 extraviam-se várias cartas encaminhadas de Argel. Sobre a pressão aos comunistas: Carta de MC [Manuel Sertório] a A. Sousa [Álvaro Cunhal], s/d [29-06-1963]; referência às reticências do PCP: carta de Piteira Santos a Tito de Morais, Paris, 29 de janeiro de 1963. Respetivamente, CD 25A, MS – Corresp 717 e APTM.
[675] Argel, 17 de maio de 1963.

Como vimos, desde maio um "*bureau bem recheado*" a funcionar, com espaço suficiente para trabalhar relativamente à vontade e localizado em zona semi-central, modesto mas decente[676].

A partir de meados de junho, afinam-se as questões técnicas, tratam-se das últimas burocracias e preparam-se materiais para o arranque da rádio. Equaciona-se difundir a emissão à tarde, acabando por se optar pelo horário noturno, hesita-se se seria meia ou uma hora semanal, fixando-se experimentalmente numa hora, da meia-noite à 1h, fuso horário de Lisboa. Procurando fugir às inevitáveis tentativas de interferência pela PIDE, utilizariam as ondas médias. Para Portugal, quanto antes, deve ser transmitida a novidade: "*em Julho haverá uma voz portuguesa no ar*"[677]. A notícia espalha-se pelos diferentes núcleos democratas lusos, a quem se solicitam informações, notícias e gravações.

Revés havia sido a perda da tipografia quando só faltava a formalização da cedência, pensavam todavia conseguir encontrar outra solução[678]. Mantém-se igualmente o problema da falta de liquidez.

Nos dias 25 e 26 de maio reúne-se na capital da Etiópia ampla assembleia de chefes de Estado africanos. Presentes delegados de trinta e dois países, quase todos recentemente independentes. É então criada oficialmente a Organização da Unidade Africana (OUA), sob o signo da promoção da solidariedade entre as nações africanas e seu desenvolvimento económico e social, do respeito pela soberania de cada Estado e pelos limites fronteiriços herdados do colonialismo e da luta pela erradicação do colonialismo em África. Como consequência direta, a Argélia anuncia o encerramento dos consulados portugueses no seu território, a rutura de relações comerciais e apoio vigoroso à luta nacionalista angolana pelo envio de 10.000 voluntários argelinos para o teatro de guerra[679]. Logo depois, também o Sudão aprova o boicote económico e diplomático, bem como a interdição dos portos e aeroportos sudaneses aos navios e

[676] Cartas de Rui Cabeçadas a Lopes Cardoso, Argel, 1 de julho de 1963 e de Piteira Santos a Ramos da Costa, Argel, 23 de junho de 1963. CD 25A, LC e A&B FMS, 4279.005, ims. 89-90, respetivamente.
[677] Carta de Piteira Santos a Ramos da Costa, Argel, 23 de junho de 1963. A&B FMS, 4279.005, ims. 89-90.
[678] Carta de Piteira Santos a Ramos da Costa, Argel, 14 de junho de 1963. A&B FMS, 4279.005, ims. 94-99.
[679] "Mardi: Important discours de Ben Bella" in *Alger Republicain* e "Le President Ben Bella prononcera un important discours sur la politique africaine du Gouvernement" in *La Dépêche d'Algérie*, ambos de 15 de junho de 1963. Anexados ao ofício-relatório do cônsul de Portugal em Marselha ao ministro dos Negócios Estrangeiros, 20 de junho de 1963. AHD do MNE, PAA 1146 – Encerramento do Consulado em Argel.

aviões lusos[680]. Gestos com "*puro significado demagógico*" que visariam apenas pressionar os restantes parceiros africanos a seguir as diretivas de Adis Abeba, em vésperas de se iniciar reunião do Comité de Coordenação para a Ajuda aos Países Ainda não Libertados da OUA, esclarecem as autoridades diplomáticas portuguesas[681]. Até porque a medida não teria nenhum alcance prático dado estar o Consulado Honorário de Portugal em Argel encerrado, com "*empregada que se encontrava apenas liquidando assuntos pendentes*"[682].

Realmente, embora Portugal tenha reconhecido a independência da Argélia, entre os dois países não haviam sido estabelecidas relações diplomáticas formais desde o nascimento do novo Estado. O governo luso mantivera desde então os postos consulares honorários até aí existentes a funcionar "de facto" – Argel e Orão (consulados), Arzew e Bona (vice-consulados) –, mas não os acreditara junto das novas autoridades argelinas. A 1 de fevereiro de 1963, o encarregado do vice-consulado em Arzew é expulso das instalações onde a representação funcionava, sem possibilidade de salvaguardar o arquivo e demais haveres do Estado português[683]. Na sequência do sucedido, os restantes postos consulares recebem instruções para pôr preventivamente a salvo os impressos de passaporte e para queimar os arquivos em caso de emergência. E considera-se a atuação a tomar por Portugal: encerrar os postos ou pedir o *exequatur*. Manter as representações daria a possibilidade de seguir mais de perto a evolução da política argelina e de "amparar" os 120 portugueses aí radicados. No entanto, havia a considerar a séria hipótese de não terem êxito as diligências para a creditação dos postos, além de se poder transferir as suas competências para o consulado brasileiro no país, desde que o assunto fosse tratado com as instâncias devidas[684].

No dia 17 de junho de 1963, a colaboradora do cônsul honorário português em Argel, que se encontra ausente, é chamada ao Ministério dos Negócios Estrangeiros

[680] Cópia do ofício do embaixador de Portugal em Adis Abeba ao ministro dos Negócios Estrangeiros, 18 de junho de 1963. AHD do MNE, PAA 1146 – Relações com Argélia Geral 1962-66.
[681] Telegrama confidencial do ministro dos Negócios Estrangeiros à Embaixada de Adis Abeba, 25 de junho de 1963. AHD do MNE, PAA 1146 – Encerramento do Consulado em Argel.
[682] "Relações Luso Argelinas" – circular 16/63, 25 de junho de 1963. AHD do MNE, PAA 1146 – Encerramento do Consulado em Argel.
[683] Telegrama do Consulado de Portugal em Marselha à Administração Consular do MNE, 1 de fevereiro de 1963. AHD do MNE, PAA 1146 – Relações com Argélia Geral 1962-66.
[684] *Idem* e "Situação dos Postos Consulares Portugueses na Argélia", relatório da autoria de Vítor Fortes Rocha, Lisboa, 4 de março de 1963, enviado pela Repartição da Administração Consular à Repartição dos Negócios Políticos com pedido de parecer. Este acaba por não ser dado por ter sido "ultrapassado pelos acontecimentos". AHD do MNE, PAA 1146 – Encerramento do Consulado em Argel.

argelino e informada da intenção de encerrar as instalações consulares lusas[685]. Perante isso, a funcionária terá solicitado permissão para entregar arquivo e demais haveres do posto no Consulado do Brasil em Argel, pedido que fica pendente de autorização superior. Regressada à firma onde o consulado funciona, é surpreendida pela chegada quase simultânea de uma força policial que lhe proíbe o acesso ao gabinete e o sela. Na verdade, nada lá resta que importância tenha. Os impressos de passaporte, a maior preocupação da tutela portuguesa, estão a salvo e não cairiam em "*poder [dos] organismo antiportugueses estabelecidos [em] Argel*"[686].

Uma grande vitória para a oposição portuguesa aí estabelecida, que vê assim eliminada a representação diplomática oficial e passa a ser interlocutora exclusiva dos interesses lusos na Argélia. Ao contrário, para o regime complicam-se as possibilidades de receber notícias detalhadas sobre a atividade dos democratas portugueses nesse país africano, ao menos pelos canais formais, como acontecia em tantos outros locais de exílio[687].

Mas, obviamente, a informação vai chegando a Lisboa, quer através das representações diplomáticas portuguesas sediadas noutros países próximos – como Marrocos – e das forças militares estabelecidas nas colónias, quer pela ação direta da PIDE, dos seus informadores e agentes duplos, quer ainda pela diligente colaboração de governos e serviços secretos estrangeiros.

---

[685] Exerce as funções de cônsul honorário Marcel Mélia, diretor da Sociedade de Tabacos Mélia, onde funciona o consulado. Mal recebe a convocatória argelina, a sua funcionária informa telefonicamente o cônsul de Marselha, posto consular de que depende, em pânico pelas eventuais sevícias de que poderia ser alvo. O cônsul português em Marselha põe-se em contacto com a representação brasileira, que se dispõe a velar quanto possível pela integridade física da funcionária. Atendendo à sua nacionalidade francesa é ainda solicitada proteção às autoridades do seu país de origem, através da embaixada lusa em Paris, a que se junta pedido de intervenção para a salvaguarda dos arquivos. Telegramas urgentes do Consulado de Portugal em Marselha para o MNE, 17 e 18 de junho de 1963 e ofício-relatório do cônsul de Portugal em Marselha ao ministro dos Negócios Estrangeiros, 20 de junho de 1963; telegramas do ministro dos Negócios Estrangeiros para a Embaixada de Portugal em Paris, 17 de junho e da Embaixada de Portugal em Paris para o MNE, 21 de junho de 1963. AHD do MNE, PAA 1146 – Encerramento do Consulado em Argel.

[686] Para os dois postos consulares ainda em funcionamento no território argelino – Bona e Orão – seguem indicações para retirarem as insígnias exteriores e fazer o serviço como intermediários particulares entre os interessados e o consulado de Portugal em Marselha. Se questionados pelas autoridades argelinas, deveriam afirmar terem encerrados os consulados aquando da independência. Telegrama urgente do Consulado de Portugal em Marselha para o MNE, 18 de junho de 1963. AHD do MNE, PAA 1146 – Encerramento do Consulado em Argel.

[687] As representações diplomáticas portuguesas são tantas vezes a maior fonte de informação da polícia política portuguesa relativamente às movimentações dos exilados e da restante comunidade lusa. A título de exemplo: ofício da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro ao MNE, dando conta da transferência de residência de Manuel Tito de Morais para Argel, 23 de julho de 1963. AHD do MNE, PEA – Maço 554, Pt VIII, Capa 14.

Relativamente à atuação policial, lembrem-se, nomeadamente, as informações obtidas pela violação da correspondência que circula em Portugal ou pela escuta sistemática das rádios estrangeiras com emissões portuguesas[688]. A infiltração policial nas colónias lusas espalhadas pelo mundo é outro dos expedientes mais frequentes. Todos o sabem e todos o temem, funcionando como um obstáculo à politização entre os emigrantes económicos que receiam daí poder resultar a impossibilidade de visitarem Portugal e os seus familiares ou de um dia regressar à pátria[689]. Entre os democratas exilados essa inquietação é ainda maior. Sobretudo aos recém-chegados aos meios oposicionistas, pedem-se "credenciais" de idoneidade política, que depois se procuram validar por outras vias, e a todos se solicita cautela no relacionamento social e respeito por regras conspirativas mínimas. Se por vezes se cai no exagero – "a pidite aguda" que tantos lamentam –, normalmente o cuidado é justificado, como comprovam os profusos relatórios de informadores infiltrados nos diferentes núcleos.

Quanto ao auxílio estrangeiro, assinale-se a cooperação da expectável Espanha franquista, mas igualmente da democrata França, passando pelo Brasil e pela Itália, uns atuando apenas mercê de forte pressão da ditadura portuguesa, outros tomando mesmo a iniciativa. Uma nota enviada pela Embaixada de Espanha em Lisboa a 27 de março de 1963, sobre a criação de governo português no exílio e com indicação nominativa dos seus membros, é ilustrativa do nível de pormenor a que poderia chegar a colaboração intergovernamental e dos serviços policiais estrangeiros[690]. Como mencionámos atrás, as autoridades francesas sempre se prestaram a cooperar na vigilância da comunidade lusa radicada no país, dando cobro à infiltração policial portuguesa, mas também comunicando matéria potencialmente interessante para o salazarismo, fosse esta oriunda de França, fosse da Argélia. Elucidativo disto é o registo nos aeroportos franceses das entradas e saídas de cidadãos portugueses em trânsito de ou para território argelino, a

[688] Como a Rádio Portugal Livre, a Rádio Moscovo, a Rádio Praga, Rádio Voz da América ou, evidentemente, a Rádio Voz da Liberdade. A estas se juntam ainda a escuta de outros postos "insuspeitos", como a Emissora Nacional Suíça ou a BBC de Londres. Tais escutas são realizadas pela PIDE/DGS e pela Legião Portuguesa.

[689] Sem ser normalmente o embaraço principal. Envolver-se na atividade política implica tempo e certa disponibilidade financeira, dois fatores inexistentes para a maioria dos emigrados económicos, mais preocupados com a acumulação monetária que lhes permita atingir uma melhor situação económica.

[690] ANTT, PIDE/DGS – Processo individual de Humberto Delgado, SC CI(2) 31 - NT 6944-6948, 2º vol, 49-50.

que se juntam informações relativamente aprofundadas sobre a participação de exilados portugueses em iniciativas políticas ocorridas em França ou na Argélia[691].

Da reunião de tão distinta informação, derivam relatórios mais ou menos realistas subscritos por diversas entidades ligadas ao Estado Novo – da polícia política, dos serviços de informação militar, do Ministério dos Negócios Estrangeiros ou da Legião Portuguesa –, através dos quais se vai procurando caracterizar e acompanhar as alterações do tipo de ação desenvolvida pelos oposicionistas e seguir os passos dos exilados mais conhecidos e temidos, além de se identificarem novos elementos[692]. A todos eles importa dificultar quanto possível as movimentações no exterior, obstando à renovação de passaportes e mesmo à entrada de oposicionistas em alguns países mais permeáveis à influência diplomática portuguesa, garantir o seu afastamento de território nacional e vigiar de perto ou impedir os seus contactos com a oposição no interior[693].

Tornemos à FPLN e aos benefícios arrecadados na sequência da Conferência Pan-Africana de Adis Abeba: a ratificação da luta anticolonial como prioridade e, em consequência, do combate à política colonialista do Estado Novo português. De que decorre o fim das relações diplomáticas, ainda que informais, entre a Argélia e Portugal. Doravante, a Frente assegurará as funções "consulares", intermediando as relações entre a colónia lusa radicada na Argélia e as autoridades do país e controlando as movimentações dos portugueses desde a entrada à saída do território.

---

[691] As listagens cedidas pelas autoridades francesas constam de vários processos individuais da PIDE/DGS. Apenas como exemplo, ANTT, PIDE/DGS – Processo individual de Rui Cabeçadas, SC CI(2) 2582 - NT 7218. Do segundo caso e também a título exemplificativo, informação sem autor identificado, mas redigida em primeira mão em francês com a referência original POR/I - Nº 58; 27/6/1963, sobre a presença de Hélder Veiga Pires em reunião preparatória da "Conferência Europeia de protecção não governamental à Argélia" em maio de 1963. ANTT, PIDE/DGS – Processo individual de Hélder Veiga Pires, SC CI(2) 547 - NT 7021, 157-158.

[692] Quanto à colaboração das estruturas militares de salientar, nesta altura, particularmente, a dos Serviços de Informações Militares da Região Militar de Angola. Designadamente, relatório do chefe do Estado Maior da Região Militar de Angola de 14 de fevereiro de 1963, em que informa das facilidades concedidas pelo governo argelino "inclusive económicas, ao General Humberto Delgado, para estabelecer na Argélia um Governo português no exílio". ANTT, PIDE/DGS – Del A P. Inf. 11.32.D NT 1862, 225.

[693] É exemplar o ofício do chefe de gabinete do Ministro do Interior ao seu homólogo dos Negócios Estrangeiros, de 12 de março de 1963, transcrevendo informação da PIDE de 18 de fevereiro de 1963: "Têm chegado a esta Polícia várias informações acerca das atividades anti-portuguesas do referenciado [Manuel Sertório], particularmente no que se refere à viagem que efectuou em fins do ano passado à Europa, nomeadamente França e Inglaterra, delas se inferindo que utilizou de Paris para Londres um passaporte emitido pelo Consulado-Geral de Portugal em Paris". Do ofício resultará envio de circular pelo referido Consulado Geral a todos os postos consulares franceses proibindo concessão de passaporte a Sertório que não seja exclusivamente para regresso a Portugal e válido por tempo estritamente necessário para tal, datada de 25 de maio seguinte. Um entre muitos exemplos de como atua a ditadura portuguesa relativamente aos emigrados políticos.

Tudo encaminhado para a afirmação perentória de Argel como sede de trabalho da FPLN na reunião da CD em Paris. Apesar do desacerto que se vai instalando entre os que se encontram na capital argelina.

Antes de mais entre os membros da direção. A 16 de junho de 1963, Rui Cabeçadas dirige carta aos dois elementos que com ele partilham a responsabilidade pelo Bureau de Argel, Tito de Morais e Piteira Santos, denunciando o deficiente funcionamento do organismo:

> *"No n. 20 do Jornal "Révolution Africaine" do 15 do corrente foi publicada uma declaração do Bureau d'Alger do Front Patriotique de Liberation Nationale, enviada por F. Piteira Santos, M. Tito de Morais e R. Cabeçadas.*
> *A junção do meu nome aos vossos relativamente a uma declaração de cujo conteúdo não tomei conhecimento e nem aprovei constitui um puro abuso, facto agravado pela circunstância de não terem respondido ao meu pedido de marcação de uma reunião dos membros da Comissão Delegada (Provisório ou não) em Argel para se fixarem as "Regras de funcionamento da Comissão Delegada da F.P.L.N. em Argel" (minha carta de 10 do corrente).*
> *O que tudo junto revela um total e obstinado desrespeito de regras elementares de convivência política responsável."*[694]

Já nos primeiros dias de abril, Cabeçadas falava do seu distanciamento relativamente aos destinatários da missiva. Referia então os prejuízos ao laboro conjunto causados pelas distâncias geracionais e pelas disparidades nos próprios estilos de trabalho, mas sabia também das péssimas condições em que tal atividade se desenvolvia, pelo que esperaria entretanto ajustar normas de convívio e ultrapassar os embaraços[695]. E tudo afinal se aprofunda e agrava.

As relações dos considerados "dirigentes" com a restante comunidade portuguesa fixada em Argel acompanham o sentido descendente. Como relata Cabeçadas a Lopes Cardoso:

> *"Fora da C.D. a desafinação é tremenda. Decido, dado que a coisa assumia já aspectos graves, ajudar a recompor as coisas. O problema aqui é que constituiu-se um*

[694] Refere-se Cabeçadas ao documento "A Oposição Portuguesa e a Conferência de Addis Abeba", referenciado atrás. CD 25A, MS – FPLN/Relações Internacionais/Colonialismo/Organizações internacionais 2 e FPLN/ Vários/Política Internacional 1, respetivamente projeto e versão divulgada. CD 25A, MS – FPLN/Vários/Comissão Delegada 6.
[695] Carta de Rui Cabeçadas a Lopes Cardoso, 8 de abril de 1963. CD 25A, LC.

complexo solidário entre pessoas e coisas, de tal forma que não se pode tocar muito nas pessoas sem por em perigo as coisas. E estas agora já não são hipóteses."[696]

Mais novo, menos comprometido com um certo *status quo* oposicionista e, ao contrário, associado a grupo mais heterodoxo, que se manifesta disposto a jogar tudo no derrube do regime e na luta anticolonial, o representante do MAR é o único a conseguir desempenhar o necessário papel de intermediário entre a cúpula e "*a plebe*"[697]. Ao menos por ora, já que não tardará a ser também ele visado pelas críticas negativas.

A par disto, continuam a desenvolver-se esforços para a abertura do *bureau* em Roma. Nos finais de maio, Mário Ruivo transmite a Piteira Santos os avanços das suas diligências na capital italiana: estabelece-se o Comité Italiano para a Defesa das Liberdades em Portugal, em condições razoáveis e com alguns fundos e meios técnicos ao seu dispor, mantendo-se a possibilidade, não confirmada, de se garantir a instalação de pessoas[698]. A conjuntura política italiana continua, porém, a embaraçar o desenrolar dos acontecimentos, justifica. Ou seja, a questão central da transferência de quadros responsáveis para Roma permanece sem resposta. E sem isso, tem tal conquista sabor amargo.

Se para o local se deslocassem Manuel Sertório e Humberto Delgado, como parece pretender o PCP, a balança ficaria automaticamente desequilibrada, pesando mais o prato "romano". A conferência bilateral em Praga dera a Cunhal a certeza de que o general estava disposto a fazê-lo. Sertório acompanhá-lo-ia, queriam os comunistas e queria Delgado. A estes se juntaria o mandatário comunista, claro. Daí resultaria como inevitável a transferência da direção da Frente para Roma e se concretizaria o que desde início defendera o secretário-geral do PCP. Assim se obtivessem garantias reais.

No último dia de maio, Mário Ruivo dirige-se a Sertório insistindo na confirmação da sua disponibilidade em seguir para a capital europeia. Em caso afirmativo, poderia assentar arraiais em Roma durante um mês? Parece-lhe a forma mais fácil de desenredar de uma vez o assunto. A FPLN pagar-lhe-ia a viagem e faria face às despesas com a estadia, esclarece[699].

[696] Carta de 1 de julho de 1963. CD 25A, LC.
[697] *Idem*.
[698] Carta de 22 de maio de 1963. CD 25A, PS – Corresp 58.
[699] Carta de 31 de maio de 1963. CD 25A, MS – Corresp 2941.

O advogado renova a disponibilidade em fazê-lo[700]. Embora, para Argel, dê conta da inferência "*alarmante*" que daí retira: os apelos por si feitos para que não se dispersassem meios entre Argel e Roma de nada tinham servido. E a convicção de ser essa separação dos membros da Comissão Delegada prejudicial ao "*trabalho das duas meias-comissões*" mantinha-se[701].

Em junho de 1963, Álvaro Cunhal responde às cartas que Sertório e Tito de Morais lhe haviam dirigido no mês anterior, acentuado as nefastas consequências das fricções entre os responsáveis pelo projeto unitário no exterior, o erro de dispersar esforços entre dois *bureaux* e o atraso em materializar as resoluções de dezembro[702]. A defesa da posição do PCP é feita sem contemplações. A Sertório, acentua a atitude divisionista dos membros "argelinos":

> *"Deve estar lembrado de que tinha sido resolvido por todos que fossem feitas diligências em dois lados. Num dos lados, em vez de diligências, vimos instalação com manifesta pretensão a definitiva e, logo nos primeiros actos das pessoas aí instaladas, certa exorbitância de funções e "esquecimento" de que os presentes em A.[rgel] são alguns mas não todos. Tem havido decerto aquilo a que chama "mal-entendidos". Mas existem também diferenças de concepção e de processos um pouco mais fundas, que só uma colaboração estreita entre nós todos poderá vir a reduzir."*[703]

A Tito de Morais sublinha antes os esforços unilaterais dos comunistas para dar andamento à maior parte das decisões da Conferência de Roma[704]. A reconstituição da Junta Patriótica Central, a estruturação das JAP's à escala nacional, a formação do Conselho Consultivo são disso exemplos. Todos aspetos diretamente ligados à dinamização da luta no interior, compromisso preliminar assumido pelo conjunto dos presentes no encontro, como bem sabe o seu destinatário. Ora, ataca, as "*Conferências das forças da Oposição pressupõem que os participantes sejam políticos com organizações próprias ou com apreciável influência pessoal, susceptíveis, por uma ou outra razão, de pesar no curso dos acontecimentos políticos no nosso país.*"[705]. Não se

[700] Carta de Manuel Sertório a Mário Ruivo, S. Paulo, 7 de junho de 1963. CD 25A, MS – Corresp 2942.
[701] Carta de Manuel Sertório a Rui Cabeçadas, S. Paulo, 7 de junho de 1963. CD 25A, MS – Corresp 353.
[702] Carta de Sertório, s/d [3 de maio de 1963] e de Tito de Morais, 14 de maio de 1963. Respetivamente, CD 25A, MS – Corresp 715 e APTM.
[703] Carta sem assinatura, dirigida a "Manuel de Carvalho", 9 de junho de 1963. CD 25A, MS – Corresp 716
[704] Carta de 12 de junho de 1963. APTM.
[705] *Idem*.

compreendendo, portanto, que ninguém mais se tenha prestado ou sido capaz de colaborar com o PCP nessa urgente tarefa.

Sobre os formalismos usados pelo partido para impedir a constituição e funcionamento da CD, o secretário-geral rejeita-os também. O que o partido não aceita é ser colocado perante factos consumados e que "*alguns membros da Comissão actuem em nome da Comissão, ignorando muito voluntariamente o representante do PCP*"[706].

Em *post-scriptum*, a grande novidade da carta: "*Estamos de acordo em enviar com brevidade uma pessoa para o pé de vocês*"[707]. A resposta à interpelação do engenheiro para que fosse, enfim, designado representante permanente do partido em Argel.

Está dado o tom à reunião plenária da Comissão Delegada, cuja preparação marca a correspondência trocada entre os participantes da I Conferência e entre estes e outros companheiros políticos. Cada um define os objetivos que pretende ver alcançados.

Já em carta dirigida a Manuel Sertório no final de maio, Ruivo elegera como metas urgentes a atribuição de um "*estatuto válido*" à CD Provisória passando-a para Definitiva, com o acréscimo de autoridade daí decorrente e a descrição precisa das suas atribuições, e o acordo quanto aos métodos de trabalho a adotar[708].

Na volta do correio, e com conhecimento aos companheiros em Argel e a Lopes Cardoso, segue a solicitada tomada de posição por parte de Sertório. Para si, a formação de organismo responsável e representativo no exterior é o exclusivo e urgente propósito da reunião. Devendo assentar-se no modelo de trabalho a adotar e na composição do órgão.

Sobre o modelo de trabalho, considera: deveriam estar todos os seus membros concentrados no mesmo local por razões de eficácia, sendo, pois, contra a existência de dois *bureaux*. Embora se preste a desempenhar as funções que entenderem útil, onde julgarem útil, incluindo em Roma, na condição de lhe ser garantida subsistência para si e família. A sua presença é todavia prescindível caso permaneça Rui Cabeçadas, salienta.

---

[706] *Ibidem*.
[707] *Ibidem*.
[708] CD 25A, MS – Corresp 2941.

Relativamente aos membros da CD a escolha dependeria da natureza do trabalho a desenvolver, julgando, todavia, condições para a nomeação: o acordo com a via insurrecional para o derrube da ditadura, a garantia de "*eficiência pessoal*" e a representatividade individual ou de grupo. Sem com isso querer afirmar a imprescindibilidade de estarem representadas todas as correntes de opinião antifascistas. Obrigatória, antes de mais, é a presença de Humberto Delgado, a quem se deveriam juntar os comunistas, os socialistas marxistas, os católicos e os sociais-democratas. Também conveniente seria a presença de um militar e de um dirigente estudantil. Concretizando, insiste na presença de Delgado e entende dever ser Cunhal o delegado do PCP. Como representante dos católicos sugere o pintor José Escada, envidando-se entretanto esforços para assegurar a participação de Lino Neto, da *Seara Nova*/Acção Socialista o próprio ou Lopes Cardoso são hipóteses entre várias, do movimento estudantil poder-se-ia considerar Cabeçadas, antigo dirigente associativo. Piteira Santos é igualmente presença "*imprescindível […] no campo das individualidades*" [709].

Na resposta a Álvaro Cunhal, datada de 29 de junho, Sertório volta a insistir: está de igual modo aberto à hipótese de Roma ou de Argel, conquanto toda a CD permaneça junta e se abandone a ideia de dois *bureaux*[710].

De Lisboa, chegam também indicações da Resistência Republicana dirigidas a Piteira Santos, Tito de Morais e Ramos da Costa, reiterando considerarem inviável o funcionamento de organismo unitário no interior e delegando nos três destinatários o mandato de representação do núcleo no órgão exterior[711].

O encontro plenário da Comissão Delegada Provisória tem lugar na capital francesa, a 7 de julho[712]. Presentes estão todos os membros do organismo designados na Conferência de Roma – Lopes Cardoso, Joaquim Gomes, Cabeçadas e Piteira – e Mário Ruivo. Manuel Tito de Morais fora impedido de participar por não ser considerado como membro de pleno direito pelo representante do PCP.

---

[709] Todo o parágrafo com base em carta de Manuel Sertório a Mário Ruivo, S. Paulo, 7 de junho de 1963, da qual envia cópia a Piteira Santos e Rui Cabeçadas (constando do arquivo do primeiro) e a Lopes Cardoso (idem). CD 25A, MS – Corresp 2942. Associando a classificação como "individualidade" a certo alheamento das realidades nacionais, esta será contestada por Piteira na missiva dirigida a Sertório a 17 de junho seguinte. CD 25A, PS – Corresp 69.

[710] Carta de MC [Sertório] a A. Sousa [Cunhal], 29 de junho de 1963 [data manusc.]. CD 25A, MS – Corresp 717.

[711] Carta de Piteira Santos a Sertório, Argel, 17 de junho de 1963. *Idem*.

[712] O mandatário comunista havia informado da sua impossibilidade de se deslocar a Argel. Carta de Lopes Cardoso a Piteira, Cabeçadas e Tito de Morais, 22 de junho de 1963. CD 25A, LC.

O encontro segue a contraproposta de ordem de trabalhos inclusa por Gomes no seu comentário às conclusões da reunião realizada em Argel nos primeiros dias de junho[713]. Analisa-se o trabalho desenvolvido até à data, equacionam-se iniciativas a tomar, debate-se o funcionamento da CD Provisória e dos *bureaux*, fala-se da recolha de fundos para a Frente, do boletim, da rádio e das possibilidades de mobilização da opinião pública internacional contra a repressão salazarista e pela extinção do Tarrafal, e redige-se circular dirigida aos núcleos de democratas no exterior e ao povo português em geral.

Ignorando-se temas de debate como a "*apreciação do comunicado Humberto Delgado-Cunhal*" e o estudo do "*problema da deserção*" da guerra colonial e das relações com os movimentos nacionalistas africanos, sugeridos pelos companheiros reunidos em junho[714]. Em parte porque o documento do mandatário comunista lhes dera resposta, em parte, porventura, por serem matérias algo controversas e inconvenientes. Inclui-se na primeira razão a conferência de Praga, situada por Joaquim Gomes no âmbito estritamente partidário e sobre a qual apenas esclarecera o que, no entender do PCP, deveria ter sido óbvio para os restantes parceiros desde o início: que a unidade em nada saíra prejudicada e fora antes fortalecida. Já a deserção à guerra é para os comunistas questão sensível, sendo a sua palavra de ordem a de combater a guerra por dentro, no trabalho político que os militares seus militantes poderiam realizar junto dos camaradas de armas. Assunto diretamente relacionado com a aproximação aos movimentos de libertação, previsível ponto de partida para a defesa de Argel como plataforma ideal para o secretariado exterior da FPLN.

A circular resultante do encontro plenário começa pelas habituais palavras de circunstância: reafirma a "*justa decisão*" da unidade e a firme vontade de derrubar o fascismo pela condução do "*povo português ao levantamento nacional*" e de instaurar a ordem democrática; congratula-se com o apoio à unidade antifascista expresso nas lutas travadas no interior do país; e salienta os avanços no esclarecimento da opinião pública internacional quanto ao verdadeiro carácter do regime português[715]. De lamentar

[713] "Sobre as conclusões da reunião de três membros da Comissão Delegada provisória, P.S., L.C. e R.C. e do democrata T.M., realizada em Alger de 2 a 6 de junho de 1963", cópia não assinada, s/d. CD 25A, LC.
[714] "Reunião dos membros da C.D. (P.S., R.C., L.C. e T.M.). Conclusões relativas aos problemas debatidos". CD 25A, LC.
[715] CD 25A, MS – FPLN/Vários/Comissão Delegada 7. Em versão provisória do documento, de salientar a referência aos contestatários dessa unidade ora reafirmada: "*aqueles que, embora em oposição pessoal ao ditador Salazar se situam à margem do campo anti-fascista combatente, ou por aqueles que, embora*

somente que ao "*desenvolvimento das lutas populares e à radicalização das suas formas concretas*" esteja a corresponder uma maior repressão. É o mote para a questão seguinte: "*Cabe aos portugueses emigrados ou refugiados em países estrangeiros um papel importante na luta do nosso Povo*", tanto pela denúncia sistemática das condições vividas em Portugal, como pela "*ajuda prática aos combatentes do interior*". Assim, "*no sentido de intensificar e coordenar o apoio à frente interna*" pede-se a todos os exilados, associações e organismos na emigração que contactem a Comissão Delegada Provisória, enviando-lhe publicações e noticiando-lhe a sua atividade, de forma a "*realizar uma efectiva troca de experiências*". Finalmente, para que nenhuma dúvida subsista, esclarece-se:

> *"A Comissão delegada continua a considerar-se um organismo provisório […] até que as forças antifascistas portuguesas tenham possibilidade de designar, através [de] uma larga consulta, democraticamente, um organismo directivo no exterior de outro tipo. Mas claramente se afirma que este carácter provisório reflecte uma atitude de respeito pelos processos democráticos de designação e eleição, e dele não resulta nenhuma diminuição da capacidade e competência da Comissão Delegada Provisória"*[716]

Em suma, o PCP presta-se a abonar parte do conteúdo da circular de abril para manter o essencial: certifica o papel de coordenação da frente externa que cabe à Comissão Delegada e a existência do Bureau de Argel pela indicação da sua morada em rodapé, relativizando-o, em contrapartida, ao reiterar a existência de um outro organismo similar em Roma, e, na mesma linha, reafirmando o carácter provisório da Comissão e a sua submissão à frente interna. A ressalva de que não se infere daqui menor autoridade da Comissão, todos sabem, não passa de retórica.

Tito de Morais fora, como referimos, impedido de participar na reunião. Decide então dirigir carta-protesto à CD Provisória explicando as razões da sua surpresa: corria março quando fora informado por Piteira da sua integração no organismo, decisão tomada em reunião do organismo realizada em finais de fevereiro. Além dos membros designados na Conferência de Roma, a CD Provisória passaria a incluir Mário Ruivo e

---

democratas pelos sentimentos e pelas intenções, fizeram a abdicante escolha de jogar na decomposição interna do fascismo". As formas de luta são igualmente mais desenvolvidas: "*Se entendemos que os meios legais ou para-legais de luta devem continuar a ser utilizados […] reconhecemos que só um processo de violência revolucionária representará aquela manifestação de vontade popular que o fascismo salazarista é capaz de entender. As lutas legais não devem conduzir a ilusões legalistas. Elas preparam a mobilização do Povo para formas superiores e generalizadas de luta: o levantamento popular, a luta armada*.". CD 25A, LC.

[716] *Idem*.

Tito de Morais, sendo Cabeçadas substituído por Manuel Sertório, embora o primeiro permanecesse na Comissão até que aquele pudesse assumir o seu lugar. Tal deliberação seria considerada definitiva se num prazo razoável não fossem recebidas indicações contrárias da Junta Patriótica Central e após consulta aos participantes e convocados para a I Conferência. Desde aí, sabe que Ruivo atua nessa qualidade e nunca lhe chegaram aos ouvidos quaisquer objeções ao determinado. Antes pelo contrário, aliás, uma vez que fora credenciado junto da CD Provisória, com outros, por força política do interior representada na Junta Patriótica Central. Todavia, o delegado comunista não lhe reconhece a qualidade e interdita a sua presença. Quer, pois, o esclarecimento de posições por parte dos membros da CD[717].

Na reunião plenária debate-se o assunto e elabora-se o documento-resposta. A análise dos presentes é divergente. Antes de mais, Ruivo declara considerar-se apenas como pessoa encarregue de executar tarefas estipuladas no anexo reservado da I Conferência e não como membro da Comissão. Cabeçadas qualifica Tito de Morais como membro da CD Definitiva, enquanto Lopes Cardoso e Piteira esclarecem não o considerar como tal mas afirmam entender a confusão por ter apenas ficado pendente na reunião de fevereiro a constituição definitiva da CD e não o seu alargamento. Joaquim Gomes propõe que se escolha entre a inclusão de Tito de Morais e a permanência de Rui Cabeçadas[718]. Repetindo, por fim, o seu entendimento inicial:

> *"O P.C. pensa que a chamada do Engº T.M. à Comissão Delegada não resulta de qualquer confusão mas de uma linha geral de factos consumados que se tem vindo a seguir e que muito claramente dizemos que não aceitamos"*[719]

É Piteira a responder à investida do camarada «Monteiro»:

> *"A "linha de factos consumados" a que o representante do P.C. se refere está, talvez, determinada pelas Resoluções da Conferência; está escrita na própria letra do Comunicado da Conferência, e corresponde ao que todos esperavam de uma Conferência que assumiu responsabilidades perante o Povo Português. Facto que se repete, mas que não pode vir a ser um facto consumado é a prática do veto por parte do P.C., e também a repetição das interpretações exclusivas, ou dos processos de*

[717] Carta de 28 de junho de 1963. CD 25A, LC.
[718] Carta de Rui Cabeçadas a Manuel Sertório, 9 de setembro de 1963. Cd 25A, MS – Corresp 355.
[719] Carta da Comissão Delegada Provisória a Tito de Morais, julho de 1963. Com a indicação manusc.: "*não enviada*". CD 25A, LC.

adiamento e protelamento das resoluções. Linha esta que contraria o espírito democrático sem o qual a FRENTE não subsistirá".[720]

Fica novamente patente o ambiente de confronto entre o mandatário comunista e os restantes, assumindo Ruivo o papel de diplomata. Para, uma vez mais, o indispensável compromisso acabar por ser atingido: visando assegurar o funcionamento dos *bureaux* "*em X*" e em Argel serão convocadas outras pessoas, pessoas que participarão nos trabalhos em igualdade de circunstâncias, quer quanto à apreciação dos problemas quer na decisão das questões práticas. E, nesse contexto, Manuel Tito de Morais é chamado a fazer parte do Bureau de Argel.

A reunião plenária parece servir apenas para o PCP sancionar os "*factos consumados*" e confirmar o *status quo*. Nessa linha se insere o convite para participar numa segunda conferência de representantes das forças antifascistas portuguesas, a realizar em setembro num país do Leste Europeu. Convocatória apresentada como "*questão de Partido*", dela se excluindo Rui Cabeçadas, a quem Joaquim Gomes pede antecipadamente para se ausentar por uns momentos. Não sendo nova a proposta, a forma como é apresentada surpreende e dá razão ao comentário de Piteira sobre a atuação do PCP.

Não obstante, a par do inusitado convite, é corroborado "oficialmente" o iminente envio de mandatário comunista para Argel. Um importante sinal ao exterior, todos reconhecem, podendo até dirimir uma "*certa dose de falta de confiança*" mercê do "*tempo*" e da "*convivência*", pensavam alguns[721]. Ainda que pudesse não dar o impulso determinante e urgente que os responsáveis não comunistas almejavam.

O certo é manterem-se por resolver todas as questões essenciais e, com elas, continuar a "guerra de nervos". Como retrata a resposta de Tito de Morais ao secretário-geral comunista, uns dias mais tarde. Começando por recusar polemizar sobre quem mais fizera pela concretização das resoluções de dezembro, contesta, porém, a acusação quanto à falta de empenho na dinamização da frente interna lançada por Cunhal:

"Aliás das démarches que se têm feito resulta que antevejo possível um entendimento, uma forma de estruturação, que deve satisfazer às exigências e com a qual nos poderíamos por todos de acordo".[722]

[720] *Idem*.
[721] Carta de Tito de Morais a Álvaro Cunhal, Argel, 20 de julho de 1963. APTM.
[722] *Idem*.

Passando ao contra-ataque:

> *"Parece-me contudo evidente que uma acção conjunta, exercida por um organismo unitário – que deveria ser a Comissão Delegada – teria uma influência muito maior sobre os nossos amigos do interior, maior certamente do que a que se obtém por acções separadas. Aliás, esta foi uma das tarefas atribuídas na Conferência à Comissão Delegada. Acontece porém que a C.D. para passar a actuar precisa começar por existir e dar a conhecer a sua existência"*[723].

Se o organismo é provisório ou definitivo não é mais do que mera "*discussão académica*" – embora todos saibam que o "parecer" é parte do "ser" –, provasse ele ser "*actuante*". Ora, nada disso acontecera:

> *"Passados 7 meses, parece-me inadmissível que se discuta ainda onde deve funcionar a C.D., como se isso não tivesse sido bem definido na Conferência. A escolha entre X e Y estava dependente das condições locais. Não são lícitas há já muito tempo quaisquer dúvidas sobre estas condições."*[724]

E sobreviera então o imbróglio da circular. Cuja intenção fora colocar o PCP em face dum "facto consumado", dissera Cunhal na sua missiva, mas que Tito de Morais afirma ter pretendido tão-somente "*dizer que não tínhamos "morrido", nós, a F.P.L.N.. Timidamente, dizia-se que ainda existíamos.*". Isto quando um manto de silêncio tinha caído sobre a Frente e a sua Comissão Delegada, evidente por exemplo nas páginas do *Portugal Democrático*. Por isso, "*a circular tinha de ser feita, era indispensável e já deviam ter sido feitas outras. O que nunca poderia dar era pretexto para a carta que aqui se recebeu de M.[onteiro]*".[725]

Às 24 horas e 15 minutos de domingo, hora de Lisboa, dia 28 de julho, Maria Stella Piteira Santos anuncia aos «amigos, companheiros e camaradas» a boa nova: "*Fala a Voz da Liberdade, emissora da Frente Patriótica de Libertação Nacional*"[726].

Nos primeiros dias de agosto de 1963, chegam à capital argelina Adolfo Ayala, para assumir o lugar de funcionário permanente do Bureau da Comissão Delegada, e Pedro Soares, a partir daí representante do Comité Central do PCP na Comissão Delegada.

---

[723] *Ibidem*.
[724] *Ibidem*.
[725] *Ibidem*.
[726] Documentação avulsa referente à rádio Voz da Liberdade. APTM. Entrevista com Maria Stella Piteira Santos, Lisboa, 29 de novembro de 2007.

Militante do PCP desde 1932, Pedro Soares fora preso em 1934 e enviado para o Tarrafal, onde permanecera até 1940. Envolvido na reorganização do partido em 1940-41, voltara a ser encarcerado e reenviado para o campo de concentração de Cabo Verde em 1942. Libertado em 1946, entre 1947 e o início de cinquenta residira em Moçambique, onde desempenhara missão partidária junto dos comunistas dessa colónia. Membro do Comité Central desde 1952, assumir-se-ia como um dos mais importantes apoiantes de Júlio Fogaça e da sua "política de transição". Sofrera nova prisão em 1954 e, após ter conseguido evadir-se, seguira para Paris onde exercera as funções de representante do PCP. Nos finais de 1958, uma vez mais no interior, nova detenção. Integrando a fuga de Peniche em janeiro de 1960, fora reintegrado no CC e posto a salvo no exterior ainda nesse ano, acabando por alinhar, progressivamente e não sem uma certa resistência, com a correção do "desvio de direita" liderada por Cunhal. No início de 1962, fora-lhe entregue o controlo da rádio *Portugal Livre*, sendo agora designado como primeiro mandatário do PC em Argel[727].

Em carta enviada a Lopes Cardoso a 7 de agosto, Rui Cabeçadas descreve o ambiente vivido na capital argelina:

> *"É claro que se faz sentir a presença do representante [comunista] que executa aqui uma operação de charme e eficiência. Ocupou o lugar que o esperava com autoridade e decisão. É ordenado, disciplinador, bom chefe de família e… infatigável trabalhador. […]. O xadrez local vai mudar certamente. Pela presença dele, pelo rompimento político entre os dois seniores [Tito de Morais e Piteira Santos] e pela chegada do A. [Ayala], vindo do país vizinho. O Monteiro II [Pedro Soares] deve arranjar os seus clientes. T.M. [Tito de Morais] vai ficar magnífico na sua farda de embaixador da cobiçada R. [Rua] do Ouro. Magnífico e só. P.S. [Piteira Santos] vai ser obrigado a jogar no nosso xadrez [do MAR], se não quer que lhe aconteça a mesma coisa. Por outro lado o A. [Ayala] vai ser o elemento que destruirá a calma placidez."*[728]

[727] Nota biográfica com base em João Madeira, *op. cit.*
[728] CD 25A, LC.

III Capítulo

"*A desafinação é tremenda*"

A constituição da Junta de Acção Patriótica dos Portugueses da Argélia

"*Reconhecendo a necessidade imediata de constituir, dentro do quadro da FPLN uma organização unitária dos Portugueses residentes em Argélia*", o coletivo dos antifascistas de Argel reunido a 10 de agosto de 1963 decide, por unanimidade, realizar uma assembleia no dia 19 desse mês para dar resposta a tal questão[729]. A convocatória segue em nome da Comissão Delegada, que ia assim ao encontro de apelo lançado pela mesma altura via rádio a todos os núcleos oposicionistas do estrangeiro[730].

Com o *bureau* a funcionar e a rádio a emitir, evidencia-se a necessidade de enquadrar a colónia portuguesa no âmbito da FPLN. A preocupação estivera presente no espírito dos dirigentes da novel organização desde o início, em particular no de Piteira e de Tito de Morais, como vimos atrás, mas as conquistas feitas sedimentam-na e ampliam-na. Assegurar-se-ia deste modo a contribuição de todos, tanto financeira como ao nível das tarefas, seguindo-se de perto o debate travado interpatrícios e garantindo uma integração mais rápida dos recém-chegados, afluxo que se calcula tenderia a aumentar com a divulgação da notícia de se ter instituído em Argel base democrata lusa. A medida visa ainda apertar o controlo sobre a comunidade, impedindo a expectável tentativa de infiltração de agentes da polícia portuguesa, mas também prevenindo o desenvolvimento de um discurso excessivamente "heterodoxo" no seio oposicionista.

Conforme explicitámos no capítulo anterior, em junho de 1963 o Bureau da Frente passa a desempenhar funções similares às de um consulado, cabendo-lhe a intermediação "oficial" entre a colónia lusa e as autoridades argelinas e, nessa base, a certificação junto destas dos conterrâneos que pretendessem entrar no país para a respetiva emissão de visto. Ou seja, na prática, a FPLN passa a ter a responsabilidade pela entrada – atestando a sua qualidade de militantes da Frente – e atuação dos portugueses no território argelino – zelando pelo respeito às instituições do país de acolhimento e à própria luta oposicionista portuguesa no quadro do movimento unitário.

[729] "Proposta de Hélder Veiga Pires", 10 de agosto de 1963. APTM.
[730] Circular da CD, assinada por Rui Cabeçadas, 13 de agosto de 1963. APHS.

Tudo em prol das conquistas feitas. Acontece que, logo em junho, se dá o "caso Branquinho".

Joaquim Branquinho Pequeno chegara a Argel em janeiro, encaminhado por José Augusto Seabra e Joaquim Barradas de Carvalho, após deserção do Exército e subsequente saída clandestina do país. Sem saber da presença de Quintino de Barros e Tito de Morais, levava como única referência o nome do jornalista catalão Eduardo Tell, em casa de quem ficara alojado e que o acabara por apresentar a Tito de Morais.

A residência do jornalista era local de passagem para vários colegas de profissão de diferentes nacionalidades e para outros ativistas particularmente interessados em acompanhar a experiência argelina. Branquinho vai, assim, aprofundando a sua incipiente formação política. Ouve pela primeira vez falar do conflito sino-soviético e mais detalhadamente da "*esplêndida revolução de Fidel Castro*", abre-se às várias vertentes do movimento comunista internacional, questiona a posição soviética e, consequentemente, o PC português, de quem até então se sentia próximo. Como questiona o carácter dito socialista da revolução argelina, que passa a encarar como "*neocolonialismo de fachada socialista*"[731].

De tal debate e reflexão resulta a constituição de um pequeno grupo internacionalista, liderado por Rasak Abbel Kader, descendente de um argelino que se notabilizara pelo seu empenho na luta contra a ocupação francesa, adepto das teses chinesas, admirador de Che Guevara e da *teoria do foco*, de que fazem parte Branquinho, dois espanhóis (entre eles Tell), três ou quatro franceses e alguns argelinos. Com intenção de fazer treino militar e continuar os contactos, estabelecem-se nas montanhas da Cabília e daí pretendem desencadear a luta armada em prol da "verdadeira revolução". A peripécia termina três ou quatro meses depois quando as forças governamentais argelinas invadem o acampamento, causando a morte de uma das ativistas e prendendo os restantes. Branquinho está entre estes.

O sucedido assusta os dirigentes da Frente, por poder ser "*gravemente prejudicial para a posição da F.P.L.N. e sua actuação política na Argélia, assim como para todos os portugueses aqui residentes*", merecendo debate alargado com toda a comunidade lusa[732]. No dia 22 de junho de 1963 reúnem-se no Bureau da Frente

[731] Entrevista com Joaquim Branquinho, Santarém, 28 de fevereiro de 2008. Todo o parágrafo redigido com base na mesma entrevista.
[732] "Resumo da reunião efectuada em 22 de junho de 1963 nos escritórios da F.P.L.N.". APMF.

dezassete pessoas, estando na direção dos trabalhos Tito de Morais e tendo como ponto único a apreciação do comportamento de Branquinho e as medidas a tomar[733].

Começa-se por reprovar unanimemente o episódio protagonizado pelo jovem estudante, provados que ficam o incumprimento das funções que lhe haviam sido atribuídas enquanto membro da FPLN, a sua ligação a "*elementos adversos ao regime vigente na Argélia*" e o facto de se ter imiscuído na política interna argelina[734]. Isto quando se deslocara para esse país a custas do Governo argelino e sob o patrocínio da Frente. Perante isso, vota-se a sua qualificação como traidor, por maioria, a sua expulsão da Frente, por unanimidade, e a sua expulsão da Argélia, por maioria.

Os resultados de tal assembleia deveriam permanecer confidenciais até que se chegasse à fala com Branquinho e dele se ouvisse defesa, dado que fora infrutífera a tentativa de o convocar para o encontro. Na verdade, o ex-estudante estava já detido numa instituição prisional argelina, onde cumprirá quase um ano de prisão[735].

O caso coloca no topo das prioridades a questão do enquadramento dos democratas portugueses instalados em território argelino. Tanto mais que, como se esperava, o seu número cresce notoriamente ao longo de 1963.

Entre junho e agosto, chegam o casal Filipe Mesquita e Ruth Saraiva, Clarinda Carvalho, companheira de Hélder Veiga Pires, o casal de economistas José Hipólito dos Santos e Maria Luísa Gabão e Adolfo Ayala, vindo de Rabat para assumir a secretaria do Bureau. Nos meses de setembro e outubro, uma leva de militantes comunistas, alguns tocados pelas denúncias de Rolando Verdial, como Rui d'Espiney (com a sua companheira, Ana Rita Gonçalves), o casal Arlindo de Carvalho e Celeste de Carvalho, o casal Jorge Landeiro e Maria Isabel Landeiro e João Pulido Valente. Em novembro, o poeta Fernando Echevarria e sua mulher, Maria Flor Pinto Campino. Em dezembro, mais uns tantos militantes PC, como o casal António Barbosa da Silva e Duartina Barbosa da Silva ou o médico Luís Bernardino, e os primeiros desertores, entre eles José Moura Pimenta, Fernando Fontes e Manuel Vaz[736]. Aos que se instalam de forma mais ou menos definitiva, juntam-se outros que por lá passam aproveitando férias ou

[733] Um 18.º convocado justifica a ausência por motivos familiares.
[734] Segundo Joaquim Branquinho a sua tarefa no âmbito da Frente era a leitura semanal de um jornal argelino e recorte das notícias julgadas de interesse.
[735] Entrevista com Joaquim Branquinho, Santarém, 28 de fevereiro de 2008.
[736] A datação tem por base as referências feitas na correspondência consultada nos diversos acervos, a par dos dados recolhidos nas entrevistas realizadas e, sempre que existam, os processos individuais existentes no fundo da PIDE/DGS.

assumidamente em trânsito para outros locais, como são os casos dos médicos Antónia Lapa Cerqueira, mulher de Silas Cerqueira, e Fernando Loureiro, no Verão de 1963.

Socialistas da Resistência Republicana, socialistas do recém-formado Movimento de Acção Revolucionária, comunistas ortodoxos, críticos da "transição pacífica" e dos métodos de luta até aí protagonizados pelo PCP, ainda dentro ou já fora das fileiras do partido, ou gente pura e simplesmente atraída pela plataforma revolucionária que se vai constituindo em território argelino, pela porta entreaberta à ação direta e pelo discurso frontalmente anticolonial. Eis a caracterização política, forçosamente simplista, do núcleo oposicionista português reunido em Argel em finais de 1963, que adiante detalharemos.

Esta diversidade vai preocupando cada vez mais os dirigentes da FPLN sediados em território argelino. A ponto de dirigirem um comunicado aos militantes da Frente na Argélia onde, começando por insistir na "*excepcional gravidade*" do "caso Branquinho", expõem longa e circunstanciadamente o que estava em causa:

> "*Novamente, a Comissão Delegada Provisória entende ser seu dever colocar-vos perante as vossas responsabilidades, perante a necessidade de reforçar o espírito de unidade, de intensificar a mútua vigilância. Os organismos da Frente não poderão, perante o Governo, o F.L.N. e o Povo da Argélia, assumir a responsabilidade de caucionar profissional, moral e politicamente a conduta de Portugueses sobre os quais existam dúvidas, ou que pelo seu comportamento, actividade e contactos representem para a Frente um risco ainda que mínimo.*"[737]

Sem impedir quem queira "*fazer vida independente*", mas obrigando todos à defesa e prestígio da organização que por eles se responsabiliza. Pelo que,

> "*Insiste-se em que se não pretendem impor decisões burocráticas, um tipo obrigatório de actividade, uma disciplina cega e passiva, mas esclarece-se que se pretendem eliminar "aberturas" pelas quais se poderão introduzir factores de divisão ou virmos a ser surpreendidos por "casos" como o que nos envolveu [o caso Branquinho].*"[738]

Definição clara de posições e norma precisa de relações – sem que "*companheirismo*" se confunda com a desejável "*camaradagem política*" –, são premissas fundamentais para o reforço da unidade. Como é a adoção de uma conduta leal, assente na "*crítica política fundamentada*" e contrária à "*maledicência, espírito*

[737] "Comunicado confidencial aos militantes da F.P.L.N., na Argélia", não assinado, s/d. APTM.
[738] *Idem*.

intriguista, curiosidade, indiscrição", que podem comprometer a confiança mútua e devem, por conseguinte, "*motivar natural prevenção, devem dar lugar a uma vigilância adequada*".

Congregar, falar a uma só voz, intensificar a vigilância, potenciar e aproveitar a colaboração nas tarefas a desenvolver, poderia tudo isso ser conseguido pela criação da Junta de Acção Patriótica dos Portugueses da Argélia (JAPPA).

Às 21.35h do dia 19 de agosto de 1963 reúnem-se nas instalações da FPLN vinte elementos da comunidade portuguesa na Argélia, sob a presidência de Adolfo Ayala[739]. Ausentes os membros da Comissão Delegada, conforme os próprios haviam sugerido no anterior encontro do coletivo da Frente. Dois pontos na ordem de trabalhos: a constituição de organização unitária no contexto da FPLN e a eleição do seu Secretariado Executivo.

> "*Nº 1 – Os militantes da F.P.L.N. residentes no território da República Argelina Democrática e Popular decidem constituir no quadro da F.P.L.N. a Junta de Acção Patriótica dos Portugueses da Argélia (J.A.P.P.A.).*
> *Nº 2 – A J.A.P.P.A. é uma organização unitária de militantes antifascistas e anticolonialistas, que se propõe promover no quadro da F.P.L.N. uma actividade orientada no sentido da libertação de Portugal.*"[740]

Assim abre a definição estatutária do novo organismo, que parte do debate de proposta apresentada por Hipólito dos Santos[741]. Dum total de nove pontos, na sessão são discutidos e aprovados mais seis itens dedicados à explanação dos objetivos e funcionamento da JAPPA e do seu relacionamento com a Comissão Delegada. A JAPPA pretende essencialmente "*assegurar à CD de um modo geral e particularmente ao bureau de Alger da FPLN, uma colaboração organizada, regular e eficiente*", para o que constituirá comissões e grupos de trabalho dedicados às diferentes tarefas a realizar. Nessa ótica de cooperação estreita, "*reservará parte das suas receitas ordinárias à*

[739] Seguindo a ordem da folha de presenças: Maria Emília Silvestre, Maria Fernanda Castanhinha, Ruth Saraiva, Maria Fernanda Filipe, Zulmiro Almeida, Filipe Mesquita, Hélder Veiga Pires, Maria Stella Ribeiro, Amílcar Castanhinha, José Hipólito dos Santos, Maria Luísa Hipólito dos Santos, Helena Teixeira, Rodrigo Cunha Rego Santos, Joaquina Fernandes, Marcelo Fernandes, Fernando Loureiro, Adolfo Ayala, Maria Emília Santos Tito de Morais, Maria Carolina Oliveira e Augusto Pereira de Oliveira. APHS.
[740] "Projecto aprovado de constituição de uma J.A.P. em Alger", s/d. APHS. A designação do organismo é proposta por Zulmiro Almeida e aprovada por maioria. "Junta de Acção Patriótica dos Portugueses da Argélia. Sessão do dia 19/8/1963", ata assinada por Ayala, s/d e moção subscrita por Zulmiro de Almeida. APHS.
[741] "Proposta de constituição de uma JAP em Alger", s/d. Com correções manusc., correspondentes ao documento final. APHS.

subvenção das actividades do bureau de Alger da FPLN compreendendo nesta verba as importâncias relativas à manutenção do camarada permanente […] [do] bureau de Alger da FPLN", cujas instalações utilizará. À frente da organização, um Secretariado Executivo composto por quatro elementos, encarregue dos contactos com a CD e da coordenação dos grupos. À JAPPA caberá a representação do "*pensamento e da vontade*" dos seus militantes perante os restantes organismos da FPLN, à CD, enquanto se mantiverem na Argélia alguns dos seus membros, a representação da própria JAPPA junto das autoridades argelinas[742].

Procede-se subsequentemente à eleição do Secretariado Executivo por escrutínio secreto, de que ficam a fazer parte José Hipólito dos Santos, Hélder Veiga Pires, Adolfo Ayala e Maria Emília Tito de Morais, respetivamente eleitos com 17, 13, 11 e 8 votos[743]. E agenda-se próxima assembleia para 27 de agosto.

No dia seguinte à reunião, dia 20 de agosto, Hipólito dos Santos relata a Rui Cabeçadas, um dos membros da CD e por isso ausente do encontro plenário, o que se passara. O seu interlocutor reage avisando que Ayala não seria aceite pela Comissão como membro do Secretariado da JAPPA[744]. Mais um dia findado e reúne-se pela primeira vez a direção da Junta. Maria Emília Tito de Morais é a primeira a tomar a palavra para denunciar a "*tramóia*" por detrás da assembleia de dia 19, referindo-se aos seus resultados como "*apenas um projecto*", e classificar como "*desleais*" o convite a Cabeçadas para presidir às reuniões do coletivo e as demoradas conversas com Piteira. Tais questões, avisa, serão expostas em plenário da JAPPA, mas aguardará o *feedback* da Comissão Delegada antes de o fazer[745].

Entre a comunidade portuguesa correm boatos de toda a ordem relativamente ao sucedido na assembleia plenária. O foco principal é a composição do Secretariado e o que teria antecedido o próprio encontro, como descreve Hipólito dos Santos a Lopes Cardoso em carta de 23 de agosto:

> "*O Ayala como é funcionário da FPLN (argumentando-se que é empregado da CD) não pode ficar no SE. Além disso que a malta quer tirar o dinheiro à CD, que houve reuniões em casa do Piteira e do Rui. Que o Hélder e eu somos perigosíssimos por*

[742] Todo o enunciado com base no "Projecto aprovado de constituição de uma J.A.P. em Alger", s/d. APHS.
[743] "Junta de Acção Patriótica dos Portugueses da Argélia. Sessão do dia 19/8/1963", ata assinada por Ayala, s/d e "Resultados da votação para o Secretariado Executivo da J.A.P.P.A.", s/d. APHS.
[744] Agenda do ano de 1963, pertencente a José Hipólito dos Santos. APHS.
[745] *Idem*.

sermos do MAR pelo que é preciso tirar o Ayala para o substituir pelo Quintino e Filipe. TM [Tito de Morais] e PC unem-se em frente comum. PS [Piteira Santos] colabora fazendo grande campanha contra o Hélder [Veiga Pires] (PS [Piteira Santos] ficou sem informador dentro do SE e quer que entre a Maria Emília [Maria Emília Silvestre] […] que mora ao seu lado e que ele controla perfeitamente). Diz-me que fomos desonestos em não a ter metido preferindo o Ayala (recordo que a votação foi secreta ao contrário do que queria o PS [Piteira Santos] que preferia uma lista proposta que a Stela levava na manga)."[746]

Ao chegar de Rabat, Adolfo Ayala trouxera com ele a firme intenção de por termo à confusão reinante entre a Comissão Delegada e o "*colectivo inorgânico sem expressão própria*" pela constituição de uma JAP[747]. A ideia logo colhera "*eco no elemento local que havia desenvolvido contra a CD uma oposição larvar*" e fora "oficialmente" aprovada, como vimos, em assembleia da Comissão com os portugueses instalados na Argélia no dia 10 de agosto[748].

Porém, apesar de se verem forçados a aceitar o projeto, os elementos da CD estão longe de o aplaudir. Temem essencialmente não poder controlar o processo e perder influência política. Ainda no plenário de dia 10, já depois da deliberação de avançar para a criação da JAP, o recém-chegado delegado comunista considerara dever o assunto ser antecipadamente apreciado pela Comissão. Para logo se ver contestado pela emissão da *Voz da Liberdade*, que ouvem quando ainda se encontravam reunidos, na qual se aconselhava a formação espontânea da Junta[749]. Tito de Morais, entretanto investido nas funções de delegado da Resistência Republicana, receia sobretudo o possível ascendente do "*núcleo combativo e válido do MAR*" que se acabava de aglomerar na Argélia e, em consequência, a "*pressão sobre a C.D.*" que este pudesse exercer, como desabafa com os seus mais próximos correligionários da RR, Mário Soares e Ramos da Costa[750]. Por seu turno, Piteira desconfia de todas as forças mais ou menos centrífugas de uma forma geral. Por todos saberem da resistência da Comissão – e da possibilidade desta tentar sabotar o processo –, os seus responsáveis autoexcluem-se de participar na assembleia de 19 de agosto[751].

[746] CD 25A, LC.
[747] Carta de Rui Cabeçadas a Manuel Sertório, Argel, 9 de setembro de 1963. CD 25A, MS – Corresp 355.
[748] *Idem*.
[749] Carta de Hipólito dos Santos a Lopes Cardoso, Argel, 14 de agosto de 1963. CD 25A, LC.
[750] Carta de 11 de agosto de 1963. A&B FMS, 4280.002, ims. 27-28.
[751] Conforme relata, surpreendido, Hipólito dos Santos a Lopes Cardoso. Carta de 23 de agosto de 1963. CD 25A, LC.

Entretanto, na semana de 10 a 17 de agosto, um núcleo restrito de seis pessoas reúne-se por duas vezes para refletir sobre a forma que deveria tomar a JAP. Os encontros têm lugar em casa de Rui Cabeçadas, onde estava alojado provisoriamente o casal Hipólito dos Santos, e contam pelo menos com a participação de Hipólito dos Santos, Hélder Veiga Pires e Adolfo Ayala[752]. Embora presente, Cabeçadas escusa-se a participar "*numa coisa da qual tinham sido afastados os CD – não por protestar contra isso, mas porque se discordássemos dalguma sua opinião podíamos pensar que era ele a tentar sabotar*"[753]. Aí se chega a acordo mínimo e se desenha o projeto de estatutos da nova estrutura. Na noite do dia 18, três dos intervenientes – Ayala, Hipólito e Veiga Pires – são chamados a casa de Piteira Santos por intermédio de Cabeçadas. Seguindo o relato dos acontecimentos feito por Hipólito a Lopes Cardoso poucos dias mais tarde:

> "*À hora da saída deu-me [Rui Cabeçadas] um projecto escrito pelo PS [Piteira Santos] sobre a constituição da JAPPA. O Hélder Veiga Pires só teve tempo de o ler no autocarro e o Ayala não chegou a lê-lo. As ideias do PS não diferiam muito das nossas. Discutiu-se a coisa, chegámos a acordo nalgumas e deixámos outras em suspenso ou por não estarmos de acordo ou porque como tinham tomado parte outras pessoas não queríamos que elas dissessem que passávamos por cima delas. Viu-se mesmo a questão dos nomes que poderiam ir para um Secretariado Executivo e revelámos alguma coisa do que a este respeito tínhamos resolvido fazer.* "[754]

No dia do plenário, 19 de agosto, Piteira Santos almoça, em casa de Tito de Morais, com uma das pessoas que participara nos encontros preparatórios atrás referidos e insinua conhecer por dentro o processo[755]. Indispondo o outro comensal presente e o próprio casal Tito de Morais, o que resulta na tentativa de Maria Emília Tito de Morais embaraçar a assembleia plenária na noite do mesmo dia, com a colaboração de dois elementos ligados ao PCP – Ruth Saraiva e Filipe Mesquita.

Para lá dos enredos, avança-se na definição dos estatutos e na eleição dos corpos diretivos, cuja validade não é posta em causa por Maria Emília, embora comente com certo azedume os votos obtidos por Hipólito e Veiga Pires[756].

---

[752] Outros dois participantes serão, provavelmente, Fernando Loureiro e Zulmiro Almeida.
[753] *Idem*.
[754] *Ibidem*. O documento manuscrito pelo punho de Piteira encontra-se no acervo de Hipólito dos Santos e corresponde, no essencial, ao que a 19 de agosto é aprovado. Apenas um 9º ponto, referente a questões meramente administrativas – a identificação da correspondência a enviar ao Secretariado da Junta –, é eliminado e substituído por outro no plenário de 24 de agosto, como veremos adiante. APHS.
[755] Carta de Hipólito a Lopes Cardoso, 23 de agosto de 1963. CD 25A, LC.
[756] *Idem*.

As críticas vêm igualmente de quem procurou intervir o mais possível no processo, Piteira, que acusa Hélder Veiga Pires, Ayala e Hipólito de terem faltado ao "*"combinado" com ele*" e reputa como "*manobra desleal*" a eleição de Ayala para o Secretariado, considerando-se ser da responsabilidade de Veiga Pires[757].

Perante o avolumar dos rumores nos dias seguintes ao plenário, antecipa-se nova assembleia da Junta para o dia 22 de agosto, que acaba por não se concretizar por falha de energia elétrica no Bureau e ser adiada para a tarde de sábado, dia 24. Comparecem 21 pessoas, na presidência Hipólito dos Santos, como ordem do dia a alteração dos estatutos da JAPPA, a discussão do ponto final do mesmo documento e a constituição dos grupos de trabalho[758].

Sem estar ainda concluída a redação dos estatutos, Maria Emília Tito de Morais apresenta proposta de aditamento a ponto anteriormente aprovado, que é recusada pela assembleia. Segue-se a discussão de um 9.º ponto do documento constitutivo da JAPPA referente às relações entre a CD e o Secretariado da Junta, estipulando-se que às sessões deste poderia assistir como observador qualquer membro da Comissão e que as ligações entre ambos os organismos seriam asseguradas por dois elementos do Secretariado[759].

Quintino de Barros pede entretanto para ser lida declaração sua. Nela se demite da JAPPA, afirmando não acreditar na necessidade da formação desta, fruto somente de "*manobras de carácter político e pessoal*" conducentes a "*uma dissidência entre os portugueses*", e ser possível a efetiva produção dos grupos de trabalho sem uma outra organização de enquadramento. A gravidade do assunto justifica que se altere a ordem do dia, considera a maioria dos presentes, e passa-se ao debate do "caso Quintino".

Por esses dias, Quintino de Barros, que faltara à reunião de dia 19 de agosto, tinha sido procurado por Tito de Morais com intuito de garantir a sua anuência em integrar o Secretariado Executivo com Filipe Mesquita. Seria essa a forma de contrabalançar o peso detido pelo MAR no órgão diretivo, apenas minorado pela "*"perninha" de disfarce de Mª Em. Tito Morais, sobre a qual aliás havia certas esperanças de adesão…*", e evitar que começassem a "*fazer disparates*"[760]. Alargar o

[757] Agenda do ano de 1963, pertencente a José Hipólito dos Santos. APHS.
[758] Tendo como referência a reunião de 19 de agosto, ausente está Zulmiro de Almeida, contando-se agora também com as presenças de Clarinda Carvalho e de Quintino de Barros. Folha de presenças da sessão de 24 de agosto de 1963. APHS.
[759] "Projecto aprovado de constituição da JAPPA", s/d. CD 25A, Comunidade Portuguesa em Inglaterra.
[760] Respetivamente, apontamento de Tito de Morais relatando a conversa, s/d e carta de Hipólito dos Santos a Lopes Cardoso, Argel, 23 de agosto de 1963. APTM e CD 25A, LC.

Executivo a mais um elemento poderia facilmente justificar a inclusão do seu nome, uma vez que a tendência de voto indicava a forte probabilidade da sua eleição caso tivesse estado presente, como poderia substituir Ayala, a quem seria impossível acumular as funções de funcionário da CD e de membro executivo da JAPPA. Preferível de qualquer modo seria o alargamento do órgão para cinco elementos, fazendo ainda entrar Filipe Mesquita, que recolhera idêntico número de votos. Inicialmente, o médico terá replicado estar "*naturalmente ao lado de quem quisesse trabalhar*", não estando de acordo com a CD, para depois ser inteirado de movimentações por parte de Piteira Santos e alterar a sua ideia[761]. No plenário JAPPA é apenas a estes manejos que se refere para justificar a decisão tomada.

Na sequência das declarações de Quintino de Barros, o casal Augusto de Oliveira e Maria Carolina Oliveira, filha de Tito de Morais, e Rodrigo dos Santos, cunhado do mesmo Tito de Morais, abandonam também a Junta. Este último após ter visto rejeitada moção em que requeria nova discussão do projeto de estatutos aprovado, à luz do "*precedente aberto pelo caso Quintino*"[762].

Dois dias mais tarde, assim resume Hipólito a Lopes Cardoso os acontecimentos:

> "*Houve 4 dissidências. Entretanto a restante malta formou bloco (anti-Piteira mas a nosso favor). Entretanto parece que o Quintino percebeu que a maior manobra era do Tito e vai desmascarar a coisa amanhã na nova reunião. Creio que o MAR ganhou nova força no meio disto tudo.*"[763]

No serão de 27 de agosto, novo plenário JAPPA com a participação das mesmas 21 pessoas de há três dias atrás e sob a presidência de Veiga Pires[764]. Na ordem do dia o remate da discussão do "caso Quintino", a constituição dos grupos de trabalho e o debate de nova proposta de aditamento ao documento "estatutário". Porém, o primeiro item acabará por ocupar todo o encontro.

Justificar a necessidade de criação de uma JAP na Argélia integrando-a em processo mais vasto, a nível nacional e dos restantes núcleos de emigração política, e assim desmontar o pressuposto de que partira Quintino de Barros para dela se demitir é

[761] Carta de Hipólito dos Santos a Lopes Cardoso, Argel, 23 de agosto de 1963. CD 25A, LC.
[762] Requerimento subscrito por Rodrigo dos Santos, com indicação de rejeitado. Parte do conjunto de documentação respeitante à "Reunião de 24/8/1963". APHS.
[763] Carta de Hipólito dos Santos a Lopes Cardoso, Argel, 26 de agosto de 1963. CD 25A, LC.
[764] Folha de presenças da sessão de 27 de agosto de 1963. APHS.

o objetivo primordial. A "ofensiva" é lançada por Hipólito e assenta no exame de documentação da FPLN e do PCP, onde se proclamam as JAP's os organismos de base da Frente, cujo reforço se recomenda e a autonomia se assegura respeitar – por exemplo pelo repúdio do incremento da centralização das atividades dos núcleos de exilados –, e se sublinha o desejável papel a desempenhar pelas Juntas na estruturação do movimento oposicionista "*de baixo para cima*"[765].

Provada a indispensabilidade das JAP's, Hipólito dos Santos passa à análise das formas de ação protagonizadas pela FPLN e por diversos sectores oposicionistas (PCP, MAR e ADS), para chegar à conclusão que, exceção feita à oposição conservadora, todos incentivam o esforço de organização, falam do uso da força e da necessidade de mobilização popular. As resoluções da Conferência de Roma contemplam as "*acções de tipo especial*" a par do movimento de massas e aceitam expressamente a luta ilegal, o secretário-geral comunista classifica o levantamento nacional pretendido como resultado do trabalho de organização e não de um qualquer processo espontâneo, o MAR reforça a urgência de um plano para chegar ao levantamento nacional, sem o qual este seria, na prática, sistematicamente adiado[766].

Está cabalmente refutada a argumentação de Quintino de Barros e manifesta-se a intenção fundamental da Junta ora constituída: agir perante a passividade da Comissão Delegada.

Na verdade, o médico tinha já revisto a sua posição face a "*esclarecimentos e informações obtidas*" [767]. No final da anterior sessão acedera a colaborar com os grupos de trabalho a constituir na qualidade de militante da FPLN, que sempre reafirmara, agora apresenta requerimento retirando a declaração feita e lastimando os "*seus termos e ilações*", bem como a discussão por ela suscitada[768].

Os três membros do Secretariado Executivo que haviam sido de alguma forma postos em causa – Ayala, Hipólito e Veiga Pires – pedem a renovação do voto de

[765] Os documentos examinados são as resoluções da Conferência de Roma, a circular do Bureau de Argel de abril de 1963 e as declarações de Álvaro Cunhal à rádio *Portugal Livre* em 23 de junho de 1963. "Necessidade de uma Junta", manuscrito por Hipólito dos Santos, s/d. Parte do conjunto de documentação respeitante à "Reunião de 27/8/1963". APHS.
[766] "Análise de programa e formas de acção da F.P.L.N. e [de] diversos sectores da Oposição", manuscrito por Hipólito dos Santos, s/d. Parte do conjunto de documentação respeitante à "Reunião de 27/8/1963". APHS.
[767] Requerimento de Quintino de Barros, 27 de agosto de 1963. Parte do conjunto de documentação respeitante à "Reunião de 27/8/1963". APHS.
[768] *Idem*.

confiança da assembleia, que obtêm, após o que Maria Emília Tito de Morais anuncia desligar-se da JAPPA. Segundo voto de confiança, nova confirmação. A prova de fogo a que são submetidos os recém-nomeados dirigentes da Junta é superada com distinção. A hora vai adiantada, continuar-se-iam os trabalhos dali a dois dias.

No plenário do dia 29 de agosto fica finalmente terminado o processo constitutivo da JAPPA, com a formação dos grupos de trabalho e a distribuição das pessoas pelos mesmos. Estão presentes dezanove pessoas, Fernanda Castanhinha assume a direção dos trabalhos[769]. Antes da ordem do dia, interpõem-se duas questões prévias. Filipe Mesquita lastima a demissão de Maria Emília Tito de Morais e a sua ausência da reunião, propondo ao Secretariado Executivo que a ela se dirija no sentido de conseguir o seu regresso, o que é aceite pela maioria. Fernando Loureiro propõe a cotização obrigatória de todos os membros da JAPPA e que esta seja feita diretamente à organização, moções também aprovadas.

Passa-se então ao debate de quais deveriam ser os grupos de trabalho a constituir e suas funções, discussão que resulta na definição de quatro núcleos, a saber: Finanças, Imprensa e Estudos, Técnico e Relações e Contactos.

O núcleo de Finanças acumularia tarefas de tesouraria, como a recolha das cotizações dos membros da Junta, a entrega de contribuição à CD, a angariação de outros fundos ou o pagamento de assinaturas de jornais, e o esforço de montar "*um Abrigo*" para os militantes recém-chegados. Ao agrupamento da Imprensa e Estudos competiria a leitura de imprensa e a compilação de todo o material potencialmente interessante, bem como a preparação de textos e o desenvolvimento de estudos. O grupo Técnico apoiaria todas as facetas das emissões da rádio, desde a montagem à locução, passando pela análise crítica de conteúdos e da averiguação da qualidade de audição. O núcleo de Relações e Contactos ocupar-se-ia das relações "externas", fossem individuais ou com outros organismos, designadamente recolhendo dados respeitantes a empregos disponíveis, suas condições e localização, e do estudo dos vários aspetos inerentes às "*tarefas especiais*", como ações de tipo especial de agitação, defesa e

[769] Tendo como referência a reunião de 19 de agosto, ausentes estão Zulmiro de Almeida e Maria Emília Tito de Morais, contando-se agora também com as presenças de Clarinda Carvalho e de Modesto Iglesias. Rodrigo dos Santos não assinala a sua presença, mas lê uma declaração e estava por isso presente. Maria Carolina Oliveira e Augusto Oliveira estariam igualmente presentes, umas vez que se integram em grupos de trabalho, sem terem todavia subscrito a folha de presenças. Se estiveram os três, o que a contagem das votações não comprova, seriam antes 20 pessoas presentes. Folha de presenças da sessão de 29 de agosto de 1963. APHS.

autodefesa e ofensivas contra o aparelho repressivo e de propaganda do regime[770]. Nestes se inscrevem livremente todos os presentes, ficando agendada para cada um deles a data da sessão inaugural[771].

Rematando, uma nota positiva. Rodrigo dos Santos, que se afastara da JAPPA na assembleia de dia 24 de agosto, assume-se agora como porta-voz da esperança que é, no fundo, de todos, ao renovar a sua confiança na unidade firmada sob a sigla FPLN e, em consequência, na Junta. Enquanto socialista independente, convicto de que "*as revoluções não se fazem pacificamente*" e defensor da ação direta, na Frente identifica "*chefes que conduzem*", mas também "*soldados em maior número que actuam, que querem actuar*" [772]. Razão pela qual exorta todos os democratas residentes na Argélia a eliminarem "*todo um cortejo de pequenos e grandes desencontros que se não justificam num colectivo que luta por uma causa comum*"[773]. Como suporte de tudo quanto afirma, junta excertos das declarações de Cunhal à rádio *Portugal Livre* em 23 de junho e passagens do manifesto "O Tempo da Acção", do MAR.

Definidas as regras, é tempo de trabalho.

O Bureau da FPLN em Argel

A partir dos primeiros dias de agosto de 1963, estão formalmente em Argel três dos quatro elementos da Comissão Delegada Provisória: Cabeçadas, Piteira e Pedro Soares. A estes se junta Tito de Morais, apenas membro do Bureau no dizer de uns, integrado oficialmente na CD a partir da reunião do organismo em julho passado, na versão de outros. Em Paris, permanece Lopes Cardoso. Na capital italiana, Mário Ruivo é o responsável pelo *Bureau* de Roma, também membro da Comissão Delegada Provisória segundo alguns. Finalmente, em S. Paulo, mantém-se Manuel Sertório,

[770] "Constituição de grupos de trabalho" – anexo à ata da sessão da JAPPA de 29 de agosto de 1963. APHS. Inicialmente pensara-se num quinto agrupamento dedicado à "Recepção", ou seja, ao acolhimento dos democratas que fossem chegando, acabando por se decidir antes distribuir as tarefas pelo primeiro e último grupos.
[771] Finanças: Stella Piteira Santos e Rodrigo dos Santos; Imprensa e Estudos: Augusto Oliveira, Modesto Iglesias, Amílcar Castanhinha, Maria Luísa Hipólito dos Santos e Fernanda Filipe; Técnico: Helena Teixeira, Maria Carolina Oliveira, Ruth Saraiva, Maria Emília Silvestre, Fernanda Castanhinha e Filipe Mesquita; Relações e Contactos: Fernando Loureiro, Clarinda Carvalho, Marcelo Fernandes e Joaquina Fernandes. "Inscrição voluntária por Grupos de Trabalho" – anexo à ata da sessão da JAPPA de 29 de agosto de 1963. APHS.
[772] "Declaração" de Rodrigo Santos, apresentada à sessão da JAPPA de 29 de agosto de 1963. A manusc. indicação de que teria sido apresentada na reunião de 27 de agosto, anotação que é incorreta. APHS.
[773] *Idem*.

investido como membro do órgão diretivo, mas nele substituído por Cabeçadas até que se transferisse para Argel.

Em Argel, o *bureau* reúne-se quase diariamente. A isso está obrigado por ter sob seu encargo a larga maioria das tarefas correntes, como a receção e resposta à correspondência ou a gestão da tesouraria, além das diligências junto das autoridades argelinas para a integração do crescente caudal de novos membros da comunidade lusa e da preparação de conteúdos para a rádio[774]. Até que se agilizem rotinas e se distribuam responsabilidades é esta a realidade.

Alimentar e aperfeiçoar o formato e os conteúdos da *Voz da Liberdade* está no topo das prioridades. Um dos membros da Comissão Delegada é o responsável político pelas emissões, tratando outrossim, ao menos de início, do alinhamento das mesmas[775]. A este cabe lavrar o editorial de abertura de cada programa, a leitura, correção e triagem dos textos e a análise de outras colaborações rececionadas. Tal responsabilidade deveria ser exercida rotativamente pelos diferentes dirigentes da CD[776].

A gravação em estúdio é feita nas instalações da Rádio Nacional Argelina, onde se deslocam os locutores designados pela Comissão Delegada. Neste primeiro momento, Stela Piteira Santos e Ruth Saraiva são as vozes femininas mais usuais, Filipe Mesquita e Amílcar Castanhinha os locutores masculinos "de serviço". A estes se juntam, no final de 1963, Duartina Barbosa da Silva e José Moura Pimenta e, em meados do ano seguinte, Luísa Tito de Morais, José Ervedosa e Manuel Alegre.

Cada programa respeita genericamente o seguinte encadeamento: após o hino nacional português e o *slogan* de abertura – "*Fala a Voz da Liberdade, emissora da Frente Patriótica de Libertação Nacional. Contra o Fascismo. Contra a Guerra Colonial. Por um Portugal Livre e Democrático*" –, ouve-se o refrão da *Jornada*, de José Gomes Ferreira e Fernando Lopes-Graça, e o editorial político, findo o que se volta a escutar um excerto da *Jornada* e começa a leitura dos textos selecionados, intercalados pela mesma música[777].

---

[774] "Cronologia de um Problema. O funcionamento do organismo unitário em Argel", sem autor identificado, s/d [posterior a março de 1966]. CD 25A, MS – FPLN/JRP/Textos Diversos 28.
[775] Possivelmente, algum tempo depois passou a ser assegurada pelo grupo técnico encarregue da rádio.
[776] Atentando apenas a esta fase inicial: no arranque por Tito de Morais, a partir do início de novembro de 1963 por Rui Cabeçadas.
[777] A *Jornada* obtivera o estatuto de hino do MUD. Citamos apenas o refrão: "*Vozes ao Alto! Vozes ao Alto! Unidos como os dedos da mão Havemos de chegar ao fim da estrada Ao sol desta canção*". Cf. *Canções Heróicas e Canções Regionais Portuguesas*, EMI Classics, 1995. A reconstituição das tarefas e

De Portugal as reações iniciais apontam para um "*incontestável sucesso*", tanto a nível técnico, pela boa audição, como em termos de conteúdos, saudando o "*não sectarismo*" e a preocupação em prestar informações rigorosas, avaliando-a favoravelmente por comparação com a rádio *Portugal Livre*[778]. As emissões conseguem ainda chegar a França, a Inglaterra e a Marrocos.

Todavia, nas emissões da primeira quinzena de setembro já se fazem sentir bastante as interferências em território nacional, fator que terá motivado a mudança de frequência para os 230 metros em onda média, a que se junta a gama dos 25 metros em onda curta, alteração acompanhada da antecipação do horário do programa para as 23.15h de sábado, estratégia que obtém bons resultados, ao menos durante outubro. No final deste mês, o "*grande interesse que tem despertado em todo o país*" justifica o pedido para que se considere a possibilidade de passar a emitir bissemanalmente[779].

Entretanto, o aplauso aparentemente unânime do interior vai-se desmistificando. As reservas vêm dos sectores mais conservadores da oposição, "*a quem as emissões causam susto pelo clima de rebelião e vinganças a que poderão dar origem*", podendo "*certos elementos […] dispostos a liquidar Salazar […] recuar em face do medo das ondas de violência que fatalmente hão-de surgir*"[780]. E, em sentido contrário, dos círculos associados ao MAR, que falam dum certo desfasamento no "*aspecto formativo*", parecendo-lhes "*a vontade das massas exigir uma fase formativa mais avançada*"[781].

No exterior as críticas sobem de tom e intensidade. As mais duras vêm também da parte dos socialistas de esquerda e têm como destinatário preferencial o representante

---

seus responsáveis e do formato das emissões radiofónicas partiu, em especial, da consulta de documentação no arquivo particular de Tito de Morais e da entrevista realizada a Luísa Tito de Morais, Lisboa, 9 de janeiro de 2008. Além disso, assinalem-se as referências frequentes na correspondência consultada e o vasto conjunto de escutas disponível, sobretudo, nos fundos da Legião Portuguesa e da PIDE/DGS, depositados no ANTT (LP/CG/D/1/4 – 1607; PIDE/DGS, Processo da Frente Patriótica de Libertação Nacional, SC CI(2) 1353, PIDE/DGS, Cópias de Emissões da Rádio Portugal Livre, Rádio Voz da Liberdade, Rádio Moscovo, Rádio Pequim e Rádio Praga [04-1967], Del C (NT 11186 - 11187); PIDE/DGS, Processo das Brigadas Revolucionárias, SC CI(2) 18327 - NT 7814; PIDE/DGS, Processo A Voz da Liberdade, SC CI(2) 984; além de várias escutas dispersas por processos individuais). As escutas cobrem em particular os anos de 1965 em diante, das emissões de 1963 apenas se localizaram as de 17 e 24 de agosto, enviadas a Salazar para seu conhecimento (ANTT, AOS – CO/IN-14, Pt 9 – FPLN). Atendendo à economia do trabalho, tais escutas não foram analisadas em detalhe.

[778] Cartas de Rui Cabeçadas a Francisco Ramos da Costa e a Manuel Sertório, respetivamente 13 e 9 de setembro de 1963. A&B FMS, 4282.009, im. 17 e CD 25A, MS – Corresp. 355. "Mensagem recebida do interior", sem autor expresso [MAR do Interior], 28 de outubro de 1963. APHS.

[779] "Mensagem recebida do interior" …

[780] Carta de Ramos da Costa a Tito de Morais, 2 de novembro de 1963. A&B FMS, 4280.002, ims. 59-62.

[781] "Mensagem recebida do interior" …

da corrente no *Bureau* de Argel, Rui Cabeçadas. Lopes Cardoso, o elemento da Comissão Delegada Provisória que permanecia em Paris, é um dos que não perde tempo a dirigir-se-lhe:

> "*para aquilo [1ª emissão] chegam e sobram a rádio Moscovo e a R.P.L. A amnistia continua a ser uma das tarefas essenciais!!!! E não haveria mais nada com que consumir o tempo de programa além dos acordos de Moscovo…*"[782]

Apreciação corroborada e alargada por Hipólito dos Santos, outro *marista*, ao ouvir a segunda emissão:

> "*Mas é dessa forma que se pensa criar as condições para o levantamento nacional? [...] Aliás, na verdade, já não fiquei muito admirado com o que ouvi depois de ter lido a última circular da Comissão Delegada. Todos nós queremos a Unidade, mas aquela que as massas querem não é a assinatura e publicação comum de papéis falando dessa mesma Unidade - querem – e nós também – é uma unidade dinâmica, uma unidade na acção concreta.*"[783]

Cabeçadas admite a razão dos ásperos comentários, admite as "*severas críticas*" que, também em Argel, se haviam feito ouvir, justificando o sucedido pela rapidez com que fora preparado o programa. Mas, deixando antever as fundas divergências políticas no organismo unitário, remata:

> "*O choque deu-se fora da C.D. mas está a aproximar-se o momento em que será preciso que ele se dê dentro dela.*"[784]

A linguagem do programa harmoniza-se com a visão do mandatário da Resistência Republicana, Tito de Morais, então o responsável político da rádio:

> "*emissões para prepararem ambiente revolucionário, incisivas, vivas, esclarecedoras, acompanhadas das clássicas manifestações "pacíficas", amnistia (?), luta legal, etc.*"[785]

Ou seja, apelar à revolta sem afugentar a oposição republicano-liberal e mesmo os dissidentes do regime. Na linha da tradicional política unitária cunhada pelo PCP. Evidenciando bem a imediata influência deste sector na rádio, como esclarece Cabeçadas a Sertório:

---

[782] Carta a Rui Cabeçadas, 1 de agosto de 1963. CD 25A, LC.
[783] Carta a Rui Cabeçadas, 4 de agosto de 1963. APHS.
[784] Carta a Lopes Cardoso, Argel, 7 de agosto de 1963. CD 25A, LC.
[785] Carta de Tito de Morais a Ramos da Costa e Mário Soares, 11 de agosto de 1963. A&B FMS, 4280.002, ims. 27-28.

"*Arvorando experiência técnica e amor ao trabalho redactorial, ele [Pedro Soares], T.M. [Tito de Morais] e 2 vozes (por acaso camaradas P.[PCP]) ocuparam operacionalmente a Voz. TM e PS em breve se aconchegaram carinhosamente um ao outro. Inevitavelmente a Voz começou a tocar a área da Amnistia, da Paz, e do palavreado abstracto da luta anti-fascista em Portugal 1963.*"[786]

Estão ainda em fase experimental, todos sabem. Como é geral o reconhecimento da necessidade de melhorar o conteúdo dos programas. Junto dos seus contactos, cada um dos dirigentes da Frente insiste na imprescindibilidade da colaboração de todos os democratas, em especial dos que continuam no interior. Quer seja material "em bruto", textos ou gravações. Apenas isso garantiria um nível aceitável das emissões.

Mas, também neste aspeto, a resposta está longe de ser satisfatória. O conjunto de gravações recebidas do Brasil via Humberto Delgado – do próprio general, do ex-embaixador do Brasil em Portugal Álvaro Lins, de Francisco Oliveira Pio, de Plácido Barbosa (secretário da candidatura presidencial de Delgado em 1958), de Ciríaco Giraldes e de Manuel Sertório – ou os materiais de consulta chegados há tempos de Itália são manifestamente insuficientes para manter os programas semanais[787].

Esta é uma das razões porque não querem aumentar o número de programas por ora, como poderiam[788]. A emissão passará a ser bissemanal somente em 1964, pelo menos a partir de abril, mantendo-se o programa de sábado, a que se junta outro às quintas-feiras, pelas 0h e 15 minutos, hora de Portugal. Por esta altura é possível ouvir a emissão na frequência de 230 e 320 metros em ondas médias e na de 25, 31 ou 49 metros em ondas curtas[789].

Os textos são, na sua larga maioria, da lavra dos membros do Bureau de Argel/Comissão Delegada. Ciente da importância da rádio e esperando matizar o discurso da mesma, a JAPPA procura dar-lhe a colaboração possível, tanto na produção de textos, como na recolha e seleção de informação nas emissões pela leitura de alguns títulos de imprensa e pela audição das rádios com emissões em português.

[786] Carta de Rui Cabeçadas a Manuel Sertório, 9 de setembro de 1963. CD 25A, MS – Corresp – 355.
[787] Cartas de Humberto Delgado a Manuel Sertório, 4 de agosto de 1963 e de Mário Ruivo a Tito de Morais, 22 de maio de 1963. Respetivamente, Cf. Manuel Sertório, *Humberto Delgado – 70 Cartas…*, p. 216 – 218 e APTM. As gravações são enviadas por Delgado a Fernando Piteira Santos em 13 de agosto de 1963. CD 25A, PS – Corresp 85.
[788] Cartas de Rui Cabeçadas a Manuel Sertório, 9 de setembro de 1963. CD 25A, MS – Corresp. 355.
[789] Apesar do programa passar já depois da meia-noite, os panfletos que anunciam a rádio situam-no às quartas-feiras, aliás como acontece no arranque, quando se fala de sábado e não de domingo como dia de emissão. Circular do Serviço de Imprensa e Radiodifusão do Bureau de Argel da FPLN, Argel, julho de 1964. ANTT, PIDE/DGS – Frente Patriótica de Libertação Nacional, SC CI(2) 1353 - Pt 1, fl 16.

Especificamente para isto se constitui o Grupo Imprensa e Estudos, com o Secretariado a prestar também expressivo apoio na redação de artigos. O Grupo Técnico complementaria tal apoio coligindo e produzindo materiais de suporte e providenciando formação nos aspetos técnicos.

Para lá da emissora, a edição de "*publicações informativas*" havia sido outro dos objetivos definidos no encontro de Roma[790]. Como vimos, a conceção de um boletim vinha a ser pensada desde março. Ultrapassado por outras questões urgentes e, principalmente, suspenso pela falta de liquidez é agora chegado o momento de o cumprir. Em novembro/dezembro, é essa uma das tarefas a que Piteira Santos se dedica[791]. Aponta-se janeiro de 1964 como data de arranque do projeto e procura-se, também para este, angariar materiais e colaborações.

Dar uma maior visibilidade à situação portuguesa, à atividade da oposição e conseguir, com isso, uma efetiva ajuda para a sua luta é outra das metas elencadas na I Conferência. Nesta se inscrevem as comemorações do 5 de outubro de 1910, data emblemática para a oposição, tanto no interior como em diversos núcleos do exílio, pretexto para manifestar a união da comunidade democrata e a sua força. Como se insere a intensificação do trabalho diplomático.

A ideia de evocar a implantação da República surge na primeira reunião entre a Comissão Delegada e o Secretariado Executivo da JAPPA, a 7 de setembro de 1963. Aceite pela JAPPA na assembleia realizada a 11 do mesmo mês, é criada uma comissão para organizar o momento, de que ficam a fazer parte Ruth Saraiva, Amílcar Castanhinha, Helena Teixeira, Maria Luísa Hipólito dos Santos e os recém-chegados Rita Gonçalves e Rui d'Espiney[792]. Decide-se preparar uma cerimónia simples. Além dos portugueses, os convites para o evento apenas se dirigem a jornalistas e a assessores de imprensa das representações diplomáticas, ficando de fora o corpo diplomático propriamente dito e elementos "*graúdos*" do Governo argelino[793].

A receção nas instalações do Bureau realiza-se no dia 5 de outubro entre as 18 e as 20h, com assinalável participação da comunidade portuguesa e da imprensa, "*embora*

[790] "Conferência das Forças Anti-Fascistas Portuguesas", s/d. CD 25A, LC.
[791] Carta de Piteira Santos a Ramos da Costa, Argel, 5 de dezembro de 1963. A&B FMS, 4279.005, ims. 58-60.
[792] Ata da assembleia plenária da JAPPA realizada a 11 de setembro de 1963. APHS.
[793] Carta de Tito de Morais a Ramos da Costa, Argel, 26 de outubro de 1963. A&B FMS, 4280.002, ims. 53-58.

com pouco alarido"[794]. O momento é aproveitado para divulgar a situação portuguesa, salientando o carácter ditatorial do salazarismo e as condições da luta oposicionista, uma vez mais para terminar com a associação desta à luta anticolonialista[795]. A nota negativa fora a ausência dos assessores de imprensa, algo compensada pelas visitas do representante da Holanda e do Primeiro Secretário da Embaixada da China ao Bureau no dia seguinte, com a manifestação de interesse de ambos em manter contactos com a FPLN.

No mês de setembro de 1963, a Frente marca presença no III Encontro Mundial dos Jornalistas realizado em Argel, ao qual dirige mensagem denunciando o controlo do regime salazarista sobre a imprensa portuguesa, seja no lançamento de novos títulos, seja na censura prévia sobre todos os órgãos de comunicação social, a interdição de circulação de imprensa estrangeira no país e a inexistência de sindicatos de jornalistas livres, motivos pelos quais são numerosos os exemplos de jornalistas perseguidos e forçados a abandonar o território nacional[796]. De tal declaração resulta proposta da delegação argelina no sentido de criar uma comissão de inquérito que apurasse a real situação vivida em Portugal e fizesse a sua denúncia à opinião pública mundial e à ONU[797].

Em outubro, a delegação portuguesa ao 35.º congresso do Partido Socialista Italiano, constituída pela FPLN, pelo MAR e pela RR, consegue também ver aprovada por unanimidade uma moção contra os regimes fascistas de Portugal e Espanha e reprovando a sua participação em todos os organismos internacionais em que se encontram representados[798]. Ainda nesse mês, enviam mensagem ao Encontro

[794] *Idem*.
[795] "Hommage aux Combattants de la Republique Portugaise", Comissão Delegada Provisória da FPLN, 5 de outubro de 1963. CD 25 A, MS – FPLN/Vários/Comissão Delegada 10.
[796] "Message du Comité Délégué Provisoire du Front Patriotique de Libération Nationale, du Portugal, a la III Rencontre Mondiale des Journalistes rassembles a Alger", CD Provisória da FPLN, Argel, 24 de setembro de 1963. CD 25A, MS – FPLN/Vários/Comissão Delegada 9.
[797] "IIIème Recontre Mondiale des Jornalistes. Motion sur la situation de la presse et des journalistes du Portugal", Serviço de Imprensa da FPLN, s/d [09-1963]. CD 25A, MS – FPLN/Vários/Denúncia Repressão em Portugal 1.
[798] O convite é feito por intermédio de Mário Ruivo e contempla quatro observadores mandatários do movimento unitário e de organizações de tendência socialista. Integram a delegação Mário Ruivo e o irmão Henrique Ruivo pela Frente, FRC como delegado da RR e Veiga Pereira como representante do MAR. Cartas de Mário Ruivo a Ramos da Costa, Roma, 17 de outubro de 1963 e de Ramos da Costa a Tito de Morais, 2 de novembro de 1963. Respetivamente, A&B FMS, 4279.006 e 4280.002, ims. 59-62.

Internacional contra o Ressurgimento do Nazismo e do Fascismo, realizado em Florença entre 12 e 13[799].

Em dezembro, o fracasso das conversações entre o Governo português e o grupo de países africanos com assento nas Nações Unidas, que se tinham iniciado em outubro sob a égide do secretário-geral da organização, dão o mote à elaboração de memorandum da Comissão Delegada dirigido a este responsável. O intuito principal é o de afirmar a FPLN como a única interlocutora válida em quaisquer negociações dessa natureza, na qualidade de movimento unitário democrático e anticolonialista, que coopera ativa e objetivamente com os movimentos de libertação dos países colonizados ao combater o regime português e resistir à guerra colonial. Isto atendendo à condição antinómica de "*Portugal – país colonizador*" e de "*Portugal – país colonizado*", porque subjugado a um regime fascista e antidemocrático, cuja existência reside, em grande medida, no vasto império colonial que domina e relativamente ao qual atua como intermediário dos interesses capitalistas de vários países ocidentais[800]. Regime que, inclusive, questiona o próprio funcionamento e representatividade da ONU. Encetar conversações nestas circunstâncias poderia até ser visto como uma concessão ao colonialismo e um recuo dos países africanos relativamente às declarações da Conferência de Addis Abeba e de Dakar, sublinha-se no documento.

Promover a articulação dos núcleos democratas na diáspora e conseguir uma maior coordenação da sua atividade estivera igualmente na base da criação da Comissão Delegada da FPLN no exterior. Como estivera a colaboração para uma maior estruturação oposicionista, tanto no país como, particularmente, fora dele. Aqui se inserem a intensificação de contactos com a miríade de comunidades de emigrantes políticos que se regista nesta altura e o apelo à constituição de Juntas de Acção Patriótica. A formação de Juntas no exílio evidenciaria ainda a adesão deste à Frente, podendo pressionar a adesão do interior.

Os núcleos de Paris e Londres dão sinais de maior vitalidade, desenvolvendo esforços no sentido de reconstituir, no primeiro caso, ou de criar, no segundo, Juntas de

[799] *Portugal Democrático*, novembro de 1963. ANTT, PIDE/DGS – Processo Frente Patriótica de Libertação Nacional, SC CI(2) 1353, Pt 2, fl 738.
[800] "La Politique Anticolonialiste des Democrates Portugais et la Politique Coloniale du Governement Salazar", subscrito pelos quatro membros da Comissão Delegada Provisória instalados em Argel, Argel, 20 de dezembro de 1963. Citações traduzidas. A&B FMS, 4282.009, ims. 28-36.

Acção Patriótica[801]. Na capital inglesa, logo em setembro, parece estar formada uma base de trabalho assente nos representantes do MAR, do PCP e do MNI. Bem acolhida pela generalidade da comunidade democrata, a iniciativa demora, todavia, a materializar-se, em consequência de uma certa resistência do responsável comunista na cidade, o médico Plácido de Sousa[802].

Com o Brasil é mais difícil a ligação. O *Portugal Democrático* publicara o comunicado da Conferência de Roma, mas após isso não mais se referira à Frente Patriótica ou à Comissão Delegada e ignorara mesmo o arranque da rádio, ficando a FPLN como "*algo de absolutamente aéreo, difuso, vago, fantasma*"[803]. Do mutismo do jornal se lamenta Tito de Morais nos finais de setembro, classificando-o como uma recusa da unidade e, subliminarmente, como resultado da influência comunista sobre a publicação. Crítica devolvida à Comissão Delegada pelos responsáveis do título, que reafirmam a sua perspetiva unitária e alegam não ter recebido até ao mês de outubro mais material sobre as atividades do organismo ou sequer a comunicação formal da reunião da maioria dos seus membros em Argel[804]. O silêncio será apenas quebrado no número de novembro, depois de alguns terem chegado a considerar recorrer à *Semana Portuguesa* para contornar o problema[805].

A dinamização da importante colónia oposicionista no Brasil interessa sobremaneira aos dirigentes da CD. Mas é em si um imbróglio. Criar representação da Frente no país ou promover a constituição de uma JAP são possibilidades arredadas enquanto não fosse solucionada a transferência de Humberto Delgado, pelo que equacionam a vantagem de Manuel Sertório "*actuar pública e notoriamente, como membro da C.D.P.*"[806]. Sugestão rejeitada pelo próprio, "*pois pública e notória é que não é a minha fama de a ela pertencer… (nenhuma comunicação recebi, sequer,*

[801] Cartas de Lopes Cardoso a Piteira Santos, Paris, 16 de agosto de 1963 e de Carlos Veiga Pereira a Piteira Santos, s/d [setembro de 1963]. CD 25A, PS – Corresp 88 e 96, respetivamente.
[802] Carta de Ramos da Costa a Tito de Morais, 2 de novembro de 1963. A&B FMS, 4280.002, ims. 59-62.
[803] Cartas de António Brotas a Piteira Santos, Recife, 15 de setembro de 1963 e 25 de outubro de 1963. CD 25A, PS – Corresp 103 e 133, respetivamente.
[804] Cartas de Miguel Urbano Rodrigues a Tito de Morais, S. Paulo, 31 de outubro de 1963; de António Bidarra Fonseca (pelo Conselho de Redacção do Portugal Democrático) a Tito de Morais, S. Paulo, 11 de novembro de 1963 e de Manuel Sertório a António Brotas, S. Paulo, 1 de outubro de 1963. APTM e CD 25A, MS – Corresp 318.
[805] Cartas de António Brotas a Piteira Santos, Recife, 25 de outubro de 1963. CD 25A, PS – Corresp 133.
[806] Carta de Piteira Santos e Cabeçadas a Sertório, Argel, 8 de outubro de 1963. CD 25A, MS – Corresp 1457.

oficialmente, de ter sido cooptado)"[807]. Pensam ainda em fomentar a estruturação de uma Juventude da FPLN no Brasil, para o que credenciam João Manuel Tito de Morais e Raul Mendes da Silva, aparentemente sem resultados[808].

A par do incentivo a uma maior organização dos núcleos, estimula-se a sua aproximação a Argel. Porque a Frente "*tem que ser mais do que uma sigla, um bureau e uma Voz [...], tem que ter uma estrutura ampla e sólida […] [,] a unidade maior para a qual todos devem convergir e na qual todos devem conjugar-se.*"[809]. As possibilidades de colaboração são amplas: desde a atualização de informações sobre o que se vai passando no seio da oposição portuguesa no interior e no exterior até à recolha de fundos para auxiliar a manutenção do *bureau* da Comissão Delegada, passando pela distribuição de propaganda da FPLN no país de exílio ou pela notícia quanto a pessoas suspeitas de ligações à polícia política portuguesa[810]. Colaboração à distância, portanto, ou pela transferência de residência para a capital argelina, onde, acentua-se, há relativa facilidade na instalação profissional e boas condições para o trabalho político.

Todavia, a essa vontade não corresponde, tantas vezes, eficácia. A morosidade da transferência de Humberto Delgado e Manuel Sertório é evidência disso, como é a incapacidade de garantir colocação profissional para Lopes Cardoso quando este, por abril/maio de 1963, pondera a hipótese de se fixar em Argel[811]. Podendo subsistir dúvidas quanto ao real desejo de tal deslocação do general, a instalação de Lopes Cardoso na capital argelina teria indubitável significado para os membros da Comissão já aí estabelecidos, seus próximos companheiros políticos, marcando pontos no quadro da disputa Argel/Roma.

Idêntico peso político teria a fixação de Ruy Luís Gomes em Argel. Diligenciara nesse sentido Piteira Santos nos contactos inaugurais com as autoridades argelinas, retomara a questão Tito de Morais e conseguira o envio de convite por parte do Ministério da Educação ainda corria fevereiro. O matemático considera aceitar, é célere na resposta agradecendo a honra do convite, informando terminar o seu vínculo

[807] Carta de Sertório a Piteira Santos e Cabeçadas, S. Paulo, 22 de outubro de 1963. CD 25A, PS – Corresp 130.
[808] Carta de Piteira Santos e Cabeçadas a Sertório, Argel, 8 de outubro de 1963. CD 25A, MS – Corresp 1457. Iniciativa de que não existem referências futuras e que não terá tido sequência.
[809] Carta de Fernando Piteira Santos e Rui Cabeçadas a Sacuntala de Miranda e António Nogueira dos Santos, Argel, 15 de setembro de 1963.CD 25A, PS – Corresp 101.
[810] *Idem* e circular da Comissão Delegada Provisória da FPLN, 12 de setembro de 1963 [aprovada na reunião da CDP de 7 de julho de 1963]. A&B FMS, 4282.009, im. 18.
[811] Ver capítulo anterior, nota 585.

contratual no Recife nos finais desse ano e solicitando pormenores sobre as condições propostas. Desde então, seis meses sem nenhum outro contacto. Estranha o professor, estranham os seus mais próximos parceiros de exílio, ao corrente da situação. Só após a persistente intervenção de António Brotas, elemento entretanto chegado ao Recife, o assunto tem desenvolvimento. Ruy Luís Gomes começara já a equacionar regressar à Argentina, mas está ainda disposto a optar pela Argélia, assim lhe fosse assegurado lugar como docente na área da sua especialidade e instalar-se-ia a tempo de iniciar o ano letivo de 1964/65. A partir daí nenhum outro rasto na documentação. Se por desinteresse do próprio, se por falta de concretização dos argelinos e da direção da Frente, fica a incerteza. Certo é que o destino do ex-candidato presidencial não passará pelo Magreb[812].

A lentidão na resposta aos pedidos que iam chegando para a fixação em Argel estende-se a outros casos, como o de Fernando Echevarria, de António Brotas e de Carlos Nunes da Silva. O primeiro verá sete meses transcorridos entre o seu contacto para a capital argelina, feito em abril de 1963, e a sua efetiva fixação, em novembro[813]. Em setembro e outubro, Brotas procura saber das possibilidades profissionais na Argélia. Não obtendo qualquer resposta até dezembro, acaba por firmar novos compromissos profissionais no Brasil[814]. Nunes da Silva, refratário do exército português, solicita autorização de instalação em outubro, não chegando a concretizar a intenção. E, se neste último caso poderia haver falta de referências sobre a idoneidade política do requerente, não se aplica tal justificação a Echevarria ou Brotas[815].

No quadro da maior cooperação com os movimentos nacionalistas das colónias portuguesas, outra das recomendações da I Conferência, regista-se nesta altura a entrega à Frente dos primeiros militares desertores portugueses por aqueles. A 4 de dezembro de 1963, chegam a Argel Fernando Fontes e Manuel Vaz, entregues pelo PAIGC à FPLN após terem manifestado disposição de colaborar com a luta antissalazarista[816].

---

[812] Cartas de António Brotas a Piteira Santos, 24 de agosto e 15 de setembro de 1963. CD 25A, PS – Corresp 92 e 103.
[813] Carta de Fernando Echevarria a Piteira Santos, 10 de abril de 1963. CD 25A, PS – Corresp 50.
[814] Cartas de António Brotas a Piteira Santos, 15 de setembro e 25 de outubro de 1963. CD 25A, PS – Corresp 103 e 133.Conforme veremos, mudar-se-á para Argel em setembro de 1964.
[815] Cartas de Carlos Nunes da Silva a Piteira Santos, 21 de outubro de 1963. Insiste no desbloquear da situação de Echevarria José António Saraiva, em missiva dirigida a Piteira em 22 de outubro de 1963. Respetivamente, CD 25A, PS – Corresp 129 e 131.
[816] "Declaração feita à Imprensa pelos desertores do Exército colonial português da Guiné, o alferes miliciano Manuel José Fernandes Vaz e o sargento miliciano Fernando Fontes", Conacky, 21 de novembro de 1963. APHS.

Com estes inaugura-se uma prática que se manterá com maior ou menor frequência até ao final da permanência "oficial" da oposição portuguesa na Argélia e seguida sobretudo pelo movimento de libertação da Guiné e Cabo Verde. À Frente cabe o acolhimento/manutenção dos desertores, o seu enquadramento na luta política oposicionista e a sua eventual transferência para diferente local de exílio onde pudessem conseguir meios próprios de subsistência aqueles que na Argélia tivessem dificuldade em encontrar colocação profissional adequada ou assim preferissem.

Também no último mês de 1963 aí se fixa José Moura Pimenta. Desertor do teatro de guerra guineense nos finais de maio, fixara-se em Rabat no mês seguinte, onde desenvolvera intensa atividade no âmbito da Associação dos Portugueses Livres de Marrocos[817]. O seu objetivo é a ação e, na iminência da instalação de Humberto Delgado na Argélia, para aqui se transfere. É outrossim a perspetiva de aprofundar o trabalho político que motiva o ex-alferes miliciano em Angola José de Moura Marques, que chega à capital argelina em janeiro de 1964. Havia cerca de seis meses que desertara e desde então fizera um périplo por Inglaterra, França e Holanda, divulgando a situação vivida em Angola e as razões da sua opção. Em Paris, contacta com Hipólito dos Santos e dispõe-se a ir para Argel, onde pensa poder "*estudar e preparar planos*"[818].

Arredado deste retrato fica o trabalho de organização que prepararia a curto trecho o arranque das "*acções de tipo especial*" anunciadas nas conclusões de Roma, bem como a concretização da transferência de Delgado para Argel, em si um passo nesse caminho. E este, como se viu pelas críticas à rádio e como observaremos detalhadamente adiante, é o que mais interessa à maioria da comunidade portuguesa fixada na Argélia.

O xadrez político argelino

Num primeiro momento, os socialistas de esquerda são a corrente política dominante em Argel. Dela fazem parte Piteira e Cabeçadas, ambos membros da Comissão Delegada, Veiga Pires e a companheira, o médico Zulmiro de Almeida e o

[817] ANTT, PIDE/DGS – Processo individual de José Moura Pimenta, SC CI(2) 1273 - NT 7077 e SC E/GT 112 - NT 1435.
[818] ANTT, PIDE/DGS – Processo individual de José Moura Marques - SC CI(2) 1470 - NT 7107. Cartas de Hipólito dos Santos a Rui Cabeçadas e Lopes Cardoso, Paris, 22 de dezembro de 1963 e de Rui Cabeçadas a Lopes Cardoso, Argel, 8 de janeiro de 1964. Ambas CD 25A, LC.

casal Hipólito dos Santos. À exceção de Piteira, que aliás cedo se afasta do grupo, um núcleo ainda bastante jovem, a rondar os 30 anos, chegado à política em circunstâncias distintas, restrito mas muito combativo e algo desconcertante no seu modo de fazer política. Isto porque manifesta pouca reverência perante a oposição tradicional, fosse ela conservadora ou comunista, e o seu historial de luta e com isso alimenta certa desconfiança e até algum receio quanto às suas intenções.

Logo após a edição do manifesto fundador do MAR, em março, o pequeno conjunto de aderentes já fixado na capital argelina procura dar início a uma atividade regular no quadro da nova organização, chamando a si novas adesões e afirmando-se no contexto argelino. É assim que consegue a publicação de extratos de "O Tempo da Acção" nas páginas do *Revolution Africaine* de 15 de junho de 1963, como vimos um dos periódicos argelinos de maior circulação.

Mas é a partir de agosto de 1963, com a chegada de José Hipólito dos Santos, que os esforços se intensificam e frutificam. Ativista do movimento cooperativo e colaborador da revista *Seara Nova* desde meados dos anos cinquenta, Hipólito dos Santos fora adquirindo uma considerável bagagem ideológico-política no convívio estreito com figuras como António Sérgio, Eduardo França Borges, Emídio Santana ou José de Sousa. Em 1956/57, integrara a Comissão Cívica Eleitoral e empenhara-se a fundo na constituição das listas de deputados apresentadas às eleições para a Assembleia Nacional de 1957. A par da luta legal, envolvera-se também na conspiração larvar subsequente às eleições presidenciais de 1958, estando implicado na projetada revolta da Sé, no ano seguinte, e no assalto ao quartel de Beja na madrugada do 1º dia de 1962. Na sequência deste, conhecera pela primeira vez os calabouços da PIDE a 11 de janeiro, de onde saíra mediante a pesada caução de 20 contos a 27 de junho de 1963. Uns dias mais tarde, ainda em Portugal, fora convidado a integrar o MAR, movimento ao qual aderira. Impedido de retomar o seu antigo emprego como economista na CUF, saíra clandestinamente do país a 14 de julho. Curta passagem por Paris e Rabat, chegada a Argel no dia 10 de agosto de 1963[819].

[819] Cf. José Hipólito dos Santos, *Maneiras Cooperativas de Pensar e Agir. Contributo para a História do Cooperativismo*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, 2009; entrevista com José Hipólito dos Santos, Lisboa, 20 de junho de 2007 e análise de correspondência diversa, sobretudo entre Hipólito dos Santos, Carlos Veiga Pereira e Lopes Cardoso, integrada no acervo do último depositado no CD 25A.

Aqui, conforme relatámos, é Hipólito uma das peças fundamentais na criação da JAPPA, sendo igualmente um dos principais impulsionadores do núcleo *marista*, que passa a desenvolver um trabalho político assíduo a partir de novembro.

A emissão inaugural da *Voz da Liberdade* é a carta de chamada para os comunistas rumarem a Argel. É o desfecho do braço de ferro entre Roma e Argel, com o PCP a desinteressar-se de provar a equiparação entre os *bureaux* criados em cada uma das capitais. O silêncio quanto à atividade do Comité Italiano para a Defesa das Liberdades em Portugal é revelador, dando razão ao epíteto de "*fantasmático*" atribuído pelos partidários da opção argelina[820]. Bem como à conclusão tirada pelos mesmos relativamente à não concretização da estadia prolongada de Manuel Sertório em Roma, quando este tinha mostrado disponibilidade em aceder a tal proposta: deixara "*de ser necessária como factor de equilíbrio*"[821].

Em território argelino, o PCP continua a sentir-se desapoiado e inseguro. O Partido Comunista Argelino fora banido, Moscovo mantém-se a uma razoável distância, embora expectante, os comunistas portugueses estão definitivamente fora da sua zona de conforto. Precisam, pois, de constituir de raiz uma base própria, garante de segurança mínima para quadros e militantes e da influência no seio da FPLN. Um mês depois de Pedro Soares se ter apresentado em Argel, o aumento do fluxo de militantes comunistas para a cidade é notório, como atrás referimos, constituindo-se por essa altura uma forte célula local[822].

Logo os *maristas* se verão equiparados em termos contabilísticos. Ainda que mantenham o ascendente político sobre a comunidade portuguesa durante largos meses. Ao seu redor gravitam vários nomes identificados com o discurso e com a intenção, antes na órbita do PCP e agora expectantes quanto à evolução e maior definição da novel organização. Ou outra gente desperta para a luta oposicionista pela campanha presidencial de 1958 ou sem qualquer historial político, atraída para Argel, essencialmente, pelo discurso anticolonialista e pela porta entreaberta à luta armada expressos no documento inaugural da FPLN. Duas linhas políticas que estavam longe de reunir consenso no seio da oposição, mas cujo debate faz caminho, sobretudo nos círculos do exílio, e que são a base da aliança tática entre o MAR, o emergente sector

[820] Carta de Piteira Santos a António Brotas, 2 de setembro de 1963. CD 25A, PS – Corresp 97.
[821] Carta de Piteira Santos e Rui Cabeçadas a Manuel Sertório, 8 de outubro de 1963. CD 25A, MS – Corresp 1457
[822] Carta de Hipólito dos Santos a Lopes Cardoso, 11 de outubro de 1963. CD 25A, LC.

em dissidência com os comunistas prestes a constituir a Frente de Ação Popular (FAP) e os *independentes ativistas*.

De entre estes últimos destaca-se a figura de Adolfo Ayala, um *franco-atirador* cujo principal objetivo é trazer Delgado para o Magreb e integrar a revolta que aquele deveria liderar. Autor de um notável trabalho de organização em Rabat, que desembocara na criação da Associação Portugueses Livres de Marrocos, mal chega a Argel empenha-se na constituição da JAPPA, conforme vimos. Muito próximo de Piteira durante a gestação do projeto unitário anterior à Conferência de Roma, vinha assistindo com crescente desagrado ao impasse resultante das disputas políticas. Ao contrário, via o MAR e todos os que estivessem verdadeiramente dispostos a agir como seus parceiros.

Completando o retrato político argelino temos a Resistência Republicana. O grupo com menor expressão entre a comunidade portuguesa local, tendo embora uma relativa força política nos organismos diretivos da FPLN por intermédio da participação de Tito de Morais, a figura central da RR em Argel. O engenheiro fora, relembremos, o primeiro emissário da Comissão Delegada Provisória à capital argelina, tem assento como membro da direção da Frente e é a ponte possível para os sectores moderados da oposição no interior, aglutinados em torno de Mário Soares. Na capital argelina conta com o apoio de alguns membros da sua família que estão por essa altura aí fixados e que, não tendo força para se impor numericamente, obstaculizam a *radicalização* protagonizada pelo MAR e pelos *independentes* que atuam como seus aliados[823].

Em agosto de 1963, Tito de Morais comunica formalmente a Piteira Santos o seu estatuto de delegado da Resistência Republicana no órgão exterior da FPLN.

No final de julho tivera lugar em Paris uma derradeira tentativa de conciliação entre a RR e elementos anteriormente alinhados na RR e agora associados ao emergente MAR. Concretamente entre Mário Soares e o conjunto Piteira Santos, Tito de Morais e Ramos da Costa. Na sequência das conversações, Tito de Morais e Ramos da Costa

[823] Augusto Pereira de Oliveira e a mulher, Carolina Tito de Morais, genro e filha de Manuel Tito de Morais, haviam aderido ao MAR em Paris, pouco depois da constituição desta organização. É nesta qualidade que chegam a Argel. No entanto, tudo leva a crer que acabam por acompanhar a evolução da posição política de Tito de Morais, atuando no seio da comunidade em consonância com isso.

haviam reconsiderado posições e decidido permanecer na RR e Piteira escolhera acompanhar a novel estrutura[824].

O pendor partidário assumido pelo MAR e o corte com os quadrantes não socialistas associados ao *Programa para a Democratização da República* são os principais argumentos da decisão tomada por Ramos da Costa e Tito de Morais. Porque, de momento, consideram preferível uma perspetiva unitária, que contemple "*ações revolucionárias*" sem esquecer a atividade legal, onde caibam todos os elementos de valor político radicados no interior, ainda que estes, no futuro, se distanciassem do caminho rumo ao socialismo[825]. Para mais quando não reconhecem no MAR massa crítica de qualidade idêntica e, antes, constatam uma certa inexperiência política no contexto oposicionista do interior, porventura por detrás de certas propostas algo "*irrealistas*" e "*desajustadas*" da realidade nacional patentes no manifesto da organização[826].

Por seu turno, Piteira refuta tal análise e contrapõe:

> "*O que está em causa […] é que estamos (estão) cedendo aos elementos de direita a direcção geral do movimento. […] No "Movimento Democrato-Social" o Professor [Azevedo Gomes] é jogado, o Mário Soares é jogado, mas a relativa irresponsabilidade política com que actuam não diminui, não altera, o significado dos seus actos: o que deles resulta é a demonstração pública de que as conclusões da "Conferência" [de Roma] eram sectárias, esquerdistas; o que resulta é a demonstração de que a F.P.L.N. não abrange toda a oposição democrática; o que resulta é a demonstração, com a qual o fascismo folga, de que outros caminhos existem diferentes do levantamento nacional.*"[827]

Um rude golpe para Piteira Santos, que desde o comum afastamento do PCP tinha em Soares e, especialmente, em Ramos da Costa dois cúmplices. Um revés tanto mais grave politicamente quanto, na sua ótica, formaliza a rutura da FPLN com o sector republicano de esquerda, com os católicos ditos progressistas e com a maçonaria. A FPLN aparece apenas como uma unidade sectária, à esquerda, com a RR, agora

[824] Carta de Lopes Cardoso a Rui Cabeçadas, 1 de agosto de 1963. CD 25A, LC.
[825] Carta de Ramos da Costa a Piteira Santos, Paris, 16 de agosto de 1963. A&B FMS, 4279.005, ims. 79-83.
[826] *Idem*.
[827] Carta de Piteira Santos a Ramos da Costa, Argel, 22 de agosto de 1963. A&B FMS, 4279.005, ims. 75-78.

Resistência Republicana e Socialista (RRS), a disputar-lhe a supremacia sobre os sectores oposicionistas moderados e de direita.

Quando, como corolário, Piteira se confronta com a oficialização do estatuto de Tito de Morais como mandatário da RRS, é a cereja no topo do bolo[828]. Por ver nisso nada mais do que "*um golpe de oportunismo*", ciente como está do total alheamento da unidade firmada na Frente pela RRS e do alinhamento destes na via *putchista*, rejeitada por aquela[829]. Jogo político de Mário Soares, pressente, consentido e alimentado pelo PCP, que passa finalmente a dispor de "*interlocutor das direitas oposicionistas*"[830].

Efetivamente, afastado há muito de Cabeçadas, ferido agora pelas acusações de Piteira, acossado perante o dinamismo e a influência dos *maristas*, Tito de Morais depressa se apoia no recém-chegado Pedro Soares. Como logo percebem os outros parceiros ao ver o tácito entendimento quanto à rádio. Desfazendo qualquer dúvida remanescente, quando o mandatário comunista se ausenta de Argel cerca de um mês e, nas palavras de Cabeçadas,

> "*Imediatamente Tito de Morais assume a dupla representação: arvora a presença da bandeira e da linguagem da R. do Ouro e por outra banda substitui-se à ausência do P. [PCP] na defesa dos seus interesses*"[831]

Atitude que minora o *gueto* onde se encontra Tito de Morais, mas que acirra ainda mais os ânimos de Piteira e Cabeçadas contra si. Tanto como eles Tito de Morais conhece as obstruções do PCP ao arranque dos trabalhos da Comissão Delegada e o empenho do partido no silenciamento da Frente. Tanto como eles fora vítima dos seus formalismos e vira, até, colocado em causa o seu lugar na Comissão, sabendo ter sido tal espaço salvaguardado apenas pela intervenção de quem agora se distancia. Tanto como eles, facilmente subentende na decisão do PCP comparecer em Argel o desejo de controlar a rádio e o próprio *Bureau*, sem que nenhuma das duas conquistas tenha sido alcançada mercê de qualquer contribuição do partido[832].

---

[828] Carta de Tito de Morais a Ramos da Costa e Mário Soares, 11 de agosto de 1963. A&B FMS, 4280.002, ims. 27-28.
[829] Carta de Piteira Santos a Cunha Rego, Argel, 29 de setembro de 1963. CD 25A, PS – Corresp 115.
[830] Carta de Cabeçadas a Sertório, Argel, 9 de setembro de 1963. CD 25A, MS – Corresp 355.
[831] *Idem*. Pedro Soares ausenta-se a 10 de agosto e regressa a 17 de setembro seguinte.
[832] Quanto a isto é esclarecedora a afirmação de Cabeçadas a Lopes Cardoso: "*Ao fim e ao cabo os nossos homens só vieram para aqui quando tiveram a certeza de que ia haver voz. Era esse o bocado que eles não podiam deixar de partilhar*.". Carta de 7 de agosto de 1963. CD 25A, LC.

Do agastamento à rutura política vai um passo. A 9 de setembro, na sequência da primeira reunião entre a CDP e o Executivo da JAPPA e desagradado com atitude tomada por Piteira e Cabeçadas, Tito de Morais comunica ter deixado "*de ter qualquer intervenção e portanto qualquer responsabilidade*" nas resoluções tomadas pelo Bureau de Argel a partir dessa data[833]. Até que regresse o quarto elemento da Comissão, ausente há quase um mês de Argel. O motivo terá sido a posição partidária assumida pelos seus parceiros nos contactos com a Junta, em detrimento da posição conjunta que, depreende-se, Tito de Morais defendia. Um amuo, mesclado de estratégia – "*para poder ficar com as mãos como Pôncio Pilatos. Limpas das responsabilidades*" –, assim classificam o ato os seus companheiros de direção[834].

Quando Cabeçadas e Piteira se apercebem de estar Tito de Morais a divulgar pelos seus contatos a nova declaração de princípios da RRS o desentendimento agudiza-se. Para os núcleos de democratas do Brasil, de Marrocos, do Uruguai e da Venezuela o documento havia seguido, aparentemente sem que fosse sublinhado ser a organização apresentada coisa distinta da FPLN[835]. O que os seus parceiros de direção consideram um claro abuso da condição de dirigente da Frente, aproveitando-a "partidariamente"[836].

Logo a questão resvala para o domínio pessoal. No início de outubro, Tito e Piteira cortam relações e restringem a convivência aos deveres estritamente políticos. Entre Cabeçadas e Tito o relacionamento é há muito de mútuo desdém.

Investidas duríssimas cujas razões Tito de Morais enjeita, classificando-as como uma ofensiva infame do MAR à RR. Sente-se politicamente isolado e pessoalmente insultado, como dá conta a Ramos da Costa no início de outubro:

> "*Embate desencadeado por um homem como o Piteira que nada detém na sua ira feroz. Acompanham-no certos rapazinhos que não hesitam em utilizar os ataques mais baixos, a calúnia, a mentira, etc. A preocupação actual é reduzirem-me a zero, inventando o inverosímil para me desacreditarem. Nada os detém. Atingem a minha honestidade pessoal, atribuem-me acções inacreditáveis, nem sei dizer. A RR tem duas políticas,*

[833] Carta de Tito de Morais a Cabeçadas e Piteira, membros da CDP no Bureau de Argel. APTM.
[834] Carta de Rui Cabeçadas a Manuel Sertório, 9 de setembro de 1963. CD 25A, MS – Corresp 355.
[835] Como evidenciam as respostas dirigidas não apenas a Tito de Morais. Carta de Maria Luísa Silva Neves a Tito de Morais, Piteira Santos e Cabeçadas, Montevideu, 19 de setembro de 1963 e carta de Cunha Rego a Piteira Santos, S. Paulo, 21 de setembro de 1963. Respetivamente, APTM e CD 25A, PS – Corresp 109.
[836] Cartas de Piteira Santos a Cunha Rego, Argel, 29 de setembro de 1963 e de Piteira Santos e Rui Cabeçadas a Manuel Sertório, Argel, 8 de outubro de 1963. Respetivamente, CD 25A, PS – Corresp 115 e MS – Corresp 1457.

uma em Portugal outra no estrangeiro. É um movimento que se quer opor à FPLN, pois também é uma frente de soi-disant anti-fascistas. Estabelece a confusão entre os democratas. Somos todos uns elementos perniciosos. E continuam. Nós e o Craveiro é igual! Etc. etc. Não fazes ideia amigo o que isto tem sido. Já nem falo ao Piteira."[837]

A curto prazo será necessário à RRS substituí-lo na Comissão Delegada, avisa Tito. Cuja composição deveria, aliás, ser urgentemente alargada aos católicos *progressistas*, aos maçons e aos *delgadistas*, alerta, infletindo substancialmente a correlação de forças em presença[838].

Enquanto tal não sucede, procura a compreensão política do membro da Comissão Delegada Provisória em Paris, Lopes Cardoso, a quem escreve longa epístola descrevendo a "*deslealdade*" de que fora vítima por Piteira e Cabeçadas no processo de formação da JAPPA:

"*Redigem e discutem em reuniões ao nível do MAR a formação da JAP. E pelo andar dos acontecimentos percebi que se não ficava por aqui. A intenção era pura e simplesmente controlar a acção da C.D. pelo núcleo MAR de Alger [sic]*."[839]

A "*falta de habilidade*", todavia, "*provoca naturais reacções*" e "*um lavar de roupa suja*" lamentável, em que acaba por se ver envolvido, com a "*aleivosa afirmação*" de ter traído o MAR – no âmbito do qual atuara aquando das conversações com Mário Soares em Paris – e de agora ser, na verdade, representante do Movimento Democrato-Social. Tudo com intuito de o desacreditar, justificando "*em face do perigo dos "contra-revolucionários"*" dever a "*organização JAP – controlada pelo MAR […] tomar conta da Rádio e através da CD de toda a Frente*". Perante isso, sabendo-o membro do MAR mas reconhecendo-lhe ponderação e seriedade, pede-lhe a confirmação do compromisso respeitante à forma como deveria ser conduzida a luta no país estabelecido na Conferência de Roma, o esclarecimento de a quem considerava caber o direito de orientar as emissões da rádio e como via a elaboração de um Boletim em nome da CD mas sem que esta o pudesse controlar[840].

A réplica de Lopes Cardoso é prudente e respeitosa, ratificando as respostas obviamente esperadas por Tito de Morais e mostrando-se contristado com o "*clima de*

[837] Carta de Tito de Morais a Ramos da Costa, Argel, 10 de outubro de 1963. A&B FMS, 4280.002, ims. 48-51.
[838] Carta de Tito de Morais a Ramos da Costa, 29 de agosto de 1963. A&B FMS, 2600.016, ims. 3-4.
[839] Carta de Tito de Morais a Lopes Cardoso, 29 de agosto de 1963. CD 25A, LC.
[840] Todo o parágrafo baseado na carta anterior. *Idem*.

desentendimentos" reinante em Argel, mas salvaguardando a posição política do MAR em geral e de Piteira e Cabeçadas em particular:

> "*desculpe-me se não partilho da sua crítica ao facto do Rui e do Piteira terem reunido para procurar definir uma posição conjunta em relação ao problema da JAP de Alger. Se o fizeram, como sou levado a admitir, enquanto ligados ao MAR, não lhes cabia – sem desrespeito pela lealdade que devem a todos os camaradas de luta e sem dúvida, muito em especial ao engenheiro Tito de Morais – darem dessa reunião conhecimento senão àqueles que com eles militam dentro do mesmo agrupamento político. Assim se procede no P.C., assim se procederá necessariamente na R.R., assim entendo que o MAR deve proceder.*"[841]

Idêntica análise poderia ser feita por Tito de Morais se as circunstâncias fossem outras. Na frustrante conjuntura do exílio, que tão bem Lopes Cardoso evoca, sente-se acossado. Logo o diferendo é publicitado em Argel e o embate alarga-se a toda a comunidade, como veremos adiante.

As dificuldades de entendimento na direção da FPLN não se restringem ao mandatário da RRS. Entre Piteira Santos e Cabeçadas o relacionamento é igualmente problemático. Primeiro por diferenças "geracionais" idênticas às que haviam começado por afastar Cabeçadas de Tito de Morais, mas também, e sobretudo, pelo que Cabeçadas considera ser uma atitude individualista de Piteira. Fosse afastando-o do debate de algumas matérias e sonegando-lhe parte da informação relativa a outras, fosse escusando-se a trabalhar enquadrado no MAR, fosse socorrendo-se da intriga pessoal e política para atingir o resultado pretendido. Como acontecera no arranque da Junta. O conflito com Tito de Morais e a necessidade de formar bloco perante a aliança tática deste com Pedro Soares recompõem a situação, mas a custo e apenas momentaneamente. "*Na prática tudo tem que ser feito e pensado à margem dele*", lamenta-se Cabeçadas a Lopes Cardoso[842]. Uma situação sustentável apenas a breve trecho. Logo o agravar da tensão com a comunidade portuguesa na Argélia e o corte de Piteira com o MAR os apartam uma vez mais.

A chegada de Pedro Soares dá o toque final à desafinação reinante. Antes de mais por antigos ressentimentos que o opõem a Piteira Santos desde os tempos em que ambos militavam no PCP e que pintam a relação entre ambos de tons sempre cinzentos.

[841] Carta de 23 de setembro de 1963. CD 25A, LC.
[842] Carta de 2 de dezembro de 1963. CD 25A, LC.

Mas, sobretudo, pelo renovar do compromisso sob o qual assentara o funcionamento da Comissão Delegada Provisória, ainda em Paris, e que impunha como indispensável a unanimidade para aprovação de qualquer resolução do *Bureau*.

Quando o mandatário comunista se fixa verdadeiramente em Argel, em meados de setembro de 1963, logo verifica a necessidade de regulamentar o funcionamento do *Bureau*. Desde o arranque do secretariado que tal norma é reclamada por Rui Cabeçadas, mas só agora, com a maioria dos elementos da CD na capital argelina, o avolumar de trabalho a realizar e, evidentemente, resultado da capacidade de pressão de Pedro Soares, de quem parte a iniciativa, é discutida e aprovada.

O regulamento tem como preocupações essenciais coibir a utilização do nome e meios da Frente para fins partidários e reafirmar "*um espírito de colaboração activa*" entre os seus membros, baseado no trabalho conjunto e na deliberação unânime[843]. De entremeio, fixa-se a distribuição da responsabilidade pelo expediente e atividade regular da sede entre os membros do *Bureau* por períodos de três dias. A quem estivesse "*de serviço*" caberia a direção da secretaria, a receção da correspondência, o atendimento dos visitantes e o encaminhamento de quaisquer pedidos, reclamações ou outras diligências pessoais, a elaboração da ordem de trabalho das reuniões da CDP e a composição do projeto de programa da rádio[844].

Tudo se clarifica, é certo. Porém, ao confirmar a regra da unanimidade, induz um emaranhado de morosos e, muitas vezes, estéreis debates de cariz político-ideológico. E torna-se, a um tempo, um espartilho. Como descreve Piteira a António Brotas:

> "*A presença de um representante do P.C., membro do C.C., qualificado e muito conhecido, é um apoio e um travão. Se por um lado ficou resolvido, não na letra dos textos, mas por ser um "facto consumado" que o Bureau de Alger é a principal instalação da Comissão Delegada Provisória, por outro lado as reuniões dos quatro membros da C.D.P. embaraçam-se em discussões de orientação política […].*"[845]

Alimentando, enviesadamente, a ação individual e conspiratória. O que só tende a agravar e a generalizar a desconfiança e o conflito.

---

[843] "Resolução sobre o funcionamento da Comissão Delegada Provisória (Bureau d'Alger)", CDP, Argel, 12 de outubro de 1963. CD 25A, MS – FPLN/Vários/ Comissão Delegada 11.
[844] *Idem*.
[845] Carta de Piteira a António Brotas, Argel, 18 de outubro de 1963. CD 25A, PS – Corresp 127.

"*Tonalidade pacifista*": uma "*calma negativa*"

Nos dias 7 e 8 de setembro de 1963 têm lugar as reuniões inaugurais entre o Secretariado Executivo da JAPPA e a Comissão Delegada, com o intuito de ratificar os termos da constituição da Junta e de resolver o "*caso Ayala*". Duas matérias sensíveis, que muita celeuma vinham levantando, conforme vimos, e que acabam por ser adiadas pela ausência do delegado comunista. Aborda-se a seguir, brevemente, a necessidade de definir os estatutos de "simpatizante", "aderente" e "militante" da JAPPA e dá-se o pontapé de saída ao debate sobre o modelo e montante da contribuição financeira da Junta à direção da Frente, outro ponto igualmente melindroso. Ambos aguardam também a presença de Pedro Soares. A terminar, troca de impressões sobre a organização do trabalho no âmbito da Junta, as tarefas imediatas nas quais poderia colaborar e algumas questões práticas associadas à utilização das instalações do *bureau* e à gestão da rádio[846].

Uma das solicitações da Comissão é a de preparar uma pequena cerimónia evocativa do 5 de Outubro, a que atrás aludimos, no que se concentram parte dos membros da JAPPA. Por seu turno, o Executivo desdobra-se em diligências procurando assegurar o arranque dos grupos de trabalho e dirimir as questões "formais" ainda remanescentes.

Regressado Pedro Soares a Argel, a 17 de setembro, reintegra-se Tito de Morais no ativo na direção da Frente. É tempo de novo encontro com o Secretariado da Junta, agora com a presença de Maria Emília Silvestre, eleita para substituir Maria Emília Tito de Morais em assembleia da JAPPA realizada dias antes[847]. Em 22 de setembro, o pleno de ambos os organismos reúnem-se com intuito de finalizar as discussões iniciadas na reunião inaugural, pendentes pela ausência do mandatário comunista, e ajustar os preparativos do 5 de Outubro.

Piteira Santos começa por informar da anuência da Comissão Delegada quanto à dupla qualidade de Ayala como seu funcionário e membro do Executivo. A

[846] "Reunião com C.D.", apontamentos manuscritos [por Hélder Veiga Pires?], 7 de setembro de 1963 e "Dia 7/9/1963. Reunião c/a Comissão Delegada da FPLN", apontamentos manuscritos por Hipólito dos Santos. APHS.

[847] A 11 de setembro de 1963. Eleita com 11 votos num total de 20 participantes na assembleia. Na mesma ocasião é eleito Marcelo Fernandes como suplente do Executivo, com 9 votos. Ata da assembleia da JAPPA. APHS.

comunicação é recebida com agrado pelos delegados da Junta, tanto mais que o assunto merecera já a reapreciação por parte do coletivo da Junta, que rejeitara os argumentos dos dirigentes da Frente e havia secundado a decisão de Ayala no sentido de permanecer no lugar[848]. A manterem-se as objeções da Comissão alimentar-se-ia a fricção entre os órgãos, consequência assim evitada.

É ainda Piteira a querer conhecer a disponibilidade do Executivo para reconsiderar o modelo estatutário da JAPPA e a pedir esclarecimentos sobre o andamento dos trabalhos dos grupos e, concretamente, os aprestos do 5 de Outubro e sobre o valor da quotização que a Junta entregaria à Comissão.

O Secretariado sugere prover ao pagamento dos 500NF de ordenado do funcionário do *bureau* e dividir o restante igualitariamente por ambos os organismos presentes, de modo a dar à Junta um fundo de maneio suficiente para acorrer às suas próprias obrigações. A Comissão, pela voz de Piteira e Tito de Morais, discorda, entendendo não poder ver prejudicada a sua atividade política em resultado dos compromissos da Junta e defendendo a fixação de uma verba mensal que lhe permitisse uma programação mínima[849]. Apontam os responsáveis da Comissão para os 1000 NF que haviam recebido em Junho/Julho, pensaria o SE num montante um pouco abaixo, a rondar os 850NF[850].

Levanta igualmente objeções à Comissão a fórmula encontrada para distribuir as tarefas dentro da Junta, por, no seu entender, não lhe garantir "*a melhor colaboração*". Ora, toda a "*colaboração é indispensável*", sublinha a direção da Frente por intermédio de Cabeçadas, tornando-se por isso desejável uma reflexão sobre os grupos de trabalhos a constituir e o modelo mais adequado para o seu funcionamento.

Do que decorreria a revisão dos Estatutos aprovados pela Junta, conclui Rui Cabeçadas. Até porque são várias as discordâncias com a redação final daqueles, relativamente a questões que poderiam dar azo a interpretações erradas que importava prevenir. E, querendo-se o documento como base de colaboração salutar entre JAPPA e Comissão e não como seu entrave, todos, incluindo os seus autores, estariam disponíveis para reavaliar.

[848] "Reunião do SE c/a CD. 22/9/63", apontamentos manuscritos por José Hipólito dos Santos e "22 Set.63. Reunião com C.D.", apontamentos manuscritos [por Hélder Veiga Pires?]. APHS. A discussão do "caso Ayala" dera-se na assembleia geral da JAPPA de 11 de setembro. Ata da assembleia. APHS.
[849] "Reunião do SE c/a CD. 22/9/63"…
[850] *Idem* e "Preparação reunião c/a CD", apontamentos manuscritos por Hipólito dos Santos, s/d [anterior à reunião de 22 de setembro de 1963]. APHS.

No decurso da reunião Piteira Santos e Pedro Soares haviam já afirmado a necessidade de discutir e rever os estatutos. Aliás, logo na reunião inaugural Piteira se referira ao "*projecto de constituição*" da JAPPA, como notara e registara com um ponto de interrogação Hipólito dos Santos nas suas anotações do encontro[851]. Apoiando os seus parceiros de direção, Cabeçadas procura agora aduzir argumentos e predispor os espíritos.

Relativamente à evocação do 5 de Outubro, informa o SE do tipo de cerimónia que tinha em preparação e dos convites que julga por bem fazer. Para colocar à apreciação da Comissão duas propostas: o envio de mensagens a várias organizações e personalidades portuguesas e estrangeiras por essa ocasião e a preparação pela Junta de dois programas de rádio a serem emitidos nos dois dias imediatamente anteriores. Parte das mensagens dirigir-se-iam ao Povo Argelino, à ONU, a Bertrand Russel, a Ben Bella, ao Governo Provisório da República de Angola, ao PAIGC e a Timor e seriam difundidas via rádio, as restantes seguiriam por correio e teriam como destinatários o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, o ex-candidato à Presidência da República Rui Luís Gomes e a Humberto Delgado, "*Presidente da República de Portugal*"[852]. Um primeiro rascunho de tais mensagens havia inclusivamente sido preparado pelo Executivo e é apresentado para debate.

Porém, as iniciativas são recusadas pela Comissão. Porque as mensagens haviam sido elaboradas segundo "*um ponto de vista estreito*", classificam Pedro Soares e Tito de Morais, e porque, não havendo dados concretos sobre o desenho dos programas radiofónicos propostos, seria impossível admitir a hipótese, esclarece Tito de Morais. À Comissão Delegada deveria caber o "*problema das mensagens*", remata Cabeçadas. Restringindo-se a Junta, tão-somente, à operacionalização do evento, lê o Secretariado.

A partir de então o Executivo considera estar sancionada a "*existência real da JAPPA*", como comprova a disposição para que inicie a cobrança de quotização em outubro[853]. Para finalizar completamente o processo faltaria somente o plenário conjunto entre a Junta e a Comissão, mas que os próprios dirigentes da Frente tinham considerado não ser urgente. É tempo de garantir o arranque dos grupos de trabalho

[851] "Dia 7/9/1963. Reunião c/a Comissão Delegada da FPLN"...
[852] Rascunhos das mensagens junto dos apontamentos da reunião do SE JAPPA realizada a 18 de setembro de 1963. APHS.
[853] Apontamentos de Hipólito dos Santos com balanço da atividade da JAPPA até meados de novembro de 1963. Parte do conjunto de documentação das assembleias de 16 de novembro a 1 de dezembro de 1963. APHS.

constituídos, no que se concentra durante o mês seguinte, procedendo a um primeiro balanço em meados de outubro.

Ainda em setembro, o grupo Imprensa e Estudos inicia a escuta da Emissora Nacional e a seleção de recortes de imprensa. Em meados de outubro já entregara também uma dúzia de artigos para a *Voz da Liberdade*, transmitidos parcial ou totalmente metade destes durante o mês seguinte[854].

O grupo Técnico ensaia um pequeno coro, pensando numa futura gravação, e treina vozes para o serviço de locução. Para dar sequência à primeira tarefa necessita apenas de gravador, quanto à segunda hesitam sobre a sua continuidade depois da Comissão afirmar caber-lhe a ligação aos locutores.

À constituição de um dossier de apoio às "*acções especiais*" se dedicou o núcleo Relações e Contactos, compendiando elementos referentes à preparação de diferentes tipos de explosivos, seu manuseamento e capacidade destrutiva, a técnicas de manifestação (defesa de gases, ataques a carros de água…) e de agitação e a greves académicas e operárias[855].

Relativamente ao grupo de Finanças, em meados de setembro conseguira já uma montar uma nova *casa-abrigo*, ou seja, uma residência comunitária capaz de albergar os patrícios recém-chegados e aqueles que considerassem não necessitar de casa própria. Desde maio, o n.º 53 na rua Larbi Ben Mhidi servia tal préstimo[856]. Primeiro ocupado por Modesto Iglesias, Rui Cabeçadas e Hélder Veiga Pires, vai sendo local de passagem para vários outros, como Maria Emília Silvestre, o casal Marinha de Campos ou Clarinda Carvalho[857]. Casa que é agora preciso substituir por outra com idênticas ou melhores condições, que acabará por ser no nº 11 da rua Hoggar, na zona de Hydra, um dos melhores bairros da cidade, onde se instalam Adolfo Ayala, Rui d'Espiney e a sua companheira[858]. O grupo procura ainda constituir um fundo de solidariedade, ao qual pudessem recorrer os recém-chegados, a título de empréstimo, enquanto não recebessem

[854] Apontamentos de Hipólito dos Santos com balanço da atividade da JAPPA até meados de novembro de 1963 e "22/10/1963. Executivo", apontamentos manuscritos [por Hélder Veiga Pires?]. APHS.
[855] *Idem* e "Preparação reunião c/a CD", apontamentos manuscritos por Hipólito dos Santos, s/d [anterior à reunião de 22 de setembro de 1963]. APHS. "Manual de treino político da JAPPA (Grupo 4)", s/d. APVP.
[856] Carta de Rui Cabeçadas a Manuel Sertório, 10 de maio de 1963. CD 25A, MS – Corresp 350. Segundo a toponímia francesa: Rue D'Isly.
[857] Entrevista a Clarinda Veiga Pires, Lisboa, 30 de novembro de 2007.
[858] *Idem*.

o primeiro ordenado[859]. Em Outubro, tal fundo acorre já às necessidades do casal Carvalho, mês em que as contribuições voluntárias de alguns membros asseguram também um fundo de maneio razoável para a manutenção da casa-abrigo[860].

Simultaneamente, a Junta, em particular o Executivo, trata também do arranjo do novo espaço cedido à Frente[861].

O ritmo e a regularidade do trabalho desenvolvido ficam, todavia, abaixo do desejado, como aquém fica a coordenação das diversas tarefas. Tinha a Comissão Delegada sublinhado esse desfasamento na reunião de 22 de setembro, mas essa é também a conclusão do Executivo dois meses mais tarde. A descoordenação é da responsabilidade do Secretariado, mas tal estado de coisas explica-se igualmente pela falta de local de reunião, a mudança de instalações do *bureau* no início de outubro e o compasso de espera para o pôr 100% operacional e a falta de assiduidade, por desinteresse ou por impossibilidade[862].

Estuda-se então a alteração da estrutura e constituição dos grupos, apostando numa maior minúcia das tarefas a realizar e na criação de grupos mais pequenos. Tal reformulação chega mesmo a ser proposta e debatida em assembleia geral da Junta realizada em 31 de outubro, altura em que se equaciona outrossim o pedido de cedência de mais um espaço às autoridades argelinas, dada a dificuldade em conciliar a utilização do *bureau* com a Comissão Delegada[863].

Uma reviravolta é pouco expectável, o núcleo-duro está disso bem ciente. No final de outubro, evidencia-o as palavras que Hipólito dirige a Veiga Pereira, na época em Paris:

> "*Isto por aqui está um pouco calmo, mas é uma calma negativa: a CD não anda, nem deixa andar e desenvolve actividade epistolar; a JAPPA também não tem correspondido, invadida pelo desânimo - este mês nem a quotização têm pago.*"[864].

[859] "Secretariado Executivo. Reunião de 18/9/1963", apontamentos manuscritos. APHS.
[860] O total da contribuição da quotização voluntária contabiliza 42.90NF, valor de que se despende 10NF para um reparo. O valor, somado ao saldo de Outubro, totaliza 152.84NF. "F.P.L.N. Junta de Acção Patriótica dos Portugueses da Argélia. Balancete. Novembro – 1963" in conjunto de documentação respeitante à assembleia da JAPPA de 16 de novembro de 1963. APHS.
[861] "22/10/1963. Executivo", apontamentos manuscritos [por Hélder Veiga Pires?]. APHS.
[862] *Idem*.
[863] "Reunião Executivo, 26/10/63", apontamentos manuscritos [por Hélder Veiga Pires?] e apontamentos sobre a assembleia geral de 31 de outubro de 1963. APHS.
[864] Carta de Hipólito dos Santos a Carlos Veiga Pereira, Argel, 27 de outubro de 1963. APHS.

Mas há que continuar a pressionar uns para, assim, obter a adesão dos outros. Com os principais objetivos de pedir a cedência do *bureau* para assembleia do coletivo da JAPPA e de transmitir a sua apreciação às emissões de rádio, o Executivo solicita reunião com a CD, que tem lugar a 28 de outubro de 1963. Presentes estão dois representantes do Secretariado – Ayala e Hipólito – e três elementos da Comissão[865].

A súmula das críticas aos programas é feita por escrito:

> "*Sem dizer (e porque não dizer?) que o Povo deve pegar desde já em armas, procurava-se, até há algumas semanas, dar seguimento ao sentimento de violência anti-fascista existente nas massas fornecendo-se-lhes sugestões de organização e de acção. Dentro do espírito das resoluções da Conferência de Dezembro insistia-se na necessidade de Unidade, na necessidade de Organização, na necessidade de Acção […] [, sublinhando] o sentido do progresso e do aperfeiçoamento dialéctico entre os 3 elementos – Unidade, Organização e Acção – a actuarem simultaneamente.*"[866].

Entretanto, tal orientação fora abandonada, notando-se, em contrapartida, uma desatualização noticiosa, um excessivo peso do contexto internacional, muitas vezes sem qualquer relação com a situação portuguesa, e a adoção de uma linguagem pouco combativa.

Rui Cabeçadas manifesta concordância e preocupação com os reparos, Piteira diz merecer o assunto análise aprofundada, tanto mais que se considera a oportunidade de aumentar a frequência da emissão para bissemanal[867].

A crítica é apresentada em tom cordial, introito de urgente debate que reclamam, servindo de porta-voz a muitos outros oposicionistas do interior e da emigração. Na verdade, observações de idêntico teor multiplicam-se nos contactos privados e estão longe de ser uma novidade para os dirigentes da Frente.

Apenas a título de exemplo, invoquemos o "*grande pasmo e alguma mágoa*" dos democratas londrinos perante as repetidas alusões a Maria Pia de Saboia e os cuidados tidos relativamente aos monárquicos "*a ponto de quase lhes pedir desculpa por se comemorar o 5 de Outubro*"[868]. Ou a "*tonalidade pacifista*" da rádio, que desgosta Vítor

[865] Pedro Soares ausentara-se de Argel a 26 de outubro, prevendo-se que regressasse dentro de cinco dias. *Idem*

[866] Carta do Secretariado da JAPPA à Comissão Delegada da FPLN, 24 de outubro de 1963. Junto do conjunto de documentação respeitante à assembleia da JAPPA de 16 de novembro de 1963. APHS.

[867] "Reunião c/a CD. 28/10", apontamentos manuscritos por Hipólito dos Santos, 28 de outubro de 1963. APHS.

[868] Carta de Veiga Pereira a Piteira Santos, s/d [setembro de 1963]. CD 25A, PS – Corresp 96.

da Cunha Rego e outros membros da comunidade lusa no Brasil[869]. Ou, ainda, a estranheza com que a Junta de Argel assiste à censura, primeiro, à recusa, depois, em transmitir os artigos por si entregues.

O alento inicial pela conquista feita logo esmorece. O discurso assemelha-se por demais ao de qualquer um dos programas radiofónicos assegurados pelo PCP. A avaliação de Hipólito dos Santos a Lopes Cardoso é extensível a grande parte dos não comunistas:

> "*O PS II [Pedro Soares] com os seus modos e palavras simpáticas continua a dar material para a Rádio falando de Unidade – parte fundamental da FPLN. Pensa por outro lado que não se deve estar na Rádio a dizer coisas que alimentem a ideia de que é preciso passar à acção. Há que fazer um longo trabalho de preparação… Os programas de rádio, claro, acusam esta clarividente forma de pensar. Por isso mesmo, melhor, por sofrerem de "desviacionismo de esquerda" em relação a esta tese é que cerca de uma dezena de textos fornecidos pela Junta (a nossa JAPPA) não têm sido metidos nas emissões, tanto mais que nós pusemos o problema de nunca alterarem o sentido de qualquer texto nosso sem prévio consentimento.*"[870]

As críticas dirigem-se à rádio mas poderiam facilmente alargar-se ao global da atuação dos dirigentes da Frente. Ou, melhor, consideram, da sua não atuação.

A este aparente imobilismo se refere António Brotas a Piteira, agora a partir do Recife brasileiro, em meados de agosto de 1963:

> "*Onde está a <u>operação político militar com calendário para derrubar o salazarismo</u>? […] Basta de dizer ao povo português que o fascismo é mau. Ele sabe, não é burro, o <u>nosso povo</u>, como diz o documento [o comunicado da CD de julho de 1963]. É preciso preparar, organizar, e mostrar-lhe uma via para sair do fascismo. […] Mas há mais. Há apreensão em Portugal quanto ao futuro, Salazar cria a ideia: depois de mim o caos. A C.D. contribui porque se mostra incapaz de formular um mínimo de pontos que significassem algo de concreto sobre a organização futura do país. […] Nenhum significado têm eleições ou não eleições feitas por meia dúzia [de] pessoas. O que justifica ou não justifica a C.D. é a sua capacidade de execução e direcção ou ao invés a sua incapacidade. 6 meses quasi sem fazer sentir a sua existência seriamente abalam a autoridade da C.D. e a sua razão de ser.*"[871].

[869] Carta de Cunha Rego a Piteira Santos, S. Paulo, 21 de setembro de 1963. CD 25A, PS – Corresp 109.
[870] Carta de 11 de outubro de 1963. APHS.
[871] Recife, 24 de agosto de 1963. CD 25A, PS – Corresp 92. Sublinhados no original.

Reconhecendo, embora, a difícil posição de quem havia dado o primeiro passo e mostrando-se expetante pelo que poderia significar a opção por Argel, ter como única realização a *Voz da Liberdade*, sendo bom, é, na sua perspetiva, insuficiente. Opinião partilhada pelos restantes elementos do núcleo do Recife e por outros membros da comunidade democrata no Brasil. É a falta de concretização da larga maioria dos objetivos definidos no ato inaugural da organização unitária, que justifica, segundo Cunha Rego, o sentimento geral:

> "*Ninguém por aqui está contra a FPLN (e muito menos contra a CD…) mas também ninguém se encontra disposto a bater-se por ela*"[872].

Em Marrocos, a interlocutora principal do Bureau de Argel é a Associação Portugueses Livres de Marrocos, grupo "*fundamentalmente virado para a acção*", alguns com boa preparação militar, cuja meta é penetrar e actuar em território nacional[873]. E que, naturalmente, se agasta também perante a inoperância da Comissão Delegada e a falta de directrizes desta, como dá conta, em tom muito crítico, o desertor José Moura Pimenta, a quem Ayala passara o testemunho quando se transferira para Argel, em meados de novembro[874].

A Comissão Delegada em Argel vai procurando responder como pode à sarabanda generalizada, começando pela comunidade democrata lusa em Argel. Um plenário entre esta, representada na JAPPA, e a direção da Frente encerraria a formalização da existência da Junta, assim ficara estipulado na assembleia similar que lhe havia dado origem, em 10 de agosto.

Mas antes de o agendar, havia primeiro que debater e sanar todas as pendências dos últimos encontros entre Secretariado Executivo da Junta e a CD. Para isso se reúnem novamente os dois organismos dirigentes a 13 de novembro de 1963, com o pleno dos seus membros.

A questão central é a definição de papéis entre a CD e a JAPPA, que o Estatuto não resolve de forma inequívoca e conveniente. A posição é partilhada pelos quatro dirigentes da Frente, tomando Piteira Santos e Pedro Soares a dianteira na sua defesa. O terceiro ponto do documento é o que oferece maiores reservas, por entregar à JAPPA as relações com as autoridades argelinas em caso de ausência da Comissão, quando a Junta

[872] Carta a Piteira Santos, 21 de setembro de 1963. CD 25A, PS – Corresp 109.
[873] Carta de Lopes Cardoso a Carlos Veiga Pereira, 19 de outubro de 1963. CD 25A, LC.
[874] Carta à Comissão Delegada da FPLN, Rabat, 12 de novembro de 1963. CD 25A, PS – Corresp 152.

não passa de um organismo local e não está mandatado pelo movimento unitário do interior para tamanha responsabilidade, esclarecem os membros da Comissão. Não é este, porém, o único ponto suscetível de interpretações erróneas: "*o estatuto está cheio de alçapões por onde pessoas mal-intencionadas podem fazer fogo*", sublinham pela voz de Pedro Soares[875].

Ao invés de servirem a boa cooperação entre os organismos, os estatutos prejudicam-na. Pelo que deveriam ser reformulados ou, preferencialmente, esquecidos, porque, elucida o mandatário comunista:

> "*se se mexer nos estatutos "é mexer num caixote do lixo". Agarramos nos princípios essenciais e em vez de lhe darmos uma forma escrita mantínhamos os princípios na prática e púnhamos o papel de parte.*"[876].

Idêntica reestruturação deveriam merecer os grupos de trabalho. À Comissão interessava a criação de comissões funcionais, estreitamente ligadas a si e livres de burocracias, que pudessem prestar a colaboração ativa e fecunda de que tanto a direção da Frente carece. Colaboração que, até à data, os núcleos de trabalho constituídos não tinham conseguido prestar, salienta Piteira Santos. Para começar, uma Comissão da Rádio, uma Comissão do Boletim e uma Comissão de Propaganda, coordenadas por um membro do *bureau* e de que fariam parte outros elementos do organismo e da Junta, a designar após debate entre o Executivo e a Comissão.

Sob a alçada direta do Secretariado fica o trabalho de formação política e de recolha de fundos. Organizando, por exemplo, sessões de cinema seguidas de palestras e festas.

Que de tudo isto não se entendesse pretender a direção da Frente "*sobrepor-se ao SE e à JAPPA*", reduzindo-os a meros "*apêndices*", faz questão de esclarecer Rui Cabeçadas. Deve, sim, "*haver uma reciprocidade de relações, sem ordens duns ou doutros*" e no respeito pela autonomia que a JAPPA desejasse ter. Palavras subscritas por Pedro Soares e que corroboravam o desejo de estreitamento de relações entre Comissão e Executivo, afirmado logo de início por Piteira.

Piteira que havia igualmente começado por lembrar a necessidade de definir a qualidade de militante da FPLN, enquadrando a posição dos portugueses instalados na

[875] "Dia 13/11/63. Reunião da CD/SE", apontamentos manuscritos por Hipólito dos Santos. APHS.
[876] *Idem*.

Argélia e limitando, assim, a maledicência que pudesse ter como alvo a Frente e os seus dirigentes. Como a que se assistia protagonizada pelo casal Carlos e Patrícia Lança e que fora já objeto de comentário na anterior reunião entre os organismos.

O Secretariado clarifica aqui o sentido dos estatutos, destaca ali a sua aprovação pelo coletivo da Junta, refuta acolá o aparente desejo de calar as vozes políticas dissonantes, sublinhando a distinção entre estas e as intrigas de ordem pessoal. Concluída a argumentação da Comissão, Hipólito dos Santos solicita a suspensão dos trabalhos para poder o SE estudar as propostas apresentadas. Piteira protesta: "*A CD não pode perder tempo. Os membros da CD não discutiram os assuntos e porquê o SE o quer fazer? É perder o sentido das realidades, é demasiado formalismo*"[877]. Hipólito insiste, o encontro finda.

No dia seguinte, 14 de novembro, o Executivo comunica a sua posição a Piteira Santos, delegado da Comissão: por um lado, reiterando a validade do Estatuto, como de todas as restantes resoluções aprovadas pelo plenário da JAPPA, apenas revogáveis pelo mesmo coletivo, por outro, dispondo-se a colaborar nas comissões propostas pela direção da Frente, ainda que o fizessem com a "*força da representatividade*" em que estavam investidos e não a título individual, e agendando para dali a dois dias a solicitada assembleia entre a JAPPA e a CD[878].

«Extremistas» versus «moderados»

Às 21.45h do dia 16 de novembro de 1963, um sábado, tem início o primeiro plenário entre o coletivo da Junta de Acção Patriótica dos Portugueses da Argélia e a Comissão Delegada da FPLN. Na sede do *bureau* estão 34 portugueses, com Jorge Landeiro no lugar de presidente e Clarinda Carvalho e Maria Luísa Hipólito dos Santos a assegurar o secretariado[879].

[877] *Ibidem*.
[878] "Dia 14/11/63. SE/CD", apontamentos manuscritos por Hipólito dos Santos. APHS.
[879] Seguindo a ordem da folha de presenças: Filipe Mesquita, Marcelo Fernandes, Hélder Veiga Pires, Arlindo de Carvalho, Celeste Carvalho, Helena Teixeira, Maria Fernanda Filipe, Modesto Iglesias, Ruth Saraiva, Maria Emília Silvestre, Maria Fernanda Castanhinha, Joaquina Fernandes, Ana Rita Gonçalves, Rui d'Epiney, Maria Luísa Hipólito dos Santos, José Hipólito dos Santos, Maria Isabel Landeiro, Jorge Landeiro, Quintino de Barros, Amílcar Castanhinha, João Pulido Valente, Clarinda Carvalho, Fernando Piteira Santos, Fernando Echevarria, Maria Stella Ribeiro, Rui Cabeçadas, Maria Carolina Oliveira, Augusto Pereira de Oliveira, Adolfo Ayala e Zulmiro Almeida. Recusam-se a assinar: Pedro Soares, Manuel Tito de Morais e Rodrigo Cunha Rego Santos. Não assina igualmente Maria Emília Santos Tito

A assembleia começa pelo debate de uma questão prévia colocada por Hipólito dos Santos: tendo-se demitido da Junta e sendo essa uma reunião entre a Junta e a CD, seria admissível a presença de Maria Emília Tito de Morais? A resposta é dada por Pedro Soares: "*a reunião era de todos os democratas residentes em Argel, para discutir o caso da constituição da JAPPA e que, portanto, todos os que estavam em Argel, nela deviam tomar parte*". Logo a discussão se centra no que realmente estava em causa: a aceitação de que o processo constitutivo da JAPPA estava encerrado.

Várias vozes reafirmam a existência formal da Junta, admitindo, não obstante, a participação de Maria Emília Tito de Morais. Soares lê a moção na base da convocatória para a assembleia de 19 de agosto, na qual se enuncia como objetivo da mesma "*criar a organização da JAPPA*". Ora, não tendo Maria Emília Tito de Morais deixado de ser militante da Frente, tinha todo o direito de a ela assistir, defende. Nessa base, propõe que se vote de imediato. Com 16 votos contra, 14 a favor e 1 abstenção, a proposta é chumbada. Faltam, todavia, dois votos, sem que se acusem aqueles que não votaram[880]. Pedem maiores esclarecimentos alguns dos presentes e solicitam novo escrutínio.

Instala-se a confusão. Discute-se a intenção de Pedro Soares na forma como colocou a questão, discute-se se a reunião é da Frente ou da Junta com a Comissão, discute-se se interessariam esses formalismos ou antes o estudo de como seria solucionado o problema português. Para se voltar novamente à questão fundamental: a JAPPA estava ou não constituída.

Todos acordam na unanimidade que estivera na base da Junta, embora alguns hesitem em classificar a sua existência como definitiva ou meramente provisória, afirmando desconhecer se esta teria ou não desenvolvido atividade e se a votação massiva teria sido ditada pela reflexão ou fruto da inconsciência. Um processo de intenções contra o qual outros tantos se indignam e que vai resvalando para o plano pessoal.

Procurando ultrapassar o impasse, o presidente da mesa sugere a Maria Emília Tito de Morais que peça o reingresso na JAPPA, apresentando declaração com os motivos da sua demissão e as razões do seu pedido de readmissão. A interessada acede. Porém, os termos da sua declaração são objeto de nova contestação, por classificar o

---

de Morais. Conjunto de documentação respeitante à assembleia da JAPPA de 16 de novembro de 1963. APHS.

[880] Zulmiro de Almeida não participa na votação por chegar atrasado, sendo portanto 33 eleitores. "Acta da reunião geral da JAPPA com a CDP realizada em 16 de Novembro de 1963". APHS.

processo de formação da Junta como "*partidário*" e "*não unitário*", e alimentam a acesa discussão. Ainda antes da votação, Pedro Soares abandona a sala, alegando não estar a reunião a decorrer "*nos termos convenientes*", sendo seguido por várias pessoas. Reconsidera, porém, e acaba por voltar ao seu lugar, apresentando então proposta para que fosse votada a admissão de Maria Emília Tito de Morais nos termos por ela redigidos, moção aprovada pela maioria.

Na sequência disso, congratula-se Pulido Valente por Pedro Soares reconhecer a existência da Junta e Hipólito dos Santos por Soares se considerar seu membro e, como tal, votar a readmissão de outro membro. O azedume nas respostas do delegado comunista é evidente.

Aproveitando a deixa, Rui Cabeçadas apresenta requerimento no sentido de se considerar a JAPPA definitivamente constituída e com estatutos aprovados. Considerando a atitude abusiva, Pedro Soares insulta Cabeçadas, que riposta. Subsequentemente, o dirigente comunista abandona a sala, seguido por outros participantes, entre eles o clã Tito de Morais. A pedido de Piteira Santos, Filipe Mesquita, enquanto militante do PCP, procura intervir junto de Soares para que regresse à sala. Sem sucesso. Idêntica tentativa faz Stella Piteira Santos junto de Tito de Morais, igualmente sem resultados. A agitação é enorme e outras pessoas abandonam o encontro afirmando-se desalentadas com o triste espetáculo.

Depois duma interrupção de uns minutos, a assembleia retoma os trabalhos com 22 pessoas presentes e Pulido Valente na presidência[881]. Começa por se proceder à votação de moção que pretende confirmar a existência da JAPPA e que é aprovada por unanimidade.

Toma então a palavra Filipe Mesquita para se afirmar como militante comunista e membro da Junta, embora decidisse não permanecer naquela reunião por lhe parecer terem-se evidenciado "*problemas muito graves*" que deveriam ser sanados. Um dos mais surpreendentes fora "*a divergência de opiniões entre os membros da CDP*", fazendo-o refletir "*se essa CDP representa[ria] de facto alguma coisa*" e apelar a que idênticos problemas fossem futuramente "*resolvidos à porta fechada*". Piteira contesta-o, argumentando ser aos membros da Frente que os dirigentes dessa Frente deviam dar

[881] Abandonam a assembleia Pedro Soares, o casal Tito de Morais, o casal Oliveira, Rodrigo dos Santos, o casal Carvalho, o casal Landeiro, Fernanda Filipe e Helena Teixeira. Conjunto de documentação respeitante à assembleia da JAPPA de 16 de novembro de 1963. APHS.

conta das diferentes posições. Não obstante, todos concordam, tinham ocorrido excessos, importando desanuviar o ambiente e interceder junto dos desavindos, missão entregue a quatro dos presentes. Como todos são unânimes em considerar ser de classificar o sucedido como pessoal e não o associar ao PCP, partido que todos respeitam[882]. Afirmação que apraz Mesquita e após a qual sai acompanhado de Ruth Saraiva.

Passa-se finalmente à ordem de trabalhos da assembleia: fazer o balanço da atividade da Junta e restruturar o seu funcionamento com base na experiência havida. É o Secretariado a introduzir o tema, informando ter discutido a presença de novos elementos com a CD, que acedera, e dando a conhecer declaração elucidativa da sua posição e intuitos. Resume-os em dois pontos fundamentais: o empenho em contribuir para a materialização dos princípios definidos na Conferência de Dezembro e o desejo de "*manter, com a CDP, de Argel, o tipo de relação mais adequado à realização dum trabalho tão eficiente quanto possível*", não perdendo de vista a maior responsabilização da JAPPA no contexto oposicionista português, dado estar na Argélia e beneficiar das condições vantajosas postas à disposição pelo governo argelino e estar junto do secretariado exterior da Frente, "*facto este que, deveria alargar as nossas possibilidades de luta revolucionária*"[883].

A assembleia considera o Executivo capaz de tomar as melhores decisões no sentido de reestruturar a Junta e assim a reanimar. Para o que tentam contribuir os participantes do encontro, consubstanciando formas de luta e objetivos prioritários: arranjar instalações próprias para a JAPPA, ajustar definitivamente a contribuição financeira a entregar à Comissão, editar um boletim, elaborar e difundir uma declaração de princípios da Junta, definir os moldes de uma solidariedade ativa com os movimentos nacionalistas e tratar da vinda urgente de Humberto Delgado. Associada à questão financeira, é problema urgente a definição do ordenado a pagar ao funcionário do *bureau*, que continuava sem nada receber. Estipula-se o montante de 500NF, na condição de Ayala permanecer alojado na casa-abrigo, cuja subsistência caberia à Junta.

[882] Integrado no conjunto de documentação referente às três assembleias encontra-se um rascunho de carta a dirigir ao secretário-geral do PCP e a assinar pelos militantes da Junta, na qual se confirma o sentido destas afirmações. Parece ter sido apresentado ao plenário de 23 de novembro, desconhecendo-se se terá sido efetivamente enviada. Rascunho manuscrito por Hipólito dos Santos. APHS.

[883] Declaração do Secretariado da JAPPA, 16 de novembro de 1963 [data manuscrita de 23/11, quando o mesmo documento volta a ser lido]. Conjunto de documentação respeitante à assembleia da JAPPA de 16 de novembro de 1963. APHS.

Manutenção que poderia estar em risco, dadas as dificuldades financeiras enfrentadas, forçando a rever o assunto[884].

O adiantado da hora aconselha ao encerramento do encontro, que se retoma no sábado seguinte, dia 23 de novembro. Das 20 pessoas que haviam permanecido na segunda parte do anterior plenário, apenas Zulmiro de Almeida está ausente.

Está agora em causa o balanço da atividade da Junta, ponto de partida para a restruturação da sua orgânica. Em cima da mesa está moção esboçada pelo Executivo, na qual reitera a sua existência, com funções redefinidas, e propõe a formação de quatro comissões de trabalho: uma Comissão de Finanças a quem coubesse a gestão das contribuições e a manutenção da casa-abrigo; outra da Rádio dedicada à redação de artigos para a rádio *Voz da Liberdade* e à locução dos programas, outra de Escuta direcionada para a escuta e seleção de informação de interesse prestada por outras rádios, e, por fim, a de Relações e Contactos cujas tarefas seriam assegurar a ligação entre a Frente interior e exterior, preparar política, técnica e militarmente os militantes da Frente e conseguir o "*reforço da unidade*"[885].

A proposta vai ao encontro da declaração inicial de um dos elementos do Secretariado, Maria Emília Silvestre, que reitera a existência autónoma da Junta e, embora dentro de um espírito unitário e de colaboração com a direção da Frente, o seu desejo de manter bem viva a ação revolucionária, que julga "*perigoso, em nome desta unidade sacrificar*"[886]. Termos bem reveladores do desacordo com a reformulação da JAPPA defendida pela Comissão Delegada nas últimas reuniões com o Secretariado, que pretendia a exclusiva dedicação do organismo comunitário a atividades de índole burocrática e, logo, significaria o seu esvaziamento político.

Palavras subscritas e ampliadas pelo Executivo na Declaração de Princípios da Junta, gizada no decurso dessa semana e que é dada a conhecer ao coletivo mal termina o balanço do trabalho desenvolvido pela JAPPA. Nesta reafirmam-se a força e a

[884] A ata faz referência às dificuldades de pagamento das despesas efetuadas com a organização da cerimónia do 5 de outubro. Todavia, essas contingências não se detetam quando analisamos o balancete da JAPPA referente ao mês de novembro, com um saldo positivo de 525.34NF. Neste mesmo documento ressalta ainda o facto da contribuição à CD se ter saldado no pagamento do ordenado ao seu funcionário (500NF), acrescido de 50% do remanescente da contribuição total arrecadada pela Junta (216.26NF). "F.P.L.N. Junta de Acção Patriótica dos Portugueses da Argélia. Balancete. Novembro – 1963" in conjunto de documentação respeitante à assembleia da JAPPA de 16 de novembro de 1963. APHS.

[885] "Reunião do S. Ex. 18/11/1963"…

[886] Preparada para apresentar ao plenário do dia 16 de novembro de 1963. Data de 23/11 e autora identificadas a manuscrito. Conjunto de documentação respeitante à assembleia da JAPPA de 16 de novembro de 1963. APHS.

participação das massas como imprescindíveis para o derrube do regime, consideram-se cumpridas as condições gerais para o desencadeamento das "*ações especiais*" e salienta-se o importante papel a desempenhar pelas Juntas em todo este contexto, na linha das resoluções da Conferência de Roma, à luz do que orientará "*toda a sua actividade no sentido de esgotar as possibilidades locais que, de qualquer forma, contribuam realmente para a luta antifascista e anticolonialista*"[887]. Ou seja, reitera a súmula da argumentação com que respondera às dúvidas colocadas por Quintino de Barros no arranque no processo constitutivo da Junta.

É longa a discussão em torno da reformulação orgânica da Junta, prolongando-se por uma nova assembleia realizada a 1 de dezembro[888]. Se não parece levantar celeuma a definição de funções do Secretariado, o mesmo não se passa relativamente aos grupos a criar e a quem os integrará.

Quanto ao SE ajustam-se como suas responsabilidades a promoção de debates políticos, a propaganda e informação, incluindo a edição de um boletim da Junta, a coordenação das comissões de trabalho e de "*tarefas individuais*", tais como a leitura e recortes de jornais e a tradução de textos, e a decisão quanto à admissão de novos membros[889].

Relativamente às comissões de trabalho equaciona-se a constituição de outras duas comissões – do Boletim e de Solidariedade –, proposta que não terá vingado, e ter-se-á optado pela eliminação da comissão de Escuta, considerando-se esta como "tarefa individual" sob a alçada direta do Executivo. Observa-se também a redistribuição de vários dos nomes inicialmente sugeridos para cada uma das comissões, uns por decisão pessoal dos presentes, outros depois da recusa dos participantes na assembleia[890].

[887] Todo o parágrafo com base em "Declaração", Secretariado Executivo da JAPPA, Argel, 22 de novembro de 1963. Conjunto de documentação respeitante à assembleia da JAPPA de 16 de novembro de 1963. APHS.

[888] Nesta estão presentes 14 pessoas, registando-se, por comparação com a segunda parte do plenário de 16 de novembro, a ausência de Modesto Iglesias, Clarinda Carvalho, Fernanda Castanhinha, Marcelo e Joaquina Fernandes, Quintino de Barros e Zulmiro de Almeida. Pela primeira vez participa Maria Flor Campino. "Continuação da Reunião da JAPPA. 1/12/63" – apontamentos manuscritos [por Hélder Veiga Pires?]. APHS.

[889] "Reunião do S. Ex. 18/11/1963" – apontamentos manuscritos por Hipólito dos Santos; "18-11-1963" – apontamentos manuscritos [por Hélder Veiga Pires?] e "Esquema orgânico da Japa" – apontamentos manuscritos sem autor identificado. APHS.

[890] Incluídos nas comissões estão alguns dos que haviam abandonado o plenário de 16 de novembro. Esquema das comissões, 23 de novembro de 1963; "Continuação da Reunião da JAPPA. 1/12/63" e "Esquema orgânico da Japa" – apontamentos manuscritos sem autor identificado. APHS.

Como ressalta desta descrição, o plenário de 16 de novembro e os dois subsequentes constituem-se como um momento de viragem no jogo político travado em Argel. Unidade para a ação, que se pretende imediata, clamam os "*«extremistas»*", unidade alargada, forçosamente contida, advogam os "*«moderados»*"[891]. Com os primeiros representando uma fatia de 60% do conjunto, aglutinadora dos *maristas*, dos *independentes ativistas* e de elementos em rutura com o PCP, apoiados por dois membros da Comissão Delegada da Frente, Piteira e Cabeçadas. Com os segundos congregando os restantes 40% dos patrícios, encabeçados pelos restantes elementos da CD, Pedro Soares e Tito de Morais, e patrocinados pelos sectores comunista "ortodoxo" e socialista moderado. Reproduzindo-se no coletivo dos portugueses a divisão no organismo diretivo da FPLN.

Na direção dos acontecimentos está o MAR. Hipólito dos Santos e Veiga Pires, a partir do Secretariado, Rui Cabeçadas a partir da Comissão Delegada. Numa segunda linha, já atrás referimos, Adolfo Ayala e elementos comunistas que se vinham arredando do discurso pacifista do PCP e que entretanto desaguam na FAP. Uma coligação circunstancial e transitória, fundada na ação, ainda que, ocasionalmente, dê lugar a adesões formais. Em Argel, Pulido Valente, Marcelo e Joaquina Fernandes, Amílcar Castanhinha e Rui d'Espiney são a face desta última corrente, primeiro discreta, ventilada em conversas privadas, agora tornada pública e irreversível[892]. O primeiro confronto de uma guerra que está bem longe do final.

Realmente, os *maristas* revelam a capacidade de iniciativa que parece faltar aos dirigentes da Frente. Encabeçando o organismo de coordenação da JAPPA, dinamizando o grupo Relações e Contactos ou, no âmbito partidário, desenvolvendo todos os esforços com o mesmo horizonte em vista: a ação. Resultando, até, por vezes, numa certa repetição de objetivos ou em diligências contraproducentes, dadas as dificuldades na articulação dos diferentes núcleos.

Apesar de funcionar ainda de forma algo irregular e individualista, a célula do MAR vai conseguindo dar sequência a um conjunto de tarefas. Aprendem-se técnicas

[891] Carta de Rui Cabeçadas a Manuel Sertório, 9 de setembro de 1963. CD 25A, MS – Correp 355.

[892] Recém-chegado a Argel, no início de outubro, Pulido ventila a Hipólito o seu desejo de ação. Nos primeiros dias de novembro, Castanhinha e o casal Fernandes manifestam-se interessados em trabalhar no âmbito do MAR. Marcelo Fernandes comunica a Pedro Soares a sua desvinculação do partido a 14 de novembro, dois dias depois, na assembleia geral, todos os restantes expressam o seu afastamento do PCP. Cartas de Hipólito dos Santos a Lopes Cardoso, 11 de outubro de 1963 e a Rui Cabeçadas, Carlos Veiga Pereira e Ferreira de Almeida, 4 de novembro de 1963. Respetivamente, CD 25A, LC e APHS.

usadas na clandestinidade – a utilização de "*tintas simpáticas*" e a produção de passaportes falsos, designadamente –, estudam-se meios seguros de comunicação – com a elaboração de cifras e a conceção de projeto de ligação regular entre Portugal e a Argélia –, desenvolvem-se contactos no sentido de perceber as possibilidades de treino e formação de índole militar[893].

Para o estabelecimento de uma ponte entre a frente interna e a externa pensam na utilização de um barco de pesca capaz de atravessar o Mediterrâneo, que terão de adquirir beneficiando de facilidades de pagamento e para o qual precisam de uma base logística na Argélia[894]. É este o mote de exposição dirigida por um grupo de militantes do MAR a responsáveis argelinos a 22 de outubro de 1963. A iniciativa, esclarecem, enquadra-se no âmbito da FPLN, movimento unitário agregador de um largo arco da oposição lusa, da esquerda revolucionária à direita, que pretendem catalisar em moldes mais revolucionários, consentâneos com a raiz político-ideológica do MAR e a sua decisão de "*fazer a luta armada*". Para o que, acrescentam, pedem "*facilidades de treino de indivíduos para estas operações [a condução do barco entre os dois países], aquisição de armas, bombas, granadas, plásticos, etc., e todo o material necessário para ajudar o povo português a derrubar o fascismo e colonialismo*"[895].

A par da via "institucional", o revolucionarismo latente em Argel propicia a exploração de outras alternativas. Uma delas é levantada por Américo Nunes da Silva, um moçambicano branco em posição de confiança na *Prensa Latina*, que diz ser "*possível não só conseguir treinos de algumas coisas que exigissem pouca gente, como certas conversas-cursos sobre luta de cidades e montanha*"[896]. Outra através dos *réseaux de soutien* que se mostram dispostos a ajudar em ações concretas[897].

---

[893] "20/10/63. Mar" e "24/10/63" – apontamentos manuscritos de reuniões do núcleo [por Hélder Veiga Pires?]. APHS. Carta de Hipólito dos Santos a Lopes Cardoso, 11 de outubro de 1963. CD 25A, LC.

[894] A ideia dos contactos com gente do mar é alimentada por Adolfo Ayala/Piteira, já que ambos haviam utilizado tal via para sair do país, mas recupera também ideia de Carlos Prazeres Ferreira que, ainda no tempo da Seara Nova/Acção Socialista, a esta se referia a miúde. Testemunho de Hipólito dos Santos, 4 de março de 2013.

[895] A exposição terá sido entregue ao presidente da Cogehor (Cooperativa de Gestão de Hotéis e Restaurantes), membro destacado do FLN muito interessado nas questões portuguesas mas arredado dos circuitos mais usuais das relações entre o partido e outras forças políticas como a FPLN. Na Cogehor trabalha Hipólito dos Santos, que com aquele estabelece forte relacionamento. APHS e testemunho de Hipólito dos Santos, 4 de março de 2013. Tal ideia de utilização de uma embarcação para assegurar a comunicação com o interior mantém-se. Em meados de novembro, Lopes Cardoso aborda 2 portugueses fixados em Tânger que possuem ou utilizam um iate no sentido de a concretizar. Carta de Lopes Cardoso a Cabeçadas e Piteira, Rabat, 20 de novembro de 1963. CD 25A, PS – Corresp 163.

[896] Carta de Hipólito dos Santos a Lopes Cardoso, 11 de outubro de 1963. CD 25A, LC. Sobre Américo Nunes pede informações a Lopes Cardoso e a Veiga Pereira. Patrícia McGowan Pinheiro acrescenta ter

Resistir «heroicamente»

Na sequência da assembleia de 16 de novembro Tito de Morais corta relações com Hipólito dos Santos, Veiga Pires, Quintino de Barros e Fernando Echevarria, chegado havia poucos dias a Argel[898].

A 20 de novembro de 1963 Piteira dirige missiva a Pedro Soares repudiando a "*brutalidade vocabular*" e a "*truculência arruaceira*" adotada por este no plenário e impelindo-o a provar as acusações proferidas contra Cabeçadas. Daqui decorreria o pedido de demissão de Cabeçadas ou, não o podendo provar, um pedido de desculpa pelos excessos[899].

Dois dias depois, a Comissão Delegada encontra-se pela primeira vez após o conflito público. É Tito de Morais a tomar a dianteira do inevitável debate, apresentando a sua análise sobre a "*crise de extrema gravidade*" aberta com o sucedido[900]. Na sua ótica "*o direito à presença de Mª Emília Tito de Morais na reunião foi intencionalmente explorado e com manifesta má fé*" com objetivo de "*impor a autoridade dum executivo*" e de evitar a discussão do reconhecimento da JAPPA, mas também com "*a intenção clara de amesquinhar*" a pessoa em causa. Tudo servindo o propósito maior "*da parte dum grupo […] de pretender impor, sem discussão, em assembleia tumultuosa, se fosse necessário, os seus pontos de vista*"[901].

Tudo isto com a anuência "*sem reservas*" de Rui Cabeçadas e de Piteira Santos, que haviam agravado "*com as suas intervenções o ambiente em que decorria a sessão […] promovendo deste modo o rompimento que se veio a verificar, do qual têm inteira responsabilidade*". Provando, com tal atitude, não terem o apoio à direção da Frente como mote da criação da JAPPA, mas sim o apoio pessoal "*duma maioria local que*

aquele saído de Portugal para evitar o serviço militar, instalando-se em França antes de seguir para a Argélia. Patrícia McGowan Pinheiro, *op. cit*, p. 252.

[897] Conversa com Hipólito dos Santos, Lisboa, 28 de fevereiro de 1963.

[898] Carta de Piteira a Ramos da Costa, Argel, 19 de novembro de 1963.

[899] Anexada a carta dirigida a Ramos da Costa de 5 de dezembro de 1963. A&B FMS, 4279.005, ims. 63-64, anexada a ims. 58-60.

[900] Exposição datada de 17 de novembro de 1963. Com a indicação: "Lida em 22 de Novembro, na reunião da C.D.P.". CD 25A, PS – Corresp 161-1. No arquivo de Tito de Morais constam mais duas versões do documento, uma manuscrita e outra datilografada com emendas manusc. APTM.

[901] *Idem*.

recrutaram e que é […] inexpressiva. Violando desta forma indirecta o princípio por todos aceite da unanimidade nas resoluções da C.D."[902].

Em virtude do exposto, apenas a assinatura de uma declaração conjunta reafirmando a ligação aos resultados da Conferência de Roma, a inequívoca disposição de atuarem como delegados unitários, zelando pela independência de posições da Comissão Delegada e respeitando o pressuposto de unanimidade das suas decisões, poderia, conclui Tito de Morais, assegurar a continuação do trabalho da atual Comissão[903].

No dia 29 de novembro nova reunião da Comissão Delegada dá continuidade ao debate dos documentos lavrados por Tito de Morais. Ambos são rejeitados por Piteira e Cabeçadas, a exposição por "*deforma[r] os factos e tendenciosamente os apresenta[r]*", a declaração por ter subentendida a aceitação do relato[904].

A 27 de novembro, onze "*portugueses residentes na Argélia, militantes da Frente Patriótica de Libertação Nacional e membros da JAPPA*" haviam subscrito uma carta-requerimento ao Secretariado Executivo da JAPPA onde, no espírito da Conferência de Roma, se afirmavam solidários com a "*Comissão Delegada Provisória*" e impunham duas "*condições prévias para uma operante reunião de todos os Portugueses Anti-Fascistas residentes na Argélia*". A saber: o estabelecimento de uma ordem de trabalhos escrita conjuntamente pelo Executivo e pela Comissão para o esclarecimento de "*todas as dúvidas quanto à posição da JAPPA em face dos seus militantes e em face dos organismos anti-fascistas já existentes*" e a comunicação da receção da presente missiva a todos os membros da Junta. Das catorze pessoas que haviam abandonado a reunião de 16 de novembro apenas ficam de fora Filipe Mesquita e os dois membros da Comissão.

Uma semana mais tarde o Secretariado e a direção da Frente reúnem-se pela primeira vez depois do sucedido[905]. Tito de Morais e Pedro Soares tomam a dianteira dos trabalhos, com o objetivo fulcral de defender a necessidade de rever os estatutos da JAPPA. Uma justa orientação, ainda que, admite o delegado do PCP, dela tenha extrapolado ao protagonizar uma "*posição incorreta e injusta*" relativamente a

[902] *Ibidem*.
[903] "Declaração", Bureau de Argel da FPLN, 17 de novembro de 1963 – proposta para subscrição. Anexada à versão datilografada da exposição incluída no arquivo de Tito de Morais. APTM
[904] Apontamento manuscrito por Tito de Morais no final da declaração, em parte ditado por Piteira Santos. APTM.
[905] O único ausente é Hipólito dos Santos, que se deslocara a Paris.

Cabeçadas[906]. Revisão estatutária que, aliás, continua Soares, deveria ser acompanhada do redimensionamento e da recomposição do Executivo, em consequência da alteração da "*composição numérica e qualitativa*" da comunidade portuguesa na Argélia. E vai mesmo mais longe: nele gostaria de ver o PCP representado. Pelo meio é ainda sublinhada a imprescindibilidade do aval e participação da Comissão Delegada em todas as ações a desenvolver. Sem que com isso, repete o mandatário comunista a ressalva feita em encontro anterior, se pretenda remeter a Junta ao papel de "*apêndice da C.D.*"[907].

Ou seja, excetuado o pedido de desculpas de Pedro Soares, nem uma vírgula se altera relativamente à posição assumida por ambos os dirigentes nos últimos encontros entre os dois organismos presentes e na assembleia geral. O que em nada desanuvia o ambiente. Com Piteira e Cabeçadas a intervirem muito pouco e apenas para se distanciarem das afirmações dos seus parceiros, enquanto o Secretariado apenas intervém no final expressando, pela voz de Ayala, o sentimento comum: "*nós não devíamos ter participado nesta reunião, é mais uma reunião da C.D. Estamos a mais. A Jappa não é só para ajudar a C.D.*"[908].

Ainda assim, as intervenções são uma versão bastante contida se comparada com o bosquejo de acordo redigido por Tito de Morais e que deveria ser subscrito pelos, na sua ótica, responsáveis pelo dissídio[909]. Este sim propondo um autêntico ato de contrição do "*grupo maioritário*" relativamente à sua atitude na assembleia de 16 de novembro: declarando não ter sido seu intento "*atingir a consideração que é devida*" ao casal Tito de Morais; comprometendo-se a remodelar os estatutos da JAPPA distinguindo claramente os direitos e funções deste organismo perante os da CD; admitindo a eleição de novo Executivo representativo "*das correntes que se desenharam*"; reconhecendo inequivocamente não dever impor qualquer linha de atuação à Comissão Delegada mercê da sua "*maioria local*", fazendo-lhe antes chegar a sua "*crítica construtiva*" e prestando-lhe "*colaboração efectiva*", além de a informar previamente e de submeter ao seu aval as iniciativas políticas que pretendesse levar a

[906] "7/12/63. Ex./ C.D.P." – apontamentos manuscritos de reuniões do Secretariado Executivo [por Hélder Veiga Pires?]. APHS.
[907] *Idem*.
[908] *Ibidem*.
[909] Sendo estes, pela ordem de enumeração do autor, Piteira Santos, Rui Cabeçadas, Amílcar Castanhinha, Pulido Valente, Veiga Pires, Marcelo Fernandes, Hipólito dos Santos (no documento referido como Hipólito de Sousa) e Rui d'Espiney (no documento: Epinay). "Acordo escrito" – manuscrito de Tito de Morais, s/d. APTM.

cabo; e, finalmente, afirmando aceitar a integração na Junta de todos os portugueses que assim o desejassem[910].

A 5 de dezembro o Executivo da Junta dirige-se a Helena Teixeira, como primeira signatária da epístola de 27 de novembro, remetendo para uma próxima assembleia da JAPPA a apreciação dos termos da missiva e resposta à mesma. No mesmo dia, outra carta de cariz pessoal informa Helena Teixeira da sua eleição para um dos grupos de trabalho do organismo.

A réplica da médica reitera o teor da carta coletiva, sublinhando a necessidade de "*valorizar o trabalho dos organismos mais representativos da FPLN*", como a JAPPA, tornando-os representativos da unidade, "*uma força vitalizadora do nosso trabalho em Argel, e não um organismo concorrente ou paralelo da CDP*", com a qual "*uma colaboração efectiva e leal*" se exige[911]. Ora, a realidade de agosto mudara, tendo a comunidade portuguesa na Argélia passado de 20 para 40 elementos. Ainda que nenhuma observação houvesse a fazer ao trabalho anterior da Junta, esse simples facto justificaria por si o reenquadramento da organização. Na mesma linha, não compreende como possa estar designada para um grupo de trabalho da Junta sem ter sido consultada previamente e quando tal nomeação fora feita sem a presença de doze dos membros da JAPPA e de dois dos elementos da Comissão Delegada. Mantém, todavia, o desejo de colaborar, mas considera imprescindível sanar a situação criada. Para o que, está convicta, basta abertura para o diálogo.

Logo depois Maria Emília Tito de Morais corrobora as palavras de Helena Teixeira e insiste na vantagem de um encontro entre o Secretariado e alguns dos signatários da carta-requerimento. Sugestão com a qual o organismo diretivo da Junta concorda, sem, no entanto, avançar com a proposta de uma data[912].

Entretanto, a 14 de dezembro de 1963, decorrera nova reunião entre o Executivo da JAPPA e a Comissão Delegada, com idêntico historial da anterior. Aproveita o Secretariado para pedir informações sobre pessoas recém-chegadas e colocar o problema da manutenção dos desertores. A situação financeira da Junta é delicada, esclarece Ayala, dada a desmobilização geral e a recusa de várias pessoas em pagar a quotização. Todavia, considera a CDP por intermédio de Tito de Morais, continua a

[910] *Idem*.
[911] Carta de Helena Teixeira ao Secretariado Executivo da JAPPA, 13 de dezembro de 1963. APHS.
[912] Carta do Secretariado Executivo da JAPPA a Maria Emília Tito de Morais, Argel, 31 de dezembro de 1963. APHS.

JAPPA a ter "*melhores condições*" para suportar tal encargo. Comunica ainda o Secretariado estar a pensar organizar uma festa no 1º de Janeiro[913].

E mantém-se o *status quo*. Como descreve Rui Cabeçadas a Hipólito dos Santos dias depois:

> "*O choque directo foi substituído pela acção indirecta. Há como que uma institucionalização da discórdia. O S.E. continua a ser assediado por propostas de conciliação nas bases anteriores, mas tem resistido heroicamente.*"[914].

Em vez de unidade assistimos a uma batalha sem tréguas entre todos os membros da Comissão Delegada e a outra entre dois "partidos" principais dentro da comunidade portuguesa em Argel. Um pleito que se estende para lá da capital argelina.

O "*ponto morto*" em que estava a cair a Frente e as suas sucessivas "*concessões à direita*" são também sinalizados por elementos do seu órgão diretivo instalados noutros locais.

Prestes a transferir residência de Paris para Rabat, o que acontecerá nos primeiros dias de setembro de 1963, Lopes Cardoso considera mesmo a sua saída do organismo, do que dá conta a Piteira Santos[915].

Do Brasil, Sertório dirige-se a Piteira e Cabeçadas, falando-lhes do descrédito que lhe merece a FPLN e a sua existência "*envergonhada*" e colocando na elaboração de um "*plano tático de ataque frontal ao fascismo*" e na "*sua aceitação por um sector importante dos activistas*" a condição *sine qua non* para mudar tal avaliação[916]. Apenas nessa altura a Frente se tornaria respeitada e se assumiria como uma "*verdadeira FPLN*"[917].

Em Argel, Rui Cabeçadas e Fernando Piteira Santos são as vias de diálogo preferenciais das gentes dos sectores não comunistas de esquerda, desconfiados das intenções dos comunistas e das propostas dos quadrantes republicano-liberais ligados à Resistência Republicana de Tito de Morais. Sentindo a agudização das reprimendas e desalentados pelo enleio político da direção da Frente, Cabeçadas e Piteira

[913] "14/12/63. S.E. – CD" – apontamentos manuscritos de reuniões do Secretariado Executivo [por Hélder Veiga Pires?]. APHS.
[914] Carta de Rui Cabeçadas a Hipólito dos Santos, Argel, 17 de dezembro de 1963. APHS.
[915] Carta de Lopes Cardoso a Piteira Santos, Paris, 16 de agosto de 1963. CD 25A, PS – Corresp 88. A sua mudança efetiva-se no início de setembro.
[916] Carta de Manuel Sertório a Piteira Santos e Rui Cabeçadas, S. Paulo, 22 de outubro de 1963. CD 25A, PS – Corresp 130.
[917] *Idem*.

reaproximam-se e agem de forma concertada, procurando dar resposta às críticas e agir como o esteio político dos *extremistas* na CD.

Para os que estão em Argel, Cabeçadas é a ponte. O comportamento de Piteira no arranque da Junta maculara irremediavelmente a relação entre este e a restante comunidade exilada e com os restantes membros do núcleo MAR. Ainda em agosto, as palavras de Hipólito dos Santos a Lopes Cardoso são elucidativas do sentimento geral:

> "*O Piteira Santos está, creio bem, irremediavelmente, queimado para o MAR. Honesto não é. Joga de todas as formas. Queima quem não possa controlar.*"[918]

Nada mudara desde então. Embora a atitude de Cabeçadas seja também censurada, este é ilibado das principais responsabilidades, reconhecendo-se a difícil posição em que se encontra, entre a justa lisura perante os restantes parceiros de direção e a lealdade devida aos seus camaradas políticos. Continua, pois, a ser o elo de ligação entre o MAR, o restante *grupo ativista* e a Frente. Conforme transmite Hipólito a Lopes Cardoso em meados de setembro de 1963:

> "*As coisas com o Rui vão um pouco melhores. Apesar de tudo é o único da CD (de Alger) em quem a malta ainda confia. Tenho continuado a insistir com ele para assentarmos, pelo menos, uma estratégia local e ainda CD-JAPPA.*" [919].

É neste contexto que decorrem as diligências para a vinda de Humberto Delgado para Argel.

Jogar o trunfo Delgado

Desde o início de outubro vão-se desenrolando contactos com as autoridades argelinas e entre os elementos mais comprometidos da comunidade portuguesa por forma a averiguar as possibilidades reais de trazer e manter o general no Norte de África, comunicam Piteira e Cabeçadas a Lopes Cardoso por carta de 13 de outubro de 1963[920].

A carta responde a anterior missiva do engenheiro insistindo na necessidade de resolver esta questão, atendendo à vontade manifestada pelo próprio Delgado e à crença generalizada em Rabat de que essa vinda se impunha "*como condição dinamizadora da*

[918] Carta de Hipólito dos Santos a Lopes Cardoso, Argel, 23 de agosto de 1963. CD 25A, LC.
[919] Carta de Hipólito dos Santos a Lopes Cardoso, Argel, 20 de setembro de 1963. CD 25A, LC.
[920] Cópia da carta. Sublinhado no original. CD 25A, MS – FPLN/Vários/Diversos/FPLN/Corresp 4.

luta", que também subscreve[921]. "*Estamos pois dispostos a todos os esforços no sentido de conseguirmos a massa necessária para a viagem*", esclarece.

Na volta do correio os companheiros "argelinos" informam-no do anterior arranque das diligências. Na base as razões são idênticas às apresentadas pelo engenheiro agrónomo, acrescentando-lhes a urgência de retirar o general do Brasil[922]. Porque, conforme transmitiram a Manuel Sertório em carta de 8 de outubro de 1963, que anexam para conhecimento de Lopes Cardoso:

> "*É preciso terminar com a campanha contra o General, sem polémica, sem dramatizar, mas explicando que sejam quais forem os seus defeitos, há que ter em conta que ele existe para Portugal e que, por conseguinte, uma tal campanha é fratricida.*"[923].

Essa certeza vem de trás, como observámos no capítulo anterior. A esta se junta agora a convicções da utilidade de o trazer para o Norte de África, como admitem a Lopes Cardoso. Além de terem indicações de estar o general mais determinado do que nunca a fazê-lo.

O rompimento com alguns dos dirigentes da Associação General Humberto Delgado, dos seus maiores apoios no Brasil até então, e a exploração do assunto pela imprensa local estariam na base dessa disposição[924]. A premência em resolver o assunto é novamente confirmada no *post scriptum* de carta dirigida a Piteira em meados de agosto: "*LEVEM-ME. PARA AÍ! OU PARA ITÁLIA! UF!*"[925]. Urgência ainda comprovada pelas diligências particulares e reservadas que entretanto faz junto das autoridades da Niassalândia, território da Rodésia do Norte prestes a tornar-se autónomo, por intermédio de José Ferreira da Silva, prevenindo certamente o falhanço das hipóteses magrebinas[926].

---

[921] Carta de Lopes Cardoso a Rui Cabeçadas e Piteira Santos, Rabat, 8 de outubro de 1963. CD 25A, MS – FPLN/Vários/Diversos/FPLN/Correspondência/Doc. 3.
[922] CD 25A, MS – FPLN/Vários/Diversos/FPLN/Corresp 4.
[923] Carta de Rui Cabeçadas e Piteira Santos a Manuel Sertório, Argel, 8 de outubro de 1963. CD 25A, MS – Corresp 1457.
[924] Carta de Sertório a Rui Cabeçadas, S. Paulo, 2 de setembro de 1963, CD 25A, MS – Corresp 354; artigo do *Portugal Democrático*, setembro de 1963, ANTT, PIDE/DGS – António Brotas, SC CI(2) 2393 - NT 7170, fl. 134; e ROSA, Frederico Delgado, o*p. cit.*, p. 984-987. A divergência decorre da recente postura anticolonial de Delgado, resultando no apoio de democratas portugueses fixados no Recife, da Comissão Delegada Provisória da FPLN e do próprio jornal *Portugal Democrático*. Além do artigo acima citado, ver também "Saudação ao Gen. Delgado" in *Portugal Democrático*, outubro de 1963. ANTT, PIDE/DGS – Frente Patriótica de Libertação Nacional, SC CI(2) 1353 - Pt 2, fl 754.
[925] Maiúsculas no original. Carta de Humberto Delgado a Piteira, 13 de agosto de 1963. CD 25A, PS – Corresp 85.
[926] Carta de Humberto Delgado a António Figueiredo, Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1963. Ferreira da Silva saíra de Portugal no início de 1953, depois de cumprida uma longa pena de prisão, fixando-se em

A falta de meios financeiros mantém-se, todavia. De há meses o maior obstáculo à concretização da transferência do general. Da mudança, cujo custo o general situa nos 4.000 dólares, até à manutenção mensal, havendo que contar com a explícita recusa do ex-candidato presidencial em sujeitar-se a viver sob condições modestas[927]. Elementos na posse dos dirigentes da Frente e que inviabilizam até ao momento a solução do problema. A nova abertura de Delgado e a oferta de que Lopes Cardoso é portador resolvem o primeiro item do assunto, com o general no Norte de África e a força que representava o mais se haveria de resolver.

Porém, tudo tem de ser tratado a título "*particular*", ou seja, "*à margem da C.D.P., porque o representante do P.C. tem-se mostrado sempre relutante quanto à saída do General do Brasil*" . O que implica igualmente manter o máximo segredo, sublinham Piteira e Cabeçadas, tentando salvaguardar quanto possível o relacionamento institucional com Pedro Soares. Assim, "*convirá que publicamente o acontecimento deflagre como uma iniciativa de Rabat ou da base local*".

A 24 de outubro de 1963 Piteira Santos dirige-se a Sertório dando luz verde para a reserva da passagem de Delgado rumo à Argélia: embora sem o apoio oficial argelino, "*um grupo de portugueses daqui e de Marrocos mostra-se disposto a contribuir para a manutenção do General em Argel*"[928]. Apenas o financiamento da viagem devia ser conseguido no Brasil, volta a insistir no alvitre repetido há meses. Maiores detalhes teriam de aguardar até que reatassem as conversações com Lopes Cardoso, um aberto defensor da transferência imediata de Delgado, interrompidas pelo deflagrar das hostilidades entre Marrocos e a Argélia[929].

Exatamente no mesmo dia um grupo de quatro militantes da Junta dirige uma "carta de chamada" ao "*legítimo representante do Povo Português, […] seu Presidente da República Eleito*" e "*autêntico lutador*" Humberto Delgado. Considerando a calamitosa situação portuguesa e a disposição de luta manifestada pelo povo português,

---

Angola. Aqui exercera a profissão de topógrafo e participara na campanha presidencial delgadista em 1958. Em meados do ano seguinte deixara o território, encontrando-se agora estabelecido em Niassalândia, investido como representante do MNI pelo menos desde agosto de 1963. Informações retiradas da correspondência trocada com Humberto Delgado e António de Figueiredo e da consulta de alguns processos do arquivo da PIDE/DGS. ANTT, PIDE/DGS – José Ferreira da Silva, Del Angola PI 108 - NT 1001.

[927] Carta de Humberto Delgado a Piteira, 13 de agosto de 1963…

[928] Carta de Piteira Santos a Manuel Sertório, Argel, 24 de outubro de 1963. CD 25A, PS – Corresp 132.

[929] Em causa está uma exigência de revisão da fronteira entre os dois países feita por Marrocos. A posição da Argélia é apoiada pela maioria dos países árabes, havendo também uma manifestação de apoio por parte da FPLN.

apelavam à breve transferência do general para Argel, ponto privilegiado para desencadear essa luta revolucionária de libertação, comprometendo-se a garantir-lhe as despesas da viagem e um rendimento mensal suficiente a uma vida sem preocupações financeiras. Marcelo Fernandes, Veiga Pires, Hipólito dos Santos e Zulmiro de Almeida são os subscritores do documento.

As iniciativas têm uma indiscutível ligação, apesar do pequeno grupo ter avançado espontaneamente, no seguimento de conversas entre o médico Zulmiro de Almeida e outros colegas estabelecidos em Rabat, que se mostram dispostos a financiar a vinda do general[930]. Na semana em que é enviada a carta, Hipólito, Cabeçadas e Piteira reúnem-se, estando o primeiro convencido de que poderia esse encontro ser o ponto de partida para uma maior articulação entre as diversas ações em preparação[931]. Piteira Santos terá sido então posto a par do essencial, muito provavelmente Rui Cabeçadas estaria ao corrente desde início.

O grupo de médicos de Marrocos é encabeçado por António Santos Dores, cujas divergências com Piteira e Ayala, anteriores à Conferência de Roma, atrás referidas, distanciam do trabalho político no contexto dos Portugueses Livres de Marrocos ou da Frente. Diferenças entretanto exacerbadas pelos rumores de ter o médico relações suspeitas com gente ligada ao salazarismo, de agir numa perspectiva divisionista e de ser responsável por algumas graves inconfidências[932]. Ostracizado por grande parte da comunidade oposicionista lusa no Magreb, tem apenas o apoio de uma dezena de colegas médicos, todos descrentes da utilidade do trabalho "*pseudo-político […] no exterior tal como é feito e da idoneidade política de muitos dos que a ele se estão dedicando*"[933]. Acreditam sim no *volte-face* que o general Delgado poderia protagonizar, com quem Dores continua a manter contacto direto ou por via de Sertório. Esperança, como vimos, compartilhada pelos patrícios enquadrados nos Portugueses Livres de Marrocos e que sustenta a disposição comum para subvencionar a permanência do ex-candidato presidencial no Norte de África. Convicção igualmente partilhada pelos *ativistas* em Argel, que jogam em antecipação, porventura conhecendo, através de Cabeçadas, as diligências também em curso na capital argelina.

[930] Carta de Hipólito dos Santos a Lopes Cardoso, Argel, 14 de novembro de 1963. CD 25A, LC.
[931] Carta de JHS a CVP, Argel, 27/10/1963. APHS.
[932] Carta de Dores a Sertório, Rabat, 29 de setembro de 1963. CD 25A, MS – Corresp 752; e carta de Cabeçadas e Piteira a Lopes Cardoso, Argel, 13 de outubro de 1963. CD 25A, MS – FPLN/ Vários/ Diversos FPLN/ Corresp 4.
[933] Carta de Dores a Hipólito dos Santos e Maria Luísa Hipólito dos Santos, Qualidia, 17 de agosto de 1963. APHS.

Sem notícias de Argel, o núcleo de Rabat diligencia junto das autoridades marroquinas para a concessão de visto ao general e junto dos patrícios no sentido de resolver o problema financeiro. Lopes Cardoso é o pivô entre os Portugueses Livres de Marrocos e o grupo dos médicos, designadamente Dores, contra quem entende não haver mais do que boatos. São aliás os médicos os detentores de maiores disponibilidades monetárias, como é Dores um colaborador imprescindível nos necessários contactos com os decisores marroquinos e não apenas para resolver o assunto Delgado.

Aguardavam o resultado das démarches quando chegam notícias dos dois membros da Comissão Delegada, de outros companheiros de Argel, de Paris e do próprio general, atrasadas pelo deflagrar do conflito entre Marrocos e a Argélia e os inerentes embaraços nas comunicações. A confusão está instalada: Humberto Delgado está prestes a chegar, sem que se compreenda bem através de quem. É manifesta a falta de coordenação de esforços e a implícita disputa entre Rabat e Argel pela dianteira dos acontecimentos, lamenta Lopes Cardoso[934].

Em Argel, a receção de memorando do general aceitando a transferência para o local apressa as diligências encetadas. Por carta de 29 de outubro de 1963 segue para Delgado o ponto de situação: a autorização formal de residência na Argélia aguarda o regresso do ministro dos Negócios Estrangeiros, ausente do país, e a passagem da festa da independência, a ter lugar no 1º de novembro; acordo de princípio do Encarregado dos Negócios Jurídicos e Consulares em transmitir tal autorização oficialmente ao embaixador do Brasil na Argélia, pendente de aval do ministro; possibilidade de conseguir visto de trânsito através da Embaixada da R.A.U. em Argel. Tudo feito com "*máxima discrição*", conduta que deverá também o general observar nos seus contactos e na arrumação da sua bagagem que, todavia, pode começar a fazer[935].

Pela primeira semana de novembro chega epístola de Manuel Sertório e com ela a ratificação da disposição do general em seguir viagem: negado o passaporte de apátrida inicialmente requerido, Delgado solicita outro apenas válido para sair do país. O advogado pondera se se tratará de *bluff*, considerando o rumor sobre subvenção mensal cedida pelo PCP ao ex-candidato presidencial que corre em círculo restrito. Mas,

[934] Cartas de Lopes Cardoso a Rui Cabeçadas e Piteira Santos e a Hipólito dos Santos, respetivamente 20 e 21 de novembro de 1963. CD 25A, PS – Corresp 163 e LC.
[935] Todo o parágrafo com base em carta de Piteira Santos e Adolfo Ayala a Humberto Delgado, Argel, 29 de outubro de 1963. CD 25A, PS – Corresp 140.

ao mesmo tempo, assinala a coincidência com a visita do coronel Brotas e a garantia deste de que facilmente amigos seus assegurariam ao general entrada e permanência em Tânger[936].

Humberto Delgado confirma a sua decisão por carta de 8 de novembro de 1963. Dirigindo-se ao grupo de subscritores do apelo para a sua fixação na Argélia, o general diz-se "*profundamente sensibilizado*" pela "*decisão espontânea*" que haviam tomado e à qual acede. E, expostas sumariamente as diversas ações em cuja preparação participara e a doutrina subjacente às mesmas, manifesta a "*viva satisfação*" de ver que "*muitos dos novos estão aderindo espiritual e fisicamente*" à sua ideia e estão dispostos a engrossar o seu exército[937].

Em anexo junta memorando com todos os detalhes sobre custos e datas da viagem, de que deveria ser entregue exemplar a Piteira Santos. Contas feitas, e cingindo-se à mudança, o montante final necessário ascende a 2.200 dólares, ou seja, cerca de 11.000NF[938]. Poderá ir de barco ou de avião, fez reservas em ambos os transportes, caso vá de avião partirá do Brasil a 14 e chegará a Argel três dias depois[939].

Certamente prevenindo a possibilidade da correspondência se atrasar, a 11 de novembro o general envia telegrama a Hipólito dos Santos, com a súmula do comunicado e questionando pela intervenção dos argelinos junto do governo brasileiro para a autorização da emissão de passaporte[940].

O valor avançado surpreende os recetores: "*Quando escrevemos pensámos em números mais modestos*", admite Hipólito a Lopes Cardoso[941]. Até porque o esforço financeiro não se restringiria à viagem. O maior problema seria a manutenção, como se antevê pelas palavras de Delgado no próprio memorando: "*Realmente para miséria bastou o Brasil em que todos somos irmãos. Aí, em país estrangeiro, ir dormir no chão*

[936] A subvenção teria o valor de 150 mil cruzeiros. Todo o parágrafo com base na carta de Manuel Sertório a Piteira Santos, S. Paulo, 1 de novembro de 1963. CD 25A, PS – Corresp 141.
[937] Carta de Humberto Delgado a António Marcelo Fernandes, Hélder Veiga Pires, José Joaquim Hipólito dos Santos e Zulmiro de Almeida, Rio de Janeiro, 8 de novembro de 1963. CD 25A, PS – Corresp 148.
[938] Correspondência de valores feita com base em indicação fornecida na resposta do grupo para Delgado. Cópia de carta sem signatário expresso, dirigida a Humberto Delgado, Argel, 15 de novembro de 1963. APHS.
[939] "Memorandum", N.º 960/63 DA/428, Humberto Delgado, Rio de Janeiro, 8 de novembro de 1963 (anexo à carta da mesma data). CD 25A, PS – Corresp 148.
[940] Telegrama de Humberto Delgado a Hipólito dos Santos, Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1963. APHS. Realmente, a carta de 8 de novembro apenas será rececionada a 2 do mês seguinte.
[941] O total solicitado para a viagem é classificado com um expressivo ponto de exclamação. Carta de Hipólito dos Santos a Lopes Cardoso, Argel, 14 de novembro de 1963. CD 25A, LC.

ou comer na ponta de uma mesa de escritório seria degradar-nos e degradar-me."[942]. Por ora, trata-se de angariar a quantia para a viagem. As reduções salariais e o aumento do custo de vida vinham a encurtar os recursos financeiros disponíveis na Argélia, limitação agravada por "*as pessoas, desanimadas com a FPLN, começaram [terem começado] a não se importar com a política e a fazer investimentos e a ir passear para França e Itália!*"[943]. Dificuldades que se juntam às restrições na saída de divisas da Argélia.

Atendendo a tudo isso pensam adquirir a passagem de avião em Paris, enviando-a por correio ao general, devendo a bagagem vir de barco a pagar no destino. Até ao final do mês esperam reunir uma parte entre a comunidade portuguesa na Argélia, contam que em Marrocos se colete o restante e, na hipótese de ser imprescindível maior antecedência, se avance com o montante, com o compromisso de ser este posteriormente pago. É nesse sentido que Hipólito apela a Lopes Cardoso.

A resposta para Delgado segue a 15 de novembro de 1963. Sem enfatizar embaraços, menciona todavia a dificuldade em reunir o montante solicitado, por exceder "*um pouco as nossas previsões e, por enquanto, não pode[r]mos ainda falar a toda a gente da sua vinda*"[944]. Simultaneamente, tentarão resolver a questão do alojamento, para o que necessitam de indicações urgentes sobre as características do mesmo. Até porque, salientam novamente, têm de "*tratar de tudo com a maior descrição, para não alertar a polícia, as pressões diplomáticas e até certas pessoas que têm medo que o sr. General "precipite" a luta armada…*". As démarches relativas ao passaporte ficam entregues a Piteira Santos, que confia na solução breve do problema. Boas perspetivas se confirmam, acrescentam:

> "*O presidente Ben Bella declarou ontem, numa entrevista a um jornal francês, que considerava fundamental para a própria consolidação do socialismo na Argélia a*

[942] "Memorandum", N.º 960/63 DA/428…

[943] Carta de Hipólito dos Santos a Lopes Cardoso, Argel, 14 de novembro de 1963. CD 25A, LC. Em Argel vários são os que recusam mesmo qualquer apoio. Carta de Hélder Veiga Pires a Hipólito dos Santos e Maria Luísa Hipólito dos Santos, Argel, 10 de dezembro de 1963. APHS. Os donativos para a viagem acabam por ser feitos por Amílcar Castanhinha, Barros Ferreira, Hélder Veiga Pires, José Hipólito dos Santos, Loureiro (Fernando Loureiro?), Marcelo Fernandes, Maria Emília Silvestre e Zulmiro de Almeida. APVP.

[944] O montante global corresponde a cerca de três vezes o salário mensal de um médico especialista em Argel (situado nos 3.800NF em fevereiro desse ano), como se referiu no capítulo anterior os profissionais mais bem pagos à época. Cópia de carta sem signatário expresso, dirigida a Humberto Delgado, Argel, 15 de novembro de 1963. APHS.

destruição do fascismo em Portugal, o que arrastaria a queda dos outros fascismos e que por esse motivo se dispunha a dar a maior ajuda nessa luta."[945].

Em troca o presidente argelino exige somente uma "*posição anticolonialista sem ambiguidades ou hesitações*"[946].

Não obstante os avisos quanto à reserva exigida, no mesmo dia em que escreve para Argel informando dos valores solicitados e das possíveis datas da partida e chegada, Humberto Delgado informa alguns colaboradores da sua transferência, ainda que sem avançar pormenores[947]. Logo o anúncio corre os círculos do exílio, chegando a Argel. Discute-se quem será o responsável pela iniciativa, Ramos da Costa, um dos recetores da notícia, atribui-a ao MAR pelos termos utilizados por Delgado[948]. Aborda-se a questão no seio da Comissão Delegada, com Cabeçadas e Piteira a afirmarem desconhecimento. Tito de Morais convence-se de ter sido Marrocos, possivelmente Santos Dores, o autor da façanha[949]. Porventura, o mesmo se passa com o mandatário comunista, que continua a encarar com maus olhos a vinda do general.

Da correspondência à divulgação pública é um pequeno passo. Ainda em novembro a rádio Moscovo noticia a saída de Delgado do Brasil, afirmando que se seguiria um périplo por África com início em Marrocos[950]. A confusão só tende a aumentar.

A postura do general alimenta os piores receios de alguns dos envolvidos. Apreensão agravada pela insistente referência à necessidade de constituir um Governo Provisório no Exílio, que continuam a ver como "*uma terrível aventura*"[951]. Sem o poderem admitir literalmente ao principal defensor da ideia, tentam refreá-lo como podem: seria preferível antes criar uma Comissão de Coordenação e Execução da Frente, que fosse realmente uma verdadeira direção no exterior, contrapõe cuidadosamente Piteira ao responder ao aval de Delgado à mudança para Argel[952].

---

[945] *Idem*.
[946] *Ibidem*.
[947] Como é o caso de Ramos da Costa, em Paris, ou de Mendonça, em Rabat. Carta de Delgado a Ramos da Costa, Rio de Janeiro, 8 de novembro de 1963 e carta de Lopes Cardoso a Cabeçadas e Piteira, Rabat, 20 de novembro de 1963. A&B FMS, 4282.003, im. 23 e CD 25A, PS – Corresp 163.
[948] Carta de Ramos da Costa a Tito de Morais, Paris, 9 de dezembro de 1963. A&B FMS, 4280.002, ims. 74-76.
[949] Carta de Tito de Morais a Ramos da Costa, 5 de dezembro de 1963. A&B FMS, 4280.002, ims. 72-73.
[950] Carta de Lopes Cardoso a Hipólito dos Santos, Rabat, 21 de novembro de 1963. CD 25A, LC.
[951] Carta de Piteira Santos a Ramos da Costa, Argel, 16 de novembro de 1963. A&B FMS, 4279.005, ims. 66-67.
[952] Carta subscrita por Piteira e Ayala, Argel, 29 de outubro de 1963. CD 25A, PS – Corresp 140.

Sem querer também entrar em confronto, o ex-candidato presidencial relativiza o assunto na volta do correio: "*Governo no Exílio. É a pressão psicológica de toda a parte que faz por vezes usar o termo.*"[953]. Para logo de seguida reafirmar a sua convicção: "*Por mim, no entanto estou convencido que acabamos por ter de ir para isso, como todos os outros exilados de 1939. Então teremos mais votos na ONU do que o Governo Português...*"[954].

Mas o fito de Humberto Delgado é evidente, procurando pressionar como pode nesse sentido. Nesse mesmo mês de novembro, a Comissão Delegada é solicitada para encontro com o senador brasileiro Afonso Arinos, em visita à Argélia e interessado no evoluir da política da oposição à ditadura salazarista. Entre outros assuntos, insiste em esclarecer a eventual intenção de formar um Governo Provisório no exílio, ideia com que manifesta concordar, julgando-a útil como polo de atração junto de muitos deputados brasileiros. Os seus interlocutores declaram-lhe não passar de uma vaga hipótese, perante o que o político brasileiro sugere a reunião de um congresso com apoio dos oposicionistas no interior, do qual resultasse esse executivo[955].

Na verdade, a movimentação "diplomática" encetada pelo ex-ministro dos Negócios Exteriores tem por trás Álvaro Lins, que com aquele contava deslocar-se à Argélia, e Humberto Delgado. O asilo do general na embaixada brasileira em Lisboa, quando Lins era seu responsável, dera início a uma recíproca amizade, que se mantém quando os dois homens se reencontram em território brasileiro[956]. O ex-embaixador está, pois, em primeira mão, ao corrente das intenções de Delgado em formar um Governo Provisório e dos obstáculos políticos e materiais à ideia. Convicto da vantagem da sua concretização, prontifica-se espontaneamente a influenciar uma mudança de atitude dos comunistas portugueses através do Partido Comunista Brasileiro, a angariar fundos e a levar o assunto "em carteira" na deslocação que pretendia fazer à Argélia em

[953] Carta de Humberto Delgado a Piteira Santos, Rio de Janeiro, 8 de novembro de 1963. CD 25A, PS – Corresp 145.
[954] *Idem*.
[955] Carta de Tito de Morais a Ramos da Costa, Argel, 1 de dezembro de 1963. A&B FMS , 4280.002, ims. 67-68.
[956] ROSA, Frederico Delgado, *op. cit.*, p. 775.

novembro[957]. Acabando por não integrar a missão brasileira, Arinos desempenha o papel de seu porta-voz[958].

É ainda Álvaro Lins a referir como certa a constituição de um governo provisório da oposição portuguesa no exílio ao Embaixador da URSS no Brasil, igualmente nesse mês de novembro. O diplomata patrocina então uma diligência de Humberto Delgado junto dessa representação no sentido de solicitar apoio material[959].

Entretanto, o general procura acautelar-se quanto ao que o espera na capital argelina. Nesse sentido, dirige telegrama a Piteira Santos solicitando esclarecimentos sobre as efetivas possibilidades de se instalar definitivamente e a garantia da autorização de entrada pelas autoridades argelinas[960].

No próprio dia da receção, 4 de dezembro, segue a resposta de Piteira. A preocupação é ser realista. Segundo Hipólito dos Santos "*as coisas estavam tratadas*" nesse sentido, transmite. Não podendo, salienta Piteira, assegurar a tenacidade de quem afiançara mantê-lo, continua convicto da vantagem do general sair do Brasil e da utilidade de ir para a Argélia, onde lhe garante uma vida "*decente e segura*".

A autorização de entrada no território fora dada pelo presidente Ben Bella, embora este se tivesse esquivado a dirigir um convite ao militar português. Piteira insistira também na démarche junto do Embaixador do Brasil, mas até à data nada conseguira. O mesmo relativamente ao apoio material, continua a aguardar decisão. Mas informa desde já que a base de discussão se cingiu aos 4.000 dólares/mensais e não aos 8.000 indicados por Delgado, verba que os dirigentes argelinos consideraram exagerada[961]. Evidentemente, a capacidade negocial fora prejudicada por ter diligenciado a título particular, admite Piteira, sendo porém a única forma de evitar a necessidade da sanção do representante do PCP à vinda do general. O que arrastaria a

[957] Carta de Humberto Delgado a Manuel Sertório, 4 de agosto de 1963. Cf. Manuel Sertório, *op. cit.*, p. 216-218.
[958] Carta de Humberto Delgado a Manuel Sertório, 28 de agosto de 1963. Cf. Manuel Sertório, *op. cit.*, p. 220-221.
[959] Estaria ainda programado encontro entre Lins e Cunhal em Praga, após o término da Conferência da oposição portuguesa, com idêntico intuito de pressionar para a formação do Governo Provisório. Carta de Sertório a Piteira Santos e Cabeçadas, S. Paulo, 11 de novembro de 1963. CD 25A, PS – Corresp 151.
[960] Telegrama assinado por General Manoel [Humberto Delgado] dirigido a Madame Ribeiro [Piteira Santos], Argel, 2 de dezembro de 1963. CD 25A, MS – Documentação Diversa/Correspondência J/Junta Revolucionária Portuguesa – 1462.
[961] O valor corresponde a cerca de 40.000NF. Carta de Piteira Santos a Humberto Delgado, Argel, 4 de dezembro de 1963 [data incorreta: novembro]. CD 25A, PS – Corresp 143.

resolução do assunto, atendendo às dúvidas sempre manifestadas por aquele mandatário, que alegara noutra altura precisar do acordo prévio do partido. E termina:

> "*Tenho o direito de o convidar para uma aventura? Claro que não. Mas penso, pensamos, que o Senhor General deve aproximar-se e aqui não viverá com mais dificuldades que no Brasil e correndo maiores perigos que no Brasil. Que lhe posso eu garantir? Que neste momento há expectativa entusiástica e que ela é sincera. Que depois, e sempre, o Senhor General tem pessoas que lhe são dedicadas e que se baterão por si e consigo.*"[962]

Delgado sabe ao que vai. Todos os interlocutores de Argel lhe falam das reticências comunistas, como há muito lhe referem as contingências financeiras. Por isso pedira apoio material de vários países não-alinhados e procurara apoio junto dos correligionário do Brasil e fixados noutros locais[963]. Sem resultados, exaspera: "*NUNCA SUPUZ CHEFIAR COISA TÃO FICTÍCIA. […] É ridículo que uma causa se perca pelo dinheiro que por ano gastam em gorjetas alguns milionários*"![964]. O desabafo dirige-se ao seu leal amigo Figueiredo, a quem orienta no sentido de pressionar os mais responsáveis em Argel: "*Eles querem-me lá mas não há dinheiro para a viagem. Ben Bella não tem emprego para mim nem subsidia a causa. Insisti. Insistir aí.*"[965]. Deverá igualmente representá-lo em encontro com Hastings Banda, o líder da Niassalândia, solicitando-lhe também apoio material para a causa portuguesa[966]. Continuando, todavia, sem nada conseguir.

Ao receber a carta de Hipólito dos Santos pondo-o ao corrente das dificuldades em reunir o montante solicitado para a viagem, Delgado terá compreendido as entrelinhas e adia a partida. Avança igualmente a possibilidade de ter a passagem aérea paga caso se confirmasse a realização da Conferência em preparação no final de dezembro, custo a abater ao orçamento inicial. E, ao falar do alojamento, elucida que

[962] *Idem*.
[963] Diligências referidas em detalhe no capítulo anterior.
[964] Maiúsculas no original. Carta de Humberto Delgado a António de Figueiredo, Rio de Janeiro, 6 de setembro de 1963. CD 25A, AF – Corresp 104.
[965] Sublinhado no original. *Idem*.
[966] Não fica claro se o encontro está marcado ou se deveria ainda ser tratado. A Niassalândia apenas será independente em 1964. Carta de Humberto Delgado a António de Figueiredo, Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1963. CD 25A, AF – Corresp 110.

lhe serviria acomodação suficiente para si, sua mulher e uma criada, optando por descrever as habitações que ocupara em S. Paulo e, agora, no Rio de Janeiro[967].

Em boa hora o adiamento fora tratado. De facto, a 13 de dezembro de 1963 Hipólito dos Santos envia telegrama para o general informando-o da impossibilidade de transferir o dinheiro da viagem a curto prazo[968]. Desfecho porventura decorrente da oposição do núcleo parisiense do MAR com a iniciativa tomada[969]. Uns dias antes de Delgado receber missiva de Hélder Veiga Pires que, contraditoriamente, valida o pagamento do bilhete aéreo em Paris e informa da iminente transferência de 1.000NF para as despesas preparatórias igualmente a partir da capital francesa[970].

Baralhar e dar de novo

Em pano de fundo prepara-se uma segunda conferência, proposta avançada pelo PCP em abril e para a qual formaliza convites entre junho e julho de 1963.

> "*Embora saiba haver quem não veja vantagem em repetir conferências, não descortino como poderemos de outra forma andar para diante, se na verdade queremos trabalhar juntos. Daí pensar na vantagem de se repetir o que se fez em Dezembro, mas ampliado com aqueles que todos sabemos que faltaram, e mais alguns que não foram então considerados*".[971]

Assim introduz Cunhal a iniciativa a Sertório em carta de 9 de junho de 1963, repetindo-a de idêntica forma a Tito de Morais três dias mais tarde[972].

Pela mesma altura, durante a preparação do plenário da Comissão Delegada que teria lugar nos primeiros dias de julho, "Monteiro" transmite-a ao outro membro do organismo em Paris, Lopes Cardoso, que por sua vez a comunica para Argel. A proposição é feita pelo delegado comunista nos seguintes termos: a nova assembleia magna deveria ocorrer em setembro e teria como objetivo tratar de questões de

[967] Todo o parágrafo com base na carta de Humberto Delgado a Hipólito dos Santos, Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1963. APHS. Terá sido Manuel Sertório a persuadi-lo da vantagem de fazer coincidir a viagem com a deslocação para a Conferência e de se instalar em Argel apenas após a mesma. Carta de Manuel Sertório a Rui Cabeçadas, S. Paulo, 10 de dezembro de 1963. CD 25A, MS – Corresp 358.
[968] Referido em cartas de Humberto Delgado a Hélder Veiga Pires, Praga, 8 de janeiro de 1963 e de Hipólito dos Santos a Veiga Pires, Paris, 17 de dezembro de 1963. APVP e APHS, respetivamente.
[969] Carta de Hipólito dos Santos a Veiga Pires…
[970] Recebida quando Delgado estava de partida do Brasil. Carta de Hélder Veiga Pires a Humberto Delgado, Argel, 9 de dezembro de 1963. APVP.
[971] CD 25A, MS – Corresp 716.
[972] APTM. A carta dirigida a Sertório apenas lhe chega às mãos a 20 de junho de 1963.

organização e de tática; nela deveriam participar elementos do interior e cerca de uma dúzia de elementos do exterior, entre eles Casais Monteiro, Oliveira Pio, Manuel Sertório, Humberto Delgado, Rui Luís Gomes, elemento destacado do Uruguai, Piteira Santos, Tito de Morais, Lopes Cardoso, Mário Ruivo, Emídio Guerreiro, Álvaro Cunhal e outro elemento da direção do PCP; oferece-se o partido para cuidar da organização, assegurando local com todas as garantias de segurança e correndo os encargos de estadia por sua conta[973].

Desde que a essa realização se não submeta desde já a atividade da CD e que os nomes propostos possam ser revistos ou a ele acrescentados outros, Lopes Cardoso não tem objeções a fazer, esclarece aos companheiros "argelinos". Do Brasil, Sertório mostra semelhante abertura na resposta ao secretário-geral comunista.

Um alvitre do PCP, a ser debatido no seio do organismo exterior da Frente, pensaria a maioria, até que, como referimos atrás, o convite/comunicação feito na reunião da Comissão Delegada que decorre em Paris no início de julho o coloca como "questão partidária". Efetivamente, os comunistas procedem já à preparação do encontro, avançando o local de realização do mesmo e convidando em nome próprio quem haviam selecionado. Sem esperar o consenso no seio da Frente ou aceder discutir participantes e ordem de trabalhos. Os parceiros de unidade reagem, como reagem os vários convocados.

Ainda em julho, Tito de Morais responde a Cunhal. Declara-se disponível a participar, sublinhando embora a oportunidade de ser a assembleia convocada pela CD Provisória e o desacordo absoluto perante a eventualidade avançada pelo secretário-geral comunista de retirar Ramos da Costa da convocatória e assim fazer o justo acerto da "*grande desigualdade de número de delegados das diversas correntes*", frisando antes ser desejável o máximo alargamento do encontro[974].

Pela mesma altura, o general Delgado é convocado por intermédio de Augusto Aragão, o responsável pelo PCP no Brasil. A notícia chegara-lhe em primeira mão via Sertório e tem, por isso, resposta imediata: não vê vantagem na iniciativa e no esforço financeiro nela implicado, criar o "*órgão impulsionador*" capaz de preparar a revolução,

[973] Carta de Lopes Cardoso a Tito de Morais, Rui Cabeçadas e Piteira Santos, membros da CD da FPLN, 22 de junho de 1963. CD 25A, LC.
[974] Carta de Cunhal a Tito de Morais, 12 de junho de 1963 e réplica de Tito de Morais, 20 de julho de 1963. APTM.

esse sim é, na sua ótica, o objetivo que deveria concentrar todas as atenções[975]. Quando as dificuldades em reunir o montante suficiente para a sua transferência do Brasil para o Norte de África arrastam o assunto há meses e as resoluções tomadas na I Conferência estão longe de ser concretizadas, não vê como novas interlocuções possam repentinamente resolver os problemas[976]. Secunda-o Oliveira Pio, seu próximo colaborador no MNI brasileiro, que responde igualmente por esses dias à convocatória recebida[977].

No mês seguinte, é a vez de Piteira Santos dirigir longa epístola ao Comité Central do PCP expondo as suas reservas e expectativas. A forma como está a ser preparada a nova reunião, cria-lhe certa inquietação:

> "*Não discuto o paralelismo das intenções, a convergência do objectivo; verifico o carácter exterior que, a partir de determinada fase da sua preparação, a iniciativa parece ter adquirido.*"[978]

À margem da FPLN, portanto, sem que à direção desta seja dada oportunidade de se pronunciar. Os critérios que presidiram à constituição da lista dos participantes anunciada – "*e não esqueço que não tinha carácter definitivo*", sublinha Piteira – são igualmente pouco claros.

Não compreende a exclusão de Rui Cabeçadas, homem honesto, ligado a movimentos do interior, disposto a lutar e a tudo sacrificar por essa luta, como aliás referira Álvaro Cunhal "*com rasgo elogioso*" nas últimas sessões de trabalho da Conferência de Roma. Nem de Ramos da Costa, presente em Roma e agora com maior representatividade política do que então.

Como não entende que, ao contrário, sejam chamadas pessoas afastadas da realidade portuguesa há largos anos e que sejam convocados democratas do Uruguai mas não de Marrocos, da Venezuela, do Canadá, da França ou da Inglaterra, locais onde existem núcleos ativos de perspetiva unitária. Adolfo Ayala, até há pouco em Marrocos, José da Costa Lopes, membro do grupo de Caracas, e o oficial desertor José Moura Pimenta, fixado em Rabat, seriam alguns dos nomes a ouvir, com a vantagem de

[975] Cartas de Manuel Sertório a Humberto Delgado, 12 de junho de 1963 e de Humberto Delgado a Manuel Sertório, 19 de julho de 1963. Manuel Sertório, *op. cit.*, p. 210-211 e 212-214, respetivamente.
[976] Carta de Humberto Delgado a Piteira Santos, Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1963. CD 25A, PS – Corresp 85.
[977] Carta de Humberto Delgado a Manuel Sertório, 4 de agosto de 1963. Manuel Sertório, *op. cit.*, p. 216-218.
[978] Carta de 11 de agosto de 1963. CD 25A, PS – Corresp 84.

Pimenta ter informações privilegiadas que ajudariam na indispensável análise da guerra colonial e das ações a desenvolver contra ela.

Outra ocorrência estranha é a inclusão de Emídio Guerreiro, refere Piteira Santos. Não por dela discordar, mas por a sua exclusão da I Conferência ter sido imposta pelo PCP, que então o desconsiderara politicamente e alegara a sua falta de discrição e o prejuízo que esta poderia causar. Factos posteriores terão alterado tal juízo e por isso se congratula, mas, nesse caso, "*desejaria que fizesseis compreender ao Dr. E. G. que não foi por iniciativa pessoal, por capricho ou manobra pessoal, que tomei na Junta de Paris a atitude que o desgostou e feriu, e à qual, injustamente, ele tem atribuído reais ou supostas deficiências da Conferência de Dezembro*"[979].

Relativamente aos restantes nomes propostos não tem reservas pessoais, mas sim "*sérias dúvidas*" quanto à "*eficiência política*" ou à "*ligação verídica ao país real*" de alguns e sobre o contributo que outros possam dar ao fortalecimento da unidade. Assim como duvida de que esteja garantida uma maior representatividade política comparativamente à I Conferência e da "*vantagem prática*" de se discutirem os problemas sem partir duma aceitação prévia dos objetivos e estruturas definidas para a FPLN[980].

Constata ainda a ausência das novas gerações, com todos os participantes acima dos 35 anos de idade, realidade que afastaria do debate "*os militantes capazes de imporem [sic] uma óptica não-reformista, não-legalista, de reflectirem nas suas opiniões e nos seus actos um espírito inconformado, não aburguesado, combativo, revolucionário*"[981].

Todo o trabalho de preparação assenta em bases frágeis, insiste. E o esforço de realizar nova conferência é hérculeo, tudo devendo ser acautelado em vista a obter óptimos resultados. A convocatória deveria ter sido antecedida de consultas mútuas, sem criar situações melindrosas, nem cair em preterições imperdoáveis ou incorrer em graves omissões. Mesmo que atendendo ao tempo e à eficiência. Porque,

> "*Não se pode repetir periodicamente a unificação das forças antifascistas, que se não podem lançar periódica e sucessivamente diferentes movimentos unitários. E, consequentemente, considero que uma nova Conferência deve ser declaradamente*

[979] A argumentação do PCP no sentido do afastamento de Guerreiro fora feita por "Amílcar" e "Raimundo". *Idem.*
[980] *Ibidem.*
[981] *Ibidem.*

a) *ou uma "Conferência" da F.P.L.N.*

b) *ou uma "Conferência" de representantes da F.P.L.N. com representantes de sectores ou correntes antisalazaristas que, por razões de diverso teor, se consideram exteriores à F.P.L.N.*"[982]

Assim, nesta nova Conferência em hipótese alguma deve ser posta em discussão a existência da Frente. Dela deve apenas resultar a ampliação e concretização das recomendações, decisões e resoluções da Conferência de dezembro, nunca a sua restrição, eliminação ou revisão fora "*do objectivo básico e primacial do movimento unitário*", reforça. O momento deve ser ainda aproveitado para "*levar por diante, e até às consequências políticas e de organização implícitas no compromisso estabelecido, a actividade prática e a estrutura organizacional da <u>FRENTE</u>*", "*eliminar todos os factores de divisão*" e "*imprimir ao movimento antifascista unitário o conteúdo adequado e a dinâmica de um autêntico movimento de libertação nacional*"[983].

Numa segunda linha de prioridades, deve também ser consagrada a presença e funções no plano organizacional do general Delgado na FPLN, tanto por ser detentor de um "*mandato popular*" que lhe atribuiu "*uma representatividade singular*", como pelo "*carácter progressivo das suas posições nos problemas fundamentais*" e isto "*sejam quais forem as dificuldades práticas*". Para mais quando certos sectores oposicionistas tomam o "*perigoso caminho*" de partilhar a direcção do movimento antifascista com dissidentes do regime e "*gente da direita enfeudada […] a interesses capitalistas*". E por dessa indefinição de posição resultar a "*natural*" opção de Humberto Delgado de não prescindir "*da sua qualidade de "líder da oposição" e da chefia e chancela do M.N.I.*".

Igualmente no sentido de aproveitar ao máximo a Conferência, propõe que seja detalhada, "*por meio de consultas mútuas*", a ordem de trabalhos e que se proceda à intercomunicação de anteprojetos das resoluções. Contingências financeiras impedi-lo-ão de comparecer, esta poderia ser a forma de colaborar nos trabalhos, como deseja.

Também de agosto data a recusa de Adolfo Casais Monteiro em participar na assembleia em preparação. "*A persistente má fé do PC*" nas suas relações com os representantes dos sectores não comunistas na redação do *Portugal Democrático* e ser esta uma iniciativa exclusiva dos comunistas e não a conferência unitária que se exigia,

[982] *Ibidem*.
[983] Sublinhado e maiúsculas no original. *Ibidem*.

são as razões evocadas[984]. O apoio ou, ao menos, a conivência do PCP perante a imposição de Humberto Delgado como chefe da oposição e a atitude volúvel assumida pelo partido no seio do jornal, consubstanciam a "*má fé*" que refere. De que a omissão dos nomes dos convidados para a reunião magna fora do Brasil é mais uma prova. Não é esta uma posição individual, esclarece, partilham-na outros antifascistas portugueses exilados no Brasil, como Paulo de Castro, João Sarmento Pimentel, Fernando Lemos e Jorge de Sena, todos demissionários do conselho de redação do citado periódico.

As análises e reservas expostas são comuns à generalidade dos não comunistas e profusamente referidas na correspondência trocada. Estão por essa altura convencidos da necessidade de uma nova conferência e da ratificação do compromisso que dela resultaria, capaz de dar renovado impulso ao projeto unitário. Mas, por maioria de razão e em prol de um tratamento igualitário das várias correntes políticas nessa unidade, entendem caber a iniciativa à Frente ou à sua direção no ativo, a Comissão Delegada Provisória, nunca a um dos grupos políticos representados.

Para mais quando quem a promove fora quem, na sua ótica, mais embaraçara o seu avanço, adotando uma atitude passiva, por um lado, e recorrendo a todos os óbices formais para arrastar o processo, por outro. No exterior, o estabelecimento de base de trabalho na Argélia e o arranque da *Voz da Liberdade* devem-se exclusivamente aos esforços dos não comunistas, estão convictos. Defende-se o PCP alegando ter-se concentrado na dinamização da atividade do interior, designadamente da rede de JAP's, sem contar nesse trabalho com qualquer ajuda dos parceiros de unidade. Contra-argumentam os companheiros pondo antes a tónica no desagrado do PCP perante os termos da unidade firmada e o caminho que esta fora trilhando, temendo ter a reunião agora proposta o intuito principal de fazer recuar ao *status quo* anterior à Conferência de Roma e de ver aprovado novo "contrato unitário" à medida do PCP, resultado da sua capacidade de mobilização e organização e vincando a sua hegemonia na luta oposicionista.

Garantir a continuidade do movimento unitário materializado na FPLN e chamar à sua defesa o maior número de democratas é o objetivo fundamental. Evidenciando a sua indispensabilidade no contexto da luta antifascista portuguesa, antes de mais, seguindo as palavras de Piteira Santos a Cunha Rego:

[984] Carta de Adolfo Casais Monteiro a Piteira Santos, Araraquara, 20 de agosto de 1963. CD 25A, PS – Corresp 90.

"*Nós estamos na situação concreta: um volumoso caudal anti-fascista disperso, inorgânico, e um partido organizado (melhor ou pior, com épocas de desenvolvimento e épocas de retraimento). […] O que importa é interrogarmos realisticamente: É esse partido a única força de direcção política? É esse partido a força de organização decisiva?*

Vimos com a campanha eleitoral do General Humberto Delgado, vimos com Beja, que não é assim. Quer no puro plano político, quer no plano político-militar, evidenciou-se a possibilidade de uma direcção política audaciosa desencadear acções à margem da orientação proclamada e a actividade conduzida pela direcção do P.C. (Campanha eleitoral do General Delgado). E importa sublinhar que, que [sic] tanto na "acção de Beja", como na "Campanha Delgado", a base do P.C. correspondeu ao que se lhe pediu e desobedeceu ou ultrapassou a direcção do P.C.

Devemos ter estes factos presentes ao analisarmos o instrumento de acção, no plano político, no plano da organização unitária, no plano da actuação revolucionária, que a F.P.L.N. poderá ser (se quizermos [sic], se soubermos).

E devemos ter também sempre presente que a mobilização de largas massas na luta cívica legal (M.U.D., campanhas eleitorais), na luta de massas forçando a legalidade e até atingindo formas violentas (manifestações de estudantes, manifestações do 1º de Maio etc), implica a condição de ser promovida em nome de movimentos unitários."[985].

Cunha Rego acabara de ser o emissário de um manifesto subscrito por um conjunto de treze elementos da comunidade democrata brasileira a propósito da conferência em preparação. Rego é um dos signatários, os restantes os mesmos a que Casais Monteiro se referira na sua resposta à convocatória para a assembleia magna. O documento expressa o apoio à via insurrecional e ao uso da força para o derrube do regime e apela à realização de "*conferência de largo âmbito em que o maior número de portugueses discuta aberta e francamente todos os graves problemas nacionais*" no prazo de 90 dias e onde, adiantam, se fariam representar por Adolfo Casais Monteiro, João Sarmento Pimentel e Paulo de Castro[986].

Dirigido à Comissão Delegada da FPLN por intermédio de Piteira, deveria ser apresentado aos participantes no encontro que pensavam prestes a ter lugar. Sem afrontar diretamente o PCP, como tinha feito Casais Monteiro, e declarando concordância com as premissas de luta teoricamente subscritas pelo partido, ao dirigir-se à direção da Frente insiste na necessidade de acordar num projeto unitário que

[985] Carta de 26 de setembro de 1963. CD 25A, PS – Corresp 115.
[986] Manifesto enviado ao cuidado de Fernando Piteira Santos, São Paulo, setembro de 1963. APTM.

resultasse da convergência de todas as tendências políticas e não de alguma forma imposto pelos comunistas.

Apesar de tudo isto, todos sabem da manifesta e aparentemente inelutável inércia dos sectores não comunistas do interior, como reconhecem o desequilíbrio de forças dela decorrente e a incapacidade efetiva de promoverem pelos seus próprios meios uma conferência similar. Acabam, pois, à exceção de Casais Monteiro, e este em consequência de circunstâncias específicas do exílio brasileiro, por aceitar os termos do PCP[987]. Seja para defender as conquistas feitas, ainda que a maioria teóricas, na I Conferência, seja para conseguir aprovar futuras "*medidas práticas de organização e planificação da acção* ", potenciadas pela presença de Delgado e de representantes do interior[988]. A tática é a do "ver para crer", como resume Piteira Santos a Cunha Rego: "*Nós podemos, consoante as coisas se passarem, dar ou não dar, importância à Conferência*"[989]. Interessa, sim, garantir a continuidade da Frente.

Quando os participantes estão prestes a rumar a Praga para o encontro que deveria arrancar entre 20 e 25 de setembro, é anunciado o seu protelamento para a segunda quinzena de dezembro. Duas razões sustentam a decisão: a forte probabilidade de não comparecer a esperada delegação do interior e a quase certa ausência de dois "incontornáveis" do exílio.

Na verdade, do interior, desde agosto que Mário Soares solicitava o reagendamento da conferência para o último mês do ano, altura em que considerava ser possível garantir uma razoável representação interna[990]. A poucos dias de se iniciar a assembleia, Soares voltara a dar conta das dificuldades em encontrar gente disposta a deslocar-se, particularmente em Lisboa, estando assegurada somente a presença de três elementos do Porto[991]. O próprio estava impossibilitado de ir, informara ao seu próximo

[987] A recusa em trabalhar com Delgado alarga-se muito para além de Casais Monteiro, como vimos. Sobre o assunto ver também missiva de Maria Archer dirigida a Piteira Santos onde é feito um relato circunstanciado das divergências com o general, 14 de agosto de 1963. CD 25A, PS – Corresp 86.
[988] Carta de Manuel Sertório a Piteira Santos, S. Paulo, 4 de setembro de 1963. CD 25A, PS – Corresp 98.
[989] Carta de 26 de setembro de 1963. CD 25A, PS – Corresp 115.
[990] Carta de Lopes Cardoso a Piteira Santos, Paris, 16 de agosto de 1963. CD 25A, PS – Corresp 88.
[991] Carta cifrada de Carlos [Mário Soares] a Alexandre [Ramos da Costa], 14 de setembro de 1963. A&B FMS, 4281.003, ims. 30-32.

companheiro Ramos da Costa, tanto pela complicada situação policial a que estava sujeito, como pela oposição da restante RR[992].

Do Brasil chegara idêntico pedido de prorrogação, dado Rui Luís Gomes e Humberto Delgado estarem em risco de não obter passaporte atempadamente[993].

Organizar o "*volumoso caudal anti-fascista*"

O compasso de espera poderia alterar as regras do encontro, acreditam os sectores não comunistas. Dentro e fora do território português reajustam-se táticas, intensificam-se contactos, medem-se forças.

Piteira Santos é um dos principais focos de irradiação desse trabalho político. Para diversos elementos da comunidade exilada no Brasil – Adolfo Casais Monteiro, António Brotas e Victor da Cunha Rego – e para o membro do organismo da Frente aí estabelecido, Manuel Sertório, para o outro elemento da direção da FPLN agora em Marrocos, Lopes Cardoso, e para o seu próximo amigo Ramos da Costa em Paris, a correspondência é intensa. Como em Argel, no quadro da Comissão Delegada e (ainda) do MAR, designadamente nas necessárias démarches para a vinda do general Delgado, cuja transferência tomara, com Cabeçadas, também a iniciativa de propor.

Aos mais distantes da realidade política argelina interessa retratar-lhes o quadro presente e clarificar o modelo de funcionamento da Comissão Delegada, declinando, assim, parte das responsabilidades pela paralisia da mesma. É o que faz a Brotas e a Cunha Rego. Expõe-lhes o que entende ser a estratégia do PCP para a luta oposicionista em geral e a luta unitária em particular, explica-lhes as reservas comunistas quanto à instalação da CD na Argélia e a resistência à divulgação dessa realidade, sublinha a reduzida autoridade e meios da CD. Nessa medida, qualquer documento ou ato público resultaram sempre de longas e duras negociações e, não correspondendo ao que se lhe exigia, admite Piteira, registam "*um minimo de actividade responsável, abrindo a porta para eventuais colaborações monetárias, de trabalho e de ideias aos portugueses espalhados pelo mundo*"[994].

[992] *Idem*. Terá afinal aparecido um elemento do interior, segundo informações confidenciais do representante no Brasil a Sertório. Carta deste a Piteira Santos e Cabeçadas, S. Paulo, 12 de outubro de 1963. CD 25A, PS – Corresp 126.
[993] Carta de Manuel Sertório a Piteira Santos, 23 de setembro de 1963. CD 25A, MS – Corresp 118.
[994] Carta de Piteira Santos a Brotas, Argel, 2 de setembro de 1963. CD 25A, PS – Corresp 97.

A razão de tal estado de coisas entronca na evidente desproporção de forças em presença: "*um volumoso caudal anti-fascista disperso, inorgânico, e um partido organizado*", que faz da unidade "*uma mera ferramenta adjuvante da [sua] actividade*", a ser "*utilizada ocasionalmente*". De tal análise resulta a solução: um esforço acrescido de organização dos núcleos e correntes pulverizadas, assegurando "*que o P.C. seja um parceiro útil e igual*", ao invés de "*um comando, um travão, ou um controle*"[995].

É este "*um problema de quadros, de estrutura e de organização*" que se pretende resolver parcialmente pela constituição do MAR, uma "*força de charneira e de diálogo*", aglutinadora da "*força revolucionária de vanguarda, desorganizada, dispersa […], mas coerente, decidida, revolucionária, socialista*", conclui Piteira[996]. Uma força para a qual se procura fazer convergir os elementos dispersos e onde, seguros da proximidade de vistas, se inclui desde logo a presença de Cunha Rego e Brotas como parte da Comissão Central, enviando-lhes agora o cartão-de-visita da novel organização, o "Tempo de Acção". Na expetativa da dupla adesão propõe ainda o lançamento duma publicação mensal do MAR, para a qual poderiam contar com as colaborações de nomes como Cabeçadas, Lopes Cardoso, António José Saraiva ou Carlos Veiga Pereira[997].

Os dois homens estão dispostos a alinhar em ambos os projetos. Embora tenham dúvidas sobre a validade do primeiro e a exequibilidade do segundo.

Brotas recebera o cartão-de-visita do MAR por maio/junho de 1963, até ao início de dezembro mais nada a não ser a proposta de lançar uma publicação. Pelo que questiona: "*O MAR existe? (Já nasceu? Já morreu?). É uma organização? É um projecto? É um desejo? É um sonho?*"[998]. Das conversas tidas com Sertório não viu nele concordância com o formato da organização, recebeu entretanto de Cunha Rego um pedido de apoio e colaboração para uma revista a editar. Acedeu ao pedido, mas expõe os seus receios: "*sem o compromisso muito sério dos "europeus" e "africanos" em assegurarem a elaboração tão completa quanto possível da revista (com continuidade)*

[995] Carta Piteira Santos a Cunha Rego, Argel, 29 de setembro de1963. CD 25A, PS – Corresp 115.
[996] *Idem*.
[997] A ideia dirige-se especialmente a Cunha Rego, na sua qualidade de editor. *Ibidem* e carta de Piteira Santos a António Brotas, Argel, 18 de outubro de 1963. CD 25A, PS – Corresp 127. A sugestão é muito bem recebida por Cunha Rego, sendo publicação similar defendida por si há meses. A discussão sobre o formato de tal edição continuará na troca epistolar entre Cunha Rego e Piteira. Cartas de Cunha Rego a Piteira Santos, S. Paulo, 9 de outubro de 1963; de Piteira a Cunha Rego, Argel, 15 de novembro de 1963; e de Cunha Rego a Piteira, S. Paulo, 17 de novembro de 1963. Respetivamente, CD 25A, PS – Corresp 123, 155 e 159.
[998] Carta de António Brotas a Piteira Santos, Recife, 8 de dezembro de 1963. CD 25A, PS – Corresp 171.

que achava que se não devia ir para diante"[999]. Cunha Rego coloca de maneira idêntica o cerne da questão, sintetizando o objetivo político comum aos dois exilados: "*mais do que discussão o que me sugestiona, no caso português, é a acção para o que estive e estarei pronto*"[1000].

Interrompidos os contactos com Manuel Sertório desde junho, trata-se igualmente de o inteirar dos últimos episódios da saga oposicionista portuguesa.

Começam com a Conferência de Praga que consideram não ser nada além de uma manobra dilatória dos comunistas para fugir ao diálogo político no quadro da FPLN, onde o debate sobre as formas de luta armada se impunha, para o substituir pela "*criação do Conselho, das mais largas consultas, das respostas do interior, etc. etc.*", entendem Piteira e Cabeçadas[1001]. O PCP "*aceitou sugestões, mas não criou condições para a lista de convidados ser fixada em comum e a ordem de trabalhos ser antecipadamente discutida*", condição elementar para tornar útil o encontro[1002].

De nada havia valido a reação conjunta dos restantes companheiros da direção da Frente que, por motivos bem diversos, se manifestam contra o que se desenhava em reunião do organismo de 12 de outubro[1003]. De nada servira também a reação de um grupo de "*camaradas de valor*" a partir do Brasil. A assembleia acaba por ser mantida nos mesmos termos e apenas adiada pela antevisão da ausência dos moderados do interior, com quem os comunistas quereriam continuar o diálogo interrompido dentro de portas. Porém, esses quadrantes haviam investido mandatários no exterior e "*o P.C. viu "o seu diálogo" frustrado*". Prorrogação que, sendo má, é pior por renovar a certeza do afastamento dos moderados, contrários ao movimento das JAP's e nada dispostos "*a honrarem com a sua presença a Junta Central*".

A conclusão dos companheiros argelinos é corrigida por Sertório: a razão primeira do adiamento fora antes a impossibilidade de Humberto Delgado estar presente. General que preferia não ver realizado o encontro, mas que quer estar presente caso se efetive. Participação que igualmente o advogado reputa de essencial, como fundamental lhe parece a Conferência, única forma de sair do impasse. Se convocada

[999] *Idem*.
[1000] Carta de Cunha Rego a Piteira Santos, S. Paulo, 9 de outubro de 1963. CD 25A, PS – Corresp 123.
[1001] Carta de Piteira Santos e Cabeçadas a Sertório, Argel, 8 de outubro de 1963. CD 25A, MS – Documentação Diversa/Correspondência J/Junta Revolucionária Portuguesa, 1457.
[1002] *Idem*.
[1003] A recusa em aceder à solicitação dos parceiros do bureau de Argel apenas é comunicada no início de novembro.

pela FPLN ou pelo PCP é pouco mais do que questão formal, interessando antes "*alargar a representação dos nossos afins políticos*"[1004]. Não a vê, pois, como mero artifício, mas antes "*oportunidade de redigir, estudar e aprovar resoluções mais concretas do que as saídas da 1ª conferência*"[1005].

Para lá da assembleia magna e dos intentos comunistas estavam as movimentações nos sectores não comunistas. Por um lado, voltam à carga com a questão do MAR e do que este representa, sublinhando o alinhamento de antigos companheiros da Aliança Socialista. Por outro, dão conta do definitivo corte com Tito de Morais e Ramos da Costa, os novos representantes da RR no exterior.

Manuel Sertório recusara o projeto da RR na sua passagem por Paris em janeiro de 1963, como continua agora a enjeitar o do MAR, persistindo na defesa da constituição de um Partido Socialista Marxista[1006]. Uma estrutura com campo ideológico bem determinado, que fosse alargando a sua base de apoio através de um jornal do tipo do *Militante* e não um movimento algo indistinto e elitista, que teria, na sua ótica, um potencial de crescimento muito limitado.

É Rui Cabeçadas a fazer o *estado da arte* da oposição dentro e fora de Portugal e a contrapor a ideia de Sertório:

> "*Como pode você integrar aquilo que pode ser uma unidade de vanguarda revolucionária no espartilho de um partido socialista marxista? Tenho sido e sou, em princípio, contra os coktails ideológicos. Mas distingo circunstâncias e estas impõem hoje uma fórmula menos rígida, que abarque o que pode ser dinamizado para uma luta revolucionária. Porque os tempos são de guerra e será a própria dinâmica de uma luta armada revolucionária que imporá a radicalização ideológica.*"[1007]

Pela primeira vez Sertório não exclui a hipótese MAR. Um debate a ser realizado à margem da Conferência, no qual deveriam estar presentes Lopes Cardoso, Cabeçadas e Piteira, além de si próprio, reitera a sugestão que fazia desde setembro. Antes que a mesma arrancasse, para que pudessem no encontro funcionar como "*partes do mesmo todo*"[1008].

[1004] Carta de Sertório a Piteira e Cabeçadas, S. Paulo, 22 de outubro de 1963. CD 25A, PS – Corresp 130.
[1005] Carta de Sertório a Piteira, S. Paulo, 1 de novembro de 1963. CD 25A, PS – Corresp 141.
[1006] Carta de Sertório a Piteira e Cabeçadas, S. Paulo, 22 de outubro de 1963...
[1007] Carta de Cabeçadas a Sertório, Argel, 1 de dezembro de 1963. CD 25A, MS – Corresp 357.
[1008] Inicialmente o advogado incluía apenas Cabeçadas e Lopes Cardoso, propondo que figurassem sob a dupla sigla Seara Nova/ Aliança Socialista. Carta de Manuel Sertório a Cabeçadas, S. Paulo, 23 de setembro de 1963. CD 25A, MS – Corresp 356.

A Lopes Cardoso o par Cabeçadas/Piteira transmite idêntica visão sobre os intuitos da Conferência em preparação e os motivos da sua suspensão, insistindo na necessidade de um encontro para acertarem agulhas, quer no âmbito unitário quer no "partidário". A partir de Rabat o engenheiro secunda a luta travada em Argel, tanto na resolução do "caso Delgado", atrás relatado, como na pressão para que a assembleia de Praga fosse realizada no contexto da Frente e na continuidade da de Roma[1009].

No seio da Comissão Delegada Piteira insiste ainda na vantagem de chamar as novas gerações oposicionistas à mesa das conversações. Sem alimentar uma luta inter-geracional, mas ouvindo-lhes as expectativas e coresponsabilizando-as pelas resoluções tomadas[1010].

Há ainda que combater diretamente a possível influência da Resistência Republicana. Já a esta se havia referido em termos muito depreciativos a Cunha Rego, quando lhe contrapusera o projeto do MAR, agora é a vez de se dirigir a Emídio Guerreiro. O professor conserva uma estreita ligação com o grupo democrata-socialista do Norte, que nele delega a sua representação na Conferência de Praga. Poderia, pois, influenciar tais elementos no sentido de se manterem afastados da RR e cooperar no fundamental trabalho de angariar interlocutores alternativos no interior. O equívoco ao redor da Conferência de Roma mantém-se e as relações continuam cerimoniosas, mas é tempo de Piteira a este aludir e, indiretamente, indicar a explicação feita na carta dirigida ao Comité Central comunista[1011].

Sem deixar de, por outro lado, trocar impressões sobre o momento político com um dos seus amigos de longa data, agora ao lado da RR, Ramos da Costa. A quem Piteira dá a conhecer a carta dirigida ao Comité Central do PCP e de quem recebe a notícia da passagem por Paris de mandatário da Junta do Norte com objetivo de participar na assembleia magna agendada para setembro[1012]. Com quem concorda quanto à imprescindibilidade de representação condigna do interior como condição de

[1009] Cópia de carta sem signatário expresso [de Lopes Cardoso] à Comissão Delegada da FPLN, Rabat, 29 de novembro de 1963. CD 25A, LC.
[1010] "12.11.63 – Reunião C.D.", apontamentos de Tito de Morais. APTM.
[1011] Todo o parágrafo com base na carta de Piteira a Guerreiro, Argel, 6 de novembro de 1963. CD 25A, PS – Corresp 147.
[1012] Carta de Ramos da Costa a Piteira Santos, Paris, 25 de novembro de 1963. A&B FMS, 4279.005, ims. 61-62.

participação na reunião, o que, a juntar à presença de Delgado, poderia fazer a diferença relativamente à Conferência de Roma[1013].

Entretanto, elementos do MAR estranham não ter o movimento recebido comunicação formal sobre a realização da assembleia. Na verdade, Lopes Cardoso fora o único representante do grupo a ser convocado para o primeiro encontro agendado. Sabendo da sua indisponibilidade, por estar em plena mudança de residência de Paris para Rabat, disso dera conhecimento aos companheiros "partidários" na capital francesa e sugerira a designação de Carlos Veiga Pereira para o substituir[1014]. Tal facto não merece, todavia, a devida atenção por parte de Veiga Pereira, que, no final de setembro, pede informações que o esclareçam sobre rumores ouvidos[1015]. Sinal da descoordenação ainda reinante no grupo.

Para lá dos referidos esforços na apresentação do projeto MAR no exílio brasileiro, conduzidos por Piteira, o movimento vai procurando o seu alargamento no interior e noutros núcleos democratas portugueses do exterior, desenvolver o trabalho organizativo e, bem assim, afinar a sua base programática[1016].

Outro dos potenciais contrapesos à reconhecida estrutura comunista é a Resistência Republicana. Conforme referimos, entre os finais de agosto e os princípios de setembro de 1963 Tito de Morais divulgara pelos diversos núcleos do exílio os recém-reformulados documentos orientadores da RR. O objetivo é, evidentemente, apresentar o novo projeto político, mas também disputar o campo socialista ao MAR, cujo dinamismo ameaça anular as possibilidades dos socialistas moderados no exterior. Perigo bem patente em Argel, com a JAPPA a ser liderada por este grupo, mas igualmente em Londres ou até em Paris, onde a reanimação das JAP's locais parece resultar, em grande medida, do esforço de militantes desta corrente[1017].

A mostra de vitalidade estende-se à frente interna, de onde chegam rumores do alargamento de influência dos *maristas*, designadamente no movimento cooperativo,

[1013] Carta de Ramos da Costa a Piteira Santos, Paris, 15 de dezembro de 1963. A&B FMS, 4279.005, ims. 55-56.
[1014] Carta de Lopes Cardoso a Veiga Pereira, Rabat, 6 de outubro de 1963. CD 25A, LC.
[1015] Carta de Veiga Pereira a Lopes Cardoso, 23 de outubro [de 1963]. CD 25A, LC.
[1016] Designadamente, decorrem negociações com o "grupo Cravinho" no interior, constitui-se núcleo em Londres que, enquanto tal, participa nas negociações para a formação de JAP na capital inglesa, cria-se em Paris uma comissão de apoio à rádio Voz da Liberdade, presidida por António José Saraiva, e preparam-se estatutos e novo boletim "de formação". Cartas de Veiga Pereira a Hipólito dos Santos, 29 de setembro de 1963 e a Lopes Cardoso, 3 de dezembro de 1963. APHS e CD 25A, LC.
[1017] Carta de Tito de Morais a Ramos da Costa, 29 de agosto de 1963. A&B FMS, 2600.016, ims. 3-4.

onde o ascendente da RR é praticamente nulo. Poderia ser força mais aparente do que real, atendendo a outras vozes que se referem a críticas do MAR interior relativamente ao "*esquerdismo intragável e impolítico*" dos seus companheiros na emigração e à desconfiança perante a liderança de Piteira e Cabeçadas, mas ainda assim de considerar e a contrapor[1018].

Neste contexto, é fundamental marcar presença na Conferência. Não somente através dos seus mandatários no exterior, Tito de Morais e Ramos da Costa, interessando garantir a presença do segundo, excluído da primeira convocatória, mas sobretudo assegurando a vinda de elementos do interior, condição para afirmarem a audiência interna do grupo. A 26 de outubro, Tito de Morais insiste junto de Ramos da Costa para que sensibilize os companheiros RR do interior nesse sentido, apontando os nomes de Mário Soares, Abranches-Ferrão e Gustavo Soromenho como "*indispensáveis*" em representação de Lisboa, além de dois elementos do Norte, a quem se poderia ainda juntar Olívio França[1019].

Além de que as notícias do interior continuam a desanimar. No início de outubro de 1963, Ramos da Costa transcreve para o seu companheiro em Argel o conteúdo de declaração de Francisco Lino Neto dirigida à Conferência, na qual esclarece a forma como os "*católicos de esquerda*", usando expressão do economista, vêm o presente momento: impossibilidade de reconstituir a direção da frente interna e sua substituição por contactos pessoais, embora deva subsistir a denominação geral FPLN; impossibilidade de criação de JAP's agrupando várias tendências; identificação das JAP's ao PCP e sistemática denúncia à polícia[1020]. Ou seja, genericamente reprodução do teor da carta-resposta da Resistência Republicana ao reagir ao comunicado da Conferência de Roma.

[1018] Carta de Ramos da Costa a destinatário não identificado [Mário Soares], Paris, 15 de dezembro de 1963. A&B FMS, 2600.014, ims. 9-10. Tais divergências existem igualmente no exterior, onde "*se debatem 2 tendências, uma mais organizativa e outra mais virada para a organização da acção*". Seria certamente esta última que maior empenho põe nas conversações a decorrer com o embrião do que seria a Frente de Acção Popular (FAP), no sentido de encontrar um modelo de colaboração em "*coisas concretas*", rumo a uma eventual fusão. Respetivamente, cartas de Hipólito dos Santos a Lopes Cardoso, Fresnes, 8 de dezembro de 1963 e a Lopes Cardoso e Cabeçadas, Paris, 22 de dezembro de 1963. CD 25A, LC.

[1019] Carta de Tito de Morais a Ramos da Costa, 26 de outubro de 1963. A&B FMS, 4280.002, ims. 53-58.

[1020] Declaração, A&B FMS, 4281.003, im. 24. Carta de Ramos da Costa a Tito de Morais, Paris, 10 de outubro de 1963. A&B FMS, 4280.002, ims. 45-47. A declaração é enviada a Ramos da Costa no mês anterior.

Informações e indicações que, como há cerca de um ano atrás, indignam os seus recetores. Sobre a incapacidade de reconstituir a Junta de Acção Patriótica Central e a permanência da sigla FPLN, Tito de Morais comenta:

> "*Que ideia bizarra! Não havendo uma direcção da Frente Interna, como pode haver luta interna? Isto é a negação absoluta do desejo de lutar. Pretende-se esperar que a democraciazinha caia do céu? […] A F.P.L.N. não é uma organização de cúpula. A FPLN é uma organização que tem de existir no interior formada pela unidade das forças políticas, dos partidos dos agrupamentos. Estes - que têm a sua organização própria - mandam os seus militantes formar com os militantes das outras organizações as Juntas, que obedecem ao comando unitário. Trata-se dum movimento de massas não de convívio ameno, na cúpula, com contactos pessoais.*"[1021]

Evidenciando a continuação do desfasamento interior/exterior e fazendo antever o pior cenário relativamente ao plenário em preparação.

Porém, antes de mais, dever-se-ia devolver à Comissão Delegada da FPLN a condução do processo em curso, sendo esta a autora da convocatória e principal responsável pela organização da Conferência a realizar. Fora este o formato defendido por Tito de Morais a Cunhal na resposta à convocatória, proposta entretanto reiterada por elementos do Brasil e que, em conjunto com correligionário em Paris, continua a considerar correta. À semelhança de Cabeçadas e Piteira, com quem o representante da RR alinha nesta questão[1022]. Pretensão entretanto negada pelos comunistas,[1023].

Simultaneamente, Tito de Morais e Ramos da Costa procuram acompanhar as movimentações no xadrez político e assentar no posicionamento que assumirão na próxima assembleia.

É Tito de Morais a avançar os seus pontos de vista. De início a sua ideia é ratificar o carácter definitivo da Comissão Delegada, mantendo-se em Argel um núcleo de seis ou sete pessoas e outros cinco membros espalhados por diversos países[1024]. À medida que a situação em Argel se vai emaranhando os termos vão-se alterando: pondo

[1021] Carta de Tito de Morais a Ramos da Costa, Argel, 26 de outubro de 1963. A&B FMS, 4280.002, ims. 53-58.
[1022] *Idem*.
[1023] Carta de Tito de Morais a Ramos da Costa, 11 de novembro de 1963. A&B FMS, 4280.002, ims. 63-66
[1024] Manter-se-ia as quatro pessoas que fazem parte do organismo, a quem se juntaria Victor da Cunha Rego, um mandatário da maçonaria e outro dos católicos. Os países são Brasil (Sertório), Marrocos (Lopes Cardoso), Itália (Ruivo), França (Ramos da Costa) e Inglaterra (elemento a designar). Carta de Tito de Morais a Ramos da Costa, 29 de setembro de 1963. A&B FMS, 4280.002, im. 41-44.

a tónica na necessidade de "*reunir aqui meia dúzia de pessoas ligadas partidariamente, tal como os outros estão fazendo*" e de alterar inteiramente a composição da Comissão, tornando-a "*mais representativa, mais unida, mais dinâmica*"[1025].

Por seu turno, Ramos da Costa insiste na necessidade de sanar o ambiente argelino:

> "*O General vai chegar aí com uma atmosfera carregadíssima, a menos que nos surja nele, inesperadamente, o diplomata e negociador que até agora não foi, afigura-se-me que pouco se conseguirá se vocês antecipadamente não construírem um modus-vivendi que nos ajudem a sair desse impasse de incompatibilidades.*"[1026]

E de assegurar uma representação condigna da oposição do interior na Conferência, para a qual fora entretanto convidado, dada a sua convicção "*que uma conferência só com exilados por mais inteligentes, brilhantes e representativos que sejam, não dão significado bastante nem justificação à publicidade que à sua volta fatalmente se fará*"[1027].

"*Para lá da substância, temos a forma*"

A 12 de dezembro de 1963 o jornal *Estado de S. Paulo* anuncia a iminente saída de Humberto Delgado do Brasil rumo à Argélia, onde Ben Bella o recebe com "satisfação"[1028]. Cinco dias mais tarde, a dezassete, o diário esclarece estar a saída programada para o dia seguinte e publica declarações do general referindo-se à muito provável criação de um governo provisório no exílio[1029]. Ainda o mesmo jornal, no dia imediato à partida, detalha o itinerário de Delgado: uns dias em Roma, visita à Chocoslováquia e à Bulgária, fixação em Argel[1030].

[1025] Cartas de Tito de Morais a Ramos da Costa, 11 de novembro e 1 de dezembro de 1963. A&B FMS, 4280.002, ims. 63-66 e 4280.002, ims. 67-68, respetivamente.
[1026] Carta de Ramos da Costa a Tito de Morais, 9 de dezembro de 1963. A&B FMS, 4280.002, ims. 74-76.
[1027] *Idem*.
[1028] "Esperado na Argélia o gen. Delgado" in *O Estado de S. Paulo*, 12 de dezembro de 1963. CD 25A, MS – Delgado/ Delgado 1/ Recortes de Imprensa, 1963.
[1029] O gen, Delgado deixará o País no dia 18" in *O Estado de S. Paulo*, 17 de dezembro de 1963. CD 25A, MS – Delgado/ Delgado 1/ Recortes de Imprensa, 1963.
[1030] "Delgado viajou ontem; residirá na Argélia" in *O Estado de S. Paulo*, 19 de dezembro de 1963. CD 25A, MS – Delgado/ Delgado 1/ Recortes de Imprensa, 1963.

Pela mesma altura, o representante do MNI em Londres, António de Figueiredo, lança uma notável campanha jornalística e diplomática divulgando a notícia[1031]. Igualmente por esta via e com chancela do MNI é enviada para a Comissão Delegada uma versão do discurso a proferir pelo ex-candidato presidencial à sua chegada a Argel, com respetiva tradução em inglês. É o "*detonador de uma explosão*" que sacode até aos alicerces o organismo diretivo da Frente[1032].

O mandatário comunista terá sido então confrontado com o "*facto consumado*", "*recusando-se a tomar oficialmente conhecimento do caso, [e] pondo como condição para uma intervenção oficial da F.P.L.N. o esclarecimento prévio da situação com o H.D. […]*". Em resultado, Cabeçadas apresenta a sua demissão do organismo diretivo. Segue-se conversa onde são abordados os problemas da Conferência e do futuro da unidade, durante a qual Tito de Morais e Pedro Soares pedem que transija. Cabeçadas decide manter o *status quo* formal, atendendo mais à vantagem de manter a qualidade na vacatura do *bureau* argelino podendo "*fazer alguma coisa no sentido de preparar a aterrizagem do grande aviador*", do que ao pedido dos seus companheiros[1033]. Declara "*porém que a minha [sua] atitude final dependeria das soluções que fossem encontradas na Conf.[erência] para os problemas que considerava fundamentais*", considerando intimamente estar efetivamente afastado do órgão[1034].

Por seu turno, Pedro Soares, precavendo-se, reitera a sua posição oficial por escrito: apenas depois de atestar o desejo de Humberto Delgado se instalar na Argélia agirá com os restantes membros da CD junto das autoridades argelinas para que "*possa ser recebido em Argel com as honras que lhe são devidas*". Isto porque, justifica, todas as diligências para a instalação do general nesse país foram desenvolvidas à margem da CD, ignorando o delegado do PCP a real disposição do visado e as condições logísticas reunidas para esse efeito, tanto as materiais "*devidas ao seu prestígio*", como as

[1031] O assunto é também noticiado nas páginas do The New York Times. "Delgado to form a regime in exile. Foe of Portuguese Rulers sees support in U.N.", recorte de imprensa do *The New York Times*, s/d. A&B FMS, 2594.002, ims. 44-45

[1032] Todo o parágrafo com base em carta de Cabeçadas a Hipólito dos Santos, Argel, 24 de dezembro de 1963. APHS.

[1033] Carta de Rui Cabeçadas a Lopes Cardoso, Argel, 27 de dezembro de 1963. CD 25A, LC.

[1034] *Idem* e carta de Rui Cabeçadas a Manuel Sertório, Argel, 25 de dezembro de 1963. CD 25A, MS – Corresp 359.

políticas "*requeridas pela sua responsabilidade no movimento oposicionista português*"[1035].

Realmente, à data da partida para Praga, o dispositivo de receção a Delgado é totalmente inconsistente. Sem quaisquer contactos formais entre a Frente e as autoridades argelinas e sem respostas às diligências particulares efetuadas, sem a confirmação detalhada do apoio material de Marrocos à manutenção do general e sem capacidade de o reunir na Argélia, sem estar assegurado um alojamento condigno na capital argelina, com embaraços na publicitação do assunto atendendo ao semi-secretismo com que a questão fora tratada e à debilidade das condições existentes. Apenas o montante para a viagem fora angariado e, não tendo sido necessário, se encontrava disponível para outras utilizações.

Tal estado de coisas seria transmitido a Humberto Delgado por Piteira Santos em Praga. Embora estivessem todos os diretamente implicados no apelo ao general convencidos de que o PCP aproveitaria essa fragilidade para adiar a transferência do ex-candidato presidencial, alegando a necessidade de garantias mais concretas. O que para todos é imprevisível é a reação de Delgado.

A máquina publicitária montada por Figueiredo causa admiração, por um lado, e apreensão, por outro. Porque não deixa de surpreender o interesse que Humberto Delgado continua a granjear na imprensa internacional:

> "*É a coisa mais espantosa. O tipo dá um pulo, faz umas piruetas e encavalita-se na F.P. mais a sua CDP e por via do seu representante em Londres consegue mais publicidade e interesse pela oposição do que aquela que teríamos daqui a 20 anos de CDP.*"[1036]

Ao mesmo tempo que se teme o recuo do ex-candidato presidencial e a consequente repercussão negativa, bem como os seus intentos algo megalómanos.

Isto quando são enormes e públicas as dificuldades da FPLN. O balanço feito por Rui Cabeçadas a um dos seus principais cúmplices políticos, Manuel Sertório, nos primeiros dias de dezembro de 1963 é amargo:

> "*Após um ano sobre a conferência de Dezembro e de infinitas lutas e canseira para execução das suas resoluções qual é o panorama?*

[1035] Declaração de Pedro Soares, Argel, 23 de dezembro de 1963. CD 25A, MS - Humberto Delgado 1 - 1963/ Diversos – 18.
[1036] Carta de Rui Cabeçadas a Lopes Cardoso, Argel, 27 de dezembro de 1963. CD 25A, LC.

No plano da tática e da acção continuamos sem uma definição de objectivos e de meios. Tal como papagaios amestrados continuamos a mastigar o magro vocabulário aprendido: levantamento popular, lutas legais, semi-legais, ilegais, acções de defesa e auto-defesa, e, aquisição recente e brilhante feita pelo P.C, via não pacífica. Você tem que concordar que se trata de nominalismo puro.

No plano da organização somos apenas uma cabeça falante, sem tronco, sem membros, desprestigiado, desautorizado, órgão de gestão e indigestão burocrático de um património cujo inventário neste momento acusa: uma emissão semanal de 3/4 hora, 2 instalações de escritórios, uma vintena de cadeiras, um copiógrafo, duas máquinas de escrever, lápis, papel, borrachas, etc., algumas portas de acesso para o Governo argelino e serviços oficiais, presença em algumas recepções de embaixadas.

Uma vez mais, em vez de substância temos forma. Uma vez mais a unidade formal desta vez transplantada para as terras mais generosas de África."[1037].

Desiludido com o formato e com a moldura humana, Cabeçadas está decidido a tomar diferente atitude da até aí assumida, declara a outro dos seus mais próximos, Lopes Cardoso: abandonar o organismo diretivo da Frente. "*Não para desistir*", esclarece, "*mas por pensar que se fechou um ciclo e que a única forma de evitar que a herança passada pese sobre o futuro é dar o assunto por encerrado*", readquirindo liberdade de ação [1038]. Porque, acrescenta a Manuel Sertório, "*apesar de uma frustrante experiência da CDP e a despeito da incerteza do futuro nunca alimentei tantas esperanças. O [que] já existe hoje em esboço se for dinamizado leva-nos muito longe. E para isso contamos com HD [Humberto Delgado]. Não para revitalizar o que está morto, mas para dar sangue, nervo, músculo e movimento a um corpo novo*"[1039].

Rui Cabeçadas é o porta-voz do núcleo MAR na Argélia, no seio do qual se vai questionando a vantagem do enquadramento na Frente. Ainda corre outubro quando um dos seus elementos, o médico Zulmiro de Almeida, defende a organização do movimento fora do âmbito da FPLN. Sem todavia apontar como alternativa "*nada verdadeiramente objectivo*", a posição é contestada pelo restante núcleo, com Hipólito e Veiga Pires à cabeça[1040]. Porém, somente um mês depois, altura em que se prepara reunião dos *maristas* em Paris onde a política unitária poderia ser discutida no sentido

[1037] Carta de Rui Cabeçadas a Manuel Sertório, Argel, 2 de dezembro de 1963. CD 25A, MS – Corresp 357.
[1038] Carta de Rui Cabeçadas a Lopes Cardoso, 2 de dezembro de 1963. CD 25A, LC.
[1039] Carta de Rui Cabeçadas a Manuel Sertório, Argel, 25 de dezembro de 1963. CD 25A, MS – Corresp 359.
[1040] Carta de Hipólito dos Santos a Rui Cabeçadas, Carlos Veiga Pereira e José Carlos [Ferreira de Almeida?], Argel, 4 de novembro de 1963. APHS.

de definir a posição "oficial" do MAR, Hipólito dos Santos e Cabeçadas falam em idênticos termos, classificando a unidade de "*caótica*" e "*paralisante*"[1041].

A opinião alarga-se para lá do MAR argelino, sendo perfilhada genericamente pelos "ativistas". Sem esperar por sanar as divergências dentro da comunidade portuguesa ou com os dois dirigentes da Frente em desacordo, o núcleo duro da JAPPA centrara-se na concretização dos objetivos definidos na assembleia de 16 de novembro. A declaração de princípios é elaborada e aprovada ainda no decurso da reformulação da Junta, como vimos, seguindo-se a preparação do boletim em nome próprio. A 4 de dezembro a comissão formada para o efeito reúne-se pela primeira vez, duas semanas mais tarde o boletim está pronto a editar, o que acontecerá no final de dezembro de 1963[1042]. Quanto à transferência de Humberto Delgado para Argel, outra das metas apontadas, estava prestes a dar-se.

Na Conferência de Praga se ditaria o futuro do projeto unitário.

Certa é a ausência do MAR. Lopes Cardoso não vai estar presente, Rui Cabeçadas, embora incluído na lista de convocados em outubro, fica em Argel a assegurar o regular funcionamento do aparelho unitário, Piteira Santos fora expressamente rejeitado pelo movimento como seu representante. Quase certa é outrossim a ausência do interior. A 22 de dezembro ninguém da RR ou do núcleo democrato-socialista do Norte havia chegado a Paris, havendo confirmação por parte de Emídio Guerreiro de que estes últimos não apareceriam[1043]. Quanto ao exílio, a convocatória acabara por não ser alargada a outros núcleos de democratas, como Marrocos, Venezuela ou Londres, como havia sido solicitado, pelo que se contava apenas com a participação do Brasil e de Itália, já que dificuldades económicas e políticas haviam impedido o envio de mandatário do Uruguai[1044]. Aparte os dirigentes da Frente, a JAPPA ficara também de fora da convocatória. Resumir-se-ia a assembleia

[1041] Carta de Hipólito dos Santos a Lopes Cardoso, Argel, 8 de dezembro de 1963. APHS.
[1042] Fazem parte da Comissão Rui d'Espiney, Fernando Echevarria, Amílcar Castanhinha, Adolfo Ayala, João Pulido Valente e Hélder Veiga Pires. "Reunião Boletim. 4/12/63". APHS. O boletim está datado de janeiro de 1964. Carta de Rui Cabeçadas a Hipólito dos Santos, Argel, 17 de dezembro de 1963. APHS.
[1043] São elementos deste núcleo do Porto António Macedo, Mário Cal Brandão e Eduardo Ralha. Cartas de Ramos da Costa a Tito de Morais, 22 de dezembro de 1963 e a Piteira Santos, 21 de dezembro de 1963. A&B FMS, 4280.002, im. 78 e, 4279.005, im. 57, respetivamente. Identificação dos membros do núcleo portuense feita por Flausino Torres na Conferência de Praga. CD 25A, MS – FPLN/II Conferência 1964/Apontamentos, Doc 1.
[1044] Carta de Joaquim Lopes Mendes a Manuel Sertório, Montevideu, 12 de dezembro de 1963. CD 25A, MS – Corresp 1973.

magna a um novo diálogo entre Delgado e Cunhal, assistido por figuras de segunda linha? Parecia ser a hipótese mais plausível[1045].

Com a presença do general todas as conjeturas poderiam falhar.

[1045] Carta de Cabeçadas a Hipólito dos Santos, Argel, 24 de dezembro de 1963. APHS.

IV Capítulo

Conciliar o inconciliável

A Conferência de Praga

Num castelo nos arredores de Praga, na manhã de 29 de dezembro de 1963, arranca a assembleia magna há meses em preparação. Álvaro Cunhal, Fernando Piteira Santos, Humberto Delgado, Manuel Sertório, Manuel Tito de Morais, Mário Ruivo, Pedro Soares e Ruy Luís Gomes constituem o plenário durante os próximos seis dias[1046]. À semelhança da reunião de Roma nem um elemento a residir no interior do país. Com uma enorme diferença: a presença de duas figuras tutelares da oposição, Humberto Delgado e Ruy Luís Gomes.

Tomando de imediato a presidência da mesa o general propõe Luís Gomes e Cunhal para os lugares de vice-presidentes e Sertório para o de secretário, sugestões que são aceites. De seguida, ainda Delgado, define a ordem de trabalhos do encontro. Está aberta a sessão.

A situação vivida em Portugal é o primeiro item da agenda, com intervenções de Mário Ruivo, Tito de Morais, Piteira Santos e Álvaro Cunhal. Referem-se à atitude algo passiva da maioria da população portuguesa perante a guerra colonial, ao desenvolvimento do conflito, aos realinhamentos e atividades dos movimentos de libertação das colónias portuguesas e ao número de desertores, bem como aos sinais de dificuldades económicas no país, para logo se centrarem na oposição ao regime.

No que toca ao movimento unitário, ou seja, a base da FPLN no interior, admite-se a inexistência da Junta Central e, simultaneamente, reafirma-se o funcionamento de uma quantidade ainda apreciável de Juntas por todo o país. Um maior dinamismo é tolhido pela repressão "*com aspectos muito graves ultimamente*", mas também pelo "*complexo anti-comunista*" gerado pela imputação da denúncia a elementos do PCP. Depois do desmantelamento de Juntas como a do Norte, de Coimbra ou de Aveiro, algumas reconstituem-se, ainda que a tónica dominante seja a retração.

[1046] Todos os documentos públicos datam a conferência de janeiro de 1964. A descrição dos trabalhos é feita com base em apontamentos de Manuel Sertório e Tito de Morais, identificando-se em nota o recurso a outra documentação. CD 25A, MS – FPLN/II Conferência 1964/Apontamentos, Docs 1 a 5 e APTM – "II Conferência FPLN. Praga. 28.12.63 a 2.1.64".

De assinalar igualmente a continuidade de organizações de militares e civis e da conquista de posições nas associações académicas, a par do surgimento de novas forças políticas ligadas aos católicos e nos campos socialista e comunista[1047].

O histórico da frente externa, ponto seguinte da ordem de trabalhos, inicia-se por um esclarecimento da responsabilidade da conferência a decorrer e dos seus objetivos. A "*discriminação esquisita*" de que havia sido alvo Rui Cabeçadas, o esquecimento em reconvocar gente do interior convidada em setembro e a defesa do delegado comunista na direção da FPLN da necessidade desta "*se abrir para a direita*" e até admitir elementos anticolonialistas são factos que causam desconforto e demandam clarificação, interpela Piteira Santos. Cunhal procura desmistificar as questões colocadas, salientando a intenção de "*dar âmbito mais largo*" ao encontro, nele representando a direita oposicionista, sim, ao lado dos "*jovens combativos*", e apresentando a dificuldade em "*coordenar a acção do P.C. e C.D.*" como explicação do "*justo reparo de não ter sido a C.D. a convocar*", após o que reafirma o desejo de unidade do PCP. Declarações que não encerram o assunto, com outros participantes no encontro a sublinhar a incompetência do organismo diretivo da Frente e a insistir na indispensabilidade de esclarecer o âmbito da iniciativa. Perante o que o secretário-geral comunista se vê forçado a admitir decorrer a "*reunião no quadro da FPLN mas um tanto desorganizada*", estando presentes elementos não integrados na Frente.

Passa-se então verdadeiramente à análise das condições de trabalho do exílio, começando pela explanação das condições existentes na Argélia e das atividades desenvolvidas pela Comissão Delegada. Atividade limitada, admitem Piteira, Ruivo e Tito de Morais, justificada pela resistência dos núcleos democratas portuguesas à autoridade do organismo, porventura pelo seu carácter "provisório" e pela indefinição das suas atribuições, por um lado, e pela indiferença dos países socialistas relativamente à Frente, por outro. A que acresce a escassez de gente habilitada a responsabilizar-se pelas diferentes tarefas de rotina, em especial a rádio, e a falta de meios financeiros.

Feito o ponto de situação das frentes interna e externa, debate-se a nova política a adotar pela oposição. É Humberto Delgado a dar o pontapé de saída, resumindo em quatro premissas o que defende: privilegiar a preparação de uma ação violenta para o derrube do salazarismo em detrimento da propaganda; elaborar uma série de documentos definindo as tarefas imediatas após a conquista do poder; assumir, sem

[1047] Referência concreta à influência das teses chinesas, sobretudo em Lisboa e na margem Sul do Tejo.

complexos, estar a direção da luta no exterior; constituir na assembleia em curso o núcleo capaz de realizar tais funções, devendo este ter "*grande latitude*", assumindo a forma de "*Governo no exílio*".

Segue-se uma ronda por todos os participantes.

A "*solução violenta pelas armas*" para o derrube do regime é consensual entre os presentes, embora não deixem de ser lembradas as correntes mais conservadoras e a sua opção pelo diálogo por Tito de Morais. E não deixe de ser sublinhada pelos dirigentes comunistas a necessidade de discutir as formas que tal luta assumiria e de investir na sua organização, formando quadros políticos e técnicos e angariando meios monetários.

Relativamente ao dilema interior/exterior a generalidade das participações salvaguardam o papel central do interior, acentuando, porém, dever superar-se o dilema paralisante e contribuir de todas as formas possíveis para a urgente mudança na realidade portuguesa, incluindo-se nestas a preparação de uma ação a partir do exterior[1048].

É esta nova visão reabilitadora do exílio a prevalecer no debate quanto ao órgão dirigente a criar em substituição da Comissão Delegada, cuja fórmula, todos aceitam, está ultrapassada. Tomando Argel como base de trabalho principal, local onde se deveriam concentrar mais democratas, havia que reforçar a organização no exterior, dando-lhe "*características directivas*", tornando-a capaz de "*actuar como deve*" e de ser, realmente, o "*órgão impulsionador*" desejado por todos[1049]. Embora, por não estarem reunidas as condições mínimas ou por princípio, não dever este assumir a forma de Governo no Exílio[1050]. Isto sem descurar os esforços para a constituição de organismo diretivo da luta em Portugal e para o alargamento da organização unitária no país[1051].

"*Há terreno comum*", conclui Delgado: "*a ditadura só pode cair pela viol.[ência] sem que se descurem outros processos*". O próprio concorda. Avançando, de imediato, com a proposta de criar "*um exército invasor com um exército desertor*", aproveitando a vontade "*dos desertores em lutar*" e "promovendo" o aumento do

[1048] Declarações de Ruy Luís Gomes, Mário Ruivo, Álvaro Cunhal, Piteira Santos e Pedro Soares.
[1049] Expressões de Álvaro Cunhal, de Ruy Luís Gomes e de Manuel Sertório, respetivamente.
[1050] Cunhal faz questão de esclarecer não ter reservas à criação do governo noutras condições, já Sertório parece recusar a ideia em qualquer circunstância.
[1051] Declarações de Cunhal.

número de desertores através da ação de elementos oposicionistas infiltrados nas colónias. Bastaria entretanto angariar o dinheiro suficiente junto de "*alguma potência*" para a concretização do desembarque na costa portuguesa de "*uma centena de homens bem treinados*". Simultaneamente trabalhar no "*campo psicológico*", através da rádio, mas também da "*guerra interna*", que poderia passar por atos de intimidação aos pides e seus familiares, desde telefonemas ameaçadores a raptos ou "*pequenos incêndios*" em suas casas, ou pela paralisação da Emissora Nacional, sem, todavia, "*entrar no terrorismo*". Bastaria para isto "*um grupo de 6 a 12 pessoas capaz de provocar um acto de terrorismo que prejudique o conforto de ½ da população*". Se conseguissem "*um delegado operacional em cada concelho*" teriam a base suficiente para o "*arranque final*", sustenta ainda o general.

É Cunhal a responder à intervenção de Delgado:

"O general apresenta um plano de revolta a curto prazo. Pensamos que chegará o momento em que se deverá discutir um plano. Mas parece-nos que, neste momento, partir para a discussão sem haver condições de maturação dentro do país pode ser desviar as atenções. Não há organização revolucionária nas forças armadas. A tarefa não é ver como hão-de agir os militares: o problema é tê-los. Se no país houver uma situação insurrecional será fácil arranjar armas, com o país dividido em 2 lutas; mas não antes."[1052].

Acrescentando ainda:

"Isso não exclui que outras acções sejam já levadas a efeito, inclusive no sentido militar. Mas nós, por nosso lado, não vamos manter acções desse tipo. […] E somos contrários à ida do general ou ao desembarque em Portugal sem as condições necessárias."[1053].

Afirmações que suscitam diferentes comentários, com Tito de Morais a rematar:

"Se queremos desencadear a acção à mão armada, há que prepará-la. E não é maneira de a preparar dizer que não estamos preparados". Comentário a que, mais tarde, Cunhal responde: "Falou-se em levar as massas a choques violentos com a engrenagem salazarista: vários membros do PC já o fizeram […]. Se o General quiser

[1052] Redação final a partir dos apontamentos de Tito de Morais e Manuel Sertório.
[1053] *Idem*.

silenciar a Emissora Nacional dê ordem, que o PC dará a sua gente. Mas não se exija que seja o PC a encontrar sozinho aquilo que os outros pensam que se deve fazer."[1054].

Caminha-se para o final da tarde do segundo dia do encontro quando chegam dois delegados da oposição do interior, ambos comunistas, um deles representando Lisboa e o outro a Junta Central do Norte. Apresentam-se como "Silva" e "dr. Tiago", são na realidade Rui de Oliveira e Flausino Torres[1055].

Depois da retrospetiva do debate até então realizado, os recém-chegados atualizam a panorâmica sobre o movimento unitário em Portugal e explicam algumas ausências na conferência.

Na globalidade as informações ratificam a análise anteriormente feita e que dava conta do recuo da unidade motivado pela repressão e das dificuldades em a reanimar em resultado do desinteresse dos sectores não comunistas[1056]. Dias Amado, Lino Neto, Mário Soares, Salgado Zenha, em Lisboa, ou o grupo democrato-socialista, no Porto, escusam-se a um contacto enquadrado, a ponto de não ter sido possível trocar impressões com Soares ou Zenha antes da Conferência. Todos estes eram membros ou tinham mandatários na Junta Central de Acção Patriótica antes do seu desmantelamento e sabem estar referenciados pela polícia política. É assim que, durante todo o ano de 1963, a Junta Central não reunira e até mesmo os resultados da Conferência de Roma só

[1054] Nos apontamentos de Manuel Sertório a intervenção é atribuída a J. Costa. Pelo teor das afirmações e pelas notas de Tito de Morais atribuímos antes a autoria das declarações a Cunhal.

[1055] Flausino Torres é identificado nos apontamentos de Manuel Sertório como "dr. F.T." ou "Flausino". Próximo dos comunistas desde o início dos anos trinta, seu militante desde o começo da década seguinte, Flausino Torres é um importante membro do sector intelectual do partido desde essa altura. Professor de História e Filosofia, é também autor de uma assinalável obra de divulgação científica e colaborador em diversa imprensa periódica. Simultaneamente, a nível político, participa nos movimentos unitários das décadas de quarenta e alinha nas posições do MND, colaborando igualmente nas campanhas eleitorais oposicionistas, designadamente nas candidaturas de Norton de Matos em 1949 e na de Ruy Luís Gomes em 1951. Em julho de 1961, por pressão da PIDE, é demitido do colégio particular onde lecionava, o que o coloca numa situação mais precária pessoalmente, mas mais disponível em termos políticos. Pelo menos desde setembro/outubro de 1961 está ligado ao movimento das JAP's, facto que origina a sua prisão em outubro do ano seguinte. Libertado em janeiro de 1963, volta a empenhar-se no movimento unitário e neste contexto é chamado a participar na Conferência de Praga. Paulo Torres Bento, *Flausino Torres (1906-1974). Documentos e fragmentos de um intelectual antifascista*, Porto, Edições Afrontamento, 2006. O médico Rui de Oliveira é identificado por Sertório como "J. Costa". Ligado ao movimento associativo estudantil, fora membro fundador da Comissão Pro-Associação de Estudantes da Faculdade de Medicina de Lisboa e secretário-geral da RIA (Reuniões Inter-Associações) no ano letivo de 1959-60. Ocupara entretanto o lugar de assistente da Faculdade de Medicina, sendo demitido por razões políticas em 1962. Entrevista com Manuel Lucena, Lisboa, 16 e 23 de março de 2010 e http://aviagemdosargonautas.net/apresentacao-do-argonauta-rui-de-oliveira/ [acedido em fevereiro de 2013].

[1056] Apenas no que toca ao movimento estudantil a apresentação dos representantes do interior vai em sentido oposto ao descrito antes da sua chegada, acentuando-se agora um "*ano extraordinariamente parco em resultados*".

haviam chegado ao conhecimento de Dias Amado e de Lino Neto por junho/julho. São estes dois elementos, com quem haviam recolhido conversado, que insistem na vantagem de abandonar a nomenclatura em uso, quer no organismo central, quer na base. Sugestão que fizera equacionar a constituição de um Conselho Nacional, iniciativa para a qual auscultavam apoios[1057].

Quanto à atividade desenvolvida pela FPLN no exterior regista-se, antes de mais, a recusa da "*direcção da luta poder estar no estrangeiro*". A saída para o exílio continua, aliás, a ser associada ao desejo dos "*dirigentes não quererem arriscar-se*", acrescendo a isto o inevitável desfasamento da realidade do país de que logo seriam vítimas. Também de notar a discordância expressa por Lino Neto relativamente à escolha de Argel como centro de operações, "*por causa da posição anti-colonialista extrema do governo argelino e seu reconhecimento do governo de Angola*". Na ótica daquele não é a aliança com os movimentos nacionalistas das colónias portuguesas que os oposicionistas portugueses deveriam procurar, mas sim com os EUA, visando uma solução negociada que assegurasse a salvaguarda da cultura portuguesa nesses territórios. Ao contrário, aplauso geral merece a rádio *Voz da Liberdade*, cujo número de emissões deveria tornar-se mais frequente e cuja audição, deficiente a partir do primeiro mês no ar, deveria ser garantida.

É todo este contexto que justifica a ausência de maior e mais heterogénea comitiva do interior. Concretamente, Lino Neto enjeitara o convite "*porque se queimaria*", Mário Soares estava disposto a vir em setembro, mas agora informara a Barradas de Carvalho que só viria "*se fosse absolutamente indispensável*".

Na verdade, Soares estava em Paris, tendo decidido, à semelhança de Ramos da Costa e Emídio Guerreiro, não seguir para Praga. Os três haviam entendido não ser a conferência "*suficientemente representativa*", dado o aspeto "monocromático" da delegação do interior, estarem convencidos das ausências de Piteira e Lopes Cardoso e muito céticos quanto à presença de Delgado[1058]. Entretanto recebem telegrama de Tito de Morais, informando-os da presença do general e instando-os a comparecer. A notícia

[1057] Haviam já obtido o assentimento de Dias Amado e Lino Neto que, no entanto, se haviam recusado a indicar nomes para integrar a Junta Distrital de Lisboa ou o órgão de topo.
[1058] Carta de Ramos da Costa a Lopes Cardoso, Paris, 16 de janeiro de 1964. CD 25A, LC. Refira-se ainda que estava igualmente para comparecer Francisco de Oliveira Pio, incluído na convocatória inicial feita pelo PCP, mas que embaraços financeiros impedem de estar presente. Carta de Humberto Delgado a Hipólito dos Santos, Praga, 30 de março de 1964. APHS.

fá-los mudar de ideias, mas o aparelho comunista parisiense é incapaz de tratar das burocracias indispensáveis e acabam por ficar retidos[1059].

Retoma-se então o debate da nova política a adotar pela oposição. Uma vez mais reforçando a opção pela luta violenta contra o regime e considerando o formato que esta deveria assumir, novamente ressalvando o lugar da luta pacífica e legal, de novo, enfim, salvaguardando a unidade estabelecida na FPLN. Que tem de funcionar apesar do evidente desequilíbrio organizativo entre o PCP e os restantes interlocutores, sem que os primeiros temam a aspiração dos parceiros em tornar a Frente um super-partido, porque inexistente, mas também sem que esses parceiros se acanhem na defesa das suas posições quando divergentes das comunistas. Está ainda em causa saber de que unidade se trata, sobretudo atendendo às informações transmitidas pelos delegados do interior. A questão fundamental é colocada por Manuel Sertório:

> *"queremos despejar a organização de conteúdo para preservar a unidade orgânica com a oposição clássica, que teme uma insurreição popular mais do que o regime, ou sentimo-nos com o direito e o dever de defender uma linha justa, propondo novas acções e criando os organismos necessários"*[1060]*?*

E é o advogado a dar a resposta: manter a contradição presente é usar uma "*linguagem nova para uma realidade velha traduzida por velhos processos de luta*", prejudicando "*até as acções pacíficas, regressando a antes de 1958*". Como tal, e sendo "*a porta unitária a única porta*", é preciso assumir um diferente enquadramento, mais realista, dando maior liberdade de atuação a cada uma das correntes, ou seja, uma unidade essencialmente "*funcional e não orgânica*". Uma unidade que não dirigisse propriamente e, sobretudo, orientasse, esboroando assim o arrastado dilema entre frente interna e externa sobre a condução do movimento oposicionista[1061].

Assentes as ideias-chave quanto às formas de luta a adotar, passa-se à discussão de um conjunto de orientações gerais em matéria de "política externa", colonial e financeira. Relativamente ao posicionamento no quadro internacional afirma-se como perspetiva maioritária a do não alinhamento diplomático, com ajustes ao nível dos países e regiões onde cada núcleo de exílio estivesse fixado. No que respeita à política

[1059] Todo o parágrafo com base nas cartas de Hipólito dos Santos para Veiga Pires e Cabeçadas, Paris, 2 de janeiro de 1964 e de Ramos da Costa a Lopes Cardoso, Paris, 15 de janeiro de 1964. APHS e CD 25A, LC.
[1060] Adaptação. CD 25A, MS – FPLN/II Conferência 1964/Apontamentos, Doc 5, fl. 5.
[1061] *Idem*, fls. 5 e 6.

colonial reitera-se a posição anticolonial, que deverá ser aprofundada pela aproximação aos movimentos nacionalistas das colónias portuguesas. Sobre a resolução do problema financeiro acorda-se em aceitar todas as ajudas disponibilizadas, com a única condição de não pressupor compromissos políticos.

Passa-se aos últimos pontos da ordem de trabalho: formas de cooperação entre as diversas correntes e organizações oposicionistas, formato do "*órgão impulsionador a estabelecer no exterior*" e eventual criação de um Secretariado Permanente da Conferência.

Relativamente à primeira alínea, e na continuidade do afirmado aquando da discussão da nova política oposicionista, Flausino Torres e Álvaro Cunhal são os que mais insistem no interesse em chamar todos os sectores à unidade e de materializar essa mesma unidade no interior. Seja na direção, seja na base, perseverar nos esforços para acabar com as reticências manifestadas por alguns dos líderes da oposição moderada no país, cuidando, em alternativa ou a par, do alargamento da rede de JAP's e de para estas atrair elementos desses quadrantes. Apenas uma direção nacional articularia os organismos regionais em território nacional e seria reconhecido porta-voz para o diálogo sistemático que se pretende prosseguir com o exílio[1062]. Somente esta comunicação permanente poderia alterar a visão negativa com que é ainda encarada a emigração política, garantindo, por exemplo, que os seus dirigentes estavam dispostos a todos os riscos, inclusive o de ir ao interior.

Quanto à reformulação do esquema organizativo da unidade é aceite unanimemente a vantagem na manutenção e ampliação da FPLN. Porventura dando-lhe mais conteúdo político, pela definição de um programa-mínimo, porventura, também, alterando-lhe o nome de Frente Patriótica para a mais esclarecedora designação de Frente Portuguesa.

Considera-se então a forma e o lugar que caberia ao novo órgão a constituir. De imediato o general volta à carga teimando na ideia de formar um Governo Português no Exílio, encarregue prioritariamente de preparar a ação armada, tarefa a que se dedicaria um sub-órgão muito restrito e secreto, uma espécie de "*gabinete de guerra*", mas também de elaborar as primeiras leis a promulgar depois do derrube da ditadura e de

[1062] Para o qual é condição criar canais de ligação seguros, nomeadamente montando uma cifra especializada.

desenvolver amplo trabalho diplomático, contando aqui com o prestígio instantâneo que tal nomenclatura lhe daria[1063].

Dos que se pronunciam apenas Flausino Torres rejeita liminarmente a proposta, advogando antes um organismo coordenador e composto por elementos do interior e do exterior. Os restantes a tomar a palavra – Ruivo, Tito de Morais, Cunhal e Piteira – consideram-na "*prematura*" mas não desajustada. Mais importante do que o prestígio lá fora é o que granjearia na oposição, ressalva Ruivo, sendo, pois, fundamental uma avaliação preliminar da repercussão que teria em Portugal, acrescenta Tito de Morais. Os parcos recursos financeiros são o maior óbice à ideia, diz o secretário-geral comunista, no mais, quer como "*choque interno*", quer como instrumento nos contactos diplomáticos, veria o Governo como uma vantagem. Havia que garantir em antecipação o reconhecimento de outros países além dos africanos, completa Piteira.

O general dá-se por vencido e retira a moção. Seriam então, ao menos por ora, constituídos um comité de ação política no exterior com o nome de Junta Revolucionária Portuguesa e um Secretariado Permanente da Conferência[1064]. Ambos vinculados à FPLN, que mantém afinal a nomenclatura de Frente Patriótica de Libertação Nacional, sigla que continuará a enquadrar o movimento unitário do interior e as JAP's criadas na diáspora, acrescida apenas da menção a "Portugal"[1065]. De parte fica a hipótese de serem indicados representantes da FPLN para junto dos núcleos democratas espalhados pela diáspora, moção defendida particularmente por Tito de Morais, por voto contra da maioria, com Delgado e Cunhal à cabeça[1066].

Por fim acertam-se os detalhes da solução encontrada e elaboram-se os documentos a publicitar.

As resoluções começam por situar a Conferência no âmbito da Frente Patriótica de Libertação Nacional, afirmando-a como "*testemunho de unidade das diversas*

[1063] Delgado volta a situar nos 10.000 dólares o montante mensal necessário para tal empreitada, recusando a representação do interior e insistindo no apoio internacional que colheria. Quanto à legislação primordial enuncia: lei contra a fuga de pessoas e capitais, definindo o estatuto da imprensa, atacando a miséria, lei eleitoral, lei de partidos "*evitando a pulverização*".

[1064] São várias as nomenclaturas propostas para o comité: Comissão Externa para a Libertação de Portugal e Junta Executiva Libertadora de Portugal, por Sertório; Junta Executiva de Libertação Nacional, por Ruivo (que propõe a mudança da designação das JAP's para Juntas de Libertação Nacional); Junta Executiva da Frente Patriótica, por Piteira; Junta Governativa Revolucionária Portuguesa, por Delgado. Acaba por ser Álvaro Cunhal a resolver o assunto, encurtando a designação sugerida pelo general.

[1065] "FPLN (Portugal)".

[1066] O general teme sobretudo as questiúnculas dos vários núcleos de exilados e a previsível intriga que as nomeações de uns em detrimentos de outros causariam. Carta de Humberto Delgado a António de Figueiredo, Praga, 7 de janeiro de 1964. CD 25A, AF – Corresp 135 A2.

correntes da Oposição" na preparação do "*movimento insurreccional que derrubará a ditadura*" portuguesa. Palavras de circunstância a que se segue o que se substancial se passou em Praga[1067].

O capítulo inicial do documento informa do objetivo crucial da unidade renovada: derrubar o regime, formar um Governo Provisório, reinstaurar as liberdades democráticas e convocar eleições livres para designar uma Assembleia Constituinte que desenhasse o novo formato constitucional a vigorar. Ou seja, um pequeníssimo conjunto de premissas gerais que o PCP faz questão de reafirmar em todos os pactos unitários desde o MUNAF. Mas agora os seus parceiros desejam maior conteúdo, especificando alguns pontos de cariz programático para o futuro Portugal livre, unidos que estarão, esclarecem, nos primeiros passos dessa amanhã. De entre eles a construção de um estado democrático, o desenvolvimento industrial, a reforma agrária, a proteção dos interesses económicos e sociais das classes trabalhadoras e das classes médias, uma ampla política de assistência médica e social e o não alinhamento internacional.

A última alínea desse "programa" reconhece o direito à autodeterminação e à independência aos povos das colónias portuguesas, princípio novamente repetido no segundo capítulo das resoluções, precisamente intitulado "Problema Colonial". Ainda neste item salienta-se a importância da propaganda anticolonialista e das "*acções de resistência de militares contra as guerras coloniais*", voltando a sublinhar a "*aliança natural*" entre os povos das colónias e o povo português na luta contra o salazarismo, base para o desejado estreitar das ligações e da cooperação entre ambos. Contactos estes que, todavia, evitariam "*todas as posições que possam ser tomadas como uma intromissão nos problemas internos desses movimentos ou susceptíveis de criar dificuldades em relação à própria Oposição portuguesa*", adverte-se em anexo reservado[1068].

De parte fica a possibilidade de uma conferência entre a oposição lusa e todos os movimentos nacionalistas das colónias portuguesas, defendida por Manuel Sertório durante as conversações. A proposta enquadrava-se na política de aproximação a estes movimentos, mas os restantes participantes consideram-na inconveniente, sublinhando Cunhal poder esta ser encarada "*como pretensão dos portugueses a árbitro das questões*

[1067] "II Conferência da Frente Patriótica de Libertação Nacional. Resoluções", s/d [janeiro de 1964]. A&B FMS, 4282.009, ims. 25-27. A descrição seguinte terá por base este documento, salvo indicação em contrário.
[1068] "Anexo I – Relações com as Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas". APTM.

africanas", não sendo igualmente nada "*útil*" para os interesses dos próprios oposicionistas portugueses.

Voltando às resoluções publicitadas, o terceiro capítulo faz a súmula do acordado quanto às formas de luta a adotar: uma acção insurrecional, com a participação das massas populares e dos "*sectores revolucionários das forças armadas*", a ser preparada "*no mais curto prazo*", recorrendo-se para isso, tanto quanto possível, a "*acções susceptíveis de desenvolvimento para formas superiores de luta*", ainda que devam "*ser aproveitadas as possibilidades […] de actuação legal e semi-legal*" e ampliada a propaganda no interior do país, designadamente pelo aperfeiçoamento da *Voz da Liberdade* e pela maior oferta e difusão de imprensa da FPLN. Acompanhando idêntica formulação à das resoluções da Conferência de Roma, "*um papel positivo*" para estimular tal movimento popular e revolucionário é também reconhecido às "*acções de tipo especial, incluindo acções violentas, de agitação, auto-defesa, de enfraquecimento da máquina militar da guerra colonial e outras acções ofensivas*", embora, salienta-se agora, na condição de serem "*realizadas com objectivos políticos convenientemente estudados*". Paralelamente, no exterior, deveria ser intensificada a ação "diplomática".

Seguem-se, finalmente, as questões organizacionais. Uma vez mais insistindo na necessidade de reforçar a rede de JAP's no país, cuja articulação e unificação à escala local, regional e nacional se incentiva, assim como se estimula o relacionamento das Juntas com agrupamentos políticos e personalidades democráticas não integradas na Frente. Juntas que, necessariamente, deveriam estar sob a alçada de um organismo de âmbito nacional a funcionar regular e eficientemente. Órgão que sabiam inexistente, sem o admitir expressamente.

Atuando como cabeça do movimento passará a funcionar com carácter permanente a Conferência, que incluiria elementos a residir no país e outros no exílio. Sendo um órgão mais abrangente, a ele competiria definir a orientação da Frente e garantir uma ligação sistemática entre o interior e o exterior, cabendo-se ainda, doravante, convocar e organizar as assembleias magnas da Frente, clarifica-se em apenso secreto[1069].

O mesmo anexo informa serem membros permanentes todos os participantes no encontro de Praga, além de Francisco Oliveira Pio, Rui Cabeçadas, António Lopes

[1069] "Anexo IV – Conferência da FPLN", s/d [janeiro de 1964]. APTM.

Cardoso e Mário Soares, todos convocados para a reunião, logo que manifestassem o seu acordo às resoluções tomadas[1070]. Aos quais se associaria "*uma forte e adequada representação das JAP do interior*" e um ou mais mandatários dos "*movimentos antifascistas da juventude*", além de Ramos da Costa e Emídio Guerreiro, caso resultassem as diligências que junto deles se fariam. A Conferência procuraria ainda trazer ao seu seio outros quadrantes políticos agora afastados, referindo-se nominalmente António Macedo, Mário Cal Brandão, Eduardo Ralha e Olívio França, todos do chamado grupo democrato-socialista do Porto[1071].

No exterior, sucedânea do Secretariado no Exterior criado em Roma mas sem a "mácula" da subalternidade que lhe dava a designação de "Delegada", constitui-se a Junta Revolucionária Portuguesa, sob a presidência de Humberto Delgado. Um organismo executivo, encarregue de toda a ação política, diplomática, organizativa, de propaganda e financeira da FPLN no exterior, adstrito ao qual seriam envidados esforços para a formação de um comando executivo militar mais restrito, também dirigido por Delgado.

Quanto ao modelo de funcionamento, avança-se em anexo reservado, prevê-se a criação de pelouros dedicados às diferentes áreas de trabalho, considerando-se o trabalho coletivo na fase de arranque[1072].

O mesmo documento de circulação restrita esclarece dever a JRP estabelecer-se em Argel, indicando como seus membros todos os elementos do *bureau* da FPLN na capital argelina e Manuel Sertório, que deveria, à semelhança de todos quantos a integrassem, fixar-se no local com urgência. Competiria ainda ao organismo envidar esforços para garantir uma ligação própria com o interior.

[1070] O nome de Mário Soares é nos anexos postos a circular identificado apenas por "A". A sua identificação foi possível pela consulta dos rascunhos das resoluções e anexos que se encontram no acervo de Manuel Sertório. *Idem* e CD 25A, MS – FPLN/II Conf Praga 64/Textos Div 3.

[1071] Os nomes são substituídos pelas letras "B" a "E" nos anexos divulgados. A sua identificação foi possível pela consulta dos rascunhos das resoluções e anexos que se encontram no acervo de Manuel Sertório. *Ibidem* e *Idem*.

[1072] Durante o encontro referem-se os seguintes departamentos: Secretariado, Núcleos de Emigrados, Secretariado Permanente e Estudos políticos e económicos; Relações com o Exterior, com os Nacionalistas e com as autoridades locais; Propaganda; Finanças; Relações com o Interior; Ação Revolucionária (Guerra). "Anexo V – Junta Revolucionária Portuguesa", s/d [janeiro de 1964] e apontamentos de Manuel Sertório sobre a Conferência, respetivamente APTM e CD 25A, MS – FPLN/II Conferência 1964/Apontamentos, Doc 1.

A constituição da Junta enfrentara resistência considerável dos conferencistas, a criação de um comando operacional ainda mais. Como relatará Delgado a António Figueiredo poucos dias depois:

> *"Então ardeu Tróia! Talvez porque nenhum há-de querer ficar de fora, quando o Piteira abriu fogo logo foi acompanhado. O argumento dele nem parece digno da sua cabeça: "Criando um comando operacional em Argel tirava a vontade aos de Portugal de [lutar]"!! Respondi em estocada de afundo: "Então porque anda o senhor aqui a brincar às politicas? Não tira a vontade aos de Portugal?" O silêncio era e foi a única resposta…"*[1073].

A aceitação e promoção de Argel como base de trabalho haviam ficado bem explícitas durante a Conferência. É o próprio Álvaro Cunhal a declarar a necessidade de aí se instalarem quadros dirigentes, começando desde logo por Ruy Luís Gomes e Sertório, bem como outros militantes de base. Realidade que deveria, todavia, redobrar os cuidados nas relações entre a direção da Frente e a comunidade portuguesa aí fixada, a quem não deveria ser consentida qualquer ingerência no trabalho político ou nos meios materiais ao dispor da primeira[1074].

A composição do organismo havia outrossim sido negociada durante as conversações e é bastante diversa da primeira proposta de Humberto Delgado, que contemplava também os nomes de Álvaro Cunhal, Ruy Luís Gomes, António Figueiredo, D. António, o ex-bispo do Porto, Mário Ruivo e a presença de um militar e, ao contrário, esquecia Rui Cabeçadas. Cunhal e Luís Gomes recusam a nomeação, contrapropondo o secretário-geral comunista a sua substituição por outro mandatário do PCP, no imediato Pedro Soares. O nome de Ruivo acaba por "cair", atendendo aos prejuízos que a sua saída de Itália poderia acarretar, como lembra Cunhal. E, se a designação do prelado do Porto não levanta objeções em nenhum dos presentes, muito provavelmente certos da irrealidade de tal proposição, a de Figueiredo suscita dúvidas, sobretudo em Piteira e Ruivo, que questionam o valor real da figura no núcleo de Londres e compreendem mal o facto de ter preparado sozinho, sem disso ter sido incumbido ou disso dado conhecimento, o discurso a proferir pelo general à sua chegada

[1073] Praga, 7 de janeiro de 1964. CD 25A, AF – Corresp 135 A2.
[1074] Como havia acontecido já com a JAPPA, que pretendera intervir na rádio, afirma Cunhal. Comentário negado por Piteira que diz ter a Junta apenas constituído grupos de trabalho como órgãos auxiliares e não decisores e que, aliás, nunca haviam funcionado.

a Argel, pelo que é afastada[1075]. Quanto ao militar este deveria ir do interior ou, não sendo possível, ser Oliveira Pio, sugere Delgado. Já o nome de Cabeçadas é apontado por Piteira Santos, que o propõe como alternativa a si próprio, por ser "*mais representativo*". A indicação de Cabeçadas é prontamente aceite, embora "*a título pessoal*", salienta Cunhal, acabando também por permanecer Piteira.

Voltando à ata pública, esta conclui renovando o reconhecimento da autonomia dos núcleos de democratas na diáspora, junto de quem procurará não mais do que promover a unidade e facilitar a coordenação do seu trabalho, sobretudo na propaganda e na imprensa. Relativamente à Juntas de Acção Patriótica no Exterior, nenhuma palavra de incentivo à sua formação nem situando o papel das já criadas.

A vantagem da existência das Juntas no exílio havia sido, aliás, equacionada no decurso do encontro, chegando Sertório a propor a sua extinção. Todavia, a voz maioritária vai no sentido de respeitar os organismos já formados e o próprio advogado acaba por admitir ser essa uma melhor opção, "*pois na prática teríamos de aceitar*". Aceitar mas não estimular a continuidade do movimento, essa parece ser a decisão acordada, pelo que "*devíamos omitir qualquer referência*", conclui Cunhal.

No documento reservado menciona-se ainda a questão financeira, em idênticos moldes ao definido no debate, e informa-se da determinação da Conferência em "*organizar imediatamente a reunião de uma delegação da Conferência com democratas vindos do interior do país, a fim de lhes dar conta dos trabalhos da Conferência, de aferir a perspectiva de acção unitária no interior, de comunicar para o interior as resoluções tomadas e de aí promover a sua execução*"[1076].

Elabora-se ainda o comunicado "Ao Povo e aos Democratas Portugueses", onde se expõe em diferente formato idêntico conteúdo, um "Apelo ao Povo Português!" incitando à participação de todos na luta contra o salazarismo e outro comunicado bastante mais abreviado dirigido à imprensa estrangeira[1077]. Finalmente, redige-se carta

[1075] Além das atas, carta de Humberto Delgado a António de Figueiredo, Praga, 7 de janeiro de 1964. *Idem*. Discurso em referência: "Movimento Nacional Independente. Excertos do Discurso de Sua Exa. o Senhor General Humberto Delgado marcando a ocasião da sua chegada à Argélia", janeiro de 1964. CD 25A, MS – H. Delgado 1 – 1964/Diversos 1.

[1076] O encontro deveria ser promovido por Mário Ruivo, conforme mencionado nos apontamentos de Tito de Morais sobre a conferência. Respetivamente "Anexo II – Finanças" e "Anexo III – Reunião com Democratas do Interior", s/d [janeiro de 1964]. APTM.

[1077] CD 25A, MS – FPLN/II Conf. Praga 64/Comunicados 1 e 5.

a dirigir ao presidente argelino agradecendo a "*ajuda fraternal do Governo e do heroico povo argelino à luta do povo português*"[1078].

Segurando o fôlego

A Conferência termina a 2 de janeiro de 1964. Nesse mesmo dia Humberto Delgado dá entrada no Státiní Sanatorium, em Praga. Apanhara uma bronquite e a tosse por esta provocada fazia perigar a convalescença de cirurgia anterior, impondo a reavaliação do seu estado de saúde[1079]. Cunhal dispusera-se a tratar de tudo por forma a fazê-la na Checoslováquia, oferta que o general aceita. Feitos diversos exames, é novamente operado a 21 de janeiro, contando-se que estivesse recuperado em meados de fevereiro[1080]. Só à sua chegada a Comissão Delegada se extinguiria e a Junta Revolucionária Portuguesa entraria em funções, garantindo a solenidade e o impacto do momento[1081].

Tito de Morais, primeiro, Ruy Luís Gomes e Piteira Santos, depois, dirigem-se a Paris, onde dão conta da "*boa impressão causada pelo general*" e das conclusões do encontro[1082]. Ramos da Costa e Emídio Guerreiro são dois dos que mais importa auscultar e comunicar o convite para fazerem parte da Conferência Permanente, Piteira encontra-se igualmente com os seus companheiros do MAR na capital francesa. Em Argel, logo idêntica informação é transmitida a Rui Cabeçadas e circula pelo núcleo democrata português. Em Rabat, Lopes Cardoso, outro convidado que não comparecera à assembleia, é igualmente posto a par da súmula das decisões e do convite para integrar a Conferência[1083].

As primeiras impressões são positivas. A "*preocupação de eficiência*" revelada pela obrigatoriedade de residência de todos os membros da Junta em Argel ou, sobretudo, a "*decisão firme de se caminhar no sentido de se levar para o interior uma*

[1078] Original em francês, traduzido. CD 25A, MS – FPLN/II Conf. Praga 64/Comunicados 3. Terá ainda sido preparado agradecimento às autoridades checas pelas facilidades na realização do encontro, referenciado nas atas.
[1079] Em Março de 1963 realizara uma intervenção cirúrgica à zona abdominal, cuja cicatrização parece agora estar comprometida. Frederico Delgado Rosa, *op. cit.*, p. 1003.
[1080] Carta de Álvaro Cunhal [assinatura ilegível] a Tito de Morais, 21 de janeiro de 1964. APTM.
[1081] Carta de Ramos da Costa a Piteira Santos, Paris, 15 de fevereiro de 1964. A&B FMS, 4279.005, im. 45.
[1082] Carta de Ramos da Costa a Tito de Morais, 17 de janeiro de 1964. A&B FMS, 4280.003, im. 3.
[1083] Cartas de Ramos da Costa a Lopes Cardoso, Paris, 15 de janeiro de 1964; Rui Cabeçadas a Lopes Cardoso, Argel, 16 de janeiro de 1964 e de Piteira Santos e Tito de Morais, em nome da CDP, a Lopes Cardoso, Argel, 18 de janeiro de 1964. CD 25A, LC.

acção revolucionária" são alguns dos motivos para essa renovada esperança[1084]. Um fôlego que todos atribuem ao mesmo responsável e sobre o qual partilham idênticas preocupações, como traduz Ramos da Costa a Lopes Cardoso logo a 15 de janeiro:

> *"A presença do General deverá ter contribuído em muito para que esta feição das conclusões tomasse corpo sobre o relativo imobilismo do PC, em relação ao problema do calendário de urgência. Vamos lá ver se todos, principalmente em Argel, puxam direito, para que entremos numa fase mais construtiva […]."*[1085].

Ao que Lopes Cardoso acrescenta uns dias depois:

> *"Creio que é ainda cedo para ajuizarmos das consequências da Conferência embora me pareça que ausências de representantes do interior é desde já um forte handicap sobretudo quando ela possa servir para manter o equívoco nunca esclarecido das Juntas no interior do país."*[1086].

No mesmo dia em que Delgado é operado, 21 de janeiro, conforme ficara acordado na capital checa, começam a ser amplamente divulgados os resultados da Conferência. A partir de Argel os documentos seguem para os diversos núcleos da diáspora política portuguesa, a quem se pede colaboração no sentido de os difunde pela comunidade democrata lusa e de os fazer chegar à oposição no interior do país. Aos microfones da *Voz da Liberdade* o assunto merece o maior relevo, bem como no agora lançado boletim de informação da Frente, o *Portugal Livre*[1087].

No interior, o número de arranque do jornal da Comissão Executiva da Junta Central da FPLN, *Unidade e Acção*, de março de 1964, é integralmente dedicado à Conferência de Praga, publicando as resoluções e o comunicado "Ao Povo e aos Democratas Portugueses"[1088]. No mês anterior, o boletim *A Verdade*, órgão das Juntas Patrióticas do Norte, divulgara o conjunto da documentação resultante do encontro,

---

[1084] Respetivamente, cartas de Lopes Cardoso a Piteira Santos e Tito de Morais, Rabat, 24 de janeiro de 1964 e de Ramos da Costa a Lopes Cardoso, 15 de janeiro de 1964. CD 25A, LC e *Idem*.
[1085] *Ibidem*.
[1086] Não sabia ainda da participação dos dois delegados do interior ou, sabendo, não confiaria inteiramente na sua versão. Carta de Lopes Cardoso a Piteira Santos e Rui Cabeçadas, Rabat, 24 de janeiro de 1964. CD 25A, LC.
[1087] O primeiro número é integralmente dedicado à Conferência. *Portugal Livre. Boletim de Informação da Frente Patriótica de Libertação Nacional*, n.º 1, janeiro de 1964. A&B FMS, 4282.009, ims. 37-46. Também editado em francês: APHS.
[1088] A&B FMS, 2603.014, ims. 6 a 9. O periódico é editado, embora com irregularidade, entre esta data e fevereiro de 1965, desconhecendo-se números posteriores.

continuando no número de março a referir-se-lhe[1089]. Também o *Amanhã*, folha das Juntas Patrióticas da Juventude, assinala a realização da II Conferência da FPLN na primeira página do número de março de 1964[1090].

Na mesma linha, o *Avante!* de fevereiro de 1964 destaca o tema em primeira página, com o chamativo título "II Conferência da Frente Patriótica de Libertação Nacional! O general Humberto Delgado preside à Junta Revolucionária Portuguesa", publicando simultaneamente outros documentos elaborados pela assembleia oposicionista[1091]. No restante aparelho de propaganda comunista observa-se idêntico interesse, designadamente nas rádios *Portugal Livre* e *Moscovo*[1092].

Na Argélia, o *Révolution Africaine* publica em 25 de janeiro a carta dirigida a Ben Bella e subscrita por Delgado em nome dos participantes da Conferência.

No Brasil, o *Portugal Democrático* de fevereiro publica na íntegra as conclusões da Conferência[1093]. Logo depois regressa Manuel Sertório ao país e dá entrevista ao jornal *Brasil Urgente*, cujo ponto fundamental é a II Conferência da Frente. Com intuito de dar esclarecimentos complementares à comunidade democrata portuguesa no Brasil, a 6 de março tem lugar assembleia no Centro Republicano Português, na qual é aprovada mensagem de "*decidido apoio*" às resoluções de Praga, reafirmando a integração do núcleo na FPLN e o compromisso de prosseguir no país de acolhimento objectivos políticos similares ao da organização[1094]. Subscrevem o documento representantes do Centro anfitrião do encontro, do jornal *Portugal Democrático*, da Unidade Democrática Portuguesa e da União das Mulheres Portuguesas.

Em França, o órgão central do PCF, *L'Humanité*, alude pela primeira vez à reunião magna em 27 de janeiro de 1964, publicando artigo baseado nas declarações de

[1089] Ano I, nº 6, fevereiro de 1964 e Ano II, n.º 7, abril de 1964. Respetivamente, A&B FMS, 4435.575 e CD 25A, HL. São apenas conhecidos mais dois números posteriores: de novembro de 1964 e de setembro de 1965.
[1090] O boletim iniciara a sua edição em novembro de 1961, mantendo sempre uma periodicidade bastante irregular. No ano de 1963 não sai qualquer número, voltando a reaparecer com este n.º 7 de março de 1964. A&B FMS, 4435.561. O último número sinalizado é de abril/maio de 1965.
[1091] Ano 33, Série VI, n.º 338, fevereiro de 1964. Disponibilizado em http://www.ges.pcp.pt/bibliopac/imgs/AVT6338.pdf [consultado em 11-12-2012].
[1092] ANTT, PIDE/DGS - 2ª Conferência das Forças Anti-Fascistas Portuguesas, SC CI(2) 1615 NT 7119.
[1093] CD 25A, MS – FPLN/II Conf. Praga 64/Recortes Impr 4.
[1094] "Apoio às Resoluções da II Conferência da FPLN" in *Portugal Democrático*, março de 1964 (recorte de imprensa). ANTT, PIDE/DGS – Frente Patriótica de Libertação Nacional, SC CI(2) 1353 - Pt 2, fl 533.

Álvaro Cunhal ao correspondente do periódico em Moscovo[1095]. Três dias mais tarde, procurando uma cobertura mais alargada, a FPLN promove conferência de imprensa na capital francesa. O encontro decorre sob a presidência da secretária-geral da Ligue des Droits de l'Homme, Suzanne Colette-Kahn, e conta com o patrocínio de Emídio Guerreiro, na sua qualidade de presidente do Comité para a Defesa das Liberdades em Portugal. Estão presentes cerca de 20 jornalistas, representantes dos títulos mais prestigiados da imprensa francesa, de vários jornais africanos e de agências noticiosas como a France-Presse ou a Prensa Latina[1096]. A representação da Frente é assegurada por Ramos da Costa e Pedro Soares, cabendo ao último a leitura do extenso comunicado preparado para o efeito. Um papel que deveria ser de Humberto Delgado como presidente da JRP, salienta-se, impossibilitado de o desempenhar dada a interdição de entrada em França[1097].

De Paris, Ruy Luís Gomes segue para Roma, onde estabelece alguns contactos com políticos italianos, transmitindo-lhes o decidido na assembleia de Praga. Momento noticiado nas páginas do *Avanti* e referido noutros periódicos italianos, como o *PaeseSera* e o *Rinascita*[1098].

Em meados de fevereiro de 1964 uma delegação da Frente constituída por Pedro Soares, Piteira Santos e Rui Cabeçadas desloca-se a Itália para participar como observadora no VI Congresso da Associação Nacional dos Resistentes de Itália[1099]. No decurso dos trabalhos, concretamente na mesa redonda dos Representantes das Organizações da Resistência Europeia, é aprovada por unanimidade uma moção de apoio "*concreto*" à luta dos democratas de Portugal e Espanha contra as ditaduras aí vigentes e de denúncia da "*tirania*" sobre "*os melhores representantes da vida intelectual*" de ambos os países.

[1095] « Toute l'Opposition Portugaise s'Estunie au sein du Front Patriotique de Liberation Nationale pour en finir avec la dictature de Salazar ». CD 25A, MS – FPLN/2 Conf Praga 64/Recortes de Imprensa, Doc. 2.

[1096] Segundo Ramos da Costa, apenas o *Le Monde* terá estado ausente, julga que por razões de ordem política. Já o boletim informativo da Frente refere a presença de um seu delegado. Cartas de Ramos da Costa a Piteira Santos, Paris, 15 de fevereiro de 1964 e a Tito de Morais, Paris, s/d [fevereiro de 1964]. Respetivamente, A&B FMS, 4279.005, im. 45 e 4280.002, im. 80. *Portugal Livre, boletim da FPLN*, n.º 2, fevereiro/março de 1964, p. 2. APHS.

[1097] "Portugal: L'opposition s'organise" in *Democratie*, 2 de março de 1964. ANTT, PIDE/DGS – Frente Patriótica de Libertação Nacional, SC CI(2) 1353 - Pt 2, fls 597 (594-596 tradução). Texto do comunicado in CD 25A, MS – FPLN/2 Conf Praga 64/Textos Div 1.

[1098] "I democratici portoghesi per la lotta armat" in Avanti de 21 de janeiro de 1964; *Paese-Sera* de 21 de janeiro de 1964 e *Rinascita* de 27 de janeiro de 1964. CD 25A, MS – FPLN/2 Conf Praga 64/Recortes de Imprensa, Doc 1 e ANTT, PIDE/DGS - 2ª Conferência das Forças Anti-Fascistas Portuguesas…

[1099] Convite dirigido a Piteira Santos por Giulio Mazzon, do secretariado nacional da associação, Roma, 30 de janeiro de 1964. CD 25A, PS – Corresp 184.

Encerrado o congresso, os mandatários da FPLN fazem um périplo por diferentes cidades do Norte de Itália dando a conhecer a situação portuguesa. Já na capital italiana decorrem encontros com responsáveis de vários quadrantes da política italiana, do Partido Democrata-Cristão ao Partido Comunista. No final, tem lugar uma conferência de imprensa em Roma, a 1 de março. Da mesa da sessão fazem parte o vice-presidente da Associação Nacional dos Resistentes de Itália, patrocinadora de toda a iniciativa em conjunto com o Comité Italiano para a Defesa das Liberdades em Portugal, e o advogado Vicenzo Summa, que havia pouco tempo se deslocara a Portugal para assistir ao julgamento do processo de Beja. Amplamente participada, à semelhança do que acontecera nas várias conferências dadas em território italiano, está na origem do realce dado à luta da oposição portuguesa em geral e aos resultados da assembleia de Praga em particular[1100].

Procura-se sensibilizar opinião pública internacional para a situação portuguesa e dar maior visibilidade à Frente. As iniciativas acima enunciadas são apenas exemplificativas da "ofensiva" diplomática e propagandística levada a cabo, aliás prevista nas resoluções de Praga. Preparando tudo para a chegada do líder e o arranque de uma nova e decisiva fase da luta.

Entretanto, o quadro clínico de Delgado agravara-se. A 3 de fevereiro o general fora novamente operado e as expetativas de recuperação e subsequente instalação na Argélia adiam-se, na melhor das hipóteses, para abril[1101]. Pese embora a posição de menoridade, a direção da Frente dá o seguimento possível à sua atividade.

Por um lado, procura não deixar esmorecer a atenção dos meios internacionais para o caso português, dando continuidade ao trabalho diplomático.

Prestes a começar o julgamento dos implicados na revolta de Beja, cuja sessão inaugural decorre a 28 de janeiro de 1964, lança-se no exterior uma campanha de solidariedade com os arguidos e de denúncia da arbitrariedade da justiça portuguesa. Quer por uma ampla cobertura mediática, quer pelo envio de observadores internacionais que pudessem, com mais propriedade, divulgar os atropelos legais impostos pelo salazarismo. É assim que o Comité Italiano para a Liberdade em Portugal

[1100] Informação sem autor identificado, 6 de março de 1964 [redigida em espanhol]. ANTT, PIDE/DGS – Frente Patriótica de Libertação Nacional, SC CI(2) 1353 - Pt 2, fl 618 e *Portugal Livre, boletim da FPLN*, n.º 2…, p. 3 a 5. APHS.

[1101] Memo-circular de Humberto Delgado para Piteira Santos, 29 fevereiro e 10 de março de 1964. CD 25A, PS – Corresp 191.

promove a deslocação a Portugal de Arrigo Repetto, do Partido Socialista Italiano, e de P. de Angelis, do Partido Democrata-Cristão, para acompanhar o desenrolar do julgamento, elementos que acabam por ser expulsos depois de interrogados pela PIDE. Diferente sorte tem Vicenzo Summa, da Associação de Juristas Italianos, que acima referimos, bem como um jornalista do *Paese-Sera*[1102].

Entre os dias 28 de maio e 9 de junho de 1964 desloca-se à Jugoslávia uma missão da Frente constituída por Tito de Morais e Piteira Santos. O convite parte da Aliança Socialista Jugoslava, quebrando a indiferença até então manifestada pelos países socialistas e abrindo perspetivas pelo compromisso de apoio diplomático e material à FPLN e de manutenção de um enviado da Frente que se encarregasse da realização de um programa em português na rádio oficial jugoslava[1103].

Ratificadas a posição anticolonial e a aproximação aos movimentos de libertação das colónias portuguesas em Praga, interessa igualmente dar maior amplitude a esta vertente.

Neste âmbito, na capital da Nigéria, onde decorre a Conferência do Conselho de Ministros da Organização da Unidade Africana no final de fevereiro de 1964, a Frente faz entregar pela mão do radiologista José Veiga Pires, aí fixado como professor no Hospital Universitário de Lagos, o memorando "La Politique Anticolonialiste des Democrates Portugais et la Politique Coloniale du Gouvernement Salazar". Neste afirma o apoio à luta de libertação das colónias portuguesas, a rejeição da política colonial do governo português e o imediato final da guerra em Angola e na Guiné. Embora, cuida-se em sublinhar uma vez mais, não se arrogue a FPLN a pretensão de se autodesignar como libertadora dos povos africanos, mas somente pretenda ver reconhecida a luta comum pela liberdade e pela democracia[1104].

Ainda neste domínio, particularmente relevante é o entendimento com o PAIGC, resultado de "*larga entrevista*" com Amílcar Cabral e com outros dois

[1102] Carta de Mário Ruivo a José Hipólito dos Santos, Roma, 26 de janeiro de 1964. APHS.
[1103] No apoio material está incluído o envio de equipamento de escritório de que a Frente tem absoluta necessidade. O elemento associado à rádio poderia ser um estudante cuja sobrevivência fosse garantida por uma bolsa de estudo. Carta de Tito de Morais a Ramos da Costa, s/d [11 de junho de 1964]. A&B FMS, 4280.003, ims. 45-56.
[1104] "Portugueses associam-se à guerra de Angola contra Salazar" in *Daily Times*, 28 de fevereiro de 1964 (transcrição) e cópia de Informação do Gabinete dos Negócios Políticos da Direcção-Geral de Administração Política e Civil do Ministério do Ultramar ao Director da PIDE, 18 de junho de 1964. ANTT, PIDE/DGS – Frente Patriótica de Libertação Nacional, SC CI(2) 1353, Pt 2, fls 536-540 e Pt 1, fl. 41. Memorando subscrito pela Comissão Delegada Provisória da FPLN, Argel, 20 de dezembro de 1963. A&B FMS, 4282.009, ims. 28-36.

responsáveis partidários. Trocam-se impressões sobre a situação da luta de um e do outro lado, reitera-se a complementariedade entre ambas as lutas, afirma-se o desejo de dar continuidade aos contactos. Ou seja, ainda que não assine um comunicado comum, a organização nacionalista aceita corroborar publicamente, pela primeira vez, aquele que vinha sendo o discurso da FPLN. O que explica o entusiasmo de Tito de Morais quando refere o assunto a Ramos da Costa:

> *"Foi das coisas mais positivas que temos feito e dum alcance que vai ter repercussões grandes em toda a nossa luta. As conversações que foram iniciadas continuarão e as perspectivas que nos abriram foram vastíssimas."*[1105].

Ao momento é dada a divulgação possível, noticiando-o nos meios de propaganda ao serviço da Frente – o recém-editado boletim *Portugal Livre* e a *Voz da Liberdade* – e noutros jornais do exílio, como o *Portugal Democrático*, e diligenciando para que seja publicado na imprensa de grande tiragem[1106].

Por outro lado, trata-se de assegurar o secretariado do *bureau* e alimentar/coordenar o "aparelho de propaganda". Agora reforçado com a edição do novo boletim de informação e com mais uma emissão da *Voz da Liberdade* nas madrugadas de quinta-feira, a partir da meia-noite e quinze[1107].

Essencial também é dirimir o problema financeiro. Antes de mais, solicita-se a Lopes Cardoso, responsável pela tesouraria da CD da Frente em Paris, informação sobre o saldo disponível, no valor de 1018 NF, e sua transferência para os cofres do bureau de Argel[1108]. Simultaneamente regista-se o movimento de caixa do ano de 1963, cujo saldo no final do ano se situa nos 140.19 NF[1109]. No conjunto um pequeno montante para acorrer aos gastos imediatos, irrisório se se pensasse no acréscimo de despesas previsível com a chegada de Humberto Delgado. Lança-se, pois, nova campanha de

[1105] Carta de Argel, 5 de março de 1964. A&B FMS, 4280.003, ims. 19-20.
[1106] Comunicado de 4 de março de 1963 – comunicado à imprensa pelo Serviço de Imprensa da FPLN, Bureau de Argel. CD 25A, MS – FPLN/JRP/Textos Div 3. *Portugal Livre, boletim da FPLN*, n.º 2…, p. 8. APHS. O comunicado à imprensa é publicado, designadamente, no *Révolution Africaine* de 14 de março de 1964. ANTT, PIDE/DGS – Frente Patriótica de Libertação Nacional, SC CI(2) 1353 - Pt 2, fls 592-593.
[1107] Do *Portugal Livre. Boletim de Informação da Frente Patriótica de Libertação Nacional* apenas se conhecem quatro números, os primeiros dois já referenciados de janeiro e fevereiro/março de 1964 e os restantes dois, não datados, de maio/junho e de outubro de 1964. Os últimos parte do acervo de Manuel Sertório, CD 25A. Na rádio, a emissão bissemanal inicia-se em março de 1964.
[1108] Carta de Tito de Morais e Piteira Santos a Lopes Cardoso, Argel, 18 de janeiro de 1964. Lopes Cardoso responde a 24 de janeiro, anexando balancete e dando conta de ter já efetuado transferência do valor para os companheiros em Argel. CD 25A, LC.
[1109] "Movimento de Caixa do Bureau de Alger", Bureau de Argel, Argel, 31 de janeiro de 1964 – em nome de Stela Ribeiro. CD 25A, PS – Corresp 185.

recolha de fundos por circular datada de abril de 1964, já sob a chancela dos "Serviços de Tesouraria da Junta Revolucionária Portuguesa", procurando aproveitar a onda de boa vontade gerada pelas decisões de Praga[1110].

No âmbito organizativo, equaciona-se a oportunidade de criar uma estrutura de juventude ligada à Frente, cujo quadro estatutário chega a ser esboçado e que terá começado a reunir, embora, aparentemente, tenha uma existência muito efémera e pouco mais que formal[1111].

E continua-se, tanto quanto possível, a acompanhar os diferentes núcleos da diáspora oposicionista. Uruguai, Venezuela, Canadá são alguns dos que dão a conhecer o agrado com o resultado da II Conferência. De Marrocos chegam notícias de desentendimentos na Associação Portugueses Livres de Marrocos, que se vinham agravando desde dezembro de 1963.

No início de novembro de 1963 Henrique Cerqueira chegara a Marrocos via Gibraltar. Sem visto e, portanto, na iminência de ser expulso do território, procurara a CONCP que, por sua vez, o enviara para o núcleo oposicionista português. Apresentando-se como agrimensor, afirmara ter residido mais de uma vintena de anos em Angola, estando próximo de elementos da Frente Unida de Libertação Nacional de Angola que, segundo o próprio, originara a FUA, tendo sido preso no início da guerra na colónia e enviado para Portugal. No momento da sua saída clandestina do país pertenceria à Organização República (OR) e à Organização Revolucionária de Libertação e Independência (ORLI), estruturas com vasta rede no país e que estariam, diz, preparadas para desencadear a revolução. Traz como missão contactar com o Governo Provisório no Exílio, que sabe existir secretamente, afirmara. Consigo trazia várias credenciais dirigidas a Piteira Santos e a Humberto Delgado, de cuja veracidade se duvidara mas que Argel acabara por confirmar. Preparavam-se os seus patrícios para

[1110] O objetivo é conseguir contribuições mensais regulares. CD 25A, MS – FPLN/JRP/Textos Div. 5.

[1111] A documentação recolhida sobre o assunto é residual e pouco esclarecedora quanto à atividade efetivamente levada a cabo. Uma carta subscrita por Ruy d'Espiney em nome da Comissão da Juventude Portuguesa na Argélia dirigida à Comissão Delegada em 12 de janeiro de 1964 apresenta tal organismo como estrutura já formada e dando continuidade a contactos anteriores com a CD. Com idêntica nomenclatura encontramos uma resolução saída de uma reunião dessa organização em 22 de janeiro e um parecer sobre as resoluções da II Conferência com data de 10 de fevereiro de 1964. No entanto, o "Acto Constitutivo" da Juventude da FPLN aparece datado de 3 de março de 1964. Finalmente, a 26 de março, em carta enviada a Lopes Cardoso, Hipólito dos Santos menciona o assunto como mera hipótese, apresentando-a como uma "Frente Patriótica dos Estudantes Emigrados Portugueses" a ser dirigida pelo MAR e pelo PCP e funcionando clandestinamente. Respetivamente, CD 25A, MS – FPLN/Vários/ Juventude 12, 13, 14 e 15 e CD 25A, LC.

lhe resolver a situação, quando Cerqueira decidira voltar a Gibraltar. Cerca de um mês mais tarde, alegando ter obtido um visto por intermédio da polícia inglesa, chega novamente a Rabat e rapidamente se aproxima da Associação Portugueses Livres de Marrocos, conquistando certa influência no organismo.

A estranha forma de atuar, arrogando-se os títulos de representante da FPLN e do general, por exemplo, e o desconhecimento que manifesta sobre a oposição portuguesa alimentam reservas em vários elementos da comunidade democrata lusa. São alguns destes que, nos primeiros dias de fevereiro de 1964, quando Cerqueira se prepara para assumir o lugar de secretário-geral da Comissão Plenária da Associação, a abandonam. Entre estes está Lopes Cardoso[1112].

Por diferentes vias os relatos do sucedido vão chegando à direção da Frente e fazem crescer a apreensão. É preciso cerrar fileiras e não dispersar esforços. Marrocos é o núcleo mais próximo de Argel, estando em posição privilegiada para coadjuvar nas tarefas que certamente se multiplicarão mal chegue Humberto Delgado. Aliás, dele está parcialmente dependente a manutenção futura do general, como atrás vimos[1113]. Poderia, igualmente, através da CONCP, complementar o trabalho "diplomático" junto dos movimentos nacionalistas.

A CD insiste na necessidade de solucionar o assunto quanto antes e nesse sentido intervém junto de vários elementos da comunidade democrata portuguesa em Marrocos e pede a Lopes Cardoso uma atitude mais proactiva, enquanto seu elemento de confiança e membro da Conferência Permanente da FPLN[1114].

Negoceia-se entretanto alternativa organizativa, que levará à formação de uma Junta de Acção Patriótica dos Portugueses em Marrocos, em meados de maio[1115]. Informada, a direção da Frente manifesta o seu acordo, ao mesmo tempo que reafirma o

[1112] Cartas de Lopes Cardoso a Veiga Pereira, 11 de novembro de 1963; à CD da FPLN, Rabat, 12 de fevereiro de 1964 (local e data manusc.), em anexo "Cópia do pedido de demissão", s/d; e à CD FPLN, Rabat, 2 de abril de 1964 (local e data manusc.). CD 25A, LC.

[1113] Carta de Piteira Santos a Lopes Cardoso, Argel, 13 de março de 1964. CD 25A, LC.

[1114] Por exemplo Tito de Morais junto de Victor Blanc e nas conversações com Helena Cabral, que se desloca a Argel procurando esclarecer o assunto, munida de credenciais de Cerqueira. A ambos é lembrado o perigo de atribuir a elemento desconhecido tanta responsabilidade e, ao contrário, ratificada a confiança em Lopes Cardoso. Cartas de Tito de Morais a Victor Blanc, Argel, 22 de fevereiro de 1964; de Victor Blanc a Tito de Morais, Rabat, 28 de fevereiro de 1964; de Tito de Morais a Blanc, Argel, 4 de março de 1964 [carta datada por lapso de 4 de fevereiro]. APTM. Cartas de Piteira Santos e Tito de Morais a Lopes Cardoso, Argel, 4 de março de 1964; e de Piteira Santos a Lopes Cardoso, Argel, 13 de março de 1964. CD 25A, LC.

[1115] A Associação de Portugueses Livres de Marrocos é dissolvida em meados de junho. Cópias de cartas de Lopes Cardoso e A. Tibúrcio à JRP, [26 de março de 1964]; e de Lopes Cardoso à CDP da FPLN, [Rabat, 2 de abril de 1964]. CD 25A, LC.

importante papel a desempenhar por Lopes Cardoso[1116]. O que dá azo a certo mal-estar nos restantes envolvidos no processo, por verem nisso certa preferência e temerem estar em causa a direção colegial da Junta. Tudo isto enquanto circulam boatos da ligação do engenheiro ao PCP… Reticências logo limadas pelos prontos esclarecimentos a partir de Argel[1117].

Simultaneamente procura-se esclarecer o posicionamento dos que haviam sido convidados a ocupar lugares dirigentes no rearranque da Frente.

A propósito da campanha ao redor do julgamento de Beja, António de Figueiredo dirige-se aos responsáveis da CD no final de janeiro de 1964. Aproveita também a ocasião para, conforme lhe aconselhara o general, evidenciar estar ao corrente das reticências levantadas à sua designação para a JRP e, assim, indiretamente, solicitar explicações[1118].

Notoriamente irritado com a indiscrição de Delgado – "*é hábito insólito* […] *de comunicar o conteúdo das trocas de impressões em reuniões políticas de responsabilidade*" –, Piteira assume-se como "*único responsável*" por tais dúvidas e encarrega-se de as clarificar. As iniciativas "*demasiado audaciosas, perigosas e até abusivas*" tomadas por Figueiredo, despidas de "*lógica política*" e "*inadmissíveis em certo quadro de responsabilidade política*" são parte da justificação, o facto de ser o jornalista desconhecido nos meandros da luta oposicionista, chegando à "*vida política portuguesa [apenas] em 1958 e em Lourenço Marques*" a restante. Claro que lhe reconhece o entusiasmo e o valor das suas ligações aos meios da imprensa inglesa, procura amenizar Piteira, já sem mencionar as provas de simpatia que lhe deve, mas, estando em causa interesses "*superiores às nossas pequenas pessoas*" e no momento atual, não poderia ter agido doutro modo[1119].

Uma semana mais tarde, Figueiredo atribui tais mal entendidos à dispersão imposta pelo exílio e apela "*para que ponham termo a quaisquer discussões envolvendo a minha pessoa e que evitam dar mais preocupações e desgostos a quem, como o Senhor General, tem posição de tanta responsabilidade*". Tencionava, de qualquer

[1116] Carta de Tito de Morais e Rui Cabeçadas a Lopes Cardoso e Armando Tibúrcio, Argel, 26 de maio de 1964. CD 25A, LC.
[1117] Cartas de Tito de Morais a Victor Blanc, Argel, 10 de junho de 1964; e de Victor Blanc a Tito de Morais, 15 de junho de 1964. APTM.
[1118] Carta de Piteira Santos a António de Figueiredo, Argel, 31 de janeiro de 1964. CD 25A, AF – Corresp 139.
[1119] *Idem*.

modo, deslocar-se brevemente à Argélia, mas grave crise de saúde dita o adiamento do projeto[1120]. A mesma razão que determina a impossibilidade de se afastar de Londres e, consequentemente, de se deslocar para Argel ou de integrar a JRP, que comunica a Delgado pouco depois e acaba de vez com especulações[1121].

No primeiro fim-de-semana de fevereiro Lopes Cardoso desloca-se a Argel com intuito de esclarecer os últimos detalhes sobre o encontro de Praga e debater vários assuntos no âmbito MAR. Por estes dias, de passagem pela cidade está igualmente Manuel Sertório, que aí vai averiguar possibilidades de trabalho, na expetativa de se poder fixar em Argel dali a dois meses[1122].

Com Lopes Cardoso, no que toca à Frente, a questão fica arrumada: o engenheiro agrónomo aceita integrar a Conferência Permanente, decisão confirmada por escrito à chegada a Rabat[1123]. Idêntica atitude é tomada por Ramos da Costa, ao contrário de Emídio Guerreiro, que recusa o convite[1124].

Humberto Delgado permanece retido em Praga. A recuperação é muito lenta e vai adiando mais e mais a data da partida. Após a esperança, a apreensão vai-se instalando.

Realinhamentos políticos

> *"A todos aqueles que acreditam que só a violência revolucionária, a luta armada, poderá derrubar o regime fascista de Salazar, é dirigido este boletim de combate. A todos aqueles que pensam que chegou o momento de desencadear a luta armada contra o regime fascista de Salazar, é dirigido este boletim de combate."*

Assim se anuncia o primeiro número do *Jappa*, o boletim da Junta de Acção Patriótica dos Portugueses da Argélia publicado no final de dezembro de 1963[1125]. Já "*não vivemos mais a primitiva fase de procura do processo em que a luta se deve desenrolar*", "*encontrou-se o caminho*", esclarece o editorial: o da "*violência*

[1120] Carta de António de Figueiredo a Piteira Santos, 6 de fevereiro de 1964. CD 25A, AF – Corresp 141.
[1121] Comunicada por Delgado para Argel por carta de 19 de março de 1964. CD 25A, PS – Corresp 198.
[1122] Carta de Manuel Sertório a Rui Cabeçadas e Piteira Santos, Londres, 25 de janeiro de 1964. CD 25A, MS – Corresp 1463.
[1123] Carta de Lopes Cardoso à CD da FPLN, Rabat, 6 de fevereiro de 1964. CD 25A, LC.
[1124] Cartas de Piteira Santos a Ramos da Costa, Argel, 18 de março de 1964; de Ramos da Costa a Piteira Santos, Paris, 9 de abril de 1964; e de Ramos da Costa à JRP da FPLN, Paris, 10 de abril de 1964. A&B FMS, 4279.005, ims. 34-39 e 32-33 e 4282.004, im. 15, respetivamente.
[1125] Janeiro de 1964. APHS.

revolucionária" assente na "*participação popular*", único garante da "*necessária transformação das estruturas políticas, sociais e económicas*". A disposição das massas evidenciara-se na revolta de Beja, urge agora organizá-las, avançando "*para a acção armada a curto prazo*"[1126].

As seis páginas do periódico são inteiramente dedicadas ao tema. Evocando a luta cubana, reclamando a abertura duma "*segunda frente*" em Portugal como prova de solidariedade com a luta armada travada pelos povos coloniais de Angola e Guiné, divulgando excertos do código de honra das Forças Armadas de Libertação Nacional da Venezuela, apontando algumas "*noções práticas*" a ter em conta por todos os "*grupos de acção revolucionária*" dispostos à ação direta[1127].

Os duzentos exemplares impressos são distribuídos principalmente em Argel, quer entre a comunidade lusa, quer junto dos delegados de vários movimentos e entidades representados na capital argelina, mas também enviados para os núcleos de exilados de Marrocos, Brasil, Uruguai, Argentina, Venezuela, Bélgica, Inglaterra, Suíça e França, para o general e para seções de rádios com emissões em português[1128].

Apesar do seu aspeto panfletário, a iniciativa é genericamente bem acolhida na diáspora, expectante perante a breve aproximação de Delgado e o *volte-face* que desta poderia resultar. Esperança partilhada pelos companheiros exilados em Argel, que, no remate do boletim, não deixam de noticiar que "*em breve, o General Humberto Delgado estará em Argel*", "*a caminho de Portugal*"[1129].

O segundo número do periódico reproduz idêntica orientação, bem como o número de março, que inaugura a análise das resoluções públicas e reservadas da Conferência de Praga regozijando-se com a "*clara afirmação da necessidade e da oportunidade da luta armada*". E, se admite estranhar a admissão das ações legais e semilegais como formas de luta, logo encontra uma explicação: as manifestações não reproduziriam os modelos tradicionais, surgindo agora "*com uma defesa bem preparada, o que quer dizer que grupos armados devem [deviam] enquadrar todos os elementos manifestantes e que devem [deviam] fazer uso das suas armas para os*

[1126] *Idem*.
[1127] *Ibidem*.
[1128] Referenciam-se os seguintes movimentos e entidades exteriores à oposição portuguesa: FRELIMO; PAIGC; MPLA; GRAE; elementos antes associados à FUA; exilados espanhóis e das Canárias; Prensa Latina e Embaixada de Cuba em Argel. "JAPPA. Boletim n.º 1 – Janeiro 1963 [data incorreta no original] (distribuição)", 29 de dezembro de 1963. APHS.
[1129] *Jappa. Boletim da Junta*…

proteger". Deteta também o óbvio desequilíbrio no tratamento dado à organização e à ação, contemporizando, uma vez mais, ao reconhecer a indispensabilidade da organização, mas lançando o aviso: "*a organização exige acção*", acabe-se "*de uma vez para sempre com a política, com o vício, do «esperar»*"[1130].

Marcar o peso dos ativistas na base da Frente, pressionando a sua cúpula a adotar idêntica posição é o objetivo. Os resultados da Conferência de Praga contribuem para apaziguar os ânimos na capital argelina. Só depois da chegada do general se avaliaria a disposição real para concretizar a carta de intenções divulgada, por agora é preciso centrar atenções na preparação dessa chegada.

Criar "*um clima de bom entendimento que facilite um bom ambiente de trabalho à volta da JRP e, nomeadamente, do G[eneral] H[umberto] D[elgado]*" é essencial[1131]. O que implica sanar o diferendo com a RR e o PCP, desde meados de novembro afastados do trabalho do coletivo da JAPPA. Como vimos no capítulo anterior, aqueles haviam-se já dirigido ao Secretariado Executivo da Junta nesse sentido, é agora tempo de responder ao apelo e agendar um encontro.

A reunião entre o Executivo e representantes do grupo que havia abandonado a assembleia geral de 16 de novembro de 1963 dá-se a 25 de fevereiro de 1964[1132]. Como base de discussão a ordem de trabalhos de plenário a realizar, elaborada pelo Secretariado, e que contempla quatro pontos: apresentação de contas; posição da Junta perante a II Conferência; posição perante a vinda de Delgado e remodelação interna da JAPPA[1133]. A proposta merece o acordo dos mandatários, que sugere, atendendo ao conteúdo dos segundo e terceiro items, a presença da Comissão Delegada. O SE acede.

A assembleia geral realiza-se nos dias 29 de fevereiro e 7 de março de 1964, como de costume na sede da Frente. Sem a participação dos dirigentes da CD, que preferem manter-se à margem. Uma vez mais é considerada a redefinição do esquema orgânico da Junta e é eleito novo Secretariado Executivo, correspondendo à reivindicação por que se batiam os "moderados" desde novembro e que tinha como

[1130] *Jappa*. Boletim da Junta de Acção Patriótica dos Portugueses da Argélia, n.º 3, março de 1964. APHS.
[1131] "Resoluções do SE de 28/1/64", apontamentos de Hipólito dos Santos. Apenas com a presença de Ayala, Veiga Pires e Hipólito. APHS.
[1132] Os delegados do grupo "dissidente" são Celeste Carvalho, Rodrigo dos Santos, Maria Carolina Tito de Morais e Jorge Landeiro. "Reunião SE / Deleg", apontamentos de Hipólito dos Santos, 25 de fevereiro de 1964. APHS.
[1133] Proposta de convocatória para assembleia geral, Argel, 18 de fevereiro de 1964. APHS.

pressuposto a representação de todas as tendências políticas existentes na comunidade. Os subscritores da "carta de chamada" a Humberto Delgado dão ainda conhecimento da sua iniciativa, requerendo que o coletivo da Junta tomasse "*o encargo da manutenção do General Humberto Delgado enquanto tal for [fosse] necessário e de acordo com a Junta revolucionária Portuguesa*", moção que terá sido aceite[1134].

A recomposição do Executivo resulta de intenso debate. São consideradas pelo menos dez listas, acabando por ir a votação final apenas as listas apresentadas por Marcelo Fernandes, Rodrigo dos Santos e Carolina Tito de Morais[1135]. Com 20 votos sai vitoriosa a lista avançada por Marcelo Fernandes e constituída por Rui d'Espiney, José Hipólito dos Santos, Luís Bernardino, Fernando Echevarria e João Pulido Valente.

Dois *maristas* – Hipólito e Echevarria –, dois elementos da recém-constituída FAP – d'Espiney e Pulido – e um comunista – Bernardino –, assim fica constituída a direção da Junta[1136]. Excluída fica a Resistência Republicana e Socialista, proponente das outras duas listas em escrutínio e nelas representada por Augusto Pereira de Oliveira[1137]. Destas excluíra o MAR, dando maior peso ao PCP e preferindo incluir elementos cuja filiação política não é absolutamente clara – Adolfo Ayala e Moura Pimenta. Uma tática condenada à partida, atendendo à desproporção de forças em presença, e que os restantes comentam nos seguintes termos: "*Depois de uma actuação da R.R. nos moldes habituais, tornou-se impossível a colaboração*"[1138].

De facto, não obstante as alterações que se vinham registando na composição da comunidade portuguesa em Argel, o MAR continua a deter grande influência. O núcleo *marista* conhece aliás, por essa altura, um acréscimo significativo, passando dos seis elementos que tinha no final de 1963 a uma dúzia de militantes. O que aumenta a sua capacidade produtiva, ainda maior pela qualidade política dos novos filiados, como José

[1134] Carta de Hipólito e Veiga Pires ao SE da JAPPA, Argel, 31 de janeiro de 1964. O Secretariado dá autorização para que a moção seja presente ao plenário da Junta que entretanto se realizasse. Embora não tenhamos tido acesso à ata da assembleia, os testemunhos orais recolhidos corroboram esta versão. Entrevista com José Hipólito dos Santos, Lisboa, junho de 2007 e com Clarinda Veiga Pires, Lisboa, novembro de 2007.

[1135] São também sugeridas propostas por Luís Bernardino, Helena Teixeira, Moura Pimenta, Arlindo Carvalho, Fernanda Filipe, Maria Emília Silvestre, além de Carolina Tito de Morais ter apresentado uma outra alternativa.

[1136] Rui d'Espiney e Pulido Valente parecem continuar a ser encarados pela generalidade da comunidade argelina como "dissidentes comunistas" e não como membros da FAP.

[1137] A lista de Carolina Tito de Morais contabiliza 15 votos e a de Rodrigo dos Santos 16 votos.

[1138] Carta de Hipólito dos Santos a Álvaro Miranda, Argel, 11 de março de 1964. APHS.

Moura Marques, José Augusto Seabra ou Sacuntala de Miranda, e pela maior estruturação do grupo[1139].

Como vimos no capítulo anterior, o desertor Moura Marques aproximara-se do MAR em Paris, chegando a Argel nos primeiros dias de janeiro de 1964. Algo desinteressado do trabalho unitário, dedica-se ao estudo "*da guerra revolucionária*", querendo avançar "*até às últimas consequências*"[1140]. As qualidades políticas logo lhe são reconhecidas e depressa ganha certo ascendente no núcleo *marista*, sendo inclusivamente designado nos inícios de junho como um dos seus representantes à conferência interior/exterior de que adiante falaremos.

Militante do MUD Juvenil na década de cinquenta e por isso preso quando tinha apenas 18 anos, Augusto Seabra fora um dos condenados no famoso processo do Porto que liquidara a organização. Libertado no final de 1957, continuara ligado ao movimento associativo estudantil, em Coimbra e depois em Lisboa. Em 1961 exila-se em Paris, onde é cofundador e primeiro presidente da União dos Estudantes Portugueses em França, de que também fazem parte nomes como Carolina Tito de Morais, António Brotas ou Silas Cerqueira. Em 1963 é convidado a ocupar o lugar de revisor literário na Rádio Moscovo, convite que aceita. Um ano mais tarde, em meados de março, chega à capital argelina acompanhado da mulher, Alzira Carvalho Seabra. Albergado na Casa-Abrigo, o casal é desde logo integrado na JAPPA e Seabra designado responsável pela casa-abrigo. Conhece o projeto do MAR desde que este dava os primeiros passos ainda em Paris, tornava-se agora seu militante[1141].

É na convicção de que em Argel se treinavam comandos para invadir Portugal que Sacuntala de Miranda parte de Londres para a capital argelina, onde chega em meados de abril de 1964. Filiada no MAR desde que soubera da sua criação, no seu âmbito desenvolvera atividade política em Inglaterra, a que espera dar maior pendor combativo em Argel. Chegara até a frequentar umas aulas no clube de tiro da

[1139] Para toda a caracterização do núcleo: "Relatório sobre a Actividade do Núcleo de Alger", Núcleo MAR de Argel, s/d [anterior a junho de 1964]. CD 25A, LC. Acrescentam-se, circunstancialmente, outras referências documentais.
[1140] Cartas de Hipólito dos Santos e Rui Cabeçadas a Lopes Cardoso, Argel, respetivamente 19 e 16 de janeiro de 1964. CD 25A, LC.
[1141] José Augusto Seabra, *De Exílio em Exílio I - Resistências e Errâncias (1953-1963)*, Porto, Folio Edições, 2004 e ANTT, PIDE/DGS – José Augusto Baptista Lopes Seabra, SC E/GT 2519 - NT 1476.

Universidade de Londres, antevendo uma futura preparação para a revolta que entretanto se desencadearia a partir do Magreb[1142].

De facto, não existe treino militar. Mas é com esse horizonte em vista que o núcleo *marista* argelino trabalha. Além de continuar a investir no aprofundamento da formação política dos seus membros, mantendo o esforço de ampliar a biblioteca sobre socialismo e técnicas de luta revolucionária e promovendo debates sobre temas como luta armada ou unidade, o grupo dedica-se à preparação "teórica" da ação armada, coligindo testemunhos sobre a forma como esta se desenvolveu noutros países, pesquisando sobre técnicas "especiais" aplicáveis e estudando a forma de as aplicar em Portugal. Elaboram-se, por exemplo, manuais sobre o sistema de informação argelino, a transmissão de mensagens ou as guerrilhas do Vietnam do Sul, no primeiro caso. No segundo, listam-se tipos de ações violentas, de agitação ou autodefesa passíveis de realizar em Portugal, identificam-se unidades militares e policiais portuguesas e caracterizam-se aspetos como o seu funcionamento, o seu pessoal e o seu sistema de segurança, investigam-se as principais armas utilizadas pelas Forças Armadas lusas, entre outras questões.

Em resultado dessa pesquisa o núcleo apresenta à Comissão Delegada da Frente o documento "Subsídios para a Luta Armada em Portugal", libelo em prol da ação armada que poderia servir de base à conceção de um plano de ações militares, e um programa detalhado de treino em diversas especialidades técnicas[1143]. Na linha do boletim da JAPPA, duas iniciativas com o comum objetivo de pressionar a direção da FPLN em geral e o PCP em particular a "*aceitar uma posição mais radical*"[1144].

Simultaneamente, o grupo alarga, consideravelmente, os seus contactos. Terá sido por esta altura que dois padres do *réseau de soutien* de Robert Davezies lhe oferecem apoio para "tarefas concretas" e que tem lugar um curso de sistemas de comunicação, como cifras, sistemas de correio e tintas simpáticas, com Rosette Aladjem, mulher de Henri Curiel[1145]. É igualmente nestes meses que se exploram possibilidades de auxílio técnico e material junto do governo cubano, através da

[1142] Sacuntala de Miranda, *op. cit.*, Lisboa, Salamandra, 2003, p. 137-141.
[1143] Avançando indicações sobre a elaboração de planos táticos gerais, as estruturas de comando a criar ou o funcionamento de serviços de informação, entre outras. Cf. também "Depoimento sobre a Actividade de Divisão e Diversão do chamado "Núcleo de Argel"", Piteira Santos, 18 de julho de 1964. CD 25A, PS – Actividades Privadas/FPLN/Doc. Diversos/Assuntos Diversos 6.
[1144] Carta de Hipólito dos Santos a Álvaro Miranda, Argel, 14 de abril de 1964. APHS.
[1145] Testemunhos de Hipólito dos Santos, setembro de 2007 (escrito) e fevereiro de 2013.

Embaixada de Cuba em Argel, que parece bastante interessada no movimento e nas suas perspetivas.

Este redimensionamento do grupo em Argel corresponde a uma nova fase na vida do MAR, no sentido de uma maior clarificação doutrinária, de uma estruturação tendencialmente partidária e do alargamento das suas fileiras. As negociações com elementos do interior, encetadas em 1963, estão praticamente concluídas no final desse ano[1146]. Durante o primeiro semestre de 1964 discute-se a base programática que definiria o movimento "refundado". Entre os dias 5 e 7 de junho tem lugar em Paris a conferência entre delegados do interior e do exterior onde são ultimados ambos os processos. Neste são aprovados os "Princípios de Acção e Programa Mínimo", guia para a elaboração das grandes linhas político-estratégicas do movimento, tarefa a ser levada a cabo assim que o documento fosse ratificado pelo interior. Em conjunto com a análise da situação política portuguesa, constituiriam o "cartão-de-visita" do MAR[1147].

O encontro debate ainda a posição oficial do MAR perante a unidade. Constituído após a I Conferência e portanto após a criação da Frente, ainda incipiente ao nível teórico, o movimento não se tinha até à data pronunciado. Se três dos seus protagonistas principais integram a Comissão Delegada, nenhum o faz formalmente em nome do movimento mas sim a título individual. As únicas organizações expressamente representadas são o PCP e a RRS. É agora o momento de clarificar a situação, o que se faz em circular confidencial dirigida aos diferentes núcleos do MAR:

> *"1. O MAR apoia a FPLN e participará nas suas actividades unitárias nomeadamente as das JAP, considerando:*
> *que essa participação implica a sua presença, a título oficial, nos órgãos directivos da FPLN, com todas as consequências que daí decorrem; […]*
> *e) que, em princípio, os órgãos directivos da FPLN devem ser constituídos por representantes credenciados dos partidos ou movimentos da oposição portuguesa que aceitam os princípios enunciados na II Conferência.*

[1146] Decorrem contactos com três grupos, um constituído por 4 ou 5 pessoas que teriam aderido ao MAR logo após a sua formação, outro mais alargado ligado aos meios operários e a gente escapada à razia pós-Beja, mais virado para a ação, e um terceiro muito ligado à luta estudantil e com ligações aos sectores militares (muito provavelmente o grupo de João Cravinho). A estes se referem em código, respetivamente como "Mariana", "Farol" e "Flor". Relatório do Interior e Esclarecimento, [MAR do Interior], 2 de junho de 1964 – transcrito por Manuel Lucena anotado com esclarecimentos às informações iniciais. Enviado apenso ao relatório de "António Garcia" [Lucena] enviado para Lopes Cardoso, 8 de julho de 1964. CD 25 A, LC – Núcleo MAR de Roma 1964.

[1147] Apontamentos de Hipólito dos Santos, classificados pelo próprio como "Conferência de constituição do MAR em França", 5 a 7 de junho de 1964. APHS.

2. O MAR manterá estruturas e iniciativas próprias."[1148]

O tema levantara alguma controvérsia na reunião, com alguns dos presentes a questionar a representatividade da unidade, quando o próprio movimento não havia sido chamado à mesa das negociações, outros interrogando a vantagem duma unidade com a direita. Distantes quanto ao projeto para o Portugal futuro e quanto aos meios de luta que a ele os levaria, ponderam se existiriam outras pontes que justificassem um trabalho conjunto.

Hipólito dos Santos é um dos que expõe as suas dúvidas, cujas raízes entroncam no processo de constituição da JAPPA. Como transmitira a Lopes Cardoso por carta de meados de janeiro de 1964:

> *"Apesar dos resultados, aparentemente bastante positivos, da Conferência ainda não abandonei a ideia de que só faremos um trabalho sério quando abandonarmos Unidades ou outras organizações clássicas e bem assim pessoas não menos clássicas, pelo menos nos métodos de agir. Trabalharmos nas nossas coisas e a Unidade efectuar-se na Acção."*[1149].

Seriam as resoluções de Praga ditadas por uma vontade real ou somente pelo sentido de sobrevivências das tradicionais lideranças, que temem ficar "*dépassés*"[1150]?

Mas outras vozes, como a de Lopes Cardoso, contrapõem: em nome individual, conseguiria o MAR enveredar pela luta armada?

Os primeiros defendem um apoio condicionado, os segundos uma participação completa e integral. Acaba por se impor a segunda orientação. O documento louva ainda a prestação "*incansável do companheiro Rui Cabeçadas*" no seio da JRP, desejando a sua permanência no organismo "*pelo menos*" até à realização de nova Conferência da FPLN[1151]. Segue o documento para o interior, depois da sua ratificação será transmitida à Frente a posição oficial.

Também a Frente de Acção Popular (FAP) está representada no Secretariado Executivo da JAPPA. Nos primeiros meses de 1964 tudo se prepara para a formação de uma nova organização, a FAP. No final do ano anterior, Francisco Martins Rodrigues, membro do Comité Central do PCP, escreve *Luta Pacífica e Luta Armada no Nosso*

[1148] "Movimento de Acção Revolucionária. Conferência de Junho de 1964", 7 de junho de 1964 [data manusc]. APHS.
[1149] Carta de 19 de janeiro de 1964. CD 25A, LC.
[1150] Carta de Hipólito dos Santos a Mário Ruivo, Argel, 19 de janeiro de 1964. APHS.
[1151] "Movimento de Acção Revolucionária. Conferência de Junho de 1964"...

Movimento, um texto em que sistematiza as principais razões do seu afastamento da linha política do partido. Passando em revista a atividade partidária nas últimas décadas e pondo-a em confronto com os textos marxistas-leninistas, para demonstrar o erro da orientação protagonizada pelo PCP, designadamente na dispersão de esforços pelos diferentes tipos de luta, na secundarização da violência entre estes, na subestimação do "*movimento libertador das colónias*" e na manutenção da aliança com a "*corrente reformista*" da oposição, e defender a urgência e prioridade da luta armada[1152].

Após a fuga de Peniche, Martins Rodrigues fica largos meses confinado a uma tipografia do partido onde a sua única ocupação é a leitura do material editado pelo PCP e a audição da rádio Pequim. É nesse contexto que vai participando na correção do "desvio de direita", enviando uma série de cartas ao Comité Central nas quais se denota um progressivo afastamento da linha dominante do partido. Críticas que Martins Rodrigues apresenta parcialmente e que são pela primeira vez abertamente discutidas em reunião do CC de dezembro de 1962. Mas é em meados de 1963 que o conflito se agudiza. Na reunião do organismo dirigente do partido realizada em Moscovo em agosto desse ano, onde Martins Rodrigues está presente como representante da Comissão Executiva, coordenadora da luta no interior do país, as críticas por si apresentadas são inteiramente rejeitadas e, embora não sofra sanções nem seja destituído do seu lugar no CC, Martins Rodrigues perde o seu lugar no órgão executivo do interior[1153].

Vencido politicamente no interior do partido, decide então redigir a súmula das suas diferenças, que subscreve em nome do seu pseudónimo partidário, «Campos». Pela mesma altura em que o Partido Comunista Chinês afirma inequivocamente a cisão do movimento comunista internacional, pondo um ponto final ao conflito travado com o Partido Comunista da União Soviética desde 1957. Cujos contornos Martins Rodrigues não conheceria em detalhe, no qual não entronca propriamente a sua posição, preferindo antes discutir a questão do ponto de vista nacional, mas de que divisa o suficiente para criticar o alinhamento do PCP com os soviéticos[1154].

[1152] [Rodrigues, Francisco Martins], *Luta Pacífica e Luta Armada no Nosso Movimento*, s.l., Edições Unidade Popular, 1974.

[1153] Sobre o teor das divergências que Martins Rodrigues vai dando a conhecer ao partido e o debate que se vai desenvolvendo no interior dos organismos dirigentes, ver João Madeira, *op. cit.*, p. 489-498.

[1154] Sobre o assunto ver Carlos Morais, "Entrevista [a] Francisco Martins Rodrigues, 12 de outubro de 2004 in http://www.primeiralinha.org/destaques4/entremartins.htm [acedido em janeiro de 2013]; José Pacheco Pereira, *"O um dividiu-se em dois". Origens e enquadramento internacional dos movimentos*

Em outubro/novembro de 1963, Martins Rodrigues deixa a URSS e é instalado pelo partido em Paris, ficando aí encarregue do controlo da organização comunista. É nesse contexto, nos encontros que se seguem e onde representa o partido, que se apercebe da radicalização das posições assumidas, particularmente entre os jovens desertores cujo número é crescente. Um dos que se pronunciam é Manuel Claro, na cidade desde o verão de 1963.

Martins Rodrigues facilmente compreende ter ali terreno fértil para as suas posições. A história é conhecida: depois duma reunião, Claro e um outro companheiro, Humberto Belo, terão sido procurados por Martins Rodrigues, que se diz solidário com a generalidade das apreciações feitas, embora as julgue redutoras, e se afirma na disposição de romper definitivamente com o PC. É neste contexto que surge o *Luta Pacífica e Luta Armada no Nosso Movimento*, escrito apressadamente, e que Martins Rodrigues abandona a casa onde fora alojado, levando consigo uma máquina de escrever e vários documentos do arquivo partidário pertencente a Joaquim Gomes e que tinha à sua guarda. Na sequência do que, em dezembro, é expulso do partido.

Em Argel, no final de novembro, Rui d'Espiney é informado do sucedido por Manuel Claro. D'Espiney inicia-se nas lides políticas na Comissão Pro-Associação dos Estudantes Liceais de Lisboa, em 1959/60, ingressando, pouco depois, no PCP. Na sequência do seu envolvimento na organização das manifestações do 1º de maio de 1962, assume uma posição crítica relativamente ao partido e à validade das manifestações pacíficas, distanciando-se da militância. Por abril/maio de 1963 a ligação partidária é reatada e é um dos elementos incumbido de por a salvo o possível da organização após as denúncias de Rolando Verdial. Contactos que lhe mostram a extensão das críticas, afinal bem para lá da "burguesia estudantil", como queria fazer ver o partido, incluindo também o sector operário, e reforçam a convicção da necessidade de organizar a resistência. No verão desse ano, acompanhado pelo primo Manuel Claro, com quem partilha idêntica posição, sai clandestinamente do país rumo a Paris. Aí tentam organizar um qualquer movimento nessa base, um intuito complicado de concretizar, até pela dificuldade em encontrar meios de subsistência. Opta pois por

---

*pró-chineses e albaneses nos países ocidentais e em Portugal (1960-65)***,** Lisboa, Alêtheia Editores, 2008 e Miguel Cardina, *Margem de Certa Maneira. O Maoísmo em Portugal. 1964-1974*, Lisboa, Tinta-da-China, 2011, p. 33-41.

seguir para a Argélia. Claro permanece na capital francesa, mantendo contacto com a estrutura partidária, motivo pelo qual, como vimos, conhece Martins Rodrigues[1155].

Em conflito mas ainda nas fileiras do partido, Rui d'Espiney é bem acolhido pelo mandatário comunista, que o tenta reconquistar para o trabalho partidário. Chega inclusivé a receber um convite proveniente da Embaixada Soviética em Argel para frequentar a Universidade Patrice Lumumba em Moscovo. Um breve namoro que termina na assembleia de 16 de novembro, quando D'Espiney alinha com os *extremistas*.

Ao receber o documento do «camarada Campos», Rui d'Espiney dá-o a conhecer a Pulido Valente, que terá avançado de imediato Martins Rodrigues como seu possível autor. Ambos em dissídio com o PC, vêm aqui uma possibilidade de encontrar caminho alternativo.

Duma geração anterior à de Rui d'Espiney, o médico João Pulido Valente desenvolvera uma intensa atividade política desde a década de quarenta, quer como quadro legal do PCP, quer no movimento unitário, nomeadamente no MUD Juvenil, onde conhecera Francisco Martins Rodrigues. No final dos anos cinquenta estivera também associado à tentativa infrutífera de lançar a candidatura de Cunha Leal à Presidência da República, aparecendo a seguir como um dos dinamizadores da campanha de Arlindo Vicente[1156].

Rui d'Espiney dirige-se novamente a Manuel Claro e pede mais elementos sobre a organização em constituição. De Paris, vem a confirmação da ligação a Martins Rodrigues e a indicação de estarem já a desenvolver trabalho político enquanto grupo. D'Espiney e Pulido Valente divorciam-se "oficialmente" do PC e aderem.

Os dois núcleos embrionários de Paris e Argel procuram recrutar uma base de apoio, atraindo descontentes da orla PCP e outros elementos em busca de um caminho alternativo no contexto da esquerda marxista-leninista. Sobretudo para facilitar a aproximação aos comunistas, o *Luta Pacífica e Luta Armada no Nosso Movimento* é, por ora, a sua carta de apresentação.

[1155] Entrevista com Rui d'Espiney, Setúbal, 14 de janeiro de 2008. ANTT, PIDE/DGS – Rui Manuel Pires de Carvalho d'Espiney, SC GT 738 - NT 1429; SC CI(2) 2373 - NT 7168.

[1156] ANTT, PIDE/DGS – João Carneiro de Moura Pulido Valente, SC SR 819/49 - NT 2640; SC PC 192/51 - NT 5062 e SC PC 649/58 - NT 5204. José Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal. Uma biografia política*, Lisboa, Temas e Debates, 2001, vol. 3, p. 114-115. Carlos Morais, *op. cit.*

É neste contexto que se estabelecem contactos entre este grupo e o MAR, na capital parisiense, por intermédio de Manuel Claro e Hipólito dos Santos, respetivamente. Do seu resultado, o dirigente *marista* dá conta aos companheiros Lopes Cardoso e Rui Cabeçadas, em carta de 22 de Dezembro de 1963:

> *"Há grandes afinidades e estabelecer-se-á imediatamente (se a CE aceitar) uma ligação permanente entre um deles e um nosso para coisas concretas. Parecem contar com muita gente. Desenvolvem uma grande actividade ideológica e simultaneamente dizem preparar-se para o resto. Admitem a prazo mais longo e, resultado da própria acção, uma fusão. Pedem troca de documentos e dizem fazer falta uma Declaração de Princípios nossa porque por enquanto as coisas parecem um pouco ambíguas."*[1157].

As relações são de grande cordialidade. O estudo das possibilidades de entendimento/aliança entre MAR e FAP continuam, utilizando como intermediária Maria Fernanda Coutinho, vinda dos sectores católicos e próxima de ambas as organizações sem pertencer a nenhuma delas[1158].

O lançamento formal da FAP dá-se somente por volta de março de 1964 com a divulgação da sua declaração política intitulada "O Caminho da Insurreição Anti-Fascista e da Liberdade", antedatada de 1 de janeiro anterior. Nesta se reproduzem as linhas mestras avançadas por Martins Rodrigues na *Luta Pacífica e Luta Armada no Nosso Movimento* e se enuncia o programa mínimo da revolução democrática que protagoniza, agora em nome de uma nova frente aglutinadora das "*forças populares*". Contrária às "*falsas soluções de direita*", mas disposta à cooperação com todos os partidos ou agrupamentos populares, com quem não pretende "*entrar em competição*", e até com a Frente Patriótica de Libertação Nacional, "*que reúne a maioria dos agrupamentos anti-fascistas, é uma importante força política*" e, como tal, a quem se propõe "*dar o seu apoio […] em todas as acções favoráveis ao desencadeamento da insurreição*"[1159].

É nesta medida, dando formalmente a conhecer a sua existência e procurando iniciar contactos, que o secretariado da FAP se dirige à cúpula da FPLN em meados de abril de 1964. Diálogo para o qual a Frente se mostra disponível, pedindo "*amplos esclarecimentos*" sobre a organização e o "*tipo de relações*" que esta considera emolduradas na afirmação final da sua declaração política. Lamenta apenas não ter sido

[1157] CD 25A, LC.
[1158] Carta de Hipólito dos Santos a Maria Fernanda Coutinho, Argel, 26 de maio de 1964. APHS.
[1159] ANTT, PIDE/DGS – FAP, SC CI(2) 2163, Pt 1, fl. 186 (folheto).

procurada antes de estar concretizado o projeto e, assim, poder debater "*se a designação Frente não pode[ria] dar lugar, dentro e fora do nosso País, a confusões desorientadoras e, por isso mesmo, prejudiciais à luta em que todos estamos empenhados*". Não tem nada a opor à criação de organizações independentes, frisa a direção da FPLN, mas defende o enquadramento dessa luta "*numa só Frente. E […] essa Frente é a Frente Patriótica de Libertação Nacional*"[1160].

A carta do Secretariado da FAP é entregue "*por um portador conhecido*" em Argel, muito provavelmente Pulido Valente ou Rui d'Espiney, a partir de então "*autorizado para representar a […] organização em todos os contactos com a Frente Patriótica de Libertação Nacional*"[1161].

Pela mesma altura a organização dá a conhecer a sua existência ao Secretariado Executivo da Junta[1162]. Estaria já formada na capital argelina uma célula da FAP, de que fazem parte, além dos dois elementos já referido, Ana Rita Gonçalves, Marcelo Fernandes, Joaquina Fernandes, Joaquim Branquinho e o desertor Manuel Vaz[1163].

Igualmente representado no Executivo da JAPPA está agora o PCP. A cumprir serviço militar e prestes a embarcar para a guerra em Angola, de onde é natural, o médico Luís Bernardino decidira desertar e rumar a Argel, onde chega em dezembro de 1963. Irmão de José Bernardino, figura emblemática do movimento estudantil de Lisboa e funcionário comunista, preso na sequência das manifestações do 1º de maio de 1962, é como aquele militante comunista, desenvolvendo até então atividade no sector estudantil de Lisboa, designadamente como um dos redatores do *Amanhã*, boletim clandestino das Juntas Patrióticas de Juventude. Ao chegar à capital argelina parece alinhar com os dissidentes do partido, aproxima-se de Rui d'Espiney e de Pulido, julgam-no da FAP. Equívoco ou hesitação, a verdade é que Bernardino continua no PC e é por este indicado para integrar a direção da Junta.

Esta aproximação aos comunistas resulta da pressão direta do núcleo do MAR, que continua a entender como vantajosa uma colaboração mais estreita com PCP como forma de o forçar "*a escolher entre a aliança com a R.R. e a colaboração connosco*". Sendo essa aproximação assente no pressuposto claro "*de que não transigimos*

[1160] A carta data de 2 de abril de 1964, mas é entregue a 14 desse mês. Sublinhado no original. Cópia de carta sem autor expresso [FPLN] dirigida aos "Companheiros" [do Secretariado da FAP], 7 de maio de 1964. APTM.
[1161] Extratos citados na resposta da FPLN. *Idem*.
[1162] "Reunião. 18/4/64", apontamentos de Hipólito dos Santos. APHS.
[1163] Entrevistas com Marcelo Fernandes, Rui d'Espiney e Joaquim Branquinho.

[transigem] em relação à nossa [sua] orientação de unidade" e enquanto procuram, por outro lado, "*refrear os ímpetos dos dissidentes, o que às vezes não é tarefa fácil*"[1164].

Isolada no contexto argelino fica a Resistência Republicana. É a cristalização do afastamento que se insinuara nos primeiros passos da JAPPA, em agosto, e que desembocara na rutura da assembleia de novembro. Revolucionário e radical, o tom do discurso da maioria da comunidade portuguesa em Argel não se coaduna com a postura moderada da RR, olhada depreciativamente como delegada dos advogados da baixa lisboeta e dos dissidentes do regime, arredada do socialismo e de qualquer intenção de fazer a revolução popular, dúbia no que toca à questão colonial, mantendo aliás, ao contrário, a sua vaga formulação doutrinária insistindo na ponte com os sectores conservadores e liberais da oposição e com os dissidentes e na preparação do *putch* militar.

É por esta bitola que se vinha regendo o delegado da RR no organismo de coordenação da FPLN e perante a Junta, atuando com "*direiteza e não [com] rectidão*", consideram os restantes parceiros *extremistas*[1165]. Acossada pelo duplo ataque da FAP e do MAR, sem poder contar com o suporte da aliança tática com o PCP, a RR vê-se agora num *gueto*. Ou é capaz de fazer a aliança à esquerda e poderá contar com o assentimento do MAR a que fique na unidade, ou é excluída de todo[1166].

O isolamento dá-se também no interior do país, cortados que estavam os canais de diálogo à esquerda, com a *Seara Nova*/Acção Socialista ou com o movimento estudantil. Não querendo ser a substituta da Acção Democrato-Social, a RR precisa de se reinventar. É para discutir de que forma o fará que Ramos da Costa, Tito de Morais e Mário Soares se encontram em Genebra nos primeiros dias de abril de 1964. Do debate surge a Acção Socialista Portuguesa (ASP). Uma solução ainda bastante distante do "partido socialista unificado" desejado pelos dois exilados presentes, mas ainda assim uma tentativa de inflexão à esquerda, descolando-se do *frentismo antifascista* da RR e assumindo-se como pólo aglutinador da esquerda não comunista[1167].

Em Portugal, as movimentações para a reformulação deste quadrante político haviam começado há uns meses, por exemplo junto do "grupo democrato-socialista" do

[1164] A "negociação" das condições de participação da unidade terão decorrido à margem da JAPPA. Cartas de Hipólito dos Santos a Álvaro Miranda, Argel, 26 de março e 14 de abril de 1964 e "Relações com a FPLN – Unidade", apontamento de Hipólito dos Santos, s/d [janeiro/fevereiro de 1964]. APHS.
[1165] Carta de Hipólito dos Santos a Álvaro Miranda, Argel, 14 de abril de 1964. APHS.
[1166] "Relações com a FPLN – Unidade...
[1167] Sobre o assunto ver Susana Martins, *Socialistas na Oposição...*, p. 95-99.

Porto, cuja adesão parece estar garantida. Depois do encontro na Suíça, as diligências são continuadas e ampliadas até que, em novembro, tem lugar a assembleia que encerraria a primeira fase do trabalho organizativo no interior e na qual se confirma a adesão de figuras ligadas às movimentações socialistas dos anos quarenta e ao ADS, mas também próximos à *Seara Nova* e ao movimento cooperativo, numa clara disputa do campo de recrutamento do MAR, à novel ASP.

No exterior, Ramos da Costa e Tito de Morais dão igualmente sequência ao esforço de alargamento do grupo. Cientes da radicalização do ambiente argelino e, portanto, das limitações em conquistar audiência na comunidade lusa aí fixada, centram-se em manter a representação na cúpula do movimento unitário e construir pontes com outros locais de exílio, como Marrocos[1168]. Enquanto iniciam o trabalho diplomático junto das democracias ocidentais e dos partidos e movimentos seus congéneres.

Por ora, todavia, a criação da ASP é mantida em segredo, ponderando-se a oportunidade de a lançar aquando da campanha eleitoral de 1965. Somente aos "militantes" caberia dar a informação sobre o que se desenhava, todos os restantes contactos deveriam ser feitos em nome do Movimento de Resistência Republica e Socialista (MRRS). É essa apresentação que figura na carta enviada a Humberto Delgado, a quem reiteram a anuência às resoluções da Conferência de Praga e o desejo de manter a cooperação no seio da Frente[1169]. É igualmente essa nomenclatura a adotada na comunicação dirigida à FPLN. Aguardando a ratificação da decisão pelo interior, mas, sobretudo, acautelando a recusa dos seus *compagnons de route* em trabalhar no âmbito unitário.

De Genebra, Mário Soares dirige-se a Praga para visitar o general e apresentar-lhe o seu grupo político. A visita surpreende e alegra Delgado, tanto pela oportunidade de conversar, coisa muito difícil no hospital checoslovaco dada a barreira linguística, como pelas notícias de que Soares é portador e que lhe dão conta de que a RR/MRRS

[1168] Em Marrocos, a partir de fevereiro/março de 1964, este papel é desempenhado por Victor Blanc. Embora, à semelhança do que se passa na Argélia e por idênticas razões, as possibilidades de recrutamento sejam restritas, Blanc desenvolve esforços nesse sentido, sendo de assinalar a adesão do médico Santos Dores. Agora mais próximo do trabalho unitário, Dores torna-se também, por fevereiro, representante de Humberto Delgado em Marrocos. Diversa correspondência entre Ramos da Costa, Tito de Morais e Victor Blanc, entre fevereiro e outubro de 1964. A&B FMS, 4277.005 e 4277.006.

[1169] Cópia da carta da Comissão Directiva do MRRS a Humberto Delgado, na qualidade de presidente da JRP, s/d [abril de 1964]. Anexada a carta de Tito de Morais para Ramos da Costa, Argel, 5 de maio de 1964. A&B FMS, 4280.003, im. 26. A esta responderá o general em 8 de maio de 1964, agradecendo.

corresponde na realidade ao "*Partido Socialista*" e de que teria elementos seus dispostos a dirigir-se à Argélia[1170]. Gente pronta "*a um treino especial intensivo no estrangeiro*", acrescenta Tito de Morais na comunicação à direção da Frente, bem como disposta a ir para a JRP. Gente igualmente apta a integrar um Governo no exílio, que o MRRS considera "*possível*", "*se as condições se modificarem*" [1171].

Relativamente às conclusões da Conferência de Praga o MRSS confirma o acordo já expresso pelo seu delegado às mesmas, embora tenha "*observações de pormenor*" a fazer, tanto ao nível organizativo como político. No primeiro ponto, considera, por exemplo, que a JRP deve incluir um maior número de elementos, alguns do interior do país. No segundo, entre outros aspetos, sublinha a necessidade de esclarecer a expressão "*levantamento nacional popular*" e sugere, no que toca à questão colonial, a utilização da expressão "*auto-determinação, tirando dela todas as consequências incluindo a independência*" e a conveniência de se manifestar "*o propósito de defesa através da negociação dos legítimos interesses de Portugal nas Colónias e […] de uma leal colaboração no desenvolvimento e progresso dos novos países*", embora dê acordo total à intensificação das relações com os movimentos nacionalistas[1172].

Na primeira versão do documento, o mandatário da RR, agora MRRS, afirmava também estar a organização em condições de oferecer meios para "*assegurar a estadia clandestina temporária de "comandos" ou grupos de acção que sejam enviados para Portugal para desencadearem acções ofensivas*" e de "*receber armas e explosivos em Portugal*", além de mencionar a preparação de um "*plano geral de acções ofensivas*", a apresentar a curto prazo à JRP, e de uma operação destinada a criar "*dificuldades na condução da guerra colonial*", a "*Operação Vermouth*", que julga poder "*ser desencadeada a breve trecho dentro do âmbito das actuais possibilidades da Frente*". Propunha ainda que o *Programa para a Democratização da República* se tornasse o programa político da FPLN, depois de devidamente atualizado e aprovado por esta.

[1170] Carta de Humberto Delgado a Manuel Sertório, Praga, 14 de abril de 1964 in Manuel Sertório, *op. cit.*, p. 265-268. Soares descreve o encontro em termos muito vagos. Mário Soares, *Portugal Amordaçado. Depoimento sobre os anos do fascismo*, s.l., Editora Arcádia, 1974, p. 329-330.
[1171] "Informação dada à J.R.P.", rascunho da comunicação da RR à JRP da FPLN, s/d [abril de 1964]. Uma listagem de nomes que poderiam ser sondados é fornecida à JRP e enviada aos membros da Conferência, mas não se encontra anexo. Inclui, pelo menos, o nome do escritor e jornalista Manuel Mendes e, muito provavelmente, o de Victor Blanc.
[1172] *Idem*.

Possibilidades levantadas no encontro de Genebra, cuja materialização é ainda incerta, refreiam Ramos da Costa e Mário Soares, e que, por isso, serão suprimidas do documento final[1173].

Entre os finais de abril e inícios de maio de 1964 a comunicação do MRRS é entregue à direção da Frente. A proposta para o alargamento da JRP terá sido bem recebida, apesar de alguns dos nomes avançados suscitarem objeções. Relativamente à atitude do grupo, as reservas mantêm-se, ao menos da parte de Cabeçadas e Piteira, que continuam a descrer do real empenho unitário dos que estão no interior[1174]. Como vimos, estão inteiramente certos. Na verdade, a expetativa na reviravolta que a chegada de Humberto Delgado poderia ocasionar seria a razão cimeira da decisão de manter a representação em Argel, ao menos para Soares, assumidamente avesso à "*organização da revolução, feita por forma radical e a partir do exterior*", que considera inadequada ao caso português[1175].

"*Os campos extremam-se*"

Eleito o novo Secretaria da JAPPA a 7 de março de 1964, reúne-se Hipólito com a direção da Frente para lhe dar conta da recomposição do Executivo e da intenção de, uma vez mais, reajustar o formato de trabalho da Junta. Os esclarecimentos terão sido bem acolhidos, sendo o delegado da JAPPA informado da designação de Filipe Mesquita pela CD como elemento de interligação das atividades dos dois organismos.

O recém-empossado Executivo começa por reconsiderar a forma de articular a JAP de Argel e a Comissão Delegada. Com Luís Bernardino a defender a integração da Junta na orgânica da FPLN e os restantes parceiros a recusar, dadas as divergência na orientação, embora acedam quanto a uma próxima cooperação. Nesse sentido, e para dar sequência à reestruturação orgânica da JAPPA que se pretende novamente

[1173] Carta de Ramos da Costa a Tito de Morais, Paris, 15 de abril de 1964. A&B FMS, 4280.003, ims. 28-29. Sobre as alterações feitas ao esboço original: carta de Tito de Morais a Ramos da Costa, 14 de maio de 1964. A&B FMS, 4280.003, ims. 33-34.

[1174] Carta de Tito de Morais a Ramos da Costa, 14 de maio de 1964... Não obstante as suas reservas, Piteira Santos aceita colaborar na revisão do *Programa para a Democratização da República*.

[1175] Mário Soares, *Portugal Amordaçado. Depoimento sobre os anos do fascismo*, s.l., Editora Arcádia, 1974, p. 331. Soares descreve a Frente como "a força política única da esquerda, onde se congregariam todas as correntes autenticamente revolucionárias e na qual o próprio Partido Comunista poderia vir um dia a dissolver-se", descrição que, como temos vindo a observar, está bastante desfasada da realidade. Já quanto a Delgado e ao que este pretenderia da Frente, que veria como "meio prático de criar um aparelho de apoio político para a organização da *sua* revolução", a sua análise parece-nos correta. *Idem*, p. 331 e 332.

empreender, seriam solicitadas sugestões à direção da Frente. Pondera-se igualmente o modelo de repartição das contribuições monetárias, sublinhando-se que estas deveriam ser pagas unicamente à Junta e optando-se por manter como princípio a divisão igualitária após pagamento ao secretário. Nesta matéria, apesar de não se ignorar a "*especulação política pouco séria*" que a Comissão Delegada pretenderia com a omissão dos valores entregues pela Junta no movimento de caixa de 1963 distribuído à comunidade portuguesa em Argel, decide-se não levantar a questão em futuro encontro com aquela direção[1176]. Discute-se ainda a possibilidade de alojar Joaquim Branquinho, recentemente libertado das cadeias argelinas, na casa-abrigo, coisa que a maioria decide dever dar-se apenas depois de ilibado da condenação de "traidor", pelo que o assunto seria colocado aos dirigentes da FPLN[1177].

É com este rol de questões por resolver que os dois organismos se reúnem a 21 de março de 1964. Pela CD estão presentes Rui Cabeçadas e Pedro Soares, do Secretariado estão todos os membros, embora apenas Pulido e Hipólito tomem a palavra por haverem sido indicados como porta-vozes nas relações com a direção da Frente. É a Cabeçadas que cabe fazer uma declaração prévia aos trabalhos, introduzindo as bases para uma franca e leal cooperação entre os dois órgãos, assente na exposição das divergências existentes, na abertura à realização de iniciativas individuais não consensuais e na colaboração da Junta em tarefas a designar. Mensalmente decorreriam encontros idênticos ao presente, onde se fariam os ajustes necessários.

Relativamente às questões práticas, a Comissão Delegada disponibiliza a sua aparelhagem técnica, incluindo o copiador, e as suas instalações, cuja utilização seria entretanto facilitada pela próxima cedência de um novo espaço[1178]. Conta, em contrapartida, com a ajuda da JAPPA no serviço de dactilografia e na redação de textos para a *Voz da Liberdade*, por agora sob a coordenação de Cabeçadas e progressivamente

[1176] No exemplar do documento dirigido a Hipólito dos Santos este corrige os dados, acrescentando o montante correspondente ao ordenado do secretário da CD no último trimestre de 1963 (1500NF) e ainda os valores de 156,25NF em outubro e de 216,25NF no mês seguinte. APHS.
[1177] "Dia 14/3/64. Reunião do Secret. Execut." e "SExec. – 21/3/64", apontamentos de Hipólito dos Santos. APHS.
[1178] Depois de ter estado iminente a anulação da cedência das instalações pelas autoridades argelinas no início de janeiro de 1964, o assunto é resolvido favoravelmente, mantendo-se a Frente nos escritórios antigos e ocupando um outro espaço próximo. Ofício de Rui Cabeçadas, em nome da Comissão Delegada Provisória da FPLN, ao Chefe do Gabinete do Presente da República da Argélia, 9 de janeiro de 1964. CD 25A, PS – Corresp 179.

com maior autonomia, e para o boletim da Frente, bem como de outra propaganda[1179]. Relativamente às cotizações aceita o pagamento direto à JAPPA, que entregaria à Comissão a parcela estipulada. Não vê também inconveniente na entrada de Branquinho na casa-abrigo, ainda que entenda não se dever voltar ao "caso". Finalmente, é feita a súmula do texto-introdução à situação portuguesa, a ser distribuído aquando da sessão de cinema que a Junta prepara[1180].

Dá-se pois andamento aos trabalhos. A 26 de março de 1964 é enviada circular aos membros da Junta solicitando envio de sugestões de tarefas e outros contributos a integrar na reestruturação da organização. Dois dias mais tarde reúne o Secretariado e aprecia os resultados do encontro com a CD. Da troca de impressões novamente ressalta a distinta disposição de aproximação à cúpula da Frente, com Bernardino a defender a necessidade de "*por interesse no trabalho de apoio*" e os restantes a "*não ver inconveniente*" em fazê-lo. Mais, que subsistem desconfianças quanto às reais intenções dos dirigentes da FPLN, como denota observação feita por Rui d'Espiney: "*houve uma mudança de tática mas parece-lhe[me] que se procuraram dizer coisas antigas por uma forma interessante, numa linguagem mais acessível*" [1181].

Entretanto, sai o quarto número do *Jappa*, em grande parte dedicado à análise detalhada das resoluções de Praga. E, de novo e com maior clareza, a distância entre as visões da maioria dos dirigentes da Junta e da cúpula do movimento unitário evidencia-se. Embora o tom seja ainda cordial, o entusiasmo inicial tinha-se já esgotado.

Quando se vive o momento em "*que a acção armada ocupa o centro da gravidade do processo revolucionário em Portugal*", ultrapassado que está o período em que esta era considerada prejudicial ou secundária, "*como complementar de jornadas pacíficas, legais, semi-legais e ilegais de massas*", não se compreende o enfoque dado à organização em detrimento da ação. Para mais quando na organização esboçada se detetam graves lacunas precisamente ao nível dos organismos operacionais, contemplando-se a criação destes no exterior sem se tratar da sua ligação ao país, quando "*o fundamental é o interior*", onde "*deve funcionar a direcção suprema, só por*

[1179] Pedro Soares é no momento o Secretário de Propaganda e solicita especificamente a colaboração de Hipólito e/ou de Echevarria para estabelecer ligações com jornais e outras entidades, bem como para a elaboração de textos. Além da de Rui d'Espiney para "estudos sobre juventude".
[1180] A Junta promove por esta altura um conjunto de sessões de cinema, com a dupla intenção de divulgar o caso português e de angariar fundos. "Reunião da CDP / SE", apontamentos de Hipólito dos Santos, 21 de março de 1964. APHS.
[1181] "SE 28/3/64", apontamentos de Hipólito dos Santos. APHS.

condições peculiares se admitindo, e em parte, excepção a este princípio". Mesmo considerando ser a presente situação particular, e portanto admissível esta inversão contranatura, seria elementar prever organismos intermédios entre o comando operacional no exterior e os grupos de operacionais a constituir em Portugal, o que não é feito.

A razão de tal desproporção de tratamento reside tão-somente na ampla unidade que se insiste em formar, amálgama de conceções e objetivos. Uma unidade "*penosamente alcançada*" pelas cúpulas e, por isso, "*debilitada*", e não "*robusta*" e "*actuante*" como se impõe. Até porque a "*unidade definida como ideia parâmetro comum a largas camadas da população, não precisa de ser criada, já existe. Necessita sim de ser liberta, […] facilitada a sua expressão orgânica*". Disso resultaria a clarificação de posições, porque

> *"Os campos extremam-se. De um lado os que defendem a violência revolucionária, a linha insurrecional, os que percebem ser a participação popular a maior garantia de vitória e de defesa da revolução. Do outro os que temem a violência, os que pretendem servir-se das massas apenas como trampolim, os que acreditam talvez no golpe palaciano, no golpe dos oficiais, e os fascistas."*[1182]

Reprovam-se, pois, a direção da Frente e os entraves por esta colocados à atividade da JAPPA e, mais diretamente, a RR e os sectores mais moderados da oposição. Segue-se a crítica à atitude dos dirigentes comunistas aquando da mobilização popular das eleições de 1958:

> *"Ninguém surgiu a canalizar a combatividade popular no sentido que se exigia – insurreição armada. Tenta-se mesmo refreá-la enquanto "altos" tratados, "importantes" alianças se construíam. Impunha-se o "extremar de campos" e nada disso apareceu. Desfaz-se o entusiasmo resultante do "é agora". Desperdiça-se a disposição de "ir até onde fosse necessário"."*[1183].

Crítica rematada pela publicação de excertos das "Lições da Insurreição de Moscovo", artigo de Lenine datado de 1906:

> *"E hoje devemos por fim reconhecer publicamente e proclamar bem alto a insuficiência das greves políticas; devemos levar a cabo a agitação entre as mais largas massas em*

[1182] "Acção Armada, imperativo da Luta Popular em Portugal" in *Jappa*, n.º 4, abril de 1964, p. 4.
[1183] *Idem*.

favor da insurreição armada, sem dissimular esta questão por meio de nenhum "grau preliminar", sem a cobrir com nenhum véu."[1184].

A reação dos visados é imediata. Primeiro no seio do Secretariado da Junta, na subsequente reunião do organismo, onde o "mandatário" comunista, Luís Bernardino, aponta reparos a vários dos artigos publicados e assume uma divergência de fundo com a orientação geral do periódico:

"sacrificou-se o espírito de unidade geral à identidade entre certos indivíduos ou grupos que visivelmente não tinham a suficiente maturidade para defenderem eles próprios as suas concepções; entrou-se na crítica estéril de outros agrupamentos da frente unitária e da política de unidade da própria Frente"[1185].

Ora, a unidade deve ser dinâmica, com cada agrupamento a ocupar "*o lugar que lhe é dado pela sua contribuição à luta*", sem abdicar das "*suas próprias perspectivas*", mas igualmente sem se sobrepor aos seus parceiros, comportando-se como se estivesse no âmbito partidário, defende Bernardino. O Secretariado da Junta, todavia, vinha atuando desse modo, como se podia comprovar pela recusa de toda a colaboração dissonante com a linha do boletim. Aproveitando-se duma maioria "*acidental, não representativa à escala nacional*", que se criara no seio da Junta da Argélia, e a partir dela fazendo perigar "*a coesão da colónia portuguesa*" e as relações com a FPLN, "*sem dúvida o organismo mais representativo das forças que lutam no interior do País*". Atitude que reproduz o "*pseudo-radicalismo literário próprio de certos meios de emigrados*" que transpõem "*mecanicamente a realidade do exterior para o interior do País*", continua Bernardino.

A análise da direção da FPLN corrobora e amplia tais inquietações, como transmitem Pedro Soares e Rui Cabeçadas em reunião com o Executivo da Junta nos primeiros dias de maio. As objeções centram-se em três pontos principais, esclarece Cabeçadas:

"1) manifest.[ações] claras anti-unitárias do ponto de vista da FPLN e certas afirmações em relação aos próprios dirigentes da FPLN, que a JRP considera inadmissíveis; 2) crítica directa ou indirecta a certas organizações da FPLN; 3)

[1184] *Ibidem*, p. 6.
[1185] Carta de Luís Bernardino aos membros do Secretariado da JAPPA, Kolea, 28 de abril de 1964. APHS.

Tratamento de certos temas que ultrapassam a competência […] da JAPPA, como a criação de certos organismos, o que constitui um abuso da JAPPA."[1186].

Preocupações igualmente partilhadas pela direção do PCP, como faz questão de informar Pedro Soares. Não se trata de inibir a livre expressão das discordâncias dentro da Frente, mas antes de conter a sua exposição pública, que mina um "*esforço de anos*" para alcançar a unidade. Tanto a Junta como o boletim, "*produtos de uma organização unitária, têm que se colocar numa base das Resoluções da FPLN*", e o boletim "*em vez de se voltar fundamentalmente contra o fascismo se tem voltado contra organizações anti-fascistas*", dando a "*triste figura no estrangeiro de desunião quando no interior todos estão unidos à volta da FPLN*". O que se pretende não é acabar com o boletim, dando sequência a tantos pedidos recebidos por carta, o que se pede é "*o entendimento*", pondo de parte "*todo o tipo de ataques e apreciações*" e de "*críticas directas ou veladas às Resoluções*" e partindo duma base de companheirismo na luta e do desejo de ação conjunta, que o PCP reafirma.

A ótica do Secretariado é obviamente distinta, como resume Fernando Echevarria:

"A FPLN deve escutar a opinião da base e em função disso a FPLN adoptaria uma linha produto de base. A direcção da FPLN teria que sair daí também."

Porque, sublinha ainda Echevarria, tudo foi aprovado democraticamente e está conforme as resoluções de Praga. Sem recusar "*fraternalmente estender a mão a outros que preferem métodos diferentes*" e, aliás, entendendo essa diversidade de métodos como "*o grande valor da FPLN*", compete à Junta "*clarificar ideias*", distanciando-se de posições neocolonialistas como as tomadas há pouco por uma das correntes representadas na Frente, acrescenta Pulido Valente, ou daqueles que vêm em Craveiro Lopes um possível líder, remata Echevarria. Não vêm como essa atuação pode ser contrária à unidade, tais desacordos são naturais, também os têm, por exemplo, relativamente ao *Portugal Democrático*, que se pretende um órgão unitário, à direção da FPLN não cabe uniformizar o discurso, até porque não tem uma doutrina definida, mas sim coordenar as correntes integradas na unidade.

Pedro Soares insiste na defesa duma ampla coligação de forças, abrangendo o "*bom burguês instalado na vida*", o "*industrial*", o "*advogado que não se poupa nas*

[1186] "JRP/SE. 2/5/64", apontamentos de José Hipólito dos Santos. APHS. Toda a descrição seguinte com base no mesmo documento.

eleições". É a "*consciência da força do povo*" que o permite, impedindo o comando das operações por parte da "*burguesia liberal*", que contrabalançará o desejo daqueles de defender não mais do que os seus interesses e, até, "*a manutenção dos monopólios*". Lamentável, sim, é o medo das "*pessoas mais à direita*" e a consequente ausência de um intérprete destas correntes na Frente, sustenta. Por outro lado, interessando-se pela luta revolucionária, o PC "*também quer alianças com forças que vão mais longe*", não consentindo todavia que se fale "*das grandes lutas do passado com desprezo*". Como, uma vez mais, rejeita a possibilidade do boletim continuar a empunhar o "machado de guerra".

O boletim tem servido para "*tomar o pulso da FPLN*", admite Pulido Valente, com resultados "*decepcionantes*", esclarece. A Frente admite não ter uma doutrina, continua Pulido, diz desejar "*um debate profundo e frequente dos problemas teóricos e das acções*", mas "*proíbe a livre expressão*" impedindo-o na prática. A FPLN defende todos os tipos de luta, no que está certa e é acompanhada pelos responsáveis pelo boletim, porém não pode ignorar que "*o centro de gravidade se deslocou para a luta armada*", finaliza Pulido. A FPLN concebe uma unidade alargada, mas não pode isso ser confundido com a admissão de todos, incluindo até os mais fortes apoiantes do regime, apenas com a justificação de os aceitarem algumas correntes da Frente, complementa Echevarria. A unidade tem de ser feita à esquerda, na firme convicção de "*que é possível chegar em breve a um regime popular*", como acredita o Secretariado Executivo e de que parece descrer a FPLN, conclui Echevarria. Orientação que "*adapta-se justamente à realidade que até há bem pouco tempo existia em Portugal*", salienta ainda Rui d'Espiney.

O Secretariado Executivo mantém a sua posição, finaliza Hipólito dos Santos. Resta elucidar se daí decorrerá a impossibilidade de continuar a utilizar a aparelhagem técnica da Frente e em que pé ficam as relações entre os dois organismos. É Cabeçadas a encarregar-se da resposta: "*Embora as R[esoluções] sejam contraditórias quanto às funções da direcção elas parecem defender a autoridade dessa direcção*". Nessa linha e perante a rigidez da atitude dos dirigentes da Junta, que "*não têm em conta todas as ideologias*" agrupadas na FPLN, essa mesma direção deixa de disponibilizar os seus meios técnicos e as suas instalações, embora considere dever manter-se o diálogo.

Na verdade, o diálogo estava já comprometido pela demissão do "mandatário comunista" do Executivo da Junta poucos dias antes, a 28 de abril de 1964. Luís

Bernardino entrara para o organismo quando o quarto boletim estava já elaborado e entendera, a bem do "*clima de cooperação*", aceitar a sua publicação sem uma leitura e discussão prévia, na expectativa que esta fosse entretanto possível "*duma maneira franca*" e "*construtiva*". A par do trabalho de reorganização em curso, tais oportunidades foram surgindo e em todas elas se evidenciara a distância entre as suas opiniões e a dos restantes. Mas com o debate do conteúdo do quinto boletim "*avolumaram-se discordâncias que não podem ser resolvidas pelo jogo da maioria ao nível do Secretariado*", considera Bernardino, sendo a sua demissão a óbvia consequência a retirar[1187].

O pomo da discórdia, o quinto número do boletim *Jappa*, logo se esclarece: neste se propõe uma unidade alternativa à FPLN. O aparecimento de novos movimentos de "*características abertamente revolucionárias*" e defensores da "*acção armada como forma de luta*", tendo à frente dirigentes das gerações mais jovens, "*sem estarem agarrados a vícios, defeitos e interesses criados*", mostra bem "*as aspirações há muito em gestação na base das organizações políticas tradicionais e nas camadas da população que representam*". Ponto de partida para que se congreguem na ação:

> *"É essa lição de unidade para a acção revolucionária que eles poderão dar àqueles outros agrupamentos e dirigentes que ainda põem a "unidade" dos compromissos, das alianças e dos jogos políticos, acima da unidade fundamental: a unidade com a vontade do povo, a unidade com as forças revolucionárias."*[1188]

Ao invés de burilado, o discurso do Secretariado da Junta, o responsável pelo periódico, recordemo-lo, é agora frontalmente antagónico.

Avizinha-se a rutura, perante o que o MAR reconsidera a sua tática. Receando a consumação do divórcio com a FPLN antes que o movimento tivesse oportunidade de se pronunciar definitivamente, sentindo-se demasiado absorvido pela unidade "*no seu aspecto mais negativo*" e, com isso, impossibilitado de se dedicar à sua estruturação interna e a um verdadeiro apoio à luta, questionando a vantagem de continuar num organismo onde apenas o MAR e a FAP estão representados e de ver a orientação do boletim, ora confundida com a orientação do MAR, ora com a posição oficial da Frente,

[1187] Carta de Luís Bernardino aos membros do Secretariado da JAPPA… Apesar de estar pessoalmente de acordo com os textos a inserir. "Relatório sobre a crise da JRP", Secretariado do Núcleo MAR de Argel, Argel, 23 de agosto de 1964. APHS.
[1188] Maio de 1964. APHS.

"*criando assim um "bluff"*"", incapaz, enfim, de refrear o radicalismo da FAP, o núcleo *marista* de Argel abandona o Executivo da JAPPA.

A decisão é comunicada aos dois restantes elementos do Secretariado no próprio dia em que tem lugar uma assembleia geral da Junta, onde somente os militantes do MAR e da FAP e dois ou três simpatizantes da esquerda revolucionária marcam presença. Pulido Valente e d'Espiney reagem mal, acusando Hipólito e Echevarria de deslealdade. Nos dias seguintes inicia-se contra estes uma "*campanha de descrédito pessoal e colectivo do MAR (pequeno-burgueses, oportunistas, desonestos, etc)*", com os *fapistas* a procurarem aliciar membros do MAR para as suas fileiras e a insinuar que a real intenção de tal atitude seria a de conseguir a entrada de Hipólito na JRP[1189].

Os ataques surpreendem os *maristas*, atendendo à cordialidade que até então havia pautado o relacionamento entre ambas os movimentos, que recusa ripostar e procura tratar como uma incorreta postura pessoal e não "*um método de trabalho aprovado pela organização capaz de afectar as relações MAR/FAP*", o que acaba por gerar um "*ambiente favorável*" ao MAR e, inversamente, "*um certo descrédito e mesmo uma desagregação interna, local, evidente*" à FAP. Até porque a campanha teria adquirido particular virulência, considera o núcleo MAR, pela "*necessidade de desviar as atenções do "fracasso" do 1º de Maio, uma vez que a FAP aqui afirmou, propagandeou, que iriam lançar os seus "grupos armados"*""[1190].

É a disputa pela hegemonia da "esquerda revolucionária". A FAP anuncia o iminente lançamento de publicação em nome próprio em Argel, o MAR logo se prepara para fazer o mesmo, como comunica aos seus camaradas:

"*Vamos fazer sair dentro em breve uma publicação MAR, por necessidade táctica local, visto que se torna indispensável para qualquer actuação diplomática e também para não sermos ultrapassados pela própria FAPA, que se propõe fazer sair uma dela.*"[1191].

O periódico anunciado pela FAP parece ser o *Revolução Portuguesa*, editado em nome do Grupo Revolucionário Português de Libertação, que sai nos últimos dias de maio de 1964. O longo editorial do primeiro número esclarece ao que vem:

[1189] Argel, 12 de maio de 1964. CD 25A, LC.
[1190] *Idem*.
[1191] A publicação estaria pronta para sair em poucos dias. Cinge-se a uma análise da situação em Portugal e à posição do MAR perante a mesma, procurando alinhar pela orientação do documento "Perspectivas de Acção". Desconhece-se se foi efetivamente editada. Carta-relatório de Hipólito dos Santos sem destinatário expresso [Lopes Cardoso?], Argel, 27 de maio de 1964. CD 25A, LC – MAR - Núcleo de Argel.

"Uma nova força unida, de carácter qualitativamente diferente, surgiu agora na cena política portuguesa: a FRENTE DE ACÇÃO POPULAR (FAP). REVOLUÇÃO PORTUGUESA saúda e apoia tal iniciativa. Apesar de se encontrar no seu estágio inicial, a FAP mostra já sinais de vir a ser a força que necessitava de ser criada e de ser firmemente estruturada, se se quiser levar a efeito a revolução em Portugal. REVOLUÇÃO PORTUGUESA é o órgão de um dos muitos grupos que apoiam a FAP. É intenção desta revista servir de plataforma de discussão e de estudo dos problemas que nos confrontam a todos, contribuindo assim para a estruturação e o reforçamento desta frente revolucionária."[1192]

Uma frente que se opõe à "*tradição de silêncio, de apoucar erros, de passar por cima de sérias fraquezas*" que de há muito está domina a oposição portuguesa. Uma frente que rejeita o *putsch* militar como meio de derrube da ditadura, "*a ideologia colonialista de uma Resistência Republicana e seus grupos aliados*", "*esta espécie de "unidade" oportunista das "altas esferas", acompanhada de passividade total no interior do país e de "revolução verbal" no estrangeiro*", unida "*quanto à inacção*" e mergulhada numa "*total desunião no que respeita a qualquer acção*". Crente na unidade, recusando por isso "*métodos sectários ou aventureiros*", mas defensora de uma unidade concreta, na e para a acção, da qual estão arredados os "*elementos liberais [que] têm sido impotentes para restaurar a democracia política, devido ao seu profundo medo de que uma acção de massas necessária ao derrubamento da ditadura se tornasse incontrolável ao ponto de ameaçar o próprio sistema burguês*"[1193].

Uma frente que se contrapõe, afinal, à Frente Patriótica de Libertação Nacional. Que a FAP reconhecera na sua declaração política, de que se publicam excertos, como "*uma importante força política*", único ponto refutado pelo "grupo de apoio à FAP" que agora se apresenta:

"Com efeito a FPLN, que confunde as suas pretensões ilusórias com a realidade histórica das forças políticas autênticas do povo português, não representa – excepção feito do [ao] Partido Comunista Português […] – uma força política importante[,] mas representará certamente interesses políticos obscuros… Trata-se sim duma gerontocracia onde pontificam alguns nomes "cheios de prestígio" mas nada mais… que descrédito político!"[1194].

[1192] Maiúsculas no original. CD 25A, MS.
[1193] Corrigida gralha no original: "*…de que uma acção de massas necessária ao derrubamento da ditadura não se tornasse incontrolável ao ponto de*". *Idem*.
[1194] *Ibidem*.

Crítica continuada adiante na secção "Estudos Políticos", integralmente dedicada à apreciação política da FPLN.

O ataque é previsível. O casal Carlos e Patrícia Lança, dois dos autores da revista, nunca se havia integrado na Frente, mantendo relativamente a esta em particular e à questão portuguesa em geral uma posição de observador[1195]. Facto motivado por ser o acompanhamento da situação lusa uma das suas tarefa na redação do *Revolution Africaine*, mas também por se sentir sobretudo próximo da luta dos movimentos de libertação, como atrás mencionámos. Porém, a partir de setembro/outubro de 1963, o distanciamento dá lugar ao combate e o antagonismo entre o casal e a cúpula do movimento unitário é crescente. Com a rutura entre os *extremistas* e os *moderados* e participando na JAPPA apenas os primeiros, Carlos Lança solicita ao Secretariado Executivo da Junta a sua entrada no organismo de base por intermédio de Amílcar Castanhinha. Sem a rejeitar, o organismo impõe como condição para a submeter à aprovação da assembleia geral da JAPPA a entrega de declaração de adesão à FPLN[1196]. Seja porque o pedido não é satisfeito, seja pela precipitação dos acontecimentos subsequentes, Lança acaba por nunca chegar a entrar[1197].

Poucos dias mais tarde, no início de junho de 1964, é publicado o sexto número do *Jappa*. Da responsabilidade exclusiva dos *fapistas*, únicos, como vimos, a insistir na continuidade da Junta, segue a orientação das edições anteriores do periódico acentuando-lhe o pendor anti-FPLN e novamente esclarece o que concebe como projeto unitário:

> *"Nós somos decididamente contra o golpismo […], via de recomposição do estado burguês e do escamoteamento da revolução. Nós somos decididamente contra o terrorismo e o anarquismo, […] [que se limita a] deitar abaixo tudo o que existe. […]*

[1195] Os outros dois responsáveis pela publicação são os moçambicanos Américo Nunes da Silva, atrás referenciado, e Rui Nóbrega. Este último é então funcionário do Banco Nacional do Mali, onde efetivamente reside, tendo estado antes emigrado em França, onde fora militante do PCF. Nóbrega é desde essa passagem por território francês olhado com grave suspeita pelo PCP, que acredita manter aquele ligações com as polícias francesa e americana. Todos os artigos são assinados com pseudónimo, pelo que a informação segue o testemunho de Patrícia Lança. Ainda segundo a mesma autora no periódico chega igualmente a colaborar o angolano Viriato da Cruz. PINHEIRO, Patrícia McGowan, *op. cit*, p. 251-252.

[1196] "Resoluções do SE de 28/1/64", apontamentos de Hipólito dos Santos. APHS.

[1197] Assim o indica a própria Patrícia Lança, testemunho corroborado por Hipólito dos Santos, ao contrário do que José Pacheco Pereira afirma num dos seus trabalhos mais recentes. Respetivamente, Patrícia McGowan Pinheiro, *op. cit*; entrevista com Hipólito dos Santos, Lisboa, junho de 2007; e José Pacheco Pereira, *"O um dividiu-se em dois"…*, p. 161-162.

Nós somos pelo emprego revolucionário da acção armada. Quer dizer, encaramos todo um processo completo que culminará na insurreição popular."[1198].

Nessa medida, prosseguem, recusam "*a concepção da unidade nacional antifascista, acima de tudo e condicionando tudo*", embora "*indispensável*", ela deve ser colocada "*no seu plano de importância própria*", porque "*se passa além torna-se um entrave, como se tem visto*". Vêm-no na Frente Patriótica de Libertação Nacional, evidentemente[1199].

E, uma vez mais, como principais imputáveis por essa "influência nociva" junto da FPLN e decorrente paralisia, o ataque à RR: "*o orgulho e arrimo do seu extremoso pai, a Acção Democrato Social*".

De imediato a direção da Frente convoca Pulido Valente e d'Espiney para nova reunião com o organismo. Nesta duras críticas são apontadas por Rui Cabeçadas, envolvendo mesmo uma ameaça velada a possíveis sanções contra os *fapistas*, entendidas por estes como uma advertência de possível expulsão do território. Mas sabem da iminente chegada de Delgado e decidem-se propor uma trégua, oferecendo apoio à FPLN para tarefas concretas. Proposta aceite precisamente com o convite para colaborarem na receção ao general[1200].

Porém, na realidade, o boletim espelha o descrédito dos dirigentes da Frente perante a comunidade portuguesa na Argélia e os restantes núcleos da diáspora lusa. Para não falar do interior, onde os ecos das divergências e a falta de resultados práticos dão razão ao teimoso afastamento do movimento unitário por parte de alguns sectores. Não se cingindo este, sublinhe-se, aos quadrantes mais conservadores e liberais. Esta inexistência em Portugal é, por outro lado, uma das mais veementes críticas apontadas pelo exílio à FPLN. Uma existência real, que fosse além da imprensa clandestina que em seu nome continua a ser publicada ou da divulgação ocasional de manifestos e apelos à luta oposicionista[1201]. Uma existência, enfim, que se estendesse a outros campos políticos além do PCP e que pudesse servir como catalisador e organizador de outras formas de luta para lá das manifestações legais e semilegais.

[1198] Editorial. APHS.
[1199] "Frente Nacional", p. 2. APHS.
[1200] "Relatório sobre a crise da JRP", Secretariado do Núcleo MAR de Argel, Argel, 23 de agosto de 1964. APHS.
[1201] De que são exemplos o apelo à participação nas manifestações do 1º de maio de 1964 ou o manifesto de apoio à luta travada pelo movimento associativo estudantil divulgados em nome da Comissão Executiva da Junta Central de Acção Patriótica. A&B FMS, 2609.007, im. 2 e 2582.030, im. 6, respetivamente.

Do *bureau* de Argel a resposta satisfatória não aparece, resumindo-se a sua atividade às emissões da rádio e ao boletim, cuja orientação se confunde a cada dia mais com a do PCP, entendem os restantes sectores. Também a rádio continua aquém do esperado, sem "*colaboração capaz, discussão construtiva, linguagem viva, gramática escorreita*", "*condições mínimas necessárias*" e ainda longuíncuas, alerta Filipe Mesquita, um dos elemente da comissão da rádio[1202].

E entre os dirigentes mantém-se o clima de enorme tensão. Manuel Tito de Morais, agora ainda mais isolado, permanentemente desconfiado em relação à possíveis "*armadilhas*"[1203]. Fernando Piteira Santos e Rui Cabeçadas a transporem para o organismo o diferendo que tinha o núcleo do MAR argelino como palco, a que adianta nos referiremos. Pedro Soares igualmente isolado, temido por todos pela força política que representava e pela qual temem ser hegemonizados. Cada um procurando reforçar a sua posição política na colónia democrata lusa, um círculo demasiado fechado e persecutório, onde qualquer atitude poderia ser encarada como manobra, intriga ou prepotência.

Os comunistas constituem a única força expressiva na Frente, é evidente para todos. Como é do conhecimento geral a sua posição relativamente à ação armada e, portanto, de antever a decisiva influência que protagonizaria, obstaculizando o arranque de uma nova fase na luta. Assim caracteriza o Núcleo do MAR em Argel o sentimento, que diz ser geral, nas vésperas da chegada de Delgado:

> *"todo este ambiente, de facto existente [anti-cúpula da Frente], não visa a destruição da FPLN. O que existe é a sensação indefinida de que se chegou a um beco sem saída e de que a ideia de fazer inflectir a orientação da FPLN falhou. Isto porque, sendo o PC uma força organizada dentro do país e não tendo as outras forças existência real […], só através do bluff e da manobra – cujos resultados desastrosos estão à vista [aludindo à ação de Piteira Santos] – se poderá tentar impor uma orientação."*[1204].

A orientação anti-Frente e anti-comunista do boletim é condenada por uma parte significativa da comunidade exilada ligada ao movimento unitário. Muito em especial os próximos da RR e do PCP, direta e duramente criticados, mas outrossim os

[1202] Exposição à CD da FPLN, 25 de maio de 1964. APTM.
[1203] Carta de Tito de Morais a Ramos da Costa, s/d [11 de junho de 1964]. A&B FMS, 4280.003, ims. 45-56.
[1204] "Relatório sobre a crise da JRP", Secretariado do Núcleo MAR de Argel, Argel, 23 de agosto de 1964. APHS.

simpatizantes do MAR ou os *franco-atiradores* interessados mais em agir do que nos aspetos doutrinários ou ideológicos.

É neste quadro que se insere a carta endereçada à direção da FPLN por "Membros da FPLN na Argélia" em 24 de junho de 1964. Aduzindo idênticos argumentos aos anteriormente utilizados por Luís Bernardino ao demitir-se do Secretariado da Junta, põe a nu a falta de representatividade da JAPPA atual e a "*maioria acidental*" que nela se constituíra, denunciando a instrumentalização do organismo e do seu boletim como meio de propaganda pessoal e partidário e, simultaneamente, a negação da política de unidade definida nas Conferências e a "*crítica estéril e por vezes acintosa de certos agrupamentos integrados na Frente*". Tal atitude "*só pode justificar-se por menoridade política ou por deliberado objectivo de enfraquecerem os órgãos de Unidade*", objetivo atingido, admitem: a colónia lusa em Argel está hoje mais dividida e menos capaz de colaborar nas tarefas locais de apoio à Frente, além de ter deixado de auxiliar financeiramente. E, não obstante a completa desarticulação da JAPPA e do seu órgão diretivo, os membros restantes continuam e reforçam a mesma orientação.

É perante tudo isto que decidem declarar:

> *"I - Não se consideram representados pelos dois elementos que presentemente se intitulam «Secretariado da JAPPA» e não têm qualquer ligação com um órgão pretensamente unitário denominado «Boletim da JAPPA».*
> *2 - Afirmam que a sua representação na JAPPA é condicionada por uma desejável definição do âmbito e natureza das Juntas de Acção Patriótica de forma a que estas não sejam submetidas aos caprichos de uma maioria que pode não representar a verdadeira proporcionalidade das Forças Anti-Fascistas no País.*
> *3 - Enquanto uma regularização nesse sentido não se verificar consideram-se directamente dependentes da FPLN para a execução das actividades unitárias."*[1205].

Na realidade, a declaração não abrangeria todos os portugueses exteriores à FAP, cingindo-se provavelmente aos próximos da RR e do PCP, nem expõe todas as dimensões do desaguisado que então se vive em Argel. Como os relacionados com a distribuição de empregos ou a atividade *consular* da Frente.

[1205] Carta dos membros da FPLN na Argélia à Comissão Delegada da FPLN, 24 de junho de 1964. APTM.

Durante o primeiro semestre de 1964 várias são as referências a entraves colocados pela direção da FPLN à entrada de portugueses em Argel. Justificam-no os receios de infiltração de agentes ao serviço da ditadura lusa, mas igualmente questões políticas do foro interno da oposição antisalazarista e relacionadas com as boas relações que se deseja manter com os movimentos nacionalistas das colónias portuguesas. A primeira plenamente aceite como medida de elementar segurança, a segunda alimentando um crescente mal-estar entre a Frente e a restante comunidade portuguesa, bem como a incompreensão dos companheiros instalados noutros locais de exílio, particularmente em Paris.

Refiram-se, a título exemplificativo, os atrasos ou as interdições à entrada do irmão de Joaquim Branquinho, de Vítor Blanc, da sogra de José Hipólito dos Santos e do moçambicano Virgílio Lemos.

Apelidado de traidor e expulso da FPLN, Joaquim Branquinho fora ostracizado durante o período em que cumprira pena nas prisões argelinas, cingindo-se as visitas recebidas a não mais do que quatro ou cinco. Libertado em março de 1964, conta com os únicos apoios de Marcelo Fernandes e Rui d'Espiney e consegue através deste último ser alojado na casa-abrigo. É igualmente por intermédio destes contactos que adere à FAP, ou a um dos seus núcleos embrionários, e que com ela começa a colaborar. Por essa altura o seu irmão, fugido das cadeias portuguesas, chega a Paris e sabe da sua prisão, pretendendo deslocar-se à Argélia para se inteirar da situação. Mas os dirigentes da Frente protelam a autorização de entrada. Só depois da intervenção do Secretariado da Junta, Branquinho Pequeno é informado por Rui Cabeçadas das desconfianças da FPLN em consequência da evasão solitária do irmão e, portanto, sobre a sua idoneidade política[1206].

Aliás, a postura da Frente relativamente a Joaquim Branquinho continua a ser de reserva. Embora aceite o seu alojamento na casa-abrigo, recusa-se a reabrir o processo que originara a sua expulsão da organização unitária e, na prática, qualquer apoio no sentido de resolver a sua situação pessoal. É o Executivo da Junta que diligencia junto

[1206] Entrevista com Joaquim Branquinho, Santarém, 28 de fevereiro de 2008. Apontamentos das reuniões do Secretariado Executivo da JAPPA de 4 e 11 de abril de 1964, redigidos por Hipólito dos Santos. APHS.

das autoridades argelinas e que deles obtém o aval para a permanência de Branquinho em território argelino[1207].

Em maio de 1964 o médico Victor Blanc pretende deslocar-se a Argel. Conhecer os mais recentes desenvolvimentos no âmbito da RR e trocar impressões sobre os últimos acontecimentos no exílio marroquino seriam os principais objetivos da viagem. É Tito de Morais, o seu interlocutor preferencial na Argélia, a solicitar à direção da Frente a devida autorização para a viagem. Pedido a que se opõe Piteira Santos com o pretexto de dever esse requerimento ser feito pelo responsável da Frente em Marrocos, Lopes Cardoso. Gesto que Tito de Morais classifica como mais uma manobra de Piteira contra a RR e no quadro "*da acção divisionista*" que a partir de Argel promovia em Marrocos[1208].

Na mesma linha de atuação se situaria o atraso no visto de entrada a conceder à mãe de Maria Luísa Hipólito dos Santos. Procurando assegurar essa possibilidade, Maria Luísa colocara a questão aos dirigentes da Frente em finais de abril de 1964, que dão o seu aval. No entanto, quando a senhora chega a Paris em meados de junho o assunto não é tratado com a celeridade devida e esta aí permanece até ao final do mês, altura em que a filha se dirige diretamente ao recém-chegado Humberto Delgado, que prontamente satisfaz o pedido[1209].

Também este caso é encarado por parte da comunidade portuguesa, sobretudo pelos elementos do MAR, como mais uma manobra de Piteira Santos procurando desestabilizar os elementos fora do seu controle político. Aliás materializando as "*ameaças directas ou indirectas*" que a várias pessoas vinha fazendo[1210].

Finalmente, Virgílio Lemos contacta com vários elementos da oposição portuguesa em Londres e Paris a quem dá conta do seu desejo de se instalar em Argel. Apesar de não o conhecerem, este vem recomendado por outros companheiros e mostra-se politicamente informado dando confiança para que secundem o seu pedido.

[1207] É a advogada encarregue do caso a obter a autorização junto do próprio Ben Bella e o juiz assegura não haver qualquer motivo para preocupações futuras. Apontamentos das reuniões do Secretariado Executivo da JAPPA de 21 de março, 4 e 11 de abril de 1964, redigidos por Hipólito dos Santos. APHS.
[1208] Cartas de Tito de Morais a Lopes Cardoso, Argel, 10 de maio de 1964 e a Ramos da Costa, s/d [11-06-1964]. APTM e A&B FMS, 4280.003, ims. 45-56.
[1209] Carta de Maria Luísa Hipólito dos Santos a Humberto Delgado, Argel, 30 de junho de 1964; memorandum de Delgado, presidente da JRP, aos Serviços Consulares do MNE Argelino, 30 de junho de 1964. APHS.
[1210] Ameaças que não se cingem aos entraves à entrada no país, mas igualmente à expulsão do mesmo. Carta de Hipólito dos Santos a Lopes Cardoso, Argel, 13 de março de 1964. CD 25A, LC.

Requerimento igualmente barrado em Argel por Piteira Santos, atitude justificada por "informações que não são satisfatórias" e poderiam melindrar os movimentos nacionalistas[1211]. Ramos da Costa, um dos patrocinadores do pedido, estranha o receio, atendendo ao trabalho realizado por Lemos em Inglaterra, na Holanda e na Bélgica e ao ambiente afável a que presenciara aquando de conferência de imprensa dos movimentos de libertação em Paris onde Virgílio Lemos também estivera[1212].

Discricionária ou não, cada decisão dos dirigentes da Frente nesta matéria aumenta o desconforto e é vista como uma prepotência pela maioria da comunidade portuguesa estabelecida no país. Deliberação que, como as restantes, é tomada em nome do coletivo, mas cujo sentido discriminatório é atribuído a Piteira Santos em particular, por deter este o monopólio das relações com as autoridades argelinas e várias vezes insinuar que poderia a estes recorrer caso fosse "necessário".

O isolamento político de Piteira é crescente. Incompatibilizado com a RR e seus simpatizantes, desconfiado e alvo da desconfiança dos comunistas, progressivamente afastado do MAR, temido e logo malquerido pela generalidade da comunidade portuguesa em Argel. Nos finais de janeiro de 1964o núcleo do MAR de Argel pede mesmo a sua expulsão do movimento.

À recusa do trabalho no núcleo, que fora sempre evidente, junta-se a sua forma de atuação em Argel. Espalha boatos sobre o passado político de várias correligionários, questiona a capacidade política de alguns *maristas*, pratica a inconfidência como forma de alimentar a divisão entre os que estão instalados na capital argelina, insinua ou expressa ameaças quanto ao controle que poderia exercer sobre as entradas e saídas do país mercê do seu poder enquanto dirigente da Frente[1213].

A essas manobras no domínio pessoal acrescem as incongruências políticas no quadro unitário. Como descreve Hipólito dos Santos a Lopes Cardoso nos finais de março:

[1211] A preocupação em não desagradar aos "africanos das colónias portuguesas" é realmente constante. Embora Tito de Morais inclua o caso, uma vez mais, na luta política com entre Piteira e os ex-companheiros da RR, já que Piteira lhe teria transmitido ter noção de ser este "o homem que eu [Tito de Morais] precisava", dado ter Lemos manifestado acordo com a declaração de princípios da RR que lhe fora dada a conhecer por Ramos da Costa. Cartas de Francisco Ramos da Costa a Tito de Morais, 3 de fevereiro e 3 de março de 1964 e de Tito de Morais a Ramos da Costa, Argel, 5 de março de 1964. A&B FMS, 4280.003, ims. 14-15 e 19-20, respetivamente.

[1212] Carta de Piteira Santos a Ramos da Costa, Argel, 28 de fevereiro de 1964. A&B FMS, 4279.005, ims. 40-43.

[1213] Carta de Hipólito dos Santos a Lopes Cardoso, Argel, 13 de março de 1964 e "Caso Piteira Santos. Relatório Preliminar", [Núcleo do MAR de Argel], s/d [junho de 1964]. CD 25A, LC.

"depois de ter pedido a demissão do P.C., pediu a admissão no MAR, passou pelos dissidentes, namorou a R.R., pediu a readmissão no P.C. seguida de outra demissão e acrescentando que queria abandonar a vida política. O seu tutor Ayala é, evidentemente, o seu maior detractor."[1214].

Mas, não menos significativa e grave, é a distância crítica que Piteira assume perante o movimento, particularmente notória depois da Conferência de Praga. Ainda em janeiro, aquando de uma reunião entre o Secretariado Executivo e a direção da Frente, confrontado com a referência de Hipólito dos Santos à ausência do MAR na assembleia magna, Piteira declara que a organização não existia. Em diversas ocasiões e com diferentes pessoas exteriores ao movimento idêntica postura é assumida, expressando "*críticas destrutivas a certos documentos do MAR*" e falando deste como "*um grupo de meninos revolucionários de café*"[1215].

Apesar de, paralelamente, nas reuniões mantidas com Cabeçadas e Hipólito, como referimos os únicos dois elementos do MAR com quem Piteira assente em trabalhar no âmbito "partidário", procurar persuadi-los da vantagem de agirem "*por forma a dividir o grupo*" após a chegada de Humberto Delgado, admitindo com isso o peso relativo da organização no contexto argelino[1216].

Estes e outros episódios são bem a prova de que

"Para o Dr. Piteira Santos […] a opção FPLN-MAR constituiu sempre um ponto de controvérsia. O MAR foi sempre para ele concebido como um grupo de pessoas destinadas a pressionar a Frente, única realidade existente. Esta concepção teórica tem-se traduzido na prática por certas tomadas de posição sempre em nome da Frente e nunca em nome do MAR".[1217]

O global das acusações do núcleo de Argel é comunicado ao núcleo de Paris e daí difundido para o interior e para os restantes núcleos no exílio. Os companheiros, alheados dos meandros argelinos e cientes da qualidade política de Piteira Santos, lamentam-no, solicitam a defesa de Piteira e procuram sanar o diferendo[1218]. É assim que insistem na participação de Piteira na conferência do MAR a realizar na capital francesa nos primeiros dias de junho de 1964. Convocatória contra a qual reage de imediato o núcleo *marista* de Argel reputando-a de "*descabida e até prejudicial*".

[1214] Carta de 26 de março de 1964. CD 25A, LC.
[1215] "Caso Piteira Santos…
[1216] Carta de Hipólito dos Santos a Veiga Pereira, Argel, 19 de janeiro de 1964. CD 25A, LC.
[1217] "Caso Piteira Santos…
[1218] Carta de Lopes Cardoso a Veiga Pereira, Paris, 8 e 17 de fevereiro de 1964. CD 25A, LC.

Porque a sua posição irrevogável, sublinha o grupo, que acrescenta recusar-se a colaborar com o visado independentemente da decisão final da organização.

Fernando Piteira Santos não está presente no encontro por indisponibilidade da sua parte, mas é a propósito informado do libelo acusatório que sobre ele pende e de que pede detalhes[1219]. "Depoimento sobre a Actividade de Divisão e Diversão do chamado "Núcleo de Argel"", assim intitula sarcasticamente a resposta às acusações feitas[1220].

Fazendo o historial da criação do movimento, sublinha o *volte-face* que se dera a nível organizacional, privilegiando-o em detrimento da valorização política, da coesão ideológica e da definição doutrinária, e o afastamento a que o fora, em todo esse processo, votado, enquanto promoviam a um papel de destaque Hipólito dos Santos, sem a imprescindível ratificação pelos "órgãos competentes". Este e Rui Cabeçadas haviam entretanto iniciado o recrutamento de militantes em Argel, sem dar disso conhecimento a Piteira e "*de algum modo contra*" ele[1221]. Mais, contra a Frente:

> *"Os membros do "Núcleo de Argel" negam à F.P.L.N. colaboração, quotização, apoio político. Participam na redacção do Boletim da JAPPA, são autores de textos nele publicados que contrariam a orientação da F.P.L.N., que contestam as Resoluções da IIª Conferência, que atacam a própria ideia de unidade (no quadro da F.P.L.N.). […] Divide-se porque se procura inflectir a direcção do movimento. Surge a teoria da JAPPA-PILOTO. Pretende-se fazer inflectir a orientação da F.P.L.N. pela pressão da "base", das JAP do exterior."*[1222].

Tudo isto a coberto de Cabeçadas, "*que frequentes vezes e em diversas situações contestou a utilidade e vantagem da existência do movimento unitário*". Tudo isto excluindo Piteira do voto que lhe assistia. Como acontecera no convite ao general, preparado sem o seu prévio conhecimento ou de Rui Cabeçadas e sem a aprovação da organização.

[1219] A questão da expulsão é considerada no encontro, acabando por ficar pendente de "acusação formal" do MAR Argel e da defesa de Piteira. Na argumentação a favor deste tiveram particular destaque Saraiva, Veiga Pereira e Lopes Cardoso, vendo-se o núcleo de Argel inesperadamente apoiado pelos delegados do interior e por Manuel Lucena, atitude que se justificaria pelo objetivo de "criarem um predomínio Flor", ponderam os restantes, o que havia acalmado a má vontade "argelina". Carta de Saraiva a Piteira Santos, Paris, 17 de junho de 1964. CD 25A, PS – Corresp 231.

[1220] Argel, 18 de julho de 1964. CD 25A, PS – Actividades Privadas/FPLN/Doc. Diversos/Assuntos Diversos 6. Informações parcelares havia já prestado a Veiga Pereira e a Saraiva por cartas de 24 de abril e 6 de maio (ao primeiro) e de 7 de maio de 1964 (ao segundo). CD 25A, PS – Corresp 207, 215 e 219, respetivamente.

[1221] "Depoimento sobre a Actividade de Divisão e Diversão…

[1222] *Idem*. Sublinhados conforme o original.

O pedido de expulsão não visa, pois, mais do que "*tornar legal, no quadro do MAR, a situação de facto*", culminando "*a série de actos irregulares: recrutamento, reuniões particulares, interferência de comunicações, retenção de documentos*" praticados ou incitados pelo referenciado Hipólito, consentidos por Cabeçadas.

Finalmente, quanto aos comentários e inconfidências de que teria sido autor introduz a *nuance* ignorada no relatório do núcleo, mas elementar para a julgar da sua atitude no seio da organização: a de que estas haviam sido "*ditas a respeito de membros do MAR, mas de pessoas que irregularmente teriam entrado para o MAR*".

Do núcleo do MAR se distancia igualmente Rui Cabeçadas. A relação entre o representante oficioso do grupo na direção da FPLN e o núcleo havia sido sempre harmoniosa, manifestando em regra confiança pessoal e política para lá de pequenas diferenças episódicas. Cabeçadas é o "mentor" do grupo, com ele discute a tática a adotar localmente, a este informa da atividade e do debate travado na Comissão Delegada/JRP e com este troca impressões sobre as opções a assumir no quadro unitário. A carta-chamada a Humberto Delgado, a posição de força perante o PCP e a RR na JAPPA, a reaproximação aos comunistas e o mais recente afastamento da RR da Junta haviam sido fruto dessa articulação[1223]. Uma cooperação também em sentido inverso, com o núcleo a ajudar Cabeçadas na tarefa de aplanar as divergências entre a direção da Frente e a comunidade portuguesa.

Porém, a diferente interpretação das resoluções tomadas pela Conferência do MAR no que respeita à colaboração do movimento com a FPLN altera este retrato. Cabeçadas entende dever dedicar-se integralmente à Frente, "*ao mesmo tempo que propunha que os elementos do MAR de Argel investissem imediatamente todos os esforços possíveis no trabalho da FPLN*", integrando as comissões da rádio, do boletim e o comando operacional. Uma inflexão à orientação até aí seguida, decorrente das indicações do próprio Cabeçadas, que o justifica pelas "*novas perspectivas abertas pela chegada a Argel do General Delgado e na necessidade de tomar dentro da FPLN posições chaves que permitissem o aproveitamento desta personalidade em função dos objetivos do MAR*".

[1223] Ao contrário do que Piteira afirmara quanto ao convite a Delgado. Relatório do Núcleo MAR de Argel, 25 de julho de 1964 e carta de Rui Cabeçadas a Lopes Cardoso, Argel, 17 de março de 1964. CD 25A, LC.

A maioria do núcleo opõe-se a esta atitude e considera dever tal alteração tática ser sujeita ao escrutínio da organização. Procurando ultrapassar o impasse, equaciona-se a vantagem de uma conversa a título oficioso com a direção da Frente, mas Cabeçadas recusa ser acompanhado exclusivamente por elementos do núcleo MAR de Argel. Pondera-se ainda a colaboração, a título individual, em algumas comissões unitárias, caso esta não comprometesse oficialmente o MAR nem prejudicasse o trabalho "partidário". O que levanta muitas dúvidas na maioria do núcleo, já que sem uma afirmação política prévia seria "*mantido o mau funcionamento da JRP, sem delimitações de competências, sem um regulamento que assegure uma possibilidade de a orientação do MAR poder ter certa aceitação*", bem como a ignorância propositada de que as pessoas atuavam enquanto militantes duma organização, além do que os conflitos pessoais anteriores inevitavelmente obstaculizariam o trabalho conjunto[1224].

A impossibilidade de acordo leva Cabeçadas a desligar-se da atividade do núcleo, demitindo-se do Secretariado, e propondo, em alternativa, ficar na dependência direta da direção do MAR. Decisões igualmente contestadas pelo núcleo, atendendo sobretudo à informalidade da representação da organização na Frente e ao perigo de, gradualmente, incorrer "*em posições individualistas ou […] ser absorvido pelas organizações*" unitárias que integra. Não obstante, Cabeçadas mantém a sua posição e nesse sentido dirige proposta à Comissão Política Provisória do MAR, onde expressa em traços gerais o que pretende e solicita indicações concretas sobre a representação no órgão diretivo da Frente[1225].

A partir de então, Rui Cabeçadas atua em consonância, tomando a defesa intransigente da cúpula da Frente e omitindo todas as informações sobre a sua atividade interna. O que faz perante a colónia, mas igualmente no âmbito do núcleo, comportando-se na prática como se fosse exterior a este:

> *"O núcleo, perplexo com a atitude de Walter [Rui Cabeçadas], totalmente oposta à que ele assumira até aí, perde a confiança nele. As reuniões com Walter são ora tempestuosas e impeditivas de se realizar qualquer trabalho concreto, ora se*

[1224] "Contra-proposta do Núcleo de Argel a proposta do companheiro Walter", Secretariado do Núcleo de Argel, Argel, 1 de julho de 1964 e Relatórios do Núcleo MAR de Argel, 25 de julho e 23 de agosto de 1964. CD 25A, LC e APHS, respetivamente.

[1225] Propõe ainda que tal representação se faça com carácter geral e não contemple uma delegação no interior e outra no exterior. Argel, 23 de junho de 1964. CD 25A, LC.

caracterizam por uma não participação de Walter nas discussões. […] Está-se nesta situação quando o General Delgado chega a Argel."[1226].

Em meados de junho de 1964 Victor da Cunha Rego chega a Argel. Envolvido como estava na vida política brasileira, temera pela sua segurança com a instalação da ditadura militar no Brasil e decidira fugir rumo à Europa. Impedido de entrar em França desde 1961, seguira de imediato para a Suíça, onde igualmente lhe é interditada a instalação, pelo que procura explorar a hipótese argelina. Poucos dias mais tarde dá notícias a Manuel Sertório, traçando-lhe um impressivo quadro social e político da realidade na capital argelina. É a visão lúcida de um recém-chegado a um próximo amigo que sabe acompanhar de perto a situação da Frente e julga estar prestes a chegar, feita para o esclarecer e alertar:

"Vive-se em Argel – com uma intensidade que não deve existir em Portugal mas, sempre, como reflexo da nação – uma hora de ebulição provocada por fatores internos (descongelamento da vida política com os homens procurando clarificar suas posições através da identificação com movimentos, final da mitologia do PC – com a desautorização da geração dos Pedro Soares, Vilarigues etc. etc.) e por fatores externos (divergência sino-soviética, exemplos cubano, argelino, etc.). É uma hora positiva porque significa <u>inarredavelmente</u> [sic – claramente] duas conquistas populares: o triunfo da ideia de que o fascismo só poderá ser derrubado pela força e o triunfo dos que se cansavam de dizer que a Unidade passa pela organização de forças capazes de dar corpo a uma frente única e de dinamização ou passarem para trás a estimável máquina do PC. Mas, sendo uma hora positiva, é também uma hora de confusão. Os portugueses acordaram estremunhados de um longo sono. Querem recuperar o tempo perdido de um minuto para o outro. Correm de um lado para o outro, chocam-se no caminho […], agravando essa corrida com a perda de ritmo cuspindo naqueles a quem acusam de lhes ter ministrado o soporífero: os <u>velhos</u> do PC.

Essa confusão é agravada pelo facto de – considerando que no passado o PC foi dominado pelo direitismo – verem infiltrações burguesas em todo o lado e pelo facto de quererem contrapor ao imobilismo de ontem uma guerra de libertação com figurinos vietnamianos. […]

A FPLN é uma conquista. Mas acontece que muitos olham para ela como olhavam anteriormente para o PC, o Stalin ou o Craveiro: ficam à espera que ela por <u>milagre</u>

[1226] "Relatório sobre a crise da JRP", Secretariado do Núcleo MAR de Argel, Argel, 23 de agosto de 1964. APHS.

liberte Portugal. Ora, como ela é apenas um tímido embrião de direcção unitária, cobrem-na de suspeições.''[1227]

A chegada do presidente da Junta Revolucionária Portuguesa

Na tarde do dia 27 de junho de 1964 Humberto Delgado desembarca na Argélia. À sua espera a larga maioria da comunidade portuguesa, os dirigentes da Frente e alguns representantes dos movimentos nacionalistas das colónias portuguesas e do governo argelino, pelo qual é recebido com honras de chefe de Estado. Depois de dirigir umas palavras aos presentes, Delgado encaminha-se para a residência que lhe fora destinada pelas autoridades argelinas no Palácio do Povo, a antiga residência do governador-geral durante o domínio francês, agora utilizada para as receções oficiais e como uma das residências do presidente da Argélia. Rui Cabeçadas desmobiliza os presentes, o general irá agora descansar e logo terão oportunidade de com ele estarem mais demoradamente.

O presidente da Junta Revolucionária Portuguesa e a sua secretária, a brasileira Arajaryr Campos, são conduzidos no carro com motorista que igualmente é colocado à disposição do general pelos argelinos, atrás do qual vai a segurança encarregue da sua proteção. Seguem-nos uma comitiva de que fazem parte os restantes membros da JRP em Argel, Rui Cabeçadas, Manuel Tito de Morais e Fernando Piteira Santos, as mulheres dos dois últimos, Maria Carolina Tito de Morais e o marido e o casal Hélder e Clarinda Veiga Pires, acompanhado do irmão mais velho deste, o médico José Arnaldo Veiga Pires, que se encontra na cidade de férias[1228].

O destino é o imponente *chalet* Eisenhower, uma das vivendas destinadas a hóspedes no Palácio do Povo, assim denominada por aí se ter alojado o então general e futuro presidente americano durante a II Guerra Mundial. Pouco depois de todos terem entrado, Delgado dirige-se discretamente a José Veiga Pires, que conhece desde a sua campanha presidencial no Porto, e com ele sobe ao primeiro andar. Instantes mais tarde, vem Arajaryr Campos, que os acompanhara, pedir aos presentes que se retirassem por desejar o general descansar, exceção feita ao casal Veiga Pires, que convida para jantar.

[1227] Argel, 23 de junho de 1964. CD 25A, MS – Corresp 2605.
[1228] Em meados de junho de 1964, o mandatário comunista na direção da Frente, Pedro Soares, ausentara-se da Argélia por razões de saúde, não tendo ainda sido substituído.

Nada mais distante do que conceberiam os dirigentes da Frente, que inclusivamente teriam procurado impedir a incorporação dos Veiga Pires no cortejo que acompanhara o presidente da JRP, vendo-se agora preteridos em função destes. Ao invés de se inteirar da situação do movimento unitário por quem "de direito", o general ficaria com representantes das "forças adversas", fora do seu controle, e que lhe poderiam passar uma imagem pouco simpática do contexto argelino e da Frente em particular. Mas, tendo de acatar a vontade do anfitrião, retiram-se[1229].

Na verdade, há já algum azedume no relacionamento entre Humberto Delgado e os dirigentes unitários até aí sediados em Argel. A estranheza perante algumas posições assumidas por estes na Conferência de Praga aumentara a desconfiança do general quanto ao efetivo valor e aos reais propósitos da Frente e dos seus responsáveis. Os entraves à formação do comando operacional, as insinuações relativamente à idoneidade de António de Figueiredo e o "*caso*" que à volta disso se prenuncia, com a ameaça de demissão por parte de Piteira Santos, a incapacidade em garantir as condições mínimas para a instalação de Delgado na capital argelina – "*afinal depois de todas as promessas ainda não se sabe de que vou viver em Argel!!*" – ou o "*ar de igrejinha*" da Conferência com a participação "*de coisas que devem ser só um homem e um carimbo*" são algumas das evidências com que se confronta e que lhe desagradam, como transmite ao seu próximo correligionário Figueiredo poucos dias depois[1230]. Perante isso, entende dever continuar a atuar em nome próprio:

> *"Claro que o MNI continua vivo (a igrejinha bem queria que não…) pois enquanto na coligação um partido, o P.C., mantiver (e manterá sempre) a sua individualidade, não há razão para que os outros agrupamentos desapareçam".*

Sem abandonar o barco e poder com isso perder eventuais oportunidades:

> *"No momento, em assembleia pequeníssima, por isso ainda mais tipo "igrejinha" – embora por motivos óbvios tenhamos que continuar, na falta de melhor, a manter mitos de representatividade (mitos em que eu não me englobo, como votado que fui pelo Povo…) pareceu-me ser a única coisa a fazer [transigir perante as objeções ao nome de António Figueiredo para a JRP]. Se continuasse, não adiantava a atmosfera a seu favor. Ao contrário. E então só restaria uma acção "Tipo H.D." que é preciso evitar. Saber ser coruja, e ser falcão, conforme."*

[1229] Toda a descrição com base na entrevista com Clarinda Veiga Pires, Lisboa, novembro de 2007.
[1230] Praga, 7 de janeiro de 1964. CD 25A, AF – Corresp 135 A.2. Idêntica fonte para as citações seguintes.

Tudo se iria afinando "*conforme as circunstâncias*", conclui, embora seja "*preciso <u>todos andarmos com certo cuidado nas declarações</u> futuras a fim de os mastins de dentes afiados desse mito que é a Oposição não nos encontrarem de flanco descoberto*".

É obedecendo a essa tática de jogar em várias tabuleiros que, logo a 11 de janeiro, se dirige ao *pide* Mário de Carvalho, já então enredando Delgado na cilada que o levará a Badajoz, e o manda preparar a revolta em segredo[1231]. Transmitindo-lhe também, pelos finais de abril, estar pronto a reconsiderar a fixação em Argel se outra oportunidade se apresentasse, como informa Carvalho à PIDE[1232].

A demora na instalação de Manuel Sertório em Argel é outro dos pendentes incompreensíveis para Humberto Delgado. Tendo o MNI reunido os fundos suficientes para pagar a viagem do advogado e da sua família em março de 1964, não se justifica que os dirigentes na capital argelina se revelem incapazes de lhe conseguir colocação profissional e com isso assegurar a transferência. "*Além de jovem de esquerda e inteligente é um <u>executivo</u> do tipo que há poucos na oposição*", insiste Delgado. Em última instância e atendendo à urgência do assunto, deveria a subsistência do agregado de Sertório e do próprio ser garantida pela comunidade portuguesa residente no território e certamente duas ou três entrevistas bastariam para resolver o problema do emprego[1233].

Está convicto da má vontade dos elementos da CD em resolverem a deslocação de Sertório. Não por não o respeitarem, do que tinha tido provas contrárias, mas, muito provavelmente, por temerem o papel que este poderia ter no quadro da oposição portuguesa, acredita.

A desconfiança do general é injustificada, sossega-o o advogado, a razão prende-se com a desorganização da sociedade argelina, agravada com a que afeta especificamente a oposição portuguesa aí instalada, comprovara-o na sua passagem pela cidade no início de fevereiro de 1964[1234]. O cerne do problema reside na impossibilidade de lhe assegurarem emprego rápido e com remuneração suficiente para que fizesse face às suas despesas familiares, sendo essa a imprescindível condição por si

[1231] Citação da informação prestada por Mário de Carvalho in Frederico Delgado Rosa, *op. cit.*, p. 1002.
[1232] *Idem*, p. 1006.
[1233] Carta de Humberto Delgado à CD da FPLN, Praga, 14 de abril de 1964. CD 25A, PS – Corresp 204.
[1234] Carta de Manuel Sertório a Humberto Delgado, S. Paulo, 13 de março de 1964 in Manuel Sertório, *op. cit.*, p. 255-258.

imposta. A que se soma a dúvida sobre o benefício de tal instalação quando não poderia dedicar-se integralmente à atividade política, ao menos por agora. Esta última questão fora aliás levantada em Praga e a nenhuma conclusão se havia chegado. Não sendo considerada viável ou vantajosa a sua presença em tais circunstâncias e não sentindo Sertório particular atração pela revolução argelina, como admite, sem qualquer melindre acederia em permanecer fora da JRP ou em deslocar-se para um outro local da Europa. Como se disporia a seguir de imediato, não restassem dúvidas quanto a isso, em cumprimento do dever de militância que sente para com a oposição e que reassumira em Praga. É esta a súmula das suas preocupações reiteradamente transmitidas para Argel e ao general[1235].

Humberto Delgado não se convence e insiste repetidamente para que siga de imediato: "*o Dr. Manuel Sertório, que tem uma cabeça não pode perder o comboio. Está em perigo a sua posição. […] NÃO DURMA, AMIGO.*"[1236]. Porém, sem nenhuma certeza vinda da "fonte", o advogado não arrisca[1237].

Entretanto, dá-se o golpe militar que instaura novamente a ditadura no Brasil. A partir de então Manuel Sertório sente-se ameaçado e julga estar para breve a proibição a qualquer atividade antissalazarista no território, procurando, agora com maior determinação, sair desse país. É neste novo contexto que pede celeridade a Argel e explora a possibilidade de se fixar na Jugoslávia ou em Itália[1238].

Voltando a Humberto Delgado e à crescente indisposição deste com os membros da CD. A partir de abril, quando o seu estado de saúde melhora substancialmente, começa a preparação efetiva da sua instalação em Argel. A este fim a direção da Frente em exercício procura fornecer-lhe dados sobre o contexto argelino, apresentando-lhe os dirigentes argelinos que acompanham mais diretamente a questão portuguesa, informando-o da eleição unânime de Ben Bella como secretário-geral no I Congresso da FLN e transmitindo-lhe caracterização muito sumária da colónia lusa no país[1239].

[1235] *Idem* e carta de Sertório para Delgado, S. Paulo, 7 de junho de 1964 in Manuel Sertório, *op. cit.*, p. 270-275. Cartas de Manuel Sertório à CD da FPLN e a Piteira Santos, S. Paulo, 5 de maio de 1964. CD 25A, MS – Corresp 1465 e 3019.

[1236] Carta de Humberto Delgado a Manuel Sertório, Praga, 14 de abril de 1964 in Manuel Sertório, *op. cit.*, p. 265-268. Sublinhados e maiúsculas no original.

[1237] Carta de Piteira Santos a Manuel Sertório, Argel, 23 de março de 1964. CD 25A, MS – Corresp 1464.

[1238] Cartas de Manuel Sertório à CD da FPLN, a Piteira Santos e a Cabeçadas, 5 de maio de 1964 e cópia de carta de Manuel Sertório a Maria Pia de Bragança, 26 de maio de 1964. CD 25A, MS – Corresp 1465, 3019, 360 e PS – Corresp 204, respetivamente.

[1239] Destaque-se, no que toca aos responsáveis argelinos mais próximos da Frente, Mohamed Harbi, conselheiro político de Ben Bella, membro do Comité Central da FLN, especificamente encarregue pelo

Paralelamente, pedem indicações sobre a data aproximada da viagem, que obviamente manterão sob reserva, sugerindo a este propósito: a deslocação direta para Argel assim que a recuperação esteja concluída e, caso mantenha o general a ideia de realizar uma conferência de imprensa em Praga, intuito com que aparentam não estar de acordo, que esta ocorra na véspera da sua partida[1240].

Inconveniente e quase impertinente, é como avalia Humberto Delgado a forma como se lhe dirigem os membros da CD, colocando-se em posição de o aconselhar e parecendo até querer conduzi-lo. A sua resposta não deixa dúvidas quanto ao desagrado sentido perante os alvitres pessoais e políticos aduzidos[1241]. Nem a sua convalescença e os cuidados que esta inspira devem preocupar os seus interlocutores, nem aceita as advertências políticas que se referem ao eventual melindre das autoridades argelinas relativamente a uma deslocação anterior a Itália, muito menos entende as recomendações de segredo sobre a data de deslocação para a Argélia. Aproveita ainda para esclarecer nunca ter pensado em promover qualquer encontro com a imprensa na Checoslováquia e que a conferência de imprensa na Argélia deveria ser preparada no aeroporto, bem como para informar ter enviado telegrama a Ben Bella congratulando-o pela sua eleição e explicando-lhe as suas contingências de saúde. Sem margens a mais sugestões ou reajustes nas decisões tomadas.

Em Argel, o remoque e o que este indicia terão certamente aumentado a inquietação no seio da direção da Frente. Bem expressa pelas palavras de Rui Cabeçadas a Lopes Cardoso, nas vésperas da chegada de Delgado: "*Veremos se a JRP, que tem aguentado muita coisa, aguenta o impacto do seu Presidente*"[1242].

Preocupação que é já grande a partir do momento em que o estado de saúde do general se agravara e todo o calendário previsto tivera de ser posto de lado:

> *"Pelo facto de termos concebido que a Junta Revolucionária Portuguesa só passaria a funcionar plenamente com a presença do seu presidente, a nossa presente actividade arrasta-se no equívoco: já não somos a C.D.P., ainda não devemos ser sob todos os aspectos a J.R.P.. Esta situação pode esvaziar de algum modo o conteúdo das*

presidente de manter contacto com a FPLN, e Bachir Boumaza, então ministro da Economia e membro do Bureau Político da FLN. Carta subscrita por Piteira Santos em nome da CD da FPLN dirigida a Humberto Delgado, 27 de abril de 1964. CD 25A, PS – Corresp 208.

[1240] Carta subscrita por Piteira Santos em nome da CD da FPLN dirigida a Humberto Delgado, 27 de abril de 1964. CD 25A, PS – Corresp 206.

[1241] Todo o parágrafo com base na carta de Humberto Delgado a Rui Cabeçadas e Piteira Santos, Praga, 3 de maio de 1964. CD 25A, PS – Corresp 212.

[1242] Carta de Argel, 24 de junho de 1964. CD 25A, LC.

Resoluções e está a comprometer o efeito psicológico e político da realização da 2ª Conferência […].”[1243].

Isto quando na cúpula se haviam mantido as mesmas pessoas, “*um aspecto negativo da composição da J.R.P. que teria sido eliminado com a presença do General*” e de Manuel Sertório. E, ainda que Piteira não o referisse, quando contra estas se avolumam as queixas pessoais e políticas da maioria da colónia portuguesa em Argel, mostrando-se as visadas inaptas para estabelecer pontes ou, ao menos, para acalmar os ânimos. Além de que são manifestamente poucas para o extenso trabalho a levar a cabo, como sublinha Tito de Morais numa das reuniões do organismo diretivo, propondo a imediata designação de mais dois elementos vindos do interior[1244].

Considerações que certamente muito aborreceriam o general se delas tivesse conhecimento, que parece, contudo, estar ciente do perigo de se perder o *timing* político, equacionando a vantagem da Junta Revolucionária Portuguesa entrar em funcionamento e de tornar público o seu estado de saúde. É assim que, a 19 de março de 1964, comunica a autorização para o arranque do órgão diretivo e designa Piteira Santos como vice-presidente do organismo, medida que pretende obviar o vazio de comando resultante da sua ausência[1245]. Todavia, terá reconsiderado a decisão, revogando-a por telegrama enviado subsequentemente[1246].

De facto, a partir de abril, a nova nomenclatura do órgão diretivo da Frente vai começando a ser utilizada, embora confundindo-se muitas vezes com a de Comissão Delegada Provisória e a de Bureau de Argel. Atitude que merece o desacordo de alguns, como Manuel Sertório, por ir contra as resoluções de Praga[1247].

De qualquer modo, a interinidade da Comissão Delegada, primeiro, o funcionamento da JRP ensombrado pelo “fantasma Delgado” depois, limita muito, e cada vez mais, as possibilidades de trabalho político. Efeito nocivo particularmente sentido pelos membros do organismo dirigente, que temem estar a ser a bandeira da Frente completamente esquecida e substituída pelo “*mito General*”. Como expressa Piteira Santos a Ramos da Costa ainda corre março:

[1243] Carta de Piteira Santos a Manuel Sertório, Argel, 23 de março de 1964. CD 25A, MS – Corresp 1464.
[1244] Declaração de Tito de Morais em reunião da CD, reduzidas a escrito a pedido dos seus companheiros, Argel, 12 de março de 1964. CD 25A, MS – FPLN/JRP/Textos Diversos 4.
[1245] CD 25A, PS – Corresp 198.
[1246] Não sendo certo se o recuo se restringe à nomeação de Piteira Santos, que de qualquer modo lhe agradece a confiança em si depositada. CD 25A, PS – Corresp 199.
[1247] Carta de Manuel Sertório à CD da FPLN, S. Paulo, 5 de maio de 1964. CD 25A, MS – Corresp 1465.

"Primeiro, porque todos os mitos são negativos ou podem revelar-se desastrosos; segundo, porque estamos a transferir para o General as nossas próprias responsabilidades. Espera-se o General - é um sebastianismo. E contra este novo sebastianismo, é forçoso e urgente reagir."[1248].

Entretanto, em Praga, Delgado sabe da visita do presidente da Argélia à Checoslováquia e, sem perda de tempo, dirige-se novamente a este responsável e ao elemento do seu *staff* encarregue da questão portuguesa, Mohamed Harbi, lamentando estar impedido de o cumprimentar pessoalmente em resultado da sua doença[1249].

Estes contactos com os dirigentes argelinos davam sequência aos que Humberto Delgado havia desenvolvido a partir do Brasil em meados de 1963, quer junto do representante da jovem República aí sediado, quer enviando carta a Ben Bella, no sentido de conseguir uma subvenção mensal para a causa portuguesa[1250]. Em setembro, o presidente argelino responde-lhe, negando-lhe a ajuda financeira mas garantindo-lhe "*facilidades*"[1251].

A árvore parecia ter secado, mas dá afinal os seus frutos. Inesperadamente, a 13 de maio de 1964, Ben Bella e parte do seu Estado Maior visita-o no hospital checo onde está internado. Muito amável, o presidente argelino leva-lhe um ramo de cravos vermelhos e uma caixa de bombons, trocam fotos, garante-lhe um acolhimento no país com honras de chefe de Estado, conversam cerca de uma hora[1252]. Uma surpresa que auspicia um bom entendimento e convence Delgado do acerto da decisão de se fixar no país.

Nos primeiros dias de junho o general tem alta hospitalar e transfere-se para as termas de Karlovy Vary, uma estância balnear na Checoslováquia. Tinha-lhe sido recomendado um período de repouso e banhos de sol num país quente para uma total recuperação durante 1 ou 2 meses, sendo-lhe indicada a Itália como possibilidade. Poderia igualmente fazê-lo em Argel, hipótese que Delgado excluíra por querer aí chegar "*bom para a guerra*"[1253]. No seguimento do conselho médico, desenvolvem-se várias diligências em Itália para conseguir a autorização de entrada e permanência no

[1248] Carta de 18 de março de 1964. A&B FMS, 4279.005, ims. 34-39.
[1249] Cópias de cartas de 9 de maio de 1964. CD 25A, PS – Corresp 222 e 223.
[1250] Ou, no caso do diplomata, um empréstimo. Cartas de Humberto Delgado a Manuel Sertório e a Ben Bella (cópia), 4 de agosto e 22 de junho de 1963, respetivamente. Manuel Sertório, *ob. cit.*, p. 216-218 e CD 25A, PS – Corresp 74.
[1251] Citado in Frederico Delgado Rosa, *op. cit.*, p. 996.
[1252] Carta de Humberto Delgado a Piteira Santos, Praga, 27 de maio de 1964. CD 25A, PS – Corresp 228.
[1253] Carta de Humberto Delgado a Hélder Veiga Pires, Praga, 8 de janeiro de 1964. APVP.

país. Mas a pressão das autoridades portuguesas junto dos italianos consegue os seus intentos e tal permissão não é concedida[1254].

Na verdade, o regime estava em alerta máximo desde que o ex-candidato presidencial se deslocara para a Europa. Apesar das informações prestadas pelo informador Mário de Carvalho, no âmbito da já referida "Operação Outono, os responsáveis lusos desconhecem os pormenores sobre o estado de saúde de Delgado, bem como os seus movimentos ou intenções. É isso que explica o rol de informações e contrainformações, a multiplicação de contactos entre a polícia política portuguesa e os serviços policiais congéneres, sobretudo de Espanha e de França, ou a ofensiva diplomática junto das chancelarias de diversos países visando garantir um controlo mais apertado, não apenas sobre o general, como sobre os exilados portugueses em geral.

Apenas a título de exemplo, refira-se a circular secreta de Pereira de Carvalho, em nome do diretor da PIDE, dirigida aos postos da polícia de diversas localidades e dos aeroportos de Lisboa e Porto e às delegações do Porto e Subdelegações de Coimbra, Faro, Funchal e Ponta Delgada a 15 de janeiro de 1964 e que alerta para a possibilidade de uma nova entrada de Humberto Delgado em Portugal. A que se juntam indicações e fotos que ajudariam à identificação do mesmo e a referência aos cinco passaportes que Delgado teria em seu poder. No caso de ser detetado deveria ser "*detido, dentro da maior segurança e sigilo fazendo-se a respectiva comunicação a esta Direcção, por telefonema, não se mencionando o seu nome, dando apenas como referência o número desta circular*"[1255]. Dias depois, seguirá ainda a listagem dos automóveis propriedade ou utilizados pela família Delgado[1256].

A medida dá resposta a informação prestada pelo Adido Naval da Embaixada de Portugal em Madrid que dá conta de um plano revolucionário contra os regimes ibéricos, a partir da Argélia, englobando o desembarque de um contingente de cerca de mil comandos preparados para desenvolver ações de guerrilha de destruição e de captura de personalidades que eventualmente se encontrassem junto à costa mediterrânica[1257]. Curiosamente uma comunicação bastante similar ao plano proposto

[1254] Frederico Delgado Rosa, *op. cit.*, p. 1007-1008.
[1255] Circular secreta SC 76-CI(2). ANTT, PIDE/DGS – Humberto Delgado, SC CI(2) 31 - NT 6944-6948, 4º vol, fl. 203.
[1256] Circular-secreta SC 114-CI(2) de 17 de janeiro de 1964. ANTT, PIDE/DGS – Humberto Delgado, SC CI(2) 31 - NT 6944-6948, 4º vol fl. 202.
[1257] Cópia de informação secreta assinada por Henrique Matheus da Silveira Borges, em nome do Adido Naval junto da Embaixada de Portugal em Madrid, Madrid, 7 de janeiro de 1964, anexada ao ofício

por Humberto Delgado em Praga, mas que ignora, obviamente, o internamento do general no hospital checoslovaco.

Outras notificações de idêntico teor se seguirão e circularão, não somente pelos serviços da polícia política, mas também por diversos ministérios e pela Presidência do Conselho. Uma delas, em meados de abril de 1964, voltará a suscitar particular atenção, dando origem a medidas especiais de prevenção em toda a linha de costa e nas fronteiras terrestres entre 25 de abril e 15 de agosto desse ano[1258].

É ainda neste ambiente de alarme que a Junta Central da Legião Portuguesa equaciona em reunião realizada a 11 de março de 1964 o envio de informador para a Argélia. Já o haviam feito antes, chegando a ter dois informadores no território, mas o controle exercido sobre estes fora de tal ordem que impossibilitara a permanência de qualquer um deles. Permitira-lhes tirar uma lição: não poderia ser desconhecido nem intitular-se turista. A perspetiva de instalação de Humberto Delgado no país vale o esforço de uma nova tentativa, pelo que avançam hipóteses. Além de um elemento "*com vontade de colaborar connosco*", haveria uma possibilidade bastante plausível:

> *"Existe, no entanto um Senhor que eles [os oposicionistas] conhecem muito bem e que talvez se possa encarregar destas informações. Simplesmente necessitariamos de lhe arranjar um passaporte com nome falso para ele poder dizer que saiu de Portugal sem o terem conhecido. Se ele aceitasse ir para a Argélia teriamos um controle muito grande. No entanto isto custará muito dinheiro. Mesmo assim não podemos pensar que conseguiremos ir para a Argélia controlar todos os movimentos do Delgado. No entanto se mandarmos para lá este homem, sem eles saberem que vai em nosso serviço não teremos que ter preocupações porque ele é muito conhecido e não desconfiarão dele."*[1259].

urgente e confidencial 24/SC; P.º 100.11/64 do Chefe de Gabinete do Ministro do Exército ao Diretor da PIDE, 9 de janeiro de 1964. ANTT, PIDE/DGS - Frente Patriótica de Libertação Nacional, SC CI(2) 1353 - Pt 2, fls 716-717.

[1258] "Processo Verbal da Reunião Realizada em 18-IV-1964 na Direcção da Polícia Internacional e de Defesa do Estado", apresentando o "Plano de Subversão" que se julga estar em curso e prestando informações sobre a FPLN, Lisboa, 21 de abril de 1964. ANTT, PIDE/DGS – Frente Patriótica de Libertação Nacional, SC CI(2) 1353, Pt 2, fls 805. Circular secreta 307, Procº 302 do 2º Comandante Geral da Secção dos Serviços Auxiliares do Comando Geral da Guarda Fiscal - Ministério das Finanças aos Batalhões nº 1, nº 2 e n.º 3, 22 de abril de 1964. ANTT, PIDE/DGS – Frente Patriótica de Libertação Nacional, SC CI(2) 1353, Pt 2, fls 803-804.

[1259] O nome do primeiro nome considerado referido foi omitido pelo expurgo. [Acta da reunião da JC da LP de 11/3/1964], 13 de março de 1964. ANTT, LP – Proc. 483 - NT 1645, fls 78-83.

Se algum dos referidos chega efetivamente a estabelecer-se foi impossível apurar[1260].

Simultaneamente a estas medidas de cariz interno, muitas vezes decorrentes de informações provenientes de serviços policiais estrangeiros, regista-se uma renovada pressão internacional, como acima mencionámos. Aqui se inserem, entre outras, as averiguações do Embaixador de Portugal em Roma junto do ministério dos Negócios Estrangeiros de Itália no sentido de apurar a veracidade da notícia que se refere a uma audiência entre um dos secretários desse ministério e Ruy Luís Gomes, à sua passagem pelo país após ter participado na Conferência de Praga[1261]. Ou a notificação da direção da PIDE aos Serviços de Segurança Franceses prevenindo-os da passagem e possível entrada de Delgado em território francês na sua deslocação para a Argélia e que obtém pronta resposta pela adoção de medidas de prevenção especiais[1262]. A colaboração com o regime português vai, aliás, ter continuidade, pela interdição de entrada e residência aos membros do Bureau de Argel, imposta por decreto ministerial de 17 de setembro de 1964[1263].

Voltemos nós a seguir os passos de Humberto Delgado. Findos parcos 14 dias de convalescença nas termas checoslovacas, o general decide aceitar convite endereçado pelo secretário-geral comunista para conhecer a URSS. O mesmo havia feito Manuel Sertório antes de partir para o Brasil, o que porventura só servira para aumentar em Delgado a curiosidade por conhecer esse país.

Ruma então à Argélia, com a usual paragem no aeroporto de Orly, onde é assistido na enfermaria e conversa longamente com Francisco Ramos da Costa, um dos membros da Conferência Permanente da FPLN, além de seu representante em Paris de há já longa data. Ramos da Costa ter-lhe-á pintado o quadro geral do exílio argelino, valendo-se da sua natural simpatia e bom humor, procurando preparar o espírito do

[1260] Para isso muito contribuíram as enormes lacunas no fundo da Legião Portuguesa, designadamente na atividade da Junta Central, além do deficiente tratamento arquivístico de que foi alvo mais recentemente.
[1261] AHD, PEA – PEA, Maço 13, Pt I, Capa 2 - Pretensa entrevista dada por um membro do Governo Italiano a uma Delegação do FPLN de Portugal.
[1262] Informação secreta 196-SC/CI(2) da PIDE à Presidência do Conselho, Ministério do Interior e Ministério dos Negócios Estrangeiros, 26 de junho de 1964. ANTT, AOS – CO/PC-77B, Pt 22 - Actividade política do General Humberto Delgado, 2/1961 a 7/1964, fl 478.
[1263] Apenas em dezembro de 1964, quando é barrada a entrada a Tito de Morais, a Frente toma conhecimento da medida, dirigindo carta ao MNE francês, à comissão dos Negócios Estrangeiros da câmara de deputados francesa e à Liga dos Direitos do Homem a solicitar reavaliação da interdição. Entre outra documentação, carta de Tito de Morais a Ramos da Costa, Argel, 20 de dezembro de 1964. A&B FMS, 4280.003, ims. 105-106.

general para o que iria encontrar e sensibilizá-lo para que ali se tornasse "*um catalizador indispensável de todas as boas vontades*", um "*mensageiro de concórdia entre todos*", conseguindo unir as "*energias desperdiçadas em quezílias de tão pouca monta, em face do problema magno da nossa vida: a libertação do povo português*"[1264]. Apresenta-lhe ainda um jovem major, José Ervedosa, que julga poder vir a tornar-se um precioso colaborador no comando operacional a constituir.

Finalmente, a 27 de junho, desembarque em Argel.

O general tem dos irmãos Veiga Pires um excelente cartão-de-visita: o facto de Arnaldo Veiga Pires, pai, ter sido um dos membros da sua candidatura presidencial no Porto. Além de não esquecer "*que se não fosse a iniciativa do seu [Hélder Veiga Pires] grupo, ainda talvez estivesse na hesitação*" quanto a ir para Argel. Agradecera-lho a partir de Praga, nos primeiros dias de janeiro, pode agora fazê-lo devidamente convidando-o a partilhar a refeição inaugural na capital argelina[1265].

Na manhã do dia seguinte Humberto Delgado desloca-se ao cemitério muçulmano de El Alia para depor uma coroa de flores nos túmulos de Didouche Mourad e Largi Ben M'hidi, mártires da revolução argelina. É o seu primeiro ato oficial, uma forma de reconhecer o apoio da jovem República. Depois dirige-se ao povo português através da rádio, renovando a promessa de tudo fazer para, brevemente, regressar ao país e derrubar a ditadura. A 29 de junho, receção aberta a toda a colónia portuguesa nas instalações da Frente[1266].

A 2 de julho o presidente da Junta Revolucionária Portuguesa apresenta-se à imprensa e dá entrevistas exclusivas a alguns órgãos de imprensa. A notícia da sua chegada e as suas declarações inaugurais têm larga repercussão na imprensa internacional, bem como na imprensa local, cumprindo a operação mediática que previra nas resoluções de Praga. Arranca uma nova fase da luta da oposição portuguesa aglutinada na Frente Patriótica de Libertação Nacional.

[1264] Carta de Ramos da Costa a Humberto Delgado, Paris, 23 de janeiro de 1964
[1265] Cartas de Delgado a Hélder Veiga Pires e a Hélder Veiga Pires e Pedro Soares, Praga, 8 e 10 de janeiro de 1964. APVP.
[1266] Frederico Delgado Rosa, *op. cit.*, 1011-1012.

Aguentará a JRP "*o impacto do seu Presidente*"?

No dia 4 de julho de 1964 a JRP reúne-se sob a presidência de Humberto Delgado. No dia anterior, chegara a Argel o novo mandatário do PCP, Pedro Ramos de Almeida, Manuel Sertório, o outro membro designado em Praga, continuava no Brasil.

A primeira parte do encontro é alargada ao "*secretariado disponível: secretários, locutores, dactilógrafos e, eventualmente, outro pessoal auxiliar*", com intuito de recolher "*ideias gerais acerca das modalidades de revolta final […] afim de, oportunamente serem peneiradas por quem haja a responsabilidade de as implantar a sério*". No segundo tratam-se assuntos mais reservados, a saber: as ligações ao interior e a outros núcleos do exílio, o treino militar de algumas pessoas para a "*revolta final*", as possibilidades de aquisição de explosivos e outro material de guerra, o começo do funcionamento do "*comando revolucionário*", o modelo de organização da Junta, sua remodelação e distribuição de serviço, as possibilidades de colaboração da colónia portuguesa estabelecida na Argélia, o relacionamento com o presidente da Junta e a "*mudança radical*" no "*protocolo e etiqueta*", com a "*ordenação de hierarquias*"[1267].

A ordem de trabalhos é transmitida por Delgado na manhã do próprio dia da reunião, quando é também recebido um outro memorando do dia anterior no qual tal encontro é anunciado e se sublinhava serem essas ocasiões "*em princípio formais como, ao menos teoricamente, deve ser inerente à categoria do órgão e dos seus membros*" e, "*com mais forte razão, acrescida pelo facto de à primeira parte da reunião assistirem elementos estranhos à Junta*". Dava ainda conta da urgência de disponibilizar um telefone na nova sede que se preparava para entrar em funcionamento, solicitava diversos endereços e contactos telefónicos e estabelecia o horário em que se encontraria disponível na sede ou para entrevistas na sua residência[1268].

A pose de comando e a bizarria dos detalhes é desde logo um choque para os restantes membros da JRP, que, não obstante, o procuram disfarçar. A 10 de julho novo encontro tem lugar, alargado à participação de Adolfo Ayala e, numa primeira parte, a

[1267] Memorando do presidente da JRP aos membros do organismo, Argel, 4 de julho de 1964. CD 25A, MS – H.Delgado 1/1964/Corresp 3.
[1268] Memorando do presidente da JRP aos membros do organismo, Argel, 3 de julho de 1964. APTM.

Lopes Cardoso e Ramos da Costa, dois membros da Conferência Permanente da FPLN que se deslocam a Argel por uns dias. Neste debatem-se algumas questões de "política externa" – os contactos a estabelecer com as autoridades locais e com embaixadas e as declarações do presidente da Junta na Conferência para a Desnuclearização da Bacia do Mediterrâneo sobre Mar e Terra, organizada pelo Comité Argelino da Paz – e, uma vez mais, o arranque do comando operacional[1269]. O ambiente é tenso, embora os membros da JRP acedam a parte das propostas do general, procurando a conciliação dos pontos de vista.

De seguida, Pedro Ramos de Almeida ausenta-se da capital argelina e, respeitando pedido do PCP de que não fossem tomadas na sua ausência decisões importantes, Delgado suspende as reuniões até ao seu regresso, que acontecerá a 25 de julho.

Nesse ínterim, o general vai-se indispondo com os restantes elementos da JRP. Estranha as reservas na entrega de uma cópia da chave da sede e do correio, não lhe ser pedida opinião sobre as emissões da rádio e as queixas contra alguns membros da comunidade portuguesa em Argel, como estranha o funcionamento do próprio coletivo. Como desabafa com Ramos da Costa:

> *"como que em fila indiana, aparecem para tudo, para discutir tudo e, se bem percebo, julgam que eu vou por na ordem do dia das reuniões, até a indumentária: se em cuecas ou de gravata… [...] Ora, eu não vim para mestre de cerimónias apenas ou para ser o speaker da House of Commons. Enfim espero que haja juízo… Acresce que o ódio entre a colónia e os elementos da Junta é sério."*[1270]

De idênticas queixas dera igualmente conta a Álvaro Cunhal, a quem envia telegrama no próprio dia da partida de Ramos de Almeida[1271]. Uns dias mais tarde, 21 de julho, nova carta dirigida ao secretário-geral comunista informando-o mais detalhadamente sobre o ambiente argelino e da urgência de um encontro entre ambos para acordarem o modo de ultrapassar tal situação[1272].

[1269] Memorando do presidente da JRP aos membros do organismo, Argel, 4 de julho de 1964. CD 25A, MS – H.Delgado 1/1964/Corresp 4.
[1270] Carta de Humberto Delgado a Ramos da Costa, Argel, 6 de julho de 1964. A&B FMS, 4282.005, ims. 6-8.
[1271] Cópia de telegrama de Humberto Delgado a Álvaro Cunhal, Argel, 15 de julho de 1964. CD 25A, PS – Corresp 242.
[1272] Cópia de carta de Humberto Delgado a Álvaro Cunhal, Argel, 11 de agosto de 1964. CD 25A, PS – Corresp 261.

Humberto Delgado chega a Argel praticamente desconhecedor do conflito aberto entre a direção da Frente e a comunidade portuguesa aí exilada. Para lá do que lera nas entrelinhas do apelo "independente" para a sua fixação no local, somente de forma indireta o assunto fora tocado em Praga, cingindo-se as queixas ao único elemento da CD que não estava presente, Rui Cabeçadas. Sobre a amplitude das zangas entre os dirigentes e entre estes e os patrícios instalados na Argélia, nem uma palavra. Por isso e atendendo à "*falta de dinheiro para viagens e subsídios*" acedera a que fossem reconduzidos no novo organismo aí criado, a JRP. Até mesmo Cabeçadas, defendido por Piteira depois de o ter atacado inicialmente[1273].

Porém, mal chega à capital argelina facilmente se apercebe da gravidade do diferendo. O pedido de intervenção na questão dos vistos de entrada do irmão de Sacuntala de Miranda e da mãe de Luísa Hipólito dos Santos, o que lhe terá sido ventilado por Adolfo Ayala e a argumentação de Piteira defendendo as vantagens de expulsar Carlos Lança do território na primeira reunião da JRP são alguns dos episódios esclarecedores. Se Delgado estava já convencido do benefício de "refrescar" a JRP, vê-o agora com como urgente e imprescindível.

É assim que, logo a 6 de julho, dirige telegrama a Manuel Sertório pedindo-lhe para "*vir imediatamente*", pondo igualmente de sobreaviso Francisco Oliveira Pio para a possibilidade de o chamar muito em breve[1274]. Precisa de ter junto de si pessoas de inteira confiança pessoal e política e o advogado preenche ambos os requisitos. Como necessita de pessoas exteriores ao ambiente "contaminado" de Argel para assegurarem o comando operacional e outras tarefas que, certamente, irão surgir. Pelo que solicita a Ramos da Costa o envio das informações suficientes sobre José Ervedosa para que possa tratar da documentação de entrada na Argélia[1275]. E toma particular atenção ao acolhimento e manutenção dos desertores que chegam entretanto ao território e cuja preparação militar poderá ser valiosa num futuro próximo[1276].

[1273] Carta do presidente da JRP aos seus membros, Argel, 4 de agosto de 1964. A&B FMS, 4282.005, ims. 9-12.
[1274] Manuel Sertório, *op. cit.*, p. 280. Resumo do relatório enviado pelo informador "Pedro da Silveira" em 15 de julho de 1964. ANTT, PIDE/DGS – Frente Patriótica de Libertação Nacional, SC CI(2) 1353 - Pt 1, fl 28.
[1275] Carta de Humberto Delgado a Ramos da Costa, Argel, 6 de julho de 1964…
[1276] Para o efeito destina uma pequena verba que pudesse acorrer às necessidades mais imediatas. Cópia de carta do presidente da JRP a Tito de Morais e ao secretário Adolfo Ayala, Argel, 27 de julho de 1964. APTM.

"*Se não fazemos algo, acredito em breve, como operação de violência, dos preparativos de quadros e elevadoras do espírito, ou começamos a ver desprestigiada a Junta*", reitera ao seu mandatário em Paris. Esse desprestígio é um perigo real. O adiamento no arranque dos trabalhos da JRP, depois da campanha mediática e diplomática e do suspense que sobre ela se criara, fora já extremamente prejudicial, agora "*não podemos andar com vagares*"[1277].

A 18 de julho de 1964 Piteira Santos solicita ao Ministério dos Assuntos Estrangeiros argelino o visto de entrada para Maria da Conceição Formosinho Mealha e Maria Teresa Tito de Morais, mãe e irmã de Maria Carolina Tito de Morais. O requerimento segue em papel timbrado da Comissão Delegada da FPLN, levantando dúvidas às autoridades argelinas, que terão pedido esclarecimentos ao general. Sem ter conhecimento do assunto e perante a "*confusão séria*" com o ministério, Delgado decide retirar tal competência a Piteira e nomeia o médico Amílcar Castanhinha como único responsável pelas relações "consulares" até à chegada de Manuel Sertório, a quem a incumbência seria entregue futuramente[1278]. Da resolução contrária a qualquer "*ditadura, despotismo e favoritismo*" é posta ao corrente a colónia lusa por anúncio publicado na imprensa local a 26 de julho[1279].

Ainda nesse dia, Humberto Delgado reitera o pedido feito anteriormente para que lhe fosse fornecido balancete financeiro dos fundos da JRP, e que deveria ter sido entregue até 22 de julho, e incumbe Ayala da missão de auscultar alguns membros da comunidade portuguesa sobre a montagem de um serviço de solidariedade capaz de assegurar a manutenção dos desertores e de outras pessoas que entretanto acorressem a Argel. Sobre tais assuntos pretende o general trocar impressões com Tito de Morais, que lhe deverá telefonar nesse sentido[1280].

[1277] *Idem*. Esse desencanto com a FPLN é bem visível, por exemplo, em Itália. Carta de "António Garcia" [Manuel Lucena] para Marrocos [Lopes Cardoso], 8 de julho de 1964. CD 25A, LC – Núcleo MAR de Roma 1964.

[1278] As autoridades argelinas interditam então a entrada a título de turismo e impõem um prazo mínimo de 5 dias para dar andamento a qualquer processo de entrada. Cópia do requerimento, datado de 16 de julho mas enviado, segundo apontamentos manuscritos de Delgado, dois dias depois. CD 25A, MS – FPLN/JRP/Delgado/Corresp 2. Carta de Delgado a Emídio Guerreiro, Argel, 11 de agosto de 1964. CD 25A, PS – Corresp 263.

[1279] "Comunicado da Junta Revolucionária Portuguesa", publicado no *Alger Républicain* e republicado na separata ao n.º 3 da *Revolução Portuguesa*, julho de 1964 [distribuída em agosto de 1964], p. 1. A&B FMS, 4282.009, ims. 47-63.

[1280] Cópia de carta do presidente da JRP a Tito de Morais e ao secretário Adolfo Ayala...

Por essa altura toma ainda a decisão de negar resposta a documento da Missão da Frente Nacional de Libertação do Vietnam do Sul, contrariando o conselho de Piteira Santos de "*responder algo anódino*", por entender que esta poria em causa a política de não alinhamento internacional acordada na Conferência de Praga, além de desviar as atenções do essencial: os problemas políticos e materiais da Junta[1281]. É ainda quando resolve mudar a fechadura ao correio, sem esperar mais pela entrega constantemente adiada, passando assim a ter controlo total da correspondência enviada à direção da Frente.

Estão abertas as hostilidades com os anteriores dirigentes da FPLN. Nenhuma das determinações resulta de debate coletivo e muito menos da unanimidade que até então fora apanágio da direção da Frente, manifestando um total desprezo pelas regras aprovadas por esta e podendo classificar-se como despóticas, consideram. E não somente condenam a atitude do general, mas também a dos que se prestam a assumir as funções por este distribuídas em tal contexto. A comunicação das medidas por Delgado é recebida com grande agitação e motiva a troca de palavras duras dentro da sede da Frente, para logo transpirar e se tornar público o diferendo quando Cabeçadas se trava de razões com Castanhinha no café usualmente frequentado pela colónia portuguesa, a Cafeteria, e o ameaça de que irá desacreditá-lo junto do ministério argelino[1282].

Ao contrário, a generalidade da comunidade portuguesa em Argel vê com agrado o "*total saneamento da situação actual*"[1283]. A diminuição do poder de Piteira Santos, o principal visado pelas medidas, é, na ótica da maioria, um alívio da pressão até aí sentida e ponto de partida para colocar a Frente no "caminho justo", dedicando-se finalmente à preparação da ansiada revolta capaz de derrubar a ditadura.

Até porque os boatos continuam a circular, parecendo ter agora como objetivo principal aprofundar a divisão entre os *maristas* e os *fapistas*, com Hipólito dos Santos a ser acusado de denunciar a saída/entrada clandestina da Argélia do casal Marcelo e Joaquina Fernandes e de Pulido Valente[1284]. Pretendendo confrontar Piteira Santos, a quem atribui as responsabilidades por tal rumor, Hipólito requer a Delgado a

[1281] Transcrição do despacho do presidente da JRP a 16 de julho de 1964, referente a nota da missão entregue a 10 de julho de 1964. APTM.
[1282] "Relatório sobre os últimos acontecimentos", [Núcleo do MAR de Argel], Argel, 10 de agosto de 1964. CD 25A, LC.
[1283] Transcrição de telegrama de Quintino de Barros ao general, 27 de julho de 1964. APTM.
[1284] Que se deslocam a Rabat procurando aí atrair elementos para a FAP. Cartas de Pulido Valente a Hipólito dos Santos e deste a Pulido Valente e a Marcelo e Joaquina Fernandes, 17 de julho de 1964. APHS. Sobre a viagem: carta de Victor Blanc a Tito de Morais, Rabat, 11 de julho de 1964. APTM.

comparência na próxima reunião da JRP, demanda indeferida atendendo às "*dificuldades conhecidas de ambiente psicológico muito tenso, [a]os ódios sérios entre pessoal da extinta Comissão Delegada e os portugueses residentes na Argélia, [e] as [às] cenas ocorridas na primeira e segunda reuniões da Junta*"[1285].

A urgência de uma nova reunião da Junta Revolucionária Portuguesa é sublinhada por Rui Cabeçadas a 29 de julho, dia em que esta acaba por ser convocada por Delgado com a seguinte ordem de trabalhos: debate da criação imediata do comando operacional e da sondagem a possíveis voluntários para algumas tarefas entre os membros da colónia e "*cômputo das necessidades da viva vegetativa do Presidente*"[1286]. Avança-se então com a criação do Comando Operacional, constituído por Delgado, Piteira Santos e Ramos de Almeida. Nos dias anteriores, Piteira Santos e Ramos de Almeida haviam apresentado propostas de regulamento da JRP, assunto que começa também a ser discutido no encontro, com a formação de departamentos e a distribuição de responsabilidades pelos membros da Junta[1287]. Designadamente, são criadas a Comissão de Finanças e a Comissão de Propaganda, a cargo de Tito de Morais.

Apesar dos resultados, o ambiente é tenso e algumas matérias levantam acesa discussão. Uma das controvérsias rodeia o tipo de ação revolucionária a desencadear, com Humberto Delgado a defender a sua preparação e liderança a partir do exterior e Pedro Ramos de Almeida a opor-se terminantemente a essa ideia, sublinhando a indispensabilidade de atribuir ao interior papel mais interventivo. Outra questão polémica prende-se com o recrutamento de voluntários entre a comunidade portuguesa na capital argelina e, concretamente, a possibilidade de exclusão dos militantes da FAP dos trabalhos da FPLN.

[1285] Transcrição do despacho pelo secretário da JRP da FPLN a Hipólito dos Santos, 26 de julho de 1964. APHS.
[1286] O general estivera durante uns dias alojado em Guyotville, uma estância balnear perto de Argel, regressando novamente à cidade a 28 de julho. Apenas no dia seguinte Ramos de Almeida consegue entrar em contacto com aquele e lhe dá conta do seu regresso. Memorandos do presidente da JRP aos membros da Junta, Argel, 15 de julho e 29 de julho de 1964. Embora a reunião seja reagendada, dada a ausência do mandatário comunista, a ordem de trabalhos estipulada na primeira convocatória mantém-se. CD 25A, MS – H. Delgado 1/1964/Corresp 7 e 6, respetivamente.
[1287] Historial do conflito com Humberto Delgado, apontamentos de Piteira Santos, s/d. CD 25A, PS – Atividade Privada/FPLN/Blocos de Apontamentos, Bloco [envelope] 1 (1963-1964?). "Proposta sobre Normas de Funcionamento da JRP", [PRA], s/d [29 de julho de 1964]. CD 25A, MS – FPLN/JRP/Textos Diversos/Doc 31.

O mandatário comunista regressa determinado a endurecer o combate contra à FAP. A diretriz partidária é clara: estancar a sangria que a novel organização ameaçava provocar no partido é prioritária e Argel, um dos polos de irradiação dos *fapistas*, um dos locais onde esse ataque tem de ser levado à prática, com rapidez e eficácia. Essa nova atitude evidenciara-se já em encontro realizado com intuito de formar uma Comissão de Solidariedade que pudesse resolver o problema da manutenção dos desertores recém-chegados e da própria casa-abrigo, quando os representantes do PCP, Luís Bernardino e Mário Pádua, se haviam oposto à integração da FAP[1288]. Embora a tenham acabado por aceitar, perante a insistência dos restantes presentes, o momento marca o início da ofensiva agora continuada por Ramos de Almeida no organismo dirigente[1289].

O general deveria escolher entre o apoio da FAP e o do PCP. A clara postura anti-FPLN adotada pelos *fapistas* e seus núcleos apoiantes, como o Grupo Revolucionário Português de Libertação, e a divulgação pública que dela sempre haviam feito ameaçam a unidade conquistada, argumenta Ramos de Almeida. A única razão para o suporte agora oferecido ao presidente da JRP é o desejo de desmantelar a Frente tal qual fora concebida e a partir dela atacar os comunistas. Ao contrário, sendo o partido um dos artífices da unidade, que considera essencial preservar, e tendo dado vastas provas da sua solidariedade e respeito pelo ex-candidato presidencial sente-se no direito de lhe pedir que separe "o trigo do joio", como agora faz. Concretamente, deverá dispensar Marcelo Fernandes, um militante da FAP, da qualidade de seu médico pessoal e expulsar os *fapistas* da casa-abrigo[1290].

Libertar Humberto Delgado da nefasta influência dos *fapistas* para o recuperar para a sua alçada seria ainda a aspiração do PCP. Porque a sua figura continua a ter

[1288] O médico Mário Pádua chega a Argel em março de 1964. A cumprir comissão de serviço em Angola como alferes desde maio de 1961, decidira desertar com um outro companheiro, Alberto Coelho Pinto, em outubro de 1961, refugiando-se na República Democrática do Congo, onde fora preso. Libertado nos finais de janeiro de 1962, aderira ao MPLA e integrara a equipa clínica do Corpo Voluntário Angolano de Assistência aos Refugiados em Leopoldville. Em maio desse ano, prestara declarações perante a 37ª sessão do Comité Especial das Nações Unidas para os territórios sob administração portuguesa, denunciando a política colonial salazarista. No ano seguinte, dera continuidade a esse trabalho de sensibilização da opinião pública internacional para a justiça da luta dos movimentos nacionalistas das colónias portuguesas, ao publicar no Brasil o livro *Guerra em Angola* e ao intervir no Conselho Mundial da Paz realizado em Varsóvia. Mostrara entretanto vontade de se fixar na Argélia, para o que obtém carta branca da direção da Frente. Aí atua no quadro do PCP. ANTT, PIDE/DGS – Mário Moutinho de Pádua, SC GT 451 (NT 1411) e Del A PI 10492 (NT 1117), entre outros processos. Sobre a reunião em causa: "Relatório sobre os últimos acontecimentos"…

[1289] Integram a comissão Luís Bernardino, Hélder Veiga Pires e Manuel Vaz.

[1290] Informações prestadas por Rui Cabeçadas ao Núcleo MAR de Argel, citadas em carta de Álvaro Miranda à Comissão Política Provisória do MAR, Argel, 1 de agosto de 1964. CD 25A, LC.

audiência em Portugal e na diáspora e entre a imprensa internacional, podendo ser fator dinamizador da luta, e também por contar com a sua intervenção para gerar um novo equilíbrio na Frente, diminuindo o poder de Piteira e dos socialistas de esquerda e catapultando o partido para a efetiva direção do movimento, como principal aliado do general.

Os restantes membros da JRP apoiam em bloco a reclamação do delegado comunista, obviamente por diferente motivo: vêm nisto a possibilidade de isolar Delgado e com isso recuperar o controlo dos meios conquistados pela Frente.

A imposição surpreende e acossa o general. A solidariedade e acompanhamento de que o PCP lhe dera mostras no longo período de convalescença em Praga estão bem presentes e acrescentam-se à certeza anterior de ser este partido a única estrutura a deter meios reais no interior. Porém, reconhece na FAP a força anímica para engrossar o "exército revolucionário" e deve-lhes o amparo político desde que chegara a Argel. Pouco lhe interessam os diferendos ideológicos, como, na verdade, pouco lhe interessa a defesa da unidade aglutinada sob a FPLN se esta não for mais, como considera não ser, do que uma sigla paralítica. Interessa-lhe sim a preparação da revolta, de onde ninguém deveria ser excluído de participar, até pela escassez de recursos humanos disponíveis. Insurge-se, pois, violentamente contra a exigência de Ramos de Almeida, embora acabe por ceder à pressão para prescindir dos serviços de Marcelo Fernandes.

No dia 1 de agosto, tem lugar a reunião inaugural do Comando Operacional. Na presidência, Delgado terá informado os outros dois membros da "*entrevista decisiva e substantiva com a alta entidade argelina que interessava*", leia-se Ben Bella, ocorrida dois dias antes, na qual o general expusera ao presidente argelino o seu plano: desembarque de contingente na costa algarvia, sob a sua liderança, que se juntaria a força do interior e daí partiriam para o assalto ao poder[1291]. Retomando, pois, parte do primeiro plano que estivera na base da revolta de Beja e a que havia já largamente feito alusão na Conferência de Praga. A Argélia não poderia contribuir com homens, mas em tudo o mais – facilidades para treino militar, auxílio financeiro e equipamento – luz-verde de Ben Bella[1292]. Uma oportunidade a aproveitar sem demora e que está na base

[1291] Carta do presidente da JRP aos seus membros, Argel, 4 de agosto de 1964... e Frederico Rosa, *op. cit.*, p. 1020.
[1292] Entrevista com Pedro Ramos de Almeida, 6 e 11 de março de 2008. Diana Andringa, *Humberto Delgado, obviamente assassinaram-no*, documentário realizado a partir de uma primeira versão de Teresa Olga datada de 1995, RTP, 2005.

do arranque do organismo. Entre as resoluções tomadas está a de constituir uma Comissão de Recrutamento para a qual seriam convidados Hipólito dos Santos, Moura Marques e Mário Pádua. A 3 de agosto, encontra-se o presidente da JRP com a Comissão de Finanças, que decide "*garantir os fundos para as necessidades, à vista, do Comando Operacional*", e dirige convite aos elementos designados para integrar a Comissão de Recrutamento do organismo operacional, cuja reunião inaugural decorre no dia seguinte, altura em que confirma formalmente a sua composição[1293]. O arranque do plano de operações que estaria na base da revolta em Portugal está dado.

"*A humanidade é composta de criaturas muito estranhas: metade censura o que pratica; a outra metade censura o que pratica*", Benjamin Franklin. Assim se pode ler no dístico mandado colocar pelo presidente da JRP na sala de reuniões da sede da FPLN na segunda-feira, dia 3 de agosto de 1964[1294]. Um elucidativo recado de Delgado aos membros do organismo, que assinala o agudizar da crise política e pessoal entre aquele e os restantes. O mesmo dia em que o ex-candidato presidencial encontra os membros "*reunidos em suspeita conferência*" e em que é, uma vez mais, solicitado por Piteira a discutir "*em torno dos ódios locais*"[1295].

Refere-se Humberto Delgado a um dos quatro assuntos que Piteira gostaria de ver debatidos numa próxima sessão de trabalho da Junta: os "*problemas de segurança*" da JRP, tanto da segurança geral dos seus membros, como de "*defesa política*", "*com especial referência à actividade de um pseudo "grupo revolucionário português" que edita e distribui a publicação Revolução Portuguesa*"[1296].

O mote da solicitação é a distribuição da separata ao terceiro número da *Revolução Portuguesa*, uma investida violentíssima contra a FPLN, que não poupa nada nem ninguém. Desde os que conceberam a Frente e a continuam a dirigir, apelidados de

[1293] Transcrição da comunicação reservada do comandante do Comando Operacional, argel, 4 de agosto de 1964 in "Cartas a que se refere o relatório sobre a reunião do C. Operacional", anexo a carta enviada pelo Núcleo do MAR de Argel à Comissão Política Provisória do MAR, 26 de agosto de 1964. CD 25A, LC.

[1294] Apontamento de Tito de Morais. APTM.

[1295] Carta do presidente da JRP aos seus membros, Argel, 4 de agosto de 1964...

[1296] Os restantes são a Conferência dos Países Não-Alinhados, o apelo pela libertação de Luís Dias Amado e a colocação profissional de Ruy Luís Gomes, José Morgado e António Brotas em Argel. Proposta de Piteira Santos ao presidente da JRP, Argel, 3 de agosto de 1964. Sublinhados no original. CD 25A, PS – Corres 249. Tendo recusado a hipótese de se transferir do Brasil para a Argélia na Conferência de Praga, desde março de 1964 que Luís Gomes infletira a sua posição, fazendo-a apenas depender de emprego compatível com a sua formação académica. António Brotas transmitira idêntico desejo ainda em 1963. Sem que tivesse obtido resposta, renova a solicitação no início de 1964, tornando-se a sua situação particularmente urgente depois da instauração da ditadura militar e da sua prisão no Brasil. Tal prisão motivara protestos por parte da direção da Frente e da JAPPA.

"*eminências pardas*", "*malfeitores*" ou "*indignos representantes do povo português*", cujo projeto e ascensão se apoiara em "*forças obscuras, estranhas à terra portuguesa e estranhas aos nossos aliados revolucionários em África*", às correntes políticas que nela estão representadas, "*formações burguesas liberais*", em cujas fileiras estão "*alguns dos mais declarados colonialistas e paternalistas*" e a "*direcção revisionista*" do PCP, ao projeto político que essa mesma Frente defende, classificado como uma "*burla política*", à própria JAPPA e à comunidade portuguesa em Argel, com "*o seu desprezo por discussão e educação política e interesse quase exclusivo por activismo*" e que se haviam mostrado incapazes de denunciar as arbitrariedades cometidas na capital argelina e, assim, em parte coniventes com a "*degenerescência*" da FPLN, e mesmo ao general, na realidade um "*golpista*", "*autocrático*" e colonialista. Ainda assim o único a poder arrogar-se como símbolo do "*protesto do povo contra o salazarismo*" e a quem reconhecem coragem política, patenteada pela "*rápida "operação limpeza"*"" contra os anteriores dirigentes da FPLN, e honestidade pessoal. Também de fora das críticas o MAR e, muito particularmente, a FAP, provas da mentira da Frente quando se reclama unitária e representativa[1297].

Uma análise "*imparcial*", "*serena*" e "*urgente*", na linha do que vinham afirmando desde o início da formação do núcleo, sublinham os responsáveis pela *Revolução Portuguesa*, contraponto à "*maneira emocional*" com que reagem outros companheiros. Um dever que se impõe perante a intensificação dos "*infames métodos de intimidação*" usados pela direção herdeira da Comissão Delegada, "*contra todos aqueles que ousam levantar uma palavra de protesto ou crítica contra o sistema*" e, muito em especial, perante o "*aumento considerável da influência da Frente de Acção Popular*". Um dever, enfim, que não se restringirá ao "microcosmos argelino" nem se ficará por generalidades, avisam:

> *"1. Denunciaremos publicamente todos os casos de vitimação [sic] no exílio, de que tenhamos conhecimento, dando nomes completos, história política e conexões dos vitimadores [sic];*
> *2. Quando o mesmo procedimento for utilizado dentro do nosso país, os que forem achados culpados de vitimação serão punidos com métodos adequados ao ambiente fascista que aí reina, baseado na violência;*

[1297] *Revolução Portuguesa*, separata ao n.º 3, julho de 1964 [distribuída em agosto de 1964]. A&B FMS, 4282.009, ims. 47-63.

3. Levaremos as nossas denunciações destas actividades criminosas aos tribunais da opinião internacional."[1298].

Tão afrontosa atitude apenas vem dar razão à exigência de que o presidente da JRP, órgão executivo da FPLN, se recuse a colaborar com o grupo e com a FAP, de quem se afirmam apoiantes, entendem os membros da Junta. Mas o general continua a reagir bastante mal à pressão e novamente se alteram os ânimos. É neste contexto que Rui Cabeçadas toma a iniciativa de se demitir da Comissão da Rádio até que estivesse aprovado um regulamento interno da JRP "*que assegure[asse] a marcha regular da sua actividade e o respeito pelo princípio da direcção colectiva*", conforme explicita no dia seguinte por escrito[1299].

A resposta de Humberto Delgado surge nesse mesmo dia, 4 de agosto de 1964. Atendendo aos últimos acontecimentos, que pormenorizadamente expõe, e "*nos termos do direito consuetudinário*", "*declara em férias de verão a J.R.P. no que respeita à sua acção como órgão conjunto*" e suspende Piteira Santos "*de funções para averiguações sob a acusação de traidor, perseguidor de portugueses, intriguista e indivíduo perigosamente ambicioso*", substituindo-o igualmente no Comando Operacional por Tito de Morais. Isento de sanções, por ora, fica Rui Cabeçadas, por lhe parecer "*homem de combate, embora […] desorientado com a verborragia ácida do sr. Piteira*", esclarece. O interregno dos trabalhos da Junta manter-se-ia "*até esta oferecer condições mentais e materiais mais adequadas de eficiente funcionamento, seja pelo aumento visível de membros não debruçados sobre os ódio locais, seja pela substituição ao menos de parte dos actuais componentes dela, seja até por haver local decente de trabalho – o que importa*"[1300].

Simultaneamente, determina o presidente da JRP "*continuar a acelerar os trabalhos preparatórios de ação violenta*", "*manter os serviços gerais de propaganda, recorrendo se necessário a um apelo à população portuguesa em Argel para me ajudar a minorar ou substituir os efeitos de eventual sabotagem anti-patriótica que indivíduos, cegos pela vaidade e ódios, acaso pretendam levar a efeito*" e "*explorar imediatamente a sugestão que há pouco tinha rejeitado mas retomo, e me foi posta pelo secretário Geral do Partido Comunista, no sentido de muito em breve se proceder a nova reunião*

[1298] *Idem*.
[1299] Carta de Rui Cabeçadas à JRP, Argel, 4 de agosto de 1964. CD 25A, PS – Corresp 250.
[1300] Sublinhados no original. Carta do presidente da JRP aos seus membros, Argel, 4 de agosto de 1964...

da Oposição", agora *"em condições de arejamento e amplidão, bem diferentes da última*"[1301].

Na tarde do dia 5 de agosto de 1964 o mandatário comunista dirige-se às instalações da Frente com intenção de entregar a Humberto Delgado proposta de ordem de trabalhos para a próxima reunião da JRP. Nesta se incluem o encerramento do debate de uma norma de funcionamento do organismo, a troca de impressões sobre a convocação da Conferência da FPLN e a apreciação política das "*campanhas contra a FPLN a partir de Argel*", secundando neste ponto a anterior sugestão apresentada por Piteira. Pretende ainda debater a situação da secretaria da Frente e questões relacionadas com a casa-abrigo, além de medidas concretas de apoio à luta das JAP's do interior[1302]. Acaba, porém, por não entregar tal proposta, ao ser confrontado com a carta dirigida a todos os membros da JRP.

A gravidade do momento é por demais evidente e a primeira preocupação de Ramos de Almeida é a de que o documento se mantivesse reservado "*para bem da resolução das dificuldades internas da JRP e do fortalecimento da unidade anti-salazarista*" e que "*por meio de conversações imediatas se envidassem todos os esforços tendentes a alcançar resultados positivos de aceitação geral*". Com esse intuito, solicita ser recebido por Delgado ainda nesse dia pelas 21h, pretensão a que o general acede, mas que acabará por ser baldada[1303].

Tudo se precipita uma vez mais. Às 22h é o próprio delegado comunista a entregar aos restantes parceiros de direção o documento emitido pelo presidente da JRP. No dia seguinte, Cabeçadas e Piteira dirigem-se, individualmente, à JRP expondo a sua indignação perante o que consideram como uma decisão arbitrária do presidente do organismo. Nas palavras de Piteira Santos:

> *"O Senhor General Humberto Delgado insiste em sobrepor à JUNTA REVOLUCIONÁRIA PORTUGUESA, organismo colectivo da FRENTE PATRIÓTICA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL vinculado ao organismo superior deliberativo a "CONFERÊNCIA DA FRENTE PATRIÓTICA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL", uma institucionalização da "Presidência" da JUNTA REVOLUCIONÁRIA PORTUGUESA*

[1301] *Idem*.
[1302] Proposta de Ramos de Almeida ao presidente da JRP, Argel, 5 de agosto de 1964. CD 25A, PS – Corresp 252.
[1303] Carta de Ramos de Almeida ao presidente e membros da JRP, Argel, 7 de agosto de 1964. CD 25A, PS – Corresp 256.

que não está prevista na letra, nem cabe no espírito das Resoluções da 2.ª Conferência."[1304].

Solicitam, pois, que "*no mais curto prazo de tempo*" reúna a JRP para apreciação da grave situação vivida e, coletivamente, se resolvam as medidas a tomar até à urgente convocação de uma nova Conferência da FPLN[1305]. Nos dois dias subsequentes pronunciam-se em moldes similares Pedro Ramos de Almeida e Tito de Morais[1306].

Entretanto, ainda no dia 6 de agosto, Cabeçadas trava violenta discussão com Delgado no escritório da Frente, após o que o general o expulsa das instalações.

Nessa tarde, o presidente da JRP comunica em primeira mão a Ramos de Almeida a decisão de "*proibir aos membros da JRP a frequência de sede da FPLN, para além das 6 ou 7 horas em que o empregado se encontra presente […], para evitar que os membros da JRP […] possam "roubar" alguma coisa da sede da JRP*", ordem cujo cumprimento assegura pela mudança de fechadura. Refere-se Delgado ao facto de Cabeçadas ter levado consigo os carimbos da antiga Comissão Delegada e da Junta Revolucionária Portuguesa e a própria chave da gaveta onde eram guardados ao ser expulso das instalações da Frente, de que apenas se dá conta depois da sua saída. O representante comunista depara-se ainda com circular afixada na porta da base de trabalho portuguesa dirigida aos membros da JRP e à colónia lusa em geral, comunicando a existência de um secretariado da JRP e tornando públicas "*medidas obrigatórias*" para a regularização da situação na Argélia, extensíveis a toda a comunidade. Ambos os assuntos originam nova altercação, chegando o general ao ponto de ameaçar Ramos de Almeida com tiros[1307].

Ainda no mesmo dia é distribuído um número especial do boletim *Jappa*, tornando público o corte entre o general e os "*auto-nomeados dirigentes*" que com ele compunham a JRP. Dando inclusivamente alguns detalhes dessa rutura, como o "furto" levado a cabo por Rui Cabeçadas e as ameaças físicas que este teria feito a Adolfo Ayala uns dias atrás. A alternativa passaria por acabar com a Frente Patriótica de

[1304] Maiúsculas no original. CD 25A, PS – Corresp 254.
[1305] Carta de Rui Cabeçadas à JRP, Argel, 6 de agosto de 1964. CD 25A, MS – H. Delgado1 – 1964/ Corresp 10.
[1306] Cartas de Ramos de Almeida e Tito de Morais ao presidente e membros da JRP, Argel, 7 e 8 de agosto de 1964, respetivamente. CD 25A, PS – Corresp 256 e A&B FMS, 4282.009, im. 21.
[1307] Carta de Ramos de Almeida ao presidente e membros da JRP, Argel, 7 de agosto de 1964… Sublinhados no original.

Libertação Nacional, continuam os autores do boletim, avançando com a constituição da COAFP – Comité das Organizações Antifascistas Portuguesas –, onde teriam assento os "*quatro agrupamentos que representam as forças vivas da Oposição Antifascista, nomeadamente: Resistência Republicana, Partido Comunista Português, Frente de Acção Popular e Movimento de Acção Revolucionária*", sob a presidência de honra de Humberto Delgado[1308]. Tal Comité deveria resultar de assembleia geral "*de todos os portugueses antifascistas residentes na Argélia*", a convocar por Humberto Delgado, e, "*em virtude do seu comportamento*", dele seriam excluídos os dirigentes em exercício. Ao general, ao contrário, apesar das diferenças entre o seu projeto político e o de algumas tendências políticas representadas, estaria reservado lugar de confiança, tomando "*em consideração o prestígio pessoal*" que detém e a "*integridade pessoal*" de que dera mostras nos últimos acontecimentos. Mais se esclarece que ao COAFP seriam entregues as seguintes funções:

> *"A. Externas*
> *i) Representação do movimento antifascista português perante o Governo Argelino.*
> *ii) O controlo colectivo das entradas dos Portugueses na Argélia.*
> *B. Internas*
> *i) A governação democrática e colectiva da vida interna da colónia portuguesa em Argélia.*
> *ii) O regulamento democrático das relações entre os agrupamentos políticos representados no Comité.*
> *iii) Decisão colectiva sobre questões comuns relacionadas com a ajuda à luta antifascista em Portugal.*
> *iv) A governação colectiva da rádio, segundo processo a ser discutido por todas as organizações."*[1309].

A exaltação é tremenda. Desde a última reunião da JRP corre o rumor de que os membros da Junta se preparavam para expulsar os *fapistas* e seus simpatizantes da Argélia, informação ventilada por Humberto Delgado. O que parece comprovado pelo abaixo-assinado de condenação à atitude do núcleo *Revolução Portuguesa* que o delegado comunista pusera a circular após a divulgação da separata. É nesta espiral emotiva e respondendo a apelo lançado no *Jappa* que se formam piquetes de segurança ao *bureau* da FPLN e à casa-abrigo na noite de 6 para 7 de agosto.

[1308] APQB.
[1309] *Idem*.

A 7 de agosto de 1964, o presidente da JRP anuncia a inevitável suspensão de Rui Cabeçadas e a interdição de aceder à "*sede da Junta ou suas dependências*". Se tal fosse tentado, acrescenta, "*o pessoal ao serviço da Junta resistirá pela violência*"[1310]. No mesmo dia em que Cabeçadas esclarece, de nada valendo, a razão da sua atitude: "*acautelar eventuais prejuízos da JRP*"[1311]. Nessa noite, temendo pela sua segurança pessoal, pernoita na casa de Piteira Santos. De facto, os piquetes mantêm-se. Armados com varas de marmeleiro, Adolfo Ayala, João Pulido Valente, Carlos Lança, Patrícia MacGowan Pinheiro e três desertores recém-chegados encabeçam a "resistência" em nome de Humberto Delgado[1312].

Continuando a "operação de saneamento", no dia seguinte, 8 de agosto, Delgado afasta Manuel Tito de Morais da direção política da *Voz da Liberdade* e Pedro Ramos de Almeida da responsabilidade técnica, substituindo-os pelo recém-chegado major piloto-aviador José Ervedosa e pelo médico Amílcar Castanhinha[1313].

A comunicação da "nova ordem" é feita de imediato às autoridades argelinas, desde a Presidência da República e ministérios às forças policiais, e, bem assim, ao diretor da Rádio Televisão Argelina. A todos é igualmente dado a conhecer o novo carimbo da JRP e a única assinatura que deverá autenticar todos os documentos: a de Humberto Delgado[1314].

Entrementes, o general procura alargar os seus apoios dentro da comunidade portuguesa na Argélia, tanto políticos como práticos, para assegurar colaboração nas tarefas. O casal Lança, em nome da *Revolução Portuguesa*, havia-lhe já manifestado o seu patrocínio, mas, sabendo-o conotado com a FAP e do tom crítico da "*sua crónica*",

[1310] A&B FMS, 2970.001, im. 8.
[1311] Carta de Rui Cabeçadas à JRP, Argel, 7 de agosto de 1964. A&B FMS, 4282.009, im. 19.
[1312] Um dos desertores é António Trindade Tavares. Fuzileiro naval, cumpre comissão de serviço na Guiné desde 25 de maio de 1963, onde deserta a 4 de junho de 1964. Chega a colaborar com o PAIGC por um curto período, sendo entregue à FPLN pelos nacionalistas no final desse mês. Outro é Crespo, ex-subchefe da PSP e igualmente desertor da Guiné. Apontamento de Tito de Morais, s/d. APTM.
[1313] Carta de Humberto Delgado ao diretor da Rádio Televisão Argelina, s/d [8 de agosto de 1964]. CD 25A, PS – Corresp 259. José Ervedosa chega a Argel nos primeiros dias de agosto de 1964. A cumprir comissão de serviço em Angola desde abril de 1961, envolve-se na preparação de um movimento militar cujos principais objetivos eram o fim da guerra colonial e a concessão imediata da independência ao território angolano. Denunciada a conspiração e identificado como um dos participantes, é preso e demitido por despacho de 12 de fevereiro de 1963. Transferido para a metrópole, permanece no Aljube de março a dezembro de 1963, altura em que é libertado sem julgamento. Pouco depois, foge de Portugal clandestinamente e segue para Paris, onde se encontra desde maio/junho de 1964. Aí conhece Ramos da Costa que, como vimos, o apresenta à FPNL e a Humberto Delgado. ANTT, PIDE/DGS – José Ervedosa, SC E/GT 2950 (NT 1483); José Ervedosa e Alma Rita Maria Lauricella Ervedosa, SC CI(2) 2812 (NT 7234) e José Ervedosa, Rui Jorge Pires e José Fernando Amorim, Del P PI 35100 (NT 3994).
[1314] *Idem*.

julga tal apoio insuficiente e pouco sincero[1315]. Mais interessado está na aproximação aos *maristas*, de onde partira a iniciativa da sua transferência para a Argélia e bastante mais representativos no conjunto da colónia, e nisso investe.

Mantivera até há poucos dias convívio social com Hélder Veiga Pires, com quem agora, insistentemente, tenta chegar à fala, sem sucesso. O mesmo acontece com Hipólito dos Santos, a quem telefona repetidamente e com semelhante resultado. Por esses dias, o MAR está também ausente de reunião na casa-abrigo onde se tratara do assunto "solidariedade". Intuem os responsáveis do núcleo *marista* estar Delgado a "*aproveitar-se das reacções espontâneas de pessoas não filiadas em nenhuma organização*", até pelo facto de não os procurar como organização mas individualmente, e evitam-no[1316]. Como evitam, aliás, uma posição contrária, razão pela qual haviam recusado subscrever a petição posta a circular pelo PCP contra a FAP, alegando discordar da "*baixeza na forma e linguagem*" utilizadas, mas reconhecer "*ser verdade muito do que se diz*"[1317].

No sábado, dia 8 de agosto, Humberto Delgado promove uma reunião social na sua casa, onde convida a participar a maioria dos elementos do MAR e respetivas famílias. Tinha finalmente conseguido contactar com Hélder Veiga Pires, através de quem fizera seguir o convite, fazendo igualmente chegar uma nota dirigida a Hipólito dos Santos dando-lhe conta das tentativas infrutíferas para o contactar e solicitando-lhe resposta urgente[1318]. É Adolfo Ayala o portador da nota e, igualmente, do convite para a reunião de sábado. Ciente da provável intenção do encontro – a tomada de uma posição política –, o núcleo MAR decide enviar somente os elementos do Secretariado recentemente eleito, Hipólito, Moura Marques e Sacuntala de Miranda.

Ao ver a delegação do MAR reduzida a três pessoas, Humberto Delgado depreende as razões de tais "fugas", de que já suspeitaria, e recebe-os com azedume. É o introito de "*uma entrevista tempestuosa*", em que são "*barbaramente insultados e ameaçados de vir a ser julgados em tribunal popular por se recusarem a apoiá-lo*

[1315] "Reunião do Secretariado com HD, Sábado 8/8/64", Secretariado do MAR. CD 25A, LC.
[1316] "Entrevista com o General Delgado - Agosto de 1964", anexo a carta enviada pelo Núcleo do MAR de Argel à Comissão Política Provisória do MAR, 26 de agosto de 1964. CD 25A, LC.
[1317] "Conversa com Ramos d'Almeida Dia 10 de Agosto de 1964", anexo a carta enviada pelo Núcleo do MAR de Argel à Comissão Política Provisória do MAR, 26 de agosto de 1964. CD 25A, LC.
[1318] Transcrição in "Cartas a que se refere o relatório sobre a reunião do C. Operacional", anexo a carta enviada pelo Núcleo do MAR de Argel à Comissão Política Provisória do MAR, 26 de agosto de 1964. CD 25A, LC.

contra a JRP"[1319]. Sem perder a calma, os visados vão explicitando detalhes sobre o funcionamento do MAR e sua amplitude no interior, afirmando o desejo de se manterem tanto quanto possível neutros dentro dum conflito demasiado extremado, expondo as razões das reticências à participação nas tarefas para as quais haviam sido chamados. Entre elas a discordância pela exclusão dos dissidentes do PCP dos trabalhos da Comissão de Recrutamento, um dos motivos a justificar a suspensão da colaboração no organismo até que a direção do MAR se pronunciasse, e os boatos em torno de Hipólito dos Santos, que faz depender das conclusões de inquérito sobre o assunto a sua participação nessa ou em qualquer outra tarefa da FPLN[1320].

Humberto Delgado vai-se acalmando. Agrada-lhe em especial a rejeição do sectarismo imposto pelo PCP relativamente aos *fapistas*, concluindo: "*afinal vocês não fazem as coisas por cobardia, mas porque pensam que não se pode excluir nenhum combatente antifascista. Assim está bem*". Defende-se quanto a este assunto invocando o seu dever de lealdade para com os comunistas, embora adiante "*que era bom que o Mar os chamasse à ordem nesse particular*". Dá-lhes conhecimento, a título confidencial, da suspensão de Piteira Santos e Rui Cabeçadas, explicando saber da ligação do último ao MAR e criticando o seu comportamento conflituoso, residindo aí a sua dúvida quanto à validade da organização, e informa-os, por fim, de que solicitara a realização de nova Conferência, onde não aceitará a designação de nenhum dos dirigentes anteriores.

Realmente, a hipótese de expulsão da FAP inquieta o MAR. Ultrapassada a reação "a quente" dos *fapistas* aquando do abandono do Executivo da JAPPA pelos *maristas*, as duas organizações continuam a sentir-se próximas quanto a objetivos e formas de luta. É da FAP que parte a tentativa de reaproximação, propondo a continuação de trabalho conjunto "*em tarefas concretas da vida local e em tarefas especiais (por ex. preparação de manual de 1ºs socorros em caso de ferimentos, manual com fórmulas explosivas, etc)*"[1321]. Apesar da anterior "*experiência*

[1319] "Entrevista com o General Delgado… e carta de Sacuntala de Miranda a Carlos Veiga Pereira, Argel, 13 de agosto de 1964. CD 25A, LC.
[1320] "Entrevista com o General Delgado…; "Reunião do Comando Operacional, 4/8/64 no Bureau da FPLN – Alger", anexo a carta enviada pelo Núcleo do MAR de Argel à Comissão Política Provisória do MAR, 26 de agosto de 1964; carta de Humberto Delgado (comandante do Comando Operacional) a Hipólito dos Santos (presidente da Comissão de Recrutamento na Argélia), 10 de agosto de 1964 e carta de Hipólito dos Santos a Humberto Delgado, Argel, 3 de setembro de 1964. CD 25A, LC e MS – FPLN/JRP/Delgado/Corresp 9 e APHS, respetivamente.
[1321] Relatório do Núcleo do MAR de Argel, 25 de julho de 1964. CD 25A, LC.

desagradável", na ótica do MAR precisamente reveladora dos "*vícios do PC*", a transigência agora evidenciada pelos *fapistas* é vista com simpatia na capital argelina.

Agora, perante momento tão grave e em renovados moldes, solicita-se à direção do movimento indicação sobre a atitude a tomar. A informação é subscrita por Álvaro Miranda, membro do Comité Político Provisório, e propõe para apreciação um texto para futura tomada de posição: "*O MAR considera a FAP como uma organização anti-fascista legítima, com quem se deverá colaborar […] da mesma forma como se colabora com outras organizações anti-fascistas e recusar-se-á a sancionar quaisquer medidas discriminatórias que tendam a vitimizar elementos dessa organização*"[1322].

Mas o "tempo do exílio", com a necessária margem para entrega e receção de correio e contactos para diferentes locais da diáspora, não se compadece perante a avalanche a que se assiste. Em pouco mais de uma semana a situação agudiza-se a tal ponto que exige uma tomada de posição, tanto mais urgente quanto se dera a publicação do boletim *Jappa*, do qual o núcleo MAR em Argel fora um dos principais responsáveis. O grupo procura antes saber concretamente o que se passa através de Rui Cabeçadas, mas, à semelhança do que vinha acontecendo desde que o conflito se agravara, não consegue. Considerando inadiável afirmar publicamente ser o movimento alheio aos últimos acontecimentos, faz então divulgar o comunicado datado de 8 de agosto de 1964, no qual procura esvaziar a contenda dos problemas pessoais implícitos, condena a intemperança reinante e apela à "*responsabilidade política*" que deveria presidir às ações de todos, em prol "*da organização e preparação do desencadeamento da luta armada revolucionária dentro do país*"[1323].

Uma atitude que é aprovada por uns, "*pela imparcialidade, firmeza e dignidade*" de que dá mostras, e atacada por outros, como os *fapistas*, que a classificam como "*oportunista*", correspondendo no fundo a um apoio à Frente[1324]. Para o PCP o comunicado dá o mote a uma aproximação que visa alargar os apoios da FPLN em tal contexto de ataque cerrado, mas também, julgam os *maristas*, conseguir entretanto uma tomada de posição contrária à FAP. É assim que o mandatário comunista na Frente ausculta a opinião do grupo quanto aos termos de realização de uma nova Conferência e

[1322] Carta de "Gustavo" [Álvaro Miranda] à Comissão Política Provisória do MAR ["Afonso" – Lopes Cardoso], Argel, 1 de agosto de 1964. CD 25A, LC.
[1323] Comunicado do Núcleo do MAR de Argel, Argel, 8 de agosto de 1964. CD 25A, LC.
[1324] "Relatório sobre a crise da JRP", Secretariado do Núcleo MAR de Argel, Argel, 23 de agosto de 1964. APHS.

lhes dá a conhecer o relatório do secretário-geral comunista ao Comité Central, "Rumo à Vitória"[1325].

Enquanto isso, continuam as atitudes extremas. Perto da meia-noite de 9 para 10 de agosto, Adolfo Ayala, Manuel Vaz e, uma vez mais, três desertores recém-chegados dirigem-se do *bureau* a casa de Rui Cabeçadas e, depois, de Piteira Santos. Seguiriam instruções de Delgado e pretenderiam trazer os dois homens, desconhecendo-se exatamente com que intenções. Sem encontrarem o primeiro e sem que o segundo lhes abra a porta, desistem, não sem antes deixar a ameaça de que voltariam no dia seguinte. Teme-se pela segurança dos dois homens, para mais quando se desconhece o paradeiro de Cabeçadas desde o dia anterior[1326]. Na manhã seguinte, Piteira dirige um telegrama a Delgado responsabilizando-o diretamente pela tentativa de assalto a sua casa.

A ferro e fogo

Sem mais demoras, Cabeçadas, Piteira Santos, Ramos de Almeida e Tito de Morais preparam o contra ofensiva.

Antes de mais, informando os seus mais próximos parceiros políticos da gravidade do momento. A 6 de agosto, Tito de Morais faz deslocação-relâmpago a Rabat, onde expõe o panorama a Lopes Cardoso, membro da Conferência Permanente da FPLN, e a Victor Blanc, representante do MRRS em Marrocos[1327]. Lopes Cardoso deveria inteirar Mário Ruivo, outro elemento do organismo máximo da Frente, o que faz[1328]. Do mesmo se encarrega Piteira Santos junto a Ramos da Costa, mais um membro da Conferência, a quem igualmente pede para ventilar o assunto a um núcleo restrito de "*amigos mais firmes*", como Veiga Pereira. Ramos de Almeida apressa-se a dirigir-se ao secretário-geral do PCP.

Insiste-se na perspetiva liquidatária de Humberto Delgado relativamente à Frente, comprovada pela omissão de qualquer referência à FPLN desde que aterra em solo argelino, seja nas declarações à imprensa, seja nas alocuções transmitidas pela *Voz da Liberdade*, seja mesmo no papel que mandara timbrar em Itália e que usa

[1325] *Idem*.
[1326] "Relatório sobre os últimos acontecimentos…
[1327] Telegrama de Tito de Morais a Victor Blanc, Argel, 6 de agosto de 1964 e carta de Tito de Morais a Lopes Cardoso, Argel, 11 de agosto de 1964. APTM.
[1328] Carta de Lopes Cardoso a Mário Ruivo, Rabat, 10 de agosto de 1964. CD 25A, LC.

quotidianamente, onde apenas menciona a Junta Revolucionária Portuguesa. "*Tentando a todo o transe ressuscitar o velho mito de uma OPOSIÇÃO indefinida, cuja chefia ele reclama viciosamente, acima de tudo e de todos*", comporta-se como "*senhor absoluto*", reivindicando para si todas as diligências e contactos com os representantes diplomáticos estrangeiros sediados na Argélia e com as autoridades locais, respondendo pessoalmente e a título reservado a toda a correspondência recebida pela Frente ou recusando-se "*a aceitar qualquer regulamento para o funcionamento da JRP que implique a subordinação de todos os membros a normas que assegurem o respeito da direcção colectiva*"[1329].

Abrira-se assim um profundo diferendo com os que haviam sido nominalmente indicados como seus parceiros de direção, conflito de que fizera publicidade ao permitir uma edição ciclostilada da carta em que suspende as atividades da JRP e de Piteira Santos. E contra quem parece estar disposto a tudo, ameaçando-os inclusivamente com a "*violência física*"[1330].

Por tudo isto e outros tantos pormenores, reitera-se a necessidade urgente de se deslocar uma delegação coletiva de todos os membros da Conferência Permanente a Argel e de se reunir, com similar urgência, nova assembleia magna onde o interior se fizesse "*representar em quantidade e qualidade*"[1331].

Simultaneamente procura-se salvaguardar os interesses da Frente e da sua direção coletiva junto das autoridades argelinas e de outros contactos.

Comunicar ao presidente argelino a delicada situação vivida é o primeiro passo. Pela postura individualista e arbitrária assumida pelo general, recusando reunir com os membros da direção da Frente instalados em Argel, e por se apoderar do controlo dos diversos departamentos e com isso, conscientemente, substituir o centro de gravidade política da FPLN. Apenas uma audiência com Ben Bella ou conversações com o Bureau Político da FLN poderiam esclarecer detalhadamente o assunto, mas desde já os anteriores dirigentes apelam à sua intervenção direta proibindo o acesso às instalações onde se gravam as emissões da *Voz da Liberdade* por parte dos recém-investidos responsáveis e dando indicações a todos os ministérios e serviços argelinos para que

[1329] Carta de Piteira a Ramos da Costa, 8 de agosto de 1964. A&B FMS, 4279.005, ims. 15-18. "Informação de Walter [Rui Cabeçadas] à Comissão Política Provisória [do MAR] sobre a actual crise na Junta Revolucionária Portuguesa", Argel, 15 de agosto de 1964. CD 25A, LC.
[1330] "Informação de Walter…
[1331] Cartas de Piteira a Ramos da Costa, 6 e 8 de agosto de 1964. A&B FMS, 4279.005, ims. 19-24 e 15-18, respetivamente.

considerem válida apenas a documentação assinada por dois membros da direção da FPLN. É um grave problema político, finalizam, para cuja resolução contam com a fraternidade do "*Homem de Estado lúcido e experimentado*" e do "*militante revolucionário*"[1332].

Subsequentemente, idênticos esclarecimentos são prestados ao responsável pelos assuntos consulares, a quem se requer igualmente a autorização de entrada no país a Álvaro Cunhal, António Lopes Cardoso, Mário Ruivo e Francisco Ramos da Costa, que entretanto chegariam ao território para procurar intermediar o conflito[1333].

Dirigem-se também à direção da Rádio Televisão Argelina, instituição encarregue das emissões radiofónicas portuguesas. Dada a ausência de Tito de Morais, uma démarche inicial é feita pessoalmente por Rui Cabeçadas e Ramos de Almeida a 11 de agosto de 1964, logo confirmada por Tito de Morais ao regressar ao país, dois dias depois. Segue-se contacto com o Diretor Geral do organismo, a quem se solicita o reconhecimento de que continua a pertencer a Tito de Morais a responsabilidade pela *Voz da Liberdade*[1334].

No quadro da cooperação técnica que a Frente se comprometera a dar à Argélia, continuam ainda a tratar da colocação profissional dos compatriotas que vão chegando junto do ministério dos Assuntos Sociais. Como é o caso do médico comunista Manuel Teixeira Ruela, que chega por esta altura acompanhado da família[1335].

A 13 de agosto de 1964 chega Manuel Sertório a Argel, o elemento em falta para fazer o pleno da Junta Revolucionária Portuguesa. Vem em resposta aos insistentes apelos do presidente da Junta, que espera com ele contar para "*diluir a concentração*" perante a "*onda de ódio*" a que se assiste localmente e para o apoiar na multiplicidade de tarefas a desenvolver[1336]. O advogado havia propositadamente ignorado a primeira

[1332] Carta de Cabeçadas, Piteira Santos, Ramos de Almeida e Tito de Morais a Ahmed Ben Bella, Argel, 11 de agosto de 1964. CD 25A, PS – Corresp 264.
[1333] Cartas de Cabeçadas, Piteira Santos, Ramos de Almeida e Tito de Morais ao Diretor da Administração Geral dos Assuntos Jurídicos e Consulares do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Argel, 12 de agosto de 1964. CD 25A, PS – Corresp 265 e 266.
[1334] Carta de Tito de Morais, membro da JRP encarregado do Departamento de Informação, ao Diretor Geral da Rádio Televisão Argelina, Argel, 17 de agosto de 1964. CD 25A, PS – Corresp 268.
[1335] Militante do PCP desde a década de quarenta e várias vezes preso, Teixeira Ruela mergulhara na clandestinidade em 1964, após ter tido conhecimento de que a PIDE emitira novo mandato de captura em seu nome. Era então um dos responsáveis das JAP's no Norte. ANTT, PIDE/DGS, Manuel Teixeira Ruela – SC E/GT 5050 (NT 1515) e SC CI(2) 2513 (NT 7206) (com Maria Teresa de Machado Teixeira Ruela).
[1336] Devolvido o telegrama de 6 de julho de 1964, atrás mencionado, volta a insistir a 20 de julho. Sem obter resposta, faz seguir carta a 1 de agosto. Sertório responde por telegrama de 4 de agosto, indicando a

chamada, tanto por esperar indicações precisas sobre possível colocação profissional ou funcionalização por parte dos dirigentes da Frente, como por entender ser preferível aguardar pelos resultados da instalação de Delgado. Todavia, perante as informações mais esclarecedoras do general e as notícias preocupantes que lhe vão chegando por outras vias, como Cunha Rego e José Veiga Pires, decide deslocar-se a Argel[1337].

Sem perder tempo, o general procura dar-lhe a sua perspetiva sobre o momento vivido:

> *"Deu-se […] o quase inevitável: sentimento profundo de propriedade, manutenção ou aumento dos ódios locais, ao aparecer alguém, o Presidente, que talvez quisesse esmagar a colónia revoltada contra a extinta comissão delegada. A Junta, com Piteira Santos à frente, tinha a obsessão de expulsar da Argélia os inimigos mais arreigados da dita comissão delegada. Nunca vi a implantação de tal ideia, em parte alguma e portanto era preciso cuidado. […]*
>
> *De conversas havidas eu sabia o que Piteira Santos preparava para a próxima reunião da Junta: esmagar-me com a proposta de expulsão de portugueses. Eu ficaria só. […] A minha consciência de liberal, e as minhas responsabilidades perante o Povo Português […], não permitiam, ademais a correr, sob o ódio, que eu fosse tentar implantar dentro da Oposição Portuguesa da Argélia, um regime semelhante ou pior do que o da PIDE."*[1338].

Para que mais facilmente, "*à luz do bom senso, dos interesses da revolta e das condições herdadas e criadas*", Sertório pudesse "*proceder a um trabalho eficiente*", quer no sentido de levar adiante o indispensável inquérito à atuação dos anteriores dirigentes, quer no esboço de uma "*solução para situação futura próxima*", "*guerreira, dinâmica*", que aproveitasse cabalmente "*as facilidades argelinas, e até o contacto de duas personalidades que simpatizam uma com a outra, como homens de acção: o Presidente Ben Bella e o signatári*o". Porque, remata, "*perder-se tudo isto por causa do espírito burocrático e tristemente mesquinho de boa parte da Oposição é realmente de chorar!!*"[1339].

---

data da sua chegada e solicitando visto de entrada. A 7 de agosto, via Augusto Aragão, o representante comunista no Brasil, o general confirma estar tudo tratado. Manuel Sertório, *op. cit.*, p. 280 a 282.

[1337] Cartas de Cunha Rego e José Arnaldo Veiga Pires a Manuel Sertório, 6 e 8 de agosto de 1964, respetivamente. CD 25A, MS – Correp 2519 e 2609.

[1338] Carta de Humberto Delgado a Manuel Sertório, Argel, 11 de agosto de 1964. À missiva o general anexa um conjunto de documentação capaz de retratar o conflito, entre ela a resolução de 4 de agosto, a suspensão de Rui Cabeçadas e as cartas de Luísa Hipólito dos Santos e Sacuntala de Miranda sobre o problema dos vistos de entrada. CD 25A, PS – Correp 262.

[1339] *Idem*.

No mesmo dia em que redige o esclarecimento a Manuel Sertório, Delgado faz seguir missiva dirigida ao secretário-geral comunista. Telegrafara-lhe já parcos quinze dias após a sua chegada, no tom lacónico permitido pelo telegrama, relembrando-o de "*que [o] presidente não aceitará ser transformado [em] mestre cerimónias paralítico*"[1340]. Em resposta, Álvaro Cunhal mostrara-se certo do quanto o general poderia "*contribuir para a prática do trabalho colectivo*" usando a sua "*autoridade própria e como Presidente*" e renovara-lhe a sua "*cooperação franca e sincera*"[1341].

No mês que se seguira muito se havia passado e os termos são agora outros. Certamente que estaria Cunhal informado dos últimos conhecimentos por intermédio do seu representante na Junta, começa Delgado, mas pressente ter sido esse relato algo distorcido da realidade e, por isso, ser antes desejável uma conversa esclarecedora entre ambos e a leitura dos documentos que anexa para seu conhecimento. Estima Pedro Ramos de Almeida, sublinha, que muito em especial o acompanhara na sua convalescença em Praga, mas considera-o "*infelizmente muito rígido, talvez por falta de prática ou de feitio*", desconhecedor da "*psicologia humana*". Ora, salienta o general, "*sob pressão injusta de quem julgue estar por cima, eu reajo. E fortemente*"[1342].

Já pouco importa tudo isso, remata Delgado, até porque conseguiu que a Junta decidisse "*o que importava para se ter trabalho para meses, nos organismos de verdadeiro trabalho: o principal, o Comando Operacional*". E, embora sem ter ainda definido proposta sobre a melhor forma de levar a cabo esse trabalho "*em maior sossego*", avisa: "*não me sinto virado a continuar acalentando o regime da "conferência-clã" por mais que custe às pessoas que com ar de seriedade!!! me querem convencer de que cada resolução de uma conferência é "ouro" mais respeitável do que uma constituição!! Sendo eu a negação do escravo ou do estúpido, não me dou por convencido*"[1343].

Apesar de prevenido quanto ao que iria encontrar, Manuel Sertório surpreende-se com a desagregação geral – um "*ambiente de manicómio*", como classifica nos

[1340] Telegrama de Delgado a Cunhal, Argel, 15 de julho de 1964. CD 25A, PS – Corresp 242.
[1341] Carta de Álvaro Cunhal a Humberto Delgado, 18 de julho de 1964. Citado in Frederico Rosa, *op. cit.*, p. 1024.
[1342] Carta de Humberto Delgado a Álvaro Cunhal, Argel, 11 de agosto de 1964. CD 25A, PS – Corresp 261.
[1343] *Idem*.

primeiros dias de setembro a um correligionário português instalado no Brasil[1344]. Considerando "*que de parte a partem existem culpas graves e que a CD é responsável pelo rebentar do conflito*", recusa-se a tomar partido[1345]. Apostar na realização de uma nova Conferência e conseguir um acordo provisório que assegure uma relativa normalidade até que aquela se dê são os seus objetivos. Pensa concretamente na constituição de uma comissão que pudesse assegurar o funcionamento burocrático do *bureau* e a programação da rádio[1346]. Mas as tentativas são infrutíferas, posto que nenhuma das partes está disposta a ceder.

Por esses dias os dirigentes suspensos concentram-se particularmente na recuperação do controlo da *Voz da Liberdade*. Não poderia a rádio continuar sobre a exclusiva alçada de Humberto Delgado e invocar o nome da Junta Revolucionária Portuguesa, entendem, pelo que se justificam todos os meios para o impedir. É assim que, na manhã de sábado 15 de agosto, dia de emissão, Pedro Ramos de Almeida e Rui Cabeçadas se apresentam nas instalações da Rádio Televisão Argelina com a missão de substituir o material preparado pelo grupo *delgadista* por aquele que os próprios haviam produzido, intuito que cumprem. Porém, para o conseguirem, Ramos de Almeida ter-se-á feito passar pelo novo responsável do serviço, José Ervedosa. Ainda nesse dia, algo desconfiado, um dos responsáveis pelo organismo argelino verifica a emissão que deveria ser transmitida e depressa deteta o embuste, dando conhecimento a Delgado. E, perante o desaparecimento do material preparado por Ervedosa, que assiste à conversa, decide-se a suspensão da emissão dessa noite.

A descrição física então feita não deixa dúvidas quanto à autoria da façanha e Ervedosa confronta Ramos de Almeida. O mandatário comunista admite ter falado com o responsável argelino, mas nega ter utilizado a identidade do interlocutor. Para se certificarem, Delgado e Ervedosa dirigem-se novamente à RTA na segunda-feira e solicitam maiores detalhes sobre a ocorrência. A conversa é esclarecedora: não só o testemunho inicial é ratificado, como é lida a carta que lhe fora dirigida por Tito de Morais evocando os problemas enfrentados pela organização unitária portuguesa.

[1344] Carta de Sertório a António Ricca Gonçalves, Argel, 7 de setembro de 1964. CD 25A, MS – Corresp 1398.
[1345] "Relatório sobre a crise da JRP…
[1346] "III Conferência da FPLN", apontamento manuscrito por Rui Cabeçadas, s/d. CD 25A, MS – FPLN/ JRP/ Apontamentos 23.

A reação do presidente da Junta é violenta. Quer por "*argelisar*" os conflitos políticos portugueses, quer, muito em particular, pelo "*crime de abuso de confiança*" praticado por Ramos de Almeida. A futura avaliação por "*Tribunal em Lisboa*" ou pela História ditará se se trata de "*ódio de tipo ultra-selvagem*", de "*simples estupidez mesclada de ferocidade*" ou, mais grave, de "*puro crime de antipatriotismo*", para já e no que lhe diz respeito Delgado corta relações pessoais com o delegado comunista e convida-o a retirar-se da Argélia, única medida de "*elementar bom senso*" que poderá tomar. Rematando: "*Apesar da canalhice política, e de o destinatário R.A. [Ramos de Almeida] ter sempre mostrado desejo feroz de expulsar portugueses a ele antipáticos seja dos lugares (Ayala por exemplo), seja do território argelino (os dos panfletos), H.D. [Humberto Delgado] tem certa repulsa em meter polícia argelina no caso dos portugueses.*"[1347].

O episódio serve ainda para alertar o general sobre a campanha de que é alvo junto das altas entidades argelinas e que logo confirma numa das suas conversas com o presidente argelino. É certo que Ben Bella se ri do caso, como "*inteligente homem de guerra*" e seu "*amigo pessoal*", "*mas, nem por isso desaparece a infâmia do crime anti-revolucionário, inerente à tentativa de destruição do ambiente que gozo junto do Governo deste País, ao pretender-se "argelisar" um problema que só aos portugueses diz respeito*", desabafa Delgado com o indefetível António Figueiredo[1348].

Campanha que, não obstante, continua. No dia seguinte à rutura com o mandatário comunista, 19 de agosto, este e Tito de Morais diligenciam uma vez mais junto de um dos responsáveis da Rádio Televisão Argelina. Sabem ter Humberto Delgado entregue a gravação para a emissão dessa noite e, repetindo reclamações anteriores, consideram inaceitável a forma unívoca como se preparara o programa. O interlocutor, porém, alega nada poder fazer. A autorização fora dada por superior hierárquico e transmitida diretamente a Delgado, procuraria intervir junto do Ministério, mas no momento é impossível contrariar a decisão[1349].

Resta aos membros da Junta dirigir um protesto ao seu presidente, requerendo-lhe a sua "*imediata intervenção no sentido de suspender esta e quaisquer emissões que*

[1347] Toda a descrição do episódio feita com base no memorando de Humberto Delgado a Pedro Ramos de Almeida, Argel, 18 de agosto de 1964. CD 25A, PS – Corresp 270.
[1348] Carta de Humberto Delgado a António de Figueiredo, Argel, 27 de agosto de 1964. CD 25A, AF – Corresp 197.
[1349] Apontamento de Tito de Morais, s/d. APTM.

não sejam elaboradas de acordo com as deliberações e distribuição de tarefas aprovadas em reunião da JUNTA REVOLUCIONÁRIA PORTUGUESA"[1350]. Sem esperar deferimento, está bem de ver, mas para memória futura.

As diligências dos dirigentes mais antigos têm dificuldade em atingir o efeito pretendido. O investimento político da Frente na figura de Humberto Delgado fora bastante grande, por um lado, e a empatia de Delgado com as autoridades argelinas, em especial com o presidente da República, por outro, explicam em parte o arrastar do problema. A que se junta o patrocínio do PCP ao general, que insiste em manter, acreditando poder readquirir um certo controlo sobre ele assim que seja libertado da influência da FAP e seus simpatizantes. Tudo isto num contexto de aproximação da revolução argelina e de Ben Bella à União Soviética, agora especialmente interessada em influenciar e controlar os movimentos de libertação africanos, e, ao invés, do afastamento de alguns dos que até então haviam sido parceiros fundamentais do líder argelino, designadamente a IV Internacional. A demissão do trotskista Michel Raptis do cargo de conselheiro presidencial, como vimos um dos principais pivôs da instalação dos portugueses em Argel, é uma das evidências desta inflexão. E, sendo este um dos canais privilegiados de acesso ao governo argelino por parte da FPLN, nomeadamente para Piteira Santos, uma parte da explicação da dificuldade dos dirigentes da ex-Comissão Delegada em *recuperar o pé*.

É por essa altura que chega Álvaro Cunhal. Estaria já ao corrente das queixas e justificações dos "dirigentes suspensos" e com estes assenta um conjunto de pressupostos que respeitaria nas negociações a encetar com o general: a rejeição das decisões individuais do presidente da JRP e de qualquer acordo bilateral entre este e o PCP; a salvaguarda da FPLN e do seu organismo de direção no exterior; o respeito pelas orientações traçadas pelas Conferências anteriores; a defesa da continuidade da ligação a Delgado, considerando-se a rutura apenas se esgotadas todas as possibilidades de acordo. O último princípio obviamente imposto pelo secretário-geral comunista e a contragosto aceite pelos restantes[1351].

Dirige-se então ao general e ouve o seu lado da questão. Volta, inicialmente, a colocar-se a hipótese de chegar a uma plataforma de entendimento que assegurasse um

[1350] Carta dos membros da JRP ao presidente da Junta, 19 de agosto de 1964. CD 25A, PS – Corresp 272.
[1351] "Informação – III Conferência da FPLN", de Walter [Rui Cabeçadas] à Comissão Política Provisória do MAR, Núcleo de Argel, 15 de setembro de 1964. CD 25A, MS – FPLN/JRP/Delgado/Textos Div 7.

mínimo de atividade da JRP, restrita à secretaria e à rádio, congelando o restante. Porém, Delgado mostra-se irredutível uma vez mais, sem admitir suspender as suas atividades. Centram-se então os esforços em conseguir um acordo que servisse de base à realização de uma nova conferência da Frente a breve trecho. Negociações ainda assim difíceis, com o general muito ferido com o que considera uma alta traição por parte de Ramos de Almeida, adotando agora atitude mais distante e desconfiada para com Cunhal. Uma semana de conversações intensas, com o líder comunista a assumir o papel de pivô, desdobrando-se em contactos com Delgado e Sertório, como representante da JRP, com o coletivo da direção suspensa, individualmente com cada um dos membros suspensos ou, enfim, com Lopes Cardoso, na qualidade de membro permanente da Conferência[1352].

A proposta inaugural do general é a de que o encontro se realizasse em Portugal. Assegurar-se-ia desse modo participação alargada dos que estavam no interior e a atualização das informações prestadas, duas das premissas fundamentais, estando igualmente presente uma pequena delegação do exterior. O enorme perigo duma operação dessa envergadura é o argumento de rejeição apresentado por Cunhal e Sertório, a que se junta, sem o expressarem, a longa preparação a que obrigaria e, logo, o arrastar da crise. Seria bastante mais razoável que a assembleia tivesse lugar no exterior, portanto, convocada pela Junta Revolucionária Portuguesa e contando com a participação dos membros permanentes da Conferência da Frente, de todos os previstos pelas decisões de Praga e de novos elementos aprovados por maioria de dois terços de comissão especial formada para o efeito, contrapropõem[1353].

Desacordo total de Delgado, que se recusa terminantemente a convocar qualquer um dos quatro membros da Junta por si suspensos, avançando segunda proposta onde admite a realização da conferência no estrangeiro, embora mantendo a condição inaugural de amplitude numérica e política, conferência que seria convocada pelo presidente da JRP e preparada por comissão designada para o efeito. Quanto à listagem final dos elementos a convocar, cada um dos intervenientes nas conversações poderia

[1352] *Idem*.
[1353] Relembre-se, além dos presentes na Conferência: Lopes Cardoso, Francisco Oliveira Pio, Ramos da Costa, Mário Soares, digna representação das JAP's do interior, mandatários dos movimentos de juventude, representantes do grupo democrato-socialista do Porto. Emídio Guerreiro fora igualmente convidado para figurar como membro permanente, mas havia recusado.

apresentar diferentes propostas, cuja validade dependeria de aprovação unânime[1354]. À consideração dos presentes, apresenta desde logo um rol de vinte civis e nove militares, sete deles apresentados com pseudónimo. Do conjunto dos civis constam seis nomes de oposicionistas a residir em Portugal, quase todos reconhecidos apoiantes da sua candidatura presidencial, e catorze exilados instalados em diferentes países – Itália, Marrocos, Inglaterra, França, Venezuela, Canadá, Brasil, EUA e Nigéria –, a maioria igualmente com estreitas ligações com o MNI ou pessoalmente com o general, embora algumas muito recentes[1355]. Uma lista de indefetíveis, ignorando todos os que até aí haviam participado no movimento unitário e incluindo um nome que levanta grandes suspeitas quanto à idoneidade política – o Professor Mário de Carvalho.

Cunhal e Sertório discordam da convocatória em nome próprio, contrapondo que esta fosse feita pelos três interlocutores com indicação expressa do acordo dos restantes membros da JRP. Quanto à listagem de convocados apresentada solicitam a exclusão de Mário de Carvalho, pelas objeções que levantava, e a sua redução geral, insistindo na presença dos elementos da JRP e dos membros permanentes da Conferência e introduzindo três nomes, Manuel Lucena, Manuel Teixeira Ruela e um elemento do interior por identificar. Delgado transige e dá o seu assentimento verbal[1356].

No dia seguinte, quando se encontram para subscrever o acordo, que ficara pendente para ser dactilografado, o general dá o dito por não dito e impõe alterações no que toca aos convocados: excluindo os militares no efetivo que antes avançara, os membros da Conferência, alguns dos nomes do interior e Manuel Lucena e insistindo na presença de Carvalho.

Nova recusa de Cunhal e Sertório, parece impossível o consenso. Ainda nesse dia, todavia, o secretário-geral comunista volta com contraproposta: anuindo nas exclusões exigidas e na integração de Carvalho, querendo em troca a aceitação da

[1354] "Convocação da IIIa. Conferência da F.P.L.N.", proposta subscrita por Humberto Delgado e a subscrever por Álvaro Cunhal e Manuel Sertório, Argel, 27 de agosto de 1964. Carta-convocatória de Delgado a António de Figueiredo, Argel, 27 de agosto de 1964. CD 25A, AF – Corresp 197 e 197.A2.

[1355] Do interior: Artur Andrade, Joaquim Bastos, Carlos Cal Brandão (ou sei irmão Mário Cal Brandão), Adelaide Estrada, Cunha Leal, Manuel Mendes; do exterior: António Brotas, Mário de Carvalho, António Santos Dores, António Figueiredo, Emídio Guerreiro, Mário Mendes (da Fonseca), Firmino de Oliveira, Francisco Pereira de Oliveira, Mário Teles Ribeiro, Bel de Pinho, José Veiga Pires, António Pereira Vaz, Elmano Varela e Francisco Vidal. Brotas havia chegado há dias a Argel, vindo do Brasil, pelo que se apresentava como elemento "imparcial". Os únicos militares identificados são José Ervedosa e Francisco de Oliveira Pio. "Lista de personalidades a convidar para que a IIIa. Conferência da F.P.L.N. perca o ar de clã da IIa.", Humberto Delgado, Argel, 27 de agosto de 1964. CD 25A, MS – FPLN/3 Conf 1964/Textos Div 12-1.

[1356] Apontamento de Tito de Morais fazendo historial do conflito, s/d. APTM.

participação dos membros da Conferência[1357]. Finalmente, a plataforma é atingida. A lista final fica composta pelos membros permanentes da Conferência, "*representantes de organizações do interior estabelecidos na IIª Conferência*" e um pequeno conjunto de personalidades, a saber: António Brotas, Mário de Carvalho, Santos Dores, António Figueiredo, Emídio Guerreiro, Cunha Leal, Carlos Cal Brandão ou seu irmão, Manuel Mendes, José Veiga Pires, Manuel Teixeira Ruela, José Ervedosa, Francisco de Oliveira Pio e Júlio Belmarço da Costa Santos, os últimos três na qualidade de militares[1358].

A comissão *ad hoc* que trataria de toda a organização burocrática da Conferência e esboçaria a proposta de uma ordem de trabalhos começa de imediato a funcionar. Enquanto mandatário da JRP e por indicação expressa de Delgado, Manuel Sertório ocupa o lugar de presidente, como delegado do Comando Operacional o general designa José Ervedosa, Ramos de Almeida é o representante do PCP. A convocatória sublinha a urgência da assembleia e a relevância da participação na mesma, informando da impossibilidade de pagamento das deslocações aos convocados e indicando o limite de 22 de setembro para todos os convocados se dirigirem a Paris, de onde seguiriam para o local de destino. Uma vez aqui, seriam assegurados alojamento e manutenção.

O envio das convocatórias e indicações mais precisas sobre a deslocação para o local da conferência são dadas a partir de Paris. Aqui se sensibilizam pessoalmente os convocados a residir na capital francesa para a importância do momento, daqui se expedem os convites aos elementos instalados em Marrocos e na Itália e daqui se envia mensageiro ao interior capaz de contactar com o conjunto de individualidades e organismos que se ajustou convocar[1359]. Ainda em Paris são transmitidas a Alfredo Noales Rodrigues, que todos os convocados deveriam contactar, os procedimentos a adotar: deveria solicitar *laissez passer* em nome dos participantes na Conferência no consulado argelino em Paris, assegurando que estes chegariam a Argel até ao dia 25 de

[1357] Apontamento de Tito de Morais fazendo historial do conflito, s/d. APTM. "Declaração acerca da Convocação da IIIa. Conferência da FPLN", Álvaro Cunhal, Argel, 29 de agosto de 1964. 1964. CD 25A, MS – FPLN/3 Conf 1964/Textos Div 9.

[1358] "Convocação da IIIª Conferência da FPLN", acordo subscrito por Humberto Delgado, Álvaro Cunhal e Manuel Sertório, Argel, 29 de agosto de 1964. CD 25A, MS – FPLN/3 Conf 1964/Textos Div 11.

[1359] Fazem parte da lista a contactar em Portugal: Mário Soares, vários membros do "grupo do Porto", Executivo da Junta Central, Junta do Norte, JAP's da Juventude, dos Estudantes e de Militares de Lisboa e do Porto, Cunha Leal, Manuel Mendes e comandante Vasco Belmarço da Costa Santos. O médico Jorge Landeiro é o responsável pela missão em Paris, cabendo-lhe a escolha do emissário ao interior. CD 25A, MS – FPLN/3 Conf 1964/Textos Div 10.

setembro, do que deveria avisar telegraficamente Manuel Sertório[1360]. A partir de Argel seguem as restantes convocatórias.

Aguardando o desenrolar dos acontecimentos, Delgado dedica-se ao trabalho na JRP e, muito especialmente, ao do Comando Operacional. Nesse sentido, várias são as medidas tomadas: designação de José Ervedosa para o cargo de Chefe de Estado Maior, constituição das secções encarregues das diferentes tarefas, como a Comissão de Pessoal e o serviço de informações, estudo do melhor equipamento a utilizar, etc[1361]. Dá também continuidade aos contactos, respondendo a correspondência e zelando pela preparação das emissões de rádio, além de tratar das questões associadas à comunidade lusa, seja o "serviço consular", seja a colocação profissional dos portugueses, seja ainda a gestão da casa-abrigo[1362]. José Ervedosa, Castanhinha, Marcelo Fernandes e Ayala, os seus maiores apoios, são poucos para o muito que há a fazer. Assim, o general decide nomear Manuel Sertório para a vice-presidência interina da JRP, único que o poderia representar ou assinar em seu nome. Dignidade, todavia, que o advogado recusa, como anteriormente havia feito no Brasil, preferindo manter a sua qualidade de "independente"[1363].

Continua igualmente Delgado a jogar tudo para manter os apoios junto dos argelinos e da plataforma revolucionária estabelecida em Argel, para o que é muito importante "alimentar" o interesse dos *media* internacionais. A 4 de setembro de 1964, o presidente da Junta convoca nova conferência de imprensa no Palácio do Povo. A certa altura, aborda-se a questão colonial e pede-se o esclarecimento da posição do líder

[1360] Nos vistos e nos bilhetes respetivos deveriam ser usados nomes verdadeiros, embora diferentes dos comummente utilizados. Barradas de Carvalho, o elemento até aí responsável pela emissão dos vistos de entrada para a Argélia, mudara-se pouco antes para o Brasil, Noales Rodrigues substitui-o nessa tarefa.

[1361] Perante a inoperância da Comissão de Recrutamento, esta é substituída pela Comissão de Pessoal, formada por José Ervedosa (presidente), Amílcar Castanhinha, Marcelo Fernandes e Adolfo Ayala. Ayala é também nomeado para chefiar a secção de informações. Ofício do comandante do Comando Operacional, Argel, 22 de agosto de 1964 e ofício do Chefe de Estado-Maior ao Comandante do CO, Argel, 4 de setembro de 1964. CD 25A, PS – Corresp 273 e 276, respetivamente. Outra documentação respeitante ao mesmo assunto: CD 25A, PS – Corresp 277 e 278.

[1362] Na casa-abrigo estão alojados Ayala, que exerce funções de administrador, os desertores recém-chegados e António Brotas, igualmente em Argel há muito pouco tempo. Rui d'Espiney e a companheira, que aí estavam quando considerada a questão da expulsão dos elementos da FAP, ter-se-ão entretanto mudado. Como autoridade exterior e incontestável, Delgado designa Ervedosa e depois Castanhinha como presidentes, a quem solicita a elaboração de regulamento. Entre outras disposições, referentes à higiene e disciplina, indica que deste deveria constar a obrigatoriedade de todos os alojados trabalharem "para a causa, dentro das suas capacidades profissionais, políticas, de tempo, etc.". Procura-se igualmente encontrar ocupação profissional para os desertores, impossível que é assegurar a sua manutenção com fundos da Junta. Ofícios do presidente da JRP, 22 de agosto e 22 de setembro de 1964 (2 ofícios). CD 25A, PS – Corresp 273, 287 e 289.

[1363] Frederico Rosa, *op. cit.*, p. 1026.

português, que se reafirma defensor da independência das colónias e inequivocamente solidário com as lutas dos povos africanos sob domínio português, mas lamenta não existir consenso nas forças oposicionistas quanto a essa matéria. A declaração deixa subentendida a existência de divergências entre Delgado e os dirigentes da FPLN, sendo essa a raiz da rutura entre um e outros.

No dia seguinte, a imprensa argelina o tema é tratado com certo destaque e provoca indignação nos restantes membros da JRP, convictos da intencionalidade de Delgado. Como lhe dão a conhecer nesse mesmo dia:

> *"Das declarações de V. Exª não é este o único ponto que merece discordância, mas este carece de rectificação por revelar o propósito infeliz de desfigurar, ou de consentir na desfiguração, de um problema de cuja gravidade V. Exª tem consciência."*[1364].

Desmentido igualmente enviado a diversos órgãos de comunicação social argelinos, com pedido de publicação de comunicado em que fazem o historial das posições anticolonialistas da FPLN[1365].

A 8 de setembro de 1964 os membros da JRP emitem circular para os diferentes núcleos da diáspora democrata portuguesa solicitando a ratificação do apoio à FPLN. Esperando com isso ver fortalecida a sua posição política perante o general, acusado de ignorar em absoluto a existência da Frente, ainda que indiretamente.

As notícias do diferendo que tinha a Argélia como palco haviam-se espalhado como rastilho em pólvora seca. Na diáspora portuguesa e em Portugal todos ficam aturdidos com a gravidade das acusações, misturando questões pessoais e políticas, e preocupados com o triste retrato da oposição portuguesa. O apelo mais repetido é o que pede calma. Muitos evitam ou não se sentem capazes de tomar partido, outros, sobretudo os instalados no Brasil, de há muito discordantes da aliança com Delgado, condenam liminarmente as atitudes do general, outros ainda reconhecem a justiça da posição do presidente da JRP mas discordam dos métodos de atuação, todos clamando por bom senso, vendo ou antevendo o desprestígio que tanto desentendimento e alarde trariam.

[1364] Carta dos membros da JRP ao presidente da JRP, Argel, 5 de setembro de 1964. CD 25A, PS – Corresp 279.
[1365] Comunicado dos membros da JRP, Argel, 6 de setembro de 1964. CD 25A, PS – Corresp 280.

Jogar o tudo ou nada

No dia 25 de setembro de 1964, limite para a chegada dos participantes na Conferência convocada, a comissão *ad hoc* avalia o volume e representatividade das comparências e conclui estarem reunidas as condições mínimas exigidas para que os trabalhos avançassem. Contam-se 22 pessoas, sete delas deslocadas do interior na qualidade de mandatárias da direção da FPLN no interior e de outros organismos a esta associados, vários delegados de diferentes organizações partidárias e correntes de opinião, praticamente o pleno dos membros da Conferência Permanente e diversos elementos sugeridos por Humberto Delgado[1366].

Na manhã de 26 de setembro, o presidente da JRP é informado do conjunto das presenças e da decisão tomada pela comissão *ad hoc*, perante o que aquele afirma não comparecer[1367]. No final da tarde do mesmo dia tem lugar a sessão inaugural da III Conferência da FPLN para ajuste da organização dos trabalhos e informação quanto à ordem de trabalhos proposta: definir as tarefas imediatas da Frente e as suas perspetivas revolucionárias e debater os problemas funcionais que o movimento atravessa. Comunica-se ainda a resolução do general e solicita-se a ratificação da decisão da comissão *ad hoc* por parte dos membros da Conferência Permanente da Frente presentes, o que é confirmado unanimemente. Propõe-se então que uma derradeira tentativa de sensibilização seja levada a cabo junto de Humberto Delgado, o que é aceite pela generalidade dos participantes. Todavia, tanto pela atitude tomada nessa manhã, quer pela ausência agora registada, todos estão cientes da ínfima percentagem de sucesso de tal iniciativa.

[1366] Mandatários da direção da Frente no interior: Flausino Torres (identificado por "dr. Tiago", Executivo da Junta Central de Ação Patriótica - Norte) e Rui de Oliveira (identificado por "Silva", Executivo da Junta Central de Ação Patriótica – Lisboa). Cf. atrás, p. 323, nota 1055. Representações "partidárias" formais do PCP (Álvaro Cunhal, Manuel Teixeira Ruela e Pedro Ramos de Almeida), do Movimento Republicano de Resistência Socialista (Francisco Ramos da Costa e Manuel Tito de Morais) e do MAR (António Lopes Cardoso, Manuel Lucena e Rui Cabeçadas). Outros organismos do interior: Manuel Alegre (Movimento Sindical Estudantil de Coimbra); Maria Antónia Fiadeiro e "Castro" (Juventude do Interior, o segundo não identificado) e "Maria Catarina" (apresentada apenas como operária). Um militar do interior "Simões", que se apresenta apenas como coronel no ativo (Marcelino Marques, segundo informação do próprio a Hipólito dos Santos). Quatro personalidades expressamente convidadas por Delgado: António Brotas, António Santos Dores, José Ervedosa e Emídio Guerreiro. A descrição dos trabalhos é feita com base em apontamentos de Manuel Sertório e Tito de Morais, identificando-se em nota o recurso a outra documentação. CD 25A, MS – FPLN/III Conferência 1964/Apontamentos, Docs 1 e 2 e APTM – "III Conferência FPLN", caderno. Para a identificação detalhada dos participantes: entrevista com Manuel Lucena, Lisboa, 16 e 23 de março de 2010.

[1367] Rascunho de carta da JRP da FPLN a Humberto Delgado, Argel, 26 de outubro de 1964. CD 25A, MS – FPLN/JRP/Delgado, Corresp 13.

A resolução do general estava tomada há dias, suspeitam. A 15 de setembro este dirigira carta ao seu delegado na comissão *ad hoc* na qual, uma vez mais, salientara as "*condições de arejamento e amplidão*" que deveria ter o encontro para o considerar válido e alertara para a necessidade de montar um sistema de respostas que fosse avaliando o número de pessoas que acederia ao convite feito. Tais considerações decorriam de "*informação segura*" que lhe dera conta de terem rejeitado o convite ou estarem impossibilitados de comparecer Mário Soares, Mário Cal Brandão, Emídio Guerreiro, Mário de Carvalho, Oliveira Pio e António de Figueiredo. Os primeiros dois tê-lo-iam decidido em reunião realizada no interior, os dois últimos estavam impedidos por razões de saúde e por "*dificuldades de passaporte*", respetivamente, sobre a justificação de Guerreiro e Carvalho nada esclarece[1368].

Surge o contacto no seguimento de viagem efetuada por Delgado com destino desconhecido. O mistério desvendava-se agora: Paris fora um dos locais visitados, Emídio Guerreiro, elo de ligação ao grupo democrata do Porto, um dos interlocutores.

Os dois homens haviam-se conhecido pessoalmente apenas na passagem de Humberto Delgado a caminho de Argel. Guerreiro há muito desejava a oportunidade, mas circunstâncias várias sempre o tinham impedido. Mas a conversa no aeroporto de Orly é forçosamente curta e Guerreiro logo dá mostras de lhe querer dar continuidade na capital argelina. Disso mesmo dera conta Ramos da Costa à Junta Revolucionária Portuguesa quando participara numa das reuniões do organismo. O professor, relembre-se, havia recusado a qualidade de membro permanente da Conferência da FPLN preferindo manter certa distância relativamente à Frente. Parecia agora disponível para uma maior aproximação ou até para um possível apoio, o que, sendo este uma figura referencial na oposição portuguesa em Paris, agradara bastante aos dirigentes patrióticos.

Pretendendo concretizar tal intenção, nos primeiros dias de agosto Emídio Guerreiro dirigira-se ao presidente da JRP solicitando visto de entrada na Argélia e auscultando a possibilidade de auxílio da Junta a um "*projecto*" militar que teria em preparação. Em meados de agosto, a resposta de Delgado esclarecera as restrições recentes na entrada na Argélia e deixara bem claras as divergências que o opunham aos restantes membros do organismo dirigente, muito em particular a Piteira Santos. Sobre

[1368] Oliveira Pio sofrera um ataque cardíaco. Carta do presidente da JRP a José Ervedosa, 15 de setembro de 1964. CD 25A, MS – FPLN/3 Conf 1964/Corresp 4.

o "*projecto*", colocara-se Delgado "*ao seu dispor*", tanto pessoalmente como a estrutura embrionária do Comando Operacional, "*para estudar o que esteja em sua mente, em conjunto ou separadamente, com outros projectos*"[1369]. Terá sido esta troca epistolar a raiz da inclusão do nome de Emídio Guerreiro no rol de convocados à Conferência de Argel.

Como fora um dos motivos da viagem do general. Por 8 de setembro, este deixara a Argélia com um passaporte falso cedido pelo governo argelino e rumara a Roma, primeiro, a Paris, depois. Precisava urgentemente de reativar ligações fora da capital argelina e de avaliar outras alternativas que complementassem ou compensassem os fracos recursos da comunidade portuguesa na capital argelina. Mário de Carvalho falava-lhe há muito de uma revolta em preparação no interior, com meios materiais e humanos assinaláveis. Parte da teia que a PIDE montava ao general e de que Carvalho era pivô fundamental, como sabemos, mas de cuja veracidade Delgado não duvidava, acreditando ser agora tempo de concretizar tais possibilidades e de lhe dar impulso. Falam também sobre a assembleia de Argel, à qual, obviamente, Carvalho não desejava comparecer.

Humberto Delgado pretende igualmente ouvir detalhes sobre o projeto ventilado por Emídio Guerreiro e com ele ajustar uma ação conjunta relativamente à FPLN em geral e à Conferência iminente em particular. Como desconfiam os responsáveis em Argel, é realmente este a informá-lo da reação do interior e a manifestar-lhe o seu próprio desinteresse.

Desinteresse logo transmitido por Delgado a outro dos convocados, António Figueiredo:

> *"Os amigos de Lisboa, Porto e Paris, não querem a conferência ao menos por agora. E ainda bem. Ou porque não querem imiscuir-se em coisa com seu quê de "excremento" ou porque é muito apertado o tempo para ser coisa séria e não um conluio em que então o P.C. faria o que quisesse, se eu o deixasse, é claro. […] Em resumo convém-lhe saber que os "não alinhados" não querem conferência agora. Eu proponho que seja no Natal e em Lisboa. Irei eu ou mandarei delegado."*[1370].

[1369] Carta de Humberto Delgado a Emídio Guerreiro, Argel, 11 de agosto de 1964. CD 25A, PS – Corresp 263.
[1370] Carta de Humberto Delgado a António Figueiredo, Paris, 13 de setembro de 1964. CD 25A, AF – Corresp 206.

Desde que recebera a documentação do general respeitante ao conflito na Junta Revolucionária Portuguesa e que nessa vira mencionada a possibilidade de um novo encontro da oposição lusa, António de Figueiredo mostrara-se interessado em participar. Enfrentava, porém, contingências de ordem material e não podia suportar os custos da deslocação, lamentara-se a Delgado, pedindo-lhe, pela primeira vez, que tentasse solucionar o seu caso[1371]. Recebera entrementes a convocatória emitida pela comissão *ad hoc* e voltara a exprimir ao general o desejo de estar presente, renovando-lhe o pedido de auxílio para ultrapassar os seus embaraços[1372]. Após o que lhe chegara o que entendera ser a comunicação de adiamento e, nessa linha, nova missiva mencionando a "*pouca probabilidade*" de que esta se realizasse com a sua presença[1373].

Segue-se um conjunto de desacertos que acabará por resultar na sua ausência da Conferência. Desinteligências que arreliam Delgado, tanto por darem a conhecer à direção da Frente ser ele o responsável pela interrupção de contactos entre Figueiredo e o *bureau* de Argel, como por evidenciarem parcela de responsabilidade na incomparência de Figueiredo, elemento sugerido por si próprio e em nome de quem decidira não valer a pena desenvolver esforços para responder ao seu pedido[1374]. Procedimento que, saber-se-á mais tarde, o general toma igualmente com José Veiga Pires[1375].

Mas o exaspero com o seu correligionário decorre também dos reparos que este lhe dirigira a propósito do documento de 4 de agosto, no qual Delgado historiara o conflito e suspendera Piteira Santos. Comentários que o general recebera com um aviso:

[1371] Carta de António de Figueiredo a Humberto Delgado, Londres, 12 de setembro de 1964. CD 25A, AF – Corresp 200.
[1372] Carta de António de Figueiredo a Humberto Delgado, Londres, 12 de setembro de 1964. CD 25A, AF – Corresp 205.
[1373] Carta de Humberto Delgado a António Figueiredo, Argel, 21 de setembro de 1964. CD 25A, AF – Corresp 210.
[1374] Depois de esclarecer as dúvidas que sobre o seu nome haviam pairado na Conferência de Praga, não mais se dirigira à direção da Frente, como lhe aconselhara Humberto Delgado. Apenas em 24 de setembro dirige um telegrama à FPLN informando da impossibilidade de participar na conferência. Rejeitando a responsabilidade da confusão gerada, Delgado acaba por admitir: "EU NEGUEI-ME. Já tinha prevenido que para clãs ou famílias bastara a de Praga. CUMPRI: NEGUEI-ME. Portanto, como se combinara que a Junta não pagaria viagens, só o P.C. tem dinheiro, e o MNI é muito pobre, seria estúpido e perdulário estarmos a fazer sacrifícios de nossas bolsas para o Senhor Figueiredo ir a Argel. Como vê, é tudo muito claro: Fui homem; não escravo.". Telegrama à FPLN, 24 de setembro de 1964, e carta de Humberto Delgado a António de Figueiredo, Algures, 13 de outubro de 1964. Sublinhados e maiúsculas no original. CD 25A, AF – Corresp 211 e 221.A2. Outra documentação sobre o assunto: cartas de António de Figueiredo a Humberto Delgado, Londres, 27 de setembro e 3 de outubro de 1964; carta de António de Figueiredo a Humberto Delgado, Londres, 3 de outubro de 1964, com cópias entregues a Cunhal, Sertório e Ervedosa. CD 25A, AF – Corresp 223, 215 e 216.
[1375] Carta de Manuel Sertório a José Veiga Pires, S. Paulo, 17 de outubro de 1964. CD 25A, MS – Corresp 2521.

"*Conselheirismo: Gosto imenso de conselhos, mas detesto as generalidades "acacianas" ou "pachéquicas". […] Já fiz muitas coisas dentro e fora do meu país, Senhor Figueiredo. Convém ler a minha biografia. CUIDADO em não abusar dos conselhos.*"[1376].

Certo é que a advertência de Humberto Delgado ao seu mandatário na comissão *ad hoc* quanto à escusa da oposição em Portugal em tomar parte do diferendo "argelino" é realista. E que essa é do conhecimento dos restantes responsáveis da Frente.

Ao longo de setembro, Ramos da Costa vai alertando para o assunto na correspondência trocada com Piteira Santos e Tito de Morais, sublinhando a propósito considerar uma ampla representação do interior absolutamente essencial para que se chegasse a uma solução. É por via de Ramos da Costa que a Argel vão chegando ecos da má vontade de Emídio Guerreiro, que tudo teria feito "*para que do Porto não viesse ninguém*", apostando antes no adiamento do encontro para dezembro, altura em que "*teria uma solução para o problema*"[1377]. Do que, em consonância, procurara convencer o general. Julgam, todavia, poder contar com Mário Cal Brandão como ponte para o grupo da cidade invicta e, assim, ultrapassar os entraves colocados por Guerreiro[1378]. O que se revelará inverosímil, como vimos.

Todavia, o afastamento não se cinge ao núcleo sobre o qual Guerreiro tinha ascendente. Mário Soares, como Delgado também referira, é outro dos que se recusa a participar no simpósio, do que dá conta a Ramos da Costa em meados de setembro:

> *"a Conferência só pode vir a consagrar um rompimento (o que é terrivelmente negativo e inaceitável no interior). Como sair deste impasse? Por mim não tenho possibilidade alguma de comparecer – e ainda bem! Veremos o que resulta… Quanto a ti, penso que o mais prudente é a abstenção (quanto possível).*"[1379].

Soares mantinha, aliás, desde que visitara o general em Praga um prudente distanciamento. No encontro fundador da Ação Socialista Portuguesa em Genebra com

[1376] Carta de Humberto Delgado a António de Figueiredo, Algures, 13 de outubro de 1964. Sublinhados e maiúsculas no original. CD 25A, AF – Corresp 221.A2. Reagira de forma similar com Ramos da Costa, a quem enviara a mesma documentação e de quem recebera idêntico reparo. Carta de Ramos da Costa a Humberto Delgado e resposta de Delgado, 27 de agosto de 1964 e 1 de setembro de 1964, respetivamente. A&B FMS, 4282.005, ims. 13 e 14.
[1377] Carta de Ramos da Costa a Piteira Santos, Paris, 9 de setembro de 1964. A&B FMS, 4279.005, ims. 12-13.
[1378] Carta de Piteira Santos a Ramos da Costa, Argel, 11 de setembro de 1964. A&B FMS, 4279.005, ims. 8-11.
[1379] Carta de Mário Soares a Francisco Ramos da Costa, Roma, 15 de setembro de 1964. A&B FMS, 4281.005, ims. 18-19.

Ramos da Costa e Tito de Morais comprometera-se a envidar esforços no sentido de alargar a participação do grupo na FPLN, averiguando a possibilidade de reunir contribuição regular que assegurasse pagamento do mandatário do MRRS/ASP em regime de tempo integral e de enviar meios humanos, quer capazes de ocupar "*altos cargos políticos e administrativos*", quer disponíveis para trabalho de base. Porém, até à data, nada disso se verificara nem qualquer apoio político mais visível fora manifestado[1380].

A recusa de participação na III Conferência, mesmo que em parte justificada, é somente a continuidade da política desde o início adotada pelo sector político que lidera: a RR, como agora a ASP, não está interessada em qualquer unidade no interior, embora queira estar representada no seu secretariado no exterior e assim acompanhar o trabalho diplomático que se for desenvolvendo e eventuais ações que se preparassem. Ciente da audiência interna de Humberto Delgado, Mário Soares fica na expetativa de uma reviravolta que tornasse mais desejável um compromisso público. Mas, não sendo esse o caso, como se comprovava, prefere centrar-se na recomposição do seu grupo político e na sua aglutinação sob a sigla da ASP e manter a distância.

O MAR aparece formalmente representado na Conferência por três elementos, dois deles também membros da Conferência Permanente e o terceiro efetivamente como mandatário da direção do movimento no exterior, Manuel Lucena[1381]. Havia o seu nome sido recusado por Delgado, porventura por indicação de Mário de Carvalho, mas novamente rebuscado por iniciativa dos restantes dirigentes dado o interesse político de que se revestia esta participação. A ausência do movimento na Conferência de Praga fora notada e suscitara insistentes críticas nos círculos da emigração e no interior, às quais agora importava dar resposta, tanto mais que é um dos sectores políticos com maior peso no contexto argelino e que se sabe estar em processo de reestruturação, do qual faz parte a definição do seu posicionamento oficial relativamente à Frente, e aparente alargamento no interior, estando inclusive a participar nas negociações que se

[1380] Carta de Ramos da Costa a "Carlos" [Mário Soares], 16 de julho de 1964. A&B FMS, 4281,005, ims. 14-15.

[1381] António Brotas participa na Conferência com estatuto de independente, na qualidade de convidado de Humberto Delgado. Como se viu atrás, o contacto entre o MAR e Brotas é anterior, mas apenas depois da chegada a Argel dá a sua adesão, cuja formalização é retardada para manter a sua qualidade de independente. "Notas sobre a emigração política portuguesa de 1957 a 1966, registadas por António Brotas em Agosto de 2007, com base unicamente em memória e sem consulta de nenhum elemento escrito", depoimento escrito.

espera resultariam na redinamização da Junta Central de Acção Patriótica[1382]. Pelo que se lamenta a ausência de delegação de Portugal, impossibilidade ditada pelo curto prazo com que o encontro fora agendado, informam os companheiros no exílio[1383].

Como igualmente Delgado sinaliza, é o PCP a estar mais representado na Conferência. Além dos representantes formais – Cunhal, Ramos de Almeida e Teixeira Ruela –, o partido mobiliza todos os restantes mandatários do interior: os delegados da Junta Central, o militar presente e os elementos do movimento estudantil e da Juventude. A participação destes últimos parece ser, ao menos em parte, meramente circunstancial, não tendo por base uma efetiva preparação para o fim em vista mas sim a necessidade de aumentar o quórum da oposição do interior[1384].

Como se disse atrás, perante a ausência de Humberto Delgado na sessão inaugural da Conferência resolve-se empreender um derradeiro esforço no sentido de o fazer mudar de ideia. É assim que uma pequena delegação composta por Flausino Torres, Álvaro Cunhal e Manuel Sertório se dirige à residência do presidente da JRP nessa mesma noite de 26 de setembro de 1964. Comunicam-lhe a decisão final dos presentes no preâmbulo dos trabalhos, apelam a que reconsidere. Sem sucesso. O general reafirma categoricamente a recusa anterior, sem desejar explicar as razões de tal atitude e manifestando inclusivamente uma atitude intimidatória para com os presentes[1385]. No dia seguinte, a III Conferência da FPLN inicia-se sem a sua participação. Desagradado com a ordem de trabalhos apresentada e com a forma como

[1382] Em Portugal, a FPLN continua a ser pouco mais do que uma extensão do PCP, facto bem evidenciado no tom do *Unidade e Acção*, periódico que a direção do interior continua a editar. Pelo desinteresse dos quadrantes mais moderados da oposição, mas igualmente por não ter sido ainda possível um verdadeiro esforço de reorganização do movimento, somente lançado em agosto de 1964, com o envio de circular convidando os diferentes agrupamentos a encetar negociações de que pudesse resultar uma base de trabalho futuro. "Assuntos Soltos" e "Notícias do Interior", relatórios de António Garcia [Manuel Lucena] à Comissão Política Provisória do MAR (para Afonso [Lopes Cardoso]), Roma, 7 e 22 de agosto de 1964. CD 25A, LC – Núcleo MAR de Roma 1964.

[1383] O adiamento da conferência chega a ser defendido por Manuel Lucena com vista à resolução desse problema. Sobre a real vontade de comparência nada se apurou. Carta de António Garcia [Manuel Lucena] à Comissão Política Provisória do MAR ("Afonso" [Lopes Cardoso], Itália, 7 de setembro de 1964. CD 25A, LC – Núcleo MAR de Roma 1964.

[1384] É pelo menos o caso de Maria António Fiadeiro, cuja deslocação a Argel tem por objetivo visitar a mãe e o padrasto, Stella Piteira Santos e Piteira Santos. A própria recorda a sua participação nos trabalhos como ocasional, com uma única intervenção motivada pela "obrigação de dizer alguma coisa", que, alia hoje, terá sido "algo desconexa pelo nervosismo". Entrevista a Maria António Fiadeiro, Lisboa, 29 de novembro de 2007. "Maria Catarina", a outra rapariga presente, alegadamente representante do operariado, ter-se-ia deslocado de Paris e não do interior, como é afirmado. A acusação é de Emídio Guerreiro, que a reconhece. Carta de Guerreiro a Sertório, Paris, 19 de novembro de 1964. CD 25A, MS – Corresp 1417.

[1385] Carta de Manuel Sertório a José Veiga Pires, S. Paulo, 17 de dezembro de 1964. CD 25A, MS – Corresp 2524.

se procurara interceder junto do general, Emídio Guerreiro secunda-o na sua atitude e abandona os trabalhos[1386]. Está consumada a rutura orgânica entre Humberto Delgado e a Frente Patriótica de Libertação Nacional.

Depois duma breve apreciação da situação política portuguesa, passa-se ao balanço da atividade da FPLN no interior e no exterior do país. Cujo saldo é positivo, todos concordam, embora a debilidade da Frente seja ainda notória. Em Portugal esta não representa todos os sectores políticos nacionais e mantém uma larga "*zona intermédia*" na qual é difícil determinar a efetividade do apoio à organização unitária, continuando incapaz de criar um aparelho próprio capaz de secundar eventuais solicitações feitas a partir do exterior ou, por exemplo, de executar propaganda própria. Por outro lado, no exterior, os aspetos burocráticos do trabalho haviam-se sobreposto a tudo o mais, não se conseguindo ampliar como seria desejável a propaganda sobre a situação portuguesa ou a ação diplomática, nem criar estruturas que verdadeiramente assegurassem as ligações com o país e se preparassem para a revolução, nem, ainda, ultrapassar a pobreza de meios materiais. Conclui-se, pois, ser elementar garantir outro nível e grau de responsabilidade, particularmente no interior, mas também na frente externa, onde é essencial trabalhar com base em perspetivas concretas e não irrealistas.

Seguidamente, debatem-se longamente as perspetivas de luta e a forma que esta deveria assumir. Embora se reafirme a insurreição popular armada como única forma de derrube do regime e se contemplem as ações "*ilegais*" e "*violentas*" como uma das formas de luta a adotar, a tónica é agora posta na necessária "*preparação muito árdua e cuidadosa*" que lhe garantiria o êxito, incluindo nesta "*as reclamações, as manifestações, as greves*", assim como "*as possibilidades de mobilização das energias populares em torno das «eleições» fascistas*", sublinha a Conferência. Quanto às "*acções especiais*", esclarece-se ainda o tipo de atividades de que se fala: "*actos que pelas suas características ou pelas circunstâncias que os rodeiam, provoquem desorientação política*" e atentem diretamente contra a guerra colonial, "*como sabotagens de armamentos, de transportes e destruição de material militar*", excluindo-se, pelo contrário, "*o uso de métodos de terrorismo (individual ou colectivo)*" e a "*destruição de estruturas económicas do país*"[1387].

[1386] Declaração de Emídio Guerreiro aos participantes da III Conferência da FPLN, Argel, 28 de setembro de 1964. A&B FMS, 4282,005, im. 17.
[1387] Nas conversações especificam-se ainda como indesejáveis os assaltos a bancos, os atentados pessoais (mesmo dos traidores) e os assaltos a quartéis.

À semelhança do que se passara em Roma e Praga e na linha do debate a que se vinha assistindo no seio da comunidade portuguesa em Argel a oportunidade e prioridade da ação armada volta a estar no centro das atenções na III Conferência da FPLN. Porém, agora, a controvérsia parece ser maior e o sentido das resoluções é completamente distinto. Ao invés de dar publicidade e incentivo à luta armada, a preocupação é fixar-lhe os limites políticos e reforçar a importância das restantes formas de luta.

O secretário-geral comunista terá sido um dos principais responsáveis por essa inflexão de posições, a ponto das suas intervenções chegarem a ser entendidas por alguns dos presentes como desejo de omitir nas resoluções quaisquer referências às "*acções especiais*". Entendimento que Cunhal corrige, clarificando entender tais ações como "*necessárias*", devendo, todavia, ser "*preparadas e executadas em silêncio*" para depois delas se fazer propaganda.

Mas não é o líder do PCP o único a fazer valer a sua linha. Também os mandatários do interior, designadamente «Castro», sublinham a indispensabilidade de apostar na "*consciencialização das massa*s" e no trabalho organizativo, rejeitando em absoluto a exclusividade de tais ações como forma de luta contra a ditadura e relegando-as mesmo para um lugar secundário.

Um trabalho a ser desenvolvido particularmente pelas "*forças anti-fascistas do interior do país*", a quem deve caber a iniciativa da insurreição. Podendo o exterior tão-somente "*contribuir e participar*", mas nunca tomar a dianteira dos acontecimentos, lê-se nas entrelinhas.

De uma só vez trava-se o discurso radicalizado que a JAPPA e, muito especialmente, os núcleos do MAR e da FAP de Argel haviam protagonizado durante o primeiro semestre de 1964 e as intenções "dirigistas" de Humberto Delgado.

A atitude a tomar para com o general é igualmente tratada aquando da discussão do modelo de funcionamento da Frente e, concretamente, da Junta Revolucionária Portuguesa. De um modo geral todos reconhecem a "*solução artificial*", eivada de um certo "*oportunismo*", que estivera na base da designação de Delgado como presidente da JRP. Motivada essencialmente pela falta de peso real das correntes políticas do interior e da consequente dificuldade de ligação ao país. Como reconhecem ter sido essa uma "*aliança inevitável*" no momento em que ocorrera, atendendo a que "*para destruir*

mitos é preciso a boa ocasião e a boa altura". Certo é que a decisão em nada contribuíra para o fortalecimento do movimento unitário, como se pretendia, provando ser um erro político.

Evitar o confronto e procurar formas de cooperação são as duas premissas acordadas para as relações com o general. Não sendo esta a vontade dos membros da JRP até então em exercício, particularmente de Cabeçadas e de Piteira Santos, é a posição defendida pelos restantes participantes, com Sertório e Cunhal à cabeça, unânimes na dura crítica à atuação dos anteriores dirigentes. Nessa linha, é aprovada uma saudação a enviar a Humberto Delgado pela Junta Revolucionária Portuguesa agora empossada, na qual se historia o sucedido no início da assembleia e se lamenta a decisão de Delgado, exprimindo o "*sincero e profundo desejo de que, não tendo sido possível a unidade orgânica de todos nós, saibamos encontrar formas práticas de cooperação que inicie o processo revolucionário que há-de derrubar o fascismo português*"[1388]. A esta seriam anexadas as resoluções da Conferência, que o general deveria conhecer em primeira mão, juntamente com os responsáveis argelinos. Junto do general se dirigiria outrossim uma comissão constituída por António Brotas e José Ervedosa, com a missão de reforçar o desejo de entendimento[1389].

Afastado que estava o general, considera-se a vantagem de nomear outro nome para a presidência da Junta. Avizinham-se tempos particularmente difíceis, todos concordam, sendo de ponderar o "*risco de dualidade*" entre a FPLN e Delgado e mesmo o confronto com Emídio Guerreiro, pelo que apenas alguém corajoso e amplamente reconhecido em Portugal seria uma possibilidade. Por outro lado, tal figura desempenharia um papel de coordenação de importância assinalável. Chegam-se, pois, a equacionar nomes, com Ruy Luís Gomes a aparecer à cabeça, para logo se descartarem por se entender serem incapazes de reunir apoios significativos[1390]. Deixar cair a presidência e investir antes na renovação do funcionamento da JRP, criando departamentos que pudessem assegurar "*uma maior eficiência do trabalho directivo*" acaba por ser a opção.

[1388] Carta de 26 de outubro de 1964. CD 25A, LC – II e III Conferências da FPLN. Relações MAR/FPLN. Análise de Fernando Piteira Santos. Um rascunho da carta integra também o acervo de Manuel Sertório: CD 25A, MS – FPLN/JRP/Humberto Delgado/Correspondência/Doc 13.

[1389] "Notas sobre a emigração política portuguesa de 1957 a 1966, registadas por António Brotas em Agosto de 2007...

[1390] Também o nome de Manuel Sertório é equacionado, sob proposta de Piteira Santos, mas de imediato posto de parte pela recusa do próprio. Carta de Sertório a Victor da Cunha Rego, s/d [novembro de 1964]. CD 25A, MS – Corresp 2619.

São seis os departamentos formados – Atividade Diplomática, Propaganda, Militar, Relações com o Interior, Núcleos e Emigração e Solidariedade Internacional –, distribuídos por idêntico número de membros, escolhidos nominalmente: Manuel Sertório, Pedro Ramos de Almeida, José Ervedosa, Rui Cabeçadas, Manuel Tito de Morais e Fernando Piteira Santos. A estes poderiam ser associados outros membros, até um total de três, sempre que se considerasse haver nisso benefício. Salienta-se o seu funcionamento colegial, alterando-se agora as premissas decisórias da unanimidade para a maioria simples. Associado a estes departamentos regista-se a existência de um Comité de Militares Revolucionários, cuja formação é decidida na Conferência, embora apareça nas resoluções como se tivesse sido criado de forma independente e nessa qualidade aderido à Frente.

Mantém-se, pois, a dimensão da Junta e todos os dirigentes anteriormente em exercício, não obstante a saraivada de críticas de que haviam sido alvos. O major José Ervedosa é a única novidade, surpreendente para a maioria, por ser este um dos homens de mão de Humberto Delgado e nessa qualidade participante na Conferência[1391].

Como atrás elucidámos, Ervedosa chega a Argel nos primeiros dias de agosto de 1964 e logo assume um conjunto de responsabilidades atribuídas por Delgado, que vão desde a direção da casa-abrigo à "chefia do Estado Maior", passando pela direção política da rádio. A falta de elementos "não contaminados" pelo ambiente argelino é uma das explicações desta rápida ascensão, mas, não menos importante, é a sua qualidade de militar, para mais de oficial intermédio, e a assunção pelo general de que esta seria garante da partilha de cânones idênticos aos seus. Porém, na verdade, Ervedosa nunca deixa de estar em contacto com os restantes membros da JRP, a quem dá conta da sua posição de "*apoio total*" e da vontade de atuar junto de Humberto Delgado "*como elemento moderador*", embora suspenda publicamente relações com "*toda a gente que "cheire" a J.R.P.*"[1392].

Voltando às questões organizativas, a Conferência de Argel confirma também o esquema organizativo anterior: no interior a Junta Central de Ação Patriótica e o

[1391] Humberto Delgado ter-lhe-á retirado a sua credencial no decurso da Conferência, entrando em contacto com este por telefone. "Notas sobre a emigração política portuguesa de 1957 a 1966, registadas por António Brotas em Agosto de 2007…

[1392] Sublinhados no original. Correção do original: J.R.P. em vez de J.R.L. Carta de José Ervedosa a Tito de Morais, Argel, 12 de agosto de 1964. Entrevista com Pedro Ramos de Almeida, Lisboa, 6 e 11 de março de 2008.

Executivo da Junta Central e a Conferência como o "*órgão supremo de direcção política da F.P.L.N.*", designando os membros desta última.

Finalmente, pondera-se a forma de atuação perante as autoridades argelinas visando o retomar das boas relações e a recuperação dos meios da FPLN nas mãos do general. Neste contexto, decide-se pelo envio de uma saudação a Ben Bella, agradecendo uma vez mais as facilidades concedidas à oposição portuguesa, e de um memorando historiando o conflito com o ex-presidente da Junta Revolucionária Portuguesa e pondo questões concretas referentes à utilização dos instrumentos de trabalho cedidos, o *bureau* e a rádio[1393]. Sem, todavia, pressionar a escolha de um "partido", deixando no ar a possibilidade de uma solução de compromisso. Tais diligências deveriam ser feitas por comissão *ad hoc*, com a redação do memorando a caber à JRP.

A Conferência termina a 3 de outubro de 1964, em "*clima de agrado e entendimento*"[1394]. Já vários participantes haviam partido, os restantes abandonam agora a vivenda da Presidência da República argelina, nos arredores de Argel, onde o encontro ocorrera[1395].

Frente Patriótica *versus* Frente Portuguesa

No dia anterior ao término da Conferência, 2 de outubro, Humberto Delgado ausenta-se de Argel. A Itália é o seu destino, mais concretamente a Policlínica Umberto II, onde é operado pelo cirurgião Pietro Valdoni. Nesta terá permanecido até 25 de outubro, continuando a convalescença numa vivenda alugada para o efeito pelo "agente especial" da PIDE, Mário de Carvalho, igualmente em Itália.

A 14 de outubro de 1964 é divulgado comunicado em nome da Junta Revolucionária Portuguesa da Frente Portuguesa de Libertação Nacional, que informa sobre a realização de encontro "*algures na fronteira*" com a participação de "*individualidades representativas dos diversos sectores políticos que constituem a Oposição*". Começando por aludir à crise argelina, condenando "*severamente [...] a*

[1393] Saudação dirigida pela JRP a Ben Bella, ao Bureau Político e ao Comité Central da FLN, 29 de outubro de 1964.
[1394] "Notas sobre a emigração política portuguesa de 1957 a 1966, registadas por António Brotas em Agosto de 2007…
[1395] Santos Dores ausenta-se no fim do dia 28 de setembro, "Simões" no fim da sessão da tarde do dia 30, Lopes Cardoso e Ramos da Costa no final do dia 31.

acção despótica e ditatorial exercida por determinados elementos infiltrados na Oposição sobre os seus compatriotas, depois de se auto-nomearem, impondo-se nos cargos", propõe-se, obviamente em contraponto com o que se vinha passando em Argel até à chegada do general, aceitar "*a cooperação de todos os portugueses de qualquer tendência política*" no "*processo revolucionário*" que pretende levar a cabo rapidamente e cujo plano deveria obedecer genericamente ao da revolta de Beja. Na liderança da organização mantinha-se Humberto Delgado, "*eleito Chefe do Estado pelo Povo Português em 1958 e que continua dando provas de combatividade, espírito de sacrifício e grande coragem*", como presidente da JRP, organismo que teria "*a maioria dos seus membros dentro do País*"[1396].

O comunicado é enviado à imprensa local e às agências noticiosas internacionais, sendo igualmente lido aos microfones da *Voz da Liberdade* na emissão de 17 de outubro, cujo controlo permanece nas mãos de Delgado[1397]. Sob a sua alçada estão também as instalações da casa-abrigo e a sede da Frente, onde Adolfo Ayala continua a assegurar o secretariado e à guarda de quem ficou o ficheiro de contactos.

Os dirigentes da Frente Patriótica indignam-se perante o que classificam como uma "*mistificação grosseira*"[1398]. Tendo-se equacionado a hipótese duma dualidade entre Humberto Delgado e os seus partidários mais diretos e aqueles que decidem continuar na Frente Patriótica, pensar-se-ia porventura na reanimação do MNI, mas nunca nesta disputa de siglas. Receia-se o impacto negativo desta atitude do general na diáspora política portuguesa, sobretudo em Paris e em Marrocos, tanto mais que estão obrigados a uma certa reserva nas suas movimentações, aguardando o resultado das démarches junto dos responsáveis argelinos e no respeito pela segurança dos participantes do interior na III Conferência, onde se remetera a divulgação das resoluções tomadas para os finais de outubro de 1964.

As diligências junto das autoridades argelinas são "*delicadas*" e "*morosas*"[1399]. Sem fazerem um movimento contrário à Frente Patriótica, aquiescendo na ocupação do espaço cedido há uns meses na rua Auber n.º 13 como nova sede da Frente, as entidades

[1396] Comunicado, outubro de 1964. APHS. Carta de Manuel Sertório à JRP da FPLN, S. Paulo, 25 de outubro de 1964. CD 25A, MS – Correp 1467.
[1397] Ayala e o casal Castanhinha asseguram as locuções. Carta de Maria Emília Tito de Morais a Maria Carolina Tito de Morais, 30 de outubro de 1964. APTM.
[1398] Carta de Tito de Morais a Ramos da Costa, Argel, 23 de outubro de 1964. A&B FMS, 4280.003, ims. 91-92.
[1399] Carta de Piteira Santos a Sertório, Argel, 17 de novembro de 1964. CD 25A, MS – Corresp 1469. Manuel Sertório regressara ao Brasil para tratar da transferência da família.

oficiais da jovem República procedem de forma idêntica com a Frente Portuguesa num primeiro momento, consentindo na sua presença na anterior sede da Frente e no controle das emissões da rádio pelos partidários de Humberto Delgado[1400]. Porém, não demorará para que a situação mude. Ainda em outubro são transferidos os haveres do general da vivenda no Palácio do Povo para uma pequena moradia um pouco mais arredada do centro da cidade, sinal claro da menor influência que junto dos argelinos agora goza[1401]. É já nesta que Humberto Delgado se instala quando regressa à capital argelina a 5 de novembro de 1964, após prolongada e inexplicada ausência que, ao menos em parte, explica o *volte-face*[1402].

Sem perda de tempo, o ex-candidato presidencial tenta reverter a situação a seu favor. Por um lado procura agendar audiência com Ben Bella, por outro, calculando a provável demora da entrevista, leva a cabo diligências junto da RTA[1403]. Sem sucesso. No que toca à Frente Patriótica, pede a devolução de documentação que cedera a José Ervedosa e expulsa António Brotas da casa-abrigo, sob o pretexto de ter este entretanto encontrado emprego[1404].

"*Finalmente, a pessoa que tudo podia decidir recebeu-nos no dia 10, e foi categórico na escolha. Por esse lado tudo é satisfatório, resta-nos corresponder à prova de confiança e às aberturas concretas.*" – assim descreve Piteira a Sertório a aguardada audiência com Ben Bella e a decisão deste dando vantagem aos patrióticos, resolução que terá mesmo implicado a promessa de auxílio financeiro[1405].

Logo depois as emissões da *Voz da Liberdade*, suspensas desde os primeiros dias de novembro, são retomadas em nome da Frente Patriótica a 11 de novembro[1406]. No mês anterior, um novo número do boletim da FPLN havia já sido editado. Inaugura-se com este a difusão das resoluções da III Conferência e, publicamente, a luta contra o

[1400] Carta de Maria Emília Tito de Morais a Maria Carolina Tito de Morais, 30 de outubro de 1964. *Idem*.
[1401] Em finais de julho de 1964 Humberto Delgado deixara o chalet Eisenhower e mudara-se para uma outra vivenda, menor, no Palácio do Povo, mudança que teria sido feita a seu pedido e por desejar maior privacidade.
[1402] Não obstante os esforços para saber do seu paradeiro, designadamente junto de exilados portugueses na Suíça, onde equacionam poder ter-se dirigido para tratamento médico, as movimentações do general permanecem um mistério para os dirigentes patrióticos.
[1403] Carta de Humberto Delgado a Marcelo Fernandes, 11 de novembro de 1964.
[1404] Ignorando, porém, que mesmo empregado poderia estar 2 ou mais meses sem nada receber. Carta do Núcleo do MAR de Argel a Humberto Delgado, Argel, 13 de novembro de 1964. APHS.
[1405] "Teremos dinheiro dentro de dias", assevera Piteira a Sertório na mesma missiva. Carta de 17 de novembro de 1964. CD 25A, MS – Corresp 1469.
[1406] São agora locutores Filipe Mesquita, Ruth Saraiva, Stela Piteira Santos, José Ervedosa e José Moura Pimenta. "Programa da rádio Voz da Liberdade de 11/11/1964", alinhamento da emissão de 11 de novembro de 1964. APTM.

general e a sua Frente Portuguesa, embora se tenha o cuidado de vincar o carácter anónimo da iniciativa e de não mencionar a sua bem conhecida associação a Delgado[1407]. Ao general os patrióticos reclamam a entrega de parte do arquivo na posse da Frente Portuguesa, bem como o ficheiro de contactos e vários equipamentos e materiais adquiridos antes da chegada de Humberto Delgado[1408].

Entrementes, procura-se conter os estragos junto dos núcleos de exilados portugueses. A 4 de novembro, Manuel Sertório dá esclarecimentos sobre os trabalhos da Conferência de Argel aos democratas lusos fixados no Brasil, conseguindo o apoio incondicional desses às conclusões da assembleia[1409]. Poucos dias mais tarde é enviada delegação da JRP a Marrocos, constituída por Rui Cabeçadas e Ramos de Almeida, com intuito de conter a ruidosa campanha de descrédito contra a Frente Patriótica em geral e Santos Dores em particular, dirigida por Henrique Cerqueira, e de dar orientações mais precisas sobre o que se espera da JAPPM. Ao mesmo tempo, a partir de Argel e de S. Paulo, onde regressa Sertório para buscar a família, retomam-se contactos informando da realização da Conferência e das suas conclusões gerais ou alegando em causa própria e tentando com isso atrair apoios.

Todavia, a confusão das hostes oposicionistas portuguesas continua.

Uns, por desconhecerem os detalhes da crise argelina e sobretudo a rutura com o general, publicitam uma e outra realidade como se da mesma entidade estivessem a tratar. É o caso do núcleo de Toronto, Canadá, onde o número inaugural do boletim *A Verdade* anuncia entusiasticamente a sua adesão à Frente Patriótica e, ao mesmo tempo, publica o comunicado da Frente Portuguesa[1410]. Caricatura alimentada pela Frente Patriótica que, ao invés de responder politicamente à nova Frente Portuguesa, analisando os objetivos anunciados, cuja falta de materialização logo exporiam o *bluff*, replica centrando-se na figura do general e rememorando as críticas, mais pessoais do que políticas, à sua atuação na qualidade de presidente da JRP dos patrióticos.

[1407] *Portugal Livre. Boletim da Frente Patriótica de Libertação Nacional*, s/d [data manusc: outubro de 1964]. CD 25A, MS.

[1408] Carta da JRP a Humberto Delgado, 10 de novembro de 1964. Em anexo, relação dos objetos e documentos reclamados. APTM.

[1409] Idêntica atitude teria sido tomada numa primeira reunião da comunidade democrata no Brasil, um mês antes, onde teria sido redigida mensagem a enviar a Delgado repudiando as "manobras divisórias no seio da F.P.L.N.". Estranha é a referência, por exemplo, à presença de Oliveira Pio, até então um incondicional do general. Relatório de "Pedro da Silveira". ANTT, PIDE/DGS – Frente Patriótica de Libertação Nacional, SC CI(2) 1353, Pt 1.

[1410] Carta de Manuel Sertório à JRP da F Patriótica LN, S. Paulo, 24 de novembro de 1964. CD 25A, MS – Corresp 1470.

Outros, por dentro das motivações e conscientes das repercussões, tentam interceder junto dos envolvidos. Como é o caso do Comité para a Defesa das Liberdades em Portugal, que faz aprovar moção apresentada pelo seu presidente, Emídio Guerreiro, apelando à união da oposição lusa, que distribui por figuras das diversas comunidades de exilados[1411]. Ou de António de Figueiredo, que dirige longa epístola aos vários intervenientes – Humberto Delgado, Frente Patriótica e Manuel Sertório – onde procura fazer uma leitura desapaixonada dos acontecimentos e chamar todos à razão, sublinhando que de tal confronto sairia como única força vitoriosa o regime e recusando-se a tomar partido por qualquer uma das partes[1412].

Outros ainda, igualmente inteirados dos meandros da crise argelina e nesta enfileirando pelos patrióticos, pondo a tónica na urgência de "*aposentar*" a anterior equipa de dirigentes da Frente, ciente de estar esta "*totalmente ridicularizada e desprestigiada*" [1413]. "*Com todas as honras da praxe porque se sacrificou*" e que lhe são devidas, mas dando lugar a novas caras, de similar valor político e distantes das intrigas passadas, usando duma atitude mais humilde e capazes de, mercê do renovado prestígio, "*vir a poder desenvolver, ainda, no exterior um trabalho quantitativo e qualitativo superior*"[1414].

A 26 de novembro, a Frente Patriótica divulga à imprensa as conclusões da III Conferência da FPLN. Nas paredes da sala onde a conferência de imprensa é realizada, na sede recém-inaugurada, uma "*simbólica exposição de imprensa clandestina da FPLN, da emigração democrática e de fotografias de democratas perseguidos pela ditadura*"[1415]. Uma apresentação em que, contrariando as decisões da Conferência, o general é alvo de ataques.

Por seu turno, Delgado dá seguimento ao trabalho político em nome da sua Frente Portuguesa, difundindo a circular que lhe está na origem pela diáspora política portuguesa e empreendendo várias viagens com intuito de quebrar o crescente

[1411] A proposta fora aprovada a 16 de outubro de 1964. Circular do Comité para Defesa das Liberdades em Portugal enviada a Hipólito dos Santos, 20 de outubro de 1964. APHS. O documento merece resposta da JRP, contrapondo os termos em que a moção é apresentada, Argel, 5 de novembro de 1964. A&B FMS, 4286.002, ims. 46 e 47. Já Sertório, dirige-se ao signatário da proposta felicitando-o pelos termos e fins em vista, S. Paulo, 11 de novembro de 1964. CD 25A, MS – Corresp 1416.
[1412] Londres, 21 de novembro de 1964. Cd 25A, AF – Corresp 227.
[1413] Carta de Victor Cunha Rego a Manuel Sertório, Belgrado, 23 de novembro de 1964. CD 25A, MS – Corresp 2626
[1414] *Idem* e cartas de Victor Cunha Rego a Tito de Morais e à JRP, Belgrado, 27 e 16 de novembro de 1964. APTM e CD 25A, MS – Correp 2624.
[1415] Apontamento de Tito de Morais, s/d. APTM.

isolamento político em Argel e de preparar a revolta que, não obstante todas as dificuldades políticas e pessoais, continua a acreditar possível e iminente.

O silêncio do general é quebrado no início de dezembro de 1964, ao difundir, a 5 desse mês, um novo comunicado da Frente Portuguesa. Neste se denunciam as manobras por detrás da conquista de posições pelos patrióticos, a falta de representatividade da III Conferência, da qual estão ausentes o MNI e a "*Frente que desencadeou a candidatura do General Delgado em 1958*", contabilizando, ao contrário, a delegação do "*P.C. clássico*" "*quatro quintos*" dos mandatários vindos de fora da Argélia, se afirma a "*preparação da revolta*" como o objetivo cimeiro da Frente Portuguesa e se esclarece não se ter o general transferido para a Argélia "*como presidente de qualquer Junta, que nem existia até 1964, mas sim na sua capacidade de candidato à Presidência da República, símbolo da Oposição*"[1416]. Em anexo ao comunicado, é divulgado artigo publicado em primeira mão no *Révolution Africaine* de 21 de novembro anterior, onde se aponta a diferente perspetiva sobre a luta armada a desencadear em Portugal como o pomo da discórdia entre a Frente Patriótica e Delgado e se delata a perseguição dos dirigentes patrióticos aos refugiados políticos portugueses discordantes com a sua conceção, designadamente os membros da FAP[1417].

Pela mesma altura, o líder da Frente Portuguesa concede entrevistas à imprensa estrangeira, nomeadamente ao jornal inglês *Observer*, ao *New York Times* e à agência MAP, publicada no *Maroc Information*. Marrocos é, aliás, um dos destinos das suas viagens, país onde estaria a equacionar instalar-se. Aqui estabelece contactos com a generalidade dos democratas lusos aí sediados, excluindo os mais alinhados com a Frente Patriótica, apoiando-se particularmente em Henrique Cerqueira e na sua companheira, Helena Cabral[1418]. Paris é outro dos locais por si procurados, a partir de onde tenta restabelecer ligações com seus anteriores apoiantes e assim alargar os apoios da sua Frente Portuguesa, além de acompanhar os progressos do plano insurrecional de que Emídio Guerreiro o pusera a par.

Perdido o acesso privilegiado a Ben Bella, Humberto Delgado decide ser chegada a hora de defender a sua posição junto das autoridades argelinas, a quem dirige

[1416] APQB.
[1417] "Ou en est l'opposition portugaise?", da autoria de Lounes Laribi – transcrição da Frente Portuguesa. ANTT, PIDE/DGS – Frente Patriótica de Libertação Nacional, SC CI(2) 1353, Pt 1, fls 131 e 131v.
[1418] Data de 5 de dezembro a credencial que passa a Cerqueira enquanto seu delegado político em Marrocos. A&B FMS, 2583.002, ims. 12-13. Sobre as movimentações em Argel, entre outras fontes, carta de Victor Blanc a Tito de Morais, Rabat, 27 de dezembro de 1964. APTM.

um memorando a 15 de dezembro de 1964. Neste procura provar a sua validade política como representante dos sectores que o haviam apoiado nas eleições presidenciais de 1958, agora, segundo afirma, aglutinados na Frente Portuguesa. Por detrás dos ataques contra si e contra o seu intento de preparar rapidamente a revolta estaria o nada mais do que o "*PC clássico*", esclarece, que, acobertando a atuação dos dirigentes até então em exercício, se haviam tornado no principal responsável pela situação criada[1419].

Defesa que o general pretende tornar pública em conferência de imprensa agendada para três dias mais tarde, a 18 de dezembro[1420]. No último momento, porém, o Ministério da Informação argelino proíbe a iniciativa sob pretexto de não ser esta oportuna, obviamente na sequência de diligências dos patrióticos. Delgado difunde então o comunicado que seria lido na ocasião e publicita a decisão dos responsáveis argelinos[1421].

Está ganha a batalha política na Argélia. Os patrióticos garantem as instalações, os meios e as facilidades anteriores, parecendo agora ter também a promessa de ajuda financeira. Sem que a equipa dirigente conheça alteração digna de nota, refeita do duro golpe desferido pela chuvada de reprimendas que de todos os lados a tinha atingido.

Como vimos, a cristalização da composição do organismo diretivo é incompreendida por alguns dos que mais detalhadamente conhecem os contornos da crise argelina. Ramos da Costa, Cunha Rego ou José Veiga Pires são alguns dos que repetidamente manifestam a urgência de renovar a direção da Frente Patriótica como condição da recuperação do ascendente e, com ele, das possibilidades do movimento unitário. Estão com a Frente, mas não com os dirigentes até aí em exercício. Nos sectores não comunistas da comunidade portuguesa em Argel o sentimento é, obviamente, muito mais acutilante.

Da equipa o único a ponderar seriamente a sua saída é Manuel Tito de Morais, há muito desalentado pelo isolamento político a que estava votado na capital argelina. O que se junta ao desgaste físico pelo esforço de se repartir entre a sua ocupação profissional e o trabalho político. O médico Victor Blanc parece-lhe um substituto adequado e a este o representante do MRRS/ASP na Junta e Ramos da Costa dirigem convite nesse sentido. Na verdade, esta é a única hipótese real, dada a restrita audiência

[1419] PIDE/DGS – Frente Patriótica de Libertação Nacional, SC CI(2) 1353, Pt 1, fls. 127 a 129.
[1420] Assim é apresentado o assunto do memorando de 15 de dezembro de 1964. APQB.
[1421] APQB.

da RR/ASP por terras do Magreb e o eloquente silêncio do interior. Todavia, o médico recusa tal designação, alegando impreparação política e motivos de ordem pessoal, e tudo permanecerá como até então[1422].

As pressões parecem não afetar os restantes membros da JRP. Seja por não verem pessoas "*à altura das responsabilidades*", como confidencia Tito de Morais a Cunha Rego, seja por entenderem poder a substituição acarretar mais desvantagens do que benefícios políticos[1423].

A sensação de serem insubstituíveis os dirigentes em exercício é logo sinalizada por Cunha Rego, que a considera partilhada pela restante equipa, bem patente no tom doutoral da documentação emanada da Junta. Facto preocupante pela arrogância implícita, tanto mais que dá continuidade a atitudes anteriores cujos péssimos resultados estavam à vista, provando a incapacidade de se modificarem métodos e comportamentos, e que lhe provoca um comentário amargo: "*É um sintoma bem claro das sociedades em declínio esse de se crerem sós, sem encontrar outras "à altura""...*[1424]

Rui Cabeçadas, o mandatário do MAR da JRP, chega igualmente a equacionar pedir demissão do organismo, mas a raiz da decisão encontra-se nas dificuldades em gerir essa representação na Junta com a atividade do núcleo *marista* em Argel, onde vê questionado o seu nome[1425].

O MAR vive na capital argelina um momento complicado. Para a maioria dos seus membros os resultados da III Conferência estão longe de corresponder aos seus desejos. O principal objetivo político do núcleo local fora o de pressionar a direção da FPLN a assumir uma posição mais radical, adotando a luta armada como prioritária e

[1422] A saúde de uma das suas filhas, que obriga a tratamento específico que receia não conseguir assegurar em Argel. Apesar das reticências perante a inércia da Frente Patriótica, que várias vezes aponta, Blanc assevera não decorrer esta decisão de qualquer desejo de afastamento. Entre outra documentação, carta de Tito de Morais a Blanc, 19 de outubro de 1964 e resposta de Blanc, 29 de outubro de 1964. APTM. A intenção de se demitir havia sido anunciada na declaração inicial feita por Tito de Morais na III Conferência, mas que é esquecida no final do conclave, quando é confirmada a designação do seu nome para a JRP. "Aos Senhores Membros Permanentes da Conferência da FPLN", declaração manuscrita pelo punho de Tito de Morais, Argel, 27 de setembro de 1964. APTM.

[1423] Carta de Cunha Rego a Ramos da Costa, Belgrado, 26 de novembro de 1964. A&B FMS, 4279.001, im. 121.

[1424] *Idem*.

[1425] Reunião do Núcleo do MAR Argel, apontamentos de Hipólito dos Santos, 23 de outubro de 1964; carta de Rui Cabeçadas a Lopes Cardoso, Argel, 24 de outubro de 1964; Reunião de Roy [Hipólito dos Santos] e Walter [Rui Cabeçadas],l apontamentos de Hipólito dos Santos, 25 de outubro de 1964. APHS e CD 25A, LC.

preparando a revolta a curto trecho. Nesse sentido, havia encabeçado a iniciativa de chamar Humberto Delgado.

Um trabalho que agora parece completamente posto em causa pela maioria do grupo, que não aceita a validade duma JRP onde continuam a figurar nomes como o de Piteira Santos, em quem não confiam e cuja expulsão do MAR vinham defendendo desde há largos meses, ou de Tito de Morais que tão pouco entendem representar[1426]. Ao contrário, tem grande dificuldade em compreender a rutura com Humberto Delgado, único a combater verdadeiramente a evidente paralisia e o sectarismo desta Junta. Não concordando com os métodos usados pelo general, compreende-lhe as razões. Ainda que Delgado decidisse afastar-se do movimento unitário, a justiça das suas atitudes não poderia ser posta em causa, como estava a ser, ao reconduzir os mesmos elementos na direção, nem a audiência que detinha na oposição do interior e do exterior poderia ser escamoteada. Como não entende, enfim, o recuo da FPLN no que toca às perspetivas de luta e, particularmente, o novo enquadramento, mais timorato, da luta armada.

Todavia, se esta é a posição maioritária do núcleo argelino, não é a da direção do movimento, afastado da especificidade política do exílio local e das questiúnculas pessoais a este associadas. O núcleo continua a funcionar, mantém certa representatividade no seio da colónia lusa na cidade, mas tem grande e crescente dificuldade em trabalhar no quadro da Frente Patriótica. Como por exemplo quando Pedro Ramos de Almeida se recusa a trabalhar com Seabra e Veiga Pires, acusando-os de o terem denunciado no processo do MUD Juvenil no âmbito do qual todos estiveram presos[1427]. Entre outubro e novembro demitem-se os três membros do Secretariado do núcleo, Moura Marques, Hipólito dos Santos e Sacuntala de Miranda[1428]. Como se verá, é o primeiro passo da desagregação que logo o núcleo conhecerá.

O diferendo com o delegado do MAR na Junta tem nisto a sua explicação fundamental. Cabeçadas desempenha o ingrato papel de sustentar as determinações da

[1426] O "caso Pedro", ou seja, o pedido de expulsão de Piteira Santos pelo núcleo do MAR em Argel, termina a 5 de outubro de 1964, com a decisão da Comissão Política Provisória do MAR a ser favorável ao núcleo e portanto a determinar estar Piteira fora do movimento. "Caso Pedro", Gustavo [Álvaro Miranda], Garcia [Manuel Lucena] e Roy [Hipólito dos Santos], pela CPP, Argel, 5 de outubro de 1964. Cd 25A, LC.

[1427] O núcleo protesta veementemente junto da JRP e de Ramos de Almeida em particular. Reunião do núcleo do MAR, apontamentos de Hipólito dos Santos, 21 de outubro de 1964 e carta do Núcleo MAR de Argel aos membros da JRP, Argel, outubro de 1964 (cópia para a Comissão Política Provisória do MAR). APHS e CD 25A, LC.

[1428] Reuniões do Núcleo MAR Argel, apontamentos de Hipólito dos Santos, 23 de outubro e 2 de novembro de 1964. APHS.

JRP perante o núcleo, que várias vezes entende não se ver defendida a sua posição com idêntico vigor no organismo diretivo da Frente Patriótica[1429]. Todavia, a direção do movimento considera haver sério prejuízo político em tal afastamento no momento em que os patrióticos tentam recuperar a boa vontade das autoridades argelinas, além de manter a confiança política em Rui Cabeçadas, pelo que o reconduz no cargo[1430].

Manuel Sertório continua no Brasil, onde regressara poucos dias após o término da Conferência e onde, uma vez mais, vê arrastar a solução do seu problema pelas grandes limitações financeiras da Frente, dando-se a sua instalação na capital argelina somente nos últimos dias de fevereiro[1431].

José Ervedosa, o novo membro da JRP, procura organizar o Departamento Militar, de que ficara responsável e definir um plano de ação nesse âmbito, que se consubstancia no "Plano de Operações Alvorada", apresentado à Junta a 5 de janeiro de 1965. Em estreita colaboração com o major estão Manuel Alegre e António Brotas, este último determinado a conseguir o alargamento do órgão militar a todos quantos quisessem com ele cooperar, fossem *patrióticos*, *delgadistas* ou *fapistas*[1432].

A restante direção da Frente Patriótica está concentrada quase em exclusivo na obtenção do apoio da larga maioria do exílio português e na consolidação da sua posição junto das autoridades argelinas e de outros países[1433]. Para lá disso, as emissões de rádio são a única atividade a registar. Já que a tentativa de atrair um mais amplo escol de dirigentes para Argel não tem os bons resultados esperados. Ruy Luís Gomes, António Santos Dores, António de Figueiredo, António Lopes Cardoso ou Victor da Cunha Rego são alguns dos nomes instados a transferirem-se para a capital argelina,

[1429] Hipólito dos Santos é um dos mais críticos, crítica que a direção do MAR vai classificando como anti-Frente e entende resvalar para a intriga pessoal. Carta de Rui Cabeçadas a Lopes Cardoso, Argel, 24 de outubro de 1964; cartas de "Afonso" [Lopes Cardoso] à Comissão Política Provisória do MAR, Rabat, 30 de outubro de 1964 e ao Secretariado do Núcleo MAR de Argel, Rabat, 30 de outubro de 1964 (em anexo à primeira); carta de Lopes Cardoso a Rui Cabeçadas, Rabat, 31 de outubro de 1964; carta de "Afonso" [Lopes Cardoso] à Comissão Política Provisória do MAR, Rabat, 26 de novembro de 1964; carta de "Walter" [Cabeçadas] à Comissão Política Provisória do MAR, Argel, 4 de dezembro de 1964. CD 25A, LC.

[1430] Cabeçadas é reconduzido por 3 votos contra os 2 que prefeririam o nome de António Brotas. "Notas sobre a emigração política portuguesa de 1957 a 1966, registadas por António Brotas em Agosto de 2007...

[1431] Embora ciente do problema, por diversas vezes Sertório sublinha aos seus interlocutores mais próximos, como Cunha Rego, estar convencido de que há muito teria sido encontrada uma solução caso estivesse Delgado empenhado na sua transferência.

[1432] Carta de António Brotas a Manuel Sertório, Argel, 24 de outubro de 1964. CD 25A, MS – Corresp 328.

[1433] Entre outras, desloca-se delegação a Paris em dezembro de 1964. Carta de Francisco Ramos da Costa a Tito de Morais, Paris, 19 de dezembro de 1964. A&B FMS, 4280.003, ims. 102-103.

sem que nenhum o faça. Aguardam a clarificação da situação argelina, dizem uns, para logo verificarem não ser esta no sentido que pretenderiam e desistirem do intento. É o caso de Luís Gomes que, recebendo em novembro garantia de o aguardar lugar na Universidade argelina, dada pessoalmente por Ben Bella, acaba por decidir permanecer no Brasil, onde, na verdade, sempre preferira continuar[1434].

Do interior, também as notícias são pouco animadoras. Na reunião realizada em dezembro de 1964 e que pretende duplicar no país a Conferência de Argel, os sectores socialistas continuam a não estar representados. Nem os agora aglutinados na ASP, nem os integrados no MAR. "*Por terem discordado da forma como o PC actuou, não consultando previamente as organizações aderentes sobre os pormenores da sua realização*", justifica Mário Soares a um dos seus mais próximos companheiros no exterior, Ramos da Costa[1435]. Pela mesma altura e na sequência de contactos com Soares, o desalento de Tito de Morais é evidente:

> *"Julguei, quando o ano passado nos encontrámos em Paris, que os nossos amigos estavam realmente interessados em meter ombros a uma tarefa séria, que se se vissem impossibilitados de eles próprios agirem que ao menos encontrariam quem os substituísse. Afinal, nada fizeram, deixam-nos completamente abandonado [...].A mim deixam-me ir à Conferência, agir na CD tomar determinadas posições e quando pretendo promover um encontro que poderia talvez solucionar muitos problemas, mandam-me dizer que adie para daqui a 3 meses."*[1436].

Ou seja, no país a FPLN manifesta-se incapaz de sair do *gueto* político em que há muito se encontrava, que parece restrito aos comunistas e seus *compagnons de route.*

Em Argel, Humberto Delgado está isolado, apoiado por pouco mais do que uma dezena de patrícios, elementos próximos da FAP e do MAR e alguns outros que sempre tinham mantido um estatuto de grande independência relativamente à Frente. São estes

[1434] Carta de Manuel Sertório a Ruy Luís Gomes, S. Paulo, novembro de 1964. CD 25A, MS – Corresp 1384. Cunha Rego chega a Argel em junho de 1964 disposto a fixar-se, depressa chegando à conclusão de não ser essa uma hipótese por não lhe agradar o ambiente vivido. Dores considera igualmente o assunto, de que desiste provavelmente atendendo à evolução dos acontecimentos. Cartas de Manuel Sertório para Dores, S. Paulo, 23 de outubro de 1964 e resposta de Dores de 13 de novembro de 1964. CD 25A, MS – Corresp 763 e 765. Lopes Cardoso sonda, por intermédio de Cabeçadas, as possibilidades profissionais na capital argelina, mas acaba efetivamente por se transferir para Paris em janeiro de 1965, destino por si mais desejado. Cartas de "Walter" [Rui Cabeçadas] a Lopes Cardoso, Argel, 22 de novembro de 1964 e de Lopes Cardoso a Cabeçadas, Rabat, 4 de dezembro de 1964. CD 25A, LC.

[1435] Carta de Ramos da Costa a Tito de Morais, 19 de dezembro de 1964. A&B FMS, 4280.003, ims. 102-103.

[1436] Carta de Tito de Morais a Ramos da Costa, s/d [20 de dezembro de 1964]. A&B FMS, 4280.004, ims. 3-5.

a assegurar-lhe algumas das despesas da sua manutenção, que visitam a sua casa e lhe prestam um certo apoio pessoal. Na generalidade sem se comprometerem com a recém-criada Frente Portuguesa, continuam a reconhecer no general o incontestável líder da oposição lusa, também ele vítima do que consideram ser a ação pessoal e politicamente irresponsável de um punhado de homens entronizados na direção da Frente Patriótica sem terem dados provas cabais da sua capacidade de utilizarem, como lhes era exigido, os meios materiais e humanos ao seu dispor para derrubar o salazarismo.

São alguns daqueles que se dirigem a Ben Bella afirmando não reconhecerem a autoridade ou representação da "*minoritária*" Frente Patriótica e recusando-se "*categoricamente a aceitar a intervenção da dita frente para a solução desses problemas [problemas pessoais e familiares enquanto residentes e trabalhadores no território argelino], visto que ela tomou medidas discriminatórias e represálias contra antifascistas e anticolonialistas da colónia portuguesa*"[1437]. Uma carta datada de 14 de janeiro de 1965, que prova não estar Delgado conformado com o ostracismo a que os *patrióticos* o queriam votar. Nos primeiros dias de fevereiro a diligência dá frutos: Ben Bella ter-lhe-á feito saber que o iria receber[1438].

É ainda esse grupo de incondicionais que marca presença em casa de Delgado na receção evocativa do 31 de janeiro, promovida pelo general em resposta a sugestão que dias antes lhe é feita por Veiga Pires, Echevarria e Brotas. Estariam cerca de 40 convidados, não apenas da colónia portuguesa em Argel mas também algumas figuras da sociedade argelina. Aos patrícios presentes esconde o desânimo em que realmente se encontra e afirma-lhes estar para breve a resolução "*do problema do país*". A nova viagem que entretanto fará seria determinante, informa, mostrando-lhes o passaporte que usará e que terá falsificado assinando-o com o seu próprio nome[1439]. O ambiente é de festa, tiram-se fotografias para a posteridade. Mas é ao mesmo tempo com grande preocupação que os participantes ouvem as palavras do ex-candidato presidencial, que sentem estar envolvido numa ação extremamente perigosa. A 8 de fevereiro, o general deixa Argel com destino a Marrocos. Uma viagem de que não regressará. Como se

[1437] "Extractos da carta enviada por um grupo de portugueses a respeito duma suposta Frente Patriótica de Libertação Nacional que o General Humberto Delgado, Presidente da Frente Portuguesa de Libertação Nacional), abandonou" – edição da Frente Portuguesa de Libertação Nacional, Argel, 14 de janeiro de 1965. Sublinhado no original. A&B FMS, 2583.004, im. 92.
[1438] Carta de Humberto Delgado a Mário Mendes da Fonseca, 6 de fevereiro de 1965. Citada in Frederico Delgado Rosa, *op. cit.*, p. 1080.
[1439] Entrevista com Clarinda Veiga Pires, Lisboa, novembro de 2007 e "Notas sobre a emigração política portuguesa de 1957 a 1966, registadas por António Brotas em Agosto de 2007...

saberá meses mais tarde, tomba assassinado na cilada montada pela PIDE em Villanueva del Fresno, nas imediações de Badajoz, a 13 de fevereiro de 1965.

Como repor a ordem em Babel?

No dia 23 de fevereiro, Henrique Cerqueira alerta para o desaparecimento de Humberto Delgado, dando conta do itinerário que este se teria proposto fazer, do nome falso utilizado pelo general e afirmando julga-lo preso às mãos da PIDE. Diz fazê-lo no seguimento de diretrizes deixadas por Delgado e na qualidade de seu representante em Marrocos[1440]. A notícia é difundida por diversas agências internacionais e é comunicada aos seus mais próximos colaboradores na Frente Portuguesa em Argel.

Os elementos da Frente Portuguesa na capital argelina de imediato procuram divulgar o acontecido através da imprensa local e criam uma comissão com intuito de organizar uma campanha mundial de solidariedade. O objetivo é evitar que a PIDE matasse o general, o que julgam ser hipótese muito provável. Em Paris, Emídio Guerreiro informa o Comité para a Defesa das Liberdades em Portugal do sucedido e diligencia no sentido de conseguir a intervenção da Federação Internacional dos Direitos do Homem. Ainda em Argel, os dirigentes da Frente Patriótica reúnem-se para debater o assunto e a maioria considera estar perante mais uma manobra propagandística, muito ao estilo do general nos últimos tempos. António Brotas, um dos presentes, procura objetar e conseguir a solidariedade dos *patrióticos*, argumentando que estes apenas teriam a ganhar com a divulgação da notícia, fosse ou não verdadeiro tal desaparecimento. Sem sucesso[1441].

Terá sido a versão dos *patrióticos* a ser transmitida a Ben Bella, quando, no dia seguinte à reunião, a 25 de fevereiro, são convocados pelo presidente para esclarecer a situação. No final da tarde do mesmo dia, um grupo de oito pessoas, encabeçadas pelos dirigentes da *patriótica*, dirigem-se aos escritórios da Frente Portuguesa pretendendo recuperar os "*arquivos e outros haveres da FPLN*" que continuavam na posse dos partidários do general. São "*providências cautelares adequadas*", uma vez que a deixou

[1440] Comunicado de Cerqueira, pela Delegação da Frente Portuguesa de Libertação Nacional em Marrocos, Rabat, 23 de fevereiro de 1965 (cópia) e credencial passada por Humberto Delgado, enquanto presidente da Frente Portuguesa, nomeando Henrique Cerqueira como seu delegado político em Marrocos, 5 de dezembro de 1964 (cópia). Respetivamente, CD 25A, MS – H. Delgado 1 - 1965/ Diversos 3 e A&B FMS, 2583.002, ims. 12-13.

[1441] Carta de António Brotas a Francisco Ramos da Costa, Argel, 8 de março de 1965. A&B FMS, 4286.002, ims. 128-129.

de ser a questão "*uma controvérsia entre a FPLN e o general para tomar aspecto de recuperação imediata*", sendo de evitar a todo o custo que "*sucedessem ao General os aventureiros que o rodeavam*"[1442].

No *bureau* está o secretário Adolfo Ayala, que lhes faz frente e impede que levem seja o que for. Sem o afrontar, o grupo desce para a entrada do prédio, onde permanece de plantão. Por sua vez, Ayala telefona a vários portugueses em quem confia, pedindo reforços. Chega pouco depois Fernando Bettencourt Rosa, nomeado pelo general adjunto dos serviços militares do Comando Operacional da Junta em meados de janeiro e nessa qualidade encarregue da guarda da residência de Delgado em Argel durante a sua ausência, onde efetivamente se encontrava. Logo a seguir acorrem às instalações da Frente Portuguesa os reforços solicitados, voltando Bettencourt Rosa para a casa do general. Nesta estava a documentação realmente importante e, após breve passagem pelo *bureau*, para aí se dirige também António Brotas. Chega entretanto ao *bureau* a polícia argelina, chamada ao local pelos *patrióticos*, que então desmobilizam. Entretanto são evacuadas as instalações da Frente Portuguesa. A documentação tinha já sido, discretamente, posta a salvo[1443].

No dia seguinte, à residência de Humberto Delgado chegam igualmente outros portugueses com intuito de salvaguardarem os haveres do general da devassa dos *patrióticos*, que se julga estar para breve. Bettencourt Rosa e Brotas haviam pernoitado no local e entre ambos a tensão é enorme. A displicência do primeiro, que inclusivamente utiliza a cama do general para passar a noite, alimenta grandes reservas no segundo. Suspeitando, pois, das reais intenções do adjunto de Delgado, Brotas toma a iniciativa de começar a lacrar as gavetas da secretária do escritório do general juntamente com Veiga Pires[1444]. Desagradado com tal atitude, Bettencourt Rosa chama

[1442] Carta da JRP da FPLN a Ramos da Costa, Veiga Pereira e Alfredo Noales Rodrigues [núcleo secreto representante da FPLN em Paris], Argel, 8 de março de 1965. A&B FMS, 4280.004, ims. 27-29.

[1443] Para toda a descrição: "Notas sobre a emigração política portuguesa de 1957 a 1966, registadas por António Brotas em Agosto de 2007... e carta de Fernando Bettencourt Rosa a António de Figueiredo, 26 de fevereiro de 1965. CD 25A, AF – Corresp 252.

[1444] Toda a sua atuação de Bettencourt Rosa após o desaparecimento do general levante enormes suspeitas nos incondicionais de Delgado. Na verdade, a indicação do seu nome ao ex-candidato presidencial havia sido feita por António de Figueiredo, seu amigo do tempo em que residira em Moçambique, entre 1954 e 1961. Em outubro de 1961 Rosa abandonara o território moçambicano, cerca de seis meses depois de ter sofrido uma segunda prisão às mãos da PIDE, acusado de estar envolvido na preparação de movimento revolucionário na colónia. Tinha já estado preso uma primeira vez em 1957, tendo sido descoberta na sua posse uma grande quantidade de material de propaganda "subversiva", mas agora a situação parece bastante mais grave. Fugindo para a África do Sul, daí seguira para a Inglaterra, onde pedira asilo político nos finais de outubro de 1961. Por dezembro de 1963 deslocara-se à Argélia, sem que haja qualquer referência à sua ligação às "questões portuguesas" nesta altura, acabando por regressar à Inglaterra.

Micheline Raymond David, a secretária francesa que há pouco tempo o general contratara e que com ele ficara incumbida da guarda da casa, e outros elementos de sua confiança. Os dois grupos passam então a vigiar-se mutuamente, ao mesmo tempo que começam a selecionar documentação do arquivo que Delgado trouxera do Brasil e que se encontrava guardado na cave, empacotando-a em malas, que são entregues a Adolfo Ayala. No cofre do escritório calcula-se que estariam os documentos mais relevantes, mas este terá permanecido intocado[1445].

Bettencourt Rosa e o grupo de portugueses permanecem na casa, esperando a todo o momento pela chegada da polícia argelina. Uns dias depois, o primeiro decide deixar o local e a guarda passa a ser assegurada pelos restantes. Além de Brotas, Veiga Pires, Echevarria, Seabra e Ayala são alguns do que se revessam. O último estava aliás aí alojado desde o encerramento das instalações da Frente Portuguesa. É numa das alturas em que Ayala se encontra sozinho na residência que as autoridades argelinas a mandam desocupar. A 9 de março, a casa é selada, assim como o escritório da Frente Portuguesa.

A 6 de março de 1965 a Frente Patriótica divulga aos microfones da *Voz da Liberdade* o primeiro comunicado sobre o assunto. Muito curto e em termos que indiciam continuar certa de estar a assistir a uma operação publicitária, sublinhando a fonte muito pouco credível que noticiara o desaparecimento do general.

Dias depois, um grupo de nove portugueses residentes na Argélia emite um comunicado no qual manifesta profunda inquietação com o desaparecimento de Humberto Delgado, condena a atitude da Frente Patriótica perante um caso que consideram "*para além de um problema humano e político uma questão de respeito pelo Povo Português que o [ao general] aclamou nas ruas*" e apela à constituição de uma "*comissão de portugueses responsáveis a cuja guarda deverão ser confiados os*

Desconhecido dos meios oposicionistas portugueses, em torno do seu nome correm rumores desencontrados que o associam ao *réseaux* de Henri Curiel e sinalizam uma estranha proximidade à polícia francesa e, simultaneamente, ao PCF. Patrícia McGowan Pinheiro, *op. cit.* Sai entretanto da Argélia e fixa-se em Paris. No final de 1970 entra em Portugal e é preso uma terceira vez, prestando pormenorizadas declarações sobre o seu percurso no estrangeiro. A análise do seu processo de 1961 indicia igualmente ter tido idêntico procedimento nessa altura. ANTT, PIDE/DGS – Fernando Bettencourt Rosa, SC E/GT 3811 (NT 1496); SC CI(2) 1042 (NT 7065) ; SC SR 1750/61 (NT 3098) e Del P PI 33063 (NT 3961) (processo relacionado com as prisões na Argélia). Sobre a apresentação ao general: carta de António Figueiredo a Humberto Delgado, Londres, 10 de março de 1962. CD 25A, AF – Corresp 42.

[1445] "Notas sobre a emigração política portuguesa de 1957 a 1966, registadas por António Brotas em Agosto de 2007...

bens do General de manifesto interesse nacional"[1446]. Alzira Seabra, António Brotas, Fernando Echevarria, José Augusto Seabra, Hélder Veiga Pires, Maria Luísa Hipólito dos Santos, António Paula Figueiredo, José Moura Marques e Adolfo Ayala são os nomes que subscrevem o documento, que é divulgado em conjunto com o telegrama de solidariedade para com o general enviado do Brasil por Ruy Luís Gomes e José Morgado.

A resposta da JRP da Frente Patriótica é dada em comunicado datado de 23 de março de 1965. Nele se reforçam as atitudes tomadas até então, considerando inverosímeis as notícias do desaparecimento de Delgado[1447].

A indignação dos partidários do general é enorme. António Brotas, José Augusto Seabra e Fernando Echevarria são os autores de uma extensa carta-comunicado que responde ponto por ponto ao documento da FPLN, censurando duramente a posição da organização em todo este caso[1448]. A partir de Paris, Emídio Guerreiro reage com idêntico propósito, dirigindo carta a Manuel Sertório[1449].

Finalmente, a 24 de abril de 1965, o mistério deslinda-se com a descoberta de dois cadáveres em Villanueva del Fresno, que são identificados como sendo o general Delgado e Arajaryr de Campos.

A consternação atinge especialmente os mais próximos do ex-candidato presidencial. A 29 de abril, José Augusto Seabra e Fernando Echavarria difundem declaração onde denunciam a responsabilidade do regime português na morte de Humberto Delgado e condenam as "*campanhas de silêncio*" e as tentativas de "*lançar a confusão*" sobre o seu desaparecimento atribuindo-o a uma manobra publicitária, referindo-se, obviamente, à Frente Patriótica, apelando à realização de uma investigação imparcial[1450].

Por seu turno, a Junta Revolucionária Portuguesa manifesta o seu pesar pelo acontecido junto da viúva do general, assegurando-lhe de que tudo farão para contribuir "*para o esclarecimento de um tão cobarde crime e para a justa punição dos seus*

[1446] Comunicado datado de 12 de março de 1965. APVP.
[1447] Comunicado. APVP.
[1448] Documento transcrito in Patrícia McGowan Pinheiro, *op. cit.*, p. 229-233.
[1449] Carta de 31 de março de 1965. APVP
[1450] APQB.

autores"[1451]. O PCP e o MAR expressam igualmente a desolação pelo crime de que Delgado fora vítima e acusam a PIDE da sua autoria[1452].

Entretanto, na noite de 4 para 5 de maio de 1965, a polícia argelina prende um conjunto de portugueses, três cidadãos franceses e uma inglesa. Em comum têm a proximidade com Humberto Delgado. Do grupo fazem parte Adolfo Ayala, José Moura Marques, Manuel Fernandes Vaz, António Paula Figueiredo, Ferreira da Silva, António Trindade Tavares e os casais Amílcar e Fernanda Castanhinha, Marcelo e Joaquina Fernandes, Carlos e Patrícia Lança, Bettencourt Rosa e a sua mulher e Raymond David.

O alerta às entidades oficiais argelinas fora dado pelos *patrióticos* poucos dias antes, a 29 de abril, quando, no decurso de uma diligência junto de um responsável para a vinda de Henrique Cerqueira a Argel, dão conta de ter visto luz nas antigas instalações da Frente Portuguesa. A informação suscita o interesse das autoridades da jovem República, que, no dia seguinte, convocam os dirigentes da FPLN para obter outros esclarecimentos sobre o assunto e com estes se deslocam ao *bureau* da Boulevard Telemy, onde constatam estarem os *dossiers* vazios. A 3 de maio, nova démarche, agora à ex-residência de Delgado, onde se detetam algumas falhas de arquivo, mas também gavetas e arquivos selados.

Os *patrióticos* vêm, pois, confirmada a veracidade de alguns rumores que mencionavam o "desvio" de documentos e identificavam Brotas, Micheline David, Ayala e Marcelo Fernandes como principais autores da ação. Para os argelinos o desaparecimento de documentação de carácter reservado exige um inquérito e a prisão dos principais suspeitos, Adolfo Ayala, enquanto secretário da Frente Portuguesa, e a Sra. David, como secretária pessoal de Humberto Delgado[1453]. Tito de Morais terá procurado convencer os argelinos de que bastaria um inquérito para apurar os factos, mas estes insistem nas detenções.

[1451] Carta de 13 de maio de 1965 (original apreendido pela polícia). ANTT, PIDE/DGS – Frente Patriótica de Libertação Nacional, SC CI(2) 1353 - Pt 2, fl 166.

[1452] "O Assassinato do General Humberto Delgado", comunicado do Secretariado do Comité Central do PCP, 4 de maio de 1965 e comunicado do MAR in *Acção Revolucionária*, órgão do MAR no Exterior, abril/maio de 1965. CD 25A, LC e APHS, respetivamente.

[1453] O avolumar do trabalho administrativo e a necessidade de tratar de múltiplos assuntos em francês havia levado o general a contratar Micheline David, selecionada após resposta a anúncio publicado na imprensa local. À semelhança do que se passa com Bettencourt Rosa, o nome desta será associado aos *réseaux* de Curiel, correndo também o boato de que trabalharia para os serviços secretos do seu país de origem, acusação na base da sua expulsão do território argelino, juntamente com o marido, imediatamente após a sua libertação.

Ao chegar a informação das prisões de Marcelo Fernandes e de António Tavares, Piteira Santos ter-se-á dirigido às autoridades procurando inteirar-se sobre o sucedido, confirmando então a ligação dos factos à documentação perdida. Terá também sabido estarem detidas outras pessoas, entre elas Joaquina Fernandes, Ferreira da Silva e o casal Lança.

Entre a comunidade portuguesa em Argel a responsabilidade pelos acontecimentos é de imediato atribuída aos dirigentes *patrióticos*. Não apenas haviam logrado isolar o general e tomado uma atitude indigna perante o seu desaparecimento, como se utilizavam dos seus contactos privilegiados com os argelinos para intimidarem, agora duma forma particularmente chocante, todos aqueles que ousassem rejeitar a sua autoridade, acusam os desalinhados da Frente Patriótica. Os acontecimentos não deixam dúvidas.

Há uns dias, José Ervedosa avisara António Brotas sobre a possibilidade das prisões, aconselhando o engenheiro a solicitar esclarecimentos à JRP. Tal hipótese, terá explicado o major, fora levantada em reunião da Junta onde participara com Tito de Morais e Piteira Santos, no momento os membros do organismo em Argel, e Manuel Alegre e onde se mencionaram os rumores que falavam do desvio de documentação do general das instalações da Frente Portuguesa e da sua última residência. O encerramento dos locais pelas autoridades argelinas poderia ter sido desrespeitado e era preciso apurar o assunto. Nem que para isso os argelinos entendessem a necessidade de prender algumas pessoas, como António Brotas, porventura o maior responsável pela iniciativa, terão considerado Tito de Morais, Piteira e Alegre. Ervedosa ter-se-ia oposto terminantemente a tal conjetura, mas ainda assim receia que a mesma se concretize. Acautelando-se, na manhã de 3 de maio Brotas terá avisado Ayala de que "*algo se preparava*", mas este não dera grande atenção ao caso. No dia seguinte, o engenheiro procurara novamente o major com intuito de conhecer o desenrolar da situação e encontrara-o descansado, convencido de terem os companheiros de direção recuado nos seus propósitos. Porém, nessa noite as prisões têm lugar[1454].

Acresce que, durante as detenções, a polícia argelina teria entrado em contacto com Tito de Morais, junto de quem confirma a militância de Jorge Landeiro na Frente Patriótica. Landeiro fora preso depois de a si se ter dirigido em português Marcelo

[1454] "Carta do Eng. António Brotas ao jornal Semana Portuguesa (Cópia)", 24 de agosto de 1965. CD 25A, PS – Corresp 358.

Fernandes no momento em que era detido. Alega, todavia, a sua ligação aos *patrióticos*, o que motiva o contacto a Tito de Morais e, após a confirmação por este da veracidade das suas declarações, resulta na sua imediata libertação.

Outra evidência da articulação entre Frente Patriótica e autoridades argelinas é ainda o facto dos *maristas* mais próximos de Humberto Delgado, signatários dos protestos contra a atitude tomada pela FPLN perante o desaparecimento do general e mesmo identificados como coautores do "desvio" da sua documentação, não terem sido incomodados. Por indicação direta da JRP, corre à *boca-pequena* em Argel, já que a organização participara na III Conferência e estava representada oficialmente na Junta, apoio que não convinha por em risco.

A situação é grave e todos em Argel se vão consciencializando disso. Incluindo a JRP, que reúne propositadamente para discutir o assunto nos dias 6 e 8 de maio de 1965. Manuel Sertório acabava de chegar, outros dirigentes não haviam acompanhado o processo, todos querem conhecer os detalhes da questão. Ervedosa relembra o encontro onde se havia referido a hipótese das prisões, outros pronunciam-se pela inoportunidade das diligências junto dos argelinos, porém, as justificações satisfazem e conclui-se estar a Junta isenta de responsabilidades diretas pelo acontecido. Acorda-se também na necessidade de intervir no sentido de terminar rapidamente com as detenções, démarches que se deveriam desenvolver com todo o cuidado, já que "*os argelinos quiseram ajudar-nos*". Quanto à documentação da Frente Portuguesa e do general, esta deveria ficar preferencialmente à guarda dos argelinos, ajustam ainda.

A notícia espalha-se rapidamente por outros círculos de exilados e a voz geral é de incompreensão, embora a maioria não esteja consciente da gravidade da situação.

Em Paris, logo a 6 de maio, um grupo de democratas lusos aí fixados dirigem carta ao presidente Ben Bella e ao governo argelino protestando contra as detenções e associando-as claramente ao desacordo entre os visados e a Frente Patriótica, várias vezes por aqueles manifestado[1455].

Até mesmo os mais entrosados com a FPLN consideram ter faltado "*tacto político*" em toda a atuação da Frente no caso Delgado. Como expressa Ramos da Costa a Victor Blanc:

[1455] APHS.

"É certo que essa tal entourage do general procedeu pessimamente e em total desrespeito pelo governo de Ben Bella que lhe dá uma hospitalidade, que nenhum outro país lhes oferece, roubando os documentos que estavam confiados à sua guarda e atentando assim contra a soberania do estado argelino, mas os nossos amigos sem se oporem ao inquérito e à entrega dos documentos subtraídos, deveriam evitar por todos os meios e influências a prisão de portugueses em Alger. Temos conhecimento que após as prisões os documentos foram recuperados pelo governo argelino e todas as pessoas atingidas pela medida postas em liberdade. Acredito que igual objectivo se tivesse atingido por simples convocação para interrogatórios e a JRP estaria isenta da acusação que lhe fazem especulando com a verdade dos factos de que ela permitira tais prisões de portugueses não tomando deles pública defesa, o que aliás depois do mal feito lhe era impossível pois é óbvio que não tem poderes para tanto."[1456]

Também Lopes Cardoso, que se desloca de urgência a Argel, é de idêntica opinião, sublinhando aos parceiros de direção, em novo encontro da JRP em que participa a 8 de maio, a descredibilização que o sucedido inevitavelmente traria, afastando, ainda mais, o exílio da FPLN[1457].

Igualmente com carácter de urgência se desloca à capital argelina Emídio Guerreiro, em resposta a apelo que lhe é dirigido por Seabra e Brotas, procurando por todos os meios interceder junto das autoridades argelinas e conseguir a libertação dos portugueses[1458]. Mas terá sido a intervenção da jornalista Josie Fanon, viúva do psiquiatra e escritor Frantz Fanon e amiga íntima do casal Lança, a conseguir solucionar o assunto na sequência de audiência com o presidente Ben Bella[1459].

A documentação da Frente Portuguesa e do general fora entretanto localizada e devolvida aos responsáveis argelinos e a última residência de Humberto Delgado em Argel inteiramente desocupada[1460]. E, não se justificando manter a detenção, os que ainda se encontravam detidos são libertados na tarde de 8 de maio de 1965[1461]. Ao casal

[1456] A informação dando conta de estar a situação ultrapassada não está correta. Apenas alguns, entre eles Patrícia Lança, Fernanda Castanhinha e Joaquina Fernandes, são libertados na manhã do dia 5 de maio. Carta de 7 de maio de 1965. A&B FMS, 4277.007, ims. 105-107. Patrícia McGowan Pinheiro, *op. cit.*
[1457] Reunião da JRP de 8 de maio de 1965, apontamentos de Manuel Sertório. CD 25A, MS – FPLN/ JRP/ Apontamentos 58.
[1458] A. Encarnação Viegas, *Emídio Guerreiro. Uma vida pela liberdade*, Lisboa, Editorial Notícias, 1998.
[1459] Patrícia McGowan Pinheiro, *op. cit.*
[1460] *Idem*.
[1461] Reunião da JRP de 8 de maio de 1965...

David é dada ordem de expulsão do território argelino, acusado de espionagem ao serviço da secreta francesa.

A debandada

A credibilidade do secretariado exterior da Frente Patriótica de Libertação Nacional instalado em Argel sofre um sério abalo. Um abalo que atinge particularmente os sectores não comunistas que haviam sido os seus principais artífices e os desalinhados que se haviam fixado na capital magrebina na esperança de uma breve e decisiva ação capaz de derrubar o salazarismo. A partir de então, uns e outros, desmobilizam ou vão mesmo abandonar o território argelino, em busca de novas propostas políticas mais conformes com aquele desejo ou pura e simplesmente desistindo de uma qualquer veleidade política. Termina a primeira fase do exílio argelino e com ela o ciclo inaugural do projeto unitário concebido na Conferência das Forças Anti-Fascistas Portuguesas realizada em Roma.

Branquinho Pequeno inaugura o novo fluxo de retirada. A má experiência vivida, com o ostracismo a que fora votado pelos seus compatriotas a partir do momento da sua prisão a isso o motiva. Assiste ainda à chegada de Humberto Delgado saindo rumo à Suíça em julho de 1964, onde terminará o curso de Medicina. Destino similar é o de Quintino de Barros e da sua família no início de setembro de 1964 e o do casal Tito de Morais Oliveira no final do mês seguinte. Ainda em setembro e em dezembro de 1964 é a vez de João Pulido Valente e de Rui d'Espiney e da sua companheira Ana Rita Gonçalves, respetivamente. O primeiro tem como destino Portugal, onde entra clandestinamente com Manuel Claro em missão da FAP, os segundos juntam-se a Francisco Martins Rodrigues em Paris.

Uma outra leva segue-se às detenções de maio de 1965. Na Suíça fixa-se a família Fernandes e o desertor Manuel Vaz, na Bélgica António Paula Figueiredo, em França Adolfo Ayala. Pelo menos desde setembro de 1964 que Marcelo Fernandes desejava seguir o amigo Quintino de Barros, mas as contingências profissionais e familiares vão atrasando a mudança, que se precipita, contudo, após a prisão de maio e o

receio que a partir dessa data alimenta relativamente aos *patrióticos* e aos responsáveis argelinos, situação idêntica à dos seus companheiros de infortúnio[1462].

A 19 de junho de 1965 dá-se um golpe militar liderado por Houari Boumediene. Entre os portugueses vivem-se tempos de incerteza, temendo-se a expulsão do país ou a clausura nalgum campo de internamento. A perseguição movida aos comunistas franceses e argelinos que não conseguem pôr-se a salvo e de que os portugueses têm conhecimento através do médico Luís Bernardino alimenta tais receios Conhece-se igualmente a má vontade do novo responsável argelino perante os conselheiros estrangeiros que sempre haviam rodeado Ben Bella e pondera-se a hipótese de tal chauvinismo se alargar às representações estrangeiras no país. O assalto à delegação cubana parecia ser disso indício[1463].

Os receios são de todos, mas mais agudos para os que já haviam sido vítimas da ação da polícia argelina ou estavam completamente apartados da Frente não se podendo valer do apoio político que esta, ainda assim, poderia prestar. Apesar dos piores cenários não se confirmarem, o ambiente argelino é agora diferente. A revolução acabava e entra-se num período onde o controlo político e social é bastante mais evidente.

O esvaziamento da comunidade portuguesa na Argélia continua. Os casais Seabra, Veiga Pires e Echevarria, bem como António Brotas transferem-se entretanto para a capital francesa, o casal Hipólito dos Santos para Rabat. Qualquer um destes há muito que se mantinha completamente alheado da FPLN.

O ritmo de saída ou de desmobilização depende das circunstâncias pessoais e políticas de cada um, mas o processo é, como se acabou de retratar, irreversível e notório. Estendendo-se, aliás, ao próprio sector comunista, onde o comportamento dos dirigentes da Frente gera também anticorpos. É assim que Filipe Mesquita e a companheira Ruth Saraiva se declaram autoexcluídos da Frente na sequência das prisões dos incondicionais de Delgado[1464].

Uma purga que a chegada de vários elementos comunistas entre os finais de 1964 e o primeiro semestre de 1965 não consegue compensar. Os casais Helena Rato e António Viana Martins e António e Mercedes Lopes ou Flausino Torres são alguns dos

[1462] Carta de Marcelo Fernandes a Quintino de Barros, 15 de setembro de 1964. APQB.
[1463] Entrevista com Helena Rato, Oeiras, 5 de maio de 2008 e entrevista com Clarinda Veiga Pires, Lisboa, novembro de 2007.
[1464] Carta de Filipe Lobo de Mesquita e Maria Ruth Ferreira Saraiva a Manuel Sertório, Argel, 2 de junho de 1965. CD 25A, MS – Corresp 1997.

que engrossam por esta altura a célula do PCP. Mas que depressa se afastam do trabalho unitário, desagradados com o dirigismo dos membros da JRP e, muito em particular, com o funcionamento da célula comunista e com a atuação do seu responsável, Pedro Ramos de Almeida.

Desmobilização, enfim, que se alarga aos círculos democratas lusos mais próximos da Frente. Como Marrocos, cujo retrato é dado por Victor Blanc a Ramos da Costa em junho de 1965:

> *"Aqui, em Rabat, paira grande desânimo entre os portugueses que por cá se mantêm. Esteve aqui o Ramos de Almeida que disse que não haveria mesmo revolução em Portugal, que tirassem saí as ideias, que seriam necessários anos de trabalho persistente e árduo, etc, etc. Com tudo o que se tem vindo a passar (morte do General, antecedida das desavenças de Alger, ataques da FAP e dos Cerqueiras, etc, ainda mais com o golpe de estado que destronou Ben Bella) os ânimos estão muito por baixo. Por mim, estou, em solilóquio, quase convencido de que a Frente deu o que tinha a dar. Ou há algo de fresco e de novo para a reembalar em novos moldes ou não passa de mais um belo e perdido sonho. Na prática, procuro lutar contra esta ideia e não a manifesto a ninguém. Mas de mim para comigo tenho de admitir que se avançaram hipóteses demasiado prometedoras para que seja possível agora, sem mais nem menos, reduzir tudo a um trabalho de longa espera."*[1465].

Em meados de novembro de 1965 a Frente organiza "*reunião da FPLN*" em Roma. Um encontro que, no dizer dos seus responsáveis, se pretendia amplamente participado, tanto em número como nos conteúdos a debater. Victor Cunha Rego, Santos Dores, Ramos da Costa ou Andrade e Silva são alguns dos instados a marcar presença. Dos quatro o único que se dispõe a fazê-lo é Cunha Rego, o que de si é já sintomático, mas igualmente elucidativa é a forma como este avalia o momento a Ramos da Costa poucos dias mais tarde:

> *"Antes não tivesse vindo! Das 3 sessões da tal reunião, apenas consegui assistir a metade duma, tal a falta de seriedade da vintena de dirigentes (!!!) universitários e o esclerosamento da meia-dúzia de operários que nelas participaram. Fiquei bastante deprimido ao ver o baixo nível político e intelectual dos presentes"*[1466].

[1465] Carta de 27 de junho de 1965. A&B FMS, 4277.007, ims. 95-97. Em agosto de 1966 Santos Dores fixa-se nos EUA, em março do ano seguinte é a vez de Blanc se instalar em Montreal, no Canadá.
[1466] Carta de Roma, 8 de dezembro de 1965. A&B FMS, 4279.001, ims. 59-60.

Uma apreciação nos antípodas da que é feita pelos dirigentes da Junta, aparentemente iludidos com a "*falsa concórdia*" reinante, que julgam prova da recuperação de uma certa influência pela Frente[1467]. Um otimismo despropositado e completamente errado, consideram outros afastados do microcosmos argelino para quem é inquestionável o desprestígio da organização, quer na diáspora quer no interior, onde os ecos das desavenças eliminam qualquer pequeno resquício de credibilidade que ainda pudesse ter a FPLN junto dos sectores moderados da oposição. Não somente se mantêm firmes na recusa em colaborar na reanimação do movimento das JAP's ou de um organismo de direção no interior, como enjeitam agora qualquer conotação com o seu secretariado no exterior[1468].

Depois de longamente resistir à pressão dos seus companheiros do interior para abandonar a JRP, Manuel Tito de Morais apresenta o seu pedido de demissão do organismo e de membro da Conferência da FPLN em 15 de fevereiro de 1966. Cumpre-se assim a resolução tomada em Portugal aquando da transformação da Resistência Republicana em Acção Socialista Portuguesa, que determinara a "*não participação orgânica*" na Frente, embora reiterasse não ser sua intenção hostilizar a Frente e admitisse "*a colaboração e aliança para a acção*"[1469]. Em seu nome, Tito de Morais pode apenas reiterar a sua condição de militante da FPLN, a quem continua disposto a dar toda a colaboração de que for capaz[1470].

Tito de Morais adiara quanto pudera a decisão, convicto do erro político que esta representava. Está disposto a transferir-se para Roma, concretizando o que vinha a ser preparado já há um tempo por Ramos da Costa e Soares, insistindo porém na necessidade de ser substituído na Junta por outro elemento da ASP. Sem resultado. A indicação é clara: "*deve pura e simplesmente sair deixando a cadeira vazia*"[1471]. E nessa base rejeita a hipótese de permanecer na JRP a título individual, como lhe propõem os seus parceiros de direção[1472]. Aos seus companheiros políticos da ASP transmite

[1467] Carta de Ramos da Costa a Tito de Morais, Paris, 2 de janeiro de 1966. A&B FMS, 4280.005, ims. 3-4.
[1468] *Idem*.
[1469] Carta de Ramos da Costa a Tito de Morais, Paris, 26 de maio de 1965. A&B FMS, 4280.004, im. 53.
[1470] Carta da JRP da FPLN a Tito de Morais, Argel, 7 de março de 1966. A&B FMS, 4281.007, ims. 27-28.
[1471] Carta de Ramos da Costa a Mário Soares, Paris, 16 de fevereiro de 1966. A&B FMS, 4281.007, ims. 8-10.
[1472] Carta de Manuel Sertório a Piteira Santos, 16 de fevereiro de 1966. CD 25A, MS – Corresp 3016.

também o pedido da JRP para que a ASP reconsidere a sua posição e a solicitação para que urgentemente tenham lugar conversações entre ambas as organizações[1473].

Sobre a realização das conversações não há notícia, em setembro seguinte Tito de Morais muda-se para Roma.

A saída do engenheiro da Junta não é, de facto, a primeira baixa do organismo, que estava reduzido a cinco membros desde que o major José Ervedosa apresentara a sua demissão em junho de 1965. O pedido de demissão é apresentado na sequência da admissão de responsabilidades pela fuga de informação envolvendo o nome da JRP na prisão dos partidários de Delgado no mês anterior. Ausente de Argel na altura dos acontecimentos e certamente instado a explicá-los no âmbito do MAR, Rui Cabeçadas insiste em apurar junto dos restantes dirigentes a verdade dos factos. Não sendo a primeira vez que o faz, volta ao assunto em encontro da Junta realizado a 5 de junho de 1965. Disso resulta o *mea culpa* de Ervedosa e a decorrente resignação de funções por este[1474]. Demissão que fica reservada por ora, aguardando momento menos prejudicial para ser tornada pública, o que acontecerá em outubro seguinte[1475].

Uma situação que formaliza o progressivo afastamento. Parcos meses depois o balanço do trabalho feito a outro dos desalinhados do projeto unitário é o mais amargo possível:

> *"É claro que, debaixo do ponto de vista pessoal, é com uma tremenda frustração que me afasto. Porque queria gritar aos "sobreviventes" da JRP o noje que me merecem, ao vê-los esbracejar nesta maré de História, teimosos de uma sobrevivência política que não têm força para ela. Porque me doi ver tantas possibilidades deitadas ao cesto, tantas esperanças apodrecidas a enojarem a massa dos portugueses."*[1476].

Na Junta Revolucionária Portuguesa continuam Fernando Piteira Santos, Manuel Sertório, Pedro Ramos de Almeida e Rui Cabeçadas. Os dois primeiros em nome individual, os dois últimos representando o PCP e o MAR, respetivamente. Na verdade, há algum tempo que Cabeçadas representa pouco mais do que a si próprio.

[1473] Pedido feito oralmente no momento da decisão e renovado por escrito. Carta de Tito de Morais a Ramos da Costa, Argel, 15 de fevereiro de 1966 e da JRP da FPLN a Tito de Morais, Argel, 7 de março de 1966. Respetivamente, A&B FMS, 4280.005, ims. 15-16 e 4281.007, ims. 27-28.
[1474] Reunião da JRP de 5 de junho de 1965 – apontamentos de Manuel Sertório. CD 25A, MS – FPLN/ JRP/ Apontamentos 59.
[1475] *Idem*.
[1476] Carta de José Ervedosa a Hipólito dos Santos, Argel, 6 de janeiro de 1966. APHS.

Pelo menos a partir do início de 1966 o MAR está praticamente inativo, mergulhado numa sucessão de divergências internas que terão paralisado o processo de recomposição doutrinária em curso desde meados de 1964 e impedido o alargamento da sua influência. Embora Rui Cabeçadas atue ainda como seu delegado e procure dar a essa representação um maior protagonismo, parece embater sistematicamente no silêncio e/ou ineficácia dos seus companheiros, estando agora praticamente isolado em Argel, com a saída de quase todos os antigos membros do núcleo *marista* local.[1477].

O MAR está, aliás, cada vez menos interessado na FPLN, infrutíferos que haviam sido os esforços desenvolvidos no sentido de participar no Executivo da Frente e na Junta Central. E os esforços tinham sido reais e insistentes nos primeiros meses de 1965, embatendo numa invariável oposição de quem efetivamente dominava o movimento unitário no país – os comunistas. Consideram estes que o Executivo em funções na altura da Conferência havia sido aprovado no encontro, que igualmente ratificara o seu modelo de funcionamento, pelo que "*embora se reconhecesse a representatividade do membro do MAR esse ficaria impossibilitado de facto (e quase de direito) de participar nos trabalhos do Executivo*"[1478]. Nesse quadro, o MAR do interior considera não ter cabimento manter relações com o Executivo e decide participar apenas nas reuniões plenárias da Junta Central que porventura se realizassem, protestando, ao mesmo tempo, junto da direção do PCP pelas "*graves arbitrariedades cometidas*"[1479]. Um protesto cuja resposta tarda em chegar.

A esta exclusão do MAR do trabalho unitário, em si grave, juntam-se ainda as "*abusivas declarações da JRP em relação à FAP*", que revelam alguma "*deslealdade*" no seio "*do organismo unitário e para fora dele*", bem como, ao nível estrito da organização, a incapacidade de assegurar o estreito contacto entre o MAR do interior e do exterior, designadamente com o mandatário na Junta da Frente[1480]. O que impossibilita a orientação ajustada e célere do trabalho por este assumido, acabando

[1477] Cartas de Rui Cabeçadas ao MAR, 3 de março de 1966 e 19 de abril de 1966. CD 25A, LC.
[1478] Transcrição de excerto de relatório da Comissão de Coordenação e Execução do Interior do MAR de janeiro de 1965 in "Nota à CPP", relatório de "Garcia" [Manuel Lucena], 3 de fevereiro de 1965. CD 25A, LC.
[1479] Cópias de cartas do MAR à direção do PCP, 13 e 26 de março de 1965. CD 25A, LC.
[1480] Relatório de "Serafim" [?], da Comissão de Coordenação e Execução do MAR (Interior) à Comissão Política Provisória do MAR, 16 de maio de 1965. CD 25A, LC.

Cabeçadas por, bastas vezes, atuar autonomamente. A ponto de, por março de 1965, a organização socialista ponderar mesmo retirar o seu delegado em Argel[1481].

Rui Cabeçadas manter-se-á, todavia, na capital argelina. Mas crescentemente descontente com os moldes de funcionamento da JRP, onde o poder está, na sua perspetiva, abusivamente concentrado em Piteira Santos e Ramos de Almeida, e a notória subserviência da Frente ao PCP, que atua para com aquela como se de um árbitro se tratasse[1482]. Terá sido tal insatisfação a levá-lo a aderir às Forças Armadas de Libertação (FAL) e a sair de Argel no dia de Natal de 1967 para se dirigir a Cuba e aí frequentar um curso de guerrilha[1483]. Aos seus parceiros de direção deixa somente uma carta alegando motivos pessoais para a sua ausência e informando pensar regressar em 15 dias. Não mais o fará.

É o último ato do projeto unitário concebido na Conferência das Forças Anti-Fascistas Portuguesas em Roma. A Frente Patriótica de Libertação Nacional continua nominalmente a existir, mantém a base de trabalho da oposição lusa em Argel, garante as emissões da rádio *Voz da Liberdade*, tem agora os meios materiais que tanta falta lhe haviam feito para um arranque em força, mas está ferida de morte. Um morte lenta, com uns poucos rasgos que evocam a esperança do arranque e fazem ainda crer na validade da sua existência. Parece cumprir-se o que Manuel Sertório havia pressagiado a Victor Cunha Rego nas vésperas da III Conferência:

> *"O rompimento [rutura entre a FPLN e Humberto Delgado] […] servirá de catalisador para uma nova vaga de anti-comunisto e anti-unitarismo por parte dos sectores conservadores da Oposição. E levará, quanto aos sectores progressivos, à criação de um novo M.N.D., em que os comunistas ficarão sós, com meia dúzia de pessoas."*[1484].

[1481] Informação de Carlos Veiga Pereira. Carta de Ramos da Costa a Tito de Morais, 14 de março de 1965. A&B FMS, 4280.004, im. 43.
[1482] Cartas de Rui Cabeçadas a Lopes Cardoso, Argel, 18 de maio de 1967 e de Manuel Lucena a Manuel Alegre (enquanto membro da Conferência da FPLN) e à JRP, 29 de maio de 1967. CD 25A, LC.
[1483] ANTT, PIDE/DGS – José Moura Pimenta, SC CI(2) 1273 (NT 7077).
[1484] Carta de 7 de setembro de 1964. CD 25A, MS – Corresp 2611.

Conclusões

No rescaldo do *delgadismo* assiste-se a uma extensa recomposição do campo oposicionista português. Reestrutura-se o movimento unitário, surgem novas ou renovadas organizações políticas, emergem correntes até então aparentemente alinhadas com o regime. Associada a esta dinâmica organizativa, uma igualmente assinalável redefinição doutrinária que traz ao debate e inflete a resposta a antigas questões da resistência à ditadura e coloca na agenda outras até aí praticamente ignoradas. É o resultado do enorme abalo que, também para as forças à margem do regime, significou a campanha presidencial de 1958 e muito particularmente a figura de Humberto Delgado.

A Frente Patriótica de Libertação Nacional é um dos projetos que ilustra este processo e, a um tempo, é motivador do seu aprofundamento.

Depois da campanha presidencial de 1958, da unidade que ela proporciona e do apoio que ela granjeia, a necessidade de um movimento unitário oposicionista ganha força. Uma unidade onde se querem ver incluídos os comunistas, pretensão rejeitada pela ala moderada ou conservadora, sobretudo pelo receio da sua instrumentalização por aqueles. É neste contexto que os vários quadrantes desenham diferentes, e por vezes divergentes, projetos unitários, que vão do Movimento Nacional Independente à Junta de Libertação Nacional, passando pelas Juntas de Acção Patriótica ou pela Frente Republicana.

Anseios e questões comuns aos círculos da emigração política lusa, que vêm engrossar o seu contingente de forma sistemática e crescente a partir do final da década de cinquenta. Recém-expatriados diretamente empenhados na redinamização da oposição em Portugal e que no exterior querem continuar a luta. Uma vontade que dá um progressivo protagonismo ao exílio português, que deixa de ser encarado como mero apêndice logístico do interior e se reassume como um centro político de luta política, sobretudo a partir de 1961.

De facto, vem-se operando uma profunda metamorfose na diáspora política portuguesa.

Para tal transformação muito contribui, por um lado, a nova geração de políticos que agora se faz representar no exílio. Esta não se havia formado na *escola comunista* nem tem por ela grande admiração, ao contrário, critica-a frontal e, por vezes, severamente, pondo em evidência incongruências entre discursos e práticas políticas,

questionando dogmas, hierarquias e métodos de trabalho. Portanto, mais independente e menos reverente relativamente ao PCP e ao seu passado de combate. Mas, igualmente, afastada das estruturas não comunistas tradicionais, enjeitando a sua *oposição do papel* e a acomodação que esta denota.

Por outro, um outro grupo de recém-chegados à luta, por vezes ideológica e politicamente imaturo, desalinhado das organizações existentes, unido pelo desejo de ação imediata. Gente que engrossara a multidão de descontentes que apoiara a campanha presidencial de 1958, que se envolvera na conspiração larvar que se lhe seguiu ou que simplesmente foge à mobilização para a guerra colonial.

Uns e outros mudam substancialmente o exílio português, tornando-o, doravante e crescentemente, mais heterogéneo. Diversidade de abordagens que renova o debate político para, logo, mercê da distensão propiciada pela liberdade de informação e expressão, o radicalizar.

Mas as potencialidades dos políticos expatriados apenas seriam inteiramente aproveitáveis se assentes numa estrutura capaz de articular a extensa diáspora oposicionista portuguesa, por um lado, e de garantir a sua ligação à oposição no interior, por outro. Sem um organismo capaz de definir com a frente interna uma estratégia comum, de orientar a tática imediata e de se fazer ouvir nos areópagos internacionais os esforços dispersam-se em demasia e os resultados seriam praticamente nulos. Essa é uma dura lição do exílio, sobejamente conhecida.

Paulatinamente vai-se consolidando a ideia de preencher este vazio. Londres lança-a de alguma forma nos primeiros meses de 1960, ao defender a necessidade de reunir uma conferência das forças oposicionistas do interior e do exterior. A partir do Brasil, o advogado Manuel Sertório abraça o projeto, redefine-o no sentido de o ampliar, falando da imprescindibilidade de constituir um organismo representativo da oposição no exterior, e inicia o longo caminho para a sua concretização. Em meados de 1961, o engenheiro Manuel Tito de Morais torna-se seu parceiro nesta tarefa, primeiro em França e depois também no Brasil. Nos inícios de 1962, um aliado de peso é conquistado: Humberto Delgado. No Verão do mesmo ano, é a vez de Fernando Piteira Santos dar contributo decisivo em Marrocos, resultado dos contactos estabelecidos com a CONCP e com os *réseaux de soutien* empenhados na luta anticolonial. Cada projeto com matizes próprios, todos convergentes no desejo de unir para agir.

Da ala comunista, a rejeição inicial a tais propostas dá entretanto lugar à tomada de iniciativa, com o desafio para encontro da emigração política. A ida de Álvaro Cunhal e de outros importantes quadros comunistas para o exterior e o reconhecimento do novo contexto do exílio português levam o PCP a reequacionar a posição intransigente que até à data assumida e que colocava toda a ênfase no combate travado no interior do país. Aceitando que a frente externa pudesse ter um papel mais interventivo, mas assegurando, ao mesmo tempo, a ratificação da supremacia da frente interna e evitando que o processo pudesse resvalar, em última instância, para a criação de uma entidade similar a um governo no exílio, intenção que circula em surdina. Procurando, também, o delicado acordo em questões fraturantes como a colonial ou a das formas de luta a adotar.

As várias versões do projeto unitário vão fazendo o seu caminho na diáspora oposicionista portuguesa. Confrontando-se, desde logo, com os embaraços na articulação entre a frente interna e externa, que tantas vezes leva ao desaproveitar de oportunidades, à descontextualização dos debates e mesmo à inviabilização de iniciativas, e com a crónica falta de meios financeiros, difíceis de coletar no país ou fora dele.

Com o avanço do fenómeno da descolonização mundial e o deflagrar da guerra nas colónias portuguesas, assiste-se a uma crescente pressão dos meios internacionais contra Portugal e a sua política colonial. Como aumenta a disposição de apoio aos opositores ao regime que a sustenta. Associando a luta anticolonial à luta antissalazarista, os democratas portugueses ganhariam audiência e garantiriam ajuda diplomática e material, acredita a esmagadora maioria desta nova geração de exilados. É do interesse da oposição lusa, como é do interesse dos movimentos nacionalistas das colónias portuguesas, a quem convém ter mais um aliado na luta contra o colonialismo do Estado Novo.

Porém, no interior, a luta anticolonial está longe de ser consensual. Entre os muitos que defendem a mudança da política colonial no quadro do colonialismo e outros tantos que, com aparente facilidade, deixam cair as posições formalmente anticolonialistas sempre que as alegadas necessidades da prática política o exigem. Nas franjas, a minoria estreita dos que, consistente e persistentemente, procuram trazer o anticolonialismo para o centro do debate político português, seja por convicção pessoal

intrínseca, seja pela evidência de ser essa opção essencial para a afirmação internacional da luta antifascista portuguesa.

A luta armada é outro dos temas sobre a mesa. Ainda no quadro da correção do "desvio de direita", o PCP está pronto a admitir as ações violentas como uma das formas de luta contra o regime. A isso se vê pressionado por alguns dos sectores do partido, que desde as eleições de 1958 vêm questionando o valor das manifestações pacifistas e defendendo estarem maduras as condições para passar a formas superiores de luta. Disposição bem patenteada pela decisão individual de vários militantes em participar nas revoltas da Sé e de Beja, e pela violência e a radicalidade que marca as manifestações do 1º de maio de 1962 e de 8 de maio e as jornadas pelas 8 horas de trabalho. A maior adesão dá-se nos locais onde a organização local comunista é mais forte, mas não se restringe de modo algum ao quadro partidário, é um movimento de cariz espontâneo que reforça o sentimento dessas franjas mais radicalizadas. Dão-se confrontos com a polícia, discute-se a necessidade de preparar os grupos de choque e de distribuir armas.

Porém, a direção do partido não partilha de tal entusiasmo. Insiste em contestar a oportunidade imediata das ações armadas, alegando a necessidade de preparação, de planeamento conjunto e de enquadramento ideológico. O derrube da ditadura far-se-ia de forma violenta, mas apenas a médio prazo, sublinham os dirigentes, com Cunhal à cabeça.

É um adiamento que os restantes sectores de esquerda estão cada vez menos dispostos a aceitar, por o considerarem tão-somente um subterfúgio para esconder a opção pacifista dos comunistas. Em particular no exílio, onde o impacto das ações espetaculares protagonizadas por Henrique Galvão e Humberto Delgado é notório. O que explica, ao menos em parte, o maior distanciamento entre comunistas e socialistas de esquerda, com o PCP a continuar a privilegiar a aliança com os sectores conservadores e moderados da oposição.

Os comunistas falando de levantamento nacional popular, retardando a luta armada, lembrando a necessidade de contemporizar nessa e noutras questões, como a colonial, para manter a ponte para os quadrantes mais liberais e conservadores. Os socialistas de esquerda reclamando *ação imediata* e classificando de hipócrita a mudança de linha pelo PCP. Os primeiros receando o protagonismo da oposição exilada como passo inicial para que esta assumisse a direção da luta. Os segundos reiterando

caber esse papel diretivo ao interior, mas pugnando pelo reconhecimento de uma maior responsabilidade e independência para o exterior. Os primeiros temendo perder a hegemonia da luta num processo de que não haviam tido a iniciativa e que inicialmente enjeitaram, mas cuja imprescindibilidade teórica reconhecem e de que não querem, por outro lado, ser arredados. Os segundos querendo os comunistas como parceiros da unidade, reconhecendo-lhes o apoio externo e a superior implantação e capacidade organizativa interna, razão suficiente, ao mesmo tempo, para recear um *volte-face* e a transferência da dianteira do processo para aquele e, com isso, a sua possível "degenerescência".

É na perspetiva de colmatar o evidente desequilíbrio entre o peso dos comunistas e dos restantes quadrantes que se dá início ao processo de recomposição da esquerda não comunista. Tal processo é inaugurado com a discussão do *Programa para a Democratização da República*, não mais sendo abandonado, tanto no interior como no exterior. Aqui começa a falar-se das vantagens de constituir um amplo partido socialista, num debate participado por elementos recém-saídos do PCP, ex-DRIL, membros da Acção Socialista e da Resistência Republicana ou, simplesmente, próximos do *Programa para a Democratização da República*.

Finalmente, em meados de 1962, a oposição no interior manifesta-se interessada nas propostas frentistas chegadas do exterior e na realização de encontro interior/exterior que ajustaria *nuances* e concretizaria as bases da unidade. Com os comunistas, todavia, a continuarem a retardar o processo, seja pelo inexplicável adiar de respostas, seja pelas compreensíveis reservas perante o pouco cuidado conspirativo na organização da reunião a realizar.

Dois anos e oito meses após ter sido avançada a proposta, tem lugar em Roma a Conferência das Forças Anti-Fascistas Portuguesas. Presentes apenas seis exilados e um sétimo elemento a residir no estrangeiro por razões profissionais. Nem um delegado da frente interna. Aqui se decide passar a nomear o conjunto do movimento unitário já constituído no interior e materializado nas JAP's e na Junta Central de Acção Patriótica como Frente Patriótica de Libertação Nacional. Como novidades o pendor "internacional" que passaria a ter o movimento – quer pela criação e instalação de uma Comissão Delegada da Junta Central no exterior, quer pela designação de elementos no exílio como membros de um Conselho Consultivo a funcionar junto da daquela –, a

aceitação explícita de "*acções de tipo especial*" contra o regime e a afirmação inequívoca do anticolonialismo e da sua ligação inexpugnável ao antifascismo.

Na base da FPLN está pois uma frágil estrutura unitária, alvo de uma dura repressão policial desde os inícios de 1962, que a conotara com os comunistas, afastando grande parte dos representantes dos restantes sectores oposicionistas, contendo o seu crescimento e paralisando-lhe a ação. Ou seja, no interior a FPLN é pouco mais do que um movimento dominado pelo PCP, como claramente manifesta a imprensa que é editada em nome da JAP's, com uma atividade praticamente restrita aos meios estudantis e, nestes, a penetrar em franjas que se dispõem à colaboração com o partido[1485].

Foi por essa solução que pugnara o PCP quando procurara reunir apoios para o projeto de formar uma JAP Central no estrangeiro. Interessa-lhe relançar o movimento no interior, que julga poder ainda servir de ponte para a ala moderada da oposição. Uma dinâmica de que teria a iniciativa e que controlaria, vendo assim confirmada a sua primazia no interior.

Hegemonia que é ainda mais notória pela ausência na Conferência de Roma de mandatários do interior de todas as outras correntes políticas. O PC pode mostrar-se disposto à unidade e recetivo a propostas programáticas e organizativas mais heterodoxas, admitindo as "ações especiais" ou dispondo-se a realizar ações de sabotagem de apoio às lutas nacionalistas, sabendo de antemão poder marcar o compasso. E o compasso pode continuar a ser retardado como acontecera até aí. Quando deixara cair o encontro no exterior que propusera a vários exilados em terras de Vera Cruz ou quando protelara quanto pudera a realização da conferência de Roma. Trata-se de ceder no acessório para manter o essencial.

É esta a orientação que o Comité Central do partido subscreve mal acaba a Conferência, em janeiro de 1963. Constituir Juntas de Acção Patriótica e reconstituir a Junta Central; procurar o alargamento da unidade a outros sectores, muito em particular à direita oposicionista; esclarecer o que entende como estratégia para o derrube do regime e a "via do levantamento nacional"[1486].

[1485] Entrevista com Helena Rato, Oeiras, 5 de maio de 2008.

[1486] João Madeira, *op. cit.*, p. 484. Documento que seria, segundo o autor, provavelmente da responsabilidade do Secretariado empossado muito recentemente e constituído por Álvaro Cunhal, Sérgio Vilarigues, Joaquim Gomes e Blanqui Teixeira (este o único elemento no interior).

Para os restantes, a desilusão perante a ausência dos companheiros do interior é grande. Pelo que ela faz perigar. Sem a representatividade pretendida, sem a pluralidade de análises sobre o estado da luta oposicionista e o que dela se esperaria, sem o garante da aceitação e concretização das resoluções tomadas, que mais não poderiam ser do que "recomendações" para o futuro, caía por terra o equilíbrio na direção do movimento oposicionista, entre os comunistas e as correntes políticas da esquerda socialista particularmente, como poderia estar em causa a almejada autonomia das pequenas organizações embrionárias. Estavam reféns, todos o sabiam, da real vontade do PCP. A análise do momento político vivido em Portugal é feita em unilateralmente pelo PCP, fortemente representado pelo seu secretário-geral, com pequenos contributos de Mário Ruivo, único a poder deslocar-se ao país e com informações mais circunstanciadas sobre o que lá se passa.

Cunhal atua habilmente, contorna as questões mais polémicas, acabando por conseguir, globalmente, uma vitória política. Porventura perante o peso da representação do partido e com receio de que nenhum acordo fosse viável, os participantes não comunistas cedem. Por exemplo admitindo um Conselho Consultivo que reproduziria as formas de unidade tradicionais e, quase certo, obstaria a uma atuação mais eficaz e "progressista". Ainda assim, julgam abrir uma janela de oportunidades.

Não são os únicos. A Conferência parece dar resposta aos debates internos sobre o papel do exílio e as formas de luta a adotar, consentindo num maior protagonismo da diáspora e entreabrindo a porta à luta armada. Além de dar um decisivo passo no sentido de trazer para a agenda política portuguesa o movimento anticolonialista, indo ao encontro do espírito do tempo e, em particular, das aspirações dos dirigentes nacionalistas das colónias portuguesas, bem claras na passagem de Piteira Santos por Marrocos. Embora assente num organismo de eficiência e representatividade questionáveis.

Temos, pois, uma estrutura organizativa à imagem e semelhança do PCP, a par da afirmação de uma nova predisposição para a ação e de uma redefinição dos primados do combate oposicionista, com a luta do nacionalismo africano a ombrear com a luta antifascista. Uma parca vitória ou um mundo de possibilidades?

À superfície, um coro entusiástico aplaude os resultados da Conferência de Roma. O único a distanciar-se publicamente da unidade firmada é Henrique Galvão,

exceção já esperada por todos. Uma aparência de unanimidade que se desfaz perante um olhar mais atento.

A autoexclusão da oposição moderada e conservadora do interior é um dos elementos que logo apaga esse quadro idílico. Pondo em causa as premissas em que assentara o projeto unitário definido na capital italiana, nega a real existência das Juntas de Acção Patriótica e da Junta Central, reiterando o desinteresse em as reativar por ter a PIDE conotado o movimento com os comunistas. Esclarece ainda a Resistência Republicana, intérprete desse sector oposicionista, que o apoio dado nas vésperas da Conferência visava tão-somente a criação de um organismo externo da oposição, capaz de se fazer ouvir nos meios internacionais e, assim, aproveitar os ventos propícios que sopravam além-fronteiras.

Os companheiros da RR no exílio parecem entender a recusa em reanimar as JAP's unicamente como medida de prevenção contra a maior repressão que a sua ligação ao PCP traria. Mas não seria assim. Na verdade, o que a RR do interior não quer arriscar sacrificar é a coligação com os sectores oposicionistas liberais e conservadores, tanto os representados na ADS como, até, os dissidentes da ditadura, que recusam terminantemente uma unidade com os comunistas. Recusa já antiga, de resto, apenas quebrada, episodicamente, em consequência direta das circunstâncias da luta, como acontecera com a Frente Popular Portuguesa em 1936 ou com a união em torno da campanha de Delgado em 1958, ou em resultado de conjuntura internacional favorável, como sucedera com os movimentos unitários da década de quarenta. E sempre, em todos os momentos, forjada pela iniciativa dos comunistas.

Oposição conservadora que, no entanto, vira com bom grado a aproximação da RR, capaz de dar um novo alento à sua intervenção política. Por sua vez, a RR ganhara uma plataforma de apoio político e tivera a possibilidade de assumir um significativo protagonismo na campanha presidencial de 1958 e de conduzir todo o processo político que desemboca no *Programa para a Democratização da República* em 1960/61, saindo do *gueto* político em que vivera desde a sua formação. A partir de então, paulatinamente, a RR vai definindo um objetivo bem mais ambicioso: o de se afirmar como organização-charneira da oposição não comunista, que pudesse, quando suficientemente forte, assumir-se como porta-voz de uma união com os comunistas.

Para tanto, precisa de se livrar do epíteto de "social-democrata", ao tempo depreciativo, o que procura fazer ampliando a influência à sua esquerda, com o namoro

ao núcleo *seareiro* e aos dirigentes do movimento estudantil de 1962. Tentativa gorada quando em causa está a manutenção da aliança primordial, como se comprova pela recusa da *esquerdização* da sua Declaração de Princípios proposta conjuntamente pelos companheiros exilados em Paris, como Piteira e Ramos da Costa, e pelos membros do grupo político *seareiro*, a Acção Socialista, como Lopes Cardoso ou Cabeçadas. Aliança sempre privilegiada, enfim, como demonstram as recomendações de contenção dos excessos *esquerdistas* na futura emissora a colocar no ar pelo secretariado do exterior.

Precisa igualmente de contribuir para o reforço do campo não comunista. Cabem nesta estratégia as movimentações junto dos católicos ditos *progressistas* para que se constituam num partido democrata-cristão, retratada pela entrada de Mário Soares e Salgado Zenha, os dois principais impulsionadores da RR no interior, no Conselho Consultivo da revista *O Tempo e o Modo* em janeiro de 1963, portanto simultânea à reação à Conferência de Roma. Ou a aproximação aos monárquicos democratas, encetada outrossim por esta altura. Como coubera a elaboração do *Programa para a Democratização da República*.

Neste contexto, a RR conceberia a unidade com os comunistas apenas a longa distância, quando se afirmasse como projeto alternativo e estivesse garantido um diálogo entre iguais e, portanto, arredada a possibilidade de instrumentalização dessa unidade pelo PCP. Por ora, é por demais evidente a vantagem tática do distanciamento relativamente ao partido, como se constatara na campanha *delgadista* em 1958. Razão primeira do desinteresse pelo movimento das JAP's, proporcional ao crescente esforço comunista em tomar conta do processo. Apenas no exterior, pelos motivos atrás aduzidos, a unidade poderia trazer benefícios e, logo, seria concebível. Permitindo, ainda, aproveitar os experimentados quadros políticos que a RR acabara de perder para o exílio e a quem se dirige a carta-relatório do interior: Piteira, Ramos da Costa e Tito de Morais.

Da restante oposição não comunista no interior nenhuma outra tomada de posição que possa contrabalançar a recusa da unidade por parte da RR.

O pequeno conjunto de católicos que se demarcara do regime por altura das eleições presidenciais de 1958 mantém uma intervenção de cariz eminentemente religioso, artístico e social. A revista *O Tempo e o Modo*, acima referenciada, ou o jornal clandestino *Direito à Informação*, surgido igualmente em 1963, procuram, por

esta altura, sobretudo um espaço de diálogo e de informação séria. Politicamente, cada um dos seus membros atua de forma mais ou menos individual, entre a oposição *clássica* e os novos núcleos que se vão procurando estruturar à esquerda, com a defesa do fim da guerra colonial a unir todos eles. É neste quadro que vários deles, sobretudo da Ação Católica, se envolvem na revolta da Sé, que João Gomes, um dirigente *jocista*, assina o *Programa para a Democratização da República*, que dois dos principais mentores do grupo, Francisco Lino Neto e António Alçada Baptista, integram as listas de deputados oposicionistas nas eleições de 1961 ou que alguns dos líderes da Juventude Universitária Católica participam na luta estudantil de 1962[1487].

Seriamente comprometido no movimento das JAP's e na revolta de Beja, o restrito núcleo da *Seara Nova*/Acção Socialista reduz-se ainda mais com a prisão ou fuga para o exílio de vários elementos. Manuel Sertório seguira nos finais de 1959, Rui Cabeçadas em setembro de 1961, na repressão subsequente ao fracasso da sublevação de Beja seguem Lopes Cardoso, Veiga Pereira, Hipólito dos Santos. É um momento de reajuste a uma nova realidade, que paralisa, ao menos momentaneamente, os poucos que permanecem no interior.

Não obstante, a generalidade do sector parece empenhada na unidade. Querem assumir um discurso mais frontal, assumidamente marxista e anticolonialista, disposto à ação armada, do qual estariam arredados naturalmente os republicanos liberais e os recém-afastados das fileiras do regime, com quem cortam, formando o Movimento de Acção Revolucionária nos primeiros meses de 1963. Resta-lhes a unidade à esquerda, com os comunistas. Unidade cuja indispensabilidade sentem mas de que desconfiam praticamente na mesma medida da ala RR/ADS, tendendo a vê-la como uma estratégia do PCP para prosseguir a sua tendência hegemónica. Porque sabem não poder ombrear com a estrutura partidária do partido e a real influência que esta lhe dá no interior do país. Podem socorrer-se apenas dos seus contactos informais e, muitas vezes, pessoais, mas não debater ou até impor uma qualquer estratégia de luta alegando um qualquer interesse partidário. Ao contrário, reconhecem, ao menos em círculo fechado, a debilidade das suas conexões e da sua influência no interior.

Decorre daqui a importância do debate sobre a correlação de forças entre frente interna e frente externa, que perpassa o primeiro semestre de 1963.

[1487] Sobre a evolução da oposição católica, João Miguel Almeida, *A Oposição Católica ao Estado Novo. 1958-1974*, Lisboa, Edições Nelson de Matos, 2008.

Para os comunistas, a Comissão Delegada Provisória devia averiguar possibilidades, aconselhar e desenvolver trabalho burocrático e de recrutamento, sem se arrogar capacidades executivas, que cabem exclusivamente à frente interna, enquanto dirigente máxima da luta. Ou seja, devia submeter-se totalmente ao mandato da oposição em Portugal, como, aliás, estava subjacente à sua denominação. Sem aval do interior ao projeto aprovado, sem movimentações para a nomeação do Conselho Consultivo e sem nomeação dos nomes para a Comissão Delegada não se devia avançar um passo. A primeira tarefa é ratificar a unidade no país, como sobejamente fora sublinhando por Cunhal em Roma e aceite pelos demais. Porque nada se pode construir sem alicerces. Este é o entendimento estrito que o PCP faz das resoluções da Conferência.

Para os não comunistas esta é uma leitura formalmente justa servindo propósitos injustos. Continuam a não questionar o papel de direção da oposição radicada em Portugal, nem lhe querem disputar o protagonismo ou impor soluções desajustadas, esclarecem. Mas a letargia desta é notória e exige ser combatida. A partir do exílio, se necessário for, como se comprova que é. Com quadros experimentados no exílio e uma conjuntura internacional favorável é imperioso aproveitar a oportunidade. Trabalhando com certa independência, atendendo às circunstâncias em presença. Aliás, tudo fazer depender do interior nunca havia sido a sua premissa. Porque um qualquer organismo para ser eficaz precisa de mais do que tratar do expediente, precisa de decidir e de se afirmar quando o momento exige. Porque defender esta como única atitude a seguir é argumento falacioso usado pelo PCP para impor a unidade que lhe interessa. Considerar a total submissão do exterior ao interior é garantir que é o partido a marcar o ritmo, como único detentor de ligações efetivas ao interior, único realmente empenhado no movimento das JAP's no interior e, por maioria de razão, seu exclusivo dirigente e porta-voz. A um pequeno passo de fazer valer a sua linha política.

A outro pequeno passo de comprometer as grandes conquistas dos não comunistas em Roma: a admissão da luta armada e a afirmação de uma posição frontalmente anticolonial. Pelas quais valera a pena aceitar o modelo tradicional de unidade proposto pelo secretário-geral comunista. Tais conquistas estão diretamente relacionadas com a escolha do local onde se deveria instalar o secretariado da FPLN no exterior: Argel ou Roma.

Detenhamo-nos primeiro nos argumentos aduzidos pelos defensores de cada uma das opções no duro debate que se trava. De um lado Argel, onde o *bureau* poderia funcionar legalmente e com larga publicidade, facilmente aprofundar relações com os movimentos nacionalistas das colónias portuguesas, com delegações na cidade, distanciando-se, ao mesmo tempo, da política de blocos que domina a cena internacional e da ação da polícia política portuguesa. Do outro Roma, onde seriam mais fáceis as comunicações com o interior e a intervenção junto da opinião pública europeia. De um lado a boa vontade da recém-empossada República Socialista Argelina, do outro o apoio certo do Partido Comunista Italiano. De um lado os embaraços em concretizar as aparentes facilidades em meio à avalanche de um país mergulhado no caos administrativo e com uma revolução em marcha, do outro a dificuldade em colocar a pequena questão portuguesa na agenda política italiana.

Observemos agora as razões que estão subjacentes aos argumentos explicitados. Como se descreveu, a Argélia está a iniciar a sua história como país independente. Enfrentando inúmeros obstáculos para por a funcionar um território saído há pouco de uma violenta guerra contra o seu colonizador, abandonado pela maioria dos quadros técnicos franceses e para o qual se estava a definir um rumo político. Do conflito que opôs diversas fações políticas no pós-independência, sai vitoriosa a tendência liderada por Ben Bella, que procura erigir um socialismo afastado do modelo soviético, matizado entre a reprodução da experiência autogestionária jugoslava, a influência dos seus conselheiros trotskistas e, sobretudo, a admiração pela singularidade da revolução cubana. Do que resulta o declarado apoio à luta armada contra o colonialismo e o fascismo. É neste contexto que se estabelecem e continuarão a estabelecer-se em Argel representações dos diferentes movimentos de libertação das colónias portuguesas e que os sectores socialistas de esquerda portugueses e alguns elementos desalinhados lusos se querem também instalar.

Escolher a Argélia é meio caminho andado para materializar as conquistas formais que tinham alcançado na I Conferência, acreditam. É assumir uma posição inequivocamente anticolonial e, mais, dar destaque à questão colonial, esperando pressionar o PCP, primeiro, os restantes sectores, depois, a pô-la no centro do debate político da oposição portuguesa. E é abrir a porta ao aprofundamento do debate em torno do castrismo e da sua teoria do foco e, sobretudo, da luta armada e do

questionamento das teses soviéticas da "coexistência pacífica", que logo sobrevirá com a entrada em cena da FAP.

Obviamente, a hipótese desagrada aos comunistas. A ilegalização do Partido Comunista Argelino, a heterodoxia da revolução socialista argelina e o seu declarado afastamento relativamente à União Soviética suscitam desconfianças quanto à margem de manobra que aí teriam. Tudo o que não se passaria em Roma, onde o apoio certo do seu congénere italiano e a proximidade do aparelho partidário que então montava em Paris lhe davam outra segurança, tendo ainda a vantagem de estar esta cidade mais salvaguardada da pressão da polícia política portuguesa, julgava-se. Além do mais, facilitaria a sua ligação ao Movimento Comunista Internacional, beneficiando da posição cimeira que o Partido Comunista Italiano nele tem relativamente aos partidos comunistas do Sul da Europa e ao próprio Partido Comunista Francês. Instalada na capital italiana a sede da FPLN seria eventualmente possível e até natural uma relação mais próxima com o PCI, "escalando" alguns degraus na hierarquia definida por Moscovo. Mas o partido tem dificuldades em garantir as condições em que a secretaria da oposição lusa se estabeleceria. O assunto arrasta-se, a insistência na tecla Roma começa a parecer ter como única intenção a própria delonga da decisão.

Conforme acima se disse, tanto o anticolonialismo como a luta armada haviam sido admitidos por Álvaro Cunhal em Roma. Quando, passados dois meses sobre a Conferência, o PCP fala na necessidade de burilar o discurso anticolonial para manter a ponte com os sectores mais conservadores da oposição e obstinadamente recusa Argel como base de trabalho, abespinham-se os que nisso tinham visto a grande mais-valia do encontro[1488]. Tal atitude parece-lhes a prova de que a I Conferência não passara de uma manobra deletéria do PCP, que transigira na aparência para manter o *status quo*. Fazendo aceitar o seu modelo de unidade apenas para ficar na posse dos instrumentos suficientes que lhe permitisse quebrar o ímpeto, enrolando o processo pela alegada necessidade de aprovação do interior, que sabe, *a priori*, não ter condições de chegar em tempo útil. Adiando, assim, o ponto de partida para uma qualquer ação armada e voltando à "calma espuma dos dias".

Fora também a porta entreaberta à ação direta uma das razões, porventura a decisiva, para a adesão de Humberto Delgado ao projeto unitário. Desejo que o une à

[1488] A preocupação comunista é, curiosamente, contrária à luz-verde dada pela RR quanto ao discurso anticolonialista.

esquerda não comunista. A par da perspetiva de conseguir uma nova base de trabalho, fora do Brasil, com meios materiais, humanos e técnicos de certa envergadura. Ambas fazem-no relativizar as reservas substantivas quanto à operacionalidade do modelo organizativo definido. Conhecendo a inatividade das JAP's e da Junta Central no interior, duvida da capacidade de atuação de uma Comissão Delegada de coisa alguma no exterior. Dúvida que se junta à convicção da impossibilidade de funcionamento do Conselho Consultivo nos moldes definidos: como debateria, decidiria ou divulgaria o que quer que fosse nas condições de clandestinidade a que estaria obrigado pela participação de gente do interior? Podendo comprometer os pilares da desejada ação que tanto almeja. Mas sabe não poder preparar a ação sozinho. Um chefe precisa de homens, de meios e de estrutura de apoio no interior. Ainda que seja incerto poder obtê-los através da unidade acordada, é hipótese a manter em aberto e é nessa base que a ela adere. Quer também afastar-se do Brasil e da comunidade democrata lusa aí radicada, com quem se tinha irreparavelmente incompatibilizado. Para o que carece de novas ligações.

Sem nunca desistir do seu projeto pessoal: a constituição de um organismo executivo com autonomia de decisão e com visibilidade. Ou seja, relembremos uma vez mais, formar um Governo Provisório no Exílio. Fora a sua proposta à Conferência de Roma, reafirma-a nos seus comentários às resoluções do encontro, continua a vê-la como a opção mais acertada atendendo aos apelos que o seu núcleo de indefetíveis *delgadistas* no interior persistentemente lhe dirige[1489]. E perante a incapacidade de materializar o que se afirmara no comunicado de Roma, de dar resposta ao seu desejo de se transferir do Brasil para assumir o comando da luta e de ultrapassar discussões por si encaradas como estéreis, é essa a solução que publicamente defenderá seis meses passados sobre o encontro. Como pode acreditar numa unidade para a ação que vive num impasse?

Começa inclusive a suspeitar da real vontade de o verem à frente do organismo da FPLN no exterior. No que está enganado. Todos rejeitam a sua ideia de formar um Governo no Exílio, todos temem os seus tiques de chefe algo despótico, mas todos o querem como aliado. Pelo que vale como autoridade perante o interior, plebiscitado que foi pelo largo apoio popular à sua candidatura presidencial. Pelo peso da sua voz no seio

[1489] Patrícia McGowan Pinheiro afirma ser também esse o objetivo acalentado por Fernando Piteira Santos durante os meses de exílio em Marrocos, sem que tal se confirme na documentação consultada. Patrícia McGowan Pinheiro, *op. cit.*, p. 37.

da oposição no quadro da guerra de nervos que se trava entre o PCP e "os outros". Nesta poderia ser o homem que faria a diferença e, de vez, faria pender a balança para o lado dos que querem agir "rapidamente e em força", como bem explicita Piteira a Sertório nos inícios de fevereiro de 1963: "*se o General estivesse na nossa Conferência teríamos dado um grande passo em frente e para a Frente*"[1490]. Todavia, as contingências financeiras são bem reais, impondo-se sobre os receios ou a vontade de tirar Delgado do "*pântano brasileiro*"[1491]. Dificuldades que embaraçam o dia-a-dia e que são completamente incompatíveis com o montante assinalável exigido pelo general para a sua manutenção.

Definido no pressuposto de estar a unidade firmada em Portugal e de aí existirem estruturas que a materializavam, o projeto unitário concebido em Roma parece cair pela base. Ainda que existam JAP's – e existem –, estas continuam a ser hegemonizadas pelo PCP e não representam a diversidade de correntes políticas da oposição. Ao fim de meses de esforços, a Junta Central não reúne e não funciona, portanto, na prática, não existe. Proclamada dirigente máxima de toda a luta contra a ditadura, sem esta evidencia-se o vazio de autoridade e tudo se compromete. Tanto mais que os quadrantes não comunistas do interior, por recusa ou omissão, desinteressam-se do movimento. Uma unidade onde apenas estão o PCP e uma miríade de núcleos de exilados mais ou menos distantes da realidade do país é manifestamente insuficiente. Fazendo por demais lembrar outros momentos em que a unidade se havia praticamente resumido a uma vontade e a um discurso unilaterais – o dos comunistas.

Finalmente, depois de seis meses de braço de ferro, o *bureau* da FPLN está instalado em Argel e a rádio *Voz da Liberdade* está prestes a abrir os microfones. Entretanto, vinha mudando a atitude de Moscovo relativamente à revolução argelina e à importância atribuída ao processo de descolonização dos territórios sob domínio português. Da conjugação dos dois fatores resulta a disposição do PCP em enviar um dos seus quadros para a capital magrebina. Argel impõe-se definitivamente. Estar-se-ia ainda em tempo de dar um novo impulso à luta oposicionista?

Os desacertos na Comissão Delegada vinham transpirando para a colónia portuguesa sediada na Argélia. Mais, não poucas vezes, esta é propositadamente posta ao corrente de tais divergências e chamada a tomar partido, alimentando o descrédito do

[1490] Carta de Piteira a Sertório, 2 de fevereiro de 1963. CD 25A, PS – Corresp 34.
[1491] Carta de Piteira a Ramos da Costa, 23 de junho de 1963. A&B FMS, 4279.005, im. 89-90.

organismo, já fortemente questionado pela lentidão das suas realizações. Para os que rumam a Argel atraídos pela promessa de ação anunciada pela Frente, a atitude da Comissão Delegada/Bureau de Argel é tradicionalista no pior sentido do termo, alimenta o secretismo e não a abertura, é dirigista ao invés de democrática, além de estar paralisada pela necessidade de decisão unânime. A linha, acreditam, decorre dos anteriores vícios políticos dos dirigentes. Pior seria se esta correspondesse mesmo aos seus verdadeiros anseios. Uma dúvida que se vai tornando certeza e que resulta numa crescente má vontade contra a CD.

A constituição da JAPPA é uma reação a este estado de coisas, uma tentativa de renovar a mobilização da comunidade e de pressionar a Frente a um *volte-face*. Resolução imposta aos dirigentes da organização unitária, em quem, à exceção de Rui Cabeçadas, os patrícios fixados em Argel já pouco confiam. Sentimento que todas as atribulações no arranque da Junta só tendem a agravar.

A razão de tal desconfiança é comprovada a cada dia. A Comissão Delegada está apenas interessada em controlar toda e qualquer iniciativa política. Assim acontece nas comemorações do 5 de outubro de 1963, quando à Junta é destinado um papel meramente funcional, como se observa a cada semana no crivo fino com que são peneirados todos os textos entregues para alimentar a rádio. É igualmente para eliminar a possibilidade de ação espontânea ou fora dos circuitos "oficiais" que se pretende rever os estatutos da JAPPA e até pôr em causa a existência do organismo de base. Já preparar a "ação imediata" é mero horizonte longínquo e difuso.

O plenário de 16 de novembro de 1963 e os dois seguintes constituem-se como um momento de viragem no jogo político travado em Argel. As objeções ao desenho estatutário da Junta são apenas a ponta de um *iceberg* cuja base assenta nas profundas divergências políticas quanto aos objetivos da unidade e, uma vez mais, às formas de luta oposicionista. A discórdia fora óbvia desde o arranque da Junta, com a formação imediata de dois polos políticos na comunidade portuguesa em Argel. Dum lado os *ativistas*, corrente constituída pelo núcleo MAR local e pelos *desalinhados* politicamente, do outro os *moderados*, fruto de entendimento circunstancial entre comunistas e socialistas da Resistência Republicana, na capital argelina representados por Tito de Morais.

Aos *ativistas* não interessa esperar mais. Findos três meses de tensões e paralisia imposta, atendendo aos apoios que se vinham desenhando em Argel e conhecendo

algumas críticas que chegavam doutros círculos do exílio, exigia-se-lhes uma atitude. De pouco ou nada havia valido a guerra de nervos que vinham travando com a cúpula da FPLN, sempre mais ocupada em conter-lhes o ímpeto, enredando-os em formalidades e intrigas pessoais e políticas, do que em resolver e avançar fosse no que fosse, sentiam. A criação da JAPPA seria o meio de garantirem uma maior força política, procurando impor a vontade das "bases" à estrutura hierarquizada que ameaçava esvaziar o movimento unitário do seu espírito combativo e impedir a radicalização. Era chegada a hora do confronto direto e da separação das águas.

A iniciativa do apelo para a transferência de Humberto Delgado insere-se neste contexto. Delgado apresentava-se como o líder natural de uma ação decisiva contra o regime. O seu currículo político no exílio dava provas disso. O envolvimento no assalto ao Santa Maria e, sobretudo, na revolta de Beja, com a entrada clandestina no país, são fortes cartões-de-visita, a que se junta a audiência que mantém em Portugal. Uma Frente unitária dirigida pelo ex-candidato presidencial conquistaria de imediato legitimidade e alargaria potencialidades, entendiam muitos. Apenas a comunidade oposicionista no Brasil rejeita o seu nome, vendo nele bem maior perigo do que benefício, resultado das sucessivas polémicas que trava com o general ou em que este se envolve.

O assunto é encarado com urgência pela maioria, mas tarda em resolver-se. O maior óbice é de ordem financeira. Os valores avançados para a viagem e manutenção de Delgado entram em contradição evidente com as dificuldades de quem não tem recursos disponíveis para fazer face ao essencial. O general fala repetidamente em 10.000 dólares mensais, sendo esse o valor em cima da mesa nos diversos contactos diplomáticos por aquele desenvolvidos procurando por conta própria angariar meios[1492]. Esta desproporção entre as aspirações do general e a realidade da oposição, em particular dos núcleos no exílio, arrasta forçosamente a pendência. Sem serem os detalhes do conhecimento da maioria dos que desejam a presença do general, a incompreensão generaliza-se, sendo tal delonga encarada como mais uma das mostras do imobilismo da Comissão Delegada.

[1492] Às autoridades argelinas a quantia apresentada é de 8.000 dólares, como atrás referimos. Uma circular da JAP do Estado da Guanabara posta a circular nos inícios de dezembro de 1963 situa nos 136.500 dólares o montante necessário à manutenção de Delgado durante um ano (11.375 dólares mensais). Cartas de Humberto Delgado a António de Figueiredo, Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1963. CD 25A, AF – Corresp 110; de Piteira Santos a Humberto Delgado, Argel, 4 de dezembro de 1963 [data incorreta: novembro]. CD 25A, PS – Corresp 143 e de Ramos da Costa a Piteira Santos, Paris, 15 de dezembro de 1963. A&B FMS , 4279.005, ims. 55-56.

A ilação é verdadeira, embora, como vimos atrás, parcial. O mandatário comunista recusa-se a dar o aval à vinda de Delgado. Desconfiaria da sua insistência no projeto do Governo Provisório no Exílio e temeria os seus meneios algo despóticos, à semelhança do que acontecia com os restantes parceiros de unidade, mas, acima de tudo, recearia os efeitos da sua aproximação ao efervescente ambiente argelino. O PCP sabe da sua importância determinante, fora e dentro de Portugal, por isso quer assegurar a sua participação na conferência a realizar entretanto, mas sabe também do seu voluntarismo e teme ser incapaz de o controlar, preferindo mantê-lo afastado do centro decisório.

A unanimidade exigida nas resoluções da CD dera ao delegado comunista certa confiança de que nada se passaria sem que tivesse tempo de se preparar. Porém, para os representantes dos sectores socialistas de esquerda tal regra fica sem efeito a partir do momento em que o PCP prepara em nome próprio uma segunda conferência da FPLN. Uma assembleia onde poderiam perder parte das conquistas da I Conferência, pressentem. Assim, cientes dos proveitos políticos que o desbloquear da pendência com Delgado lhes traria, embora também conscientes do imponderável que o ex-candidato representava, decidem avançar unilateralmente e apostar tudo nele.

Do que está em jogo está mais ou menos consciente a generalidade do exílio português. Por isso a disputa para assumir a dianteira, em especial entre Marrocos e a Argélia, que se traduz numa certa descoordenação[1493]. Mas a descoordenação deriva igualmente do descrédito com que é olhada a Comissão Delegada e os seus membros e, em consequência, da sua incapacidade em impor fosse o que fosse. Já poucos são os que estão dispostos a aguardar placidamente as diretrizes da Frente ou se sentem realmente enquadrados por ela. O tom do sentimento geral é dado pelas palavras de um dos elementos da CD, Rui Cabeçadas, a Manuel Sertório, no começo de dezembro de 1963: "*Penso que aqui se abriram algumas perspectivas e toda a gente está de acordo em explorá-las fora da F.P. ou contra ela*"[1494].

É outrossim no quadro da contenda pela primazia na direção da política oposicionista que surge a Conferência de Praga. A ideia é lançada pelos comunistas quando corre abril de 1963, ou seja, quando ainda não estava instalado o secretariado da

[1493] A disputa pelo ascendente junto de Humberto Delgado fica bem patente no facto do núcleo marroquino fazer questão de entregar ao general o montante aí coletado para a sua manutenção em Argel. Carta de Hélder Veiga Pires a Hipólito dos Santos, Argel, 20 de dezembro de 1963. APHS.
[1494] Carta de Rui Cabeçadas a Lopes Cardoso, 2 de dezembro de 1963. CD 25A, MS – Corresp 357.

Frente no exterior nem se assegurara o apoio do interior, ganhando corpo dali a cerca de três meses, com o envio dos convites. Uma convocatória feita à medida dos interesses comunistas, entendem todos os restantes parceiros unitários, que, receiam, visa especialmente o recuo do projeto unitário tal qual fora definido em Roma.

A par desta, durante todo o segundo semestre de 1963, continuam os realinhamentos no campo socialista e a luta pela hegemonia deste quadrante político. Resistência Republicana e Movimento de Acção Revolucionária divulgam o seu projeto político por diversos círculos do exílio e procuram conquistar maior força política, sem descurar o trabalho de aliciamento em território nacional. Cada um apontando o dedo à fragilidade do seu vizinho, cada um temendo a capacidade mobilizadora do outro e a restrição do seu espaço de manobra. Uma batalha que tem, por esta altura, como um dos seus principais palcos Argel, com recontros violentos dentro da Comissão Delegada e na JAPPA.

Os resultados da Conferência de Praga alimentam na maioria dos que estão ligados à FPLN a esperança na sua renovação. O papel de destaque dado à luta armada, a admissão de poder caber ao exterior a iniciativa de uma ação contra a ditadura e a condução de Humberto Delgado a um lugar de liderança são os principais factores desse alento.

Porém, o longo compasso de espera imposto pelo agravamento do estado de saúde do general vai esvaindo tal sentimento. Tanto mais que nesse ínterim nada se altera na postura da direção da Frente, não obstante os esforços pela imposição de uma linha política alternativa a partir da base do movimento unitário. A JAPPA encabeça formalmente a disputa com os dirigentes da ex-Comissão Delegada, mas, na realidade, a radicalização da luta é protagonizada pelos dois sectores políticos nela verdadeiramente representados: o MAR e a embrionária Frente de Acção Popular.

Mais uma vez, de um lado uma visão tradicional de unidade, hierárquica, disposta a uma ampla contemporização no discurso, privilegiando as manifestações legais e semi-legais, que tem por trás o PCP e os quadrantes socialistas mais moderados em vias de se aglutinarem na Acção Socialista Portuguesa. Do outro, correntes mais radicalizadas, à esquerda do PC, apostadas numa unidade mais fluída em termos organizativos e mais intransigente nas propostas, que afirma sem pejo ter como objetivo a revolução popular e socialista e sublinha a urgência da ação armada, para a qual quer

definir calendário. Sectores que têm no distendido e revolucionário ambiente argelino campo propício ao seu alargamento e aí são maioritárias.

À chegada de Humberto Delgado, no final do primeiro semestre de 1964, os campos estão extremados ao limite. O general é tão-somente o rastilho para o deflagrar do derradeiro conflito. O presidente da Junta Revolucionária Portuguesa vem para preparar rapidamente a revolta, que pretende decisiva. Em Argel espera encontrar tropas para o seu exército e meios para o equipar e treinar. Esperara longa e amargamente no exílio brasileiro e atrasara-se na forçada permanência na Checoslováquia, agora quer ação. O embate com a realidade é tremendo. Nem os recursos ao dispor da Frente são minimamente os que previra, nem a comunidade portuguesa em Argel tem dimensão que assegure o recrutamento em número suficiente, nem, sobretudo, os restantes membros da JRP parecem genuinamente interessados em agir. Para mais, as forças existentes estão desavindas, a maioria de costas voltadas para a direção, que está completamente desacreditada em consequência da imobilidade manifestada e das questões pessoais que alimentara. O general confirma todas as desconfianças que traz. Dum lado a inação e a "politiquice", doutro lado o voluntarismo. Uns e outros querendo instrumentalizá-lo, como aliás o próprio Delgado inversamente também pretende, mas uns com desejo de travar, outros de agir. O partido a tomar está claro para si.

Assumindo o lugar de comando que sente pertencer-lhe, como líder referendado pelo povo português, age em consonância. A sua ética não é a da política ou da diplomacia, é a da hierarquia e da obediência. É o oficial general, que espera dos peões submissão e respeito. E quando vê posta em causa essa chefia, reage com violência.

Como se viu, o conflito beira as raias da loucura, exponenciado pelo contexto muito particular do exílio. Pouco servem as intervenções apaziguadoras vindas do exterior. Nenhuma das partes está disposta a cedências, o ambiente está demasiado ao rubro para se aceitar menos do que a vitória definitiva.

Esta pertencerá ao *satus quo*. Os resultados da Conferência de Argel não deixam dúvidas: freio no ímpeto da luta armada e no papel reservado ao exílio, a par da condescendência para com todos os dirigentes em exercício incompatibilizados com Humberto Delgado. Delgado decide não comparecer, considerando-a não representativa, quer em número quer em qualidade, dada a maioria comunista em presença.

Realmente, mais do que a vitória dos dirigentes até aí em exercício na Frente, assiste-se à vitória da linha do PCP, que afasta as veleidades da "ação imediata" e se impõe sobre os seus principais defensores, o MAR e a FAP. Além de se recolocar na dianteira dos acontecimentos ao atribuir expressa e exclusivamente à oposição no interior a direção de qualquer iniciativa a levar a cabo.

Ora, em Portugal, nada mudara. O PCP e os seus *compagnons de route* continuam a ser os únicos representados na FPLN, como sempre fora desde a sua criação. Porque os sectores moderados se recusam à participação, e após o corte com o general mais do que nunca, e porque aos comunistas não interessa verdadeiramente o alargamento aos sectores mais radicalizados. Nem sequer ao MAR, que nisso se empenha depois da III Conferência e vê as suas aproximações embaterem no silêncio ou no retardamento.

No exterior, é irreversível a rutura com as correntes mais radicalizadas enquadradas no MAR e na FAP e com os *ativistas desalinhados* que aceitam a liderança de Humberto Delgado. Um rompimente bem evidente pela saída de Argel da larga maioria dos elementos até então mais empenhados, estando ou não ligados a uma força política.

O MAR, que tinha em Argel um dos seus núcleos mais numerosos e politicamente mais ativo, vê-o progressiva e rapidamente esvaziado. A permanência do seu representante oficial na JRP depressa se torna meramente formal. Sem o apoio político de um núcleo local e sem conseguir garantir um contacto estreito com o remanescente da organização no exílio, Rui Cabeçadas atua sobretudo em nome próprio. Tanto mais que o MAR se parece volatilizar.

A FAP, que encarara sempre o projeto unitário proposto pela FPLN com reservas, esgotadas que estão as possibilidades de o influenciar, passa a rejeitá-lo em absoluto. Porque, prometendo um movimento revolucionário que efetivamente não se esforça por concretizar e apresentando-se como uma estrutura representativa de toda a oposição portuguesa, a Frente acabava por funcionar como um tampão à própria revolução, entende[1495]. Argel torna-se-lhe hostil, até por ser um dos pontos de irradiação da violenta campanha dirigida pelo PCP contra si.

[1495] Entrevista com Rui d'Espiney, Setúbal, 14 de janeiro de 2008.

Os independentes, que haviam rumado a Argel atraídos pela plataforma revolucionária que nela anteviam, sentem-se também defraudados. Delgado é a sua última esperança, perdida com o seu desaparecimento.

Acresce que a dramática luta travada no microcosmos argelino aprofunda o distanciamento dos sectores moderados. Quando Mário Soares, Ramos da Costa e Tito de Morais decidem a constituição da ASP em Genebra, em abril de 1964, a expetativa na iminente chegada de Humberto Delgado a Argel faz com que Soares equacione a vantagem de alargar e dar maior visibilidade à representação da organização na Frente. E com isso se compromete junto dos seus companheiros. Porém, a evolução dos acontecimentos rapidamente lhe mostra o erro dessa aproximação. Em novembro desse ano, quando se realiza o encontro que ratificaria as resoluções tomadas na Suíça, está consumada a rutura com o general e nem a manutenção de um delegado da ASP na JRP parece trazer qualquer vantagem. Ao invés, torna-se prejudicial ao desenvolvimento do trabalho de recrutamento em curso no interior. Tito de Morais, pessoalmente empenhado no projeto unitário desde a sua conceção, vê-se assim forçado a ceder às pressões do seu grupo político e abandona a Junta. Sempre desapoiado pela estrutura que alegadamente representava, sempre isolado no radicalizado contexto argelino, é apenas a formalização de uma situação de facto.

Restam os comunistas e três figuras, logo reduzidas a duas, que atuam em nome individual: Piteira, Sertório e Ervedosa. Entre estas Piteira Santos, especialmente atacado por ser a personificação dos "males pessoais" que haviam maculado a FPLN desde o seu arranque.

Escudado na sua representatividade partidária, o PCP detém o controle do movimento, inclusivamente do seu aparelho de propaganda, pelouro que lhe é entregue na III Conferência. Está agora apoiado por uma forte célula local, que se mantém, para lá das graves divergências no seu seio, como esteio inabalável ao trabalho do seu mandatário na JRP, Pedro Ramos de Almeida. Com a presença em Argel os comunistas garantem a influência sobre a emissora da rádio, o acesso e fiscalização dos recursos financeiros entretanto reunidos e a proximidade aos movimentos de libertação das colónias portuguesas, agora tão relevante para o movimento comunista internacional. Três aspetos que justificam cabalmente a presença de um dos seus quadros.

Chega ao fim o projeto unitário concebido em Roma. Mantém-se a mesma roupagem – a sigla FPLN –, sob um corpo distinto e minguado, inaugura-se uma nova

fase na vida da Frente. Com outros protagonistas e diferentes perspetivas. Sem os socialistas de esquerda, que haviam concebido e liderado o processo nestes primeiros anos, sem os *delgadistas* e em geral todos os ativistas atraídos pelas propostas de ação avançadas na I Conferência e ratificadas e ampliadas em Praga, sem a FAP. A ação armada fica fora da agenda política, alegando a imprescindibilidade da discrição para a sua preparação. Discurso que não é propriamente falso, sublinhe-se, lançada que fora há pouco a futura Acção Revolucionária Armada (ARA).

É uma nova crise da unidade antifascista, desta vez travada, já não entre o PCP e a sua direita, mas, pela primeira vez, à sua esquerda. Uma esquerda radicalizada pelo terramoto *delgadista*, que mantém o *elan* até Beja para aí ver frustradas grande parte das suas expetativas. A seguir vem o refluxo, mais uma vez a recomposição do regime, mais uma vez um horizonte longínquo de espera pela revolução que não há meio de chegar. É essa enorme frustração que extrema campos e agudiza a luta política entre 1962 e 1965, muito em particular em Argel, onde o revolucionarismo latente mais o propicia.

Os comunistas vencem o primeiro embate. No segundo ciclo da FPLN os comunistas ditam as regras e impõe a sua linha política. Será assim até 1970, quando nova reviravolta os afasta e coloca na dianteira da organização as Brigadas Revolucionárias. Um *volte-face* que corresponde à explosão da esquerda radical no interior e ao cerrado ataque desta à política tradicional comunista. Um desenlace que se anuncia em 1964/65, mas que apenas depois do marcelismo tem condições para se impor e disputar taco a taco o terreno.

A luta armada volta à ordem do dia, na FPLN como no país. Em novembro de 1971 dá-se a primeira ação das BR e a FPLN parece encontrar certa audiência em alguns sectores *esquerdistas* de várias tendências. Uma renovação que nem a manobra de antecipação do PCP, ao lançar a ARA na sua primeira ação armada consegue suster. Uma nova perspetiva de luta que é complementada pelo combate à guerra colonial, agora o centro do debate político em Portugal.

Não obstante, em Argel e noutros círculos de exílio estreitamente ligados ao núcleo argelino, logo vários dos que haviam apoiado a cisão com o PCP revêm as suas posições e abandonam a Frente. Na capital argelina a situação vai-se deteriorando e, em agosto de 1973, Piteira Santos e Manuel Alegre, cooptado para a direção da Frente em 1968, são expulsos. Os homens das BR apropriam-se dos meios materiais e da *Voz da Liberdade* e, no mês seguinte, divulgam a constituição do PRP – Partido Revolucionária

do Proletariado –, estrutura política das Brigadas, e o fim da Frente Patriótica de Libertação Nacional. Na rádio, agora designada *Voz da Revolução*, não se poupam críticas a Piteira e Alegre, ao PCP e ao recém-criado PS.

Por seu turno, Manuel Alegre e Fernando Piteira Santos continuam teimosamente a reafirmar a existência da FPLN. Em Janeiro de 1974, porventura cansadas dos "barafundas" da oposição portuguesa, as autoridades argelinas fecham a rádio. As relações destas com os dirigentes do novo PRP não são as melhores. A Revolução de Abril está prestes a eclodir e, com ela, dá-se o fim do exílio português na Argélia.

Fontes

Arquivos e fundos documentais

- Arquivo & Biblioteca da Fundação Mário Soares (A&B FMS)

  Documentos Alfredo Ribeiro dos Santos
  Documentos Francisco Lyon de Castro
  Documentos Francisco Ramos da Costa
  Documentos Jorge Campinos
  Documentos Mário Soares
  Documentos Souto Teixeira
  Documentos Victor Cabrita Neto

- Arquivo de História Social – Instituto de Ciências Sociais (AHS-ICS)

  Núcleo sobre a oposição ao Estado Novo:
  - Fundo José Barreto
  - Fundo José Laranjo
  - Fundo Fátima Patriarca

- Arquivo Histórico-Diplomático – Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHD do MNE)

  Fundo Política África-Ásia (PAA)
  Fundo Política Europa-América (PEA)
  Fundo Política Europa-América Confidenciais

- Arquivos Particulares

  Arquivo Particular de António Marcelo Fernandes (APMF)
  Arquivo Particular de Clarinda/Hélder Veiga Pires (APVP)
  Arquivo Particular de Flausino Torres (APFT)
  Arquivo Particular de José Hipólito dos Santos (APHS)
  Arquivo Particular de Manuel Tito de Morais (APTM)
  Arquivo Particular de Quintino de Barros (APQB)

- Biblioteca-Museu República e Resistência

  Fundo Francisco Oliveira Pio
  FPLN

- Centro de Documentação 25 de Abril – Universidade de Coimbra (CD 25A)

  Fundo António de Figueiredo (AF)

Fundo António Lopes Cardoso (LC)
Fundo Comunidade Portuguesa em Inglaterra
Fundo Fernando António Almeida
Fundo Fernando Piteira Santos (PS)
Fundo Humberto Lucas
Fundo J. Quintela
Fundo Manuel Sertório (MS)

- Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Direção Geral de Arquivos (ANTT)

  Arquivo PIDE/DGS (PIDE/DGS)
  Arquivo Legião Portuguesa (LP)
  Arquivo Oliveira Salazar (AOS)
  Arquivo Humberto Delgado

Entrevistas e depoimentos

- António Brotas, Lisboa, 19 de setembro de 2007. Depoimento escrito, agosto de 2007.
- Clarinda Veiga Pires, Lisboa, 29 e 30 de novembro de 2007.
- Fernanda Filipe/Artur Marinha de Campos, Lisboa, 8 de janeiro de 2008
- Fernanda Lopes Cardoso, Lisboa, 13 e 19 de julho de 2005
- Helena Rato, Oeiras, 5 de maio de 2008
- Joaquim Branquinho, Grainho, 28 de fevereiro de 2008
- José Hipólito dos Santos, Lisboa, 20 de junho de 2007. Várias conversas informais e informações/depoimentos escritos entre 2007 e 2013.
- Luísa Tito de Morais, Lisboa, 9 de janeiro de 2008
- Manuel de Lucena, Lisboa, 16 e 23 de março de 2010.
- Marcelo Fernandes, Lisboa, 28 de maio de 2007
- Maria Antónia Fiadeiro, Lisboa, 29 de novembro de 2007.
- Maria Stella Piteira Santos, Lisboa, 29 de novembro de 2007.
- Mário Ruivo, Lisboa, 13 de julho de 2007.
- Pedro Ramos de Almeida, Lisboa, 6 e 11 de março de 2008
- Quintino de Barros, Lisboa, 26 de janeiro de 2007 e 1 de novembro de 2008.
- Rui d'Espiney, Setúbal, 14 de janeiro de 2008
- Sacuntala de Miranda, S. João do Estoril, 9 de julho de 2007.

Imprensa e brochuras

- *Acção Popular* (Órgão da FAP), n.º 2, outubro de 1964; nº 3, janeiro de 1965; n.º 3, 5 de fevereiro de 1965 (suplemento para a emigração)
- *Acção Revolucionária* (Órgão do MAR no Exterior), nº 3/4, janeiro/fevereiro de 1965; abril/maio de 1965

- *Amanhã* (Juntas Patrióticas da Juventude), n.º 1, novembro de 1961; n.º 2, janeiro de 1962; n.º 4, abril de 1962; n.º 5, setembro de 1962; n.º 7, março de 1964; n.º 8, junho de 1964; n.º 9, outubro de 1964; n.º 10, abril/maio de 1965.
- *Avante!* (PCP), maio de 1960; novembro de 1961; janeiro e fevereiro de 1963; janeiro e fevereiro de 1964; outubro a dezembro de 1964.
- *A Luta Estudantil* (JAP's Estudantis da FPLN), n.º 1, julho de 1964.
- *A Verdade* (Juntas Patrióticas do Norte), n.º 1, abril de 1963; n.º 2, junho de 1963; n.º 3, agosto de 1963; n.º 4, outubro de 1963; n.º 5, dezembro de 1963; n.º 6, fevereiro de 1964; n.º 7, abril de 1964; n.º 8, novembro de 1964; n.º 9, setembro de 1965
- *Boletim da Frente Patriótica de Libertação Nacional*, s/n.º, novembro/dezembro de 1964; s/n.º, maio de 1965.
- *Boletim do Movimento de Acção Revolucionária, n.º 2, s/d.*
- *Brigadas Revolucionárias. Dossier*, s.l., Edições Revolução, s.d.
- *FPLN. Boletim*, agosto de 1965.
- *FPLN Portugal. Bulletin d'Information du Front Patriotique de Liberation Nationale*, maio de 1966 ; Suplement Amnistie, s/d [1966] ; agosto de 1967.
- *FPLN. Textos Voz da Liberdade* , nº1 (nova série), setembro [de 1970]; n.º 2, outubro de 1970.
- *JAPPA* (Boletim da JAPPA), n.º 1, janeiro de 1964; n.º 2, fevereiro de 1964; n.º 3, março de 1964; n.º 4, abril de 1964; n.º 5, maio de 1964; n.º 6, junho de 1964; n.º especial, 6 de agosto de 1964
- *Jovens Livres* (Juntas de Acção Patriótica da Juventude do Norte), n.º 1, outubro de 1963.
- *Liberdade* (Órgão da FPLN), n.º 1, fevereiro de 1966; n.º 2, março de 1966; n.º3/4, abril/maio de 1966; n.º 5, dezembro de 1966; n.º 6, julho de 1967; n.º 7, setembro de 1967; n.º 8, novembro de 1967
- *O que é uma Junta de Acção Patriótica (Elementos para a sua organização)*, ed. Comissão Executiva da Junta Central de Acção Patriótica da FPLN, 11-1964.
- *Passa Palavra* (Órgão dos Militares da FPLN), abril de 1966; junho de 1966; setembro de 1966; outubro de 1966; janeiro de 1967; junho de 1967
- *Portugal Informação* (Comissão Central de Coordenação da FPLN em França), n.º 1, maio de 1970; n.º 2, julho/agosto de 1970
- *Portugal Informação* (Comissão da FPLN em Paris), n.º 3, outubro de 1970; n.º 4, novembro de 1970; n.º 5, janeiro/fevereiro de 1971
- *Portugal Livre. Boletim de Informação da FPLN*, n.º 1, janeiro de 1964; n.º 2, fevereiro/março de 1964; [n.º 3], s/d [junho/julho de 1964]; s/n.º, s/d [outubro de 1964]
- *Pour un Portugal Libre et Democratique. Bulletin d'Information*, maio de 1965.
- *Revolução Portuguesa* (Grupo Revolucionário Português de Libertação), n.º 1, maio de 1964; n.º 2, junho de 1964; Separata ao n.º 3, julho de 1964; n.º 3, julho/agosto de 1964;
- [Rodrigues, Francisco Martins], *Luta Pacífica e Luta Armada no Nosso Movimento*, s.l., Edições Unidade Popular, 1974.
- *Tribuna Livre* (Órgão Nacional das JAP's), n.º 1, abril de 1961; n.º 2, junho de 1961; n.º 3, julho de 1961; n.º 4, outubro de 1961; n.º 5, fevereiro de 1962.
- *Unidade e Acção* (Órgão da FPLN. Comissão Executiva da Junta Central), n.º 1, março de 1964; n.º 2, maio de 1964; n.º 3, setembro de 1964; n.º 4, fevereiro de 1965

- *24 Março* (Junta Patriótica de Estudantes Portugueses no Estrangeiro), n.º 1, setembro de 1965; n.º 2, dezembro de 1965.

Bibliografia

AAVV, *Pátria Utópica – O Grupo de Genebra Revisitado*, Lisboa, Bizâncio, 2011.

ABREU, Ilda Soares de, "Isabel do Carmo" [Entrevista] in *Faces de Eva*, 12, 2004, p. 129-142.

ALEGRE, Manuel, "A Argélia que conheci" in *Expresso (Revista)*, 17 de Janeiro de 1998, R7-8.

ALLEG, Henri, *Mémoire algérienne*, s.l., Éditions Stock, 2005.

ALMEIDA, Carlos e BARRETO, António, *Capitalismo e Emigração em Portugal*, Lisboa, Prelo, 1976.

ALMEIDA, João Miguel, *A Oposição Católica ao Estado Novo. 1958 - 1974*, Lisboa, Edições Nelson de Matos, 2008.
_____, *A Oposição Católica ao Marcelismo (1968-1974)*, separata de *Lusitana Sacra*, 2.ª série, 16, 2004, p. 273-293.

ALMEIDA, Pedro Ramos de, *O Assassínio do General Humberto Delgado. A Armadilha Política*, Lisboa, Editorial Caminho, 1978.

ALTED, Alicia et alt. (edit.), *La oposición al régimen de Franco*, Madrid, UNED, 1988.

ALVES, Padre José da Felicidade, *Católicos e política*, Lisboa, 1970.

"António Brotas (companheiro de Delgado em Argel) depõe sobre a morte do General" in *Expresso*, 21 de Janeiro de 1977.

ANTUNES, José Freire, *A Guerra de África (1961 – 1974)*, s.l., Círculo de Leitores, 1995, vol. I, p. 325-332, vol. II, p. 647-656, 685-692 e 907-920.

AVILLEZ, Maria João, *Soares. Ditadura e Revolução*, s.l., Circulo de Leitores, 1996.

AZEVEDO, J. Cândido, "FPLN e PCP: história e razões de uma ruptura" in *Diário de Notícias*, 20 de Abril de 1978, p. 7-8.
AZEVEDO, J. Cândido, "FPLN e PCP: história e razões de uma ruptura (conclusão)" in *Diário de Notícias*, 21 de Abril de 1978, p. 8-9.
AZEVEDO, J. Cândido, "Quem tem medo do testamento de Humberto Delgado? Piteira Santos esclarece e denuncia" in *A Luta*, 25 de Novembro de 1978.

BAGANHA, Maria Joannis, "As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional" in *Análise Social,* vol. XXIX (128), 1994 (4.°), p. 959-980.

BARBAS, Helena, "Fragmentos de um Retrato" in *Revista Expresso,* 4 de Novembro de 1995, p. 110-116.

BARRAT, Robert, *Un journaliste au coeur de la guerre d'Algérie*, La Tour d'Aigues, Éditions de l'Aube, 2001 (1ª ed. 1987).

BARRETO, António, *Sem Emenda*, Lisboa, Relógio d'Água, 1996.
BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Figueirinhas, 1999 - 2000, vols. VII, VIII e IX [várias entradas]

BARRETO, José, "A Igreja e os Católicos" in ROSAS, Fernando e OLIVEIRA, Pedro Aires (coord.), *A Transição Falhada. O Marcelismo e o Fim do Estado Novo (1968 – 1974)*, Lisboa, Editorial Notícias, 2004, p. 137 – 170.
_____, "Oposição e resistência de católicos ao Estado Novo" in *Religião e Sociedade. Dois Ensaios*, Lisboa, ICS, 2002, p. 121-126.

BEBIANO, Rui, *O Poder da Imaginação. Juventude, Rebeldia e Resistência nos Anos 60*, Coimbra, Angelus Novus, 2003.

BENTO, Paulo Torres, *Flausino Torres (1906-1974). Documentos e fragmentos de um intelectual antifascista*, Porto, Edições Afrontamento, 2006.

BROTAS, António, *Três Informadores da PIDE (Notas sobre o assassinato do General Delgado e outros anexos)*, Lisboa, Sete Caminhos, 2008.

BRANCO, Jorge Portugal, "A comunidade portuguesa em França (I)", *Janus 2001*. Disponível em www.janusonline.pt [consultado em 12-05-2011]
_____, A comunidade portuguesa em França (II), *Janus 2001*. Disponível em www.janusonline.pt [consultado em 12-05-2011]

CAIADO, Nuno, *Movimentos estudantis em Portugal: 1945-1980*, Lisboa, IED, 1990.

CAMPOS, Arajaryr, *Uma Brasileira contra Salazar. A secretária do general Humberto Delgado no exílio*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006.

CALDEIRA, Alfredo, "O regime democrático e a extinção da PIDE" in *História*, Ano XVII (Nova Série), n.º 4, Janeiro 1995, p. 38-51

CARDINA, Miguel, *A tradição da contestação. Resistência estudantil em Coimbra no marcelismo*, Coimbra, Angelus Novus, 2008.
_____, *Margem de Certa Maneira. O Maoísmo em Portugal. 1964-1974*, Lisboa, Tinta-da-China, 2011.
_____, *O Essencial sobre a Esquerda Radical*, Coimbra, Angelus Novus, 2010.

CARDOSO, Fernanda Lopes, *Lopes Cardoso. Intervenções Parlamentares. Testemunho Sobre a Coerência de um Percurso*, Lisboa, Assembleia da República, 2003.

CARREIRAS, Helena e MALAMUD, Andrés (orgs.), *Do Fado ao Tango. Os Portugueses na Região Platina*, Lisboa, Editora Mundos Sociais, 2010.

CARVALHO, Frederico, "Exílio na Margem Esquerda" in *Expresso*, 12 de Abril de 1997, p. 42-49

CASTANHEIRA, José Pedro, *Jorge Sampaio. Uma biografia*, Lisboa, Edições Nelson de Matos/ Porto Editora, 2012.

CASTRO, Pedro Jorge, *O inimigo n.º 1 de Salazar*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2010.

CERQUEIRA, Henrique, *Acuso!: Soares, Cunhal, Emídio Guerreiro, Lopes Cardoso na morte de Humberto Delgado*, Lisboa, Intervenção, 1976-1977, 2 vols.

CLÍMACO, Cristina, "A emigração política portuguesa em França. A fase de Paris (1927 – 1931" in *História*, n.º 28, Ano XIX (Nova Série), Janeiro/Fevereiro de 1997, p. 16 – 31.
_____, *L' exil politique portugais en France et en Espagne: 1927-1940*, dissertação de doutoramento em Sociedades Ocidentais apresentada à Universidade de Paris 7 (Denis Diderot), Paris, 1998, texto dactil., 5 vols.
_____, *La presse de l'émigration politique portugaise en France – analyse du journal O Salto 1970-1974*, dissertação de mestrado em História apresentada à Universidade de Paris VII, 1992, texto dactil.
_____, "O reviralhismo e a República espanhola (1931 – 1936)" in *História*, n.º 31, Ano XIX (Nova Série), Maio de 1997, p. 46-56.

Comissão Executiva das Comemorações de Tito de Morais, *Manuel Tito de Morais. Fotobiografia*, Lisboa, Guerra e Paz, 2010.

"Convention and protocol relating to the status of refugees [e subscrição dos textos pela Resolução 2198 (XXI) adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas]", 1967. Disponível em http://www.unhcr.org/protect/PROTECTION/3b66c2aa10.pdf [consultado em 12-05-2011].

COSTA, João Bénard da, *Nós, os Vencidos do Catolicismo*, Coimbra, Edições Tenacitas, 2003

CRUZ, Manuel Braga da Cruz, "A oposição eleitoral ao salazarismo" in *Revista de História das Ideias*, 5, 1983, p. 701-781.

CRUZEIRO, Maria Manuela, *Maria Eugénia Varela Gomes. Contra Ventos e Marés*, Porto, Companhia das Letras, 2003.

Cuba e Argélia. Caminhos do terceiro mundo, Lisboa, Seara Nova, 1975.

CUNHAL, Álvaro, *Acção Revolucionária, Capitulação e Aventura*, Lisboa, Edições Avante, 1994.

DAMIÃO, Carla Sofia Marreiros, *O Exílio de Humberto Delgado no Brasil (1959 – 1963)*, dissertação de mestrado, dactil., 2004.

DÁSKALOS, Sócrates, *Um Testemunho para a História de Angola*, Lisboa, Veja, 2000 [download de e-book, disponível em http://www.box.net/shared/k9bujragok].

DELGADO, Humberto, *Memórias*, Lisboa, Edições Delfos, 1974, p. 251-362
_____, *Tufão sobre Portugal*, S. Paulo, Editora "O Malhete", 1962.

DELGADO, Iva; PACHECO, Carlos (org., compilação e introdução), *A Tirania Portuguesa*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1995.
DELGADO, Iva; PACHECO, Carlos; FARIA, Telmo (coord.), *Humberto Delgado e as eleições de 58*, Lisboa, Vega, 1998
DELGADO, Iva; FIGUEIREDO, António de (coord.), *Memórias de Humberto Delgado*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1991, p. 165-452, 606-609 e 612-613.

DIMAS, Victor, *Humberto Delgado, o Homem e Três Épocas*, Lisboa, Edições Jornal Expresso, Dezembro 1977.

DREYFUS-ARMAND, Geneviève, *L'exil des Républicains Espagnols en France*, Paris, Albin Michel, 1999.

DURÃO, Vasco, *Intervenção Socialista. História e Política de uma elite de esquerda (1958 – 1978)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002, p. 23-47.

DZANOUNI, Abdenour, "Denise et Robert Barrat, l'amour du juste" em http://kikuyu.club.fr/archiv/portrai/barrat.html [consultado em 21-10-2008]

FARINHA, Luís, "O Republicanismo e a Guerra Civil de Espanha. Do Reviralhismo à Unidade Antifascista" in *História*, n.º 20, Ano XVIII (Nova Série), Maio de 1996, p. 16-29.
_____, "Fernando Queiroga: um revolucionário no exílio" in *Penélope*, n.º 16, Edições Cosmo, 1995, p. 87-105.

FAWZY-ROSSANO, Didar, *Mémoires d'une militante communiste (1942-1990). Du Caire à Alger, Paris et Genève*, Paris, L'Harmattan, 1997.

FERNANDES, Vasco da Gama, *Depoimento Inacabado. Memórias*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1975.

FERREIRA, Eugénio Monteiro (introdução e notas), *Cartas de Maria Lamas*, Porto, Companhia das Letras, 2004.

FIADEIRO, Maria Antónia (org. e coord.), *Fernando Piteira Santos. Português. Cidadão do Século XX***,** Porto, Campo das Letras, 2003.
_____, *Maria Lamas. Biografia*, Lisboa, Quetzal Editores, 2003.

FIGUEIREDO, António, *Portugal: cinquenta anos de ditadura*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1975.

FIGUEIREDO, Eurico, *Guerrilheiro Sentimental. Estórias de Exílio*, Porto, Campos das letras, 2008.

FRANCOS, Ania; SÉRÉNI, J.P., *Um Argelino chamado Boumediène*, Lisboa, Edições Rolim, 1977.

GALVÃO, Henrique, *O assalto ao «Santa Maria»*, Lisboa, Delfos, 1974.

GARCÍA, Armando Recio, "El secuestro del Santa María en la prensa del régimen franquista" in *Revista Historia y Comunicacíon Socia*l, n.º 10, 2005, p. 157-177.

GARCIA, Manuel; MAURÍCIO, Lourdes, *O Caso Delgado, Autópsia da «Operação Outono»*, Lisboa, Edições Jornal Expresso, 1977.

GARRIDO, Álvaro, *Movimento estudantil e crise do Estado Novo: Coimbra 1962*, Coimbra, Minerva, 1996.

GOMES, Joaquim, *Estórias e emoções de uma vida de luta*, Lisboa, Edições Avante!, 2001.

GOMES, Nancy, "Os portugueses nas Américas: Venezuela, Canadá e EUA", *Janus 2001*. Disponível em www.janusonline.pt [consultado em 12-05-2011]

GORCE, Paul-Marie de la, *História da O.A.S. na Argélia*, Lisboa, Seara Nova, 1964.

GORJÃO, Vanda Neves, *Mulheres em Tempos Sombrios. Oposição Feminina ao Estado Novo*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2002.

GROPPO, Bruno, «Exilés et réfugiés. L'évolution de la notion de réfugié au XXe siècle» in Historia Actual On-Line, 2 (2003), [revista on-line]. Disponível em <http://www.hapress.com/abst.php?a=n02a04> [consultado em 09-03-2005]

_____, "Os Exílios Europeus no Século XX" in *Diálogos*, 2002, vol. 6, n.º 1, p. 69-100. Disponível em http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol6_atg1.htm [consultado em 11-03-2011].

GUIMARÃES, Fernando Andresen, "Uma rivalidade irreconciliável: os movimentos nacionalistas no exílio" in *História*, Ano XXV (III Série), n.º 51, Dezembro 2002, p.34-39.

HAMON, Hervé; ROTMAN, Patrick, *Les porteurs de valises. La résistance française à la guerre d'Algérie*, s.l., Éditions Albin Michel, 1979 [data de reimpressão: 2001].

HARTMUT, Heine, *La oposición política al franquismo de 1939 a 1952*, Barcelona, Crítica, 1983.

KUNDRÁTOVÁ, Linda, *Os contactos da oposição portuguesa antisalazarista com a Checoslováquia entre 1933–1974. Contribuição para o estudo das relações luso-checas*, Praga, Faculdade de Letras da Universidade Carolina de Praga, 2003

[disponível na internet em http://www.premioibam.cz/pt/trabalhos03.htm - acesso em 04-04-2007]

JIMÉNEZ REDONDO, Juan Carlos, *El caso Humberto Delgado*, Mérida, Junta de Extremadura, 2001.
_____, Juan Carlos, *El ocaso de la amistad entre las dictaduras ibéricas 1955-1968*, Mérida, UNED, 1996.
_____, Juan Carlos, *El otro caso Humberto Delgado*, Mérida, Junta de Extremadura, 2003.

LARA, Lúcio, *Itinerário do MPLA através de documentos de Lúcio Lara. Um amplo movimento…*, s.l., ed. Lúcio Lara, 1998 e 2006, 2 vols.

LEONE, Carlos, *O Essencial sobre Adolfo Casais Monteiro*, Lisboa, INCM, 2005.

LOPES, Norberto, *Sarmento Pimentel, ou uma geração traída (Diálogos de Norberto Lopes com o autor das «Memórias do Capitão»)*, Lisboa, Editorial Aster, 1976.

MADAÍL, Fernando, *Fernando Valle. Um Aristocrata da Esquerda*, Lisboa, Âncora Editora, 2004.

MADEIRA, João, "As Oposições de Esquerda e a Extrema-Esquerda" in ROSAS, Fernando e OLIVEIRA, Pedro Aires (coord.), *A Transição Falhada. O Marcelismo e o Fim do Estado Novo (1968 – 1974)*, Lisboa, Editorial Notícias, 2004, p. 91 – 135.
_____, "Estudos de Caso" in ROSAS, Fernando (coord.), *Tribunais políticos. Tribunais militares especiais e tribunais plenários durante a ditadura e o Estado Novo*, s.l., Círculo de Leitores/Temas e Debates, 2009, p. 174-191 e 197-205.
_____, *O Partido Comunista Português e a Guerra Fria: "sectarismo", "desvio de direita", "Rumo à vitória" (1949-1965)*, dissertação de doutoramento em História Institucional e Política Contemporânea apresentada à Universidade Nova de Lisboa, 2011, dactil.
_____, *O PCP e a Questão Colonial dos fins da guerra ao V Congresso (1943-1957)*, separata de *Estudos do Século XX*, n.º 3, 2003, p. 209-243.
_____ (coord.), *Vítimas de Salazar. Estado Novo e violência política*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2007.

MANYA, Judith, *Le Parti Communiste Portugais et la Question Coloniale (1921 - 1974)*, dissertação de doutoramento em Ciência Política apresentada ao IEP de Bordéus, 2004, dactil.
_____, «Les Portugais d'Alger 1962-1974 - Actes du colloque interdisciplinaire: *Nouvelles perspectives de la recherche française sur la culture portugaise (5-6 février 2007)*», organizado pela Maison des Sciences de l´Homme de Clermont-Ferrand, 2007. Disponível em http://www.msh-clermont.fr/IMG/pdf/06-MANYA_51-58_.pdf [consultado em 22-03-2010].

MARQUES, Fernando Pereira, *Criar poder popular: reflexões e documentos dum ex-militante da LUAR sobre um partido e uma prática*, Lisboa, Ulmeiro, 1976.

MARQUES, J.A. Silva, *Relatos da Clandestinidade – o PCP visto por dentro*, Lisboa, Edições Jornal Expresso, 1976.

MARQUES, José Carlos Laranjo, *Os Portugueses na Suíça. Migrantes europeus*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2008.

MARTINS, João Paulo; LOUREIRO, Rui, "As organizações armadas em Portugal de 1967 a 1974: a extrema-esquerda em Portugal (1960-1974" in *História*, n.º 18, Abril 1980, p. 14-26.

MARTINS, Susana, *Socialistas na Oposição ao Estado Novo. Um estudo sobre o Movimento Socialista Português de 1926 a 1974*, Cruz Quebrada, Casa das Letras, 2005.
_____, "O «golpe da Sé» é desarticulado" in PAÇO, António (coord.), *Os Anos de Salazar*, s.l., Planeta DeAgostini, 2008, vol. 16, p. 30-43.

MATEUS, Dalila Cabrita e MATEUS, Álvaro, *Angola 61. Guerra Colonial: Causas e Consequências. O 4 de Fevereiro e o 15 de Março*, Alfragide, Texto Editores, 2011.

MATIAS, Augusto José, *Católicos e Socialistas em Portugal (1875-1975)*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1989.

MELO, António, "Emídio Guerreiro" [Entrevista] in *Público*, 5 de Setembro de 2004, p. 10-11.

MELO, Manuel da Costa e, *Memórias Cívicas. 1923-1983*, Coimbra, Livraria Almedina, 1988.

MIRANDA, Sacuntala de, *Memórias de um peão nos combates pela liberdade*, Lisboa, Salamandra, 2003.

MORAIS, Carlos, "Entrevista [a] Francisco Martins Rodrigues", 12 de outubro de 2004. Disponível em http://www.primeiralinha.org/destaques4/entremartins.htm [consultado em janeiro de 2013]

MORAIS, João; VIOLANTE, Luís, *Contribuição para uma cronologia dos factos económicos e sociais. Portugal. 1926 - 1985*, Lisboa, Livros Horizonte, 1986.

MORAIS, Tito de, "Algumas recordações da vida do partido" in *Acção Socialista*, 16 de Maio de 1996, p. 6.
_____, "Uma luta difícil" in *Acção Socialista*, 16 de Abril de 1992, p. 4-5.

MORTÁGUA, Camilo, *Andanças para a Liberdade. 1934/1961***,** Lisboa, Esfera do Caos, 2009, vol. I.

MOTA, Francisco Teixeira da, *Henrique Galvão. Um Herói Português*, Lisboa, Oficina do Livro, 2011.

MÚRIAS, Manuel Beça (coord.), *Obviamente Demito-o*, Lisboa, Intervoz, s.d. [1974?], p. 5-132; 155-159 e 184-186.

NARCISO, Raimundo, *ARA. Acção Revolucionária Armada. A História Secreta do Braço Armado do PCP*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2000.

NEVES, Leonor Curado, *António José Saraiva e Óscar Lopes: Correspondência*, Lisboa, Gradiva, 2004.

NOGUEIRA, Franco, *Salazar*, Porto, Livraria Civilização Editora, 3.ª ed., 2000, vols. V e VI.

OCHETTO, Valério, *Em Prol da Verdade*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1978.

OLIVEIRA, César, *Os Anos Decisivos. Portugal 1962-1985. Um Testemunho*, Lisboa, Editorial Presença, 1993.

OLIVEIRA, Fábio Ruela, *Trajetórias Intelectuais no Exílio: Adolfo Casais Monteiro, Jorge de Sena e Vítor Ramos (1954 - 1974)*, tese de doutoramento apresentada à Universidade Federal Fluminense, Niterói/Rio de Janeiro, 2010, dactil [disponível em http://www.historia.uff.br/stricto/td/1181.pdf].

OLIVEIRA, Luísa Tiago de, "A História Oral em Portugal" in *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 63, 2010, p. 139- 156.

OLIVEIRA, Pedro Aires, "Generosa Albion? Oposicionistas portugueses no Reino Unido, c. 1960-1974" in BORGE, Julio Hernández e LOPO, Domingo L. González, *Exilios en la Europa Mediterránea. Actas del Coloquio Internacional. Cátedra UNESCO 226 sobre Migracions. Santiago de Compostela, 12-13 de noviembre de 2009*, Santiago de Compostela, USC Publicacións, 2010, p. 211-249.

Opção, 30 de Março de 1978 [entrevista a Tito de Morais, com referência à FPLN].

PADILLA, Beatriz e XAVIER, Maria (orgs.), *Migrações - Migrações entre Portugal e América Latina*, Lisboa, ACIDI, 2009, nº 5 (número temático).

PAULO, Heloísa, *Aqui também é Portugal. A Colónia Portuguesa do Brasil e o Salazarismo*, Coimbra, Quarteto, 2000.
_____ (coord.), *Memória das Oposições (1927 – 1969)*, Coimbra, Edições Minerva, 2010.
_____, "Os «insubmissos da colónia»: a recusa da imagem oficial do regime pela oposição no Brasil (1928-45)" in *Penélope*, nº 16, Edições Cosmo, 1995, p. 9-24.
PAULO, Heloísa, "O exílio português no Brasil: Os "Budas" e a oposição antisalazarista" in *Portuguese Studies Review*, n.º 14 (2), 2006/7, p. 125-142.
_____, *O Republicanismo e a Oposição exilada: combates e crises*, separata de *Estudos do Século XX*, n.º 10, 2010, p. 423-436.

PATRIARCA, Maria de Fátima, "Sobre a leitura das fontes policiais" in *Análise Social*, vol. XXXII (143-144), 1997 (4.º - 5.º), p. 925-935.

PEDRO, Edmundo, *Memórias. Um combate pela liberdade*, Lisboa, Âncora, 2011, vol. II.

PERDIGÃO, Rui, *O PCP visto por dentro e por fora*, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1988, p.49-60.

PEREIRA, José Pacheco, *Álvaro Cunhal. Uma biografia política*, Lisboa, Temas e Debates, 1999-2001, 3 vols.
_____, *As Armas de Papel. Publicações periódicas clandestinas e do exílio ligadas a movimentos radicais de esquerda cultural política (1963-1974)*, Lisboa, Círculo de Leitores/Temas e Debates, 2013.
_____, *"O um dividiu-se em dois". Origens e enquadramento internacional dos movimentos pró-chineses e albaneses nos países ocidentais e em Portugal (1960-65)*, Lisboa, Alêtheia Editores, 2008.

PEREIRA, Victor, *Les exilés politiques portugais en France de 1958 à 1974*, dissertação de mestrado em História Contemporânea apresentada à Universidade de Rouen, 2000, texto dactil.
_____, *L'État portugais et les Portugais en France de 1957 à 1974*, dissertação de doutoramento apresentada ao Institut d'études politiques de Paris, 2007.
_____, "O exílio português na Suíça, 1962-1974" in OLIVEIRA, Pedro Aires e REZOLA, Maria Inácia (coord.), *O Longo Curso. Estudos em Homenagem a José Medeiros Ferreira*, Lisboa, Tinta da China, 2010, p. 305-330

PERRAULT, Gilles, *Un Homme a Part*, Paris, Fayard, 2006 (1ª ed 1984).

PIMENTEL, Irene Flunser, *A história da PIDE*, Lisboa, Circulo de Leitores/Temas e Debates, 2007.

PIMENTEL, João Sarmento, *Memórias do Capitão*, s.l., Editorial Inova, s.d.

PINHEIRO, Patrícia McGowan, "História do «Bando de Argel». Revolta contra o Piteira" in *O Diabo*, 30 de Janeiro de 1979, p. 14-15.
_____, *Misérias do Exílio. Os últimos meses de Humberto Delgado*, Lisboa, Contra-Regra, 1998. [reedição revista de livro editado em 1979 com o título *O Bando de Argel]*
_____, "O Viriato que eu conheci" in ROCHA, Edmundo; SOARES, Francisco; e FERNANDES, Moisés (coord.), *Viriato da Cruz: O homem e o mito*, Lisboa/Angola, Prefácio/Chá de CAxinde, 2008, p. 207-218.

PIRES, Paulo Jorge, DUARTE, Maria João Raminhos, *O Testamento Político de João Rosa Beatriz*, Lisboa – S. Brás de Alportel, Edições Colibri – Câmara Municipal, 2003.

PROVIDÊNCIA, Natália Bebiano da, *Ruy Luís Gomes. Uma Fotobiografia*, Porto, Universidade do Porto/Gradiva, 2005.

RABY, Dawn Linda, "A oposição no exílio e a guerra colonial" in *Vértice*, n.º 58, Janeiro-Fevereiro de 1994, p. 37-41.
_____, "Portuguese Exile Politics: The "Frente Patriótica de Libertação Nacional", 1962-1973" in *Luso-Brazilian Review*, vol. 31 (1), 1994, p. 77-89.
_____, "O DRIL (1959-61). Experiência única de oposição ao Estado Novo" in *Penélope*, n.º 16, Edições Cosmo, 1995, p. 63-86.
_____, "O PCP e a oposição no exílio (1958-65)" in *Vértice*, n.º 50, Setembro-Outubro de 1992, p. 29-36.

_____, "O problema da unidade antifascista: o PCP e a candidatura do general Humberto Delgado, em 1958" in *Análise Social*, vol. XVIII (72-73-74), 1982, 3º 4º 5º, 869-883.
_____, *Resistência Antifascista em Portugal. 1941/74*, Lisboa, Edições Salamandra, 1988.
_____, "Transatlantic Intrigues: Humberto Delgado, Henrique Galvão and the Portuguese Exiles in Brazil and Morocco, 1961-62" in *Portuguese Journal of Social Science*, volume 3, n.º 3, 2004, p. 143-156.

RAIMUNDO, Orlando; SERRANO, Reinaldo; COSTA, Ricardo, "Retrato de um resistente metódico" in *Revista Expresso*, 20 de Janeiro de 1996, p. 48-60.

RECIO GARCÍA, Armando, "El secuestro del Santa María en la prensa del régimen franquista" in *Revista Historia y Comunicación Social*, nº 10, 2005, p. 157-177.

REIS, António (dir.), *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, vols. V e VI.

REZENDE, Jorge; MONTEIRO, Luíz; AMARAL, Elza (coords.), *António Aniceto Monteiro. Uma fotobiografia a várias vozes*, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Matemática, 2007.

ROBLES, Mariano; NOVAIS, José António, *Humberto Delgado, Assassinato de um Herói*, Lisboa, Liber, s.d. [1975?].

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, "As políticas portuguesas para a emigração", *Janus 2001*. Disponível em www.janusonline.pt [consultado em 12-05-2011].
_____, *Immigrés portugais: observation psycho-sociologique d'un groupe de portugais dans la banlieue parisienne: Orsay*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas Ultramarina, 1973.

RODRIGUES, Luís Nuno, "A tentativa de golpe de Botelho Moniz" in PAÇO, António (coord.), *Os Anos de Salazar*, s.l., Planeta DeAgostini, 2008, vol. 18, p. 36-47.

RODRIGUES, Miguel Urbano, *O tempo e o espaço em que vivi*, Porto, Campo das Letras, 2002-2004, 2 vols.

ROSA, Frederico Delgado, *Humberto Delgado. Biografia do General sem Medo*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2008.

ROSAS, Fernando, *O Estado Novo (1926 - 1974)* in MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, vol. VII.
_____ (coord.), *Portugal e o Estado Novo (1930 - 1960)* in SERRÃO, Joel e MARQUES, A.H. de Oliveira (dir.), *Nova História de Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 1992, vol. XII.
_____, "O Marcelismo ou a falência da política de transição do Estado Novo" in BRITO, J. M. Brandão de (coord.), *Do Marcelismo ao Fim do Império. Revolução e Democracia - 1*, Lisboa, Editorial Notícias, 1999, pp 15 – 59.
_____; BRITO, J. M. Brandão de (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, s.l., Círculo de Leitores, 1996, 2 vols. [várias entradas]

ROVISCO, Maria Luís, "Panorama histórico da emigração portuguesa", *Janus 2001*. Disponível em www.janusonline.pt [consultado em 12-05-2011].

SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Sonsoles Cabeza, "La oposición democrática a las dictaduras ibéricas (1940-1965)" in *Cuadernos de Historia Contemporánea*, n.º 21, 1999, p. 295-315.

SAID, Edward, *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*, São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

SANTOS, José Hipólito dos, *A Revolta de Beja*, Lisboa, Âncora Editora, 2012.
_____, *Felizmente houve a LUAR. Para a História da Luta Armada contra a Ditadura*, Lisboa, Âncora Editora, 2011.
_____, *Maneiras Cooperativas de Pensar e Agir. Contributo paea a História do Cooperativismo*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, 2009, p. 214-211.

SARAIVA, Teresa, "Piteira Santos: «A tarefa fundamental é transformar o nosso povo de espectadores num povo de cidadãos com capacidade de intervenção na vida pública»" in *Flama. Revista Semanal de Actualidade*, Ano 31, nº 1373, 1974, p.46-50.

SEABRA, José Augusto, *De Exílio em Exílio I - Resistências e Errâncias (1953-1963)*, Porto, Folio Edições, 2004.

SERRÃO, Joel, *A Emigração Portuguesa: sondagem histórica*, Lisboa, Livros Horizonte, 1971.

SERTÓRIO, Manuel, "FPLN e PCP. História e razões de uma ruptura" in *Diário de Notícias*, 10 de Maio de 1978.
_____, *Humberto Delgado – 70 Cartas Inéditas*, Lisboa, Publicações Alfa, 1990.
_____ (introdução e notas), "PCP / FPLN – Prólogo de um conflito" in *Estudos Sobre o Comunismo*, n.º 1, Setembro a Dezembro de 1983, p. 31 - 38.

SHAIN, Yossi, *The frontier of loyalty: political exiles in the age of the nation-state*, Middletown, Wesleyan University Press, 1989.

SILVA, Douglas Mansur da, *A Oposição ao Estado Novo no exílio brasileiro 1956-1974*, Lisboa, ICS, 2006.

SILVA, António Jorge dos Santos e, *Le cas des réfugiés politique portugais en France: vers une étude statistique du fichier de l'OFPRA – approches juridiques du statut de réfugié*, dissertação do DEA de História, Université Paris IV, 1998, p. 69-71.

SOARES, Mário, *Caminho Difícil – do Salazarismo ao Caetanismo*, Rio de Janeiro, Lidador, 1973.
_____, *Escritos do Exílio*, Amadora, Bertrand, 1975, vol. II.
_____, *Escritos Políticos*, Lisboa, ed. do autor, 1969.
_____, *Portugal Amordaçado. Depoimento sobre os anos do fascismo*, s.l., Editora Arcádia, 1974.
_____, "Um resistente" in *Público*, 30 de Setembro de 1992, p. 21-22.

SOTOMAYOR, J., *Yo robe el Santa María*, Madrid, Akal Editor, 1978.

STOCKER, Maria Manuel, *Xeque-mate a Goa*, Lisboa, Temas e Debates, 2005.

STEIN, Barry, "The refugee experience: defining the parameters of a field of study" in *International Migration Review*, n.º 15, Primavera-Verão 1981, p. 320-330.

STORA, Benjamin, *Histoire de l'Algérie depuis l'indépendance : Tome 1, 1962-1988*, s.l., La Découverte, 2004 (4ª ed.).

UCHA, Paula Cristina, *Inventário do Espólio Humberto Delgado*, s.l., Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998.

VALLE, José Maria del, *Las Instituciones de la Republica Española en el Exilio*, Ruedo Ibérico, Paris, 1976.

VAZ, Maria Laurentina Fagulha, *Ecos da Cultura de Raíz Portuguesa em Terras do Canadá em My Darling Dead Ones de Erika de Vasconcelos e A Casa das Rugas de Eduardo Bettencourt Pinto*, dissertação de mestrado em Estudos Americanos apresentada à Universidade Aberta de Lisboa, 2005, dactil.. Disponível em http://repositorioaberto.univ-ab.pt/bitstream/10400.2/545/1/LC187.pdf [acedido em 17-05-2011].

VIEGAS, A. Encarnação, *Emídio Guerreiro. Uma vida pela liberdade*, Lisboa, Editorial Notícias, 1998.

VILAÇA, Alberto, *De memória em punho: histórias que Abril soltou*, Coimbra, Minerva, 1992.

TELES, Viriato, "Até Sempre, Camarada" in *O Jornal Ilustrado*, Suplemento ao n.º 778 de *O Jornal*, 19 a 25 Janeiro de 1990, p. 11-13.

TENGARRINHA, José, "Os caminhos da unidade democrática contra o Estado Novo" in *Revista da História das Ideias*, vol 16, 1994, p. 387-431.

"Um dissidente português na URSS: Chico da CUF" in *Nova Renascença*, vol. XII, Primavera/Outono de 1992, p. 327-332.

VIEGAS, Teresa, "As Brigadas Revolucionárias. A Resistência Armada à Ditadura (1970 – 1974)" in *História*, n.º 19, Ano XVIII (Nova Série), Abril de 1996, p. 4-13.

VIEIRA, Joaquim e AMARAL, Celestino, "Ayala, o resistente" in *Expresso. Revista*, 21 de Julho de 1990, p. 20-27.

VOLOVITCH-TAVARES, Marie Christine, "Les phases de l'immigration portugaise, des années vingt aux années soixante-dix" in *Actes de l'Histoire de l'Immigration*, vol. 1, março de 2001. Disponível em http://barthes.ens.fr/clio/revues/AHI/articles/volumes/volovitch.html [consultado em 12-05-2011]

_____, *Portugais à Champigny: Le Temps des Baraques*, Paris, Autrement, 1995.

XAVIER, Leonor, "Os Fragmentos da Oposição a Salazar no Brasil" in *História*, n.º 86, Dezembro de 1985, p. 5-14.

Material audiovisual

ANDRINGA, Diana, *Humberto Delgado, obviamente assassinaram-no,* documentário realizado a partir de uma primeira versão de Teresa Olga datada de 1995, RTP, 2005.

SCHROEDER, Barbet, *L'avocat de terreur*, 2007.